ANTROPOLÍTICA

58.1

1° QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANTROPOLÍTICA

V. 58, N. 1 - 1° quadrimestre 2026

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	v. 58, n. 1	1. quadri. 2026

© 2025 Revista Antropolítica - Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFF

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítca – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - https://periodicos.uff.br/antropolitica/index - E-mail: antropoliticau-ff@gmail.com.

Projeto Gráfico: Fabricio Trindade Ferreira
Diagramação: Mayra Laurindo Rabello
Revisão: Tikinet

Catalogação-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2026.

ISSN: 2179-7331
v. 58, n. 1 - 2026
Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor
Antonio Claudio da Nóbrega

Vice-Reitor
Fabio Barboza Passos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação
Monica Maria Guimarães Savedra

Comissão Editorial da Antropolítica
Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)
Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)
Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)
Lucía Eilbaum (PPGA/UFF)
Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

Assistente Editorial
Mayra Laurindo Rabello

Fotos das capas
Aída Moreno Reyes e Rosenfeldtown

Conselho Editorial
Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM)
Arno Vogel (UENF)
Charles Freitas Pessanha (UFRJ)
Clara Saraiva (ULisboa)
Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)
Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)
Jane Felipe Beltrão (UFPA)
João Baptista Borges Pereira (USP)
Lana Lage de Gama Lima (UENF)
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)
Laura Nader (Berkeley University)
Marc Breviglieri (EHESS)
Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB)
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)
Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)
Rosana Pinheiro-Machado (University of Bath)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Sofia Tiscórnia (UBA)

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CAPES

SUMÁRIO 58.1

NOTA DOS EDITORES

DOSSIÊ POLÍTICAS DA REPRODUÇÃO: PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS

APRESENTAÇÃO: POLÍTICAS DA REPRODUÇÃO EM PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL, ARGENTINA E URUGUAI
Laura Lowenkron, Camila Fernandes, Marjorie Murray

POLÍTICAS DE POVOAMENTO-COLONIZAÇÃO-REPRODUÇÃO: A "BRANCURA", A "INFÂNCIA" E O "FEMININO" NA GESTÃO DA AMAZÔNIA DO FUTURO
Telma de Sousa Bemerguy

NÃO QUERO (MAIS) TER MAIS FILHOS: A MATERNIDADE EM CRISE É AFINAL UMA CONSEQUÊNCIA DA PANDEMIA?
Rosamaria Giatti Carneiro

DEPOIS DA MORTE MATERNA: INTERPRETAÇÕES DE PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA SOBRE OS ÓBITOS E AS RECONFIGURAÇÕES FAMILIARES EM PERNAMBUCO
Raquel Lustosa

AVÓS QUE CRIAM: RELAÇÕES DE CUIDADO INTERGERACIONAIS EM FAVELAS CARIOCAS
Natália Helou Fazzioni

AGENCIA DE MADRES JÓVENES Y GOBERNANZA REPRODUCTIVA: UNA MIRADA DESDE BARRIOS POPULARES DE BUENOS AIRES
Guada Fernández Chein

"LAS MADRES SON NUESTRO PUERTO SEGURO": GÉNERO, POBREZA Y MORALIDADES EN POLÍTICAS SOCIALES DE ACOMPAÑAMIENTO EN URUGUAY
Francesca Repetto Iribarne

DOSSIÊ TRANSAÇÕES E CONTROVÉRSIAS COM MACONHA

APRESENTAÇÃO: A PLURALIDADE DA MACONHA E O ENFOQUE ANTROPOLÓGICO DO TEMA NA AMÉRICA LATINA
Florencia Corbelle, Marcílio Dantas Brandão, Frederico Policarpo

USO TERAPÊUTICO DA CANNABIS E POLÍTICAS DE MORALIDADE: DISPUTAS E CONTROVÉRSIAS NOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO
Marco Vinicius de Castro, Paulo Cesar Pontes Fraga

CORRER ATRÁS: DEMANDAS E REGULAMENTAÇÕES DO USO TERAPÊUTICO-MEDICINAL DA MACONHA NO BRASIL E NA ARGENTINA
Mário José Bani Valente

REGULACIÓN Y ECONOMÍA DEL CANNABIS EN ARGENTINA (2017-2024): AVANCES, LOGROS, INSUFICIENCIAS E INCERTIDUMBRES
Rolando García Bernado, Brenda Maier, Santiago Kozicki

PARTICIPACIÓN Y EXPERTICIAS ACTIVISTAS EN LA REGULACIÓN DEL CANNABIS EN ARGENTINA
María Cecilia Díaz, Lucía Ana Romero

LA MEDICINA PROHIBIDA: CÓMO SE APLICÓ LA LEY DE DROGAS A LAS PERSONAS QUE TUVIERON CANNABIS PARA USO TERAPÉUTICO/MEDICINAL DURANTE 2015 A 2019, EN BAHÍA BLANCA, ARGENTINA
German Klappenbach

ARTIGOS

RISCOS E VULNERABILIDADES NAS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO: ETNOGRAFIA, ESCRITA E MARGINALIDADE
João Victtor Gomes Varjão

Ê, COREIRA: VIDA E TRABALHO DE REGINA ARCANJO
Jefferson Dantas

DOCES SEXUALIZADOS E NARRATIVAS DO SELF CONSUMIDOR: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE CONSUMO NA LOJA LA PUTARIA/LA CENSURA
Danilo Barroso Celedonio, Alcides Fernando Gussi

HIV/AIDS E PREP: O CASO DE HOMENS BRASILEIROS QUE FAZEM TRABALHO SEXUAL EM PORTUGAL
Guilherme Rodrigues Passamani

ENTRE RUÍNAS E HISTÓRIAS, HISTÓRIAS DE RUÍNAS: ATAFONA COMO PAISAGEM DO ANTROPOCENO NO LITORAL BRASILEIRO
Juliana Blasi Cunha, Carlos Abraão Moura Valpassos, Jason Bartholomew Scott

PATRIMONIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA LGBTQIAPN+: SUJEITOS, REDES E LUTAS INTERPRETATIVAS
Thiago Barcelos Soliva

COMO PEGAR CARANGUEJO-UÇÁ: ECOLOGIA DE PRÁTICAS EM PAISAGENS DE MANGUEZAIS
Pedro Castelo Branco Silveira, Lucas Coelho Pereira

ENTRE PRESENÇAS E AUSÊNCIAS: REPENSANDO AS RELAÇÕES ENTRE HIPERTENSÃO, RAÇA E CUIDADO
William Rosa

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

SAÚDE COMO ACONTECIMENTO: AFETOS, CORPOS E COLETIVIDADES NA FILOSOFIA DE ESPINOSA
Pedro Paulo Gomes Pereira

RESENHAS

O ILÊ AIYÊ E O MUNDO AFRICANO NA BAHIA
Heitor Frúgoli Junior

CONTENTS 58.1

EDITOR'S NOTE

DOSSIER REPRODUCTION POLICIES: LATIN AMERICAN PERSPECTIVES

PRESENTATION: POLITICS OF REPRODUCTION FROM A LATIN AMERICAN PERSPECTIVE: DIALOGUES BETWEEN BRAZIL, ARGENTINA AND URUGUAY
Laura Lowenkron, Camila Fernandes, Marjorie Murray

POPULATION-COLONIZATION-REPRODUCTION POLICIES: "WHITENESS", "CHILDHOOD", AND FEMININE CONSTRUCTS IN THE GOVERNANCE OF THE FUTURE AMAZON
Telma de Sousa Bemerguy

I DON'T WANT TO HAVE (ANYMORE) CHILDREN: IS MOTHERHOOD IN CRISIS A CONSEQUENCE OF THE PANDEMIC?
Rosamaria Giatti Carneiro

AFTER MATERNAL DEATH: INTERPRETATIONS OF EPIDEMIOLOGICAL SURVEILLANCE PROFESSIONALS ON DEATHS AND FAMILY RECONFIGURATIONS IN PERNAMBUCO (BRAZIL)
Raquel Lustosa

GRANDMOTHERS WHO RAISE: INTERGENERATIONAL CARE RELATIONSHIPS IN RIO'S FAVELAS
Natália Helou Fazzioni

AGENCY OF YOUNG MOTHERS AND REPRODUCTIVE GOVERNANCE: A PERSPECTIVE FROM VULNERABLE NEIGHBORHOODS OF BUENOS AIRES
Guada Fernández Chein

"MOTHERS ARE OUR SAFE HAVEN": GENDER, POVERTY AND MORALITIES IN SOCIAL ACCOMPANYING POLICIES IN URUGUAY
Francesca Repetto Iribarne

DOSSIER TRANSACTIONS AND DISPUTES INVOLVING MARIJUANA

PRESENTATION: THE PLURALITY OF MARIJUANA AND THE ANTHROPOLOGICAL APPROACH TO THE TOPIC IN LATIN AMERICA
Florencia Corbelle, Marcílio Dantas Brandão, Frederico Policarpo

THERAPEUTIC USE OF CANNABIS AND MORALITY POLICIES: DISPUTES AND CONTROVERSIES IN THE EXECUTIVE, LEGISLATIVE AND JUDICIAL BRANCHES
Marco Vinicius de Castro, Paulo Cesar Pontes Fraga

CORRER ATRÁS: DEMANDS AND REGULATION OF THERAPEUTIC-MEDICINAL MARIJUANA USE IN BRASIL AND ARGENTINA
Mário José Bani Valente

REGULATION AND ECONOMY OF CANNABIS IN ARGENTINA (2017-2024): PROGRESS, ACHIEVEMENTS, INSUFFICIENCIES AND UNCERTAINTIES
Rolando García Bernado, Brenda Maier, Santiago Kozicki

PARTICIPATION AND ACTIVIST EXPERTISE IN CANNABIS REGULATION IN ARGENTINA
María Cecilia Díaz, Lucía Ana Romero

THE FORBIDDEN MEDICINE: HOW THE DRUG LAW WAS APPLIED TO PEOPLE WHO POSSESSED CANNABIS FOR THERAPEUTIC/MEDICINAL USE FROM 2015 TO 2019, IN BAHÍA BLANCA, ARGENTINA
German Klappenbach

ARTICLES

RISKS AND VULNERABILITY AT THE BANKS OF THE SÃO FRANCISCO RIVER: ETHNOGRAPHY, WRITING AND MARGINILITY
João Victtor Gomes Varjão

HEY, COREIRA: LIFE AND WORK OF REGINA ARCANJO
Jefferson Dantas

A RESIGNIFIED RITUAL: THE SCHOOL BETWEEN EXAMS
Danilo Barroso Celedonio, Alcides Fernando Gussi

XUKURU AGAINST THE STATE? ANTHROPOLOGICAL CONTRIBUTIONS ABOUT THE TENTACLES OF THE STATE IN EVERYDAY LIFE
Cristhyan Kaline Soares Mineiro

HIV/AIDS AND PREP: THE CASE OF BRAZILIAN MALE SEX WORKERS IN PORTUGAL
Guilherme Rodrigues Passamani

BETWEEN RUINS AND STORIES, STORIES OF RUINS: ATAFONA AS AN ANTHROPOCENE LANDSCAPE ON THE BRAZILIAN COAST
Juliana Blasi Cunha, Carlos Abraão Moura Valpassos, Jason Bartholomew Scott

PATRIMONIALIZATION OF LGBTQIAPN+ MEMORY: SUBJECTS, DISPUTES AND AGENDAS
Thiago Barcelos Soliva

HOW TO CATCH BURROW CRABS: ECOLOGY OF PRACTICES IN MANGROVE LANDSCAPES
Pedro Castelo Branco Silveira, Lucas Coelho Pereira

BETWEEN PRESENCES AND ABSENCES: RETHINKING THE RELATIONS AMONG HYPERTENSION, RACE, AND CARE
William Rosa

TRAJECTORIES AND PERSPECTIVES

HEALTH AS AN EVENT: AFFECTS, BODIES, AND COLLECTIVITIES IN SPINOZA'S PHILOSOPHY
Pedro Paulo Gomes Pereira

REVIEWS

ILÊ AIYÊ AND THE AFRICAN WORLD IN BAHIA
Heitor Frúgoli Junior

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 58.1, neste primeiro quadrimestre de 2026.

Nesta edição, publicamos dois dossiês, oito artigos de temática livre, um artigo na seção Trajetórias e Perspectivas e uma resenha.

O primeiro dossiê tem como título "Políticas da reprodução: perspectivas latino-americanas" e foi proposto e organizado pelas professoras Laura Lowenkron e Camila Fernandes, ambas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Marjorie Murray, da Pontificia Universidad Católica de Chile. Composto da apresentação e de mais seis artigos, o dossiê parte da premissa de que toda reprodução é política e, por sua vez, toda política é reprodutiva. A partir daí, reúne pesquisas etnográficas com o objetivo de promover um diálogo regional entre perspectivas latino-americanas sobre a "reprodução" entendida como um conceito polissêmico, que não se restringe apenas a um fenômeno biológico, mas culturalmente definido.

O segundo dossiê tem como título "Transações e controvérsias com maconha" e foi organizado pelos professores Frederico Policarpo, da Universidade Federal Fluminense, Marcílio Dantas Brandão, da Universidade Federal do Vale do São Francisco e da Universidade Federal de Pernambuco, e Florencia Corbelle, da Universidad de Buenos Aires, Argentina. O dossiê reúne, além da apresentação, cinco artigos que analisam, da perspectiva das Ciências Sociais, as transações e controvérsias em torno da maconha no Brasil e na Argentina, compreendidas como um problema público marcado por disputas morais, jurídicas, científicas e políticas. Para tanto, os trabalhos exploram os processos de regulamentação do uso terapêutico-medicinal, as formas de mobilização de usuários, familiares e ativistas, e os modos pelos quais diferentes atores e burocracias, que têm práticas e saberes específicos, produzem e negociam fronteiras entre o lícito e o ilícito.

A seção de **Artigos** é composta por oito artigos. Inicia com o trabalho "Riscos e vulnerabilidades nas margens do Rio São Francisco: etnografia, escrita e marginalidade", de João Victtor Gomes Varjão, da Universidade do Estado da Bahia. A partir de uma abordagem etnográfica, o artigo analisa como desejo, precariedade e racialidade atravessam os encontros sexuais no território do Rio São Francisco, em Juazeiro da Bahia. Assim, o artigo contribui para uma reflexão sobre sexualidade, territorialidade e vulnerabilidade ao evidenciar como práticas dissidentes se estruturam em contextos marcados por desigualdades raciais e socioeconômicas,

CC BY

ampliando a compreensão das experiências marginais e seus desafios metodológicos, éticos e teóricos na produção antropológica.

O artigo a seguir, intitulado "Ê, coreira: vida e trabalho de Regina Arcanjo", de Jefferson Dantas, da Universidade Estadual de Campinas, apresenta e analisa a trajetória de vida e trabalho de Ana Regina Braga Arcanjo, uma coreira do tambor de crioula em São Luís, no estado do Maranhão. A partir dessa análise, destacam-se as estratégias utilizadas para construir e consolidar sua identidade profissional em um contexto cultural desigual e adverso e, assim, provoca-se uma discussão sobre a participação feminina na cultura popular.

Em seguida, o artigo "Um ritual ressignificado: a escola entre provas", de Danilo Barroso Celedonio, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e Alcides Fernando Gussi, da Universidade Federal do Ceará, apresenta uma etnografia sobre as avaliações em larga escala em ambientes escolares, partindo do pressuposto de que as provas são eventos ritualizados dentro desses ambientes. Este trabalho mostra-se importante para aprofundar as discussões sobre Estado e Políticas Públicas sob o olhar do público assistido e/ou dos profissionais que as executam.

O artigo seguinte intitula-se "HIV/AIDS e PrEP: o caso de homens brasileiros que fazem trabalho sexual em Portugal" e é de autoria de Guilherme Rodrigues Passamani, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Resultado de uma pesquisa mais ampla em diversos países europeus sobre o trabalho sexual de homens brasileiros, o artigo problematiza as particularidades desse nicho das economias sexuais no âmbito de uma economia moral e problematiza mais especificamente como o vírus da imunodeficiência humana causador da síndrome da imunodeficiência adquirida opera nesse mercado.

Em sequência, o artigo "Entre ruínas e histórias, histórias de ruínas: Atafona como paisagem do Antropoceno no Litoral Brasileiro", de Juliana Blasi Cunha e Carlos Abraão Moura Valpassos, ambos da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e de Jason Bartholomew Scott, da Colorado State University, a partir de trabalho de campo etnográfico, apresenta a constituição de Atafona como balneário das elites do Norte Fluminense e reflete sobre a formação das ruínas da praia e o impacto social do processo erosivo em uma paisagem que proporciona a materialização do Antropoceno.

O sexto artigo dessa seção, de autoria de Thiago Barcelos Soliva, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, tem como título "Patrimonialização da memória LGBTQIAPN+: sujeitos, redes e lutas interpretativas". Nele, o autor analisa o processo de politização do debate sobre a memória LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro atual. Partindo da compreensão do patrimônio como ação política, busca examinar a constituição de

uma agenda de interesses em torno das noções de "memória", "historiografia" e "museologia" LGBTQIAPN+.

A seguir o artigo "Como pegar caranguejo-uçá: ecologia de práticas em paisagens de manguezais", de Pedro Castelo Branco Silveira, da Fundação Joaquim Nabuco, e Lucas Coelho Pereira, da Universidade Federal da Paraíba, discute a relação entre técnica e ecologia de práticas, a partir da atividade de pesca artesanal do caranguejo-uçá, nos manguezais no Nordeste brasileiro. A partir de pesquisa etnográfica, os autores discutem as lógicas de regramento da atividade, que se centram na relação entre a taxa de extração e a de reprodução, em uma perspectiva populacional que não leva em conta outras relações que constituem as paisagens e importam para a abundância de caranguejos.

Por fim, o artigo "Entre presenças e ausências: repensando as relações entre hipertensão, raça e cuidado", de William Rosa, da Universidade Estadual de Campinas, discute como a raça se apresenta e produz efeitos nas práticas elaboradas para o cuidado da hipertensão e como diferenças e desigualdades afetam o seu cuidado, tornando evidente que a raça, ainda que muitas vezes silenciada nas práticas de saúde, produz efeitos concretos no diagnóstico e no cuidado.

A seção seguinte, **Trajetórias e Perspectivas**, tem como objetivo publicar artigos e ensaios que produzam reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos/as brasileiros/as e estrangeiros/as, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países. Neste número, publicamos o artigo "Saúde como acontecimento: afetos, corpos e coletividades na filosofia de Espinosa", de Pedro Paulo Gomes Pereira, da Universidade Federal de São Paulo. O ensaio explora um encontro especulativo entre a filosofia de Baruch de Espinosa e o campo multifacetado da saúde. Neste ensaio, a saúde se apresenta, mais do que como uma categoria biomédica ou um conceito meramente técnico, como um processo dinâmico de atravessamentos entre forças humanas e não humanas, entrelaçando subjetividades, materialidades e ecologias afetivas. Essa abordagem desafia o monopólio epistêmico da biomedicina e sua tendência a universalizar definições de doença e normalidade, propondo uma ecologia do cuidado na qual diferentes saberes e experiências se entrelaçam em um horizonte de composição e experimentação.

Por fim, publicamos a **resenha** "O Ilê Aiyê e o mundo africano na Bahia", de Heitor Frúgoli Junior, da Universidade de São Paulo, sobre o livro *Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro (Carnaval da Bahia, 1974-2024)*, de Michel Agier, publicado pela Editora 34, em 2024. Trata-se do último livro em português do antropólogo Michel Agier, como uma versão condensada, revista e atualizada de *Anthropologie du carnaval: la ville, la fête et l'Afrique à Bahia*, publicado

em 2000. O livro combina abordagens etnográficas sobre práticas de integrantes do Ilê Aiyê com reconstituições históricas voltadas à compreensão de suas mudanças estruturais ao longo de cinquenta anos de existência.

Em relação às capas deste número, elas ilustram os dois dossiês publicados. Em relação ao Dossiê "Políticas da reprodução: perspectivas latino-americanas", a imagem intitula-se "Arpillera" e é de autoria de Aída Moreno Reyes. A arpillera foi criada em 2023 no contexto da comemoração do 50º aniversário do golpe de Estado no Chile. Ela retrata o grupo Tejiendo Redes (Tecendo Redes), que representa uma nova geração de arpilleristas da Casa de la Mujer (Centro de Mulheres) em Huamachuco. A Casa de la Mujer em Huamachuco é uma organização autônoma fundada por mulheres moradoras do bairro de Renca, ao norte de Santiago, cuja história está intimamente ligada ao trabalho coletivo, à formação, ao cuidado e à autonomia das mulheres trabalhadoras, mantendo uma presença ativa nessas áreas até hoje. Segundo explicam as organizadoras do dossiê, a escolha desta arpillera como imagem para o dossiê ressoa com os temas centrais desta coletânea, reinserindo uma genealogia do trabalho coletivo feminino no contexto atual das políticas reprodutivas. A obra retrata a reprodução social como uma prática viva, material e simbólica por meio da qual as mulheres trabalhadoras produzem cuidado, autonomia e um futuro em contextos de precariedade. Nesse sentido, a imagem não funciona apenas como uma ilustração, mas como uma forma de pensamento visual que condensa uma das ideias centrais do dossiê: a de que a reprodução da vida é sempre um terreno político onde dignidades, memórias e horizontes possíveis são disputados.

A segunda capa ilustra o dossiê "Transações e controvérsias com maconha" e tem como título "Flauta canábica" (2021) de Rosenfeldtown. A imagem representa uma figura alada de traços femininos, associada à planta, coroada por folhas de cannabis, que sustenta um instrumento vegetal cujas raízes permanecem visíveis, lembrando-nos da prática do cultivo e de que, como todo ser vivo, emana da terra. Entre o sagrado e o profano, o terapêutico e o estigmatizado — materializados em uma figura protetora e curativa, que acolhe quem dela necessita sem perder a alusão a seus usos psicoativos —, a obra condensa visualmente as múltiplas controvérsias que atravessam a maconha: seus usos medicinais e não medicinais, a tensão entre saberes científicos e populares e as disputas morais e políticas em torno de sua legitimidade. Ao escolher uma obra de um artista canábico latino-americano, os organizadores buscam reconhecer que as transações com maconha excedem o campo da ciência e da saúde e se expressam também, entre outras formas, em práticas estéticas e políticas, que tensionam as fronteiras entre legalidade e moralidade e evidenciam as múltiplas formas pelas quais as pessoas se envolvem com a planta.

Para finalizar, lembramos a nossos/as leitores/as que continuamos a receber submissões

de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram (antropoliticauff) e no Twitter (@RAntropolitica).

Boa leitura!

DOSSIÊ TEMÁTICO

Políticas da reprodução em perspectiva latino-americana: diálogos entre Brasil, Argentina e Uruguai[1]

Politics of reproduction from a latin american perspective: dialogues between Brazil, Argentina and Uruguay

Políticas de la reproducción desde una perspectiva latinoamericana: diálogos entre Brasil, Argentina y Uruguay

Laura Lowenkron
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Camila Fernandes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Marjorie Murray
Pontificia Universidad Catolica de Chile, Santiago, Chile

RESUMO

Este artigo introduz o dossiê *Políticas da reprodução: perspectivas latino-americanas*, situando o debate contemporâneo sobre a reprodução como um campo de disputas políticas, morais e raciais de longa duração. Considerando discursos públicos que responsabilizam mulheres pobres por sua fecundidade ou pânicos demográficos no Norte global, mostramos como a reprodução segue sendo um terreno estratégico no qual se define quem deve ou não deve nascer, em que condições e a serviço de quais projetos de futuro. Essas dinâmicas inscrevem-se em uma história marcada pela colonialidade, pelo racismo e pelo elitismo que orientam a governança reprodutiva em escala global e regional. A reprodução não se limita ao biológico, mas inclui a reprodução social e as práticas de cuidado. A partir dessa perspectiva, retomam-se aportes da antropologia feminista para afirmar que toda

1A organização deste dossiê é resultado de projetos de pesquisa e seminários que contaram com as seguintes fontes de financiamento: bolsas Prociência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), de Laura Lowenkron (processo nº E-26/201.441/2022); Fondecyt Regular 1251356 e Instituto Milenio VioDemos ICS2019_025 y CIIR 1523A0003, de Marjorie Murray. Além disso, Camila Fernandes e Laura Lowenkron integram a Rede Transnacional de Pesquisas sobre maternidade destituídas, violadas e violentadas (REMA), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

CC BY

reprodução é política e que toda política é também reprodutiva e racializada. Dialogamos com os conceitos de políticas da reprodução, governança reprodutiva e justiça reprodutiva para evidenciar como os regimes morais que regulam a fecundidade e a maternidade produzem hierarquias entre maternidades legítimas e ilegítimas, promovidas e interditadas, celebradas e invisibilizadas. Nossa apresentação mostra como essas gramáticas de suspeição e moralização se atualizam em interações cotidianas em instituições de saúde, cuidado e assistência social, nas quais o Estado atua não apenas como gestor de recursos, mas como instância de vigilância e julgamento moral. Por fim, sustenta-se que analisar as políticas da reprodução na América Latina exige articular história, etnografia e crítica interseccional para compreender como a desigualdade reprodutiva constitui um problema central da democracia, da justiça social e da distribuição do futuro.

Palavras-chave: Políticas da reprodução, Governança reprodutiva, Justiça reprodutiva, América Latina.

ABSTRACT

This article introduces the special issue *Politics of Reproduction: Latin American Perspectives* by situating contemporary debates on reproduction within a field of long-standing political, moral, and racial disputes. By considering public discourses that blame poor women for their fertility or invoke demographic panics in the Global North, we show how reproduction remains a strategic terrain in which decisions are made about who should or should not be born, under what conditions, and in the service of which future projects. These dynamics are embedded in a history shaped by coloniality, racism, and elitism that continues to structure reproductive governance at global and regional scales. Reproduction is understood here as extending beyond the biological to include social reproduction and practices of care. From this perspective, the presentation draws on feminist anthropology to argue that all reproduction is political and that all politics is likewise reproductive and racialized. We engage with the concepts of the politics of reproduction, reproductive governance, and reproductive justice to demonstrate how moral regimes regulating fertility and motherhood produce hierarchies between legitimate and illegitimate maternities — promoted and interdicted, celebrated and rendered invisible. The presentation further shows how these grammars of suspicion and moralization are reproduced in everyday interactions within institutions of health, care, and social assistance, where the state operates not only as a manager of resources but also as an authority of surveillance and moral judgment. Finally, it argues that analyzing the politics of reproduction in Latin America requires articulating history, ethnography, and intersectional critique to understand how reproductive inequality constitutes a central problem of democracy, social justice, and the distribution of the future.

Keywords: Politics of reproduction, Reproductive governance, Reproductive justice, Latin America.

RESUMEN

Este artículo introduce el dossier *Políticas de la reproducción: perspectivas latinoamericanas* situando el debate contemporáneo sobre la reproducción como un campo de disputas políticas, morales y raciales de larga duración. Considerando discursos públicos que responsabilizan a mujeres pobres por su fecundidad o pánicos demográficos en el Norte global, mostramos cómo la reproducción sigue siendo un terreno estratégico donde se define quién debe o no debe nacer, en qué condiciones y al servicio de qué proyectos de futuro. Estas dinámicas se inscriben en una historia marcada por la colonialidad, el racismo y el elitismo que orientan la gobernanza reproductiva a escala global y regional. La reproducción no se limita a lo biológico, sino que incluye la reproducción social y las prácticas de cuidado. Desde esta perspectiva, se retoman aportes de la antropología feminista para afirmar que toda reproducción es política y que toda política es también reproductiva y racializada. Dialogamos con los conceptos de políticas de reproducción, gobernanza reproductiva y justicia reproductiva para evidenciar cómo los regímenes morales que regulan la fecundidad y la maternidad producen jerarquías entre maternidades legítimas y ilegítimas, promovidas y prohibidas, celebradas e invisibilizadas. Nuestra presentación muestra cómo estas gramáticas de sospecha y moralización se actualizan en interacciones cotidianas en instituciones de salud, cuidado y asistencia social, donde el Estado actúa no solo como gestor de recursos, sino como instancia de vigilancia y juicio moral. Finalmente, se sostiene que analizar las políticas de la reproducción en América Latina exige articular historia, etnografía y crítica interseccional para comprender cómo la desigualdad reproductiva constituye un problema central de democracia, justicia social y distribución del futuro.

Palabras clave: Políticas de reproducción, Gobernanza reproductiva, Justicia reproductiva, América Latina.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2024, durante uma cerimônia de entrega de moradias do "Minha Casa, Minha Vida", em Maceió, o presidente Lula perguntou a uma beneficiária de 27 anos, com cinco filhos, quando ela iria "fechar a porteira". Em junho do mesmo ano, ele disse para uma mãe de três crianças, beneficiária do mesmo Programa, que ela precisava "parar de ter filhos"[2]. Enquanto isso, algumas das nações mais ricas do mundo já olham com preocupação a crescente queda da natalidade. Diante dos impactos econômicos da inversão da pirâmide demográfica,

2 Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-diz-para-beneficiaria-do-minha-casa-minha-vida-parar-de-ter-filho/. Acesso em: 5 maio 2025.

especialmente no Norte global, temos assistido a uma nova onda de discursos e políticas pró-natalistas e líderes conservadores de extrema-direita, como Elon Musk, responsabilizam mulheres que não querem ter filhos pelo "colapso populacional"[3].

Esse novo movimento pró-natalista nos países ricos pode ser interpretado como o outro lado da moeda das políticas de controle populacional vigentes nos anos 1960, que buscavam reduzir as taxas de fecundidade dos países em desenvolvimento, responsabilizando a reprodução supostamente excessiva de mulheres racializadas do sul global pelos índices de pobreza. Em vários países da Europa e do Leste Europeu, governos de perfil autoritário e conservador têm combinado políticas abertamente pró-natalistas com discursos anti-imigração e de "defesa da civilização", articulando demografia, raça, nação e soberania em uma mesma gramática política. A queda das taxas de fecundidade, longe de ser apenas um "problema técnico" de gestão populacional, aparece assim como um terreno estratégico de disputas sobre quem deve ou não deve nascer, em que condições e a serviço de quais projetos de futuro.

No Brasil, embora a taxa de fecundidade média da população tenha diminuído de 6,28 para 1,6 filhos por mulher em pouco mais de 60 anos (1960 a 2022) e as mulheres brasileiras tenham filhos cada vez mais tarde (atualmente, 28 anos em média), mães pobres e dependentes de "ajuda do governo" permanecem sendo alvo de moralizações e preocupações políticas sobre "planejamento familiar". Longe de se restringirem a declarações públicas ou a debates abstratos, essas gramáticas de suspeição e acusação se atualizam de maneira particularmente contundente nas rotinas mais ordinárias das instituições de cuidado e assistência.

Como mostram etnografias realizadas em creches públicas no Brasil (Fernandes, 2021), por exemplo, a distribuição de bens básicos como caixas de leite pode se transformar em cena de produção cotidiana de humilhação e censura moral, em que mulheres pobres, em sua maioria negras e trabalhadoras, são publicamente enquadradas como "irresponsáveis", "preguiçosas" ou incapazes de "se planejar para ter filhos". Outro exemplo são as etnografias em serviços de saúde no contexto chileno, onde os exames médicos de rotina são coroados como um espaço fértil para a reprodução de estereótipos de identidade indígena que colocam essas mulheres, sua mobilidade e sua maternidade à margem do descaso (Carreño; Murray 2026). Nessas interações aparentemente banais, o Estado se faz presente não apenas como gestor de recursos escassos, mas como instância que regula, vigia e julga moralmente a sexualidade e a reprodução, produzindo e distribuindo vergonha, constrangimento e hierarquias de valor entre maternidades legítimas e ilegítimas.

Ao abrir esta apresentação com essas notícias recentes que chamam atenção para o

3 Poadcast *Café da manhã*: "Por que a ultradireita quer que vc tenha mais filhos?", de 17 março 2025. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/616hS0ZLLKrGgyaaHQlo8K. Acesso em: 5 maio 2025.

contraste entre as ansiedades políticas e morais vigentes em torno da reprodução no contexto atual, nosso intuito é evidenciar a duração da colonialidade e as lógicas elitistas e racistas que orientam historicamente as formas de *governança reprodutiva* em nível global, regional e nacional. Partindo da premissa de que toda reprodução é política (Ginsburg; Rapp, 1995) e toda política é reprodutiva (Briggs, 2017) e racializada (Tempesta, 2022; Araujo, 2024; Solaterrar; Lowenkron, 2025), o objetivo deste dossiê é promover um diálogo entre perspectivas latino-americanas sobre o tema.

A reprodução é entendida aqui como um conceito polissêmico, que não se restringe apenas a um fenômeno culturalmente concebido como biológico, incluindo também a reprodução social e as práticas de cuidado. A reprodução pode ser entendida ainda como o meio pelo qual as novas gerações são produzidas. Nesse sentido, frequentemente ela está situada no centro de disputas e processos políticos em torno do futuro de comunidades, nações ou povos (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021). Assim, ao falar em *políticas da reprodução*, estamos convocando debates sobre imaginários de nação, família, desejo, controle e intervenção das práticas estatais, nas quais a fecundidade de grupos racializados e periféricos tem especial inflexão.

Como pretendemos demonstrar com a organização deste dossiê, o governo da reprodução é orientado por processos de moralização e regulação generificados e racialmente estratificados. A partir de contextos etnográficos diversos em diferentes regiões do Brasil, na Argentina e no Uruguai, os textos aqui reunidos iluminam diferentes formas de atualização da colonialidade das políticas reprodutivas na América Latina. A partir disso, evidenciam como algumas maternidades e organizações familiares são historicamente promovidas, valorizadas e celebradas, enquanto outras são continuamente deslegitimadas, interditadas ou invisibilizadas ao serem vinculadas a figuras maternas indesejáveis e a *arranjos de cuidado* (Fazzioni, 2023) considerados inadequados, "desorganizados" e perigosos (Vicaroni, 2025).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E DESLOCAMENTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS DA REPRODUÇÃO

Políticas da reprodução é um conceito introduzido no debate antropológico nos anos 1990 (Ginsburg; Rapp, 1995) com o intuito de chamar atenção para o modo como a reprodução é estruturada por meio de forças sociais e relações de poder que atravessam e conectam dinâmicas íntimas, políticas nacionais e lógicas econômicas globais (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021). Isso sem perder de vista a agência das pessoas, especialmente, mulheres em seus esforços cotidianos de moldar suas vidas reprodutivas, em meio a relações de poder e constrangimentos diversos.

A partir de um olhar focado nas *políticas da reprodução* na América Latina, Lynn Morgan e Elisabeth Roberts (2012) cunharam o conceito de *governança reprodutiva*, retomado mais recentemente por Claudia Fonseca, Diana Marre e Fernanda Rifiotis (2021). Esse conceito serve para chamar atenção para como políticas reprodutivas são engendradas a partir da ação de diferentes atores sociais e articulam diversas formas de governamentalidade. Além disso, a noção de *governança reprodutiva* é entendida como uma ferramenta analítica para traçar mudanças históricas e especificidades regionais dos regimes morais e racionalidades políticas em relação à reprodução.

Justiça reprodutiva é outro conceito potente nesse campo de discussões, tanto do ponto de vista teórico quanto de ação política (Brandão; Cabral, 2021; Brandão; Lowenkron; Carneiro, 2025). Loretta Ross (2017), uma das primeiras ativistas negras norte-americanas a cunhar esse neologismo que une o conceito de direitos reprodutivos e justiça social, define a *justiça reprodutiva* a partir de um conjunto de três direitos humanos interligados: (1) o direito de ter um filho nas condições que escolher; (2) o direito de não ter um filho recorrendo a métodos contraceptivos, aborto ou abstinência; e (3) o direito de criar os filhos em ambientes seguros e saudáveis, livres de violência por parte de indivíduos ou do Estado. Articulado à matriz teórica da interseccionalidade, essa noção explicita as limitações do paradigma liberal dos direitos reprodutivos centrado no ideário da escolha e autonomia individual, pois não permite considerar os constrangimentos sociais e as relações de poder que moldam os desejos e as escolhas reprodutivas.

Para compreender como regimes morais que orientam o governo da reprodução se constituem historicamente, é preciso recuar ao final do século XVIII, quando se consolida, na Europa, um modelo de governança reprodutiva ancorado no saber-poder médico e na valorização da vida das crianças. Elisabeth Badinter (1985) demonstrou como o amor materno, longe de ser um instinto natural ou universal, precisou ser instituído como dever feminino por meio de uma cruzada moral e médica em prol da amamentação e do cuidado direto das crianças pelas mães, antes delegados a amas de leite, em um contexto de altas taxas de mortalidade infantil, queda demográfica e emergência do capitalismo.

Esse modelo foi mais prontamente adotado por mulheres da burguesia, ao mesmo tempo em que se ancorou na desqualificação das amas-de-leite enquanto provedoras de um cuidado considerado inadequado e perigoso. No Brasil, no contexto colonial as amas de leite que amamentavam os filhos das famílias de elite eram mulheres negras escravizadas. Essas mulheres, por sua vez, eram impedidas de cuidar dos seus próprios filhos ao serem incorporadas ao ciclo reprodutivo da família branca (Giacomini, 1988; Passos 2023).

Portanto, embora o amor materno seja pensado como atributo feminino universal, desde a instituição desse mito apenas algumas mulheres foram imaginadas como sendo capazes

de encarná-lo da maneira idealizada, as da família nuclear burguesa. Com foco no contexto brasileiro do final do século XIX, Jurandir Freire Costa (1983) destaca que médicos higienistas promoveram o cuidado materno como ideal para a elite branca, moldando a figura da "mãe higiênica" para atender aos padrões eugênicos da época. Ao mesmo tempo a maternagem de mulheres pobres e racializadas era negada e desqualificada do ponto de vista médico, moral e social

Durante muito tempo sexualidade e reprodução foram absolutamente inseparáveis do ponto de vista da sua governamentalidade, ou seja, só havia sexualidade legítima se o sexo fosse reprodutivo — heterossexual, marital, dentro de uma família monogâmica. O resto era visto como desvio, ilegítimo, crime, patologia e/ou pecado (Foucault, 1988). Mas os debates acadêmicos que retomamos aqui evidenciam que nem toda sexualidade reprodutiva foi igualmente promovida, valorizada e desejada ao longo da história ocidental moderna. No início do século XX, em um contexto de queda demográfica e ascensão dos fascismos, do nazismo e do eugenismo, as políticas reprodutivas nacionalistas no Norte global articulavam o pró-natalismo à "defesa da raça", promovendo a procriação de mulheres brancas e economicamente privilegiadas e, ao mesmo tempo, a esterilização e o controle da natalidade de populações racializadas e/ou consideradas degeneradas e indignas de procriar (Corossacaz, 2009).

Como demonstra Nancy Stepan em seu livro *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina* (2005), as políticas reprodutivas na região, ao longo da primeira metade do século XX, estiveram profundamente imbricadas aos projetos nacionais de modernização, racialização e "aperfeiçoamento" da população. A eugenia latino-americana, longe de ser uma simples importação de modelos europeus, foi adaptada a contextos marcados pela herança colonial, pela centralidade da miscigenação e pela medicalização da pobreza, articulando-se a políticas de higiene, maternidade e infância e a dispositivos de controle moral e social sobre as mulheres das classes populares.

Com o progressivo descrédito da eugenia enquanto teoria científica após a Segunda Guerra Mundial, essas formas de intervenção não desapareceram, mas foram reconfiguradas. A partir dos anos 1950 e 1960, as políticas reprodutivas em escala global passam a se orientar crescentemente por uma racionalidade neomalthusiana, que desloca o foco do "aperfeiçoamento racial" para o controle demográfico. Nesse novo enquadramento, como mostra Stepan, as preocupações das agências internacionais e dos organismos de desenvolvimento se concentraram no que passou a ser nomeado como "explosão populacional" nos países do Sul global, estabelecendo uma associação direta entre pobreza, subdesenvolvimento e altas taxas de fecundidade. A prole numerosa e a suposta ausência de planejamento familiar das mulheres pobres tornaram-se, então, não apenas um problema social, mas um problema político e econômico, reinscrevendo, sob novas linguagens tecnocráticas e desenvolvimentistas, antigas

hierarquias de classe, raça e gênero e renovando os dispositivos de governança sobre os corpos e as capacidades reprodutivas das populações subalternizadas.

No Peru, por exemplo, o regime de Alberto Fujimori implementou entre 1996 e 2000 um programa massivo de esterilizações no âmbito das políticas de saúde reprodutiva, que afetou de maneira desproporcional mulheres indígenas e rurais. Diversos estudos e organismos de direitos humanos documentaram que essas práticas foram realizadas, em muitos casos, sem consentimento informado ou sob condições coercitivas, constituindo uma grave violação dos direitos humanos. A partir de uma perspectiva crítica, esse processo tem sido analisado como uma política de Estado que naturalizou a exclusão e a racialização de certos corpos, apresentando a esterilização como uma medida técnica de desenvolvimento e modernização (Passos 2024). Nessa linha, Kimberly Theidon (2022) examina as esterilizações forçadas no Peru como uma forma de intervenção política sobre os corpos femininos, inscrevendo-as em dinâmicas de biopoder que operam de maneira diferencial segundo gênero, classe e etnicidade. Ambas as autoras coincidem em assinalar que essas práticas não podem ser reduzidas a uma política sanitária, devendo ser compreendidas como uma expressão de violência estatal no marco de um modelo de modernização autoritário e racializado.

No Brasil, no contexto da ditadura e da transição democrática, a gestão da fecundidade tornou-se um dos eixos centrais das disputas políticas sobre modernização e pobreza (Alves, 2014). O nascimento de crianças nas camadas populares passou a ser enquadrado como problema público, e a laqueadura tubária se difundiu como solução técnica, muitas vezes realizada de forma coercitiva ou sem consentimento plenamente informado. É nesse cenário que o movimento de mulheres negras organizou, no final dos anos 1980 e início dos 1990, denúncias públicas sobre a "esterilização em massa" da população negra, resultando na CPI de 1992, que confirmou a prática sistemática de oferta compulsória de métodos contraceptivos irreversíveis, sobretudo nas regiões mais pobres do país.

Esse ciclo de denúncias e mobilizações foi decisivo para a formulação de novos marcos institucionais, como a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983 e, posteriormente, a Lei do Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/96), que passam a afirmar a autonomia reprodutiva como princípio normativo. Ao mesmo tempo, esse deslocamento ocorre em um contexto mais amplo de reconfiguração das políticas públicas e de consolidação da linguagem dos direitos humanos, incluindo o reconhecimento progressivo dos direitos sexuais e a emergência de novos sujeitos políticos, como a população LGBT+. O PAISM ampliou o foco da atenção da saúde materno-infantil para reconhecer a necessidade de atender às mulheres em todas as fases da vida, incluindo a contracepção e o planejamento familiar (Vianna; Lacerda, 2004).

No plano internacional, esse processo tem como marcos a Conferência do Cairo

(1994), a Conferência de Pequim (1995) e, mais recentemente, a Cúpula de Nairóbi (2019), com a agenda dos "três zeros".[4] No Programa de Ação do Cairo, os direitos reprodutivos são caracterizados pelo direito a decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, incluindo o acesso à saúde sexual e reprodutiva, bem como o direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência. No entanto, como mostram diversas pesquisas, a passagem para o paradigma dos direitos não significou o fim das hierarquias reprodutivas. Como sintetizam Brandão, Lowenkron e Carneiro (2025, p. 26):

> Se o final do século XX foi marcado pelo deslocamento de uma *governança reprodutiva* centrada no controle populacional para uma gramática dos direitos sexuais reprodutivos, é importante destacar que esse movimento se deu em um contexto de avanço de políticas de austeridade e do neoliberalismo, que levaram a retrocessos em suportes sociais e serviços de saúde (Morgan; Roberts, 2012). Logo, a ênfase nos direitos reprodutivos centrada na escolha ou autonomia individual tem sido frequentemente ancorada no mercado que reforça regimes de *reprodução estratificada* (Colen, 1995) e *hierarquias reprodutivas* (Mattar; Diniz, 2012) baseadas em desigualdades de gênero, raça, classe, etnicidade, capacidade e localização em uma geopolítica global.

As desigualdades estruturais tornam-se ainda mais visíveis em contextos de crise, como no caso da epidemia de Zika no Brasil, quando o racismo ambiental e a ausência de saneamento básico expuseram de forma brutal quais populações são sistematicamente deixadas à morte e à deficiência. No cotidiano das políticas públicas, mulheres em situação de rua, usuárias de drogas, mulheres quilombolas, indígenas e rurais seguem enfrentando formas explícitas e sutis de coerção reprodutiva (Possari, 2025), seja pela ameaça de perda da guarda dos filhos, seja pela mediação clientelista do acesso à laqueadura, seja pela precarização crônica dos serviços de saúde que atendem majoritariamente a população negra (Werneck, 2016).

É nesse contexto que a noção de justiça reprodutiva, formulada por feministas negras, mostra toda a sua potência analítica e política. Ao articular o direito de ter filhos, de não tê-los e de criá-los com dignidade, essa perspectiva rompe tanto com o liberalismo estreito da "escolha individual" quanto com a falsa oposição entre agendas pró-vida e pró-escolha. Ela recoloca no centro do debate as condições materiais, raciais, territoriais e políticas que tornam algumas

4 A chamada "agenda dos três zeros" foi lançada no contexto da Cúpula de Nairóbi sobre População e Desenvolvimento, realizada em 2019. A agenda estabelece três metas globais a serem alcançadas até 2030: (1) zero necessidades não atendidas de planejamento familiar, (2) zero mortes maternas evitáveis, e (3) zero violência de gênero e práticas nocivas contra mulheres e meninas, incluindo casamento infantil e mutilação genital feminina. Trata-se de um enquadramento que articula saúde reprodutiva, direitos humanos e igualdade de gênero como eixos centrais do desenvolvimento, reposicionando a agenda de população no interior do marco dos direitos sexuais e reprodutivos e da equidade de gênero.

maternidades possíveis e outras sistematicamente inviáveis e nos obriga a reconhecer que a reprodução é, sempre, um problema de democracia, de justiça social e de distribuição desigual do futuro.

Diversas pesquisas contemporâneas têm conferido especial destaque ao "não lugar" das maternidades de grupos racialmente marginalizados e oprimidos nas políticas reprodutivas (Passos, 2023; Goes, 2025). Trabalhos recentes revelam como a duração da colonialidade se traduz na persistência de formas diferenciadas de gestão da reprodução e disciplinamento parental no Brasil (Lowenkron; Fernandes, 2025) e em outros contextos da região. No contexto brasileiro, mulheres pobres e racializadas permanecem sendo estigmatizadas por "fazerem filhos demais" e incentivadas a controlar sua supostamente descontrolada e problemática reprodução (Fernandes, 2021). No Chile, mulheres migrantes racializadas são vigiadas, medicalizadas e discriminadas durante seus processos de maternidade, revelando a continuidade de uma lógica colonial na política de saúde (Carreño; Murray 2026; Ugarte 2023). De maneira semelhante, na Bolívia e no norte da Argentina, as maternidades indígenas são tematizadas por discursos de desenvolvimento e sustentabilidade, mas frequentemente privadas de autonomia epistêmica e submetidas a intervenções tecnocráticas sobre a reprodução apesar de esforços das últimas décadas por superá-lo (Nagels, 2015; Morales, 2025).

No Uruguai, a história da institucionalização e medicalização do parto revela como o saber médico institucional substituiu a autonomia reprodutiva das mulheres, consolidando um modelo tutelado de atenção à saúde (Magnone, 2022). Já Gonzálvez e Guizardi (2024) analisam como mulheres em mobilidade entre Chile, Peru e Bolívia são interpeladas por políticas públicas que idealizam seu papel reprodutivo e cuidador, mas sem garantir direitos efetivos, reforçando hierarquias coloniais e nacionais. Por outro lado, as políticas reprodutivas que idealizam o cuidado materno se atualizam hoje nos modelos de "maternidade intensiva", promovidos por especialistas, consumidos por mulheres das classes médias urbanas e amplamente disseminados nas redes sociais (Murray, 2015; Lowenkron; Fernandes, 2025), alcançando também mulheres de outros estratos sociais e impondo novos regimes morais de gênero.

Vale lembrar que o foco da medicina higienista que promoveu originalmente o modelo de cuidado materno era salvar e promover a vida e saúde das crianças brancas de famílias de elite, numa visão que tornou moralmente suspeito, perigoso e poluidor o cuidado ofertado por mulheres pobres e racializadas que eram impedidas de cuidar dos próprios filhos e exploradas como amas de leite no ciclo reprodutiva de famílias brancas (Giacomini, 1988). Na cruzada pelo amor materno e mãe higiênica descritas por Elisabeth Badinter e Jurandir Freire Costa, assim como nos discursos de "maternidades intensiva" que circulam atualmente nas redes sociais (Carneiro, 2021) e se intensificaram na pandemia (Lowenkron; Fernandes, 2025), o intuito é promover a aproximação entre mães e filhos, especialmente nas famílias da elite

econômica, consideradas aptas a garantir o bem-estar e futuro das crianças se bem orientadas por especialistas.

Quando nos voltamos para estudos que abordam os modelos de intervenção e vigilância sobre as famílias pobres, observamos outras formas de *governança reprodutiva* orientadas por outros regimes morais e racionalidades políticas voltados para salvar crianças pobres e negras dos riscos supostamente oferecidos por suas próprias famílias por suas precárias condições sociais. No policiamento das famílias, descrito por autores como Jacques Donzelot (1980) e Dorothy Roberts (2022), o foco é vigiar, punir e culpar os pais (especialmente as mães) pelas mazelas sociais. Esse policiamento familiar assume formas distintas, como observamos de modo mais sutil nos "esporros" direcionados a mães faveladas que "fazem filhos demais" (Fernandes, 2021; Lowenkron; Fernandes, 2025) e, em casos extremos, na retirada ou separação das crianças de suas famílias para entregá-las aos cuidados de instituições estatais (Alves, 2021; Solaterrar; Lowenkron, 2025; Vicaroni, 2025; Gomes, 2025).

Donzelot (1980) nos ensina que a intervenção que é feita em nome da proteção da criança, na família pobre, é na verdade uma profilaxia da delinquência: ou seja, uma defesa da sociedade contra ameaças presentes e futuras e não da criança pobre e negra ou de suas famílias. Dorothy Roberts (2022) é enfática ao criticar e defender a abolição do sistema de proteção das crianças centrado na ameaça, controle, vigilância, punição e destruição de famílias pobres, em vez de apoiá-las a criar seus filhos. Ela define a violência estatal infligida em nome da proteção como um "terror benevolente". Assim como no trabalho de Roberts, baseado no contexto norte-americano, encontramos em pesquisas recentes realizadas no contexto latino-americano uma relação de continuidade entre a face protetiva e punitiva do Estado, também evidente em alguns artigos deste dossiê.

Dessa forma, em nome da proteção das crianças e do futuro da nação, observamos a longa duração de políticas reprodutivas que atuam em direções opostas: de um lado a idealização do cuidado materno e o incentivo à aproximação e ao exercício cada vez mais intensivo da maternidade, gerando sentimentos de cansaço, culpa e frustração nas mulheres mães, especialmente brancas de camadas médias; de outro, temos a histórica invisibilização, desvalorização estigmatizante e/ou a hipervigilância punitiva da maternidade de mulheres pobres e racializadas.

No contexto atual, marcado pelo aprofundamento de desigualdades sociais e ofensivas conservadoras contra os direitos reprodutivos em diferentes países da região, faz-se necessário alargar a gramática dos direitos reprodutivos centrada na autonomia individual para incluir o ideal de justiça social, com reivindicam há algumas décadas feministas negras que cunharam a noção de *justiça reprodutiva* (Ross, 2017). A partir de pesquisas antropológicas realizadas em diferentes regiões do Brasil, na Argentina e no Uruguai, este dossiê reúne trabalhos que ajudam

a iluminar, a partir de recortes empíricos e contextos diversos, as desigualdades historicamente persistentes e inflexões atuais das *políticas da reprodução* na América Latina.

Ao evidenciar como diferentes marcadores sociais (como gênero, raça, classe, geração e território) articulam-se a diferentes formas de *governança reprodutiva*, os textos aqui reunidos analisam e problematizam processos socialmente localizados de conformação, reprodução e naturalização de *hierarquias reprodutivas* (Mattar; Diniz, 2012) que delimitam fronteiras entre maternidades e arranjos familiares exaltados/invisibilizados, valorizados/deslegitimados, desejáveis/indesejáveis. As análises apresentadas conferem destaque não apenas às diversas formas de opressão reprodutiva, mas também às modalidades de agência e de (re)organização do cuidado que emergem diante das (im)possibilidades de sustentação da vida em contextos de precariedade e desigualdades sociais tão característicos da nossa região e do nosso tempo.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

A ideia de que toda política é reprodutiva e racializada fica particularmente evidente no artigo *Políticas de Povoamento-Colonização-Reprodução: a "brancura", a "infância" e o "feminino" na gestão da Amazônia do futuro*. Em sua análise de reportagens e fotografias publicadas pela Revista Manchete nos anos 1970, Telma de Souza Bemerguy demonstra como a idealização da brancura/branqueamento enquanto corpo desejado da nação é atualizada nas representações midiáticas sobre a construção da Transamazônica enquanto política estatal de "integração nacional" e povoamento/colonização da Amazônia no contexto da Ditatura Civil-Militar brasileira.

Ao longo do texto, a autora revela como uma estrada projetada para "ocupar um vazio", levando "homens sem-terra" para as "terras sem homens", desdobra-se em uma política estatal de gestão da reprodução, em que mulheres de outras regiões do país são demandadas e celebradas por engravidar para povoar uma parte da nação. Ao mesmo tempo, observa que na exaltada mistura de cores resultante dessa política de povoamento, algumas mulheres e crianças são mais desejadas e celebradas do que outras, atualizando a durabilidade colonial-racial que marca os processos de formação de Estado no Brasil.

No artigo *Não quero (mais) ter filhos: a maternidade em crise é afinal uma consequência da pandemia?*, Rosamaria Giatti Carneiro discute o cenário demográfico brasileiro atual, marcado pela crescente redução da fecundidade, com foco no período durante e após a pandemia da COVID-19. Ela se interroga por que motivo, ao invés de uma esperada retomada de nascimentos com o fim da crise sanitária, temos assistido a uma progressiva queda da natalidade. A redução

do desejo de filhos é identificada pela autora como um sentimento presente em diferentes camadas sociais, não apenas com base nos dados demográficos oficiais, mas também de suas pesquisas qualitativas recentes desenvolvidas junto a mulheres de classes populares do Distrito Federal e de classes abastadas de diferentes regiões do Brasil e da Argentina.

Buscando compreender o fenômeno, a autora sugere que a sobrecarga materna intensificada pelo isolamento social no período pandêmico acentuou e desvelou uma crise do cuidado muito mais ampla e duradoura, forjada nas últimas três décadas a partir de políticas reprodutivas neoliberais. Essas políticas são caracterizadas pela precarização de suportes sociais de cuidado ofertados pelo Estado e por uma crescente parentalização dos problemas sociais materializada em formas de governança e de moralização parental, promovidas ora por especialistas e mães nas redes sociais, ora por agentes estatais, mas que se traduzem quase sempre em (auto)cobranças que recaem sobretudo sobre as mulheres. Neste cenário, ela argumenta que muitas mulheres da geração atual se veem constrangidas a não desejarem (mais) ter filhos diante das impossibilidades de cumprir as exigências neoliberais de articulação de modelos de maternidade, geracionalmente distintos e inconciliáveis, ancorados em ideais opostos de independência financeira e cuidado intensivo dos filhos.

O artigo *Depois da morte materna: interpretações de profissionais da vigilância epidemiológica sobre os óbitos e as reconfigurações familiares em Pernambuco*, de autoria de Raquel Lustosa, evidencia a negligência estatal que cerca os altos índices de óbitos maternos e que atinge predominantemente mulheres negras e periféricas. A partir de um estudo etnográfico realizado junto ao Comitê Estadual de Estudos de Morte Materna de Pernambuco, na região nordeste do Brasil, as mortes no ciclo gravídico-puerperal são situadas em um quadro mais amplo de itinerários de abandono.

Neste contexto, a "desorganização familiar" emerge nos discursos das profissionais de vigilância epidemiológica não como acusação moral, mas como denúncia que responsabiliza o Estado pelos danos causados pela perda da figura da mãe, principal pilar afetivo e econômico de muitas famílias. Ao chamar atenção para os improvisos e esforços da rede de parentesco para reorganizar os arranjos de cuidado das crianças e outros membros da família em meio ao luto, ao agravamento das condições de vulnerabilidade cotidianas e à fragilidade das políticas públicas de apoio, a autora mostra ainda como o que é lido pelas profissionais como "desorganização" pode ser melhor compreendido como "reorganização familiar" diante da precariedade e da exclusão.

O artigo *Avós que criam: relações de cuidado intergeracionais em favelas cariocas*, de Natália Fazzioni, aponta como arranjos de "criação" conduzidos pelas avós, tão comum em territórios periféricos, também emergem em condições de precariedade socioeconômicas das famílias e como respostas a imprevistos reprodutivos. O texto dialoga com a literatura sobre

avosidade, curso de vida e famílias multigeracionais, mas propõe um deslocamento decisivo: em vez de tratar a relação entre avós e netos como apoio complementar, mostra como, nos territórios populares, as avós assumem frequentemente a centralidade da criação, seja de forma temporária, prolongada ou definitiva. Nos casos analisados, as avós que criam os netos são em geral arranjos de cuidado derivados de gravidezes jovens e não planejadas.

Fazzioni articula essas trajetórias contemporâneas a uma genealogia histórica da racialização do cuidado no Brasil, dialogando com a literatura sobre escravidão, maternidade transferida, circulação de crianças e famílias matricêntricas. A autora lembra que mulheres negras e pobres sempre estiveram no centro da sustentação da vida, frequentemente cuidando dos filhos de outros enquanto lhes era negada a possibilidade de cuidar plenamente dos próprios. Nesse sentido, a figura da avó cuidadora aparece como herdeira e, ao mesmo tempo, reinvenção dessas formas históricas de gestão feminina da sobrevivência. A pesquisa revela que o cuidado exercido por essas avós, por um lado, impõe sobrecarga e penalidades a estas mulheres, por outro, mobiliza agências e expectativas nutridas pela esperança de garantir não apenas a sustentação da vida familiar no presente, mas também um projeto de futuro. A etnografia mostra ainda que, sem essas mulheres, simplesmente não há cuidado possível e que, no entanto, elas seguem invisibilizadas, sobrecarregadas e pouco reconhecidas como sujeitas políticas centrais da reprodução social.

As políticas formais e informais de gestão da gravidez na adolescência ganham centralidade no artigo *Agencia de madres jóvenes y gobernanza reproductiva: una mirada desde barrios populares de Buenos Aires*, de Guadalupe Fernández Chein. Com base em um estudo etnográfico de um programa socioeducativo estatal voltado ao acompanhamento de jovens mães de bairros populares de Buenos Aires/Argentina, a autora propõe uma reflexão sobre a governança reprodutiva implicada nessa política pública e sobre as formas de agenciamento exercidas pelas jovens mães que dela participam. A partir disso, revela tensões entre diferentes concepções de família, maternidade e juventude que circulam nas diversas instâncias do programa. Essas tensões dão lugar à coexistência de múltiplos regimes de moralidade em torno das experiências da maternidade juvenil, dos modos de vida dessas jovens e seus arranjos de cuidado. Assim como os artigos anteriores, este estudo evidencia como no contexto das classes populares a maternidade está longe de ser vivenciada como uma prática individual, sendo o cuidado de crianças organizado e distribuído coletivamente na família extensa, com forte participação feminina.

A autora critica tanto os discursos feministas hegemônicos que reduzem à maternidade juvenil à vitimização,quanto discursos institucionais que descrevem suas estruturas familiares como “desorganizadas”, deslegitimando arranjos de cuidado que constituem suportes fundamentais para essas mães jovens continuarem a estudar, trabalhar e realizar outras atividades.

Ao mesmo tempo, o texto desloca o foco analítico para o ponto de vista das próprias jovens mães, mostrando como elas se apropriam ativamente das categorias institucionais e dos recursos disponíveis, construindo formas situadas de agência, ancoradas em redes intergeracionais de cuidado, economias morais próprias e arranjos familiares coletivos que frequentemente são deslegitimados pelos olhares institucionais. Ao articular governança reprodutiva, justiça reprodutiva e feminismos críticos, o artigo questiona a universalização das agendas de direitos sexuais e reprodutivos e evidencia como as experiências concretas de maternidade juvenil, atravessadas por classe, gênero, idade e migração, seguem sendo sistematicamente invisibilizadas, moralizadas ou traduzidas em termos alheios às demandas das próprias jovens.

No artigo *"Las madres son nuestro puerto seguro": género, pobreza y moralidades en políticas sociales de acompañamiento en Uruguay*, Francesca Repetto Iribarne discute as principais implicações e dilemas que envolvem o acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza em áreas rurais e semirrurais do Uruguai. Segundo a autora, o acompanhamento é um dispositivo utilizado por diversos programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a premissa de intervir em famílias vulneráveis por meio de uma relação próxima, com o duplo objetivo de integrá-las ao sistema de proteção social e fortalecer suas capacidades familiares. O texto explora as economias morais e os imaginários de gênero e família que permeiam e subjazem às intervenções estatais sobre a pobreza, que oscilam entre ajudar e restituir direitos sociais, ao mesmo tempo em que revelam formas de controle e tutela sobre a população vulnerável que reproduzem e atualizam noções hegemônicas de maternidade e cuidado.

No artigo, os achados ganham corpo em cenas que condensam os paradoxos do acompanhamento. Repetto mostra, assim, que o acompanhamento não é principalmente vigilância punitiva explícita: ele é uma tecnologia sutil de governo que trabalha na subjetividade, nos vínculos, na casa e na intimidade, fazendo da maternidade pobre o terreno privilegiado de intervenção. O "porto seguro" é, ao mesmo tempo, promessa de amparo e dispositivo de normalização: uma forma de maternalização da política social, em que cuidar vira dever individual e a saída da pobreza se imagina como reforma moral das famílias, sobretudo das mulheres.

Encerramos esta apresentação reafirmando que as políticas da reprodução são, hoje, um dos campos mais decisivos onde se disputam futuros possíveis na América Latina, e onde se revelam, com nitidez, as permanências e metamorfoses da colonialidade. Ao longo do dossiê, vemos como a reprodução (biológica, social e do cuidado) é governada por regimes morais que operam por contraste: algumas maternidades são celebradas e investidas como promessa de nação; outras são suspeitas, corrigidas, tuteladas ou punidas como risco social. Entre a idealização da maternidade intensiva e o policiamento das famílias pobres, entre o léxico dos

direitos e a gramática do merecimento, entre a promessa de proteção e o terror benevolente, os textos aqui reunidos mostram que a desigualdade reprodutiva não é um efeito colateral da política social: ela é, com frequência, um de seus métodos centrais.

Ao propor um diálogo latino-americano, este dossiê não busca apenas mapear violências e assimetrias, mas iluminar também as formas de agência, reorganização e invenção do cuidado que emergem em contextos de precariedade e ataque aos direitos. Nosso convite final é simples e exigente: deslocar a pergunta de "quantos filhos" para "quais vidas importam" e sob quais condições uma sociedade permite (ou impede) que crianças sejam criadas com dignidade, que mulheres possam desejar ou recusar a maternidade sem coerção, e que famílias não sejam governadas pelo constrangimento. Em tempos de ofensivas conservadoras e de novos pânicos demográficos, insistir nas políticas da reprodução é insistir numa tese fundamental: o futuro não se decreta, ele se constrói a partir da chave do cuidado.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Andréa Moraes. A trajetória do centro de pesquisas e atenção integrada à mulher e à criança (1975-1992). **Século XXI–Revista de Ciências Sociais**, Campo Grande, v. 2, p. 180-216, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2236672517042. Acesso em: 4 fev. 2026.

2. ALVES, Ariana Oliveira. **"Quem tem direito a querer ter/ser mãe?"** Dinâmicas entre gestão, instâncias Estatais e ação política em Belo Horizonte (MG). 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

3. ARAÚJO, Janaína Teresa Gentili Ferreira de. **Doular mulheres negras**: uma análise das práticas de cuidado e testemunho das violências através das experiências de doulas negras atuantes no projeto Sankofa Atendimento Gestacional. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

4. BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

5. BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de covid-19 no Brasil. **Interface,** Botucatu, v. 25, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/interface.200762. Acesso em: 4 fev. 2026.

6. BRANDÃO, Elaine; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria. **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025

7. BRIGGS, Laura. **How all politics became reproductive politics**: from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.

8. CARNEIRO, Rosamaria. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 63, p. e216313, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/18094449202100630013. Acesso em: 4 fev. 2026.

9. CARREÑO, Alejandra; MURRAY, Marjorie. "Le quita el pecho a su hijo y se va a trabajar": estereotipos de indianidad y violencias históricas en la percepción de equipos de salud sobre la maternidad de migrantes bolivianas en Chile. **Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología**, [*s. l.*], v. 62, p.25-46, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.7440/antipoda62.2026.02. Acesso em: 13 fev. 2026.

10. COLEN, Shellee. "Like a mother to them": stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. *In*: GINSBURG, Faye; RAPP, Rayne (ed.). **Conceiving the New World Order**: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 78-102

11. COROSSACZ, Valeira Ribeiro. **O corpo da nação**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

12. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

13. DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

14. FAZZIONI, Natália Helou. Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos . **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 171-188, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.10625. Acesso em: 4 fev. 2026.

15. FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

16. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 7-46, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001. Acesso em: 10 jun. 2022.

17. FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

18. GIACOMINI, Sonia. **Mulher e Escrava**: u ma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Appris. 1988.

19. GINSBURG, Faye; RAPP, Rayne (ed.). **Conceiving the New World Order**: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995.

20. GOES, Emanuelle. Política dos corpos, (In)justiça reprodutiva e o Sistema Moderno Colonial de Gênero. *In*: BRANDÃO, Elaine; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria (org.). **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 41-57.

21. GOMES, Janína Dantas Germano. Entre Mulheres que Destituem e que São Destituídas: reflexões sobre a atuação do Poder Judiciário e a justiça reprodutiva em casos de destituição do poder familiar. *In*: BRANDÃO, Elaine; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria (org.). **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 215-240.

22. GONZÄLVEZ, Herminia; GUIZARDI, Menara (ed.). **Cuidados y movilidades femeninas en América Latina**: breve guía para lecturas iniciales. Santiago de Chile: Canopus Editorial Digital, 2024.

23. LOWENKRON, Laura; FERNANDES, Camila. Motherhood amidst reprimands and advice: parenting and class in Rio de Janeiro. **Ethos**, [*s. l.*], v. 53, n. 2, e70013, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/etho.70013. Acesso em: 4 fev. 2026.

24. MAGNONE, Natalia. **Institucionalización y medicalización del parto en Uruguay (1920-1960)**. Tensiones para la autonomía reproductiva de las mujeres. 2022. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Departamento de Trabajo Social, Universidad de la República, Montevideo, 2022.

25. MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres . **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000001. Acesso em: 10 jun. 2022.

26. MORALES, Gabriela Elisa. **Decolonizing Medicine**: Indigenous Politics and the Practice of Care in Bolivia. Stanford: Stanford University Press, 2025.

27. MORGAN, Lynn; ROBERTS, Elizabeth. Reproductive governance in Latin America. **Anthropology & Medicine**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012. Disponível em: 10.1080/13648470.2012.675046. Acesso em: 4 fev. 2026.

28. MURRAY, Marjorie. Back to work? Childcare negotiations and intensive mothering in Santiago de Chile. **Journal of Family Issues**, [*s. l.*], v. 36, n. 9, p. 1171-1191, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0192513X14533543. Acesso em: 4 fev. 2026.

29. NAGELS, Nora. Género y apropiación de la perspectiva de inversión social en Bolivia: el sistema de los Bonos. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, [*s. l.*], v. 44, n. 3, p. 365-385, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4000/bifea.7651. Acesso em: 4 fev. 2026.

30. PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.

31. PASSOS, Ellen Gomes. **Colonialidade de gênero como chave de leitura para entender a violência de gênero perpetuada na América Latina**: o caso do Peru (1996-2000). 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

32. POSSARI, Paola Damascena. **Entre fios e nós:** itinerários reprodutivos e significado da laqueadura nas vozes das mulheres esterilizadas. 2025. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Sosígenes Costa, Porto Seguro, 2025.

33. ROBERTS, Dorothy. **Torn Apart**: How the Child Welfare System Destroys Black Families--And How Abolition Can Build a Safer World. New York: Basic Books, 2022.

34. ROSS, Loretta. Reproductive Justice as Intersectional Feminist Activism. **Soul**, [*s. l.*], v. 19, n. 3, p. 286-314, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10999949.2017.1389634. Acesso em: 4 fev. 2026.

35. SOLATERRAR, Ueslei; LOWENKRON, Laura. Preciso estar bem para cuidar do meu filho: (des)encontros entre raça, maternidade e loucura. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 57, n. 1, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.22409/antropolitica2025.v57.i1.a64152. Acesso em: 4 fev. 2026.

36. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

37. TEMPESTA, Giovana. Por uma antropologia da reprodução racializada. Compondo laços ético-epistemológicos no horizonte da justiça reprodutiva". *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33., Curitiba, 2022. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2022.

38. THEIDON, Kimberly. Reproductive Warfare: Enforced Sterilizations in Peru. *In*: THEIDON, Kimberly. **Citizenship on the Edge**: Sex/Gender/Race. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2022. p. 228-239.

39. UGARTE, Sofía. Caring for a responsible self: Migrant motherhood and the politics of reproduction. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [*s. l.*], v. 48, n. 4, p. 969-990, 2023. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/724243. Acesso em: 4 fev. 2026.

40. WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610. Acesso em:13 fev. 2026.

41. VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM: CEPESC, 2004

42. VICARONI, Tamara. **Loucas demais para serem mães**: narrativas de profissionais de saúde mental sobre maternidades interrompidas. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Laura Lowenkron
Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0373-4088. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: lauralowenkron@gmail.com.

Camila Fernandes
Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2446-1760. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: fernandesv.camila@gmail.com.

Marjorie Murray
Professora Titular da Escuela de Antropología da Pontificia Universidad Catolica de Chile. Doutora em Antropología pela University College London. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8391-4830. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: marjorie.murray@gmail.com.

Políticas de Povoamento-Colonização-Reprodução: a “brancura”, a “infância” e o “feminino” na gestão da Amazônia do futuro[1]

Population-Colonization-Reproduction Policies: “whiteness”, “childhood”, and feminine constructs in the governance of the future Amazon

Telma de Sousa Bemerguy
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Nesse artigo, recupero aspectos do plano de colonização em larga escala da Amazônia implementado no contexto da Ditadura Civil-Militar, com o objetivo de demonstrar como as estradas da integração nacional — e os processos estatais-coloniais movimentados por elas nesse contexto — foram produzidas enquanto soluções para um problema de desenvolvimento atribuído a um problema demográfico que foi tratado (também) enquanto um problema racial a ser gerido a partir de uma política particular de reprodução e povoamento. A análise proposta é resultado de investigação de doutorado sobre os dispositivos que sustentam a durabilidade colonial-racial na Amazônia, onde busquei demonstrar como as estradas da integração nacional movimentam gramáticas raciais de longo-prazo constitutivas do processo de formação de Estado no Brasil. No marco dessa reflexão mais ampla, volto-me às gramáticas presentes em histórias de famílias, mulheres e crianças reunidas ao longo de meu trabalho de campo e em reportagens-propagandas sobre as políticas de integração nacional produzidas pela Revista Manchete para abordar o lugar atribuído à brancura, ao feminino e à infância em projeções sobre o futuro próspero que chegaria à Amazônia a partir das estradas. No artigo, argumento que as políticas estatais de colonização conduzidas na Amazônia devem ser pensadas como vetor e espelho da retórica constitutiva das disputas sobre futuros desejáveis para a nação, onde projeções de modernidade foram subsumidas à promoção do branqueamento a partir de ações diretas e indiretas de controle da reprodução e da natalidade.

1 Esse artigo é fruto de pesquisa desenvolvida na tese *Estradas da conquista, caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira* (Bemerguy, 2024), financiada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da IJURR Foundation e do Brazil Lab Princeton.

Recebido em 22 de junho de 2025.
Avaliador A: 24 de julho de 2025.
Avaliador B: 1 de setembro de 2025.
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

CC BY

Palavras-chave: Estradas, Políticas de colonização, Políticas de Reprodução, Racismo, Amazônia.

ABSTRACT

In this article, I revisit aspects of the large-scale colonization plan implemented in the Amazon during the Brazilian Civil-Military Dictatorship. My aim is to demonstrate how the national integration roads — and the state-colonial processes they set in motion — were presented as solutions to a development problem. This development issue was framed as a demographic problem which was, in turn, treated (also) as a racial problem to be managed through a specific reproduction and settlement policy. The proposed analysis stems from my doctoral research on the mechanisms that underpin colonial-racial durability in the Amazon. In that work, I sought to show how the national integration roads activate long-term racial grammars constitutive of Brazil's state-formation process. Within this broader reflection, I focus on the grammars present in the stories of families, women, and children gathered during my fieldwork, as well as in propaganda reports on national integration policies produced by *Revista Manchete*. This allows me to address the role attributed to whiteness, the feminine, and childhood in projections about the prosperous future that these roads promised for the Amazon. I argue that the state colonization policies implemented should be conceptualized as both a vehicle and a reflection of the rhetoric underpinning national debates about desired futures, addressing how notions of modernity were instrumentalized to promote racial whitening through direct and indirect measures aimed at controlling reproduction and birth rates.

Keywords: Roads, Colonization Policies, Reproduction Policies, Racism, Amazon.

INTRODUÇÃO

Oito de outubro de 1970. O então presidente Médici chega a Manaus, junto à comitiva presidencial, para cumprir uma longa agenda de eventos com o objetivo de divulgar "a primeira fase de sua política para a Amazônia"[2]. Poucos meses antes, Médici havia assinado um decreto-lei criando o chamado Programa de Integração Nacional (Brasil, 1970), onde determinou a "construção imediata" de duas grandes rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. A primeira seria fruto de uma ampliação da já existente rodovia BR-163 até o Norte, com o objetivo de conectar o Centro-oeste à Amazônia; até então a BR-163 iniciava em Tenente

2 Informações disponíveis em: MÉDICI deseja conhecer e colonizar a Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 out. 1970, n°159.

Portela no Rio Grande do Sul e terminava pouco depois de Cuiabá. A Transamazônica por sua vez, foi projetada para cortar a região transversalmente, conectando o Nordeste à Amazônia, desde a costa com o Atlântico, no estado da Paraíba, até a fronteira com o Peru e a Colômbia, no Estado do Amazonas.

A Transamazônica, a maior entre as duas estradas previstas no PIN, foi propagandeada como uma obra monumental representativa da força do Homem em sua luta contra a Natureza, uma estrada símbolo de imponência que, como um enunciado materializado de futuro, buscava fazer ressoar a imagem de um "Brasil grande", de um "Brasil potência", que seria fortemente difundida nas propagandas que tratavam de construir uma imagem positiva do regime através da retórica do "milagre econômico", lançando névoas às inúmeras denúncias de abusos que já começavam a ganhar força (Fico, 1997; Menezes, 2007). Todas as metáforas projetadas em torno da Transamazônica seriam espelhadas no projeto homônimo, porém menos grandioso, de abertura da rodovia Cuiabá-Santarém.

Durante solenidade realizada no Teatro Amazonas, o então presidente proferiu um discurso que ficaria conhecido por criar uma frase síntese, que seria repetida e difundida inúmeras vezes para exaltar as ações idealizadas pelos militares para a Amazônia. Ali ele afirmou que as estradas da integração nacional eram parte de um esforço necessário para superar dois problemas: "o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia". Para resolver esses problemas, era necessário então promover, nas palavras de Médici, o "povoamento" da Amazônia. Assim, no decreto do PIN, foi determinado também que dez quilômetros de faixas de terra nas margens esquerda e direita, em ambas as rodovias, deveriam ser reservados para a realização de políticas de colonização e reforma agrária, de modo a "executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica" (Brasil, 1970). Após a criação do PIN, seguiu-se uma vasta campanha publicitária para atrair investidores e migrantes para a região (Fico, 1991; Menezes, 2007) e logo o recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou o processo de seleção de famílias para implementar um plano de "colonização em larga escala da Amazônia".

Os chamados projetos de "colonização dirigida" conduzidos pelo INCRA demandavam um processo burocrático extenso (Almeida, 1992). Os interessados deveriam se inscrever e entregar um formulário com informações detalhadas sobre suas vidas, as quais seriam analisadas pelos agentes para verificar se o pleiteante cumpria os requisitos necessários para adquirir um lote de terra de 100 hectares na região e acessar os benefícios oferecidos pelo governo para incentivar a ocupação da área às margens das rodovias. A política era voltada preferencialmente a famílias, de modo que um dos critérios levados em conta era a solidez dos laços familiares e o tamanho do grupo interessado em se deslocar. Aos selecionados, eram anunciados incentivos e prometido acesso a subsídios, os quais mencionavam transporte até o local, uma casa no lote construída pelo INCRA, direito a crédito no recém-criado Banco da Amazônia, sementes e um

valor mensal fixo para cobrir gastos com alimentação pelo período de um ano[3].

Nesse artigo, recupero aspectos do plano de colonização em larga escala da Amazônia implementado no contexto da Ditadura Civil-Militar, com o objetivo de demonstrar como as estradas — e os processos estatais-coloniais movimentados por elas nesse contexto — foram produzidas enquanto soluções para um problema de desenvolvimento atribuído a um problema demográfico que foi tratado (também) enquanto um problema racial a ser gerido a partir de uma política particular de reprodução e povoamento. A análise proposta compõe parte dos argumentos defendidos em minha tese de doutorado sobre os dispositivos que sustentam a durabilidade colonial-racial na Amazônia, onde busquei demonstrar como as estradas da integração nacional movimentam gramáticas raciais de longo-prazo constitutivas do processo de formação de Estado no Brasil. O artigo é resultado de uma investigação dividida em duas etapas, construída a partir de trabalho de campo realizado ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, entre as cidades de Santarém, Marabá, Rurópolis, Novo Progresso, no Pará, e Sinop, no Mato Grosso, nos anos de 2018 e 2019; e de levantamentos em diferentes bases de arquivo, conduzidos entre os anos 2020 e 2023.

No marco dessa reflexão mais ampla, nesse artigo, abordarei o lugar atribuído à brancura[4], ao feminino e à infância em projeções sobre o futuro próspero que chegaria à Amazônia a partir das estradas. Para tanto, volto-me às gramáticas presentes em histórias de famílias, mulheres e crianças reunidas ao longo de meu trabalho de campo e em reportagens-propagandas sobre as políticas de integração nacional produzidas pela Revista Manchete, utilizando-as como ponto de acesso para narrar tradições de conhecimento de longo-prazo (Souza Lima, 2002) envolvidas na gestão do corpo desejado da nação.

O ARQUIVO EM MOVIMENTO (PELA ESTRADA, PELO TEMPO)

Vinte de junho de 2019. Era uma quinta-feira e eu havia saído cedo de Santarém rumo a Rurópolis, a cidade do entroncamento, primeira das localidades que eu visitaria no percurso que eu havia desenhado para a realização da pesquisa. Durante a viagem, uma mulher em

3 A síntese das "promessas" feitas pelo INCRA e pelo governo para atrair migrantes para a região e do processo de avaliação para a aquisição de lotes no contexto de implementação do PIN e do PIC foi construída com base em entrevistas realizadas com moradores "pioneiros" das cidades de Rurópolis e Novo Progresso e de informações disponíveis nas diversas notícias e reportagens sobre os projetos citadas no decorrer do artigo.

4 Em meu trabalho, dialogo com o campo de análises sobre as branquitudes em uma reflexão sobre "as estruturas sociais que produzem e reproduzem a supremacia branca e o privilégio branco, resultado da expansão colonial" (Schucman; Conceição, 2023, p. 52). A análise proposta se concentra na lógica e na linguagem das hierarquias raciais, de modo que a discussão sobre a brancura em sua dimensão fenotípica não será aprofundada.

particular me chamou atenção. Ela era muito alta, branquíssima, olhos claros e possuía um cabelo louro, liso, curto na altura do ombro e muito claro. Seus traços e aparência ganhavam ainda mais destaque quando observados em contraste com os outros passageiros do ônibus, homens e mulheres com tons de pele variados, que em nada se aproximavam da brancura daquela senhora. Ela parecia ter uns 60 e poucos anos e viajava acompanhada de uma criança, uma garotinha de uns dez anos de idade. Ambas estavam muito bem-vestidas. À primeira vista, imaginei que pudesse se tratar de uma estrangeira, uma turista, provavelmente, que viajava a passeio pela região. Seria um roteiro improvável, decerto, decidir viajar por aquelas bandas que não possuíam um apelo turístico claro — ainda mais sozinha com uma criança — mas naquele ponto nada me parecia impossível.

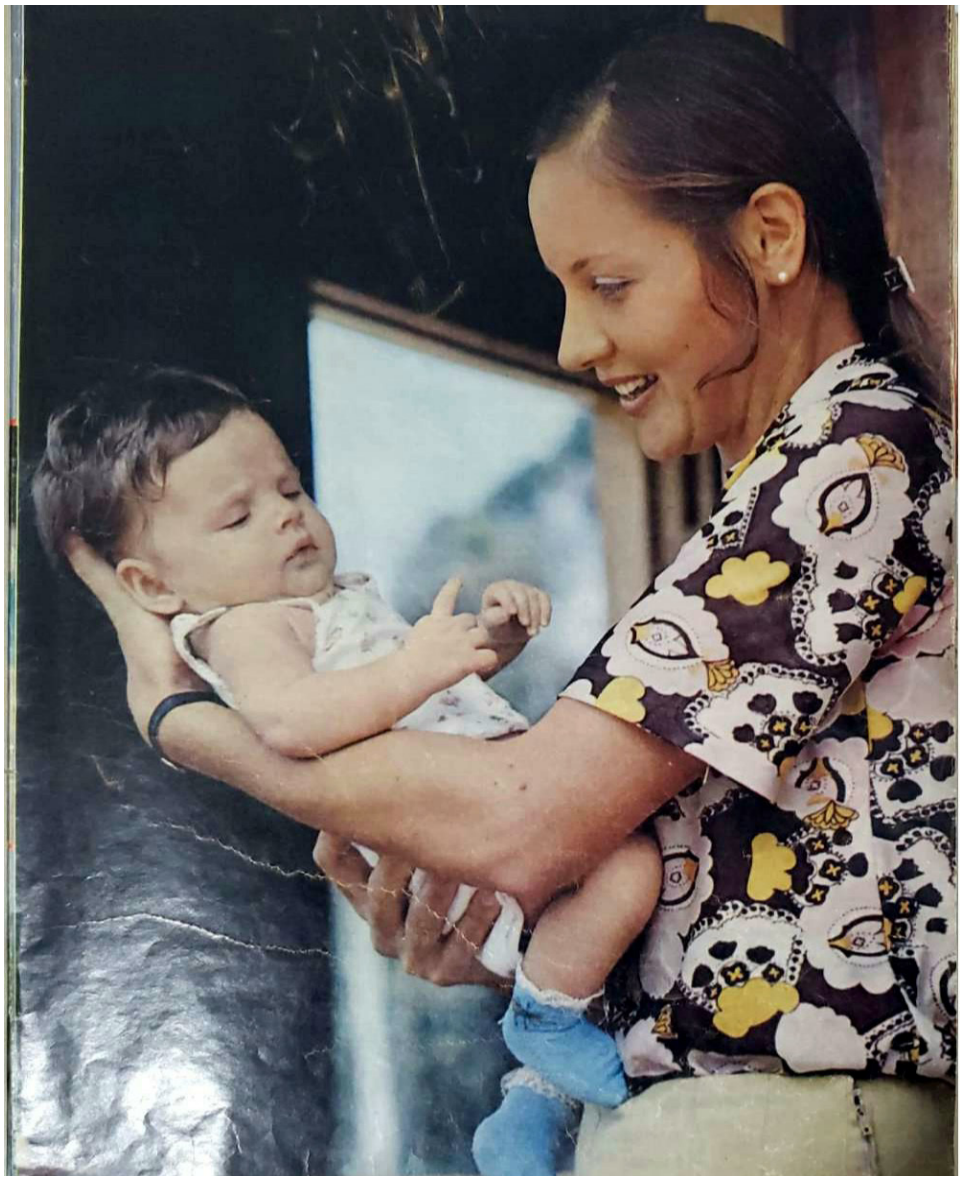
Ao final, ela não era uma turista. Seu nome era Ivone Frohlich. Ela viajava com a neta, era do Rio Grande do Sul e vivia há 46 anos no Pará, grande parte deles em Rurópolis, seu destino naquele dia. Logo, a conversa sobre a história de sua viagem virou uma conversa sobre uma história muito mais profunda. "A" história de Dona Ivone e sua família. A história que ela contava como "a sua história", em uma mistura de memórias sobre a estrada, a cidade de Rurópolis e a batalha que haviam enfrentado nos "primeiros tempos"

Muito simpática, Dona Ivone então desandou a falar. Ela e o marido vieram para região em 1973 no tempo da abertura do trecho Santarém-Itaituba, chamado na época de ramal norte, o primeiro pedaço da Santarém-Cuiabá. A decisão de partir foi motivada por uma reportagem vista pelo namorado, que se tornaria seu marido, na antiga Revista Manchete, onde havia a notícia de que o trecho Altamira-Santarém da Transamazônica estava para ser inaugurado. "O Brasil é o futuro do mundo e a Amazônia é o futuro do Brasil" — afirmou, citando um trecho da matéria jornalística que mudaria sua vida. A reportagem, mostrava o presidente Médici inaugurando o trecho e, segundo contou, divulgava tudo que o INCRA estava fazendo pelas pessoas. Explicava que davam terra, que dava uma ajuda de custo no começo, que os bancos financiavam e que então era só trabalhar. Encantado pelas promessas de terra e prosperidade, seu namorado na época propôs a ela que eles fossem para a Amazônia. Dona Ivone contou que eles precisaram se casar antes de vir. Segundo ela, o casamento era uma exigência

Seguimos conversando e ela me contou brevemente sobre como foram os primeiros tempos na região. Em um dado momento, ela tirou o celular da bolsa e pediu um minuto para procurar uma coisa que queria me mostrar. "Aqui, olha! Minha filha foi uma das primeiras crianças a nascer em Rurópolis", me disse. "Nessa reportagem que saiu na Manchete, 'Rurópolis: a primeira cidade da Transamazônica', tem uma foto da minha filha bebê".

Para minha surpresa, no celular, ela tinha a reportagem digitalizada e me entregou o aparelho para que eu pudesse ver. Na tela, estava a página da reportagem em que ela aparecia em destaque com sua filha no colo. Uma imagem ampliada, de página inteira[5].

5 Em função da centralidade do recurso da montagem na construção da análise proposta, esclareço que não serão



A MANCHETE EM QUESTÃO

No contexto da Ditadura Civil-Militar, alguns veículos de imprensa se tornaram um braço de promoção do regime, atuando como meios não-oficiais de divulgação "elogiosa" e "otimista" das ações conduzidas pelo governo. Na época, a relação estabelecida entre agentes

utilizadas legendas nas imagens, de modo a produzir uma narrativa mais fluída. Todos os trechos entre aspas são citações diretas do texto publicado pela Revista Manchete. A reportagem completa está disponível no acervo digital da hemeroteca da biblioteca nacional (Rurópolis, 1974). As fotos e trecho citados podem ser acessados em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22rurópolis%20presidente%20médici%22&pagfis=144562. Acesso em: 12 jan. 2026.

do regime e os meios de comunicação era realizada em duas frentes: "na ordem do incentivo e na ordem do controle" (Menezes, 2007, p. 37). A primeira frente se deu a partir do aparato de censura criado na época[6]; a segunda, pela gestão dos recursos estatais reservados à propaganda. Nesse contexto, em que decisões editoriais poderiam afetar significativamente os recursos recebidos por um periódico, se tornou prática comum no campo midiático uma evitação em abordar temas que poderiam ser mal-recebidos pelo governo. Nessa mesma esteira, inúmeros meios de comunicação também passaram a publicar notícias para agradar "ao preço de mais financiamento" (Menezes, 2007, p. 39). A Revista Manchete era um desses veículos.

O lugar de destaque que a Revista alcançou no período da Ditadura se deu em função das relações de longa data estabelecidas pelos gestores da revista com a elite econômica e política do país (Menezes, 2007). Na época, a Manchete possuía índices altos de circulação e desempenhou um papel significativo na criação da narrativa do "milagre econômico" utilizada para contrapor críticas dirigidas ao regime, fazendo circular "imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usinas, estradas e barragens" (Fico, 1997, p. 84). Os bastidores das publicações na Revista eram marcados por negociações e interesses delimitados por relações estreitas com membros do governo (Menezes 2007). Todos estes elementos permitem caracterizar a Manchete como um importante agente político do regime militar (Menezes, 2007; Fico, 1997).

Nessa direção, esclareço que as reportagens especiais da Revista Manchete, centrais aos argumentos que apresentarei nesse artigo, não serão tratadas apenas como matérias jornalísticas, mas como registros que conformam as dobras que "fazem o Estado" (Souza Lima, 2012). De tal modo, concedo às reportagens o estatuto de documento de arquivo, tratando-as como artefatos que criam (ou revelam) relações e saberes em circulação/transformação na prática da administração pública (Lowenkron; Ferreira, 2014), em uma busca por enquadrar "tradições de conhecimento" - "padrões costumeiros" incorporados e reproduzidos no governo de populações racializadas no Brasil ao longo do tempo (Souza Lima, 2002). Nesse marco, abordo essas tradições como dispositivos que sustentam a durabilidade da diferença colonial e considero que estas são constituídas por categorias, saberes e modos de transmissão de saberes que possuem profundidade histórica e uma genealogia que, no caso brasileiro, pode ser remontado tanto a processos históricos relacionados às particularidades da colonização (Souza Lima, 2002), como a conexões espaço-temporais mais difusas, relacionadas aos efeitos duráveis do racismo e dos códigos que o sustentam (Stoler, 2016). Com essas questões em mente, na seção que segue, volto-me às imagens e registros propagados pela Revista Manchete. No espírito criativo da montagem (Benjamin, 2009) que inspira a construção da etnografia histórica que apresento, esclareço, de antemão, que, na narrativa que segue, a posição e o tamanho das imagens e do

6 Análises mais detalhadas sobre a estrutura de repressão montada durante os governos militares para o controle da circulação de informação podem ser consultadas em D'Araújo et al. (1994), Brasil (2014), Bemerguy (2024).

texto foram pensados, de modo a fazer ressoar na descrição as ênfases e destaques oferecidos a certos personagens e argumentos nas reportagens selecionadas.

A “PRIMEIRA GERAÇÃO”: SOBRE AS CRIANÇAS DO PROGRESSO

No volume publicado no dia três de junho de 1972, a Revista Manchete exibia em destaque na capa da edição a reportagem especial, "EM CORES", intitulada *A Mulher na Transamazônica*[7]. Assinada por Ateneia Feijó e com inúmeras fotografias produzidas por Carlos Weick, a matéria de 17 páginas oferece um exemplo de um formato narrativo particular para a transmissão de notícias, onde o repórter assumia de modo mais claro uma posição de autoria, apresentando-se como testemunha ocular do que foi visto e vivido em regiões longínquas da nação (Vidal e Souza, 2010). Matilde, a "moça grávida", "a mais linda e jovem gestante" da agrovila visitada nas proximidades de Altamira, foi escolhida para abrir a reportagem especial, com uma foto em página inteira. O texto de abertura posicionado logo ao lado de sua imagem anuncia os temas e o tom da descrição apresentada pela repórter.

> A saia de Matilde já subiu muito na parte da frente. Seu ventre está empinando mais uma vez. A primeira foi em Florândia no Rio Grande do norte, terra castigada pela seca. Agora é o filho gerado na selva, a setuágesima [*sic.*] criança a nascer no solo fértil da Transamazônica. Como Matilde existem mais de trezentas mulheres grávidas, esperando a sorte, esperando a vida, esperando tudo na grande estrada. A última imagem que tínhamos da região datava de novembro de 1971. Era a trilha dos mateiros – seguida por nós, a batalha dos machados, dos facões, das foices, derrubando árvores. Eram os homens solitários chorando saudade, forçando passagem num vaivém de tratores e caminhões. O quadro agora é outro. São as mulheres que chegam e se estabelecem, cheias de corpo, cheias de força, povoando a terra e criando um mundo. É a invasão do amor na Transamazônica (Feijó, 1972).

No topo da página seguinte, em destaque, como legenda para um conjunto de fotografias de diferentes tamanhos, de uma festa de casamento realizada durante a estadia dos jornalistas, estava escrito em maiúsculo:

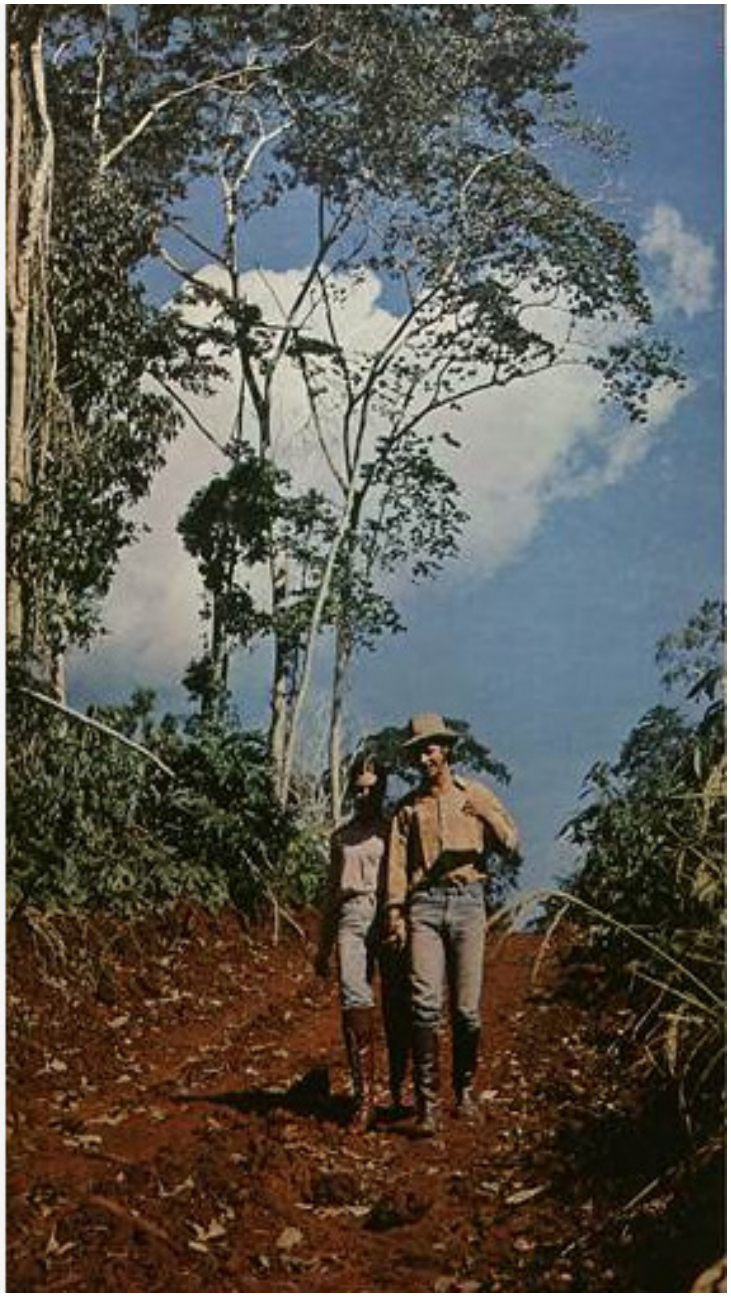
"NA LONGA ESTRADA O NAMORO É CURTO E OS HOMENS QUEREM CASAR"

Ainda em anúncio das histórias que serão apresentadas em detalhes ao longo da matéria, a repórter aborda novamente o tema do casamento, destacando o modo particular como os relacionamentos amorosos têm se dado no contexto da implementação das políticas de colonização.

> O sistema de concessão de lotes, adotado pelo INCRA na Transamazônica, está provocando na região um impressionante caldeamento de raças. Chegam famílias dos Estados mais distantes do país: gaúchas esbeltas e louras – descendentes de alemães

7 Em função da centralidade do recurso da montagem na construção dessa seção, esclareço que não serão utilizadas legendas nas imagens, de modo a produzir uma narrativa mais fluída. Todos os trechos entre aspas são citações diretas do texto publicado pela Revista (Feijó, 1972). A reportagem completa narrada a partir deste ponto pode ser acessada em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/124990. Acesso em: 6 out. 2023.

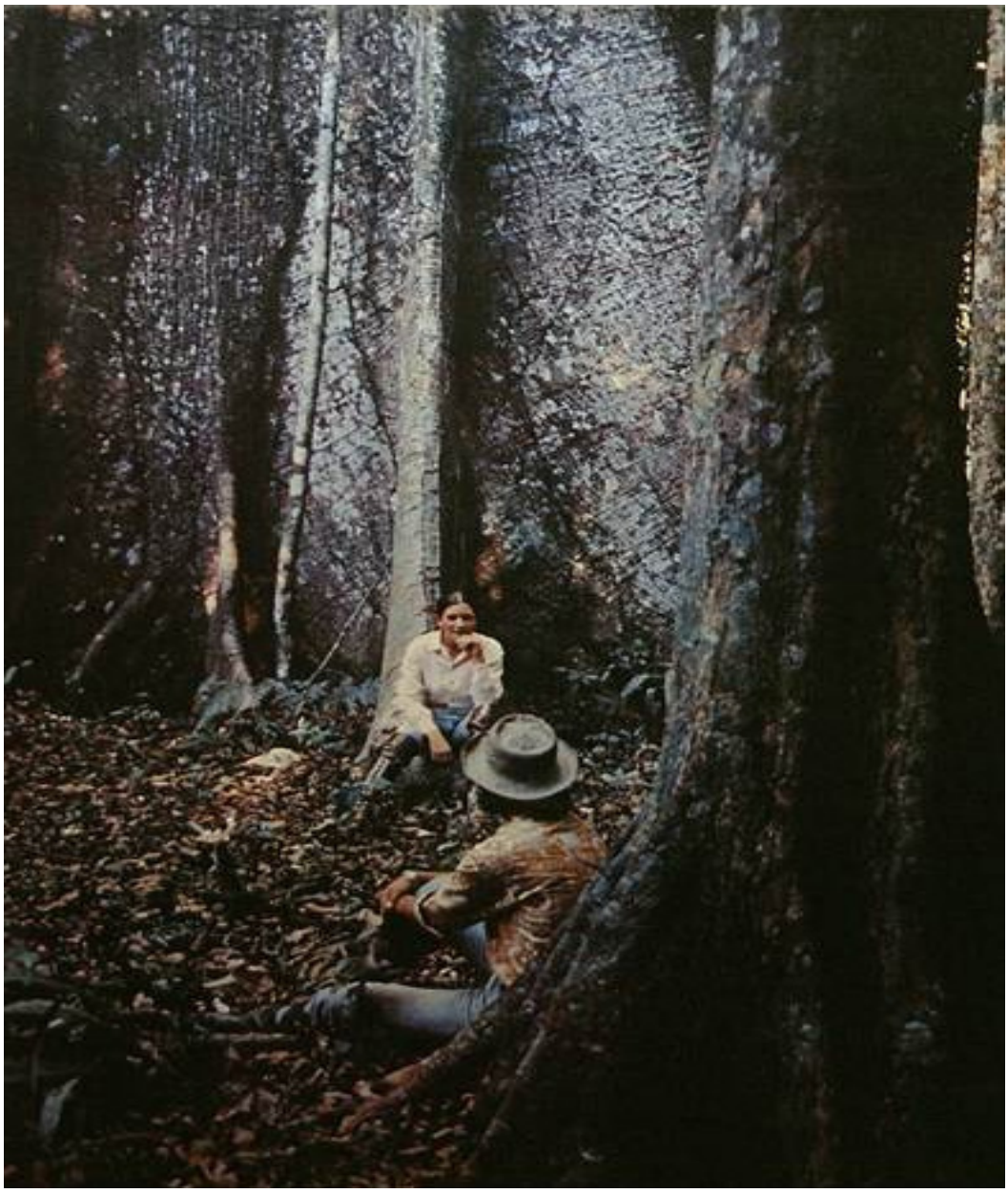
> ou de italianos – mineiros, paulistas ou nordestinos esperançosos que vêm procurar na Amazônia a fartura que a seca lhes negava em sua terra de origem. As condições bastante características da colonização acabam impondo um tipo de relacionamento entre jovens que quase sempre termina em casamento. E a geração que começa a surgir na Transamazônica marcará a queda de barreiras étnicas e culturais (Feijó, 1972).



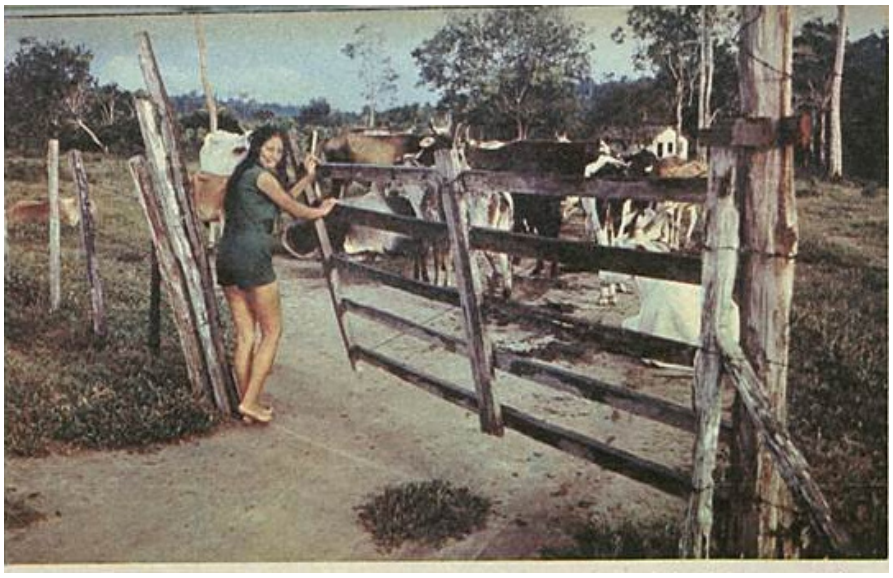
Como exemplo desses encontros fortuitos, Feijó narra a história de Paulo e Edite, uma "gaúcha filha de italianos" e um "mineiro da gema" que, na Transamazônica, descobriram "que eram feitos um para o outro".

Há várias fotos em destaque dos dois.

Segundo Feijó, eles eram agora o “casal mais atraente de toda a região”.



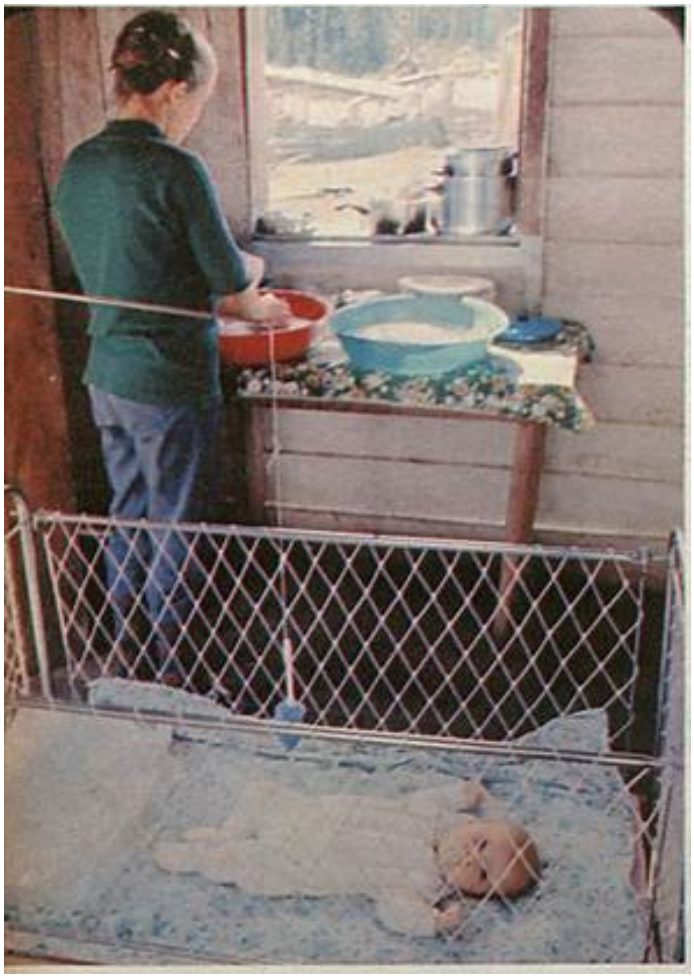
A reportagem então começa a adentrar no tema central anunciado em seu título: as mulheres.



FEMININA NA HORA DO BANHO, A MULHER TAMBÉM SABE CONTRIBUIR COM SEUS BRAÇOS QUANDO CHEGA A HORA DO TRABALHO

"O isolamento da mata devolveu às moças da agrovila a inocência natural dos costumes primitivos. Elas não precisam de roupa para tomar banho no rio Joa, onde a natureza só lhes aumenta a graça e a beleza" – destaca Feijó

A repórter então começa a trazer ao leitor mais detalhes sobre a história de cada uma das "mulheres da transamazônica" registradas. A primeira a ser apresentada é Eni, outra mulher do sul do Brasil.

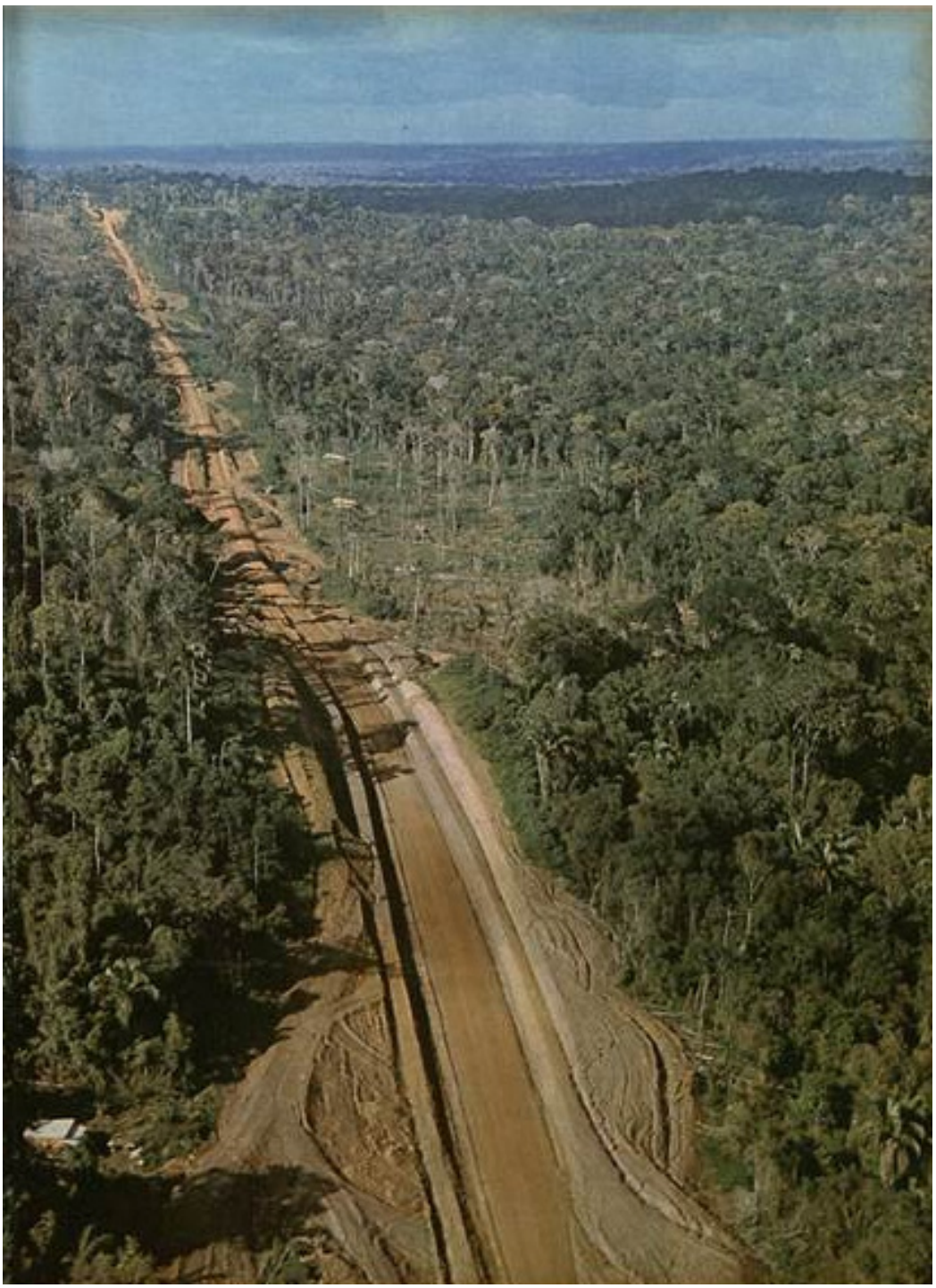


> "Uma das experiências mais fascinantes que estão sendo realizadas nas agrovilas da Transamazônica é o intercâmbio entre os hábitos e costumes de gente que provém de zonas culturais totalmente diferentes. As mulheres que chegam do Sul, por exemplo, têm em geral hábitos de higiene e educação sanitária muito mais desenvolvido do que as que chegam do Nordeste. Uma simples visita à casa dos colonos mostra claramente a diferença de cultura. As gaúchas, em particular, têm uma capacidade de improvisação para o cuidado com o lar bastante superior à das outras. A casa é sempre bem asseada, há mosquiteiros contra os **carapanãs**, as crianças são mais bem alimentadas e, em geral, elas costumam tirar o melhor partido possível das condições de clima e solo. Até no domínio do planejamento familiar se nota esta diferença. Enquanto as mulheres mais subdesenvolvidas não mostram a menor preocupação de controlar as gestações, aquelas que vêm de meios já mais adiantados adotam o uso da pílula anticoncepcional com a maior naturalidade do mundo e fixam com antecedência o número de filhos que querem ter" – narra a repórter

Eni Terezinha possui 19 anos e veio de Tenente Portela no interior do Rio Grande do Sul. Engravidou logo após se mudarem para a agrovila e foi "uma das primeiras mulheres a dar à luz na Transamazônica". A filha, Karin Cristian, nasceu de parto normal, e "agora, aos dois meses de idade, era uma menina linda e saudável – loura como a mãe". Eni não estranhou o clima mal afamado da região. No Sul, ela não era de roça, mas ali já estava "se sentindo a própria fazendeira, bem do tipo daquelas que se vê nos filmes de cowboy". Ela era "cuidadosa em tudo". Sua casa era "limpa, bem cuidada e por isso parece maior e mais arejada". Era uma das poucas ali que tomava a pílula. Ela vinha se adaptando bem a tudo. A única coisa que estranhava

era “o costume que têm algumas de suas companheiras nordestinas de cuspirem no chão”.

- Assim não há quem consiga manter uma casa limpa!



A história e o relato de Eni, acompanhada da foto com sua bebê, fica lado a lado a um registro aéreo de página inteira da rodovia Transamazônica. Adiante, Feijó destaca que Eni

não foi a "única gaúcha que resolveu desafiar a Amazônia. Outras conterrâneas suas também o fizeram", como Anilda, "grávida de cinco meses, com 24 anos de idade". Segundo Feijó, a "moça topa qualquer parada para ajudar o marido, Clévio Mallmann, filho de alemães". Ela conheceu Anilda e transcreve um trecho da conversa que tiveram.

> Meu esposo é agricultor mas já fez de tudo. Lá no Sul ninguém tem condições de receber uma terra desse tamanho, lote com 100 hectares! Além disso, existe aperto de emprego por lá. Era absurdo perder essa oportunidade. Nosso lote é o 36, na gleba 25. Quantos filhos quero ter? Quantos Deus mandar. Aqui nenhum vai morrer de fome. Pelo menos uns dez piazinhos eu vou criar

Em seguida, em um relato que exaltava a fertilidade da terra e o sucesso dos projetos, Feijó conta que "aos poucos homens e mulheres vão se mudando para o interior dos lotes, ocupando a terra que tão orgulhosamente desbravam":

"A maioria dos colonos confessa com orgulho o enternecimento e a admiração que sentem diante da coragem das companheiras que os seguiram na grande aventura. Essas mulheres admiráveis enfrentam com destemor os desconfortos e os perigos da selva, garantindo aos maridos, além da segurança emocional indispensável, uma colaboração integral cuja importância é praticamente impossível de se avaliar. Quando se escrever mais tarde a história dessa colonização heróica, as mulheres da Transamazônica merecerão um capítulo".

Nesse momento, ela narra a história de Teresa, "mãe de nove filhos, uma negra robusta de 38 anos" que "chegou trazendo com ela toda força de sua raça, a roupa do corpo e uns **trenzinhos** de bagagem, mais nada". Ela havia vindo "ficar junto de seu marido, mineiro como

ela própria, o colono Juscelino Dias. Os negros na Amazônia são poucos, quase exceção. Tereza trouxe assim um colorido novo à região". Esse é o único registro da mineira.

Narrando suas andanças com o fotógrafo Carlos Weick, Feijó conta que, na volta da visita realizada ao lote mais afastado da família de Teresa, os dois tiveram que "interromper à caminhada e esperar que uma cobra grande e escura acabasse de cortar o travessão para sumir de vez no mato".

> "De cobra em cobra, dali em diante, encontraríamos muitas outras Teresas, com o mesmo espírito desbravador, com a mesma vontade de conquistar a terra. Com a mesma força nos braços prontos para o trabalho ou para o amor. Elas chegam de todos os cantos do Brasil, embora as nordestinas sejam a maioria. São 711 famílias nordestinas e 165 sulistas. Há ainda as que vieram do centro-oeste, sem esquecer as mineiras, que são 92. O resto são nortistas mesmo".

Nesse ponto, a repórter volta sua atenção para "os meninos da Transamazônica" que, "alegres e livres", "desconhecem talvez que estão participando do maior empreendimento do século." E a imagem de um bebê é posicionada em destaque, estendida em página inteira, junto às observações de Feijó sobre a elevação da população na região da estrada, onde as crianças eram maioria absoluta, trazendo uma "alegria contagiante" às comunidades instaladas pelo INCRA

Para fechar a reportagem, ela afirma:

> "A batalha continua na Transamazônica. A fase da solidão masculina, da frieza das máquinas, do esforço para abrir caminho, está começando a passar. Mas a guerra não terminou. Agora a luta é outra: fixar a vida humana normal, criar condições para o amor e garantir as novas vidas que nascem ali. É a vez das mulheres, de todas as Matildes e Teresas – grávidas ou não –, levarem para aquela aventura a parte de ternura e for-

> taleza feminina que faltavam. E a Transamazônica se encherá de crianças empinando pipas, chutando bolas, soletrando nas salas de aula, ou correndo alegres pela imensa estrada humanizada".

Cerca de um mês antes, no volume publicado em 3 de junho de 1972, a Manchete havia apresentado uma reportagem sobre tema similar[8]. Se no primeiro registro o foco estava nas mulheres e em sua fertilidade, nessa edição é apresentada uma matéria mais curta, voltada nominalmente à "primeira geração da Transamazônica", mais uma vez celebrando o aumento da população de crianças nas agrovilas. A reportagem é assinada por Avelino do Vale e as fotos, mais uma vez, são de autoria de Carlos Weick.

As imagens de abertura são a única parte da reportagem impressa em cores. Produzida

8 Uma vez mais reitero que, em função da centralidade do recurso da montagem na construção dessa seção, optei por não utilizar legendas nas imagens, de modo a produzir uma narrativa mais fluída. Todos os trechos entre aspas são citações diretas do texto publicado pela Revista (Vale, 1972). A reportagem completa narrada a partir deste ponto pode ser acessada em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/123950. Acesso em: 6 out. 2023.

no contexto do Dia das Mães, a matéria traz alguns detalhes sobre a rotina das crianças nas agrovilas, enaltecendo os serviços oferecidos pelo governo para disponibilizar escolas e cuidados médicos à "nova geração da transamazônica" e às grávidas das comunidades.

> Essas crianças são os primeiros frutos da civilização que está sendo criada na Amazônia. E como acontece como as primeiras plantas que brotam do solo onde antes só havia selva, seu crescimento exige cuidados especiais. Para isso, são mobilizados os pais e o governo. Das atenções com esse crescimento dependerá o sucesso da futura colheita, a integração do mundo amazônico (Vale, 1972).

Na matéria, o repórter descreve rapidamente um pouco do cotidiano das crianças na agrovila e escreve:

> À tarde, o pouso de qualquer helicóptero provoca alvoroço na criançada. Correm a ver o aparelho e os visitantes. Na parte da manhã, não há a mesma festa, estão todos na escola. Sentados nos bancos da escola estão todos os tipos raciais brasileiros: há negrinhos, meninos louros filhos de colonos do extremo sul, caboclos e mulatos. A mulher de um colono observou aos vê-los reunidos, brincando alegremente: "Parecem salada de frutas" (Vale, 1972).

TRADIÇÕES DO CONHECIMENTO NA GESTÃO DO CORPO DESEJADO DA NAÇÃO

Figura 1. A redenção de Cam (1895), óleo sobre tela, de Modesto Brocos

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (2026).

Em 1895, Modesto Brocos, artista espanhol radicado no Brasil, criou uma tela que se tornaria um marco nas iconografias capturadas para expressar a identidade nacional brasileira[9]. No quadro, vemos uma senhora idosa negra retinta, com as mãos em direção ao céu, dando graças, enquanto observa uma mulher negra de tez mais clara, logo à sua frente, sentada em um banco com uma criança branquíssima no colo. Mais ao fundo, observando a cena de soslaio, com um sorriso no campo da boca, vemos um homem branco. Assim, vemos se desenhar a cena, onde a avó negra louva aos céus pela filha mestiça que, no curso do tempo, redimiu o filho de sua cor. Ao lado, o homem branco observa a criança — seu filho, pelo que somos levados a interpretar – em uma postura de satisfação, mas também distanciamento. Com o corpo apenas parcialmente virado em direção à cena, ele é representado no marco de uma presença ambígua, como se estivesse ali apenas como um observador. Ele não está inteiramente ligado àquela criança.

O quadro se tornou uma das mais emblemáticas representações das teorias eugênicas que ganharam força nos debates sobre os rumos da nação na virada do século XIX para o século XX, em um contexto marcado pelas transformações derivadas da Proclamação da Independência de Portugal e da abolição da escravidão. Na época, o Brasil vinha sendo retratado no exterior como um país destinado ao fracasso em função de supostas deficiências incorrigíveis atribuídas aos efeitos causados pelo intenso processo de mestiçagem entre brancos, índios e negros. A resposta a esse "problema" foi dada a partir da formulação da "teoria do branqueamento" (Seyferth, 2020). A partir dessa perspectiva, o problema da raça no Brasil poderia ser gerido a partir de ações que permitiram ampliar o volume do elemento branco na composição do povo, o qual, conforme essa perspectiva, por ser superior e "mais apto", gradualmente se tornaria o elemento preponderante da mescla pelo processo natural de "seleção sexual", que resultaria no desaparecimento de índios e negros, populações consideradas "inferiores", por que "mais atrasadas" e "menos civilizadas" (Seyferth, 2020).

Por isso, na primeira metade do século XX, a história do Brasil foi marcada pela implementação de subsídios e incentivos para a vinda de estrangeiros ao país e pela criação de diversos projetos de colonização que tiveram como base processos de seleção de "tipos preferenciais" de imigrantes brancos, para viabilizar o "branqueamento" da população (Seyferth, 2020). Algumas décadas depois, quando o INCRA idealizou e implementou os procedimentos para a "colonização dirigida" da Amazônia, ele o fez a partir do longo arcabouço

9 Mais informações sobre a tela e o autor podem ser acessadas em http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam. Para uma análise em profundidade sobre o lugar da obra no debate sobre teorias raciais eugênicas no Brasil, ver Seyferth (2020).

de saberes, técnicas, instrumentos e métodos incorporados na gestão da "imigração dirigida"[10] e na promoção do povoamento e colonização a partir do "ordenamento das migrações" (Tavares; Considera; Castro e Silva, 1972).

A história do processo de formação de Estado no Brasil é marcada por políticas estatais voltadas à gestão induzida do corpo branco/branqueado desejado para a nação (Seyferth, 2020; Conceição, 2020). Nesse processo, os encontros sexuais, a reprodução, a natalidade, os nascimentos e os registros de crianças foram continuamente produzidos como temas de interesse nacional (Vianna, 1997; Moutinho, 2004; Corossacz, 2009)."O povo brasileiro", como símbolo e como referência a corpos de carne e osso, foi forjado a partir de processos estatais de "formação-reprodução" marcados pela influência de perspectivas eugênicas na definição de políticas voltadas ao controle do corpo e da sexualidade das "mulheres" (Corossacz, 2009; Fernandes, 2021). Com essas questões em mente, volto-me aos registros sobre as políticas de colonização dirigida para demonstrar como intervenções estatais voltadas à indução do povoamento necessariamente movimentam dispositivos biopolíticos de gestão da natalidade que, em última instância, reforçam e entrelaçam perspectivas racializadas sobre o "feminino", a "boa mulher", a "reprodução" e as crianças "ideais" para povoar a nação.

ENTRE A ESTRADA E O BERÇO

Na história narrada sobre as mulheres da Transamazônica, o feminino é contextualmente produzido pela exaltação do potencial de reprodução do corpo sexuado em um processo de feminilização da terra, aonde a fertilidade atribuída ao território extravasa para o corpo das mulheres e vice-versa. Aqui, o território-raça sexualiza, pois faz exacerbar traços do feminino historicamente produzidos como inerentes: o ser fértil e o ser mãe. Nessa articulação, a Amazônia, enquanto território perigoso pode invadir o corpo e fazer brotar o "primitivo" em uma involução que resulta na desinibição "devolvida" a mulheres brancas que passam a exibir "inocentes" a sua nudez. O despudor da nudez ecoa como um traço de degeneração racial associado à influência do espaço no comportamento, mas a força da premissa da brancura enquanto signo de superioridade culmina na descrição de uma nudez fruto da inocência. O

10 Em 1972, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) publicou um relatório de pesquisa intitulado "Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica". O início da pesquisa se deu em agosto de 1970, apenas um mês após a criação do INCRA. No estudo, é apresentado uma linha do tempo sobre os intentos para "ordenar as migrações" na história do Brasil. Nesse balanço, os autores abordam os incentivos oferecidos para a vinda de estrangeiros ao Brasil e percorrem dados sobre colônias alemães, holandesas, espanholas, japonesas até chegarem aos projetos dos centros agrícolas criados para absorver "trabalhadores nacionais". Desde a perspectiva defendida pelos autores, esse levantamento ofereceria caminhos para mapear estratégias efetivas para o sucesso da colonização dirigida na Amazônia. Para uma descrição mais detalhada sobre as tradições do conhecimento absorvidas pelo INCRA na gestão do PIN, ver Bemerguy (2024).

marcador racial parece reter a exacerbação da sexualização historicamente atribuída ao calor da selva. A nudez das jovens moças brancas não é condenada, nem mencionada como elemento em acusações morais. Elas seguem sendo "mulher pra casar" (Gonzalez, 1984).

No relato, a terra feminilizada primeiro foi rasgada por tratores, retroescavadeiras e homens e a chegada das mulheres demarca o fim de um longo período de "solidão masculina". Por isso os homens desejam se casar o mais rápido possível. A reportagem exalta o papel das mulheres, que agora se faziam presentes, trazendo amor e calor, para pôr um fim à fase da "frieza das máquinas". A mulher é parte da história como esposa e sobretudo como esposa grávida. Elas estão ali para "criar um mundo e povoar a terra". O feminino genérico é produzido de modo ambivalente, associado à capacidade biológica de gestar "novas gerações" e à força para abrir mata no braço, "ajudando" os maridos. A feminilidade, como sinônimo de beleza, graça e cuidado com o lar, é narrada em associação à cor da pele. A mulher negra, mãe de nove filhos, não é narrada por sua potência em povoar o mundo, mas como robusta e forte.

A "vida humana normal" só poderá ser "fixada" pelo êxito em domesticar pela força um território capaz de degenerar e pelo estabelecimento de um espaço doméstico. O "novo mundo" criado deve ser feito de casas limpas e organizadas e surgirá de sementes lançadas ao corpo-solo – que ora brotarão como crianças, ora como produtos que garantirão a prosperidade e a felicidade de famílias que se sustentam pelo trabalho e pela "adequada exploração da terra". A "nova geração", como vimos, foi exaltada. Sua existência era tratada como a materialização do sucesso em "humanizar a selva", em ocupar o "vazio amazônico", em promover o "caldeamento de raças". Uma "terra sem homens" se povoa com mais crianças. O número alto de grávidas e bebês era exaltado e apresentado como elemento fundamental para a consolidação de um projeto estatal que, ao mesmo tempo, gestava uma estrada e um berço (Lagrega, 1971). Assim, uma estrada projetada com o intuito de "ocupar um vazio" deu corpo a uma política estatal implícita de gestão da reprodução, em que a história da rodovia feita para levar "homens sem-terra" para as "terras sem homens" da Amazônia se torna uma história sobre mulheres demandadas a, e celebradas por engravidar para povoar uma parte da nação. O nascimento de cada criança devia ser celebrado. Mas havia, como vimos, crianças mais desejadas que outras.

Volto-me agora a foto de Dona Ivone. Claudia era apenas "uma das primeiras crianças a nascer em Rurópolis", mas ela e a mãe, uma "loura altíssima, rosto lindo, sotaque alemão", foram escolhidas para ocupar um lugar de destaque em uma reportagem que buscava registrar o que se passava naqueles tempos na "primeira cidade da Transamazônica" (Rurópolis, 1974). A imagem destacada para representar "os meninos da Transamazônica" que, estavam "participando do maior empreendimento do século" é a foto posada de uma criança branca e loura, sentada no chão vermelho da rodovia, com a imagem da estrada rasgando a mata ao fundo.

As "moças da agrovila", graciosas e belas, que se banham desnudas, recuperando a "inocência natural dos costumes primitivos" são mulheres brancas. No texto, a menção às descendências europeias dos sujeitos entrevistados é recorrente. As mulheres "com

descendência" são elogiadas pelo fenótipo. A bebê é caracterizada como linda, pois "loura como a mãe". Tereza, a mulher negra que trouxe "um colorido novo" para a região é descrita como "robusta" e elogiada pela "força da sua raça", ao lado de uma foto minúscula, em um barraco de chão batido. As mulheres sulistas são elogiadas pela limpeza e pelos bons hábitos; as nordestinas são descritas pelo sentimento de asco de Eni, que lhes atribui uma suposta prática de cuspir no chão. As nortistas são "o resto".

Quando olhamos com atenção os registros escolhidos para exaltar a "primeira geração da Transamazônica", vemos fotos posadas de crianças de diferentes tonalidades de pele, posicionadas lado a lado. As imagens dessas crianças, descritas como "a garantia da integração amazônica", produzem, ao mesmo tempo, um elogio à mistura de povos promovidas pela estrada e uma afirmação de que o futuro da civilização na Amazônia estava atrelado à mestiçagem e à gestão das misturas desejáveis. Em nenhum momento da narrativa sobre o "encontro de povos", as populações indígenas são mencionadas diretamente.

Nos registros sobre a "primeira geração", logo abaixo das crianças-futuro, vemos um casal carregando um bebê. A imagem é característica do regime de ênfases e destaques concedidas a certos personagens a partir das fotografias que compõem as reportagens. Uma vez mais, os sujeitos escolhidos para exaltar o programa de colonização implementado pelo governo eram sujeitos brancos. Ao utilizar a imagem da "salada de frutas" para as crianças da "primeira geração", a repórter afirma que, nos bancos da escola, interagiam "todos os tipos raciais brasileiros": "negrinhos, meninos louros filhos dos colonos do extremo sul, caboclos e mulatos". Parte das crianças é descrita pela referência ao termo único que as encapsula como exemplos de um "tipo". A menção à presença de "caboclos" e "mulatos" traz como enunciado de fundo a afirmação de que a miscigenação está em andamento. O "tipo branco" não é mencionado pela referência nomeada à brancura da pele das crianças. Ele se faz presente pela referência aos "meninos louros filhos dos colonos do extremo sul". Essa descrição adjetivada do personagem que somos levados a entender como "o branco" presente na "salada de frutas" contém elementos significativos das economias de tipificação que delimitam e reforçam a branquitude enquanto sistema de poder e a brancura enquanto signo de superioridade (Wynter, 2003; Conceição, 2020; Kilomba, 2020).

No plano da linguagem, os processos de racialização, enquanto elaborações situacionais da alteridade constituídas por uma "cadeia de associações" entre representações tecidas sobre sujeitos determinados, são pautados por uma lógica nem sempre nomeada de modo explícito (Kilomba, 2020; Stoler, 2016). O racismo se sustenta pela crença na existência de "tipos" de sujeitos detentores de características inerentes e utiliza a brancura para balizar as escalas de tipificação. Essa escala é marcada e reforçada pela captura do sentido do Humano, fruto de processos duráveis de "colonização do ser", que seguem produzindo sinonímia entre o Branco e o Homem. Nesse quadro, o Branco é o Eu, o Homem genérico e o Eu genérico é o Homem. O Outro do Eu é Outro, pois não Branco (Wynter, 2003; Kilomba, 2020). Assim, a brancura do

corpo branco não precisa ser nomeada, ela é anunciada pela reiterada menção ao branco apenas como Sujeito.

Na reportagem, os "meninos louros filhos dos colonos do extremo sul" representam o Eu, o Homem, o menino. Os outros não são descritos como meninos, nem precisam ser adjetivados, eles não são Humanos como o Branco, nem Homens como ele. Eles são um tipo racial em si mesmo: "negrinhos, caboclos e mulatos". Eles são uma palavra no diminutivo; termos que falam por si. O Branco, que é "O menino", é louro. Ele é "filho de colonos do extremo sul". A brancura da criança é demarcada de outros modos. É explicitada pela menção à cor clara de seu cabelo e pela associação a um território. O "extremo sul", uma terra que aqui é reiteradamente racializada como branca, pela repetida associação entre a região e a história da imigração europeia para o Brasil. Na decupagem das associações em cadeia, a frase escolhida pelo repórter para adjetivar o "tipo branco" da "salada de frutas" nos fala de uma escolha por atribuir protagonismo à presença de personagens brancos "branquíssimos" na narrativa que se buscava propagar sobre a colonização do "vazio amazônico". Ao final, todas as imagens e descrições que ecoam elogios à mistura vêm sempre acompanhadas de registros que exaltam a brancura, que chega a partir dos encontros criados pelas estradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de integração nacional conduzidas na Amazônia no período da Ditadura Civil-Militar foram publicamente propagadas como intervenções que representariam soluções para dois problemas: a pobreza no Nordeste, atribuída ao "flagelo da seca", e a ausência de homens no "vazio amazônico". Nesse quadro, a Transamazônica foi apresentada como uma intervenção colossal que possibilitaria concretizar uma política de integração planejada, que teria como objetivo principal promover e conduzir o deslocamento de populações entre as duas regiões do país. Nesse artigo, busquei indagar o que reverbera no destaque oferecido a corpos brancos, descritos a partir de sua descendência europeia, em reportagens-propaganda sobre os resultados de uma política tecnicamente idealizada para outros sujeitos. Como caminhos na espiral do tempo, as cenas apresentadas aqui têm a função de evidenciar camadas soterradas nas representações produzidas em torno das famílias, mulheres e crianças apresentadas como garantia do futuro da civilização na Amazônia; um corte no espaço-tempo que nos permite ouvir com mais clareza os ecos deixados por certas ênfases, termos e expressões.

No Brasil, a colonização, abordada em diferentes contextos históricos como tema/método de interesse público, culminou em intervenções variadas para ocupar e povoar determinados territórios com sujeitos de determinados "tipos", previamente selecionados para a promoção de uma política de "fixação" à terra. O processo de formação de Estado no Brasil é, portanto, marcado por histórias de delimitação de "tipos preferenciais" de cidadãos (Seyferth, 2020). Esse longo debate sobre "preferenciais" e

"indesejáveis" nos fala sobre o lugar das teorias raciais na base das "tradições de conhecimento" (Souza Lima, 2002) que se acumulam em torno dos "mecanismos de condução de populações" (Ramos, 2014) e do modo como o tema do povoamento emerge associado a tecnologias de governo que reverberam a durabilidade colonial-racial (Bemerguy, 2024)

Ao percorrer elementos do campo de debates sobre o processo de constituição da identidade nacional brasileira, é importante manter em mente que a ideia de um povo mestiço, nascido do "caldeamento das raças", do encontro amistoso entre brancos, negros e índios, foi historicamente forjada por processos paralelos de exaltação da brancura nas autorrepresentações celebradas da nação e por intervenções para o branqueamento da população (Conceição, 2020; Seyferth, 2020). Aqui, voltei-me às projeções de futuro disseminadas no contexto da Ditadura Civil-Militar sobre as políticas estatais de colonização dirigida implementadas às margens das estradas da integração nacional, para percorrer como este quadro emerge na Amazônia.

Entre imagens de crianças e famílias celebradas, busquei refletir sobre as capturas da brancura, do feminino e do desejável nas projeções sobre o futuro da Amazônia, prementes em narrativas em torno das "novas gerações" e do "encontro de povos" possibilitados pelas estradas e pelo PIN. Na esteira da obra de Seyferth (2020), considero que refletir sobre o povoamento induzido de territórios na Amazônia consiste, antes de tudo, em uma reflexão sobre as intervenções estatais e as tradições do conhecimento mobilizadas ao longo do tempo para promover o "melhoramento racial" da população. De tal modo, entendo que as políticas estatais de colonização conduzidas na Amazônia podem ser pensadas como vetor e espelho da retórica constitutiva das disputas sobre futuros desejáveis para a nação, onde projeções de modernidade foram subsumidas à promoção do branqueamento a partir de ações diretas e indiretas de controle da reprodução.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Adriana de. **Colonização dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

2. BEMERGUY, Telma de Sousa. **Estradas da conquista e caminhos da raça**: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

3. BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

4. BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório (vol.1). Brasília, CNV, 2014.

5. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos.

Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1970.

6. CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

7. COROSSACZ, Valeria Ribeiro. **O corpo da nação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

8. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

9. ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. **A redenção de Cam**. Verbete da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83833-a-redencao-de-cam. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

10. FEIJÓ, Atenéia. A mulher na Transamazônica. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1056, ano 20, 15 jul. 1972. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=124990. Acesso em: 17 jan. 2026.

11. FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas e as mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

12. FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

13. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, [*s. l.*], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
14. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.
15. LAGREGA, Joaquim José Freire. Transamazônica: a estrada e o berço. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, 14 abr. 1971. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=180003. Acesso em: 17 nov. 2023.

16. LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology**, Florianópolis, v. 11, p. 76-112, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000200003. Acesso em: 17 jan. 2026.

17. MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande". Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

18. MOUTINHO, Laura. **Razão," cor" e desejo**: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais" inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. São Paulo: UNESP, 2004.

19. RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar do fraco**: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional. Niterói: EdUFF, 2006.

20. RURÓPOLIS: a primeira cidade da Transamazônica. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1.1165, ano 21, 17 ago. 1974. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22rur%C3%B3polis%20presidente%20m%C3%A9dici%22&pagfis=144556. Acesso em: 17 nov. 2023.

21. SCHUCMAN, Lia; CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Verbete: Branquitude *In*: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcos André dos; RATTS, Alex (ed.). **Dicionário contemporâneo de relações étnicorraciais**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2023. p. 68-77.

22. SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade**: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões etnicorraciais. Organização de Antonio Carlos de Souza Lima, Miriam de Oliveira Santos e Raquel Santana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

23. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2012.59295. Acesso em: 17 jan. 2026.

24. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. *In*: BASTOS, Cristina. ALMEIDA, Miguel Vale (org.). **Trânsitos coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

25. STOLER, Ann. **Duress**: Imperial durabilities in our times. Durham: Duke University Press, 2016.
26. TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; CASTRO E SILVA, Maria Thereza. **Colonização dirigida no Brasil**: suas possibilidades na região amazônica. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

27. VALE, Avelino do. A primeira geração da Transamazônica. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1050, ano 21, 3 jun. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/004120/123950, acesso em 6 de outubro de 2023.

28. VIANNA, Adriana. **O mal que se adivinha**: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
29. WYNTER, Sylvia. Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation—An argument. **CR: The new centennial review**, [*s. l.*], v. 3, n. 3, p. 257-337, 2003.

Telma de Sousa Bemerguy
Pesquisadora de pós-doutorado do Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4864-0010. E-mail: tsbemerguy@gmail.com

Não quero (mais) ter mais filhos: a maternidade em crise é afinal uma consequência da pandemia?

I don't want to have (anymore) children: Is motherhood in crisis a consequence of the pandemic?

Rosamaria Giatti Carneiro
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

RESUMO

Após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma acentuada explosão de nascimentos diante de maior estabilidade social. Depois de períodos de exceção, violência, mortes e extrema pobreza, poderíamos pensar que o curso da vida seria retomado, inclusive quanto ao desejo de se ter filhos. Pensando por esse prisma e olhando para a contemporaneidade, poderíamos acreditar que, com a crescente vacinação, redução da mortalidade e controle do vírus Covid-19, experimentaríamos a retomada dos nascimentos e talvez até mesmo um certo aumento em suas taxas. Mas esse, no entanto, não tem sido o cenário demográfico pós-isolamento social. Bem ao contrário, em vez de mais nascimentos, temos assistido a uma progressiva redução no desejo de se ter filhos. Este artigo pretende refletir sobre tal situação inusitada em nossa sociedade e aventar possíveis causas para sua ocorrência. Para isso, dialogará com dados estatísticos e demográficos oficialmente produzidos e com três pesquisas etnográficas realizadas com mulheres mães, pobres e abastadas, de baixa renda, entre os anos de 2020 e 2025, ao redor de suas práticas e emoções durante e após a pandemia, bem como às voltas com as práticas de cuidado entre mulheres de distintas gerações de uma mesma família em diferentes cidades e escalas. Uma delas no Distrito Federal; outra em diversas regiões do Brasil e uma última em cidades de grande e médio porte no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: Não-maternidade, Pandemia, Trabalho, Cuidado.

ABSTRACT

Following World War II, there was a marked baby boom due to greater social stability. After periods of exception, violence, death, and extreme poverty, one might think that the course of life would resume, including the desire to have children. Thinking from this

Recebido em 22 de junho de 2025.
Avaliador A: 12 de agosto de 2025.
Avaliador B: 14 de agosto de 2025.
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

CC BY

perspective and looking at contemporary times, one might believe that with increasing vaccination rates, reduced mortality, and control of the virus, we would experience a resumption of births and perhaps even a certain increase in their rates. However, this has not been the demographic scenario of post-social isolation. On the contrary, instead of more births, we have witnessed a progressive reduction in the desire to have children. This article aims to reflect on this unusual situation in our society and explore possible causes for its occurrence. To this end, it will engage with officially produced statistical and demographic data and with three ethnographic studies conducted with mothers, both poor and wealthy, between 2020 and 2025, focusing on their practices and emotions during and after the pandemic, as well as on caregiving practices among women of different generations within the same family in different cities and at different scales. One study was conducted in the Federal District; another in various regions of Brazil; and a final study in large and medium-sized cities in Brazil and Argentina.

Keywords: No-motherhood, Pandemic, Work, Care.

UM *BABY BOOM* QUE NÃO ACONTECEU?

Depois da Segunda Guerra Mundial assistimos, sobretudo, em países como Estados Unidos, Inglaterra e França, que compuseram o grupo dos Aliados, um franco crescimento demográfico. Muitas crianças nasceram entre os anos de 1945 e 1964. Nesse período, estima-se que nasceram mais 76 milhões de crianças. Algumas razões são apontadas para esse crescimento, sendo uma delas a de que as pessoas queriam reconstruir suas famílias, retomar o curso normal da vida e que havia uma confiança de que o tempo que se iniciava seria próspero e seguro.

Nos Estados Unidos, as famílias migraram das cidades para os subúrbios, os militares contaram com apoio financeiro para construírem suas casas e o ethos da família nuclear com o homem provedor encontrou muito eco social. Uma onda de consumo passou a ser estimulada, as pessoas adquiriram carros, televisores e eletrodomésticos. Depois de duas grandes guerras e um período de depressão, a vida social voltava a pulsar, com um respiro econômico, mas também ideológico. Essa confiança no futuro, de certo modo, contribuía para que as pessoas desejassem mais filhos[1].

Entre 2020 e 2022 fomos ameaçados em escala mundial pelo Coronavírus. Experimentamos o isolamento social e uma transposição para o mundo virtual. Só no Brasil foram 700 mil óbitos. Fomos um dos recordistas mundiais no número de mortes. Se o vírus parecia ter uma letalidade

1 Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/b/baby_boomer.asp. Acesso em: 15 set. 2022.

universal, logo percebeu-se que a pandemia tinha recortes e singularidades e que não se tratava de uma experiência única. Os marcadores sociais de raça/cor, classe social, nacionalidade, gênero, geração e sexualidade diferenciaram a sua vivência. Por isso, a pandemia foi chamada de sindemia[2]. Ao mesmo tempo em que o vírus parecia estar por todos os lados, o contágio, a assistência à saúde e o desfecho do quadro de adoecimento dependiam do cotidiano da vida social de quem o contraia. Foram anos sombrios, muitas pessoas morreram de Covid-19, outras tantas passaram fome, perderam os seus empregos, seus pais e mães, seus filhos e suas famílias (Lopes, 2023; Pires *et al*., 2025). Tiveram medo da morte, viram-se isolados ou diante da impossibilidade de se isolarem. Alguns Estados decretaram lockdown, as ruas foram esvaziadas e os hospitais ficaram lotados. Faltaram insumos e infraestrutura para cuidarmos de nós mesmos e dos nossos familiares. Muitas pessoas morreram sem ar. Muitas pessoas foram enterradas sem nenhum tipo de ritual. Entre eles, os bebês yanomamis no norte do Brasil, em Roraima (Guimarães; Alés, 2025)[3]. Vivemos um período de exceção, cortaram-se nossas redes de apoio e de acesso às políticas públicas, ainda que isso tenha se dado de modos muito diferentes a depender de onde se vive, de onde se trabalha, de quanto se ganha e de qual é a sua cor.

Passaram-se cinco anos desde então, mas os últimos anos foram todos muito diferentes entre si. O ano de 2020 foi o período de maior medo e insegurança social. Pouco se sabia sobre o vírus, sobre medicamentos eficazes, vacinas e sobre o que aconteceria. Chamarei aqui o primeiro ano de: o período mais acirrado da pandemia. Quem não se lembra das imagens das ambulâncias correndo pelas ruas da Itália? Das covas de pessoas mortas em Manaus no Brasil? Dos guardas nas ruas da Espanha? Das imagens dos hospitais de campanha? Dos cartazes colados no ponto de ônibus da favela do Rio de Janeiro, que diante da ausência de suporte estatal, criava para si mesma uma estratégia de contenção do vírus? Esse foi o ano em que Miguel Santos da Silva, um menino negro de 5 anos, sem escola durante a pandemia de Covid-19, foi morto ao ir trabalhar com sua mãe, Mirtes Renata, empregada doméstica, ao cair no buraco do elevador de um prédio de luxo em Recife em razão do descuido da patroa de sua mãe; enquanto Mirtes descia para passear com cachorro da família[4]. Foi o ano também em que Cleonice Gonçalves, de 63 anos, uma mulher negra e empregada doméstica, foi a primeira

2 Sindemia é um conjunto de problemas de saúde intimamente interligados e que aumentam mutuamente, é um conjunto de problemas de saúde intimamente interligados e que aumentam mutuamente, que afetam significativamente o estado geral de saúde de uma população no contexto de persistência de condições sociais adversas. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1534/covid-19-como-sindemia-modelo-teorico-e-fundamentos-para-a-abordagem-abrangente-em-saude. Acesso em: 19 set. 2022.

3 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html. Acesso em: 19 set. 2022.

4 Disponível em: https://www.geledes.org.br/mirtes-de-souza-mae-de-miguel-se-fosse-ao-contrario-com-certeza-eu-estaria-presa-desde-o-primeiro-dia/. Acesso em: 19 set. 2022.

pessoa a morrer de Covid-19 no Brasil depois de ter contraído a doença de seus patrões, que haviam acabado de voltar da Europa[5].

Em 2020 recomendou-se que as mulheres não engravidassem, assim como havia acontecido em 2015 e 2016, à época da epidemia de Zika no Brasil. A responsabilidade pela reprodução social ou pelo seu controle foi mais uma vez atribuídos às mulheres e assim individualizada[6], já que a contracepção foi descontinuada, pois não considerada "serviço essencial".

Em 2021 vivemos uma "nova onda". Houve um recrudescimento dos casos, mas a vacina aparecia como uma alternativa possível. Um respiro, uma esperança. As escolas privadas voltaram a funcionar, mas as públicas permaneceram fechadas, com bem pontua a pesquisa de Laura Lowenkron (2022). Muitas crianças de periferia não tinham com quem ficar e tampouco o que comer. Pouco a pouco as pessoas começaram a se vacinar. Parecia um novo horizonte, ainda que cada nova variante do vírus abalasse nossas certezas.

O Brasil foi o país que teve a taxa de mortalidade materna por Covid-19 mais alta do mundo (Boletim Fiocruz, 2021)[7]. Gestantes e parturientes morreram sem ar, por falta de assistência à saúde, que no Estado brasileiro figura como direito constitucional desde 1988, enquanto "um direito de todos e dever do Estado". Muitos bebês deixaram de nascer. Por conta do medo da morte, da insegurança econômica e social, do aumento do número de divórcios, aqueles que puderam, postergaram a chegada de novos filhos.

Em abril de 2022, a Organização Mundial de Saúde decretou o fim da pandemia, as pessoas deixaram de usar máscaras e pouco a pouco foram retomando suas vidas fora de casa, retomando postos de trabalho e passaram a conviver com as sequelas da pandemia. Uma delas pode ser o que pretendo discutir neste texto: uma queda persistente no desejo de ter filhos, algo que ainda se faz sentir.

A pandemia provocou uma queda na natalidade no mundo inteiro. Em 2019 tivemos 2,8 milhões de bebês nascidos no país, em 2020 esse número caiu para mais de 2,6 milhões, segundo o Portal da Transparência do Registro Civil (Idoeta, 2021). O IBGE junto da Associação dos Registrados de Pessoas Naturais (ARPEN) estimam que deixaram de nascer 300 mil bebês no ano de 2020. O IBGE havia prospectado que o Brasil teria uma população de 1,574 milhão de pessoas em 2020, mas por conta da baixa natalidade, mortes por Covid-19 e sobrecarga

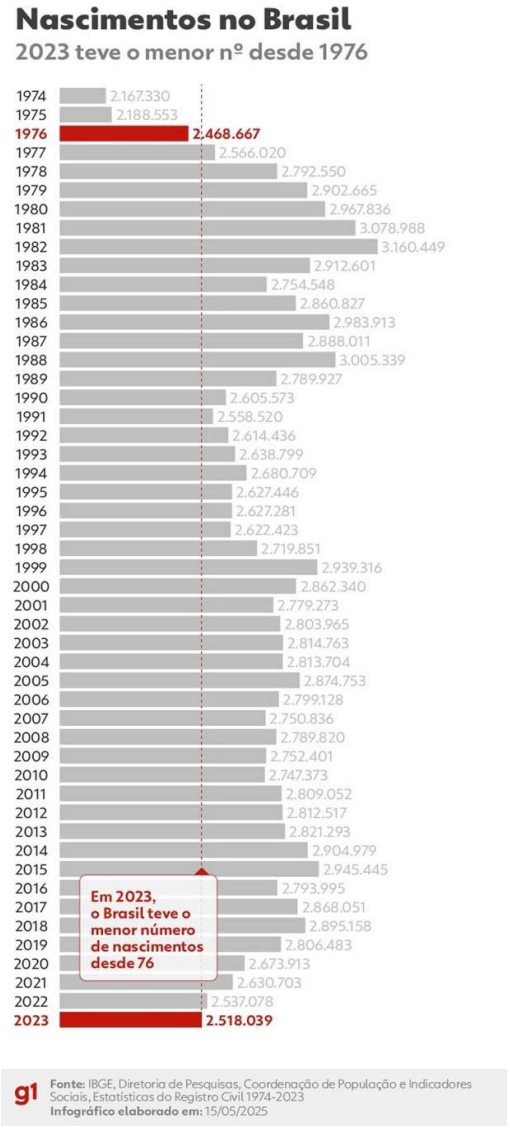
5 Disponível em: https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade- das-mulheres-na-pandemia/. Acesso em: 19 set. 2022.

6 Disponível em: https://theintercept.com/2020/04/20/coronavirus-evitar-gravidez-mas-cortam-contraceptivos/. Acesso em: 19 set. 2022.

7 Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-destaca-alta-mortalidade-materna Acesso em: 19 set. 2022.

do sistema de saúde, terminamos o ano com 1,159 milhão de pessoas, segundo o Portal da Transparência do Registro Civil. Portanto, a grosso modo, podemos dizer que o impacto da pandemia foi reduzir o crescimento populacional em 415 mil pessoas em 2021[8]. Em 2022, baixamos para 2,5 milhões, ainda que este tenha sido o ano do fim do isolamento social e fim da pandemia. Em 2023, o Brasil registrou 2,52 milhões de nascimentos ocorridos no ano, uma queda de 0,7% em relação a 2022 e o quinto recuo consecutivo[9].

Figura 1. Queda de Natalidade do Brasil



8 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57814964. Acesso em: 16 set. 2022.

9 Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202505/em-2023-obitos-caem-7-9-entre-idosos-com-80-anos-ou-mais. Acesso em: 19 set. 2025.

Fonte: Número [...] (2025)

Dessa forma, mesmo com o advento da vacina, avanço da imunização na população brasileira, diminuição da mortalidade por Covid-19, retorno às atividades presenciais e fim do distanciamento social, o crescimento da natalidade não tem se verificado nos últimos anos e recentemente atingimos o patamar mais baixo nas últimas décadas. O baby boom, após o período de exceção, parece não ter acontecido. Partindo desse cenário, pretendo refletir sobre as possíveis causas desse não desejo de filhos no contexto brasileiro pós-pandemia, de forma a explorar suas possíveis causas e consequências.

Para esse objetivo, dialogarei com achados de três pesquisas etnográficas que conduzi nos últimos cinco anos ao redor da pandemia e/ou de famílias de mulheres, gênero e gerações no Brasil. A primeira delas *O uso do tempo/espaço das mulheres mães dentro de casa durante a quarentena da Pandemia de COVID-19* aconteceu entre os meses de maio e junho de 2020, de maneira remota, entre Brasil e Argentina, com mulheres mães de camadas médias que tinham acesso às redes sociais e internet. A segunda *A vida social do cuidado e da pessoa entre mães e filhas: maternidades, narrativas e intergeracionalidade* também aconteceu de maneira remota por conta do isolamento social, entre os anos de 2020 e 2021, com mulheres de camadas médias, mas também com mulheres de camadas populares, ao redor da relação entre mãe e filha e suas práticas de cuidado consigo mesmas e com suas crianças. E a última e mais recente que se deu em uma cidade satélite do Distrito Federal, entre 2022 e 2025, de maneira presencial e pesquisa de campo constante e rotineira, com mulheres de periferia, ao redor *dos Impactos da pandemia de Covid-19 na vida de mulheres mães pobres e periféricas: trabalho, cuidado e pobreza a partir de São Sebastião – DF.*

Na primeira pesquisa remota tivemos acesso a 300 brasileiras e 75 argentinas, na maioria brancas, casadas, heterossexuais e de mulheres de camadas médias. Na segunda estivemos com 10 mulheres de diferentes regiões do Brasil, com idades entre 75 e 28 anos, de diferentes gerações, ocupações e realidades econômicas, sendo elas avós, filhas e netas. E na terceira estivemos com mulheres entre 40 e 28 anos, na maioria solteiras, desempregadas, de camadas populares e negras. Considerando que a ideia neste artigo é tensionar o que gráficos e pesquisas demográficas nos apresentam quanto à natalidade no Brasil, tomaremos os dados dessas investigações de maneira conjunta e de maneira implicada com os argumentos que se pretende desenvolver.

NÃO QUERO MAIS FILHOS

> Não podíamos imaginar passar por outra gravidez, parto e fase de recém-nascido com tão poucas opções de apoio. A gota d'água, porém, foi ver, durante a pandemia, a clara falta de apoio estrutural para as famílias.
>
> Há também os divórcios pandêmicos. Para os pais de crianças pequenas que não saíram da pandemia com seus relacionamentos intactos, a perspectiva de ter mais filhos parece muito menos provável do que antes. "A realidade de não ter um segundo filho se confirmou gradualmente após o primeiro ano de Covid. Ainda existe uma sombra da epidemia no esgotamento dos pais que viveram em 2020 e 2021 com filhos que eram muito jovens até para se distrair com as telas. A perspectiva de ter mais bebês parece especialmente desagradável para os pais que ainda se recuperam de assumir tarefas inesperadas sem reconhecimento ou apoio social (Belandi, 2022). .

Segundo reportagem do jornal O Globo (Belandi, 2024), o grupo de "desistentes", que são as mulheres que não querem mais filhos, teria aumentado de 42,7% para 47,7%, sobretudo, entre aquelas que já têm filhos e perderam seus empregos. De acordo com a pesquisadora Letícia Marteleto, envolvida em uma pesquisa sobre o desejo de filhos na pandemia junto à Universidade do Texas e UFPE, "se a mulher estava em cima do muro em relação a ter mais filhos, a pandemia jogou ela para um lado" (Lenharo, 2020). Em conversas com mulheres de camadas médias que vivem no Plano Piloto, no Distrito Federal, durante o primeiro semestre de 2022, por meio de WhatsApp, vi-me diante de mulheres que queriam mais filhos, mas desistiram por conta da pandemia, da sobrecarga de trabalho e por estarem exaustas com os cuidados de uma criança. Vi-me também diante daquelas que não queriam mais filhos e seguiram não desejando mais filhos, confessando terem inclusive desejado não tê-los durante a pandemia.

> Eu queria 3. Mas a falta de rede de apoio e sobrecarga ficaram ainda mais evidentes com a pandemia. Não temos estrutura física, mental e orçamentária para uma terceira criança. Também invejei as pessoas sem filhos que podiam ficar em silêncio, agir por sua própria conta. Por outro lado, imaginei a solidão de quem estava totalmente só (Joana, 36 anos, Distrito Federal, 2022).
>
> Eu nem pensei nisso, a fábrica já estava encerrada. Mas invejei quem não tinha filho reaaaal (Maria, 43 anos, Distrito Federal, 2022).
>
> [...] não alterou pra mim, meu desejo de ter uma nova criança já era 0,02 há algum tempo. Sinto pela Maria não ter uma irmã ou irmão. Eu acho meio louco ser solo assim no mundo, mas ela ganha outros prismas. E mais que isso: o quadro pode ser mudado, pois sei que a namorada do pai dela quer ter filhote um dia (Bia, 39 anos, Distrito Federal, 2022)

Para algumas delas, não desejar mais filhos decorria de motivos pessoais ou de sentirem-se muito esgotadas pelo trabalho de cuidado. Mas para outras o receio de ter mais filhos derivava

da instabilidade social que a pandemia trouxera.

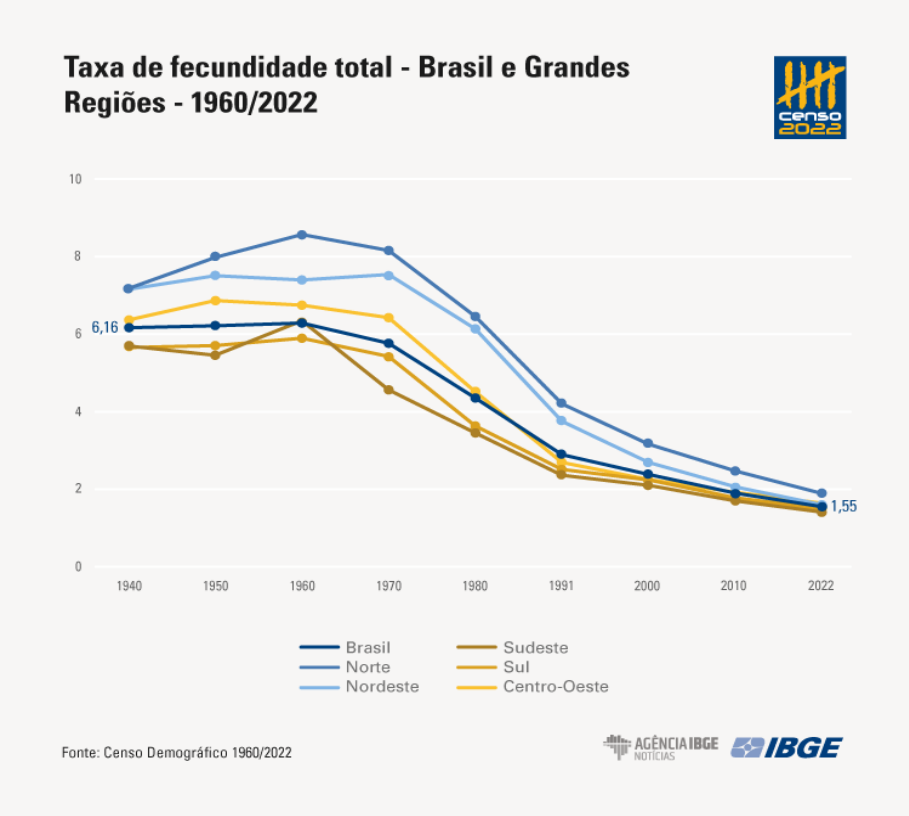
> Virou um ponto recorrente de reflexão. Passei a ter mais medo de colocar gente no mundo. Mas não mudou a vontade não. Digo, não foi suficientemente forte pra dissipar o desejo. Mas virou um tema sim. Porque pra mim, aumentou a sensação subjetiva de insegurança e imprevisibilidade da vida. Na racionalidade, claro, nunca estivemos no controle. Mas na prática a pandemia me trouxe essa sensação desconfortável. Essa certa melancolia. Uma espécie de pessimismo diante da vida. Do destino do planeta, da humanidade. Essas coisas. Deu a sensação de estar permanentemente à beira de uma catástrofe. E nesse cenário eu me sinto impotente na tarefa de proteger a prole. E injusta na decisão de fazer alguém passar por isso (Ana, 38 anos, Distrito Federal, 2022).

Esses diálogos foram estabelecidos, com mulheres que já haviam sido minhas interlocutoras em outras pesquisas. Em sua maioria, mulheres brancas, heterossexuais, com mais de 30 anos, de camadas médias, casadas e com formação universitária, algumas inseridas no mercado de trabalho, enquanto outras dedicadas à criação dos filhos. A ideia de explorar esse não desejo surgiu quando comecei a escutar essa negativa por parte de mulheres próximas, mas também quando tomei contato com dados produzidos por demógrafos e estatísticos, já num contexto de pós-isolamento social, como arrolado acima. Penso, entretanto, que o desejo de não ter filhos também pode ter variado durante as diferentes fases da pandemia e também depois dela. Não desejar filhos quando tudo é incerto, inseguro e perigoso parece fazer sentido, mas quando as nuvens se dissipam quais seriam as razões de não se desejar mais filhos? Ter filhos tem sentidos diversos, como bem anunciam Ellen Woortmann (1995, 1990), Pedro Guedes Nascimento (2020; Nascimento; Lunker, 2019) e Valeria Corozacss (2009), para citar somente alguns. O número de filhos pode relacionar-se a um "cálculo social" e à honra da família; pode dizer da salvaguarda na velhice ou do desejo de transmitir o sangue , constituir e deixar família para futuras gerações, entre outras razões.

Nos Estados Unidos, diferentemente da década de 1950, as mulheres estão dispostas a renunciar à maternidade, ao ponto de aceitarem a esterilização para manterem o emprego, em vez de se submeter ao trabalho e aos sacrifícios associados à criação dos filhos. A redução do trabalho doméstico se evidencia pelo crescente número de mulheres que demoram para se casar ou que não se casam (moram sozinhas, em casais do mesmo sexo ou em arranjos comunitários), assim como pelo crescente número de divórcios (ainda solicitados principalmente por mulheres). Parece que o casamento não é mais "um bom negócio" ou algo necessário para as mulheres. Enquanto a recusa ao casamento ainda não está em pauta, as mulheres ganharam uma nova mobilidade em relação aos homens e podem estabelecer relações de meio período com eles e assim ter o trabalho doméstico reduzido. O contínuo crescimento das famílias chefiadas por mulheres também reflete até que ponto as mulheres estão se recusando a assumir um casamento por convenção (Federici, 2018).

Essa reflexão pode nos ajudar a problematizar a realidade brasileira, em que a atual taxa de natalidade foi de 1,55 filho/mulher, vale dizer a menor taxa desde 1940, quando tal relação começou a ser mensurada. Segundo Débora Diniz, em postagem de 27 de junho de 2025, dados como esses nos sugerem que não desejar mais ter filhos "é um fato da vida que nos mostra que o que antes era destino ou estigma, agora é uma realidade populacional"[10].

Figura 2. Taxa de Fecundidade no Brasil



Fonte: Agência de Notícias e IBGE (2025).

MATERNAR DURANTE A PANDEMIA: ENTRE SENTIDOS E PRÁTICAS

Durante os meses de maio, junho e julho de 2020 aplicamos o questionário da pesquisa

10 Dísponivel em: https://www.instagram.com/p/DLaCq8aRwCy/. Acesso em: 30 jan. 2025.

acima mencionada; o instrumento contava com 33 questões, em sua grande maioria fechadas, duas perguntas abertas sobre ser mãe na pandemia; sobre o que desejavam do futuro e, por último, um espaço para inserirem imagens do seu dia-a-dia. Em sua primeira sessão traçava um perfil sociodemográfico da mulher; na segunda explorava a relação entre trabalho e pandemia; na terceira sentimentos e relação com o corpo e, por último, a construção do cotidiano. O formulário circulou a partir de nossas redes de pesquisa, internet e WhastApp. Em dois meses, 300 mulheres brasileiras e 75 mulheres argentinas haviam respondido nossas perguntas. Para a reflexão deste artigo, retomarei as respostas para as questões "O que significa ser mãe e mulher neste contexto?" e "Qual é o seu maior desejo para o pós- pandemia?"

Foram recorrentes as ideias de sobrecarga, exaustão, desafio, multitarefa, ser uma guerreira e estar cansada. Ou então, ideias mais elaboradas como:

> Odeio ser mãe, mas, sim eu amo meus filhos. Ser mãe é peso, é cobrança o tempo todo, é expectativas inatingíveis, é solidão, é ter responsabilidades gigantes. Ser mulher, nem sei mais. Ser mãe em tempos de pandemia é se afogar todos os dias em incertezas. As duas ficam incompletas. Me sinto apenas mãe. Minha identidade está incompleta.
> [...]
> Estar sozinha numa responsabilidade gigantesca. Não se limita aos cuidados com o ambiente, alimentação e etc. da criança, mas também em administrar o emocional dela num período extremamente complicado, estressante e perigoso (Entrevista, maio de 2020).

No Brasil as escolas permaneceram fechadas durante todo o ano de 2020 e parte de 2021[11]. As crianças de camadas médias estiveram todo esse tempo em casa. E por isso esse ambiente se tornou, a um só tempo, o lugar do trabalho produtivo, mas também do trabalho reprodutivo e da escola. Para as camadas médias, os tempos e espaços da vida social se viram condensados em um só lugar. Em algumas famílias, as avós que ajudavam e eram rede de cuidados de netos também foram distanciadas por serem *grupo de risco* para o contágio. Babás e empregadas domésticas também foram afastadas. Diante desse corte das redes de apoio e de "circulação das crianças" (Fonseca, 1995), as mães se viram sobrecarregadas ao terem de cozinhar e limpar a casa. Se viram divididas entre o tempo da casa e o tempo do teletrabalho, com câmeras desligadas, queda de produtividade e ainda mais tarefas ao terem de acompanhar os filhos nas atividades escolares. Para aquelas que puderam se isolar, a casa apresentou-se como o ambiente da clausura.

Das brasileiras que participaram de nossa pesquisa, 70% viviam em grandes cidades, com mais de 500 mil habitantes. Foi possível observar que a grande maioria convivia com

11 Disponível em: https://desafiosdaeducacao.com.br/cobertura-coronavirus-educacao/. Acesso em: 7 jul. 2025.

crianças menores de dois anos de idade e com pessoas com idades entre 30 e 40 anos. Das mulheres que trabalhavam fora de casa antes da pandemia, a creche/escola era a principal rede de apoio para o cuidado com os filhos da maioria delas, de 202 mulheres (67,3%). A segunda rede de apoio mais assinalada pelas participantes foi a fornecida pelo/a companheiro/a, em que 110 mulheres brasileiras (36,7%) selecionaram esta opção; as avós e babás também tiveram expressão significativa nas respostas do questionário, marcadas por 97 (32,3%) (avós/babás e companheiros) — ou seja, as mulheres recorrem a outras mulheres como apoio no manejo de cuidado dos filhos, e 49 (16,3%) mulheres respectivamente (Batista, 2023).

Valeska Zanello *et al.* (2022) também aplicaram questionário à distância em 2020, entre maio e julho e mais de 5000 mulheres responderam. Em sua maioria mulheres brancas, de camadas médias, com diploma de ensino superior, heterossexuais e casadas, entre 35-44 anos. 82% delas trabalhava fora de casa antes da pandemia e 69% passou a usar o teletrabalho e 81% coabitava com seu companheiro. Sobre as crenças acerca da maternidade, as autoras destacam que 76% não acreditavam que uma mulher para ser completa precisava ser mãe, o que demonstra uma desconstrução de um ideário de feminilidade. Sobre as tarefas domésticas com o advento da pandemia, 82% estavam se sentindo sobrecarregadas e 88% disseram que estavam realizando mais trabalho doméstico; 65% sentiam sentimento de culpa por não estarem tão atentas às necessidades dos filhos e quase isso relataram ter sentimentos que não gostariam, como raiva direcionada aos seus filhos, por exemplo. 78% disseram que precisavam de mais tempo para si mesmas e 45% disseram não serem cuidadas por ninguém, o que reitera a ideia desenvolvida por Zanello *et al.* (2022) sobre o *dispositivo amoroso*, cujo efeito é exigir das mulheres que cuidem antes dos outros antes de cuidarem de si mesmas.

PANDEMIA E QUEDA DE NATALIDADE PERSISTENTE

A pandemia de Covid-19 foi considerada um evento extraordinário por conta de sua escala mundial, imprevisibilidade e risco de morte. Mas no que tange ao trabalho doméstico, trabalho reprodutivo, sobrecarga física e mental pairam dúvidas quanto a sua novidade. Esse foi o argumento que desenvolvi com Elaine Muller (2020) em *Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de covid-19 soma na vida das mulheres mães?*. A casa, a domesticidade, o peso e a invisibilidade do trabalho de cuidado sempre compuseram a vida das mulheres mães. No começo do século 20 Virginia Woolf escreveu *Um teto todo seu (1929)* também como um manifesto para que as mulheres tivessem tempo de trabalho dissociado da casa e dos filhos, para que pudessem trabalhar com concentração e tranquilidade, salientando como esses espaços se sobrepunham em seus cotidianos e inviabilizavam sua produção profissional.

De outro lado e posteriormente, Silvia Federici (2018) ressaltou que desde a década de 1970, a partir do *Wages for Housework,* as feministas pautaram a importância do reconhecimento e consequente remuneração do trabalho doméstico, que, em suas palavras, "não seria amor, mas sim trabalho não pago" (Federici, 2018). O trabalho doméstico tem sido historicamente o "trabalho oculto" (Gago; Cavallero, 2020), aquele que é propositalmente não remunerado e que paradoxalmente alicerça o sistema capitalista. Segundo Fraser e Filho (2020), há uma contradição intrínseca entre o capital e o cuidado e dela desvela-se também uma dependência; tudo no sistema capitalista precisa/deve ser pago, vendido e remunerado, gerar lucro e operar como mercadoria, salvo o cuidado — tido como essencial e emocional, que ao não ser remunerado torna-se trabalho não pago e sobre o qual o sistema se assenta.

Nos primeiros meses de pandemia, o trabalho doméstico e a casa foram comentados e debatidos como nunca praticado. Como desponta da pesquisa de Zanello *et al.* (2022), muitas mulheres disseram que passaram a realizar tarefas pouco ou quase nunca realizadas em suas casas. Ora porque contavam com babás, ora com empregadas domésticas, familiares e ora com as escolas que realizavam esse trabalho de sustentabilidade da vida, a verdadeira reprodução social. Se a pandemia intensificou o trabalho doméstico e descortinou a dependência que as famílias têm da ajuda de outros para organizarem os seus cotidianos, pergunto se não seria a pandemia a responsável pela atual crise da maternidade e persistente queda da natalidade? Não seria a sobrecarga materna, com os cuidados e de afazeres com a casa, gerados e revelados pela pandemia, motivos importantes para que as mulheres brasileiras tenham renunciado ao desejo de terem filhos ou de terem mais filhos, como demonstraram os dados do IBGE e as narrativas coletadas durante minhas pesquisas mais recentes ao redor da pandemia?

No mesmo grupo de whatsapp de mulheres de camadas médias do Distrito Federal, que acompanhei durante o ano de 2022, circulou o seguinte diálogo entre duas delas:

> Eu queria mais um, sempre quis 3. Mas a pandemia, além de todos os perrengues, me levou a um processo de autoconhecimento profundo (Fábia, 42 anos, Distrito Federal, 2022).
>
> Quando engravidei em 2019 eu já ficava bolada de trazer alguém pra esse mundo doido, pelo jeito que a humanidade anda. Mas decidi que os bossais não poderiam ter o poder de anular meu desejo de ser mãe de novo. Mas depois da pandemia, essa insegurança com o mundo aumentou. Meu útero ainda pulsa quando vejo bebêzinho. Mas racionalmente vem grana, idade, situação planetária que ficou mais tensa com e depois da pandemia (Sonia, 39 anos, Distrito Federal, 2022).

A pandemia salta como uma experiência divisora de águas em seus desejos. Ambas desejavam mais filhos, mas o cansaço decorrente dos cuidados intensos contribuiu para que abandonassem tal ideia. Em que pese o cansaço ou o *timing* perdido serem motivos para não terem mais filhos, vislumbro nesse não desejo também uma outra razão, que tem a ver com

um modelo de maternidade intensiva operante sobretudo nas duas últimas décadas no contexto brasileiro. Senão vejamos, especialmente os seguintes trechos:

> E quando pensei que mais um filho me levaria de novo pra um processo de anulação, desisti. Só de pensar no perrengue de ter um bebê eu canso [...] (Fábia, 42 anos, DF, 2022)

> Também sinto o cansaço acumulado desses dois últimos anos e acho que realmente seria muito custoso em muitos sentidos. Também sinto com a Joana falou, de estar em outra fase (Sonia, 39 anos, DF, 2022).

A exaustão e o cansaço maternos têm sido explorados enquanto consequências de uma moralidade parental contemporânea que inscreve sobretudo nas mulheres mães a responsabilidade pelos cuidados físicos e emocionais das crianças (Russo; Nucci, 2020; Cooper, 2019; Carneiro, 2021; Carneiro; Maluf, 2023). Essa moralidade parental tem recebido o nome de criação com apego, maternidade intensiva ou maternidade consciente. Como já pontuara Foucault (2010), com quem dialoguei em outros escritos (Carneiro, 2020, 2021; Carneiro; Maluf, 2023), a mãe e o tempo dedicado aos seus filhos no sistema capitalista, tornaram-se geradores de capital humano e estabelecem que o futuro económico e sócio emocional das crianças dependem da estimulação precoce e disponibilidade emocional materna para com os filhos.

> [...] o tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira não só como ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele - tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o que? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda". Essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tomar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? **Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica.** Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso (Foucault, 2010, p. 334-335, grifo meu).

Essas teorias ao redor de uma boa criação de filhos derivam em parte da teoria psicológica do apego ou *do attachment,* que nasce nos Estados Unidos de 1980 pelas mãos do pediatra John Bowlby, segundo a qual os bebês precisam de vínculo forte e seguro com seus cuidadores para um bom desenvolvimento emocional. Mas, mais intensamente a partir de 1990, passam a dialogar com a neurobiologia e resultam numa "psicologização do social" (Rifiottis *et al.*, 2025). Na atualidade, o termo criação com apego circula entre as camadas médias brasileiras e refere-se, em muitas ocasiões, a um pacote ou cartilha de cuidados com os filhos desde o seu nascimento, cujas práticas estariam entre "parto mais natural", "cama compartilhada", "amamentação livre demanda," "introdução alimentar autônoma", "pele a pele mediante uso de

carregadores" e mínima terceirização dos cuidados ao longo da infância[12]. Essas seriam algumas das ações de uma parentalidade dedicada, atenta e supostamente baseada em evidências, haja vista a profusão de manuais que circulam na internet e em livrarias de todo país, o que transfere assim a antiga puericultura de consultório para uma maternidade informada e reflexiva.

Fernanda Rifiottis, Fernanda Ribeiro, Carla Villalta e Patrichia Schuch (2025) discutem como a ideia de parentalidade funciona atualmente como uma estratégia de governança reprodutiva. Para isso, retomam a sua circulação em textos antropológicos de 1915, como os de Elsie Parsons e Ester Goody até chegar nos trabalhos de Maurice Godelier que diferenciam filiação da descendência até chegar aos anos 1990 quando o assunto ocupa a psicologia e a psicanálise para, depois, se constituir como um objeto de disputa ideológica. De um lado, a partir dos anos 2000, contamos com a parentalidade como o reconhecimento de novas figuras parentais e, portanto, da homoparentalidade, coparentalidade e pluriparentalidade e, por consequência, com sua dimensão emancipadora. Ocorre que, com bem pontuam as autoras, de outro lado, vemo-nos cada vez mais diante de sua dimensão de controle ou de uma "polícia das parentalidades", sobre suas prescrições e normatividades que afetam as famílias pobres e dependentes do cumprimento das condicionalidades de programas como Criança Feliz, Bolsa Família e Primeira Infância e informam as ações do judiciário em processos de destituição da guarda familiar. Desse lado o interesse da criança vem em primeiro lugar e molda a prática parental. Passamos, dessa maneira, segundo as autoras, da ideia de família para a ideia de parentalidade, na qual

> Não é mais o casamento que faz família, mas a chegada do filho. A criança se torna, portanto, o centro dessa parentalidade. De maneira que o seu bem-estar e os seus direitos se tornam o motivador maior dessa dinâmica de vigilância e cuidado sobre os pais (Rifiottis *et al*., 2025, p. 14).

Esse processo nos leva, no limite, à parentalidade que precisa ser necessariamente reflexiva e emocionalmente informada, bem como a perspectiva de que "competências parentais" a serem mensuradas (Rifiotis *et al.*, 2025), como se vê nas condicionalidades dos benefícios de políticas púbicas destinadas aos pobres e nos quesitos a serem observados nas Varas de Infância e da Juventude. Se discutem tais pontos com relação às famílias de camadas sociais populares, as autoras iniciam o texto partilhando o caso de uma mulher abastada que, sobrecarregada com os cuidados com seu filho, funda um grupo de Facebook intitulado "Pais Esgotados" e conquista 526 mil seguidores, algo que parece bastante sintomático de como tais modelos de parentalidade têm sido interpretados pelas famílias na atualidade. *Até a Última*

12 Disponível em: https://institutonascer.com.br/criacao-com-apego-o-que-e-e-seus-8-principios/. Acesso em: 19 set. 2022.

Gota (2025) e *Tully* (2018) são dois longa-metragens que recentemente exploraram a exaustão materna diante dos cuidados com os filhos a partir de tais modelos de parentalidade, o que parece sugerir a profusão deste debate ao redor da insustentabilidade de tais modelos.

Nancy Fraser, traduzida por Sousa Filho (2020), acredita que vivemos em sociedade de "duplo ingresso", em que as mulheres não podem mais escolher se querem ou não se inserir no mercado de trabalho. Suas casas dependem hoje de seus aportes financeiros e os homens deixaram de ser os provedores já há um bom tempo. Essa realidade impacta diretamente nos modelos de cuidados com os filhos, já que – se por um lado se demanda tempo e qualidade de atenção — em grande parte do tempo as mulheres estão fora de suas casas, precisam trabalhar e transferem as tarefas de cuidado para outras pessoas, nem sempre especialistas, mas mulheres que vivem do trabalho de cuidado não especializado. Na realidade brasileira, de famílias monoparentais chefiadas por mulheres de baixa renda, como indicam os trabalhos de Camila Fernandes (2020, 2021), as mães contam com "ajudas" e apoio de vizinhas e amigas que são remuneradas para "tomarem conta" de seus filhos, em modelos bem distantes do apregoado nos rígidos modelos de parentalidade discutidos acima.

Desta feita, conjugar a criação com o apego com o modelo social e econômico vigente tem sido um engodo e uma verdadeira armadilha para mulheres mães e trabalhadoras que não conseguem conjugar efetivamente mundos tão diversos e exigentes. Entre as mulheres pobres vemos as consequências disso ao olharmos para os inúmeros processos de moralização da maternidade, muitas vezes aliados à concessão de benefícios sociais e das políticas públicas; bem como, em casos extremos, aos processos de destituição de guarda das crianças e retirada compulsória das crianças. E entre as mulheres de camadas médias vemo-nos diante do adoecimento físico e emocional daquelas que tentam, sem sucesso, observar tais manuais de criação das crianças.

Bebendo de uma fonte bastante neoliberal, tal ideário tem sustentado que o desenvolvimento infantil é um assunto privado e familiar. Os médicos e os padres já não são mais os *experts* em infância e puericultura, atualmente são as mães, que nesse modelo de parentalidade não tercerizada e apegada, devem saber sobre o modelo de escola, de prática médica e de alimentação comprovadamente mais adequados aos seus filhos. Ou então dar conta de seus filhos ainda que tenham que sair a trabalhar e prover a vida de todos que dependem de si mesmas em suas casas.

Com isso o Estado se desonera e privatiza os cuidados que se restringem a uma prática familista e individual, que apaga a necessidade da assistência social, à saúde e da educação derivadas dos direitos sociais, coletivos e individuais que fundaram a própria ideia de Estado-nação.

Fonseca, Marre e Rifiotis (2021) organizaram um importante dossiê sobre governança

reprodutiva e, ao percorrerem o histórico da antropologia da reprodução desde Faye Ginsburg e Rayna Rapp (1995) até Laura Briggs (2017), cruzaram conceitos como *governança reprodutiva, reprodução estratificada e justiça reprodutiva*, mostrando como os mesmos extrapolam a noção de reprodução, alojando-a em searas antes não consideradas, como – em nosso caso – no universo das moralidades parentais. Elas salientam:

> No clima de racionalidade econômica neoliberal, esses programas de intervenção a domicílio fazem eminente sentido. Por um processo que custa aos cofres públicos bem menos do que uma creche pública ou pré-escola, a mulher deve se tornar gerente autodisciplinada do lar, para então produzir uma nova geração de pessoas autossuficientes, bem adaptadas às necessidades projetadas da futura economia de mercado. As fragilidades dessa racionalidade política se revelam nas múltiplas observações empíricas (Macvarish, 2016 a*pud* Fonseca; Marré; Rifiotis, 2021, p. 28).

Olhando para isso com atenção e partindo da premissa de que essa crise ao redor da parentalidade é algo que antecede a pandemia, tendo a considerar que a Covid-19 descortinou a sobrecarga do trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e trabalho de cuidado realizado por mulheres mães e cuidadoras, mas pode não ser a principal ou a única razão para a queda dos nascimentos no Brasil.

Fábia e Sónia, bem como muitas das mulheres de camadas médias que participaram de nossa pesquisa sobre pandemia no Brasil e na Argentina, enunciam em suas falas o peso, o nível do compromisso e a exaustão que sentem na criação de seus filhos, parece demandar uma dedicação quase exclusiva e radicalmente impossível.

Por outra parte, mulheres pobres e periféricas com as quais temos convivido desde 2023, a maioria negra, entre 20 e 40 anos, desempregadas, mães de crianças pequenas, solteiras e moradoras de São Sebastião — DF, que não tiveram mais filhos depois da pandemia, ressaltam ainda conviverem com as consequências da pandemia, a maioria acredita que a pandemia ainda não terminou ou que em breve viveremos uma outra pandemia. Em nossos encontros salientam repetidamente que a pandemia gerou depressão, hipertensão precoce e desemprego. Uma delas, mãe de três crianças, de um bebê que lhe foi retirado pelo Conselho Tutelar e de um menino esquizofrénico, um dia nos disse que a pandemia havia demonstrado o que era ser uma mãe pobre, que "é estar sozinha e sobrecarregada" (Notas de campo, maio de 2025).

Nesse sentido, a pandemia seria um ponto de inflexão importante que desvelou a opressão desse lugar ocupado pelas mulheres de sobrecarga física e emocional, bem como da solidão com os cuidados entre mulheres de camadas médias e também periféricas em escalas e linhas bastante distintas por conta da classe social. Talvez possa por isso ser considerada um dos motivos para queda de natalidade que o Brasil experimenta de 2020 até os dias atuais. Mas pode não ser a única razão, já que o tipo de parentalidade operante tende a desestimular mulheres pobres e de camadas médias a terem mais filhos. Segundo a psicanalista Vera Iaconelli, tentar

conjugar as esferas sociais do cuidado e do capital significa balizar-se por uma "conta que não fecha"[13] e da ordem do impossível, cujos efeitos nos levam aos inúmeros casos de sofrimento mental entre as mulheres mães na contemporaneidade (Zanello *et al.*, 2022)

UM PROBLEMA GERACIONAL

Como bem nos lembra Laura Briggs (2017), um conjunto de políticas neoliberais no contexto do pós-guerra passam a restringir as aspirações à vida familiar. A redução do valor real de salários fez com que ambos os membros do casal tivessem que se engajar na força de trabalho, inclusive com uma carga horária maior do que em gerações anteriores. Simultaneamente, com as restrições orçamentárias para serviços públicos de apoio, a responsabilidade pelos cuidados de pessoas dependentes passou a recair cada vez mais sobre as famílias nucleares (principalmente sobre as mulheres), como bem descreve no Brasil Alda Britto Motta (2010) a partir das famílias multigeracionais, que inclusive se acentuaram na pandemia de Covid-19. O custo de um eventual auxílio por ajudantes pagos ficou proibitivo para boa parte dos jovens casais. Assim, até ter a estabilidade financeira para equilibrar as diversas demandas (domésticas, maternas e profissionais) às quais deviam atender, muitas mulheres já teriam atingido uma idade que tornaria a difícil a reprodução natural (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021).

No Brasil existem estudos antropológicos sobre gerações de mulheres, em suas diferenças e relações com sexualidade, trabalho, economia e maternidades. Entre eles, o de Myriam Lins de Barros (1987) e o de Maria Isabel Mendes de Almeida (1987), duas etnografias feitas no Rio de Janeiro durante os anos de 1980 com três gerações de mulheres de uma mesma família: a primeira geração (avós), a geração intermediária (mães) e a mais jovem (filhas) — todas atravessadas por suas experiências de parto, pós-parto e criação de crianças. Vê-se, em seus argumentos, que a primeira geração teria como destino mais comum o casamento e a maternidade compulsórios; a dependência financeira; a ausência de vida profissional e uma crise com tal situação no final da vida. Em seguida, viria a geração de mulheres que teve mais acesso aos estudos, que ascendeu profissionalmente, dos divórcios e as que fizeram uso da pílula. Elas tiveram menos filhos e mais embates intergeracionais, pois as que mais provocaram rupturas de comportamentos. Foram as mulheres que mais se diferenciaram da geração anterior. E por último encontramos a geração das filhas, mulheres dedicadas a uma maternidade mais

13 Disponível em: https://revistacrescer.globo.com/Familia/Rotina/noticia/2019/10/conta-mulher-trabalho-e-filhos-simplesmente-nao-fecha-afirma-psicanalista-vera-iaconelli.html. Acesso em: 18 set. 2022.

natural, mais propensa ao ideário da parentalidade acima discutido e, embora fossem portadoras de diploma superior, contavam com dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, o que as fazia bastante dependentes financeiramente de suas famílias.

Segundo Myriam Lins de Barros, as mulheres da primeira geração recomendavam que as mulheres mais jovens colocassem suas vidas profissionais adiante de suas vidas afetivas, para que tivessem destinos diferentes daqueles que haviam tido, enquanto as mulheres da geração intermediária terminavam, já no fim de suas vidas, oferecendo suporte econômico às gerações mais jovens que, por conta de uma ideia de realização pessoal, não conseguiam se assentar profissionalmente e assim adquirir uma independência financeira. E para além disso haviam se tornado as avós que também as ajudavam com o cuidado de seus filhos.

Em minha pesquisa com mulheres de gerações diversas às voltas com suas práticas de cuidado realizada no primeiro ano da pandemia, pude constatar que mulheres de camadas médias e populares têm sido expostas ao ideário do parto natural e de uma maternidade dedicada nos últimos 20 anos e que muitas delas, tentando conjugar a vida dentro e fora de casa, se veem sem apoio e sobrecarregadas, em que pese sigam sustentando a importância da maternidade apegada como modelo de cuidado para os seus filhos e por vezes até com relação ao mundo. Vale dizer que a maioria discorda das práticas de suas mães nos anos de 1980, mas que — nos momentos de aperto económico e na logística de cuidado – acabam contando com o seu apoio junto dos netos.

Dessa maneira, muitas dessas mulheres de camadas médias, expostas aos ideários do parto humanizado e criação com apego, são em sua maioria mulheres com diploma superior e trabalhadoras, que, ao se tornarem mães, buscaram exercer uma maternidade próxima física e afetivamente intensiva - talvez mais vista nos cuidados de suas avós do que no de suas próprias mães, que foram as mulheres que precisaram terceirizar a criação de seus filhos para saírem ao mercado de trabalho. Nesse sentido, essa geração mais jovem parece ficar entre a primeira geração (avós) e a geração intermediária (mães) — entre a casa e a rua, entre os filhos e o trabalho, tentando conciliar o que tenho denominado de "projeto geracionais de maternidade", ou seja, de modelos de parentalidade diversos e específicos para cada momento histórico e contexto em que tais mulheres se tornaram mães. De suas avós desejam o tempo da casa, dos cuidados e dos afetos, enquanto de suas mães desejam também o sucesso profissional e independência econômica.

Essas mulheres estão, no entanto, cansadas de há anos tentarem conjugar projetos opostos, que antes tiveram gerações específicas, uma para cada um; mas que agora aparecem sobrepostos. Da mesma forma, estão exaustas da sobrecarga gerada pela "teoria da criação com apego" e por terem experimentado uma pandemia que, entre quatro paredes, conjugou tais crises pregressas. Se isso pode ser pensado para as camadas médias, como bem pontua Maria

Machado (2009), seria um erro acreditar que o mesmo não acontece entre mulheres de camadas populares e periféricas, também tais mulheres desejam ocupar espaços antes não ocupados por suas mães e avós, mas também querem ser mães e precisam sustentar suas casas. Segundo ela, o protestantismo nesse caso em especial tem sido uma mola propulsora para os seus desejos de individualização frente às famílias e vida coletiva experimentada em favelas, bairros e zonas de pobreza. Elas também se sentem sobrecarregadas e sozinhas entre a casa e a rua com bem recentemente nos sugeriu a etnografia de Camila (2018) na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Essas são algumas pistas que podem nos sugerir o não desejo de ter filhos na atualidade e as quedas que podemos visualizar nos gráficos expostos páginas atrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os prognósticos, no ano de 2064 o índice global de mortalidade vai superar o de natalidade, haverá uma queda importante da população economicamente ativa e, portanto, o aumento do valor da mão de obra e altas despesas com previdência e assistência à saúde.[14] Estatísticos e demógrafos atribuem esse fenômeno a aquisição feminina de conhecimento, acessos das mulheres aos estudos e sua respectiva inserção no mercado de trabalho. Vimos que o Brasil enfrentou uma queda, antes nunca vista, de nascidos vivos no ano de 2021, 2022 e 2023, tendo persistido tal declínio até os dias atuais. Por isso, apresentou cenário diferente do esperado, quando comparamos com outros períodos de exceção experimentados na história recente da humanidade.

Não houve baby boom com o fim da pandemia, pelo contrário, consolidou-se uma tendência de queda da natalidade durante cinco anos consecutivos. De algum modo, as mulheres não querem mais ter filhos. Na busca de explicações para esse fenômeno, a pandemia foi apontada como uma de suas causas, dadas as emoções e sequelas que lhe caracterizam. Não descarto que essa seja uma explicação possível. Mas tendo a aventar a hipótese de que a pandemia não pode ser tomada como a única explicação.

É certo que as mulheres têm mais acesso ao conhecimento, ao ensino e ao sucesso profissional; é certo que se inserem com maior rapidez no mercado de trabalho e é certo também que a religiões evangélicas têm despertado, por meio de sua perspectiva de trabalho, o desejo de uma individualização também entre as mulheres pobres e periféricas. Elas querem

14 Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/a-crise-da-fertilidade-chegou-e-vai-alterar-a-economia-mundial-permanentemente/. Acesso em: 17 set. 2025.

ser diferentes de suas mães e de suas avós, mas atravessadas por uma parentalidade que exige que sejam reflexivas e emocionalmente dispostas aos seus filhos, têm vivido o paradigma da "conta que não fecha", haja vista terem de assim conjugar projetos de vida inconciliáveis dada a escassez de tempo. Se para Rifiotis *et al.* (2025) esse modelo de parentalidade que psicologiza o social, sobretudo, a partir dos anos de 1990, tem exigido o impossível, e as mulheres sentem que têm de dar conta de tudo sozinhas e tornam-se mães nervosas que sentem "raiva do mundo" diante do completo abandono estatal (Fernandes, 2021), poderíamos pensar, a bem da verdade, que a pandemia, mais uma vez, não nos apresentou nada de novo, ou de extraordinário, mas revelou em fortes tintas a falência de um modelo de família já existente e bem conhecido pelas mulheres brasileiras.

Se atualmente as mulheres parecem recusar ter mais filhos ou terem filhos, tal recusa poderia ser compreendida como uma recusa à solidão e ao adoecimento presentes na árdua tarefa de fazer e criar gente, sem apoio social e Estatal em regimes ultraliberais e sob julgamento social constante travestido de uma parentalidade que diz pretender cuidar e proteger uma vida sadia para as crianças.

Dito isto, tais números, quedas e futurologias, precisam ser pensados a partir da lógica do ordinário, como aspectos que já compunham a vida social, sem dúvida nenhuma descortinados pela pobreza, desemprego e sobreposição dos trabalhos produtivos e reprodutivos durante a pandemia de Covid-19. Mas urgem serem pensados a partir de modelos de Estado neoliberais e ultraconservadores, e de suas teorias da parentalidade que envolvem paradoxalmente emancipação, mas também controle social, e um radical processo de privatização de cuidados que tem corpos, cores e sexo/gênero bem definidos. Em última instância, aos vermos a queda das curvas nos gráficos de natalidade no Brasil, podemos ver-nos diante de mulheres dizendo não, um sonoro não a sustentarem sozinhas e em seus sobre seus próprios corpos e vidas uma sociedade que não as reconhece, não as enxerga e que as subjuga um pouco a cada dia, sem reconhecer o cuidado como trabalho e o trabalho reprodutivo como pedra angular da vida social.

Pode ser esse um sinal de novos tempos. A ver como se apresentam os próximos gráficos e curvas, as políticas públicas dos Estados nacionais e saúde física e mental de mulheres em idade reprodutiva.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Cassia. Censo 2022: Brasil tem menos 1 milhão de crianças nascendo por ano; entenda. Jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2024. Disponível: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/22/censo-2022-brasil-tem-menos-1-

milhao-de-criancas-nascendo-por-ano-entenda.ghtml#:~:text=Entre%202000%20e%202022%2C%20n%C3%BAmero%20de%20nascimentos,diminuiu%20de%203%2C6%20milh%C3%B5es%20para%202%2C6%2. Acesso em: 3 fev. 2026.

2. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Maternidade**: um destino inevitável? Rio de Janeiro: Campus, 1987.

3. BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e Afeto**. Avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

4. BATISTA, Milena Sasha Santos. **Quem cuida de quem cuida?** Relações de cuidado e o uso do tempo e do espaço da casa durante a pandemia de Covid-19 no Brasil e Argentina. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

5. BELANDI, Caio. Em 2022, número de nascimentos cai pelo quarto ano e chega ao menor patamar desde 1977. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977#:~:text=Em%202022%2C%20n%C3%BAmero%20de%20nascimentos%20cai%20pelo,patama. Acesso em: 3 fev. 2026.

6. BRIGGS, Laura. **How all politics became reproductive politics**: from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.

7. CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 63, e216313, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/18094449202100630013. Acesso em: 17 jan. 2026.

8. CARNEIRO, Rosamaria Giatti; MULLER, Elaine. Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de covid-19 soma na vida das mulheres mães? **Áltera**, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 441-450, jan.-jun. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2020v1n10.55236. Acesso em: 17 jan. 2026.

9. CARNEIRO, Rosamaria; MALUF, Sonia. A mãe carinhosa: uma antropologia da economia-política das emoções. **Atlánticas. Revista Internacional de Estudios Feministas**, Elviña, v. 8, n. 1, p. 259–294, 2023. Disponível em: https://dx.doi.org/10.17979/arief.2023.8.1.8965. Acesso em: 17 jan. 2026.

10. COROZACSS Valéria. **O corpo da nação**. Rio de Jane.iro: UFRJ; 2009.

11. COOPER, Melinda. **Family Values**: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**.** Zone Books, 2019.

12. FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**. São Paulo: Elefante, 2018.

13. FERNANDES, Camila. "Mães nervosas": um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. *In*: FONSECA, Claudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (org.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**.

Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 215-231.

14. FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as nervosas e mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

15. FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado. Batalhas femininas por autonomia e mobilidade. *In*: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima (org.). **(Des)prazer da norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 297-320.

16. FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Editora Cortez, 1995.

17. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 61, p. 7-46, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001. Acesso em: 20 jan. 2026.

18. FOUCAULT, Michael. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Edições 70, 2010.

19. FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020. Disponivel em: https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876. Acesso em: 20 jan. 2026.

20. GAGO, Veronica; CAVALLERO, Luci. **A casa como laboratório**. São Paulo: Ed. Elefante, 2024.

21. GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna (ed.). **Conceiving the new world order**: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995.

22. GUIMARÃES, Silva; ALÉS, Catherine. Mães sanöma/yanomami: o drama da mortalidade infantil e a (in)justiça reprodutiva. *In*: BRANDÃO, Elaine Reis; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria Giatti. **Justiça Reprodutiva**: Desafios para Saúde Coletiva: Editora Fiocruz, 2025. p. 111-134.

23. IDOETA, Paula. Covid: 300 mil bebês deixaram de nascer no Brasil por pandemia, com adiamentos e mais divórcios. **BBC News Brasil**, Brasil, 14 jul. 2021. Disponível: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57814964. Acesso em: 16 set. 2022.

24. LENHARO, Mariana. Medo de engravidar na pandemia de covid-19 se assemelha ao auge da epidemia de zika, segundo pesquisa. **BBC News Brasil**, 14 dez. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55307894?at_campaign=64&at_medium=custom7&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_custom2=twitter&at_custom3=BBC+Brasil&at_custom4=5A23CA0A-3E3C-11EB-B6EF-DD5B4D484DA4. Acesso em: 4 fev. 2026.

25. LOPES, Laura Marques. **Pandemia da covid-19, orfandades e políticas públicas no Consórcio Nordeste**: uma análise a partir da antropologia. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

26. LOWENKRON Laura. Gênero, família e Estado: cuidado de crianças, pandemia e a gestão da (não) reabertura escolar. **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22212.a. Acesso em: 20 jan. 2026.

27. MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins de. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 369-393, 2009.

28. MOTTA Alda Britto da. A família multigeracional e seus personagens. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 435–458, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200008. Acesso em: 20 jan. 2026.

29. NASCIMENTO, Pedro. **O desejo de ter filhos**: uma etnografia sobre reprodução, desigualdade e política de saúde. João Pessoa: UFPB, 2020.

30. NASCIMENTO, Pedro; LUNKER, Amanda. Saúde, cuidado e vínculo familiar: Apontamentos iniciais sobre o Programa Criança Feliz em Rio Tinto/Paraíba, Nordeste do Brasil. *In*: Reunião de Antropologia do Mercosul, 13., 2019, Porto Alegre. **Anais** [...]. 2019. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

31. NÚMERO de nascimentos no Brasil atinge o menor patamar em 47 anos, diz IBGE. **G1**, Brasil, 16 maio 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/05/16/numero-de-nascimentos-no-brasil-atinge-o-menor-patamar-em-47-anos-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 3 fev. 2026.

32. PIRES, Flávia Ferreira; LOPES, Laura Marques; CAVALCANTE, Mohana; PAZ, Pedro Henrique Gomes da. Quem vai ficar com as crianças? Orfandades e maternidades estabelecidas a partir da Covid-19. **Revista Mundaú**, Maceió, v. *2*, n. 17, p. 20–40, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.28998/rm.2025.n.17.17210. Acesso em: 3 fev. 2026.

33. RIFIOTIS, Fernanda Cruz; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; VILLALTA, Carla; SCHUCH, Patrice. A parentalidade como forma da governança reprodutiva contemporânea. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v, 31, n. 73, e730201, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9983e730201. Acesso em: 17 jan. 2026.

34. RUSSO, Jane; NUCCI, Marina Fisher. Parindo no paraíso: parto humanizado, ocitocina e a produção corporal de uma nova maternidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 24, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832020000100213&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2022.

35. WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

36. WOORTMANN, Klaas. Com parentes não se negoceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília , n. 87, 1990.

37. ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla; PFEIFFER-FLORES, Eileen; RICHWIN, Iara Flor. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86991, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991. Acesso em: 20 jan. 2026.

Rosamaria Giatti Carneiro
Professora Associada na Universidade de Brasília. Doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1271-7645. E-mail: rosacarneiro@unb.br

Depois da morte materna: interpretações de profissionais da vigilância epidemiológica sobre os óbitos e as reconfigurações familiares em Pernambuco[1]

After maternal death: interpretations of epidemiological surveillance professionals on deaths and family reconfigurations in Pernambuco (Brazil)

Raquel Lustosa
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

RESUMO

As noções de família, suas novas configurações e arranjos têm ocupado, mais recentemente, um lugar central nos debates acadêmicos. As transformações nas formas de cuidado e nas dinâmicas familiares ganham contornos particulares quando observadas a partir das investigações de óbitos maternos. A razão de morte materna é um indicador essencial da qualidade da saúde e do grau de desigualdade social em um país, e no Brasil esse fenômeno persiste como um problema histórico de saúde pública, agravado por marcadores sociais da diferença como raça, classe, território, escolaridade, deficiência e idade. Em Pernambuco, as elevadas taxas de mortalidade materna evidenciam desigualdades no acesso aos serviços, racismo obstétrico, desumanização do cuidado e ausência de vínculo das mulheres aos espaços de atenção à saúde. Soma-se a isso os efeitos da criminalização do aborto, que pune inclusive aquelas que poderiam ter tido acesso à interrupção legal prevista em lei, mas não tiveram suas vidas poupadas. Com base em pesquisa etnográfica realizada no Comitê Estadual de Estudos de Morte Materna de Pernambuco, busco compreender como profissionais da vigilância epidemiológica interpretam o processo de investigação do óbito de mulheres em idade fértil, os impactos sociais da morte materna e as reconfigurações familiares observadas nas investigações domiciliares. Discuto o imaginário da "desestruturação familiar" mobilizado nesses

1 Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa de doutorado em andamento financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) e constitui uma versão inicial de um dos capítulos da tese *A evitabilidade do óbito: um olhar para as trajetórias reprodutivas a partir da Vigilância do Óbito Materno em Recife – Pernambuco*, que está em elaboração no Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Recebido em 22 de junho de 2025.
Avaliador A: 15 de agosto de 2025.
Avaliador B: 21 de agosto de 2025.
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

CC BY

contextos e argumento que a morte materna expressa itinerários de abandono, resultantes da reprodução das desigualdades e da persistente desassistência estatal.

Palavras-chave: Mortalidade materna, Vigilância epidemiológica, Famílias, Cuidado, Desigualdades sociais.

ABSTRACT

Notions of family, their new configurations, and arrangements have recently occupied a central place in academic debates. Transformations in forms of care and family dynamics gain particular contours when observed through the lens of maternal death investigations. The maternal mortality ratio is an essential indicator of health quality and the degree of social inequality in a country, and in Brazil, this phenomenon persists as a historical public health issue, aggravated by social markers of difference such as race, class, territory, education, disability, and age. In Pernambuco, the high rates of maternal mortality reveal inequalities in access to services, obstetric racism, dehumanization of care, and the absence of bonds between women and health care spaces. Added to this are the effects of abortion criminalization, which punishes even those who could have had access to legal termination of pregnancy but whose lives were not spared. Based on ethnographic research conducted within the State Committee for the Study of Maternal Deaths of Pernambuco, I seek to understand how epidemiological surveillance professionals interpret the process of investigating deaths of women of reproductive age, the social impacts of maternal death, and the family reconfigurations observed in home investigations. I discuss the imaginary of "family disintegration" mobilized in these contexts and argue that maternal death expresses itineraries of abandonment, resulting from the reproduction of inequalities and persistent state neglect.

Keywords: Maternal mortality, Epidemiological surveillance, Family reconfiguration, Care, Social inequalities.

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

No contexto da pandemia de Covid-19, o mundo foi atravessado por uma emergência sanitária que rapidamente se desdobrou em uma crise social, econômica e política, aprofundando desigualdades já historicamente estruturadas (Parker, 2021; Segata *et al.*, 2021; Barroso; Gama, 2020) e produzindo efeitos duradouros. O cenário de uma nova emergência sanitária

de importância nacional e internacional, deflagrada em 2020, nos fez rememorar epidemias anteriores, como a do Zika vírus, do Ebola, da Poliomelite, que igualmente expuseram a intensificação das desigualdades de gênero e suas interseccionalidades (Climaco, 2020; Pimenta, 2020; Diniz, 2016), tanto nas consequências quanto nas respostas às calamidades públicas. No Brasil, essa sexta emergência sanitária agravou os índices de pobreza, fome e violência de gênero, mas também escancarou o impacto do desmonte das políticas públicas na vida de meninas, mulheres, sobretudo entre aquelas em situação de vulnerabilização social, em sua maior parte racializadas e periféricas (Góes; Ferreira; Almeida, 2023).

Foi nesse mesmo contexto que o país se tornou epicentro de uma crise evitável e pouco visibilizada: a morte materna (Diniz; Brito; Rondon, 2022). Naquele período, eu concluía o mestrado em Antropologia com um estudo sobre a rotina de cansaço intensificada pelo trabalho de cuidado realizado por mulheres, mães, avós e cuidadoras de crianças com diagnóstico de Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). A realidade dessas mulheres foi marcada pelas dificuldades de acesso à atenção em saúde, às políticas sociais e aos direitos básicos dessa geração de crianças, bem como pelo agenciamento de redes de mulheres que se articulavam em defesa dos direitos das crianças (Lustosa, 2021; Fleischer, 2017). Àquela altura, muitas famílias com as quais mantive contato demonstravam preocupação com a transmissão do vírus, com a letalidade, com o risco de novas consequências reprodutivas entre aquelas que engravidavam novamente e, também, com as notícias que circulavam sobre o aumento da mortalidade materna no país.

Em 2021, o Brasil alcançou uma razão de 107 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, um retrocesso que remete aos níveis observados há quase trinta anos nos indicadores de saúde materna e reprodutiva (UNFPA [Nações Unidas Brasil], 2022). Nos anos anteriores, em 2019 e 2021, as taxas foram estimadas de 57 e 67 óbitos por cem mil nascidos vivos. A razão de mortalidade materna é um indicador internacional que expressa o número de mulheres que morrem durante a gestação, o parto ou o puerpério - por causas relacionadas ou agravadas pela gravidez - em relação ao total de nascidos vivos em um período específico.

As desigualdades regionais demonstram o mapa social dessas mortes, dado que as regiões Norte e Nordeste, em 2021, registraram as maiores razões (126 e 117, respectivamente), mas também a persistência de contextos de feminização da pobreza (Castro, 2001) e a maior concentração de populações negras e periféricas, historicamente vulnerabilizadas pelas desigualdades estruturais que atravessam o cuidado e o direito à vida (Oliveira; Santos, 2023; Laurenti; Jorge; Gotlieb, 2004).

Nesse ínterim, diversos países da América Latina e do Caribe também registraram aumento nas estatísticas de morte materna, evidenciando tanto as barreiras de acesso ao cuidado em saúde (Opas, 2023), quanto o colapso do sistema de atenção obstétrica durante a pandemia.

O cenário expõe a persistência de desigualdades que atravessam a gestação, o aborto, o parto e o pós-parto, além da fragilidade dos sistemas de proteção social frente às crises sanitárias. Esse quadro se insere em um contexto de guinada neoliberal global, que aprofunda desigualdades e ataca direitos sociais, trabalhistas, ambientais e reprodutivos. Soma-se a isso uma ofensiva antigênero impulsionada por agendas conservadoras e disputas políticas que fragilizam os direitos sexuais e reprodutivos (Morgan; Roberts, 2012). No Brasil, as políticas adotadas durante a pandemia, sob um governo de orientação negacionista e de extrema direita, minimizaram os efeitos da crise sanitária, violaram direitos humanos e desestruturaram ainda mais os serviços de saúde, opondo-se, como observam Jaqueline Ferreira e Stephania Klujsza (2024, p. 6), "aos direitos à igualdade de gênero, à diversidade sexual e aos direitos reprodutivos".

Como exemplo emblemático, podemos citar a revogação da Nota Técnica Nº 16/2020 – COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, que orientava a continuidade e o fortalecimento do acesso à saúde sexual e saúde reprodutiva durante a pandemia da Covid-19[2], com foco no planejamento familiar, informação e educação em saúde, além do uso de tecnologias para a assistência.[3] A revogação contribuiu para que os serviços de saúde sexual e reprodutiva fossem, na prática, classificados como "não essenciais", o que resultou fechamento de unidades de saúde e maternidades, realocação de recursos de insumos básicos, descontinuidade no atendimento à vítimas de violência sexual, interrupções significativas nos programas de prevenção, rastreamento e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, desabastecimento de métodos contraceptivos, redução drástica do acesso ao pré-natal, intensificação de barreiras para interrupção da gestação nos casos previstos em lei, atraso ou impossibilidade de acesso às vacinas, e acompanhamento inadequado durante o parto e o pós-parto (Carneiro, 2020; Góes; Ferreira; Almeida, 2023).

No que se refere à morte materna, o desmonte gradual do SUS nos últimos anos também tem contribuído para o agravamento dos desfechos perinatais negativos (Silva; Russo; Nucci, 2021), ao reduzir o acesso a serviços essenciais e fragilizar a capacidade de resposta do sistema de saúde. Nesse contexto de desassistência, também se perpetua o que Simone Diniz (2009) denominou "paradoxo perinatal", que se traduz tanto na ausência de cuidados e práticas baseadas em evidências durante a atenção a gestantes e puérperas quanto no emprego de intervenções excessivas e desnecessárias que podem produzir riscos evitáveis e conduzir a desfechos adversos, incluindo morte materna ou *near miss* (situações de quase morte).

2 Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/nota-cns-repudia-retirada-de-documento-tecnico-sobre-saude-sexual-e-reprodutiva-das-mulheres-durante-pandemia-do-site-do-ministerio-da-saude. Acesso em: 15 jan. 2026.

3 Outras portarias foram revogadas ou alteradas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos durante o governo anterior (2018-2022) acentuando às barreiras de acesso à direitos básicos.

Como demonstram diversas autoras (Carneiro, 2021; Mattar; Diniz, 2012; Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021; Tempesta, 2021; Brandão; Cabral, 2021), a mortalidade materna deve ser compreendida como um fenômeno profundamente atravessado por desigualdades históricas, políticas de controle estatal da reprodução, racismo estrutural, sexismo, capacitismo e diferentes formas de negligência institucional que afetam sobretudo mulheres e pessoas que gestam negras, pobres e periféricas (Werneck, 2016). Portanto, não pode ser interpretada apenas sob uma ótica biológica ou biomédica[4]. Além de refletir falhas no acesso a cuidados e proteção social, a morte materna é também um indicador das condições de vida e dos vínculos familiares e comunitários que estruturam a experiência reprodutiva, dimensões imprescindíveis para compreender plenamente seus determinantes e impactos.

É nesse horizonte que este artigo se insere, com o objetivo de compreender a perspectiva de profissionais da vigilância epidemiológica do óbito materno sobre a (re)construção dos itinerários terapêuticos a partir das investigações e visitas familiares realizadas em Recife - Pernambuco. Analiso os imaginários de família que emergem dessas interpretações e as formas pelas quais se reproduzem desigualdades e desassistências que incidem, especialmente, sobre mulheres e famílias negras das camadas populares. Para tanto, nos primeiros tópicos do artigo, apresento a origem do material empírico e, em seguida, discuto o trabalho da vigilância do óbito materno a partir das narrativas de profissionais que atuam em todo o processo investigativo, destacando suas percepções sobre o cotidiano dessa atividade e sobre as famílias com as quais mantêm contato.

SITUANDO O TEMA E OS MÉTODOS

A pesquisa parte de minha trajetória no mestrado (Lustosa, 2020), quando acompanhei mulheres mães de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) em Recife. Essa experiência possibilitou uma escuta atenta sobre os atravessamentos da reprodução na vida de mulheres e a construção de vínculos com interlocutoras e grupos de pesquisa. No contexto da pandemia de Covid-19, emergiram preocupações com os impactos do novo vírus sobre crianças com múltiplas deficiências e com os riscos reprodutivos enfrentados por mulheres que voltaram a engravidar, em meio à escassez de informações e discursos oficiais que voltaram a

4 Ou inscrita na categoria que profissionais da biomedicina classificam como "evitável" ou "provavelmente evitável", segundo a lista de causas de mortes evitáveis por intervenções no âmbito do Sistema Único de Saúde do Brasil (Malta; Duarte, 2007). Nessa lista, a morte materna é incluída como uma condição "reduzível por ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de óbito materno".

responsabilizá-las unilateralmente pela contracepção durante esse período de incertezas (Porto; Moura, 2017; Lustosa; Carmargo, 2022). Com o avanço da pandemia, o temor se deslocou para o aumento alarmante da mortalidade materna, configurando uma grave crise de saúde pública, ainda que pouco reconhecida pelas autoridades sanitárias.

Algumas frases repetidas por essas mulheres marcaram o lugar do trabalho do cuidado realizado por elas e refletiram a angústia que se instaurou coletivamente naquele período: "Com quem eu vou deixar minha criança? "Ninguém cuida como eu cuido". "Nossas crianças vão morrer". Esses relatos, também presentes em um artigo desenvolvido em co-autoria com outras duas antropólogas que realizaram pesquisa sobre os efeitos da epidemia do ZV (Valim; Marque; Lustosa, 2021), mostram o peso desigual do trabalho do cuidado e a necessidade de politizar o afeto. Em uma entrevista realizada por Helena Fietz (2022) com as antropólogas Rayna Rapp e Faye Ginsburg (2022), essa experiência da preocupação excessiva é descrita, a partir do conceito de Pamela Block (2020), como "sobrevivência não planejada", referindo-se à vivência de pais de pessoas com deficiência na fase adulta, que temem que seus filhos possam viver mais do que eles sem qualquer suporte estatal que assegure seu bem-estar na ausência de suas cuidadoras.

Essa noção evidencia a precariedade de uma estrutura social capacitista, insensível aos modos de vida de pessoas com deficiência e à diversidade de formas de habitar o mundo (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). No campo dos estudos sobre mortalidade materna, essa mesma lógica se radicaliza, já que quando a cuidadora morre, a ausência do Estado e a fragilidade das redes de apoio tornam visíveis os efeitos sociais da perda, especialmente para as famílias que precisam se reorganizar em meio ao luto e ao simultâneo agravamento das condições de vulnerabilidade em seus cotidianos.

Muitos estudos têm buscado evidenciar o trabalho doméstico e de cuidado historicamente realizado por mulheres racializadas de forma precarizada, não remunerada e, frequentemente, invisibilizada (Duarte; Morimoto, 2024; Vergès, 2020; Federici, 2018; Carneiro, 2019). Em um texto recente, Camila Fernandes, Natália Fazzioni e Rosamaria Giatti Carneiro (2024) destacam a centralidade das avós no cuidado intergeracional e as tensões que emergem dessa configuração. Nas camadas populares, em específico, as autoras observam que a figura da avó é indispensável para a sobrevivência cotidiana das famílias, papel que se tornou ainda mais evidente durante a pandemia, face à intensificação da ausência de políticas públicas de proteção social.

Embora essa seja uma realidade comum entre mulheres das camadas populares, durante a pesquisa de mestrado com cuidadoras de crianças com múltiplas deficiências observei que a circulação dessas crianças entre diferentes arranjos de cuidado, avós, tias, irmãs mais velhas e outras mulheres da rede de apoio, era mais restrita do que indicam outros estudos. Muitas famílias relataram dificuldade em compartilhar os cuidados, seja pelo receio de que outros não

compreendessem as especificidades da síndrome, pela falta de profissionais de apoio escolar ou pela recusa de pessoas próximas em assumir esse papel.

A partir dessas experiências, desenvolvi uma pesquisa voltada aos impactos da morte materna buscando compreender a perspectiva de quem vive com a ausência, o luto e a dor, e de como as famílias se reorganizam após a perda de uma mulher por causas obstétricas. O trabalho de campo, realizado principalmente em Recife, incluiu inserção etnográfica no Comitê Estadual de Estudos de Morte Materna - PE (CEEMM-PE) e aproximação com profissionais de saúde, ativistas e gestoras públicas envolvidas na prevenção da mortalidade materna.

Durante a aproximação com o CEEMM-PE, facilitada pelo contato prévio com profissionais da saúde que conheci na pesquisa anterior, recebi dados atualizados sobre a mortalidade materna em Pernambuco, o que permitiu compreender as diferenças entre os municípios e, ao longo do tempo, a forma como os indicadores eram produzidos, manejados e utilizados. A partir daí, passei a construir vínculos de confiança com diferentes profissionais e a participar de reuniões de mobilização estratégica do Comitê, grupos técnicos de discussão do óbito materno, visitas itinerantes às maternidades, inclusive em outro município do estado, e eventos relacionados às ações de prevenção e redução da mortalidade materna em Pernambuco.

Ao acompanhar o processo de investigação dos óbitos, a pesquisa foi sendo redirecionada de compreender os efeitos da morte nas famílias para analisar como a vigilância epidemiológica (re)constrói os itinerários de cuidado das gestantes e puérperas. Esse movimento analítico, como propõe Peirano (2008), emergiu da experiência etnográfica e do diálogo entre teoria e campo, revelando como as interpretações dos profissionais sobre os óbitos e as famílias abrem novos horizontes para pensar os itinerários de cuidado, a reorganização familiar e as formas de abandono institucional. No caso desta pesquisa, as interpretações, categorias e sentidos que os profissionais de vigilância epidemiológica atribuem aos óbitos e às famílias têm me permitido desdobrar novos horizontes sobre os itinerários de cuidado, a (re)organização familiar e as formas de abandono institucional, o que permite atualizar, por sua vez, referências teóricas no campo da antropologia da saúde, da reprodução e das políticas de vida (Fassin, 2012).

O material analisado é composto, fundamentalmente, por diários de campo e entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde e agentes da vigilância epidemiológica. Os diários de campo foram produzidos a partir do acompanhamento de reuniões do CEEMM-PE, de discussões técnicas sobre os óbitos, de eventos políticos relacionados ao tema e de visitas a maternidades, realizadas com o objetivo de levantar informações complementares sobre as condições dos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, sob o CAAE: 76541023.5.0000.5540. Neste trabalho, em específico, utilizo de maneira central a narrativa de duas interlocutoras que trabalham na vigilância epidemiológica com a investigação do óbito materno: Fernanda e Olívia.

Optei por utilizar pseudônimos conforme foi acordado com minhas interlocutoras durante as entrevistas e como tentativa de salvaguardar a identidade dessas profissionais. As narrativas das duas profissionais se baseiam em entrevistas realizadas em 2024, conversas informais e diários de campo produzidos entre 2022 e 2025.

"O PERCURSO DA MULHER": O FLUXO DA INVESTIGAÇÃO DO ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL (OMIF)

> Informamos que as discussões e análises deste Grupo Técnico tem caráter epidemiológico e sigiloso, não coercitivo ou punitivo, com função eminentemente educativa. Esta prática faz parte da rotina de Vigilância em Saúde, e tem o objetivo de contribuir para a redução da Mortalidade Materna no nosso município (Convite de discussão técnica do óbito materno via Whatsapp, 2023).

A mensagem que abre este tópico circula no convite à discussão técnica do óbito no grupo de Whatsapp e costuma ser reiterada por Fernanda e Olívia na abertura das reuniões. A ênfase no caráter educativo e não punitivo busca reafirmar o propósito central do Comitê, que é o de compreender os percursos que levaram à morte de cada mulher e identificar falhas nos diferentes níveis de atenção. Ao mesmo tempo, essa afirmação busca garantir a participação dos profissionais de saúde nas reuniões, estimulando que contribuam com informações sobre o atendimento prestado, em vez de se afastarem do processo e esvaziarem o sentido coletivo da avaliação do óbito.

Fernanda, enfermeira obstetra de cerca de 50 anos, atua há seis anos no CEEMM-PE e integra também o controle social do Comitê. Mestre em Educação e Saúde, com trajetória docente, ela migrou do campo do nascimento para o da morte materna, como costuma dizer, "saindo da vida para a morte". Sua experiência com o parto marca a forma como elabora as perdas maternas:

> Eu acho que o parto faz isso, primeiro a gente revive os nascimentos de cada bebê e de quanto aquele bebê vai ser importante pra aquela família. Só que, em comparação a isso, a gente via algumas mulheres morrerem, né, e a gente via aqui o quanto a gente podia ter feito diferente, onde foi a falha, e a gente começava a se questionar, né, foi o pré-natal, foi o parto, onde foi que a gente falhou nessa mulher, né, **que nível da assistência, né?** (Entrevista, F., 2024, grifo nosso).

Vindo de outra área de atuação, mas com um estranhamento semelhante em relação à atuação do CEEMM-PE e ao papel da vigilância do óbito materno, Olívia está há três anos no cargo. Conta que descobriu o campo da epidemiologia e da saúde pública ainda durante

a residência, trajetória que posteriormente se consolidou com o mestrado e o doutorado na área. Ingressou no serviço público por meio de concurso para o cargo de sanitarista e, mais recentemente, em 2023, foi aprovada em concurso da prefeitura do Recife, sendo lotada na Vigilância em Saúde[5]. Embora sua formação e experiência prévias estivessem mais voltadas à avaliação de políticas públicas, passou a atuar diretamente no Sistema de Informação sobre Mortalidade, um campo até então novo para ela.

Tanto Fernanda quanto Olívia sublinham que a investigação do óbito materno exige uma articulação complexa entre vigilância, comitês e atenção básica. Foi a partir do estranhamento e da curiosidade expressos por ambas que busquei compreender o histórico e o funcionamento dos Comitês de Prevenção da Morte Materna. Olívia, por exemplo, trouxe esse estranhamento em uma de nossas conversas: "eu realmente não sabia em que espaço de atuação eu me inseri (Diário de campo, 2023)".

Esses comitês foram instituídos no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, no contexto do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, promovido pelo Ministério da Saúde. A criação foi resultado direto da pressão dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos de mulheres negras, que denunciavam as violências obstétricas, as práticas sistemáticas de esterilização forçada, a ausência de analgesia no parto e a desumanização no atendimento à saúde reprodutiva (Oliveira, 1999). Diante dessas denúncias, uma das principais finalidades dos comitês passou a ser a qualificação da atenção à saúde da mulher e a redução dos óbitos maternos evitáveis.

Como afirmam Patrícia Carvalho *et al.* (2023, p. 2), "a vigilância do óbito integrou o conjunto das ações de notificação, investigação epidemiológica e análise em grupos técnicos e comitês de prevenção da mortalidade". Em Pernambuco, uma portaria estadual tornou obrigatória a investigação não apenas dos óbitos classificados como maternos, mas também de todas as mortes de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos). Essa ampliação do escopo permitiu identificar casos em que doenças inicialmente registradas como causas cardiovasculares, respiratórias ou infecciosas estavam, na verdade, associadas ao ciclo gravídico-puerperal.

A investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil é fundamental, pois diversas condições podem ser desencadeadas ou agravadas pela gestação, como hipertensão, hemorragias, infecções puerperais e complicações decorrentes de abortos, que figuram entre as principais causas de morte materna no país (WHO, 2023). O puerpério é o período em que esses óbitos ocorrem com maior frequência. Por isso, há uma ênfase na "evitabilidade do óbito", uma vez que tais causas são, em grande parte, preveníveis quando há oferta adequada de serviços de

5 Área responsável por integrar e articular ações de monitoramento, prevenção e controle de agravos e determinantes da saúde.

saúde, detecção precoce de doenças prévias e de fatores de risco, além do acesso a métodos contraceptivos, considerando que muitas mortes maternas estão associadas a gestações não planejadas, e ao aborto legal nos casos previstos por lei.

A garantia de um tratamento humanizado, anti-racista, que valorize o acolhimento, a escuta e o vínculo entre equipe e pessoas em situação de cuidado, é igualmente central para a prevenção desses desfechos, pois reduz barreiras de acesso e fortalece a continuidade do cuidado. Em um dos relatos de campo, uma profissional destacou que, durante as visitas domiciliares, muitas vezes só então se descobria que a mulher estava no puerpério ou em uma gestação muito inicial no momento do óbito, informação ausente na declaração de óbito, que não fazia qualquer menção a causas obstétricas entre as classificações da morte.

Essas descobertas evidenciam como o trabalho no território descortina dimensões invisíveis nos registros oficiais, como trajetórias de cuidado interrompidas, vínculos frágeis com os serviços de saúde e omissões institucionais que permeiam os registros dos prontuários. O vínculo entre vigilância e atenção básica, mediado pelas visitas, vai se tornando, a partir disso, decisivo para compreender o percurso dessas mulheres. Como resume Fernanda, o objetivo é "entender o percurso da mulher":

> Queremos passar por onde essa mulher passou, entender que serviços ela utilizou, onde a gente falhou, onde a gente podia ter feito diferente para que a gente não repita de novo, **para que as mulheres não morram mais das mesmas coisas** [...] A evitabilidade do óbito vai além do olhar técnico, a gente compreende o todo, tenta falhar menos e traçar um plano de atuação (Diário de campo, 2023, grifo do original).

A equipe da vigilância epidemiológica é responsável por notificar, investigar e monitorar os casos, organizando os dados obtidos. Nas palavras de Fernanda, este trabalho pode ser definido como "montar o quebra-cabeça do óbito" (Diário de campo, 2023). Para que a peça final seja montada, a equipe reúne todos os documentos da vítima em unidades de saúde que ela percorreu antes de ir a óbito. Isso exige realizar uma retrospectiva da saúde reprodutiva da pessoa sob cuidados, recuperando o trajeto do óbito desde o lugar em que ocorreu a morte até os primeiros atendimentos da gestação na atenção primária à saúde.

O processo de investigação se organiza em várias etapas. Inicia-se com a notificação do óbito, geralmente feita pelo estabelecimento de saúde; em seguida, é feita a validação do endereço da mulher; depois, coleta-se toda a documentação disponível nos prontuários, abrangendo desde o primeiro atendimento no ciclo gestacional até o atendimento final; são reunidos documentos de todas as unidades de saúde por onde essa mulher passou, e, por fim, realizam-se as visitas domiciliares. Após esse levantamento, ocorre a discussão técnica do óbito no comitê, seguida do preenchimento detalhado do instrumento de investigação que qualifica e conclui o processo. Como explica Olívia, "o fluxo da vigilância é muito próprio e muito amarradinho em função

dos instrumentos, principalmente das declarações de óbito" (Entrevista, O., 2024).

Dentre todas essas etapas, as visitas domiciliares são descritas pelas agentes da vigilância como uma das mais fundamentais. Isso porque permitem suprir lacunas deixadas pelos prontuários médicos, muitas vezes incompletos, subnotificados, mal preenchidos ou inconsistentes. Como contou Fernanda em entrevista, na maioria das vezes não é possível rastrear os locais em que essa mulher buscou assistência em saúde e a partir da família é possível entender o "vai e vem" entre unidades, "o hospital que estava sem vaga, a peregrinação que a mulher enfrentou fazendo ela chegar em condições críticas no último local que foi a óbito". Essas visitas possibilitam não apenas rastrear as falhas no cuidado e nos serviços, mas também compreender o luto e a experiência de abandono, para além de acessar em que situação de vida se encontra a família no "pós-morte" de uma parente.

LIDANDO COM A MORTE E A DESASSISTÊNCIA

Ao longo das primeiras reuniões em que participei, tanto no nível técnico quanto na articulação do CEEMM-PE, me surgiam inquietações sobre onde e como estavam as famílias quando os profissionais da vigilância as contatavam, como parte final do processo de investigação da OMIF. Igualmente, me perguntava como se dava o "pós-morte", em que condições a vida se reorganizava, como o luto era elaborado e que mudanças passavam a marcar o cotidiano dessas famílias. Era comum ouvir relatos, por parte dessas profissionais, sobre separação de irmãos, falecimentos de outros familiares em casos em que a mulher havia sofrido de doença infectocontagiosa, e a mais repetida referência à "desestruturação familiar", conceito que passei a deter mais atenção ao longo da pesquisa e que orienta parte deste artigo. É importante resgatar a informação de que nem sempre o contato com familiares é possível, porque há recusas à visita por parte dos familiares, ausência de retorno a telefonemas ou perda de referência territorial após mudanças de endereços posteriores à morte.

Retomando os manuais de vigilância do óbito sobre a investigação do OMIF, compreendi que o prazo para a conclusão de um caso é de até 60 dias[6]. Em conversa com Fernanda, ela destacou a importância da visita familiar como etapa final do processo investigativo e como preparação para a discussão técnica do óbito e seus desdobramentos. O contato ao final desse período permite certo distanciamento do evento morte, na tentativa de não agravar uma dor ainda muito presente no luto recente. Apesar disso, esses encontros seguem marcados por

6 Todo o "caso" precisa ser encerrado em até 120 dias para que, então, seja encaminhado ao Ministério da Saúde.

intenso sofrimento, como ela mesma resumiu: “É como mexer numa ferida que ainda está aberta”.

As visitas domiciliares são realizadas como uma das etapas finais da investigação, justamente para evitar que a família seja abordada imediatamente após o óbito. Por esse motivo, ao concluir a ficha que compila todas as informações da investigação, as memórias do encontro com os familiares permanecem vivas e reverberam no emocional das profissionais que levam consigo a imagem da família e suas histórias ao abrir a discussão do óbito, como ouvi em diferentes reuniões.

Durante as entrevistas, pude me atentar mais para o campo das emoções que adensam os sentidos da metáfora das “feridas abertas” e ouvir histórias que também me levavam a imaginar essas famílias, a compor um retrato que pudesse acessar mesmo que mentalmente. Como Fernanda me trouxe:

> O mais difícil é a casa, de você chegar, de você abordar (a família) porque você tem que se preparar emocionalmente pra o que você vai escutar que nem sempre é fácil, né? e às vezes você tem que acolher aquela família que vai tá chorando na sua frente, né? (Diário de campo, 2023).

Eu sempre pedia para que me contassem sobre as visitas, telefonemas ou “casos” que marcaram a vida dessas profissionais, que pudessem explicar a morte, o luto e sobretudo a vida da mulher que partiu. Muitas vezes ouvia de minhas interlocutoras: “são tantas histórias” ou “Cada história marca a gente”. Essas respostas me faziam pensar na importância desses encontros e, ainda mais, na necessidade de que fossem ventilados, colocados para o mundo, ultrapassando os limites da epidemiologia que, muitas vezes, exige certa celeridade no processo de investigação do óbito que deixa escapar aspectos centrais do fenômeno e da complexidade das taxas de mortalidade materna.

É talvez nesse ponto, nessa lacuna, que reside uma das maiores conexões com a antropologia. Como antropólogas, somos convocadas a levar adiante narrativas e testemunhos, a levar a sério as categorias êmicas e nativas, e a aproximar realidades que, de outro modo, poderiam parecer distantes, realidades que expressam diferentes modos de viver (e morrer) e comunicam estruturas de poder e de organização social. Ao registrar e fazer circular essas histórias, podemos ampliar o que se entende como “dado” e “caso” sobre a mortalidade materna e reafirmamos que cada situação investigada carrega uma trajetória que resiste à redução numérica, que não encerra um indicador de saúde e, que, acima de tudo exige ser narrada.

Afinal, é no encontro com as famílias que essas profissionais percebem aquilo que os números não revelam, um ponto que remete ao que a antropóloga Débora Diniz observou no contexto dos impactos do Zika Vírus:

> A terminologia epidemiológica nos faz esquecer que esses casos foram antecedidos por mulheres adoecidas - o esquecimento das mulheres não pode ser naturalizado pela biopolítica das doenças. Ao falar em casos, ignoramos histórias e sofrimentos, angústias e desamparos (Diniz, 2016, p. 1).

Do mesmo modo, os "casos" de morte materna não operam de maneira distinta, especialmente quando nos referimos às "altas taxas de morte materna" no país. Embora investigados e discutidos "tecnicamente", as histórias das mulheres ocupam lugar central no cotidiano das profissionais, ainda que permaneçam ausentes nos resultados das políticas públicas que as silenciam e que não alcançam "as mulheres que morrem das mesmas coisas", como Fernanda enfatizou. Discussões técnicas, por assim dizer, não se reduzem ou se encerram em termos e nomenclaturas biomédicas e tecnocráticas, são feitas da vida concreta e cotidiana das pessoas e de suas peregrinações pelas malhas da vida, no que chamou Otávio Bonet chamou de Itinerários de cuidado (Bonet, 2016).

Nesse sentido, Olívia também trouxe contribuições valiosas para complexificar a compreensão sobre a mortalidade materna, ao compartilhar relatos das visitas domiciliares que evidenciam tanto os efeitos da perda sobre as famílias quanto a própria experiência de conduzir a investigação do óbito. Trata-se de um processo frequentemente descrito como doloroso, que expõe a necessidade de suporte psicológico às próprias profissionais.

Ela descreveu a visita como a etapa mais intensa do trabalho, na qual as emoções emergem com maior força. Após articulação com agentes comunitários, quando se trata de áreas cobertas pela Estratégia de Saúde da Família, essas visitas são feitas. Conforme narrou:

> E aí, na contida da residência, geralmente, quando existe essa negociação, quando é feita a negociação do distrito com a unidade, o distrito pede que a unidade pactue com a família, alguém para receber a gente para ver se a gente pode ir se existe essa essa vontade da família de nos receber porque é um momento muito delicado. **Eu, para mim, pessoalmente, a pior parte da investigação, eu odeio fazer visita domiciliar.** Odeio. É uma coisa que mexe muito comigo. Se você quisesse me perguntar se eu gostaria, enquanto estou trabalhando com isso, não gostaria. Acho que faz mal pra saúde você lidar com a morte e a desassistência. Porque quando a gente chega no final da investigação, a gente sempre chega com, 99% de vezes, na conclusão de que algo poderia ter sido feito que não foi, **que esse óbito poderia ter sido evitado e não foi.** Então, isso é muito angustiante. Você chegar com a família, ver aquela família em sofrimento e vir para a discussão com isso na mente, vendo na sua cabeça todos os familiares que ficaram (Entrevista, O., 2024).

A realização das visitas, nas áreas cobertas pela Estratégia de Saúde da Família, depende da articulação com o distrito, já que os agentes comunitários de saúde atuam como elo de comunicação com as famílias, conhecem a residência e, com frequência, parte do contexto social e afetivo da mulher falecida. Já em "áreas descobertas", a busca ativa se dá por meio de informações contidas nas fichas e registros de atendimento, e o contato com os familiares ocorre

sem a mediação das unidades de saúde, o que tende a tornar o processo mais difícil e incerto.

Para Olívia, "a visita domiciliar é a parte mais sensível da investigação, porque é quando o rosto da mulher aparece para você". Ela relata que, no início de sua atuação com óbitos maternos, voltava para casa chorando com frequência, tanto após as discussões técnicas quanto depois das visitas. Chegou, inclusive, a procurar na internet mais informações sobre as mulheres que morreram, na tentativa de conhecer suas histórias. Com o passar do tempo, conta ter desenvolvido algumas estratégias para lidar com esses impactos, ainda que reconheça que o sofrimento nunca desaparece por completo:

> Eu parei com isso de procurar. Mas, inevitavelmente, quando a gente chega na casa para fazer a domiciliar, a família traz isso para a gente. Então, traz as angústias, traz o... traz o amargo com assistência, traz as perguntas que não ficaram respondidas, que não entendeu, "não entendi como é que isso aconteceu [...]. Ela não tinha uma vida... estava fazendo tudo direitinho", então, toda a aflição da família é um momento que a gente transfere isso para a gente. E, aí, no final, sempre vem a foto. Olha a minha filha como era linda. Olha como ela estava feliz. Olha aqui minha neta. Aí, traz o bebê. Nossa, horrível. Eu acho, assim, horrível (Entrevista, O., 2024).

Voltar para casa com o pensamento ainda atravessado pelo "amargo da assistência", pela forma como as famílias interpretam a perda, pela não compreensão do óbito em si, especialmente em situações em que elas, geralmente as avós, afirmam que uma rotina de cuidados foi rigorosamente seguida, que a mulher "fez tudo direitinho" reforça a necessidade de ampliar o horizonte do que venho chamando de "itinerários de abandono", que posso resumir como o conjunto de barreiras de acesso aos cuidados que fazem com que "itinerários terapêuticos" ou de "cuidado (Bonet, 2016), sejam marcados, antes de mais nada, pela burocracia, distanciamento de equipes de saúde das pessoas em situação de cuidado, omissão e negligências.

Esses momentos de escuta e convivência revelam tanto as expectativas que recaem sobre as mulheres para que elas adequem seus corpos e comportamentos ao que se entende como um pré-natal "correto"[7], quanto a frustração familiar quando, apesar de todo o esforço, o desfecho não é o esperado. Fica então a pergunta "como isso pôde acontecer?". É nesse entremeio que fica marcado o distanciamento entre a experiência vivida dessas famílias, no entendimento dos itinerários que a mulher percorreu, e as explicações fornecidas pelas instituições de saúde em registros e discussões.

Por outra perspectiva, a fotografia narrada por Olívia aparece nesses momentos como um recurso recorrente nas visitas, um gesto através do qual as famílias tentam materializar a

7 Que pode ser avaliado por essas famílias como o número de consultas preconizado pelo Ministério na saúde, mas que escapa algo importante: a necessidade da qualidade dessas consultas, na reafirmação do vínculo com a gestante e na identificação de "fatores de risco" que possam conduzir a gestação a um desfecho negativo.

presença da mulher que se foi, reinscrevendo sua existência na memória de quem escuta, o que se estende à história recontada por minhas interlocutoras. Como também podemos observar no documentário Evitável, de Júlia Morin (2019), mostrar a foto da mulher que morreu é uma maneira de reavivar sua memória, de reafirmar sua vida, seu valor, seu cuidado. Denise Pimenta (2019), em sua pesquisa sobre a epidemia de Ebola em Serra Leoa, também identificou o uso de fotografias como uma forma de marcar a ausência e, ao mesmo tempo, retratar as mulheres que morreram enquanto cuidavam de outras pessoas – a fotografia que marca a ausência.

O "CASO DE LUIZA"

Tenho reafirmado que o contato com familiares de mulheres que morreram por causas obstétricas é de grande valia para compreender, ainda que em fragmentos, o contexto de vida dessas famílias. Algumas autoras (Drovetta, 2008) definem essa etapa como autópsia verbal. Para a antropóloga Raquel Drovetta (2008), a autópsia verbal é uma técnica qualitativa que busca reconstruir, a partir dos relatos de familiares e pessoas próximas, os processos que antecederam a morte de uma mulher. Como destaca, esse método permite compreender os contextos sociais, culturais e institucionais envolvidos nos óbitos por causas reprodutivas, revelando dimensões de desigualdade e de desassistência que os registros oficiais não captam.

Nas circunstâncias de trabalho da vigilância epidemiológica do óbito materno, essa etapa é descrita apenas como "visita domiciliar", cujo objetivo é suprir, em especial, os vazios deixados pelos parcos registros nos prontuários médicos e pelas informações indisponibilizadas por algumas unidades de saúde. Como Fernanda trouxe na abertura de algumas discussões: "queremos passar por onde essa mulher passou, entender onde falhamos com ela". Podemos compreender essa etapa como um procedimento de reconstrução narrativa, tal qual a autópsia verbal, das circunstâncias que antecederam a morte, a partir dos relatos de familiares, vizinhos e profissionais, permitindo identificar fatores sociais, assistenciais e afetivos envolvidos no desfecho. Essa noção pode ainda ser alargada pelo encontro com as histórias de vida em outros momentos de atuação destas profissionais, como quando Fernanda, em outro momento, me relatou acerca do aprendizado das visitas às maternidades: "Cada vez que a gente vai pra uma visita dessa no hospital e vê aquelas coisas e escuta aquelas histórias, são histórias de vida mesmo, né?"

Além de acessarem essas memórias, as visitas também revelam os efeitos da morte materna nos novos arranjos familiares. A expressão "desintegração familiar", utilizada por Fernanda em outros momentos do campo, reaparece com força nos relatos de Olívia, como na

história de Luzia, que morreu aos 35 anos, após um intervalo de 10 anos entre a primeira e a última gestação que precedeu sua morte, incluindo um aborto no percurso.

Olívia narrou a visita domiciliar realizada durante a investigação da morte desta jovem. A primeira aproximação com a história ocorreu por uma identificação de idade. Olívia me contou que as duas tinham a mesma idade. Luiza, uma jovem negra, teve três gestações. Na primeira, nasceu sua filha Bel, que à época da entrevista tinha cerca de dez anos. A segunda gestação resultou em um aborto, e a terceira, fruto de uma relação mais recente, terminou de forma trágica, com sua morte.

Luiza morava com o companheiro e a filha no térreo de uma casa; no primeiro andar, vivia a sogra. Com a morte da jovem, o espaço da casa se reorganiza. Após o falecimento, Bel foi morar com uma tia, pois, segundo a sogra, o padrasto não teve condições de cuidar dela. Este, por sua vez, passou a ser cuidado pela própria mãe.

> Aí, depois que ela faleceu, a filha foi morar com uma tia, porque não acharam que, padrasto não tinha condições de ficar com ela, o padrasto não tinha condições nem de se cuidar, a mãe passou a cuidar do padrasto, então ele saindo da casa debaixo, que era a casa da família, porque ele não aguenta olhar para a casa, inclusive, quando a gente chegou, ele foi convidar a gente para entrar, para sentar, e ele passa meio que de canto, acima da escada, para não olhar para a casa, que não aguenta nem ver, aí ele não olha para a casa, e passa para a casa da mãe, que ele agora está morando com a mãe [...] porque não consegue mais se cuidar (Entrevista, O., 2024).

Olívia continua relatando:

> A filha, que estava sendo criada pelo casal, que era a filha biológica, apenas da falecida, vai morar com uma tia, que eu não sei quem é, então assim, acabou a família, não existe mais família, **a estrutura familiar não existe mais**, porque os laços que existiam ali foram todos partidos, e até socialmente, claramente, você enxergava que aquele homem estava visivelmente abalado, não sei se está se cuidando, psicologicamente, ele não falava entrevistas, não conseguia se envolver, estava muito mal, e aí eu sabia que eu não estava fazendo bem, então eu tentei ser o mais recente possível (Entrevista, O., 2024, grifo nosso).

A ausência da mãe rompe, conforme explicitado por Olívia, o eixo de sustentação emocional e prática da vida doméstica, desestabilizando o cotidiano e redistribuindo, de forma abrupta, papéis e responsabilidades. Ela aproveita para correlacionar a história à situação do perfil dessas mulheres que vão à óbito:

> De maneira geral, é uma observação que eu faço, que quando a gente realiza essas investigações, há uma polarização da família. Quando morre a mãe, é uma polarização do núcleo familiar, que se desestrutura completamente. Então, é de fato algo muito abrupto. E aí, o componente social, muito presente aqui em Recife, também é uma observação que eu faço desde o início, o componente social é muito forte. Via de regra (lógico, há exceções), mas, na maioria das vezes, são mulheres pretas, periféricas,

> dependentes, com nível de instrução baixo (Entrevista, O., 2024).

O caso evidencia como, no relato destas profissionais, o óbito materno repercute na estrutura social e afetiva das famílias, abrindo espaço para novos arranjos familiares marcados pela improvisação e, muitas vezes, pela fragmentação dos vínculos de cuidado. A preocupação de Olívia com as filhas de Luzia é compartilhada por outros profissionais de saúde, que, ao final das discussões técnicas, se perguntam especialmente sobre o paradeiro das crianças, como Luiza. Em algumas situações, ouvi agentes comunitários fornecer informações esparsas sobre mudanças de moradia, retorno ou não à vida escolar, ou, ainda, sobre a completa ausência de informações. Esta última situação, a falta de dados sobre as crianças e suas famílias, é frequentemente destacada pelas profissionais da vigilância em tom de crítica à ausência de acompanhamento por parte da Assistência Social.

COMO FICAM OS ARRANJOS FAMILIARES?

> A infraestrutura familiar muda completamente, porque há uma desestruturação. A avó, por exemplo, precisa sair de sua casa e mudar-se para a casa da mulher, para cuidar dos meninos. O marido, às vezes, fica com eles nos fins de semana. Mas é a mãe quem mais sofre. (...) A gente sabe (na visita domiciliar) que não está sendo fácil. Você desestrutura toda a família, né? Porque ela agora precisa trabalhar para trazer comida para casa, tem um bebê que depende dela 100% agora, com seis meses, e há também essa avó que precisou reorganizar toda a sua vida para estar aqui dando assistência a esse bebê. Então é toda uma infraestrutura que muda, né? (Entrevista, F., 2024).

A história de Luzia se repete na trajetória de muitas outras mulheres que morrem por óbito materno. Fernanda, em uma das conversas, explicou que comumente se depara com situações em que uma vizinha assume, de maneira informal, o trabalho do cuidado; ou em que os irmãos mais velhos passam a cuidar dos mais novos; ou ainda em que a avó precisa se mudar para a casa da filha falecida para cuidar dos netos, fortalecendo o que anteriormente ressaltei sobre a centralidade de avós e outras mulheres na manutenção e sobrevivência familiar (Fernandes; Fazzioni; Carneiro, 2024). Em outros casos, observa-se a separação dos irmãos, que são distribuídos entre diferentes membros da família - um vai morar com uma tia, outro com o pai, outro com a avó.

Esses relatos expressam, com frequência, que as famílias se "desfazem" e se reorganizam em torno dos filhos que ficam. Há um processo de transferência da responsabilidade do trabalho de cuidado para outras mulheres da rede familiar ou comunitária, que, além de gerirem suas próprias famílias, passam a acumular também o cuidado de outros membros da família extensa.

Nesse contexto, a imagem que os profissionais da vigilância constroem sobre essas famílias tende a enfatizar sua desestruturação, a separação entre membros da família e o distanciamento do seio familiar materializado na figura materna - a "família desestruturada". Essa concepção pode, porém, desconsiderar os vínculos de solidariedade que se formam, inclusive com a participação de vizinhas e outras mulheres da comunidade, que tecem redes de apoio e garantem a continuidade dos cuidados, ainda que de forma informal e precarizada.

Uma morte materna altera a rota de sobrevivência das famílias. Além do luto, emergem as lacunas das políticas públicas de proteção social. As famílias são, então, frequentemente vistas como "desarticuladas", pois perdem a mulher que centralizava o cuidado, a renda e a gestão doméstica. Quando esses arranjos são descritos sob a lógica da desagregação e desestruturação, é preciso tensionar essa leitura naturalizada (Sarti, 1992). Como afirma Ana Maria Goldani (2006), transformações como o aumento de famílias monoparentais, a chefia feminina, a queda da fecundidade e a ausência de suporte estatal revelam a complexidade das dinâmicas familiares e desmontam o mito da "desestruturação". O que se interpreta como "desorganização" é, na verdade, uma reorganização diante da precariedade e da exclusão.

Ainda assim, o ideal de família nuclear e de classe média persiste como referência, reforçando estigmas e moralizando a pobreza. Nas discussões observadas, porém, a noção de "família desestruturada" aparece menos como julgamento moral e mais como efeito da ausência do Estado. Como disse Fernanda: "você desestrutura a família inteira", invertendo o foco da falta nas famílias para a responsabilidade do próprio Estado. As profissionais reconhecem que a desassistência persiste, deixando famílias e crianças mais vulnerabilizadas e sem políticas de reparação.

Alguns relatos trazem exemplos concretos, como "a filha mais velha que ficou para cuidar das mais novas"; "a avó e a vizinha que morreram por falta de cuidados médicos de doenças evitáveis que também acometeram a mãe"; "a menina que morava com um padrasto que poderia abusar dela", entre outras preocupações que permeiam o imaginário dessas profissionais. Mesmo conhecendo apenas fragmentos da realidade das famílias durante as visitas, elas apontam, durante as narrativas que tecem, para a complexidade dessas histórias e se deparam, de forma direta, com o contexto de desamparo em que muitas dessas famílias vivem.

COMENTÁRIOS FINAIS

Em texto recente (Lustosa, 2025), argumento que os itinerários de abandono são percursos físicos, emocionais, burocráticos e morais que meninas, mulheres e pessoas que gestam são

forçadas a trilhar para atender às suas necessidades básicas de saúde. Representam experiências e obstáculos vividos nas interações com os sistemas de saúde, que ajudam a compreender tanto os desfechos de óbito quanto as percepções e disputas entre profissionais do Comitê sobre essas situações.

Esses itinerários ultrapassam as barreiras das redes assistenciais e atravessam dimensões como renda, mobilidade, escolaridade, trabalho, cuidado e acesso à informação. O conceito busca nomear como a morte materna, sobretudo entre mulheres negras, indígenas e com deficiência, resulta de formas persistentes de desproteção estrutural que se manifestam nas práticas cotidianas de saúde. Nas discussões do Comitê, o racismo aparece como dado naturalizado, porque é mencionado "via de regra, são mulheres pretas, periféricas, dependentes químicas", mas raramente problematizado quanto as práticas que desumanizam esses corpos e os mantém desprotegidos e violados.

Na literatura socioantropológica, a etnografia em serviços de saúde (Ferreira; Fleischer, 2014) tem sido fundamental para compreender os itinerários terapêuticos - percursos de busca por explicações e cuidados. Otávio Bonet (2016) amplia o conceito à luz das malhas de Ingold, evidenciando sua natureza relacional. Em outro trabalho (Lustosa, 2021), analiso os itinerários de mobilidade e luta de uma "mãe de micro", que configuram rotas de sobrevivência diante da precariedade do trabalho do cuidado e da sobrecarga feminina, mas também processos de cidadanização construídos a partir da reivindicação de direitos das crianças com SCZV.

O "depois da morte", título deste artigo, mostra como a morte materna desencadeia rupturas sociais, afetivas e econômicas, exigindo reorganização das redes familiares, quase sempre sem suporte estatal e com a ideia de um imaginário de famílias que ficam desestruturadas, sob a perspectiva de profissionais da vigilância epidemiológica e de saúde. O conceito de hierarquias reprodutivas (Mattar; Diniz, 2012) reforça essa perspectiva, mostrando como fatores como raça, classe, deficiência, idade e arranjos familiares definem quais maternidades são reconhecidas ou estigmatizadas. Muitas mulheres vivenciam a maternidade sem suporte social, tornando-se mais vulneráveis à falta de políticas adequadas aos seus contextos de vida.

Mulheres negras, em especial, enfrentam menor acesso ao pré-natal, peregrinação para parir e atendimento precário, expressões de racismo e violência obstétrica (Oliveira; Kubiak, 2019; Prestes; Paiva, 2020; López, 2016; Mattar; Diniz, 2012). No contexto da morte materna em Pernambuco, esses dados se mantêm, uma vez que o perfil das mulheres que preenchem as estatísticas é composto por mulheres negras, com pouca escolarização formal, com vínculos precaríos de trabalho e residentes de bairros periféricos (Rodrigues, 2023).

Em coautoria (Allebrandt; Lustosa; Klujsza, 2024), argumentamos que a morte materna no Brasil não se reduz a números alarmantes. Na verdade, ela expõe falhas nas políticas de saúde, controle sobre corpos racializados e violações de direitos humanos, particularmente em

trajetórias reprodutivas vulnerabilizadas. Em Recife, os itinerários das mulheres evidenciam falhas múltiplas, como a peregrinação, alta rotatividade de profissionais, ausência de vínculo com os serviços, negligência, uso de práticas ultrapassadas e discursos moralizantes que culpabilizam a mulher por sua morte, como à máxima ouvida em uma das reuniões "ela não se cuidou". A responsabilidade pelo cuidado, então, recai sobre outras mulheres, como avós, tias, vizinhas, que formam redes improvisadas, sustentadas pela solidariedade cotidiana, mas marcadas por sobrecarga e adoecimento. A ausência de políticas estruturadas de apoio à infância e às famílias se traduz em desproteção social e na reprodução de ciclos de precarização do cuidado.

Quando uma mulher morre no ciclo gravídico-puerperal, não é só o rompimento de um projeto de vida. Ocorre a ruptura de um pilar familiar, afetivo e econômico. Assim, a morte materna não é um evento isolado no ciclo reprodutivo. Ela produz legados de desigualdade intergeracional, aprofundando ciclos de pobreza, desproteção social e precarização da vida. Ao mesmo tempo, evidencia como as práticas de cuidado, racializadas, generificadas e naturalizadas, são capturadas pela lógica da responsabilização privada e ao custo do adoecimento e da sobrecarga dessas mulheres.

A análise do percurso de mulheres antes do óbito, a partir de documentos oficiais e narrativas de profissionais de saúde, permite compreender que a morte materna não encerra uma trajetória. Ao contrário, ela inaugura outras, marcadas por novos arranjos de cuidado em contextos de reprodução de desigualdades. Trata-se, portanto, de compreender a morte materna como uma face extrema das desigualdades reprodutivas, nas quais a vida de algumas mulheres, e, consequentemente, de suas famílias e comunidades, é sistematicamente colocada em risco ou tornada descartável.

REFERÊNCIAS

1. ALLEBRANDT, Débora; LUSTOSA, Raquel, KLUJSZA, Stephania. "Um erro assim foi fatal, né?": morte materna evitável, racismo e violência obstétrica no Brasil. **Brasil de Fato,** Rio de Janeiro, 27 abr. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/rema/2024/09/26/um-erro-assim-foi-fatal-ne-morte-materna-evitavel-racismo-e-violencia-obstetrica-no-brasil/. Acesso em: 26. set. 2024.

2. BARROSO, Hayeska; GAMA, Mariah. A crise tem rosto de mulher : como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista Do CEAM**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 84–94, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5281/3953300. Acesso em: 25 out. 2025.

3. BONET, Octavio. Itinerações e malhas para pensar os itinerários de cuidado: A propósito de Tim Ingold. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, 4, n. 2, p. 327-350, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/DY5QngrQbd3ZgsQTD6Sjgvs/?lang=pt. Acesso em: 7 nov. 2025.

4. BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 25, e200762, 2021. Disponível em : https://www.scielo.br/j/icse/a/PrkQZTHQFkMYVQQLHJxKPNF/. Acesso em: 27 jun. 2025.

5. CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

6. CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista**: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313–324. Disponível em: https://ria.ufrn.br/handle/123456789/2736. Acesso em: 7 nov. 2025.

7. CARNEIRO, Rosamaria. Gestar e parir em tempos de COVID-19: uma tragédia anunciada? **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, São Paulo, n. 29, 28 abr. 2020. Disponível em: https://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2343-boletim-n-29-cientistas-sociais-e-o-coronavirus. Acesso em: 27 jun. 2025.

8. CARVALHO, Patricia; VIDA, Suely Arruda;Comitê de mortalidade materna e a vigilância do óbito em Recife no aprimoramento das informações: avaliação ex-ante e ex-post. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 23, e20220254, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/JrnYWsL5jyxyVHpQXmQCP5p/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 nov. 2025.

9. CASTRO, Mary. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. *In*: CONFERÊNCIA ESTADUAL DA MULHER, 1., Rio Grande do Sul, 1999. Rio Grande do Sul: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

10. CLIMACO, Julia. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e54235, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n154235. Acesso em: 25 out. 2025.

11. COLEN, Shellee. “Like a mother to them”: stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. *In*: GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna (ed.). **Conceiving the New World Order**: the global politics of reproduction. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 78-102.

12. DINIZ, Debora. Vírus Zika e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, e00046316, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/4wsWG3TkLXVMqNNTdW3JmcK/?format=html&lang=pt. Acesso em 6 nov. 2025.

13. DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, [*s. l.*], v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009.

14. DINIZ, Debora; BRITO, Luciana; RONDON, Gabriela..Maternal mortality and the lack of women-centered care in Brazil during COVID-19: Preliminary findings of a qualitative study. **The Lancet Regional Health – Americas**, [*s. l.*], v. 10, 100239, 2022. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00056-4/fulltext. Acesso em: 7 nov. 2025.

15. DINIZ, Simone Grilo. Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 313-326, ago. 2009.

16. DUARTE, Andressa; MORIMOTO, Laysa Harumi. Economia do cuidado e equidade de gênero no trabalho: o papel das políticas públicas de assistência social e dos novos arranjos de trabalho**. Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 141-155, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.rgpp.2024.189430. Acesso em: 27 jun. 2025.

17. DROVETTA, Raquel. Morbimortalidad femenina en la Puna jujeña: potencialidad de la técnica autopsia verbal. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 15, p. 257–268, 2008.

18. FASSIN, Didier. O sentido da saúde: antropologia das políticas da vida. *In*: SAILLANT, Francine; GENEST, Serge (org.). **Antropologia médica**: ancoragens locais, desafios globais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ens-31476. Acessado em: 07 nov 2025.

19. FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.

20. FERNANDES, Camila; FAZZIONI, Natalia; CARNEIRO, Rosamaria. Esteio da família: a centralidade do papel das avós no cuidado e a invisibilidade de suas sobrecargas. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 8 jul. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/rema/2024/07/08/esteio-da-familia-a-centralidade-do-papel-das-avos-no-cuidado-e-a-invisibilidade-de-suas-sobrecargas/. Acesso em: 5 nov. 2025

21. FERREIRA, Jaqueline; KLUJSZA, Stephania. Mulheres, médicos, ativismo e Estado: a produção da violência obstétrica. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 56, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/56481. Acesso em: 5 nov. 2025.

22. FIETZ. Helena Moura. Antropologia e deficiência: uma conversa com Rayna Rapp e Faye Ginsbur, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 64, 2022. Disponível em: http://journals.openedition.org/horizontes/6778. Acesso em: 7 nov 2025.

23. FLEISCHER, Soraya. Segurar, caminhar e falar: notas etnográficas sobre a experiência de uma "mãe de micro" no Recife/PE. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador,

v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/21983. Acesso em: 7 nov. 2025.

24. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, p. 7-46, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001. Acesso em: 27 jun. 2025.

25. GÓES, Emanuelle; FERREIRA, Andrea; RAMOS, Dandara. Racismo antinegro e morte materna por COVID-19: o que vimos na pandemia? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 9, p. 2501–2510, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Svzr7gQFHKRWfk5YNqX6Nkc/abstract/?lang=pt. Acesso em: 27 jun. 2025.

26. GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 68–110, 2005.

27. LAURENTI, Rui; JORGE, Maria Helena Prado de Mello;; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. A mortalidade materna nas capitais brasileiras: algumas características e estimativa de um fator de ajuste. **Revista Brasileira De Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 449–460, 2004.

28. LÓPEZ, Laura Cecilia. Mortalidade Materna, Movimento de Mulheres Negras e Direitos Humanos no Brasil: um Olhar na Interseccionalidade de Gênero e Raça. **Revista TOMO**, São Cristóvão, n. 28, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/5424. Acesso em: 6 nov. 2025.

29. LUSTOSA, Raquel. Sob o Signo da Morte: itinerários de abandono e a produção social da mortalidade materna em Recife. *In*: CASTRO, Rosana; RODRIGUES, Ana Claudia (org.). **Racismo e Saúde**: perspectivas antropológicas contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 49 – 74.

30. LUSTOSA, Raquel. Os itinerários de Tereza: práticas de cuidado, mobilidade e luta associados ao contexto da 'micro'. **Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. 16, p. 151-190, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/38016. Acesso em: 26 jan. 2026.

31. LUSTOSA, Raquel. **"É uma rotina de muito cansaço"**: narrativas sobre cansaço na trajetória das mães de micro em Recife/PE. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39328. Acesso em: 26 jan. 2026.

32. LUSTOSA, Raquel; CAMARGO, Ana Claudia. Gestações e Puerpérios arriscados: narrativas oficiais do Governo brasileiro acerca de maternidades consideradas indesejáveis face às emergências sanitárias do Zika e da Covid-19. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, *[s. l.]*, v. 17, n. 1, p. 51–61, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/43803. Acesso em: 26 jan. 2026.

33. MALTA, Deborah; DUARTE, Elizabeth. Causas de mortes evitáveis por ações efetivas dos serviços de saúde: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 765–776, 2007.

34. MATTAR, Laura; DINIZ, Carmen Simone. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/XqxCrSPzLQSytJjsFQMdwjb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 27 jun. 2025.

35. MORGAN, Lynn; ROBERTS, Elizabeth. Reproductive governance in Latin America. **Anthropology & Medicine**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22889430/. Acesso em: 27 jun. 2025.

36. OLIVEIRA, Ianne; MARANHÃO, Thatiana Araújo; SOUSA, George; SILVA, Taynara; Rocha, Maria Izabel; FROTA; Maria Madalena; ARAUJO, Thalis Azevedo; PEREIRA, maria Lúcia. Maternal mortality in Northeast Brazil 2009-2019: spatial distribution, trend and associated factors. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 32, n. 3, e2022973, 2023.Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/qntd6747GPHcDH5tLkSKTcb/?lang=pt. Acesso em: 27 jun. 2025.

37. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde materna**. Brasília: OPAS, [2025?] Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/saude-materna. Acesso em: 5 nov. 2025.

38. PARKER, Richard. A produção da ignorância. **Revista RADIS**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2021. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/opiniao/pos-tudo/covid-19-e-a-producao-da-ignorancia. Acesso em: 27 jun. 2025.

39. PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida, **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 2, 2008

40. PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica, **Tessituras**, Pelotas, v. 8, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18900. Acesso em: 26 jan. 2026.

41. PORTO, Rozeli; MOURA, Patricia. O corpo marcado: a construção do discurso midiático sobre Zika Vírus e microcefalia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 121-142, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22125/14757. Acesso em: 27 jun. 2025.

42. PRESTES, Clélia; PAIVA, Vera. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 673-688, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-129020162901. Acesso em: 15 jan. 2026.

43. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO**).** Maternal Mortality. **WHO**, [*s. l*], 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/maternalmortality.

Acesso em: 25 out. 2025.

44. OLIVEIRA, Beatriz.; KUBIAK, Fabiana Muccini.. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate,** v. 43, n. 122, p. 939–948, jul. 2019.

45. OLIVEIRA, Nicoly Maturand; SANTOS, Gustavo Gonçalves. Mortalidade materna no Brasil entre o período de 2020 a 2023: estudo de base populacional. **Gestão e Cuidado em Saúde**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. e13139, 2024. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/gestaoecuidado/article/view/13139. Acesso em: 26 jan. 2026.

46. RODRIGUES, Talita. **Gestar, Parir, Morrer**: mulheres negras, morte materna e o racismo na saúde. Recife: SOS Corpo, 2023.

47. SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicol. USP,** São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 69-76, 1992.

48. SEGATA, Jean; SCHUCH; Patrícia; DARMOL, Arlei Sander; VICTORIA, Ceres. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 59, p. 7-25, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001. Acesso em: 16 jan. 2026.

49. SILVA, Fernanda Loureiro; RUSSO, Jane; NUCCI, Marina. Gravidez, parto e puerpério na pandemia: os múltiplos sentidos do risco. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 59, p. 245–265, jan. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/mthgtDG3P5JxbT9fGhnf4Rz/?lang=pt. Acesso em: 26 jan. 2026

50. TEMPESTA, Geovana; FRANÇA, Ruhana Luciano de. Nomeando o inominável. A problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 257–290, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300009. Acesso em: 27 jun. 2025.

51. UNFPA: mortalidade materna no Brasil aumentou 94,4% durante a pandemia. **Nações Unidas Brasil**, Brasília, 19 out. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/203964-unfpa-mortalidade-materna-no-brasil-aumentou-944-durante-pandemia. Acesso em: 12 set. 2023.

52. VALIM, Thais Maira Moreira ; MARQUES, Barbara Marciano; LUSTOSA, Raquel. 'It feels like we're going back in time': rights of children with Congenital Zika Virus Syndrome and their caregivers in the face of two epidemics. **Disability Studies Quarterly**, [*s. l.*], v. 41, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/38016. Acesso em: 19 jan. 2026.

53. VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

54. WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e**

Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 nov. 2025.

Raquel Lustosa
Analista de pesquisa e litígio estratégico no Anis Instituto de Bioética, Gênero e Direitos Humanos. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Pernambuco. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6047-8538. E-mail: lusraquel@gmail.com

Avós que criam: relações de cuidado intergeracionais em favelas cariocas

Grandmothers who raise: intergenerational care relationships in Rio's favelas

Natália Helou Fazzioni
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo examina o papel central das avós no cuidado cotidiano de crianças em bairros periféricos e favelas, a partir de pesquisa realizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Em um contexto de queda das taxas de fecundidade e de mudanças no perfil demográfico, territórios periféricos continuam a apresentar taxas relativamente elevadas de natalidade, inclusive entre adolescentes, e são também marcados pela limitada provisão de infraestrutura de cuidados oferecida pelo Estado, o que complexifica os arranjos de cuidado de crianças pequenas. Nesse cenário, o estudo investiga a relevância do cuidado exercido pela família extensa — em particular pelas avós —, com foco em suas trajetórias de vida, nas relações com os netos e nas dinâmicas cotidianas do cuidar. Com base em entrevistas em profundidade realizadas com 11 avós residentes na zona norte do Rio de Janeiro, o artigo analisa como arranjos de criação conduzidos por essas mulheres emergem em contextos de precariedade socioeconômica, especialmente em situações marcadas por gestações não planejadas. Argumenta-se que o cuidado desempenhado por essas avós produz efeitos ambivalentes: por um lado, impõe sobrecargas associadas ao trabalho, à responsabilidade e ao desgaste emocional; por outro, mobiliza regimes de esperança e de futuro orientados ao bem-estar e à mobilidade social dos netos. Ao examinar mais detidamente as histórias de vida de quatro interlocutoras, o artigo evidencia tanto a intensidade do trabalho de cuidado quanto a agência dessas mulheres na sustentação da vida familiar e na negociação de expectativas em relação ao futuro de seus netos. A análise é desenvolvida em diálogo com teorias feministas e interseccionais sobre cuidado e políticas reprodutivas, destacando como desigualdades de gênero, classe e geração conformam os arranjos contemporâneos de cuidado em periferias urbanas.

Palavraschave: Avós cuidadoras, Cuidado intergeracional, Periferias urbanas, Penalidade materna, Envelhecimento.

Recebido em 22 de junho de 2025.
Avaliador A: 12 de agosto de 2025.
Avaliador B: 22 de agosto de 2025.
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

CC BY

ABSTRACT

This article examines the central role of grandmothers in everyday childcare in peripheral neighborhoods and favelas, based on research conducted in the northern zone of Rio de Janeiro, Brazil. In a context of declining fertility rates and demographic change, peripheral territories continue to exhibit comparatively high birth rates, including among adolescents, and are also marked by the limited provision of care infrastructure offered by the state, which further complicates caregiving arrangements for young children. Within this scenario, the study investigates the prominent role of extended-family care — specifically care provided by grandmothers — focusing on their life trajectories, their relationships with grandchildren, and the everyday dynamics of caregiving. Drawing on in-depth interviews with 11 grandmothers residing in the northern zone of Rio de Janeiro, the article analyzes how childrearing arrangements led by these women emerge under conditions of socioeconomic precarity, particularly in family contexts shaped by unplanned pregnancies. It argues that the care performed by these grandmothers has ambivalent effects: on the one hand, it produces significant burdens related to labor, responsibility, and emotional strain; on the other, it mobilizes regimes of hope and futurity oriented toward the well-being and social mobility of their grandchildren. By examining more closely the life histories of four interlocutors, the article illustrates both the intensity of caregiving work and the agency exercised by these women in sustaining family life and negotiating expectations for their grandchildren's futures. The analysis is situated in dialogue with feminist and intersectional theories of care and reproductive politics, highlighting how gender, class, and generational inequalities shape contemporary arrangements of childrearing in urban peripheries.

Keywords: Caregiving grandmothers, Intergenerational care, Urban peripheries, Maternal penalty, Aging.

A AVOSIDADE ENQUANTO TEMA: RELAÇÕES GERACIONAIS EM DEBATE

O presente artigo é fruto de reflexões teóricas e aproximações etnográficas de inquietações que se correlacionam com meus trabalhos de docência e pesquisa há alguns anos (Fazzioni, 2018, 2023). Iniciei trabalhos de pesquisa sobre cuidado e saúde no Complexo do Alemão em 2014, durante meu doutorado e entre 2021 e 2023, atuei como supervisora de estudantes de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro em internato na atenção primária à saúde, em unidades de saúde nos bairros da Penha, Rio Comprido e Manguinhos. Em 2024, passei também a integrar a Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades destituídas, violadas

e violentadas (REMA) com desenvolvimento de atividades em alguns territórios na mesma região. A partir de tais experiências, observei a forte presença das avós no cuidado cotidiano com crianças e adolescentes em idade escolar. Passei então a indagar, o que tal presença indicava sobre os processos de organização do cuidado e relações intergeracionais. Quanto tempo de suas vidas tais mulheres teriam dedicado ao cuidado de crianças? Quais eram suas relações com os progenitores e por que assumiam diariamente aqueles cuidados? Como este processo afetaria suas próprias possibilidades de envelhecimento e cuidado de si? O que tais relações intergeracionais nos ensinam sobre políticas reprodutivas em territórios marcados pela desigualdade? Tais questões balizaram a formulação de um projeto de pós-doutorado, cujos resultados iniciais pretendo apresentar neste texto[1].

O termo avosidade diz respeito ao relacionamento intergeracional entre avós e netos no período da infância. Trata-se de uma tradução do termo inglês *grandparenthood*, utilizado em pesquisas na área de Gerontologia (Debert; Momma, 2018; Oliveira; Viana; Cárdenas, 2010; Mortara, 2018). De acordo com Virpi Timonen, em coletânea de 2019 sobre a temática da avosidade em estudos no campo da Sociologia e Antropologia ao redor do mundo, a literatura existente sobre tal temática tem privilegiado compreender os fatores (idade, gênero, proximidade geográfica, situação conjugal e linhagem) que influenciam a frequência do contato e qualidade das relações entre avós e netos.

Em outras palavras, a função dos avós e a natureza de suas relações com filhos e netos têm sido um foco central nos estudos na área, como também demonstram os poucos trabalhos, com perspectiva antropológica, sobre o tema na realidade brasileira, com ênfase na classe média (Barros, 1987; Motta-Maués, 2004; Peixoto, 2000). Observa-se, entretanto, que poucos são os casos nos quais as avós são analisadas e estudadas em situação de coabitação com os netos ou contato frequente, sobretudo do ponto de vista das classes populares. Reforça-se a relevância do tema considerando que as coletâneas internacionais mais recentes acessadas sobre o tema não trazem estudos que considerem a realidade da América Latina, tampouco do Brasil (Timonen, 2019).

Apesar das inúmeras diferenças contextuais, os estudos sobre avosidade têm apontado para um padrão demográfico global no qual o tempo de relação entre avós e netos tem crescido, considerando o aumento da expectativa de vida da população geral (Timonen, 2019). As mudanças nos níveis de fecundidade e estimativa de vida da população seriam os principais responsáveis por este fenômeno, que também acabou afetando a composição dos lares brasileiros

1 Realizei esta pesquisa como parte de um estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre 2024 e 2025, sob supervisão da professora Guita Debert e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP, Processo 2023/08500-4). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP sob o número CAAE: 83866124.0.0000.8142

e as dinâmicas de cuidado.

No caso do Brasil, o trabalho conduzido por Glaucia Marcondes (2019) confirma a asserção. A autora busca analisar do ponto de vista demográfico, utilizando os dados censitários de 1990 a 2010, os chamados lares multigeracionais, nos quais avós coabitam com filhos e netos ou aqueles em que apenas os netos coabitam com os avós. Marcondes aponta que: "contemporaneamente não apenas há mais possibilidades de se vivenciar um número maior, e por mais tempo, de posições geracionais ao longo da vida, como igualmente o de se expandir os períodos de coexistência entre duas, três ou mais gerações de uma mesma família" (Marcondes, 2019, p. 8), tal processo seria caracterizado por uma "verticalização das famílias", marcado por um aumento dos parentes em linha ascendente e descendente (bisavós, avós, pais, filhos, netos, bisnetos) e diminuição dos parentes colaterais (menos irmãos, tios e primos, por exemplo). Até o Censo de 2010, os lares multigeracionais cresciam ano a ano e configuravam 13% dos domicílios brasileiros.

Di Gessa e colaboradores (2016) adicionam um outro componente também essencial a este debate, explorando as associações entre intenso cuidados de crianças por avós e contextos estruturais e culturais na Europa. Eles apontam para a baixa provisão de espaços de cuidado formal de crianças, onde mães com empregos remunerados normalmente precisam se apoiar nos avós. Esse achado se alinha ao que foi sugerido por Herllofson e Hagestad (2012) de que o cuidado de crianças por avós está fortemente associado com o nível de espaços formais e públicos de cuidados com crianças (como creches) em cada contexto. Com a inserção das avós no mercado de trabalho de forma prolongada e a ausência de espaços de cuidado providos pelo Estado, gera-se uma situação ainda mais intrincada com relação às negociações de cuidado.

Para além disso, nas últimas décadas, o Brasil tem vivido uma intensa transição demográfica, marcada por uma acentuada queda das taxas de fecundidade e natalidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 a taxa de fecundidade foi de 1,57 filho por mulher, bem abaixo do nível de reposição populacional, estimado em 2,1. Paralelamente, observa-se um aumento na idade média ao ter o primeiro filho, que passou de 25,3 anos em 2000 para 27,7 anos em 2020, com projeções indicando que ultrapassará os 30 anos até 2040. Apesar dessas tendências nacionais, importantes desigualdades marcam os territórios urbanos brasileiros, especialmente nas zonas rurais e periferias das grandes cidades

Em muitas realidades o assunto é complexificado considerando que a relação entre avós e velhice deve ser relativizada, posto que no país as taxas de gravidez na adolescência chegam a 14% por bebês nascidos vivos. O número é significativamente mais baixo se considerarmos apenas as adolescentes brancas (9%), sobe para 14,8% com relação às negras (autodeclaradas pardas e pretas) e para 28,2% entre as indígenas (Brasil, 2020; CIDACS, 2023). Logo, pode-se afirmar que parte considerável das avós de crianças negras e indígenas está longe de ser idosa

ou estar aposentada no momento de nascimento de seus netos, podendo, inclusive, ainda estar em idade reprodutiva, economicamente ativa e em constituição da prole.

Marcondes (2019) também reforça esse quadro observando que a idade das avós é sempre maior de acordo com a classe social a qual pertencem. Isto é, quanto mais pobres as famílias mais jovens são as avós. Nesse mesmo sentido, as avós que coabitam com os netos e são responsáveis por eles, também obedecem ao mesmo sentido de classe social e no que diz respeito à cor/raça. Assim, nos domicílios chefiados por avós a pessoa responsável em maioria é preta ou parda (Marcondes, 2019).

Esta constatação não é nova e já vem sendo iluminada por outras autoras brasileiras que afirmam que, em grupos populares brasileiros, as etapas do ciclo doméstico não são tão evidentes (Debert, 2004; Fonseca, 2004). Tal observação implica em compreender ainda que para além da questão geracional, as relações domésticas nestes grupos não se restringem à família nuclear, tampouco à família consanguínea, e não se prendem a um modelo fixo de ciclos de vida, fazendo mais sentido o uso de uma noção de "curso de vida" não definido apenas pelo fator cronológico (Debert, 2004).

Na cidade do Rio de Janeiro, local de realização desta pesquisa, nos bairros onde a pesquisa foi realizada, observa-se a persistência de níveis mais elevados de natalidade e fecundidade, bem como um perfil materno constituído por mulheres mais jovens. Se por um lado, assumimos que tal fenômeno pode estar relacionado a uma série de desigualdades — dificuldade de acesso e permanência na educação formal, acesso à direitos sexuais e reprodutivos (incluindo o acesso ao aborto legal em casos previstos por lei), entre outros — também compreendemos que a maternidade na adolescência ou mesmo no início da juventude ocorre muitas vezes de modo desejado e planejado. Como evidenciou a pesquisa GRAVAD realizada na década de 1980, muitas vezes tal projeto se fortalece para essas mulheres e meninas em razão da mudança de status que pode conferir diante de suas famílias e comunidades e também projetos de autonomia pessoal (Heilborn, 1998;Cabral; Brandão, 2020). Entretanto, conforme veremos adiante, na maior parte dos casos analisados aqui, a maternidade não emergiu deste modo para as genitoras das crianças criadas pelas avós e o cuidado com seus filhos acabou sendo transmitido para estas de modo definitivo ou temporário. Encontrar este dado foi um achado inesperado desta pesquisa, pois o tema da gravidez na adolescência não estava em meu horizonte de questões quando iniciei o trabalho de campo. Imaginei que a razão pela qual tais avós criavam estes netos seria mais diversificada e embora existam, em todos os casos, outras questões coadunadas a esta, a questão da pouca idade das genitoras — entre 14 e 19 anos — é um atravessador comum a todas elas[2].

2 Do ponto de vista do cuidado em saúde, compreende-se que uma gravidez não planejada pode ser desejada ou

Dessa forma, embora o Brasil caminhe para um cenário de envelhecimento populacional e queda sustentada da fecundidade, a relevância de tal discussão ainda hoje se justifica pelo fato de comunidades periféricas revelarem outras temporalidades reprodutivas, atravessadas por desigualdades de classe, raça e território, que impactam em diferentes "arranjos de cuidado", marcados por relações e temporalidades diversas, como argumentei em outro momento (Fazzioni, 2023). A análise das relações de avosidade nestes territórios nos permite compreender como os padrões nacionais se desdobram — e, por vezes, se contrapõem — nos contextos de precariedade.

O INÍCIO DO CAMPO

No início de 2025, circulei entre grupos de WhatsApp de moradores de favelas onde já trabalhei ou realizei pesquisa: Manguinhos, Maré, Jacarezinho e Complexo do Alemão — todas na Zona da Leopoldina do Rio de Janeiro, um formulário que partia de uma pergunta simples: "Você é uma avó que cria seus netos? Eu gostaria de conhecer sua história". Estávamos em período de férias escolares. Não por acaso, em minha própria casa, minha mãe cuidava do meu filho de 9 anos para que eu pudesse realizar a pesquisa de campo, me auxiliando ainda com a compra e organização de material escolar para o período letivo que em breve iniciaria. Mesmo não morando na mesma cidade que eu e minha irmã mais velha, é comum que ela viaje para nossas casas nos períodos de férias escolares para nos ajudar nos cuidados com nossos filhos enquanto trabalhamos.

No Brasil, assim como em outros locais, as férias escolares de verão são sempre mais longas do que qualquer possibilidade de pausa laboral (quando essa pausa existe, no caso do trabalho formal) e não existem políticas ou espaços públicos de cuidado para crianças pequenas nesse período na maior parte dos países. As férias escolares e o manejo do tempo e cuidado das crianças durante esse período constituem um "problema" que se restringe apenas às famílias e cabe a elas encontrarem saídas.

não, a depender de sua aceitação, e que a gravidez indesejada é aquela que a pessoa não quer ou não pode levar adiante no momento, independentemente do desejo de gestar no futuro (Anis - Instituto de Bioética; SBMFC, 2024; UNFPA, 2022). No Brasil, o aborto segue criminalizado, exceto em três casos previstos em lei: quando a gravidez representa risco à vida da mulher, quando é resultado de estupro, e quando há diagnóstico de anencefalia do feto. Para meninas até 14 anos, a Lei nº 12.015/2009, que alterou o Código Penal, considerou o consentimento para os atos sexuais inválido em indivíduos com menos de 14 anos, e definiu o estupro de vulnerável como "Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos", independente da idade do parceiro ou do relacionamento estabelecido entre eles (Pinto, 2024).

Foi nesse contexto que entrevistei Carla, em meados de fevereiro de 2025, em um dia de verão extremamente quente. Nos encontramos na quadra da escola de samba do Jacarezinho, onde ela reside e vendo que ali não havia um espaço para conversarmos ela me disse: "vamos, vou te levar passear na favela". Carla foi uma das mulheres que respondeu ao formulário que circulei e nossa conversa começou de forma fluida, pois logo nos demos conta de que conhecíamos pessoas em comum, quando enunciei para ela as instituições às quais já estive vinculada naquela região, estabelecendo um clima de confiança em nossa conversa. As ruas estavam cheias e o comércio na favela do Jacarezinho era vibrante e farto. Carla passou cumprimentando muitas pessoas, e no caminho me apresentou uma de suas noras, Evelyn, que trabalhava em um uma loja na rua como vendedora. Após me apresentar, as duas começaram a conversar sobre o material escolar de Luana, neta de Carla e a preparação para o ano letivo dela: uma já havia comprado a garrafinha de água, a outra o estojo e uma outra avó, a mochila.

Ainda que uma parte do material seja fornecido pela prefeitura no caso das crianças matriculadas em escolas públicas, muitas famílias se empenham em comprar outros itens necessários ou itens de maior qualidade. Tal tarefa, que pode parecer trivial de tão invisível, muitas vezes envolve uma série de recursos temporais e financeiros permitindo que as crianças iniciem bem um ano escolar: com roupas asseadas, sapatos confortáveis, canetas com tampa, lápis apontados e garrafinhas de água etiquetadas com nomes. Como veremos adiante, o espaço escolar e o bom desempenho das crianças neste é entendido como um aspecto central para o cuidado promovido pelas avós. Tal investimento, portanto, não é nada trivial e a figura das avós, ao lado das mães, aparece como elemento central e primordial em tais processos, como não coincidentemente, ocorria também em minha própria casa, com auxílio de minha mãe.

Quando iniciei o campo, optei por utilizar a palavra "criação" nos chamados para participação na pesquisa. Minha ideia era justamente olhar para aquelas histórias nas quais a avós desempenhavam protagonismo no cuidado, para além de um auxílio pontual. A ideia de criação, enfim, terminou por remeter majoritariamente a avós que coabitavam com seus netos ou já haviam coabitado. Foram 11 avós entrevistadas realizadas, conforme demonstra o quadro abaixo. Dentre elas 7 coabitavam com algum neto no momento da entrevista, mas todas já haviam vivido com eles em algum momento. Entre os casos analisados, todas as gestações com exceção de uma ocorreram antes de as mães biológicas completarem 20 anos, sendo a maioria delas gestações não planejadas. A pesquisa se concentrou em avós cujos netos que criam estão nas fases da infância e adolescência — períodos que exigem maior atenção, especialmente diante da ausência ou baixa participação dos genitores em seus cuidados. Muitas delas, entretanto, tinham outros netos mais velhos, de quem já tinham cuidado antes.

Tabela 1. Perfil das avós entrevistadas

Avós entrevistadas							
Nº	**Nome Fictício**	**Faixa etária**	**Raça/Cor**	**Profissão**	**Renda (salário mínimo)**	**Reside com os netos**	**Relação com a mãe biológica**
1	Lorena	50-59	Negra	Pensionista / Trabalhos sociais	1	Sim	Filha
2	Lucinda	50-59	Negra	Liderança / Presidente ONG	3	Sim	Nora
3	Dolores	50-59	Parda	Diarista	1	Sim	Nora
4	Helena	50-59	Branca	Diarista	1	Não	Filha
5	Carla Regina	50-59	Branca	Presidente Associação de Moradores	3	Sim	Nora
6	Marta	70-79	Negra	Diarista	1	Não	Nora
7	Andrea	40-49	Negra	Desempre-gada	1	Não	Filha
8	Neusa	60-69	Parda	Aposentada	1	Sim	Nora
9	Teresa	40-49	Negra	Comercian-te	1	Não	Nora
10	Juliana	40-49	Negra	Corretora de imóveis	2	Sim	Nora
11	Daniela	40-49	Branca	Diarista	1	Sim	Filha

Fonte: Elaboração própria (2025).

Diante desse quadro, seleciono aqui quatro casos que representam três subgrupos entre o conjunto de trajetórias analisadas, são elas: 1) avós que criam os filhos das filhas, 2) avós que criam os filhos dos filhos e 3) avós que criam netos não biológicos. A razão de tal distinção ficará mais evidente adiante ao longo das narrativas.

HISTÓRIAS DE AVÓS

Cinco das mulheres que entrevistei fazem parte de um grupo de vizinhas de Andrea e foram indicadas por ela e as demais emergiram na pesquisa a partir do convite disparado ou de indicações de pessoas que souberam sobre a pesquisa que eu estava realizando. Andrea é moradora de Manguinhos e nós trabalhos juntas por um tempo em uma instituição de pesquisa, na qual eu era bolsista de projetos sociais e ela trabalhava no setor administrativo. Em 2015, ao mesmo tempo em que eu engravidei de meu filho, Andrea soube da gravidez da filha de 14 anos. No trabalho, foram organizados os chás de bebês para mim e para ela, quase como se ela estivesse grávida também e não a filha — ela sempre soube que teria que cuidar da neta e essa situação havia me marcado muito. Logo que iniciei essa pesquisa me lembrei dela e como já mantínhamos contato eventual por redes sociais, escrevi enviando-lhe o convite para o formulário; ela topou me receber em sua casa para uma conversa e me auxiliou disparando o convite para sua rede de contatos.

Como dito, sua filha mais nova engravidou aos 14 anos, justamente quando Andrea tinha recém finalizando os estudos pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos e havia conseguido seu primeiro trabalho formal, aos 37 anos. Ela tornou-se a principal cuidadora da neta por 10 anos, para que sua filha não precisasse abandonar os estudos, repetindo a sua própria história. Ela engravidou aos 18 anos pela primeira vez, antes de ter conseguido completar a educação básica e teve mais duas filhas quase sequencialmente com o mesmo homem, com quem viveu junto por 10 anos. Mas a situação de violência do ex-companheiro contra ela começou a se estender às crianças e foi quando ela decidiu se separar. Após a separação, ele nunca mais participou da criação dos filhos, nem financeiramente. Ela estava desempregada com três crianças quando a irmã de Andrea propôs um arranjo: elas morariam juntas e ela ficaria em casa com todas as crianças (seus três filhos, mais os três sobrinhos), enquanto a irmã trabalharia sustentando financeiramente a casa. Na época a irmã havia conseguido um trabalho como Agente Comunitária de Saúde, uma renda importante para a família.

Essa configuração doméstica seguiu por um tempo até que as crianças pudessem ficar mais tempo sozinhas em casa. Quando resolveu viver sem a irmã, Andrea conseguiu um emprego como camareira e um apartamento conquistado através de um programa de habitação social, o que lhe permitiu maior estabilidade. Foi justamente quando ela daria mais um salto rumo a sua estabilidade financeira, que a gravidez de sua filha ocorreu. Sua mãe esteve sempre presente e ajudou na criação de netos e bisnetos, mas com uma relação de ajudas mais pontuais, ficando com as crianças em alguns momentos, mas nunca residindo com elas. Financeiramente esse apoio se caracterizou pela oferta do que chama de “presentes”: roupas, materiais escolares

e brinquedos, diferente de Andrea que chegou a assumir integralmente a criação de uma das netas. Hoje, Andrea tem um total de três netas e um neto. Quando cheguei em sua casa, me deparei com as duas netas mais novas brincando em frente com uma criança vizinha. Logo perguntei sobre a mais velha e ela me explicou que essa não vivia mais com ela, bem como essas duas mais novas, que apenas passavam o dia após a escola, enquanto a mãe trabalhava, denotando uma nova dinâmica em sua vida.

O caso de Andrea sintetiza bem a relação entre avós que assumem a criação dos filhos de suas filhas encontradas em outras situações, na qual a relação de criação com as crianças é temporalmente mais fragmentada: as avós assumem a criação por um período, mas não de forma definitiva. Há uma ideia de algo temporário até que a vida da filha permita assumir a centralidade do cuidado dessa criança - finalizar os estudos, encontrar um trabalho, receber o Bolsa Família (benefício oferecido pelo governo), casar-se, são alguns dos aspectos que a filha pode alcançar para assumir a criação principal dos filhos, sempre com apoio da mãe. Em alguns casos, a relação de coabitação com a avó materna prossegue por muitos anos, em outros, ela se rompe após a filha casar-se ou ganhar maior autonomia financeira. Mas a relação com a mãe no que tange à criação dos filhos prossegue na dinâmica de uma ajuda, mesmo que mais pontual. Esses foram os casos também de Helena, Lorena e Daniela. As crianças alternaram entre períodos morando com a avó materna e com a mãe ou com ambas. As rendas destas mulheres são complementares, de modo que os arranjos são múltiplos e muitas vezes ou incidem nas duas rendas sendo incorporadas ao mesmo domicílio ou se complementam na compra de alimentos para a casa da avó, onde a maior parte das refeições das crianças é feita, mesmo que durmam na casa da mãe, como configurava a situação atual de Andrea com as netas mais novas.

Já Lucinda, de 52 anos, representa o segundo caso que quero ilustrar aqui: das avós que criam os filhos dos filhos homens. Ela é avó de Marlon, de 9 anos, filho de um de seus filhos homens. Além disso, Lucinda é uma liderança comunitária importante onde reside, no Complexo do Alemão. Eu e Lucinda também nos conhecemos há pouco mais de dez anos, quando trabalhei e realizei pesquisas no Complexo do Alemão. A história de como Lucinda entra na pesquisa é bastante curiosa e diferente das outras mulheres. Participávamos juntas de um evento no Complexo do Alemão cujo tema era "saúde das mulheres", no final de 2025. Eu falava um pouco da minha pesquisa de doutorado e ao final, concluí minha apresentação contando como a pesquisa tinha me levado a pensar o cuidado e agora tal tema teria se desdobrado no interesse pelas avós que criam os netos. Lucinda me interrompeu e disse publicamente: "Natália, você sabe que eu crio o meu neto né? Inclusive, ele mamou em mim". Eu não conhecia detalhes sobre a vida pessoal de Lucinda, embora já nos conhecêssemos há algum tempo. Então, combinamos de nos falarmos com mais calma e alguns dias depois agendamos uma conversa online, em meio a agenda super atarefada de atividades familiares e profissionais de Lucinda.

A história de Lucinda revela uma outra modalidade de modos de criação de netos que foi bastante presente nas entrevistas, a criação dos netos filhos de seus filhos homens. A mãe de Marlon, "nora"[3] de Lucinda, engravidou aos 17 anos do filho de Lucinda e, desde o nascimento, Lucinda assumiu os cuidados da criança, chegando a amamentá-lo, porque a mãe naquele período, segundo ela, vivia em situação de rua e dependência do uso de drogas. Mais adiante, ela acabou tendo mais dois filhos, saiu das ruas e começou a trabalhar. É interessante a representação que Lucinda faz desse processo da mãe de Marlon. Para Lucinda, ter "pegado Marlon para criar" foi algo central também no sentido de auxiliar a genitora. Ela repete algumas vezes que fez isso para que ela pudesse se "organizar" e se sente orgulhosa ao ver que agora ela saiu das ruas e deixou as drogas, tem seu trabalho e seus outros filhos e pode ser presente na vida de Marlon, ainda que ele siga vivendo e sendo criado por Lucinda. Aqui, a noção de "organização" não surge como categoria de acusação, como demonstrado em outros trabalhos (Vicaroni, 2024), no qual mães são definidas por profissionais da saúde e da assistência como mães que precisam se organizar para que possam permanecer com seus filhos, de modo a desqualificar sua atuação como mães. Diferentemente, a noção de organização aqui aparece como algo atrelado a um processo temporário e não ameaçador, de "ajuda" oferecido a essa mulher quando a avó decide criar seu filho, sem com isso desvinculá-lo dessa mãe.

Marlon hoje visita a mãe e os irmãos com frequência, mas vive e é criado por Lucinda, que não imagina que as coisas sejam diferentes em algum momento, embora não tenha sua guarda formal e não a deseje. Lucinda vê no neto uma nova oportunidade: a possibilidade de "fazer melhor" do que fez com o próprio filho. Por isso, prioriza sua educação e busca garantir que ele tenha mais oportunidades. Ela financia todos os gastos do neto e também ajuda os outros filhos que a mãe teve depois. O pai, seu filho, mora com eles, mas está desempregado e pouco participa da criação de Marlon, diferente do marido de Lucinda, o avô, que é também bastante presente.

Outros casos, como o de Dolores, residente do Complexo do Maré, guarda muitas proximidades com o de Lucinda. Dolores trabalha hoje como empregada doméstica/diarista, assim como outras quatro mulheres entrevistadas que também desempenhavam essa função, vale dizer, uma função de cuidado fora de casa. Dolores também foi uma das mulheres que respondeu ao questionário que veiculei e que chegou até ela através de uma amiga minha que a conhecia, por ela ter trabalho muitos anos na casa de seu pai. Entrevistei Dolores após seu horário de trabalho de diarista em um apartamento em Copacabana, ela preferiu me encontrar

3 O termo "nora" aparece aqui como um designador da relação destas mulheres com as genitoras de seus netos pois era assim que a maior parte delas as nomearam (ainda que nenhuma delas tenha sido oficialmente casadas com seus filhos), alternando com a designação "mãe do meu neto". A relação com a mãe hoje é boa, e Lucinda nunca a condenou — pelo contrário, ajudou para que ela se reabilitasse e mantivesse contato frequente com o filho.

em uma lanchonete do bairro do que em sua casa. Dolores me contou que também cria a neta, fruto da relação entre o filho e uma jovem de 17 anos, que permaneceu residindo com eles por apenas 2 meses após parir, quando acabou decidindo sair de casa e deixar a filha aos cuidados da avó paterna. Além disso, Dolores cuida do marido acamado e auxilia nos cuidados com outros netos que não vivem com ela. Sua principal ajuda no cotidiano provém de sua filha mais velha, com quem divide os cuidados de todas as crianças da família, como levar e buscar na escola, levar em consultas médicas, providenciar as refeições cotidianas.

Diferente da história de Lucinda, a relação de Dolores com a "nora" é mais disruptiva. Ela conta ter ficado bastante chateada com a mãe da neta por tê-la deixado aos cuidados dela, mas ao longo do tempo compreendeu a situação. Apesar da família da nora também viver na Maré, ela preferiu residir e deixar a filha aos cuidados de Dolores. Passou alguns anos visitando poucas vezes a filha, o que Dolores acredita ter deixado a neta com alguns traumas aos quais ela atribui a dificuldade que a neta enfrenta ainda hoje, aos 6 anos, com o desfralde. Entre as avós entrevistadas, Dolores era a única avó chamada de mãe pela neta, embora a menina também chamasse sua genitora de mãe.

Mais recentemente, a mãe de sua neta casou-se novamente tendo outros filhos e passou a demandar mais frequentemente ver a filha e também receber a filha em sua casa, em um bairro distante da Maré, na Zona Oeste da cidade. A menina visita regularmente a casa da mãe aos finais de semana, sempre a partir de um diálogo entre Dolores e ela, que combinam os horários e esquemas de visita, sem intermediação do pai, o filho de Dolores. Isso, entretanto, despertou em Dolores um medo de que a mãe possa demandar na justiça viver novamente com a filha, algo que Dolores diz ser impensável para ela, já que a neta seria "tudo" em sua vida. No momento da entrevista, esse medo ainda não teria nenhum indício de concretude e Dolores ainda acreditava que a relação entre ela e a mãe da neta poderia seguir de modo amistoso, negociando o melhor arranjo possível na vida da criança que demonstrava querer seguir vivendo com ela, ainda que gostasse das estadias na casa da mãe.

Finalmente, a terceira situação que gostaria de ilustrar aqui se exemplifica a partir de um único caso: a de avós que criam filhos não biológicos. Para isso, retomo a história de Carla, moradora do Jacarezinho, narrada no início do texto, cuja trajetória demonstra uma terceira possibilidade de relação de avosidade. Carla é oriunda do Rio Grande do Norte e possui uma atuação importante como liderança comunitária no Jacarezinho. Carla teve três filhos, mas o primeiro faleceu em uma situação de violência policial há muitos anos — a perda deste filho é um tema marcante e presente em sua narrativa. Atualmente, Carla cria Luana de 9 anos, que não é sua neta biológica, mas ela achava que sim, até poucos dias após seu nascimento. Monique, a mãe da neta, era namorada de seu filho mais velho quando engravidou. Monique sabia que a criança não era dele, mas confiava que Carla cuidaria bem dela, por isso mentiu

sobre a paternidade.

Passado um tempo, quando todos descobriram a verdade, Luana já tinha uma avó, um pai e duas mães: a atual esposa do pai e a mãe biológica, de quem nunca se afastou definitivamente. Carla me disse que perdoou Monique, a mãe de Luana, e que hoje todos têm uma boa relação e compartilham os cuidados, embora Luana viva com Carla. Entre todos os casos encontrados, Luana, por ter em sua origem uma ruptura do vínculo biológico, é a criança que mais circula em diferentes casas e é criada por muitas pessoas, embora o vínculo primordial de moradia, seja com Carla, a avó "escolhida" por sua mãe biológica. No mesmo sentido, Carla não promove uma desvinculação de sua neta e a mãe biológica, ao mesmo tempo em que acolhe a chegada da segunda mãe, Evelyn, na criação dela. O fato do pai de Luana ter se casado novamente, também configura uma exceção nesse caso, pois o pai torna-se mais presente do que os demais, através da vinculação de sua esposa Evelyn à primeira filha. Este caso se destaca mesmo comparado com o de pais que vivem com seus próprios filhos na casa de suas mães, como os filhos de Lucinda e Dolores, ambos desempregados e com pouca presença na criação dos filhos, figurando mais como irmãos dos filhos do que como pais. Apesar disso, denota-se a pouca presença masculina ativa nos cuidados com as crianças em basicamente todas as histórias analisadas, excetuando a presença de um pai nesse caso e de um avô, no caso de Lucinda.

CUIDAR COMO RESISTÊNCIA E ESPERANÇA

Já na década de 1980, Mariza Corrêa (1981) sinalizava o equívoco em se estudar a família no Brasil apenas do ponto de vista da família patriarcal e de seu modelo sucessor, a família conjugal moderna. A autora contestava as obras clássicas de Freyre (2003 [1977]) e Candido (1951 *apud* Corrêa, 1981) nas quais se vislumbrava uma transição de um modelo da família patriarcal extensa para a família conjugal, demonstrando que longe de se tratar de um modelo que caracterizava a maior parte das famílias brasileiras, tratava-se, sobretudo, de um modelo hegemônico de análise sobre as famílias. Mais recentemente, autoras como Rita Segato (2006) têm apontado como tais trabalhos também contribuíram na formação de certo mito de origem da sociedade brasileira que consistiria em uma dupla negação das desigualdades de gênero e raça.

Assim, a discussão aqui proposta não pode se furtar em dialogar com um tema não novo, porém cada vez mais proeminente, quando perspectivas não hegemônicas tornaram-se cruciais para representar as vozes das pessoas cujas experiências estariam longe de se identificarem com certos modelos de família, gênero e parentalidade. O debate remete necessariamente à literatura

sobre escravidão nas Américas, nas quais majoritariamente os filhos das mulheres escravizadas eram separados delas ou cuidados por outras mulheres escravizadas, envolvidas em diferentes tarefas de trabalho[4]. Por outro lado, em diversos contextos escravistas, o cuidado de crianças brancas muitas vezes esteve a cargo das mulheres negras, configurando aquilo que Suely Gomes Costa intitulou de "maternidade transferida", ou seja, o processo através do qual amas-de-leite e posteriormente, as chamadas amas-secas e babás foram "presentes na vida social desde os primórdios coloniais" (Costa, 2002, p. 305). Consequentemente, as mães negras, pobres e trabalhadoras raramente figuraram como as principais cuidadoras de seus próprios filhos pois estiveram a cargo do cuidado com outros. Ou mais radicalmente, sequer puderam manter seus próprios filhos ao seu lado, como evidenciam os processos de "circulação de crianças" e os circuitos de adoção, já bem evidenciados por Fonseca (1995) e que também estão ilustrados nos casos aqui analisados.

Angela Davis (2017), Patricia Hill Collins (2000), Lélia Gonzalez (1983) e bell hooks (1997), são outras autoras que abordam este tema e seus desdobramentos de maneira contundente. hooks, por exemplo, questiona as teorias feministas tradicionais que fizeram um grande esforço em problematizar o espaço doméstico como lugar central das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho, marcando assim uma lógica da qual as mulheres deveriam se libertar. As autoras consideram que, se entre as feministas brancas o cuidado com a família era encarado como uma prisão, para as mulheres afro-americanas o lar e o cuidado com os seus poderia ser encarado como um ato de resistência com relação ao racismo, já que tal espaço sempre lhes foi negado.

Nesse sentido, em suas narrativas o cuidado com os netos raramente aparece em tom de sacrifício ou renúncia. Para Lucinda, o neto é uma nova chance de fazer melhor do que fez com seus filhos. Para Andrea, um alerta sobre o que não quer que se repita em sua família. Para Dolores, a neta é "tudo" e para Carla, uma nova vida a ser cuidada por ela, em um contexto no qual a vida de um dos seus próprios filhos já lhe foi tirada de modo violento. Dentro deste regime afetivo e moral em relação aos netos, a educação acaba sendo o espaço onde essas avós entendem que tais esperanças e desejos que possuem para eles, se desenvolvam. Isso, entretanto, não implica dizer que tais atividades ocorram para elas sem custos e implicações, sobretudo para mulheres de classes populares que assumem a criação dos netos, como veremos adiante.

O tema não é novo no âmbito dos trabalhos sobre avosidade. Clarice Peixoto (2000) em trabalho que analisa a relação entre avós e netos de forma comparada no Brasil e na França,

4 Configurando aquilo que Patricia Hill Collins (2000) chamou no contexto afro-americano de othermother (uma segunda mãe, responsável por cuidar das crianças negras cujas mães estavam envolvidas em atividades agrícolas).

refere sobre a importância que os avós entendem possuir com relação especificamente à educação formal dos netos. Enquanto a educação em sentido mais amplo é entendida enquanto um atributo parental, para os avós a educação formal é algo em que devem investir (o que envolve desde o pagamento de mensalidades escolares, participação em atividades e tarefas escolares, pagamento ou acompanhamento em cursos extras, até compras de livros e materiais escolares).

Ainda em diálogo com a literatura sobre avosidade no Brasil (Barros, 1987), observamos que, diferentemente do que se costuma afirmar, essas avós não demonstraram uma preocupação predominante com o papel religioso na criação das crianças. Apenas uma falou fortemente da iniciação de seu neto no terreiro de umbanda que frequentava. No entanto, a educação era central para todas, e seus esforços se orientavam para garantir uma boa formação para os netos. Essas mulheres também expressaram preocupações diferenciadas conforme o gênero dos netos: com os meninos, o medo da proximidade e envolvimento em atividades relacionadas ao tráfico de drogas, o desemprego, ou o simples medo de estar na rua e serem mais uma vítima da violência policial, tão comum nesses espaços; com as meninas, o receio de uma gravidez muito jovens. Todas mencionam a importância dos estudos como possibilidade de "fazer diferente" do que aconteceu com seus próprios filhos, demonstrando o forte investimento que fazem nisso, também como um movimento de resistência diante dos contextos onde vivem e os estigmas e medos que pairam em seus corpos a partir de tais realidades.

AS PENALIDADES DO CUIDADO E OS SENTIDOS DE ENVELHECER

Quando assumem o papel de cuidadoras principais, essas mulheres se envolvem cotidianamente em tudo o que diz respeito à criação: são responsáveis pela alimentação, reuniões escolares, consultas de saúde e, em alguns casos, também pelos aspectos financeiros. Curiosamente, o financiamento foi o ponto em que encontramos maior variação no apoio à manutenção das crianças. Como demonstra o exemplo de Carla, quando a conheci, ela estava envolvida na compra do material escolar de Luana e diferentes mulheres participaram: as duas mães, a outra avó e ela — cada uma comprando um item. Luana vive com Carla, que paga as despesas básicas de alimentação e os custos com saúde que são muitos já que a menina tem uma doença crônica, mas as mães e a outra avó contribuem constantemente com "presentes", como ela chama, que também fazem parte do custo de manter uma criança, como roupas, brinquedos e material escolar. O mesmo ocorre com Andrea, que também recorreu em diferentes momentos a

sua mãe e irmã e mais recentemente divide os custos com as próprias filhas, já mais estabelecidas.

Outro aspecto observado diz respeito aos programas de transferência de renda e sua forma de gestão. Nenhuma das avós entrevistadas tem a guarda legal dos netos — e não desejam tê-la. Isso não é algo importante para elas, mesmo para Dolores que mais recentemente passou a ter medo da neta não viver mais com ela. Por isso, geralmente, as beneficiárias do Bolsa Família (cujo valor aumenta de acordo com o número de filhos) são as mães biológicas. No caso de Lucinda, considerando que sua ex-nora se encontra em situação de extrema pobreza e teve outros filhos, ela se assegura de que esse dinheiro fique com a ex-nora, sem contribuir diretamente para o sustento de Marlon, salvo por meio de "presentes". Já Andrea e outras avós — especialmente aquelas que convivem com suas filhas (mães dos netos) — revelam que o dinheiro do Bolsa Família recebido pelas filhas é destinado às moradias onde estão as crianças e às necessidades das crianças, em arranjos que variam de caso a caso.

Apesar das negociações complexas para o custeio da vida dessas crianças, há inegavelmente um peso financeiro de tal responsabilidade para essas avós, como demonstrado no caso dos materiais escolares ou muitas vezes no esforço de pagar uma escola particular para os netos, como ocorre no caso de Carla, entendendo que isso faria diferença em seu futuro. Andrea renuncia a seu apartamento próprio, para que as filhas possam se organizar, voltando a pagar aluguel por um período. Tais arranjos com os filhos e depois netos complexificam o acesso ao trabalho remunerado e à renda dessas mesmas mulheres, como demonstram as trajetórias, tendo muitas delas se dedicado a trabalhos informais pela maior parte de suas vidas.

A noção de "penalidade materna" tem sido proposta por teóricos que pensam a relação entre trabalho e gênero em diversos países (Muniz; Veneroso, 2019), à luz da intersecção entre classe e gênero. No caso brasileiro, as pesquisas sobre o impacto do número de filhos sobre os salários femininos são escassas, mas apontam uma nítida relação inversa entre parturição e participação feminina na população economicamente ativa. Trabalhos informais costumam facilitar o arranjo necessário para conciliar família e trabalho e são os que concentram a maior parcela das mulheres brasileiras. Contudo, os rendimentos na maior parte das vezes são inferiores e instáveis, sem garantias de direito trabalhistas.

Desse modo, o empobrecimento de mulheres mães a partir da dinâmica da "penalidade materna" acentua a exclusão daquelas que já são enquadradas a partir de diferentes marcadores de desigualdade: negras, periféricas, com baixa escolaridade, entre outros. Assim, somamos à reflexão acima a sugestão de que o debate sobre "penalidade materna" no Brasil, não pode dissociar-se de uma "penalidade avoenga", considerando o forte aspecto matricêntrico no que tange aos cuidados com crianças pequenas entre famílias brasileiras pobres e a sobreposição de cursos de vida, como já explorado acima.

É nesse sentido que um aspecto particularmente impactante surgiu em todas as entrevistas:

o cansaço e a falta de tempo para si. Entre suspiros, mãos no rosto e pernas inquietas, todas relataram sentir-se extremamente exaustas — embora reafirmassem a importância dos netos em suas vidas e os sentimentos positivos que eles provocavam. No entanto, a pergunta "Você conseguiu cuidar de si mesma nesse tempo?" as levava a uma reflexão profunda.

Lucinda, por exemplo, contou que sente dores nas pernas há meses, mas nunca encontra tempo para fazer exames. Dolores relatou que depende de remédios para pressão alta, mas às vezes deixa de comprá-los ou pegá-los no posto de saúde quando falta dinheiro ou tempo. O envelhecimento, nesse contexto, é atravessado por uma sobrecarga de responsabilidades, preocupações e custos financeiros que parecem não ter fim. Mas elas seguem insistindo que o futuro e o cuidado com os netos são prioritários e primordiais. Os sonhos de futuro que elas sonham, são os sonhos que elas têm não para sim, mas para os netos. São, afinal, mulheres que sempre cuidaram e cuja subjetividade, força e resistência está também na força dessa tarefa, ainda que em meio ao cansaço. A história de Lucinda talvez seja a mais representativa desse ponto entre as analisadas, pois trata-se de alguém cuja vida toda esteve voltada ao cuidado com os outros, desde seu trabalho como liderança, até seus cuidados com os filhos, netos e sua mãe, atualmente idosa e dependente, a quem ela visita diariamente garantido a organização da casa onde a mãe vive com uma irmã.

Andrea se diferencia das demais por um discurso diferente com relação ao seu processo de envelhecimento, talvez por ser a mais jovem de todas, 47 anos e ter acesso a outros tipos de discursos e ideais sobre cuidado e envelhecimento. Alguns anos atrás ela deixou o apartamento para que as filhas pudessem se "organizar" por um tempo e se estabilizarem e foi viver de aluguel. Quando a situação das filhas melhorou, ela retornou ao apartamento e agora deseja viver sozinha ali, ajudando apenas pontualmente com os netos, na esperança de uma velhice onde ela tenha mais tempo para si. Atualmente, ela sonha em morar na Bahia com o atual namorado.

O "MATRIARCADO DA MISÉRIA": CONSIDERAÇÕES FINAIS E QUESTÕES PARA O FUTURO

A expressão "matriarcado da miséria" foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para designar a experiência histórica das mulheres negras brasileiras em uma sociedade marcada pela exclusão, discriminação e rejeição social e, apesar dessas condições, seu papel de resistência e liderança em comunidades empobrecidas. Essa noção foi difundida por Sueli Carneiro (2000) em um artigo de opinião no Correio Braziliense e também utilizada por Daniela

Mota e colaboradoras (2025) ao analisar a experiência de mulheres cuidadoras de crianças em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil no Rio de Janeiro. A retomo aqui, pois os resultados de pesquisas como esta seguem reafirmando tal ideia: mesmo com as mudanças demográficas no Brasil, mulheres negras e em situação de pobreza seguem sendo as principais responsáveis por gerirem os cuidados consigo e com seus descendentes nos contextos de pobreza ou miséria econômica em que vivem.

Entretanto, é importante observar, em diálogo com a literatura já existente sobre famílias matricêntricas, o que também reafirmam os dados aqui apresentados: mesmo em contextos de menor renda bruta, as famílias chefiadas por mulheres não necessariamente apresentam piores índices entre famílias pobres ao olharmos para outros indicadores de bem-estar. Como afirmam Bila Sorj e Adriana Fontes (2008), em artigo que analisa indicadores sobre o tema, ainda que tais mulheres tenham maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, trabalhos em condições precárias e menores salários, indicadores como os que analisam condições de domicílios e bens duráveis são superiores em tais domicílios do que naquelas com a existência de um casal e chefiado pelos homens em situação de pobreza. Ou seja, existe uma gestão do lar, do cuidado com as crianças e dos bens que parece ser mais eficaz quando mulheres vivem entre mulheres ou são chefes de seus lares, mesmo em situações de baixa renda.

Ampliando os possíveis olhares para tais análises, nos casos aqui observados, verificamos que, apesar de um contexto precarizado, há sempre uma colaboração entre mulheres, ainda que de modo distinto de acordo com o vínculo com as mães biológicos de seus netos. Mas diferente do que eu poderia supor no início, não encontrei na maior parte dos casos, relações marcadas pelo conflito e hostilidade entre mães e avós, disputas judiciais por guarda e outras situações do tipo. Pelo contrário, vemos aqui um processo de cuidado marcado por modos de colaborações distintos, mas compartilhados. O que une tais mulheres, entretanto, para além do laço matriarcal, é o fato de todas atravessarem ou terem atravessado situações de dor, pobreza, violências, dificuldades.

Longe de uma abordagem utópica ou romântica sobre a relação entre mulhres, tal análise busca reforças outras categorias que têm aparecido na literatura nacional sobre os cuidados e suas especificidades em contextos latino-americanos e brasileiros, pautados por lógicas comunitárias, como a noção de “ajuda”. Trata-se de uma modalidade típica do cuidado entre mulheres periféricas que pode ocorrer entre pessoas com relação de parentesco ou não (Vieira; Guimarães, 2021), podendo inclusive tornar-se um vínculo de parentesco criado a partir da noção de “ajuda-mútua”, que pode vir a gerar relações consideradas familiares entre amigas, vizinhas e outras (Fonseca, 2004).

A análise dessas trajetórias confirma ainda a indivisibilidade entre gravidezes não planejadas na adolescência, dificuldade no acesso a direitos sexuais e reprodutivos e sobrecarga

no cuidado intergeracional. Embora não seja o ponto central deste trabalho, é inegável que tais situações poderiam ser evitadas através de uma política ampliada de acesso ao aborto legal e menos barreiras simbólicas neste campo.

Por fim, o artigo chama a atenção para as dificuldades que tais mulheres também atravessam em seus próprios processos de envelhecimento, ainda que os cuidados com seus netos seja algo entendido por elas como prazeroso e importante, é fundamental compreender que são mulheres que em seu curso de vida estiveram voltadas para o cuidado com o outro a maior parte do tempo, em seus ambientes domésticos e profissionais e cujos processos de subjetividade e saúde são também moldados e afetados por isso, tema que merece maiores investimento de pesquisa.

Ainda que tendencias demográficas apontem para mudanças, em um país tão desigual como o Brasil, meninas e mulheres seguem tendo suas vidas alteradas por gravidezes indesejadas, pouco apoio nos processos de cuidado, difícil inserção no mercado de trabalho e poucas possibilidades de envelhecimento saudável. Concluo, enfim, levantando a questão, se diante de tantas mudanças demográficas no país, tais mulheres e suas histórias se tornarão ainda mais invisíveis ao longo dos próximos anos?

REFERÊNCIAS

1. ANIS - INSTITUTO DE BIOÉTICA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (SBMFC). **Gravidez indesejada na Atenção Primária à Saúde (APS)**: as dúvidas que você sempre teve, mas nunca pôde perguntar. 2. ed. Brasília: Editora Letraslivres, 2024. Disponível em: https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/CARTILHA_WEB_2024_FINAL.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

2. BARROS, Myrian Lins de. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Nascidos Vivos**, Brasília, 2020.

4. CABRAL, Cristiane; BRANDÃO Elaine. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cad Saude Publica**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00029420, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420. Acesso em: 22 jan. 2026.

5. CARNEIRO, Suely. Matriarcado da miséria. **Correio Braziliense**, 15 set. 2000.

6. CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTO PARA SAÚDE (CIDACS). **Sem deixar ninguém para trás**: gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência. Salvador: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

7. COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: knowledge, consciouness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

8. CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981.

9. COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Rev. Estud. Fem.**, [*s. l.*], v. 10, n. 2, p.301-323, 2002.

10. DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.

11. DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice**: socialização e reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EdUSP: FAPESP, 2004.

12. DEBERT, Guita; MOMMA, Dominique. Os avós e a pensão Alimentar. Dilemas em torno da responsabilidade avoenga e a judicialização do cuidado familiar. **Mediações**, Londrina , v. 23, n. 3, p. 222-247, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n3p222. Acesso em: 22 jan. 2026.

13. DI GESSA, Giorgio; GLASER, Karen; PRICE, Debora; RIBE, Eloi; TINKER, Anthea. What drives national differences in intensive grandparental childcare in Europe? **Journals of Gerontology Series B – Psychological Sciences and Social Sciences**, [*s. l.*], v. 71, n. 1, p. 141–153, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1093/geronb/gbv007. Acesso em: 22 jan. 2026.

14. FAZZIONI, Natália Helou. **Nascer e morrer no Complexo do Alemão**: políticas de saúde e "arranjos de cuidado". 2018. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

15. FAZZIONI, Natália Helou. Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 171-188, 2023. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/49157. Acesso em: 22 jan. 2026.

16. FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

17. FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

18. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Florianópolis, v. 61, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001.

Acesso em: 22 jan. 2026.

19. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, Brasília, n. 2, p. 223-44, 1983.

20. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. [1977].

21. HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na Adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. *In*: SEMINÁRIO GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, SAÚDE DO ADOLESCENTE, 1., Rio de Janeiro, 1998, p. 23-32.

22. HERLOFSON, Katarina; HAGESTAD, Gunhild. Transformations in the role of grandparents across welfare states. *In*: ARBER, Sara; TIMONEN, Virpi (ed.). **Contemporary grandparenting**: Changing family relationships in global contexts. Bristol: Policy Press, 2012. p. 27–49.

23. hooks, bell. **Homeplace**: a site of resistance. New York: Routledge, 1997.

24. MARCONDES, Glaucia. **Avós que residem com netos**: características dos arranjos doméstico-familiar multigeracionais no Brasil a partir de 1990. Campinas: NEPO Publicações, 2019.MORTARA, Sofia. Arranjos familiares e os avós. Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP, Campinas, n. 26, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.20396/revpibic2620181254. Acesso em: 23 jan. 2026.

25. MOTA, Daniela; MENEZES, Mariana; GUTOSVSKI, João Pedro; CARVALHO, André Macedo, SILVA Yuri. Matriarcado da miséria: a fome em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil da Zona Norte do Rio de Janeiro. **Cien Saude Colet**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/matriarcado-da-miseria-a-fome-em-um-centro-de-atencao-psicossocial-infantojuvenil-da-zona-norte-do-rio-de-janeiro/19805?id=19805. Acesso em: 22 jan. 2026.

26. MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Na "casa da mãe"/na "casa do pai": anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da "circulação" de crianças . **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 427-452, 2004.

27. MUNIZ, Jeronimo; VENEROSO, Carmelita. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, e20180252, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/001152582019169. Acesso em: 22 jan. 2026.

28. OLIVEIRA, Alessandra; VIANNA, Lucy; CÁRDENAS, Carmen. Avosidade: Visões de avós e de seus netos no período da infância. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 461-474, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000300012. Acesso em: 22 jan. 2026.

29. PEIXOTO, Clarice. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das

transmissões afetivas e materiais. *In*: PEIXOTO, Clarice; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (org.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 95-111.

30. PINTO, Isabela Vitral; BERNAL, Regina Tomie Ivata; SOUZA, Juliana Bottoni; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; ARAÚJO, Larissa Fortunato; Felisbino-Mendes, Mariana Santos; SOUZA, Maria de Fátima Marinho de; MONTENEGRO, Marli de Mesquita Silva; VASCONCELOS, Nádia Machado de; MALTA, Deborah Carvalho. Gravidez em meninas menores de 14 anos: análise espacial no Brasil, 2011 a 2021. **Cien Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.10582024. Acesso em: 22 jan. 2026.

31. SEGATO, Rita Laura. **O Édipo brasileiro**: a dupla negação de gênero e raça. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

32. SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira (org..). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 150-185.

33. TIMONEN, Virpi. **Grandparenting Practices Around the World**. Bristol: Policy Press: University of Bristol, 2019.
34. UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA**). Seeing the unseen**: The case for action in the neglected crisis of unintended pregnancy. [*S. l.*]: UNFPA, 2022. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/EN_SWP22%20report_0.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

35. VICARONI, Tamara. **Loucas demais para serem mães**: Narrativas de profissionais de saúde mental sobre maternidades interrompidas. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Médicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2025.

36. VIEIRA, Priscila; GUIMARÃES, Nadya. As "ajudas": O cuidado que não diz seu nome. Trabalho, gênero e cuidado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 41–56, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002. Acesso em: 22 jan. 2026.

Natália Helou Fazzioni
Pesquisadora em Saúde Pública no Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz. Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1497-9737. E-mail: natalia.fazzioni@fiocruz.br

Agencia de madres jóvenes y gobernanza reproductiva: una mirada desde barrios populares de Buenos Aires[1]

Agency of young mothers and reproductive governance: A perspective from vulnerable neighborhoods of Buenos Aires

Agência de mães jovens e governança reprodutiva: Um olhar a partir de bairros populares de Buenos Aires

Guada Fernández Chein
Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

A partir del estudio etnográfico de un programa estatal socioeducativo orientado a acompañar a jóvenes madres que cursan la escuela secundaria en dos barrios populares de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, el artículo analiza la gobernanza reproductiva implicada en dicha política pública y los agenciamientos locales de las jóvenes que la transitan. El seguimiento de las prácticas de implementación de esta política en el territorio permitió identificar tensiones entre las concepciones de familia, maternidad y juventud que circulan en las distintas instancias del Programa, que habilitan diversos regímenes de moralidad en torno a las maternidades juveniles, donde se entrelazan prácticas de control y de cuidado. La posibilidad de compartir su cotidianeidad —tanto en espacios institucionales como en sus hogares y ámbitos de socialización en el barrio— permitió acceder a los sentidos y experiencias construidos por las propias jóvenes, incorporando así su punto de vista al análisis de la política. El artículo describe las tensiones entre las moralidades que operan en las distintas capas del Programa y las estrategias de las destinatarias. A partir de allí, propone una lectura crítica de cómo se configuran las agendas en torno a los derechos sexuales y reproductivos que, frecuentemente, omiten

1 El presente trabajo se realizó con el apoyo de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES) - Código de Financiamiento 001

Recebido em 22 de junho de 2025.
Avaliador A: 7 de agosto de 2025.
Avaliador B: 26 de agosto de 2025.
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

CC BY

los múltiples marcadores identitarios que atraviesan sus trayectorias. A partir de los aportes de los feminismos críticos, el trabajo se interroga si las jóvenes son efectivamente reconocidas como sujetas idóneas para el ejercicio de dichos derechos, frente a la persistente desautorización o traducción de sus experiencias en marcos ajenos a sus propias demandas.

Palabras claves: Maternidades juveniles, Gobernanza reproductiva, Agencia.

ABSTRACT

Drawing on an ethnographic study of a state-run socio-educational program aimed at supporting young mothers enrolled in secondary school in two low-income neighborhoods of the Autonomous City of Buenos Aires, this article examines the reproductive governance embedded in this public policy and the local forms of agency developed by the young mothers who participate in it. Tracking the policy's implementation practices in the field revealed tensions among the conceptions of family, motherhood, and youth that circulate across the different layers of the Program, giving rise to diverse moral regimes surrounding young motherhood in which practices of control and care are intertwined. Sharing the young women's everyday lives—in institutional settings, in their homes, and in neighborhood spaces of sociability—made it possible to access the meanings and experiences they construct, thereby incorporating their standpoint into the analysis of the policy. The article describes the tensions between the moralities operating across the Program's multiple layers and the strategies developed by its beneficiaries. Building on this, it offers a critical reading of how agendas around sexual and reproductive rights are configured, often overlooking the multiple identity markers that shape these young mothers' trajectories. Drawing on critical feminist contributions, the article questions whether the young women are indeed recognized as legitimate subjects of these rights, given the persistent disqualification or translation of their experiences into frameworks that are alien to their own demands.

Keywords: Youth motherhood, Reproductive governance, Agency.

RESUMO

A partir do estudo etnográfico de um programa estatal socioeducativo voltado ao acompanhamento de jovens mães que cursam o ensino secundário em dois bairros populares da Cidade Autônoma de Buenos Aires, o artigo analisa a governança reprodutiva implicada nessa política pública e os agenciamentos locais das jovens que a atravessam. O acompanhamento das práticas de implementação dessa política no território permitiu identificar tensões entre as concepções de família, maternidade e juventude que circulam nas distintas instâncias do Programa, as quais configuram diversos regimes

de moralidade em torno das maternidades juvenis, nos quais se entrelaçam práticas de controle e de cuidado. A possibilidade de compartilhar seu cotidiano — tanto em espaços institucionais quanto em seus lares e circuitos de sociabilidade no bairro — permitiu acessar os sentidos e experiências construídos pelas próprias jovens, incorporando assim seu ponto de vista à análise da política. O artigo descreve as tensões entre as moralidades que operam nas diferentes camadas do Programa e as estratégias das destinatárias. A partir disso, propõe uma leitura crítica de como se configuram as agendas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos que, frequentemente, omitem os múltiplos marcadores identitários que atravessam suas trajetórias. Com base nos aportes dos feminismos críticos, o trabalho questiona se as jovens são efetivamente reconhecidas como sujeitas idôneas para o exercício desses direitos, diante da persistente desautorização ou tradução de suas experiências em marcos alheio às suas próprias demandas.

Palavras-chave: Maternidades juvenis, Governança reprodutiva, Agência.

INTRODUCCIÓN

Este artículo reflexiona sobre la gobernanza reproductiva implicada en una política pública de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires orientada al acompañamiento de las trayectorias educativas de jóvenes que cursan la escuela secundaria mientras gestan, maternan y/o paternan. Aunque en su denominación oficial —"Programa de retención escolar de alumnas madres, padres y embarazadas"— se incluye también a las paternidades, el trabajo de campo mostró que las prácticas institucionales se centran principalmente en las jóvenes. Por ello aquí se analizan sus modos de respuesta y negociación frente a las intervenciones estatales. El texto dialoga con aquellos trabajos que, abonando a los debates acerca de la agencia social, sostienen que la agencia no siempre es sinónimo de resistencia a las relaciones de dominación sino que ésta se habilita y crea en el marco de relaciones de subordinación históricas específicas (Mahmood, 2001).

La investigación también propone una lectura crítica de las agendas sobre derechos sexuales y reproductivos, que tienden a omitir los marcadores identitarios que constituyen a estas juventudes. Desde estas coordenadas, se interroga si las jóvenes son efectivamente reconocidas como sujetas idóneas para el ejercicio de sus derechos, dado que sus experiencias suelen ser invisibilizadas, desautorizadas o traducidas en términos ajenos a sus propias demandas. El concepto de gobernanza reproductiva (Morgan; Roberts, 2012; Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021) permite analizar las formas de regulación de las maternidades de jóvenes de clases populares, atendiendo a las particularidades locales de implementación de la política y sus rutinas.

El Programa surgió en 1995 como una iniciativa escolar situada que respondió a prácticas que excluían a estudiantes embarazadas. Inspirada en dinámicas comunitarias de cuidado, esa experiencia sentó las bases morales de lo que se reconoció como "buena práctica docente" en ese contexto. Luego fue institucionalizada como política pública: "Proyecto de retención de alumnas madres y embarazadas"[2] y se expandió a seis escuelas de la zona sur[3] hasta alcanzar, progresivamente, a toda la Ciudad de Buenos Aires, bajo la órbita del Ministerio de Educación de esa jurisdicción (ver Fernández Chein, 2024). Este artículo se nutre del trabajo de campo realizado en dos de esas seis escuelas iniciales, una de las cuales fue precisamente donde se originó el Proyecto. Actualmente, el equipo ministerial está integrado por 25 personas —denominadas "docentes/capacitadores"—, quienes articulan con 238 docentes referentes institucionales que implementan la política en el territorio. Este último rol lo desempaña personal de las propias escuelas que cumple además otras funciones.

La etnografía se realizó de manera multisituada entre 2021 y 2025, con ingreso al campo a través de las escuelas ubicadas en la zona sur de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Estas instituciones pertenecen al primer grupo de Escuelas Municipales de Educación Media creadas en 1990 para barrios sin oferta de nivel secundario. En el ámbito docente se las denomina "emem-históricas" por su enfoque socioeducativo inicial, atento a las condiciones socioeconómicas de juventudes de clases populares. En las prácticas y narrativas actuales persisten vestigios de ese proyecto, ya que les referentes construyen estrategias de acompañamiento entendiendo a las jóvenes como población "en riesgo".

Durante las visitas se utilizaron diversas estrategias etnográficas para captar el punto de vista de quienes conforman la política pública. La investigación se propuso etnografiar el Programa "desde abajo" (Perelmiter, 2020) comprendiendo cómo esta política es actuada y experimentada por les referentes institucionales. El registro incluyó presencia sostenida en el campo, conversaciones presenciales, telefónicas y por Whatsapp, entrevistas abiertas y en profundidad, seguimiento de redes sociales y grupos focales para indagar cómo les referentes interactúan con las demandas del movimiento feminista argentino.

Este seguimiento permitió identificar cómo las escuelas conciben la tarea docente como una misión social y comunitaria centrada en el cuidado de esas juventudes "en riesgo" y a las maternidades juveniles como figura de relevancia institucional, dignas de protección bajo

2 Primera nomenclatura formal de la política pública.

3 Éste es "un territorio que, por sus indicadores sociales, económicos y urbanísticos, puede asociarse a las características que corrientemente se atribuyen al "sur" como "área postergada" de la Ciudad: un territorio donde se concentran altos porcentajes de población en situación de vulnerabilidad social, visibles signos de deterioro de la infraestructura y los servicios básicos, y los resultados de una histórica marginación que incide en las condiciones de vida y en la valorización del suelo de origen público y privado" (Abelenda; Canevari; Montes, 2016, p. 9).

la categoría “alumnas-madres”. En una conversación informal, uno de les referentes expresó: “La misión de la escuela no es principalmente educativa, es más del lado de la contención, de empatizar, de apoyar, ayudar. Y ahí entra nuestro trabajo” (septiembre, 2023).

Los nombres de las escuelas refuerzan esta lectura: una lleva el nombre de la directora que creó el primer dispositivo para jóvenes embarazadas; la otra, el de un profesor recordado por su compromiso con las “alumnas-madres”: “la escuela no lleva su nombre porque él haya sido el mejor profesor de Historia. Es porque él es el que más hizo por las ‘alumnas-madres’” (Referente institucional, 2022). También se relevó que ambas escuelas ofrecen trabajo a sus egresades —algunas ex “alumnas-madres” se convirtieron en referentes institucionales—. Esto evidencia cómo la política se ancla en una temporalidad y espacialidad específicas (Fassin, 2015) que involucra trayectorias biográficas. Entre quienes se desempeñan como referentes en la actualidad, la mayoría son egresades de las escuelas y aún viven en el barrio; el resto se reconoce como activista social, lo que también orienta sus intervenciones y empatía con las jóvenes. Estas estrategias, pueden ser comprendidas como formas de ampliación de los márgenes estatales incorporando a sujetos de la propia comunidad al engranaje estatal (Medan; Gaitán; Llobet, 2019).

La investigación incluyó, además, el análisis de los documentos oficiales del Programa —entendidos como síntesis de disputas y relaciones de poder (Muzzopappa; Villalta, 2011, p. 18) —, entrevistas abiertas y en profundidad a “docentes-capacitadores”, observación de encuentros de capacitación y revisión de sus planificaciones.

Para conocer las experiencias de maternidad y las formas con las que las jóvenes negocian con la política, fue necesario acompañar sus rutinas fuera del ámbito escolar. Entre 2023 y 2025 se trabajó con siete jóvenes madres estudiantes y, desde 2021 con una joven ya graduada. Entre agosto y noviembre de 2023 se sostuvieron meriendas semanales grupales e individuales, además de intercambios por WhatsApp. Las conversaciones partieron de una propuesta: que las jóvenes seleccionen fotografías significativas en relación con sus maternidades, recurso que permitió acceder a dimensiones frecuentemente omitidas en el lenguaje oral ―dinámicas familiares, rutinas, vida afectiva y tramas de cuidado― y comprender cómo ellas performan sus maternidades en su interacción con las prácticas y discursos institucionales. Las meriendas semanales grupales se intercalaron ―o complementaron― con encuentros individuales. En las conversaciones, se les preguntó a las jóvenes la razón por las que seleccionaron esas fotos, si recordaban por qué las habían tomado, la fecha de la captura, cómo estaba el clima, el estado de ánimo de cada una de ellas al tomarse la fotografía, si el retrato había sido realizado por ellas o por otra persona.

Las participantes tienen entre 16 y 24 años; seis con un/a hijo/hija y dos con dos. Cuatro son migrantes (tres bolivianas y una paraguaya); una, hija de inmigrantes de Paraguay y tres

argentinas con varias generaciones en el país. Tres cursan la mitad de sus estudios secundarios, cuatro se encuentran en el último año y una es egresada. En 2016 se realizó una primera aproximación al campo mediante entrevistas al personal del Programa de una de las escuelas y a doce estudiantes madres, cuyos datos también se utilizan aquí.

El primer apartado del artículo revisa los debates actuales sobre derechos sexuales y reproductivos y plantea la necesidad de un enfoque interseccional y genealógico de la maternidad para comprender cómo ciertas experiencias y sujetos quedan obliterados en agendas, narrativas y prácticas que no contemplan los múltiples marcadores identitarios que los atraviesan. El segundo analiza las tensiones entre control y cuidado en la política pública. El tercero aborda las formas de agenciamiento de las jóvenes, mientras que el último despliega algunas reflexiones preliminares.

DESUNIVERSALIZAR LAS MATERNIDADES

En el contexto político actual de América Latina, y particularmente de Argentina, los derechos sexuales y reproductivos se sitúan en el centro de una disputa que reactualiza discursos conservadores. Estos no solo buscan restringir derechos previamente conquistados, sino que reproducen formas históricas de control social sobre los cuerpos, especialmente sobre aquellos que son construidos como fallidos: cuerpos gordos, con discapacidad, intersexuales, que transgreden la cisheteronorma o, como en el caso de este estudio, cisfeminidades jóvenes, pobres y mayoritariamente migrantes. En Argentina, declaraciones como las del diputado José Luis Espert —quien afirmó que "si no se pone un límite a la natalidad en los hogares pobres, Argentina va a ser una gigantesca villa miseria"[4]— ilustran la vigencia de estos imaginarios que buscan legitimar el recorte de políticas como la Asignación Universal por Hijo (AUH).

Este escenario plantea interrogantes centrales acerca de qué sujetos son considerados idóneos para el ejercicio de los derechos —en este caso, sexuales y reproductivos— y qué vidas continúan siendo excluidas de los marcos de reconocimiento y protección (Butler, 2017). El artículo se inscribe en este debate y retoma la perspectiva de la justicia reproductiva (Ross, 2017) para reflexionar sobre los sesgos presentes en la agenda de los derechos sexuales y reproductivos. Este esfuerzo teórico y político articula el concepto de derechos reproductivos con la justicia social (Brandão; Lowenkron; Carneiro, 2025), proponiendo pensarlos junto a los

4 Disponible en: infobae.com/reportajes/2022/07/31/jose-luis-espert-si-no-se-pone-un-limite-a-la-natalidad-en-los-hogares-pobres-argentina-va-a-ser-una-gigantesca-villa-miseria/. Acceso en: 17 ene. 2026.

derechos económicos y sociales. Desde una perspectiva interseccional, ello permite reconocer jerarquías reproductivas y evidenciar que las elecciones reproductivas no son neutras (Góes, 2025), sino que están atravesadas por diferentes matrices de opresión.

Desde esas coordenadas, recuperar una genealogía de la maternidad (Yañez, 2017) permite reinscribir el derecho a criar en condiciones dignas dentro de una agenda frecuentemente capturada por el derecho a elegir si tener hijes o no y cada cuánto. Implica reconocer el derecho a criar "en ambientes seguros y saludables, libres de violencia por parte de individuos o del Estado" (Góes, 2025, p. 19).

Brandão, Lowenkron y Carneiro (2025), sostienen que el abordaje tradicional de los derechos sexuales y reproductivos no repara en las barreras que enfrentan las comunidades marginalizadas para acceder a ellos. Como se ha señalado en otros trabajos (Fernández Chein, 2017, 2024), su lenguaje oblitera esas experiencias. En este sentido, una perspectiva metodológica genealógica sobre la maternidad contribuye a un pensamiento atento a los privilegios y sesgos de quien enuncia, problematizando las narrativas que trazan la(s) historia(s) desde la noción de un sujeto único y unificado (Curiel, 2007). Asimismo, los aportes de los feminismos críticos —en particular, los feminismos negros y decoloniales—, ofrecen herramientas teóricas y epistemológicas para desuniversalizar experiencias y sujetos presentados como unívocos tanto desde narrativas conservadoras hegemónicas como progresistas, habilitando la irrupción de aquello que fue invisibilizado, ignorado y/o silenciado.

Hacia genealogías de la maternidad: "yo ya tengo el título que quería tener: el de MAMÁ"

La maternidad, lejos de constituir una categoría natural, se ha construido históricamente desde coordenadas políticas, culturales y simbólicas ligadas a intereses estatales y a regímenes de control social. En Argentina, hacia finales del siglo XIX y principios del XX, se consolidó un modelo de mujer-madre en el que las cisfeminidades ocuparon un lugar central como productoras de herederos y ciudadanos para "salvar la nación" (Colángelo, 2019). Los discursos higienistas reforzaron esa operación mediante la exaltación del instinto maternal y su asociación con el amor a la patria Nari (2004).

Esta construcción hegemónica fue cuestionada por la teoría feminista, que osciló entre el rechazo de la maternidad como institución patriarcal y su esencialización como experiencia fundante de lo femenino (Vivas, 2020; Schwarz, 2016). En Argentina, la influencia de la segunda ola feminista derivó en una agenda centrada en la autonomía sexual y reproductiva —especialmente en el acceso a anticonceptivos y a la interrupción legal del embarazo— abordando la maternidad casi exclusivamente para cuestionar su obligatoriedad (Felitti, 2013). Sin embargo, este enfoque mostró límites al no considerar las múltiples formas en que otras

identidades con capacidad de gestar —racializadas, migrantes, jóvenes, lesbianas o trans*[5]— experimentan y expresan sus xaternidades.

Morgan y Roberts (2012) advierten que las políticas reproductivas adoptan lógicas específicas en contextos de desigualdad social como América Latina. En este estudio, se observa que el lema de la "maternidad voluntaria" promovido por los feminismos hegemónicos suele responder a un modelo de feminidad distante de las realidades de las jóvenes aquí analizadas, para quienes la maternidad puede adquirir un carácter expansivo.

La teoría feminista negra y otras corrientes críticas del feminismo, desestabilizaron el universalismo de la categoría maternidad. Rich (2019 [1976]), Collins (2007) y Davis (2016) mostraron que esta se configura en contextos históricos específicos, atravesados por relaciones entrelazadas de clase, raza, género, sexualidad y edad. Davis (2016) analizó cómo, mientras se exaltaba la maternidad blanca y burguesa, las mujeres esclavizadas eran despojadas de ella, y cómo el feminismo blanco estadounidense de los años setenta ignoró sus luchas frente a la esterilización forzada.

Desde un enfoque interseccional (Crenshaw, 2012), estas perspectivas permiten comprender la persistencia de "jerarquías reproductivas" (Mattar; Diniz, 2012). Incluso desde coordenadas progresistas, las maternidades juveniles de clases populares son construidas como problema social. Las políticas orientadas a prevenir el embarazo en juventudes responden a un ideal de juventud blanca, urbana y de clase media, reforzando la noción de la maternidad juvenil como una forma de "pánico sexual" (Elizalde, 2009) y apoyándose en una concepción universalizada de juventud que excluye a quienes no se ajustan al ideal normativo de transición juvenil (Arancibia; Miranda, 2018).

Categorías como "maternidad precoz" o "temprana" operan como dispositivos de regulación social que configuran estas experiencias como anomalías y desconocen los sentidos que las propias jóvenes les atribuyen. Diversos estudios muestran que la maternidad puede ser fuente de agencia y reconocimiento social (Hirsch; Amador Ospina, 2013; Kunin, 2018). Sin embargo, estas experiencias permanecen invisibilizadas en ciertas agendas feministas y de derechos sexuales y reproductivos que, desde sesgos adultocéntricos, de clase y de raza, producen formas de injusticia epistémica (Fricker, 2007; Pérez, 2019). La retórica salvacionista (Bidaseca, 2011) y algunas perspectivas académicas o feministas que buscan "rescatar" a las jóvenes desde posiciones de privilegios refuerzan su objetivación y silenciamiento, por ejemplo, cuando las maternidades juveniles se abordan únicamente como forzadas (Fernández Chein, 2024), consolidando una dicotomía agencia-pasividad que las fija como víctimas.

5 Se utiliza el asterisco (*) siguiendo a Blas Radi (2020) quien propone utilizar el asterisco como una estrategia visual, semántica y política que haga estallar cualquier interpretación binaria del género.

La reconstrucción de una genealogía situada y desencializante de la maternidad (Yañez, 2017) permite desestabilizar estos sentidos y habilitar el reconocimiento de otras formas de vivir la maternidad juvenil. Reducir estas experiencias al estatuto de "problema" impide su incorporación en las agendas políticas y sociales.

Para muchas jóvenes, la maternidad configura una plataforma de posibilidades situada. En los relatos etnográficos, aparece como un punto de inflexión: cinco de los ocho embarazos relevados fueron buscados; los otros tres no, aunque estaban proyectados para más adelante. En todos los casos decidieron continuarlos. Para algunas, la maternidad adquiere un carácter transformador o incluso redentor. Jaqui[6] afirma que su hijo la "salvó" de "perderse en las drogas" tras la muerte de su madre —quien la tuvo a los 14 años— y es la única que se posiciona contra el aborto en todos los casos, atribuyendo la muerte de su madre a la realización de "muchos abortos". Para Laila, la maternidad también "fue una salvación" luego de la muerte de su abuela, su principal sostén. En estos entornos familiares, todas las cisfeminidades de igual o mayor edad fueron madres jóvenes, y la maternidad aparece como un acontecimiento capaz de reorientar sus vidas en contextos adversos. En una tarde en la casa de Violeta, su madre comentó —mientras jugábamos con el hijo de la joven—: "yo no terminé la escuela, pero siempre ayudé a mis hijos con las tareas. Igual yo ya tengo el título que quería tener: el de MAMÁ".

Entre quienes buscaron el embarazo, la decisión aparece asociada a dos factores: en algunos casos, la presión del deseo de sus parejas, evidenciando desigualdades de género; en otros, las tareas de cuidado asumidas desde niñas, que funcionan como argumento para sostener la decisión como propia y evidencian desigualdades de clase respecto de juventudes de clase media y alta.

En relación con la regulación de la sexualidad y la maternidad juvenil en ámbitos escolares, Pignataro (2020) analiza cómo jóvenes del conurbano bonaerense articulan feminidad, trabajo materno y cuidado, mostrando formas de agencia y prestigio asociadas a un "empoderamiento-no normativo". En la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, los estudios de Fainsod (2006, 2011) y Vázquez (2013, 2015) cuestionan perspectivas deterministas que vinculan el "embarazo adolescente" con la deserción escolar y problematizan si la maternidad es causa o efecto de la desigualdad.

Durante el trabajo de campo realizado entre 2023 y 2025, la mayoría de las jóvenes señaló que su rendimiento académico mejoró tras la maternidad y que, en casos de abandono escolar previo, esta motivó el retorno a la escuela. Hallazgos similares surgieron en un estudio anterior con 12 estudiantes madres de entre 13 y 18 años (Fernández Chein, 2017). Como en la etnografía de Nauar Pantoja (2003) en Belém do Pará, las jóvenes afirman que tener une

6 Los nombres son anonimizados para preservar la identidad de las chicas.

hije les dio razones para finalizar la secundaria —"alguien por quien luchar", "a quien darle el ejemplo"— y consideran el título un recurso necesario para exigir, luego, a sus hijes que estudien y para ellas, "ser alguien la vida".

Para las jóvenes —y para sus madres cuando estuvieron presentes en las escenas etnográficas— la educación aparece como vía de ascenso social y un recurso que desean legar. Estos elementos invitan a cuestionar miradas que conciben al cuidado y a la maternidad únicamente como opresión. En ciertos contextos, los pactos intergeneracionales para colectivizar el cuidado funcionan como formas de agenciamiento que posibilitan el acceso y la permanencia escolar, tal como se muestra en los siguientes apartados.

En línea con Verdugo-Paiva (2024, p. 6) "el concepto de dependencia es valioso para pensar en la reproducción social en términos de cómo las personas se ganan la vida e imaginan su futuro basándose en el trabajo cotidiano en relaciones de cuidados y apoyos mutuos", mostrando que la interdependencia es una forma concreta de sostener la vida en contextos de desigualdad creciente. En este sentido, los datos del trabajo de campo muestran que las transiciones juveniles de las jóvenes de clases populares distan del ideal normativo que promueve la postergación de la maternidad desde un modelo universal de juventud, algo que les referentes institucionales reconocen por la cercanía de sus propias trayectorias con las de las jóvenes.

Sin romantizar la maternidad juvenil, para estas jóvenes esta experiencia no se vive como interrupción ni pérdida. Por el contrario, devenir madre constituye una experiencia movilizadora que puede leerse como una fuente de acción y no sólo de opresión aunque estas formas de agenciamiento no siempre impliquen una ruptura con las normas de género tradicionales (Mahmood, 2001). Además —como se mostrará en siguientes apartados— al igual que en las etnografías de Pignataro (2020) y de Nauar Pantoja (2003), la maternidad tiene un valor social en estos contextos.

ENTRE EL CONTROL Y EL CUIDADO: MORALIDADES SOBRE JUVENTUDES, FAMILIAS Y MATERNIDAD

En línea con Briggs (2017), este trabajo parte del supuesto de que toda política es, en algún punto, una política reproductiva. Esta perspectiva permite politizar prácticas históricamente asociadas al cuidado y al ámbito privado, entendiendo la reproducción no solo en términos biológicos, sino como un campo que incluye el bienestar, las migraciones, los cuidados infantiles, las dinámicas familiares, el matrimonio igualitario, los derechos civiles, la asistencia social y las pensiones, entre otros aspectos de la vida social (Fonseca; Marre; Rifiotis,

2021). Desde esta mirada, las políticas de cuidado no son dispositivos neutrales ni de aplicación lineal, sino espacios de traducción, disputa y reelaboración entre actores sociales. Como señala Lowenkron (2016, p. 81), esta versatilidad permite "capturar múltiples expresiones, términos y sentidos movilizados en diferentes contextos para articular un amplio espectro de valores, afectos, compromisos, obligaciones, prácticas y aparatos administrativos".

En sintonía, Paz Landeira (2018, p. 7) subraya la centralidad de "lo emocional y lo afectivo en las regulaciones del parentesco y la crianza, en articulación con procesos de alterización y de exclusión". Esta perspectiva permite identificar cómo, en las distintas mallas de la política pública analizada, coexisten regímenes diversos de moralidad, valores y sentidos en relación con la familia, la juventud y la maternidad.

La política estudiada se originó en una experiencia territorial situada, lo que Franco Patiño y Llobet (2019) conceptualizan como "institucionalidades ascendentes". A comienzos de los años 2000, docentes de escuelas secundarias de la zona sur de la Ciudad ─las denominadas "emem históricas"─ impulsaron acciones para visibilizar la necesidad de dispositivos de cuidado para les hijes de estudiantes madres, con el objetivo de sostener sus trayectorias educativas. Con su institucionalización, se consolidó un plexo normativo que incluyó: un régimen especial de inasistencias, una hora diaria de lactancia, educación domiciliaria en el período pre y post parto, justificación de inasistencias por controles médicos, prioridad en vacantes y la creación de salas de nivel inicial en escuelas de turno vespertino y/o nocturno.

Con el tiempo, la versión oficial del Programa fue reconfigurando sus lineamientos a partir de la ampliación de los derechos sexuales y reproductivos (Fernández Chein, 2024) y de la incidencia del movimiento feminista en la agenda pública[7]. En conversaciones con "docentes-capacitadores" se observa un consenso creciente en torno a estos principios: "con las y los [docentes] que nos encontramos ahora, […] compartís un montón de cosas más y no pasaba por ahí antes. Hay un discurso común, hay un discurso más homogéneo […] ligado al movimiento feminista" (Docente capacitador, 2023).

Como se ha señalado, las políticas de reproducción y cuidado se negocian en contextos específicos, a través de prácticas locales y en la interacción entre sujetos concretos. Desde el campo de los estudios antropológicos de las políticas públicas, en diálogo con las teorías feministas del Estado —que lo conciben como un entramado de capas, agentes, ideologías y biografías (Haney, 1996; Gaitán, 2014; Medan, 2014) —, el relevamiento de las perspectivas institucionales permitió identificar tensiones en la implementación actual del Programa. En particular, les referentes expresan una mayor identificación con el proyecto original que con

7 En una primera instancia en el 2015, a partir de la convocatoria del Primer "Ni una Menos" y luego entre 2018 y 2020 con las masivas movilizaciones para exigir la legalización de la interrupción legal del embarazo.

la versión oficial vigente. En los apartados siguientes se analizan los sentidos que circulan en torno a la maternidad, juventud y dinámicas familiares.

"Madrazas": frontera entre la buena y la mala maternidad.

Las intervenciones estatales se producen en el marco de negociaciones y disputas situadas (Haney, 1996) donde género, juventud y maternidad se configuran en un proceso permanente de interacción entre discursos y prácticas macro y microsociales. En Argentina, Gaitán (2014, 2015, 2020) analiza cómo ciertas políticas dirigidas a jóvenes del conurbano bonaerense disputan sentidos sobre la maternidad. En línea con esta autora, aquí se muestra cómo, en la implementación de la política estudiada, determinados comportamientos son construidos como legítimos y deseables, mientras que otros son definidos como ilegítimos para estas jóvenes que maternan.

Siguiendo a Verea (2009), la maternidad es una práctica social cargada de sentidos, estructurada en torno a una representación dominante de "La Madre", de la cual derivan estereotipos de "buenas" y "malas" madres. El análisis de discursos y prácticas de les referentes institucionales evidencia que, en sus estrategias de acompañamiento, se despliegan nociones "maternalistas" (Nari, 2004) que moldean esa frontera. Un referente —egresado de la escuela y vecino del barrio— utilizó reiteradamente la categoría "madrazas"[8] para valorar a ciertas estudiantes madres por su capacidad de "salir adelante", su independencia y su dedicación al cuidado familiar, en contraste con aquellas excluidas de esa categoría:

> [Las madrazas] Salen adelante. Tienen independencia […] como para que no le falte nada a su familia; pero después podés tener otros casos que no, al revés: se pelearon con el papá del nene y terminan "yirando" y el nene queda boyando con la mamá, con la tía, con la abuela (...) (Referente institucional, grupo focal, 2023).

Para este referente, las "malas madres" son quienes no conforman una familia nuclear o no asumen la responsabilidad exclusiva de la crianza; mientras que el modelo de "madraza", asociado al sacrificio y la abnegación, es socialmente valorado. Sin embargo, incluso dentro de estas formas de regulación, persisten dimensiones de cuidado y agenciamiento. Desde una perspectiva interseccional, la categoría "madraza" puede también habilitar reconocimiento y estatus social. El referente pondera, por ejemplo, que una joven es "madraza" no solo por su dedicación con los cuidados domésticos, sino también por su compromiso comunitario, aunque advierte el sesgo sexista de su posicionamiento:

8 La categoría nativa "madraza", utilizada por uno de los referentes institucionales y vecino del barrio, refiere a jóvenes que maternan desde valores asociados a la abnegación y el sacrificio. En el contexto argentino, "madraza" deriva de "madre" y el sufijo aumentativo "-aza" intensifica las cualidades asociadas a la "buena madre", reforzando expectativas morales y jerarquías sobre las formas legítimas de maternar.

> Ella es una madraza. Conoce sus derechos, viene acá a la escuela y da charlas […]. No solo sabe cuidar a su hijo, hacer la comida o cosas que pueden sonar medio machirulo como lo digo ¿no? Es una madraza en todo sentido. La conocí en la escuela siendo madre, con su nene, poniéndolo todo para recibirse ella y su pareja. […] Creo que por eso es madraza […]. Viviendo con su mamá, con su primo, y ella preocupada para que no les falte nada. Capaz que no es madraza, capaz que es mujeraza lo que quiero decir (Referente institucional, 2022).

Estas concepciones maternalistas no operan de manera lineal, tal como señalan Franco Patiño y Llobet (2019); y no siempre reducen la autonomía de las mujeres, sino que se negocian en la interacción cotidiana con las jóvenes, en las dinámicas internas del equipo de referentes, en los "sentimientos morales" institucionales y en discursos provenientes desde el Estado, medios de comunicación y contextos de movilización social.

En estas formas de regulación pueden observarse los criterios mediante los cuales se construyen los modos "correctos" e "incorrectos" de maternar. Al mismo tiempo, permite visualizar cómo el maternalismo puede constituirse en una vía para el devenir en sujetas políticas de las jóvenes madres. Tal es el caso de una joven que llegó a ocupar roles de referencia en la escuela como Promotora de Género y luego extendió esa participación en bachilleratos populares, comedores barriales y organizaciones sociales y políticas (Fernández Chein, 2025).

La escuela emerge, así, como un espacio híbrido en el que coexisten sentidos diversos sobre género, juventud y maternidad. Si bien la educación suele pensarse ―desde una perspectiva liberal― como fuerza unívocamente emancipadora, Khurshid (2016) muestra, y los datos relavados en el campo confirman, que también funciona como dispositivo de control y regulación de la sexualidad de las juventudes subalternizadas.

¿Familias "desorganizadas"?: discursos institucionales sobre las redes de cuidado

Las representaciones institucionales sobre las maternidades de las estudiantes se entrelazan con las formas en las que se construye lo juvenil y sus configuraciones familiares. Les referentes destacan que las juventudes con las que trabajan no vivieron una infancia asociada al juego o a la despreocupación, sino que estuvieron más bien marcadas por tareas de cuidado, el acompañamiento familiar en el "cartoneo", la participación en comedores comunitarios coordinados por sus familias, etc., lo que produce, según elles, un pasaje "acelerado" entre niñez y adultez:

> […] nuestros adolescentes no tienen como una etapa de infancia como se plantea en algunos discursos […] tuvieron que acompañar a las familias a cartonear, a laburar, a un comedor, o tareas de cuidado […] hay parte de la infancia que está más allá de si son madres o padres, o de haber gestado, hay tareas de cuidado que siempre recaen en ellos y ellas (Referente institucional, grupo focal, 2023).

En sus relatos, les referentes procuran reconocer los marcadores sociales que atraviesan a estas juventudes, aunque en ocasiones persiste una noción idealizada de infancia y juventud. Destacan la centralidad de la clase y la nacionalidad en la organización familiar y en la distribución de cuidado (Fernández Chein, 2024); dinámicas que se distancian del modelo hegemónico de familia blanca, burguesa y de clase media. También señalan que estas experiencias difieren de aquellas donde la postergación de la maternidad se considera deseable.

Desde una mirada situada, reconocen formas diversas de vivir la juventud y la maternidad, cuyas significaciones se presentan, en ocasiones, de manera ambigua y contradictoria (Llobet, 2013) y "se redefinen a partir de las tramas de relaciones interdependientes […] y de los compromisos morales, afectivos y emocionales que emergen entre referentas territoriales y destinatarios" (Paz Landeira; Gaitán, 2020, p. 2). En este marco los mensajes institucionales pueden resultar contradictorios: mientras algunos promueven la autonomía sexual y reproductiva, otros apelan a concepciones maternalistas (Nari, 2004).

En las configuraciones familiares en las que se inscriben las jóvenes madres, la maternidad se vive como una práctica colectiva, distribuida principalmente entre mujeres cis —y, a veces, con hermanos y/o tíos—. Estas redes les permiten estudiar, trabajar o realizar otras actividades. Sin embargo, ciertos discursos institucionales describen a las jóvenes y sus familias como "desorganizadas" (Silva, 2025). En algunos relatos, les referentes comparan sus propias experiencias de maternidad con las de las estudiantes, cuestionando decisiones como dejar a sus hijes al cuidado de abuelas o suegras pese a contar con vacantes en jardines, interpretándolo como falta de responsabilidad: "Yo me súper preocuparía si mi nena está entrando en sala de 3 y no tengo vacante […]. Y ellas como 'ah, no, no conseguí; no, es que justo no pude inscribirme'. No sé si relajadas o no se preocupan tanto" (Referente institucional, 2016).

Estas valoraciones también se proyectan sobre los formatos familiares, descriptos como "numerosos". En algunos relatos se afirma que "las madres de las criaturas terminan siendo las que en realidad eran abuelas", deslegitimando las redes de cuidado que sostienen la vida cotidiana: "Las familias de ellas […] se hacen mucho cargo de los bebés. […] Hay un montón de niños, bebés que conviven en la misma casa. Y dejan al cuidado de los bebés a sus hermanos mayores. No digo que está mal, sino que es diferente" (Referente institucional, 2016).

Estos discursos reproducen una lectura normativa del cuidado y la organización familiar, desvalorizando formas colectivas fundamentales para la sostenibilidad de la vida. Como plantea Fernandes (2021, p. 9) al analizar las políticas de cuidado de Brasil:

> Em termos estruturais, há um imaginário nacional que remete a valores sobre tipos ideais de família [...], modelos normativos de cuidados e desenhos de políticas públicas [...]: o casal nuclear, a gravidez planejada, proles reduzidas, a obrigação de ter uma casa e um trabalho. Tais elementos figuram como representações de família, ao mesmo tempo em que organizam expectativas relativas às políticas públicas de

Estado.

Estas moralizaciones también emergieron en conversaciones con docentes del jardín al que asisten les hijes de las estudiantes: “Cuando los chicos llaman ‘mamá’ o ‘papá’ a sus abuelos. Nosotras insistimos en que los llamen ‘abuelos’, para que haya un orden” (Docente de nivel inicial, 2023). Frente a esas clasificaciones, las jóvenes construyen sentidos propios. Una de ellas relató: “Mi mamá me ayudó un montón siempre. Al vivir con ella, ella también me ayudó con la crianza. Mi hijo le dice ‘má’ y a mí por mi nombre, porque en casa todos le decimos ‘má’” (Joven madre, 2023).

La misma joven contó que cambió a su hijo de jardín para que asistiera al mismo que su hermanito —un año mayor—, facilitando el reparto del cuidado con su madre. Estas prácticas expresan la colectivización del cuidado en contraste con el mandato individualizado de la maternidad. Como señala Guimarães (2024, p. 7) las “actividades de cuidado se sustentan mayoritariamente […] en relaciones sociales arraigadas en la reciprocidad”.

Estas configuraciones ―evaluadas según parámetros morales que toman como referencia a la familia blanca, burguesa y de clase media― son en realidad estrategias para “mantener la cohesión y satisfacer sus necesidades económicas” (Stack, 1972 p. 44). Las jóvenes despliegan así capacidad agentiva: no responden pasivamente a las expectativas escolares (Froerer, 2011), sino que performan el modelo de “alumna-madre” esperado mientras lo articulan con las expectativas sociales y familiares de su comunidad.

EL PUNTO DE VISTA DE LAS JÓVENES: AGENCIA, CUIDADO Y TENSIONES EN LA EXPERIENCIA DE MATERNAR

Como plantea Fazzioni (2021), las prácticas de cuidado deben comprenderse de manera situada, ya que se moldean por variables estatales, sociales y familiares. A lo largo del trabajo de campo se observó cómo las jóvenes interactúan activamente con el entramado de políticas, recursos y discursos que las interpelan, y cómo las experiencias de maternidad y maternaje funcionan como plataformas de agenciamiento y fuentes de capital social y simbólico que habilitan formas de organización familiar y comunitaria. Los acuerdos entre madres, hijas y hermanas sostienen la reproducción de la vida en condiciones de precariedad, mediante pactos intergeneracionales que operan como modo de cohesión y sostén mutuo.

El caso de Juana (20) ilustra estas dinámicas. Tuvo a su hija a los 18, y su hermana mayor fue madre a los 16. Durante el segundo embarazo de esta última, una situación de

violencia con su pareja la llevó a regresar al hogar materno. Actualmente conviven allí la madre, las dos hermanas con sus hijas, otra hermana menor y un hermano que tiene cuatro meses menos que la hija de Juana. Desde una concepción normativa, esta convivencia puede leerse como "desordenada", pero para ellas constituye una red fundamental de cuidado y crianza compartida. Durante la pandemia, ante la pérdida del empleo de su madre, ambas iniciaron un emprendimiento de ropa de bebés. Juana relata cómo se alternan en el cuidado de las infancias: ella atiende a su hermanito cuando su mamá va a vender a la feria, y su mamá cuida a su nieta cuando Juana tiene otras obligaciones. En términos de Araujo Guimarães (2024), estas prácticas expresan cómo las clases populares sustentan la vida cotidiana a partir de la interdependencia y la reciprocidad.

El cuidado aparece también como un saber acumulado antes de la maternidad, que se convierte en capital para las jóvenes. Luci (20), madre de un niño de dos años, lo enuncia así: "Mis hermanas y mis cuñadas también vivían en mi casa. Yo me quedaba a cargo de mis sobrinos: les daba de comer, los bañaba. Aunque no es lo mismo, yo ya sabía qué era ser mamá".

Las condiciones de vida y la distribución espacial en los hogares modelan los vínculos y tensiones. Jaqui (18) convive con su hijo (2), su abuela (58) y su tío (22) con su novia, quienes duermen en un sofá del living: "Me molesta mucho porque tienen relaciones, el living da directo para mi pieza y se escucha todo".

En el caso de Laila (23), ella y su pareja conviven en la casa materna desde el sexto mes de gestación. Aunque aspiraban a alquilar por su cuenta, la crisis económica lo volvió inviable y más familiares se incorporaron al hogar. En la casa vive su madre, su hermana, su hermano menor, su sobrino y recientemente su tía y sus dos hijas. Laila considera justa esta convivencia con su tía ya que considera que "le corresponde" porque la casa era de su abuela, aunque reconoce las tensiones que genera. En total once personas comparten tanto la vivienda, como una trama densa de vínculos afectivos, prácticas de cuidado y estrategias de supervivencia económica.

La organización del espacio refleja la situación de crisis habitacional en contextos de pobreza urbana: hay tres habitaciones, una ocupada por su madre y su hermano menor (9); otra por Laila (23), su pareja (25), y sus hijes (8 años y 10 meses); y una tercera por su hermana (20) y su sobrino (2). Su tía (27) duerme con sus hijas (9 y 2) en un sillón en el living. La llegada de las nuevas personas modificó las rutinas: antes, los niños de 9 y 8 años —tío y sobrino, respectivamente— podían permanecer hasta tarde jugando videojuegos en el living. Ahora, tienen que desocupar temprano ese espacio para que sus primas puedan irse a dormir.

La crianza se organiza colectivamente, aunque no sin conflictos. Laila relata que todas las personas adultas cuidan de les niñes, pero la autoridad principal es su madre cuyo rol se basa más en la edad que en el parentesco: puede retar a cualquier infancia, intervenir en disputas,

decidir sobre la legitimidad de los llamados de atención que haga el resto de las madres a sus hijos o hijas, incluso mediante algún "chirlo"; mientras que las jóvenes de la misma generación no pueden retar a les hijes de las otras.

Los acuerdos familiares sostienen la economía doméstica además de conformar redes de cuidado. Violeta (22) y su madre son una dupla clave para la supervivencia familiar. Tras ser despedida de su trabajo en una empresa de limpieza, Violeta cobró una indemnización que usaron para comprar alimentos no perecederos. También ellas venden los productos que trae su padre de la empresa en la que trabaja y con lo recaudado, compran carnes, leche y otros víveres. En algún momento, también recurrieron a las apuestas virtuales como otra forma de ingreso.

Entre las múltiples estrategias impulsadas por las jóvenes con las otras mujeres con las que cohabitan, una de ellas sostiene un emprendimiento de estética de uñas en su casa que combina con venta de comida y ropa junto a su madre y su hermana. Estas tareas se entrelazan con beneficios como la Asignación Universal por Hijo (AUH) o el salario familiar. Como ella resume: "Si una compra los fideos, la otra compra la carne". De este modo se revela cómo las fuentes de ingreso combinan trabajo informal, tareas reproductivas, economía popular y transferencias estatales. En línea con Fonseca (2005, p. 52), estas familias que viven en "condiciones de gran precariedad económica, solo consiguen sobrevivir porque crean extensas redes de ayuda mutua".

Lejos de adoptar un rol pasivo frente a las medidas estatales, las jóvenes desarrollan estrategias creativas para apropiarse de los dispositivos institucionales. Durante la pandemia por COVID-19, Violeta accedía a bolsones escolares de comida por ser "alumna-madre". Los productos repetidos eran trocados, por ella y su mamá, en el barrio por alimentos frescos:

> A nosotros en la pandemia nos salvó la escuela. Yo iba a buscar el bolsón que nos daban y le conté a una de las profesoras que estaba embarazada y me dijo que me correspondían dos bolsones por ser alumna-madre. La otra profesora no me lo quería dar porque decía: 'Si tu hijo no nació, ¿por qué te voy a dar dos bolsones?'. Pero esta otra profesora fue y le dijo: 'Mirá, ella es alumna-madre y le corresponden dos bolsones. Está embarazada, tiene que alimentarse doble, por ella y por el bebé. Así que le das dos bolsones'. Mis amigas se cagaban de risa. Yo ni panza tenía. Ni ellas me creían. Me decían que me deje de joder, que ni estaba embarazada. Y bueno, así me empezaron a dar dos bolsones a mí, más el de mi hermano. Y mi mamá se las re rebuscaba con eso. Porque ya los fideos esos, ¿mostacholes son?, ya no los podía ni ver mi mamá. Pero ella se las rebuscaba. Salía a vender lo que teníamos de más y con eso compraba carne (Conversación informal, marzo 2025).

Estas prácticas revelan cómo la articulación familiar y comunitaria habilita el uso estratégico de los recursos disponibles y evidencia la agencia de la joven al apropiarse de la categoría "alumna-madre". Como sugieren los estudios de Froerer (2011), las jóvenes negocian e interactúan con una política pública que las regula, produciendo sentidos y usos propios que responden a sus necesidades y a las de su familia.

Durante ese período, además, parte del personal de la escuela organizó un "comité de emergencia" por fuera del encuadre institucional, realizando campañas solidarias dirigidas especialmente a las "alumnas-madres" (Fernández Chein, 2024). Las escuelas adoptan dinámicas en las que los márgenes entre el Estado y la comunidad barrial se vuelven porosos. Para las jóvenes las acciones realizadas desde el Programa, de hecho, no son identificadas como "política pública", sino como apoyos provenientes del "grupo que ayuda a las alumnas-madres". La experiencia de Juana lo ilustra:

> Yo sabía ya del jardín por mi hermana, porque mi hermana la mayor se anotó acá y la anotaron a mi sobrina en el jardín y yo por eso me enteré. Y cuando me quedé embarazada dije: voy a ir de vuelta a la escuela ya que tengo posibilidad y hay un jardín, y me pueden ayudar. Y la anoté ahí unos tres meses antes que tenga [al hije], porque yo estaba con la panza (Conversación informal, 2023).

Otras jóvenes relatan cómo les referentes las fueron a buscar hasta sus casas para que vuelvan a la escuela. Los relatos dan cuenta de una agencia situada: las jóvenes movilizan los recursos disponibles para resolver sus necesidades materiales, afectivas y reproductivas. La organización doméstica intergeneracional aparece como un núcleo que sostiene la vida en contextos de desigualdad; y las redes familiares, comunitarias —al igual que la maternidad— pueden incrementar el estatus y el reconocimiento social (Kunin, 2018). Las dinámicas de cuidado relevadas tensionan la noción nuclear de familia (Guimarães, 2024; Fazzioni, 2021; Fernandes, 2017). Estas formas de organización del cuidado y de vida familiar constituyen no solo estrategias de supervivencia ante la desigualdad estructural, sino también prácticas de resistencia y de construcción de poder desde los márgenes (Stack, 1972; Carneiro, 2019).

En contextos de fuertes desigualdades de género y de clase, la maternidad no es únicamente destino ─como sugieren ciertos discursos feministas liberales─ "sino también fuente de reconocimiento social, mayor autonomía y acceso a recursos" (Kunin 2018, p. 52). Así, se hacen visibles formas de agenciamientos no liberales (Mahmood, 2001) que se expresan en los usos sociales de la maternidad y en las prácticas de cuidado de las jóvenes.

Explorar los relatos que las jóvenes producen sobre sus maternidades, desde una perspectiva interseccional, permite comprender los modos situados mediante los cuales se configuran sus prácticas en un contexto de desigualdades estructurales.

REFLEXIONES FINALES

A lo largo de este artículo se abordaron las tensiones, contradicciones y posibilidades

que atraviesan las experiencias de las maternidades juveniles en el marco de una política pública orientada a acompañar las trayectorias educativas de estudiantes gestantes, madres y padres en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. El análisis etnográfico permitió visibilizar que estas políticas no son dispositivos neutros ni de aplicación lineal, sino espacios atravesados por disputas morales, políticas y afectivas donde se entrecruzan regímenes institucionales de género, discursos de cuidado y tecnologías de gobierno sobre las poblaciones juveniles.

Se mostró cómo las jóvenes, lejos de ocupar un lugar pasivo, se apropian de las categorías y recursos disponibles, resignificándolos en función de sus necesidades prácticas, afectivas y materiales. La figura de la "alumna-madre", construida desde la escuela como sujeto de asistencia, es utilizada estratégicamente por las propias jóvenes para acceder a bienes, servicios y formas de reconocimiento social. La maternidad, en estos contextos, opera como un punto de inflexión en sus biografías en tanto combina limitaciones y oportunidades, vulneraciones y agenciamientos.

Las trayectorias de estas jóvenes ponen en evidencia que la maternidad no solo constituye una carga o un obstáculo, sino también puede devenir en un espacio desde el cual construir formas de liderazgo, participación comunitaria y organización de redes de cuidado. Al mismo tiempo, se señaló que estas formas de agencia no pueden pensarse al margen de las condiciones estructurales de desigualdad que las atraviesan y que no necesariamente desafían las normas de género.

Recuperar etnográficamente el punto de vista de las jóvenes pone en valor la red doméstica en las que se inscriben sus experiencias de maternidad, habilitando la pregunta acerca de qué maternidad es posible sin redes de apoyo y qué maternidades y cuáles redes de cuidado son consideradas como legítimas. Al mismo tiempo se convierten en un contundente argumento que posibilita debatir con aquellas perspectivas masculinistas, racistas y capitalistas que pretenden invisibilizar las condiciones sistémicas de producción de la pobreza al responsabilizar individualmente a las jóvenes y mujeres de clases populares "por embarazarse".

Por último, esta investigación aporta a los debates feministas y de estudios sobre juventudes al subrayar la necesidad de mirar estas experiencias desde una perspectiva interseccional y situada, que permita reconocer las formas concretas y contextuales en las que las jóvenes negocian, desafían y, a veces, reproducen los regímenes normativos de género y de maternidad para resolver necesidades concretas. Lejos de proponer una visión romantizada o victimista, el análisis invita a pensar la maternidad juvenil como una experiencia socialmente densa y compleja, cargada de sentidos múltiples, atravesada por relaciones de poder y marcada por la capacidad de estas jóvenes de construir estrategias de sustetabilidad de la vida, cuidado y transformación en contextos de profunda desigualdad.

REFERENCIAS

1. ABELENDA, Norberto; CANEVARI, Juana; MONTES, Nancy. Territorios de mayor vulnerabilidad social en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Recorrido en perspectiva histórica sobre aspectos estructurales no resueltos. **Población de Buenos Aires**, Buenos Aires, v. 13, n. 23, 2016. Disponible en: https://revista.estadisticaciudad.gob.ar/ojs/index.php/poblacionba/article/view/49. Acceso en: 20 ene. 2026.

2. ARANCIBIA, Milena; MIRANDA, Ana. Escalas espaciales, género y desigualdad. *In:* JORNADAS DE LA RED NACIONAL DE INVESTIGADORES EN JUVENTUDES, 6., Córdoba, 2018. **Actas** […]. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

3. BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café. *In*: BIDASECA Karina; VÁZQUEZ LABA, Vanesa (comp.). **Feminismos y poscolonialidad**. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Ed. Godot, 2011. p. 95-118.

4. BRANDÃO, Elaine Reis; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria Giatti (org). **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 17-39.

5. BRIGGS, Laura. **How all politics became reproductive politics**: from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.

6. BUTLER, Judith. **Cuerpos aliados y lucha política**. Hacia una teoría performativa. Buenos Aires, Paidós, 2017.

7. CARNEIRO, Suelí. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólem, 2019.

8. COLÁNGELO, María Adelaida. **La crianza en disputa**: medicalización del cuidado infantil en la Argentina entre 1890 y 1930. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2019.

9. COLLINS, Patricia. Shifting the center: Race, class, and feminist theorizing about motherhood. *In*: O'REILLY, Andrea (ed.) **Mathernal Theory**: Essential Readings. Toronto: Demeter Press, 2007. p. 311-330.

10. CURIEL, Ochy. La crítica postcolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nómadas, Teoría decoloniales en América Latina**, Bogotá, n. 26, 2007. p. 92-101.

11. CRENSHAW, Kimberle Williams. Cartografiando los márgenes. Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color (1991). *In*: PLATERO, Raquel (Lucas) (ed.). **Intersecciones**: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporáneos. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2012. p. 87-122

12. DAVIS, Angela. **Mujeres, Raza y Clase.** Madrid: Ediciones Akal, 2016.

13. ELIZALDE, Silvia. Normalizar ante todo. Ideologías prácticas sobre la identidad sexual y de género de los/as jóvenes en la dinámica de las instituciones orientadas a la juventud. **Revista Argentina De Estudios De Juventud**, Buenos Aires, 2009. p. 1-11.

14. FAINSOD, Paula. **Embarazo y maternidad adolescente en la escuela media**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2006.

15. FAINSOD, Paula. Maternidades adolescentes en contextos de marginalización urbana. *In*: FELITTI, Karina. **Madre no hay una sola**. Experiencias de maternidad en Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2013. p. 237-255.

16. FASSIN, Didier. **At the heart of the State.** The moral world of institutions. London. Pluto Press, 2015.

17. FAZZIONI, Natalia. Nem bom, nem mau: reflexões sobre "arranjos de cuidado" materno em dois contextos de pesquisa. **(Syn) Thesis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 17-27, 2021. Disponible en: https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/64350. Acceso en: 20 ene. 2026.

18. FELITTI, Karina (org.). **Madre no hay una sola.** Experiencias de maternidad en la Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2013.

19. FERNANDES, Camila. Casas de "tomar conta" e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 64, n. 3, 2021. Disponible en: https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648. Acceso en: 21 ene. 2026.

20. FERNANDES, Camila. **Figuras da Causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

21. FERNÁNDEZ CHEIN, Guadalupe. **Maternidades en las adolescencias:** Ni destino ni problema. Hacia una de(s)colonización de nuestras prácticas docentes. 2017. Tesina (Especialización Superior en Educación Sexual Integral) – Instituto Superior del Profesorado "Dr. Joaquín V. González", Buenos Aires, 2017.

22. FERNÁNDEZ CHEIN, Guadalupe. Resignificaciones y traducciones territoriales de la agenda feminista en el acompañamiento a estudiantes secundarias que maternan. **Propuesta educativa**, Buenos Aires, v. 2, n. 62, p. 27-40, 2024. Disponible en: https://doi.org/10.5354/0718-2236.2024.76663. Acceso en: 27 ene. 2026.

23. FERNÁNDEZ CHEIN, Guadalupe. La maternidad juvenil performada: Nunca me puse a analizar fotos viejas, pero me siento feliz y orgullosa de poder salir adelante. **Punto Género.** Chile, n. 24. p. 7-36, 2025. Disponible en: https://doi.org/10.5354/0718-2236.2024.76663. Acceso em: 27 ene. 2026.

24. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, Florianópolis, v. 27, n. 61, 2021. Disponible en: https://www.scielo.br/j/ha/a/XvKr7jZYGHDc3Frc5D8FGPw/?format=pdf&lang=pt. Acceso en: 21 ene. 2026.

25. FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 14, n 2, p. 50-59, 2005.

26. FRANCO PATIÑO, Sandra; LLOBET, Valeria. Los Centros de Desarrollo Infantil y los procesos de institucionalización del cuidado de la infancia en la provincia de Buenos Aires *In:* RODRIGUEZ GUSTÁ, Ana Laura (ed.). **Marchas y contramarchas en las políticas locales de género**: dinámicas territoriales y ciudadanía de las mujeres en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

27. FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice**. Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

28. FROERER, Peggy. Education, inequality and social mobility in central India. **European Journal of Development Research**, [*s. l.*], v. 23, n. 5, 2011. p. 695–711. Disponible en: https://ideas.repec.org/a/pal/eurjdr/v23y2011i5p695-711.html. Acceso en: 20 ene. 2026.

29. GAITÁN, Ana Cecilia. La gestión de lo "inapropiado": Disputas de sentidos y prácticas en torno a la autonomía y la maternidad en una propuesta de Inclusión social para jóvenes. **Revista de Estudios de Género La Ventana**, [*s. l.*], v. 6, n. 51, p. 215-244, 2020. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/338592056. Acceso en: 22 ene. 2026.

30. GAITÁN, Ana Cecilia. Construyendo y reconstruyendo maternidades. Algunos aspectos de las tramas de intervención contemporáneas sobre jóvenes mujeres de un barrio del Gran Buenos Aires. **Apuntes**, [*s. l.*], v. XLII, n. 76, p. 37-57, 2015. Disponible en: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/52730. Acceso en: 22 ene. 2026.

31. GAITÁN, Ana Cecilia. Sexualidad y regímenes de género en la Implementación local de políticas sociales. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 300-324, 2014. Disponible en: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/36043/CONICET_Digital_Nro.3b9d8a78-95be-495e-b605-560a0b1f6b50_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acceso en: 22 ene. 2026.

32. GÓES, Emanuelle Freitas. Política dos Corpos, (In)justiça Reprodutiva e o Sistema Moderno Colonial de Gênero *In:* BRANDÃO, Elaine Reis; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria Giatti (org.). **Justiça reprodutiva**: desafios interseccionais na saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 41-57.

33. GUIMARÃES, Nadya Araujo. A "crise do cuidado" e os cuidados na crise: refletindo a partir da experiência brasileira. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponible en: https://www.scielo.br/j/sant/a/qv89WgWxdGKgmkcB9GtjxXt/abstract/?lang=pt. Acceso en: 20 ene. 2026.

34. HANEY, Lynne. Homeboys, babies, men in suits: the state and the reproduction of male dominance. **American Sociological Review**, [*s. l.*], v. 61, n. 5, p. 759-778, 1996.

35. HIRSCH, Silvia; AMADOR OSPINA, Marcela. La maternidad en mujeres jóvenes guaraníes del norte argentino. Encrucijadas de la familia, la salud pública y la etnicidad. *In:* FELITTI, Karina (org.). **Madre no hay una sola**. Experiencias de maternidad en la Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2013. p. 155-177.

36. KHURSHID, Anjela. Does education empower women? The reconfigured discourses of empowerment, agency, and gender in a Pakistani NGO's school. **Anthropology & Education Quarterly**, [*s. l.*], v. 47, n. 3, p. 247-265, 2016. Disponible en: https://doi.org/10.1111/aeq.12198. Acceso en: 20 ene. 2026.

37. KUNIN, Johana. Prácticas de cuidado, mujeres y agencia en el interior rural de Buenos Aires, **Perifèria**, [*s. l.*], v. 23, n. 2, 2018. Disponible en: https://revistes.uab.cat/periferia/article/view/v23-n2-kunin. Acceso en: 22 ene. 2026.

38. LLOBET, Valeria. Estado, categorización social y exclusión de niños/as y jóvenes. Aportes de los debates sobre la exclusión social a los estudios de infancia y juventud. *In:* LLOBET, Valeria. **Sentidos de la exclusión social**. Necesidades y prácticas en políticas sociales para la inclusión de niños, niñas y jóvenes. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 23-50.

39. LOWENKRON, Laura. As várias faces do cuidado na cruzada antipedofilia. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 41, n. 1, 2021, p. 81-98, 2016. Disponible en: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6482. Acceso en: 20 ene. 2026.

40. MAHMOOD, Saba. Feminist theory, embodiment, and the docile agent: Some reflections on the Egyptian Islamic revival. **Cultural anthropology**, [*s. l.*], v. 16, n. 2, p. 202-236, 2001.

41. MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de dereitos humanos pelas mulheres, **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012. Disponible en: https://www.scielo.br/j/icse/a/XqxCrSPzLQSytJjsFQMdwjb/abstract/?lang=pt. Acceso en: 20 ene. 2026.

42. MEDAN, Marina. Distintos mensajes estatales en la regulación de la "juventud en riesgo". **Astrolabio. Nueva época**, Buenos Aires, n. 13, p. 313-343, 2014. Disponible en: https://revistas.untref.edu.ar/index.php/ellugar/article/download/1950/1734/. Acceso en: 22 ene. 2026.

43. MEDAN, Marina; GAITÁN, Ana Cecilia; LLOBET, Valeria Silvana. El Estado local y el territorio: Aspiraciones de cercanía y transformaciones en la institucionalidad de los sistemas de protección y promoción de niños y jóvenes. *In:* LLOBET, Valeria Silvana (org.). **De la desjudicialización a la refundación de los derechos**: transformaciones en las disputas por los derechos de los niños y las niñas (2005-2015). Buenos Aires: Teseo,

2019. p. 315-352.

44. MORGAN, Lynn; ROBERTS, Elizabeth. Reproductive governance in Latin America. **Anthropology & Medicine**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012. Disponible en: https://www.academia.edu/9033808/Reproductive_governance_in_Latin_America. Acceso en: 22 ene. 2026.

45. MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 47, n. 1, p. 13-42, 2011. Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-65252011000100002. Acceso en: 20 ene. 2026.

46. NARI, Marcela. **Políticas de la maternidad y materialismo político**: Buenos Aires (1890–1940). Buenos Aires: Biblos, 2004.

47. NAUAR PANTOJA, Ana Lídia. "Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 335-S343, 2003.

48. PAZ LANDEIRA, Florencia. Normatividades afectivo-emocionales en la gestión cotidiana de las políticas de protección de la infancia. *In*: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 1. Barcelona, 2018. **Anais** […]. Barcelona: LASA, 2018. Disponible en: https://www.aacademica.org/florencia.paz.landeira/2.abstract. Acceso en: 20 ene. 2026.

49. PAZ LANDEIRA, Florencia; GAITÁN, Ana Cecilia. Relaciones, experiencias y compromisos. Las referentas territoriales en la concreción de las políticas sociales de Infancia y juventud. **CIUDADANÍAS Revista de políticas sociales urbanas**, Buenos Aires, n. 7, 2020. Disponible en: https://revistas.untref.edu.ar/index.php/ciudadanias/article/view/863. Acceso en: 22 ene. 2026.

50. PERELMITER, Luisina. Ley y justicia en la trinchera estatal. Experiencias de inspectores laborales en Buenos Aires. **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero, v. 21, n. 34, p. 49-63, 2020.Disponible en: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/145892. Acceso en: 22 ene. 2026.

51. PÉREZ, Moira. Violencia epistémica: reflexiones entre lo invisible y lo ignorable. **El Lugar sin Límites**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 81-98, 2019. Disponible en: http://www.revistasuntref.com.ar/index.php/ellugar/article/view/288/267. Acceso en: 20 ene. 2026.

52. PIGNATARO, Giuliana. **Estudiantes, heroínas y "luchonas"**: un estudio antropológico sobre las experiencias del devenir mujer en adolescentes escolarizadas de un barrio popular. 2020. Tesis (Licenciatura en Antropología Social y Cultural) – Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, 2020.

53. RADI, Blas. Epistemología del asterisco: una introducción sinuosa a la epistemología trans*. *In:* MAFFIA, Diana; MORENO SARDÁ, Amparo; ESPINOSA MIÑOSO,

Yuderkis; RADI, Blas. **Apuntes epistemológicos**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario Editora, 2020. p. 107-121.

54. RICH, Adrienne. **Nacemos de mujer**. La maternidad como experiencia e institución. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2019.

55. ROSS, Loretta. Reproductive Justice as intersectional feminist activism. **Soul**, [*s. l.*], v. 19, n. 3, p. 286-314, 2017. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/322536609_Reproductive_Justice_as_Intersectional_Feminist_Activism. Acceso en: 22 ene. 2026.

56. SCHWARZ, Patricia. **Maternidades en verbo.** Identidades, cuerpos, estrategias, negociaciones: mujeres heterosexuales y lesbianas frente a los desafíos de maternar. Buenos Aires: Ed. Biblios, 2016.

57. SILVA, Tamara Vicaroni da. **Loucas demais para serem mães**: Narrativas de profissionais de saúde mental sobre maternidades interrompidas. 2025. Tese (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

58. STACK, Carol. **All our King**: Strategies for Survival in a Black Community. New York: Harper and Row, 1972.

59. VÁZQUEZ, María Soledad. **Alumnas embarazadas y/o madres**: pruebas escolares, soportes y resistencias en contextos de marginalidad urbana. 2013. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2013. Disponible en: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/89859069-51c9-4fb1-9f87-9dbd9d8cd830. Acceso en: 22 ene. 2026.

60. VÁZQUEZ, María Soledad. Maternidad adolescente y escolaridad media. *In*: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA, 5., La Plata, 2008. **Anais** […]. La Plata: UNLP, 2008.

61. VERDUGO-PAIVA, Marisol. Social reproduction, interrupted? Motherly labour, educational aspirations, and the work for another life. **Critique of Anthropology**, [*s. l.*], v. 45, n. 3, 2024. Disponible en: https://doi.org/10.1177/0308275X241311678. Acceso en: 22 ene. 2026.

62. VEREA, Cristina. Malas madres: la construcción social de la maternidad. **Debate Feminista**, [*s. l.*], v. 30, n. 15, p. 12-34, 2009.

63. VIVAS, Esther. **Mamá desobediente**. Una mirada feminista a la maternidad. Buenos Aires: Ed Godot, 2020.

64. YAÑEZ, Sabrina. Una genealogía feminista para abordar la maternidad como institución y experiencia. El legado de Adrienne Rich. **La manzana de la discordia**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 61-76, 2017. Disponible en: https://www.bibliotecafragmentada.org/una-genealogia-feminista-para-abordar-la-maternidad-como-institucion-y-como-experiencia-el-legado-

de-adrienne-rich/. Acceso en: 22 ene. 2026.

Guada Fernández Chein
Becarix doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas. Doctorandx en Antropología Social en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de San Martín. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8873-8629. E-mail: guadalupefernandezchein@gmail.com

“Las madres son nuestro puerto seguro”: género, pobreza y moralidades en políticas sociales de *acompañamiento* en Uruguay

“Mothers are our safe haven”: gender, poverty and moralities in social accompanying policies in Uruguay

“As mães são nosso porto seguro”: gênero, pobreza e moralidades nas políticas sociais de *acompanhamento* no Uruguai

Francesca Repetto Iribarne
Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

RESUMEN

El artículo discute los principales desdoblamientos y dilemas que atraviesan el *acompañamiento* de familias en situación de pobreza *extrema* en áreas rurales y semi rurales del Uruguay. El *acompañamiento* es un dispositivo empleado por diversos programas sociales del Ministerio de Desarrollo Social, bajo la premisa de *intervenir* familias *vulnerables* mediante una *relación* cercana, con el doble objetivo de integrarlas al sistema de protección social y de fortalecer sus *capacidades familiares*. La investigación se basa en una etnografía realizada entre 2019 y 2020 en el marco de mi tesis doctoral, en la cual seguí la cotidianeidad de un equipo técnico del *Programa de Abordaje Familiar - Cercanías*, en distintas localidades del departamento de Horneros. En ese marco, exploré las economías morales e imaginarios de género y familia que permean y subyacen a las *intervenciones* estatales sobre la pobreza. En ese sentido, analicé cómo en el cotidiano el *acompañamiento* opera sobre fuertes dicotomías y paradojas, que oscilan entre *ayudar* y restituir derechos sociales, al tiempo en que se revelan formas de control y tutela sobre la población *vulnerable*, ancladas, a su vez, en la presunción de que las personas pobres no son plenamente capaces de conducirse a sí mismas. En el presente artículo, me interesa discutir fundamentalmente los imaginarios que recaen sobre las *familias* pobres en tanto sujetos de *intervención* estatal, las fórmulas proyectadas como salidas de la pobreza, y cómo estas estrategias de gobierno operan particularmente sobre las mujeres, en tanto *madres* pobres, al reproducir y reactualizar nociones hegemónicas de maternidad y cuidado.

Palabras clave: Pobreza extrema, Estado, Género, Políticas Públicas, Uruguay.

Recebido em 22 de junho de 2025.
Avaliador A: 4 de agosto de 2025.
Avaliador B: 12 de agosto de 2025.
Aceito em 26 de janeiro de 2026.

CC BY

ABSTRACT

This article discusses the main developments and dilemmas involved in accompaniment programmes for families living in extreme poverty in rural and semi-rural areas of Uruguay. Accompaniment is a mechanism used by various social programmes run by the Ministry of Social Development, based on the premise of intervening in vulnerable families through close relationships, with the dual objective of integrating them into the social protection system and strengthening their family capacities. The research is based on ethnography conducted between 2019 and 2020 as part of my doctoral thesis, in which I followed the daily life of a technical team from the Family Approach Programme - Cercanías, in different localities in the department of Horneros. Within this framework, I explored the moral economies and gender and family imaginaries that permeate and underlie state interventions on poverty. In this sense, I analysed how, in everyday life, accompaniment operates on strong dichotomies and paradoxes, which oscillate between helping and restoring social rights, while revealing forms of control and guardianship over the vulnerable population, anchored, in turn, in the presumption that poor people are not fully capable of conducting themselves. In this article, I am primarily interested in discussing the imaginaries that fall upon poor families as subjects of state intervention, the formulas projected as ways out of poverty, and how these government strategies operate particularly on women, as poor mothers, by reproducing and reactivating hegemonic notions of motherhood and care.

Keywords: Extreme poverty, State, Gender, Public policies, Uruguay.

RESUMO

O artigo discute as principais implicações e dilemas que envolvem o acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza em áreas rurais e semirrurais do Uruguai. O acompanhamento é um dispositivo utilizado por diversos programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a premissa de intervir em famílias vulneráveis por meio de uma relação próxima, com o duplo objetivo de integrá-las ao sistema de proteção social e fortalecer suas capacidades familiares. A pesquisa baseia-se em uma etnografia realizada entre 2019 e 2020 no âmbito da minha tese de doutorado, na qual acompanhei o cotidiano de uma equipe técnica do Programa de Abordagem Familiar - Cercanías, em diferentes localidades do departamento de Horneros. Nesse contexto, explorei as economias morais e os imaginários de gênero e família que permeiam e subjazem às intervenções estatais sobre a pobreza. Nesse sentido, analisei como, no cotidiano, o acompanhamento opera sobre fortes dicotomias e paradoxos, que oscilam entre ajudar e restituir direitos sociais, ao mesmo tempo em que revelam formas de controle e tutela sobre a população vulnerável, ancoradas, por sua vez, na presunção de que as pessoas pobres não são plenamente capazes de se conduzir por si mesmas. No presente artigo, estou interessada em discutir fundamentalmente os imaginários que recaem sobre as

famílias pobres como sujeitos de intervenção estatal, as fórmulas projetadas como saídas da pobreza e como essas estratégias governamentais operam particularmente sobre as mulheres, enquanto mães pobres, ao reproduzir e atualizar noções hegemônicas de maternidade e cuidado.

Palavras-chave: Pobreza extrema, Estado, Gênero, Políticas Públicas, Uruguai.

INTRODUCCIÓN

Uruguay suele proyectarse e imaginarse a sí mismo como un país pionero en políticas y derechos sociales. A inicios del 1900 aprobó el voto femenino y permitió el divorcio por la sola voluntad de la mujer; en los años 2010 aprobó la Ley del Matrimonio Igualitario, legalizó el aborto, reguló la producción y comercialización del cannabis, y en 2025 legalizó la eutanasia, convirtiéndose en el primero en América Latina en hacerlo. Estos avances en el plano social, y en comparación a los países vecinos, han abonado la idea de una sociedad igualitaria, sin mayores diferencias que las ideológicas, racialmente homogénea, y con bajos índices de desigualdad social. A su vez, es frecuente la idea de un país con un Estado fuerte que trasciende a sus gobiernos y que se anticipa a las demandas sociales. Esta imagen "idílica", fortalecida en los últimos años gracias a las leyes antes mencionadas, esconde, sin embargo, las profundas desigualdades sociales que estructuran el país.

En el año 2002, en plena crisis económica, un medio de prensa publicó dos notas denunciando que niños de una escuela pública de un barrio periférico de Montevideo comían pasto los fines de semana para hacer frente al hambre[1]. La fuerte imagen conmovió a toda la sociedad y llevó a que organizaciones sociales y políticos se movilizaran rápidamente para enviar alimentos al barrio y exigieran políticas contundentes para paliar el hambre entre los sectores más vulnerables de la población. En 2002, el 40% de los niños menores de 12 años vivían debajo de la línea de pobreza, y esta alcanzaba a cerca del 30% de la población total[2]. Aunque nunca se pudo comprobar si de hecho los niños estaban comiendo pasto o si se trató de un mito que corrió como pólvora, maestras de la escuela en cuestión denunciaron en los medios

1 Disponible en: https://www.lr21.com.uy/comunidad/87201-maestras-detectaron-que-80-ninos-de-la-escuela-comen-pasto-los-fines-de-semana. Acceso en: 25 ene. 2025.

2 A depender de la línea de medición utilizada por el Instituto Nacional de Estadística (INE), la pobreza en el período de la crisis alcanzó su ápice en 2004, afectando al 31,88% de la población. Disponible en: https://www5.ine.gub.uy/documents/Demograf%C3%ADayEESS/PDF/ECH/Pobreza/Informe final pobreza y desigualdad.pdf. Acceso en: 2 nov. 2025.

que aquella noticia no apenas estigmatizó a todo el barrio, sino que, peor, escondió una realidad que sí se veía todos los días: niños buscando comida dentro de los contenedores de basura. En la misma nota, algunas voces se sumaron al debate, y señalaron que el problema del hambre era uno más que se agregaba a la larga lista de violencias ejercidas sobre los niños, pero que "lo más grave" era que "esos niños no tienen un plan de vida futura ni nada que los contenga afectivamente ni les transmita valores de vida".

¿Dónde estaban esos niños, que nadie parecía ver?, ¿dónde estaba esa pobreza tan feroz, tan llena de problemas? La imagen de los "niños del pasto" fue una de las que más revistió la campaña política que llevó al Frente Amplio al poder en 2005, y al día de hoy sigue calando hondo en la memoria colectiva y resurgiendo en el escenario político. En la línea de varios países de la región, el Frente Amplio asumió ese año con la promesa de erradicar la pobreza y la indigencia, especialmente la infantil, mediante la transformación y ampliación de la matriz de protección social. Como parte de las medidas, se crearon el Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) en 2008 y una batería de programas asistenciales dirigidos a combatir la pobreza y la pobreza extrema. Al mismo tiempo, fueron reformulados los índices de cálculo de pobreza e indigencia, como estrategia para focalizar en quienes "realmente lo precisaban". Esto, sumado a la reconceptualización de estas categorías, fue dando paso a cambios y reactualizaciones en los modos de imaginar, pensar e *intervenir*[3] a los y las pobres.

Inicialmente, el cambio de "paradigma" en la protección se encuentra en el cuestionamiento del rol del Estado en la cuestión social. Empujados por los efectos de la crisis del 2002, los gobiernos del Frente Amplio (FA) expusieron que, a diferencia de las políticas de cuño neoliberal de los años 90, ahora había que "salir a buscar a las familias más vulnerables", "llevar el Estado a donde no estaba llegando" y "ponerse a las familias al hombro" (Repetto, 2025; Filardo; Merklen, 2019; Rocco, 2020). Es decir, partiendo del fracaso de las políticas neoliberales y las consecuencias de la crisis, se daba por hecho que el Estado debía reformular su rol y volver a ser el proveedor de Bienestar Social que otrora representó. En ese marco, los gobiernos del FA enfatizaron la necesidad de adoptar una postura proactiva e "ir a dar" con la pobreza. Ese argumento, visto con entusiasmo y esperanza por los trabajadores del área social y los comprometidos con la justicia social, abrió paso entonces a la adopción del modelo del *acompañamiento*. Se esperaba que, a través de un vínculo próximo y cercano entre los operadores estatales y los sectores "más alejados" de su radar de acción, se pudieran generar cambios en la estructura social y, con ello, acortar las brechas de la desigualdad.

La implementación de programas de *acompañamiento* no es una experiencia única del

3 Palabras resaltadas en itálico son de categorías que hacen parte del universo empírico de mis interlocutores en campo, y que, además, están revestidas de gran carga simbólica, como *intervención* y *acompañamiento*.

Uruguay. En el marco de los progresismos, se han implementado programas similares en las últimas dos décadas en Chile, México, Argentina, Brasil y otros (Agudo, 2015; otros). Como menciona Rojas Lasch (2018) para el caso chileno, discursivamente estos gobiernos han proclamado la necesidad de superar la racionalidad neoliberal de las políticas sociales, que hasta entonces relegaba al mercado la provisión de los cuidados, así como la necesidad de recuperar al Estado como actor central en esa tarea. Desde la reapertura democrática en 1985 y hasta inicios de los años 2000, así como en la región, organismos internacionales como el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo, impulsaron políticas sociales que priorizaran la racionalización del gasto público y la focalización en la pobreza extrema (De Martino, 2009). En ese marco, al menos en el caso uruguayo, las escuetas políticas asistenciales trasladaron discursivamente el foco de actuación desde las personas pobres hacia las familias pobres, en el entendido de que estas últimas eran las responsables por la falta de o por la precaria socialización de sus integrantes, lo cual, según De Martino (2009, p. 122) atentaba "contra la administración eficiente de riesgos múltiples" (Daly; Lewis, 2011; Saraceno, 2016; Martínez, 2013; Carrasco, 2013). Sin embargo, la "vuelta a la familia" no significó que hasta los 2000 se hayan implementado políticas destinadas a familias sino al contrario, como sostienen De Martino (2009) y Midaglia (1998), significó un proceso de individualización de la pobreza, en el sentido de que ahora era el individuo quien, si era lo suficientemente socializado, lograría escapar de su condición, relegando al Estado a un segundo plano. En ese proceso, las políticas pasaron por predicar maneras de socializar a los niños, enseñar técnicas de cuidado y modificar pautas alimenticias, mediante la concesión de prestaciones que tenían la condición de comprobar controles médicos, inscripciones en centros educativos, y otros. Lo que subyace era la reinstalación de una "tecnología del yo" y de nuevas subjetividades, en donde los individuos y las familias fueran capaces de conducirse a sí mismas y de administrar los distintos "riesgos sociales" a los que estaban expuestas (De Martino, 2009, p. 125-126).

Como coloca Svampa (2023), la era de los progresismos latinoamericanos, entre los años 2000 y 2015, aún con sus dificultades y obstáculos, buscaron implementar proyectos políticos igualitarios y heterodoxos, contrastando con la era neoliberal de los años 90 y tomando distancia de los gobiernos de ese período, principalmente en relación al rol del Estado. Sin embargo, como apunta la autora, con el pasar del tiempo estos gobiernos reinstalaron procesos de dominación tradicionales, desestabilizando el pacto social que sustentaba los mismos progresismos. Dando un paso más, Dardot y Lavat (2013) afirman que estos gobiernos tendieron a fomentar un Estado neoliberal, es decir, que los Estados ni se achicaron, ni desaparecieron, sino que cambiaron de rol. En ese sentido, argumentan que el neoliberalismo, más que una ideología y una política económica, se trata de una racionalidad gubernamental apoyada en los principios del gobierno de los otros y en el gobierno de sí, así como en la lógica de la competitividad, que excede el

"mercado" e ingresa a todas las esferas de la vida social.

Sobre este mismo proceso, Rose (1999) sostenía que las políticas de bienestar, concebidas en algún momento como expansiones de los derechos sociales de las clases pauperizadas, fueron rápidamente interpretadas por sectores críticos como tecnologías de gobierno que penetraban en los hogares a través de las políticas de educación o salud, regulando infancias y familias y, por ende, haciendo que estas se apegaran al orden social establecido. Sin embargo, el autor afirmaba que, más que una regulación de lo doméstico y de lo familiar que tiene por objetivo mantener las desigualdades sociales y legitimar las relaciones de poder, las políticas de bienestar han actuado sobre la propia subjetividad y la noción de sí de los sujetos. Es decir, han significado tecnologías de autorregulación y autogobierno, de modo que los sujetos se acoplen por sí mismos a las normas y expectativas sociales mediante la interiorización de las mismas. Entonces, una vez que los sentidos sociales son asumidos en la intimidad de cada persona, la coacción o la intervención explícita, la regulación y el control, no serían necesarias.

A efectos de este artículo, adopto las reflexiones de Rojas Lasch (2018) en la línea de Rose (1999, p. 130-131, resaltado mío), partiendo de la premisa de que "la imbricación entre neoliberalismo y el fortalecimiento del Estado y de su rol público en materia de lo social se da a través de dimensiones menos evidentes y más difusas", haciendo que el "el rol prioritario que asume el Estado en materia de lo social, se orienta […] a *enseñar a cuidar a otros*". Sin embargo, como menciona la autora, "el cuidado, que pasa a ser concebido como el pilar central del bienestar, es fundamentalmente de responsabilidad de los individuos". En el caso uruguayo, así como en otros países, estas premisas conviven –aún con contradicciones–, con los idearios de justicia e igualdad social de los y las trabajadoras, con el esfuerzo por mejorar las condiciones de vida de las personas en situación de pobreza y con visiones críticas sobre los efectos del poder de Estado en la población. En este punto, considero dos cuestiones relevantes para el análisis del caso uruguayo. La primera, en contraste con otras realidades nacionales, es la arraigada creencia acerca de la capacidad del despliegue estatal o la profunda "fé" en la acción del Estado, observable en los enormes esfuerzos que se hacen por cubrir a toda la población uruguaya, empleando sofisticadas técnicas de detección de la pobreza, diagnósticos, focalización y *acompañamientos* a largo plazo y que abordaré en el presente. Una segunda cuestión es la falta de abordaje académico en Uruguay sobre las economías y dimensiones morales que permean, como a toda relación social, a las *intervenciones* sociales. La circulación de economías morales son observables en las apreciaciones de merecimiento, compasión o sentimientos de rechazo que emergen durante las *visitas* y que pueden ser apreciadas en campo en el terreno de lo no dicho (Vianna, 2005). Como veremos, éstas emergen durante negociaciones cotidianas con las familias, donde se ponen en circulación las expectativas de actuación, los mundos sociales de técnicos y familias y las posibilidades concretas de generar cambios en el comportamiento de

las madres.

Partiendo de estas cuestiones teóricas, el artículo pretende hacer una contribución a la discusión sobre la gestión de la pobreza en el Uruguay, a partir de un cruzamiento entre la Antropología del Estado (Abrams, 2006; Gupta, 2012, Souza Lima, 1995, 2002, 2014; Shore, 2010 etc.), economías morales (Fassin, 2019, 2012, 2008) y la gubernamentalidad (Foucault, 2021 [1976]; Rose, 1999; entre otros). Temáticas como la matriz de protección social, el familismo, la generificación de las políticas sociales y, en los últimos años, el cuidado, han sido problematizadas vastamente por las Ciencias Sociales en Uruguay (Aguirre, 2007; Perrota, 2020; Merklen; Filardo, 2019 por mencionar algunos) y la región. Sin embargo, salvo raras excepciones (Arguiñarena *et al.*, 2020; Camors, 2023) la Antropología uruguaya no ha analizado las políticas sociales ni ha tomado al Estado y su quehacer como objeto de estudio. Por lo tanto, lejos de ofrecer un análisis del programa Cercanías en términos políticos o económicos, en este artículo me interesa reflexionar sobre las economías morales que circulan entre técnicos y familias *acompañadas* y que "hacen" a este tipo de programas, especialmente lo relativo al lugar de la maternidad *pobre*. Es decir, como propone Fassin (2019), me interesa arrojar luz sobre los modos en que la administración de la pobreza tiene que ver (también) con las apreciaciones y emociones evocadas por la sociedad y las personas que trabajan en políticas de *intervención*, por la mirada y valoraciones morales que tienen las personas respecto a los problemas de la pobreza y las tensiones y contradicciones que en el día a día se movilizan.

PROGRAMA CERCANÍAS Y EL *ACOMPAÑAMIENTO* FAMILIAR

Acompañar a la pobreza es un proceso de múltiples aristas, que no son fáciles de resumir en pocas palabras. El *acompañamiento* implica, a *priori*, una relación diádica entre técnicos sociales y familias –en especial mujeres–, asentada en una desigualdad de género y clase. Desde la perspectiva de los técnicos –en su mayoría mujeres–, el *acompañamiento* es un tipo de abordaje estatal que implica estar comprometidos con las familias pobres y con una visión crítica acerca del carácter estructural de la pobreza. Desde ese lugar, los y las técnicas buscan auxiliar a las familias para que puedan acceder a las prestaciones sociales a las que tienen derecho y con ello poder mejorar sus condiciones de vida. Sin embargo, el *acompañamiento* no está desprovisto de formas de control y tutela (Souza Lima, 1995, 2014; Souza Lima e Gonçalves, 2021), que, a su vez, se apoyan en los horizontes morales y afectivos (Rojas Lasch, 2018) de los técnicos, y en cómo éstos los renegocian ante cada situación emergente. Como relación diádica (Simmel,

2014; Foster, 1967), el *acompañamiento* implica una relación de reciprocidad, en la cual ambas partes están sujetas al intercambio de derechos, deberes y obligaciones, como, por ejemplo, aconsejar, esperando recibir a cambio la demostración de una conducta modificada.

El material empírico que discuto en este artículo surge de la etnografía que realicé para mi tesis de doctorado en Antropología Social, llevada adelante en tres localidades del Departamento de Horneros[4], y en varios barrios periféricos de su capital, Gorrión, entre 2019 y 2020. En el período acompañé el cotidiano del Programa Cercanías, un programa de *intervención* social de alcance nacional (aunque no problematiza lo rural, atiende localidades rurales), focalizado en la pobreza extrema. Asistí a las reuniones de equipo y acompañé a los técnicos en las *visitas* familiares semanales a cerca de 20 familias distintas. En 2024 entrevisté a ex trabajadores sociales de Cercanías y de otros programas de "acompañamiento" de distintos puntos del país, con el fin de contrastar las observaciones que había realizado en Horneros.

Inicialmente mi interés era analizar las formas de gestión estatal sobre la pobreza femenina rural y, en particular, entre aquellas que eran víctimas de explotación sexual. Sin embargo, por el devenir del trabajo de campo y por la dinámica del equipo técnico, acabé interiorizándome con casi todas las familias que eran *intervenidas* por Cercanías, tuviesen o no casos de explotación sexual en su historia. A partir de ello, observé que la inmensa mayoría de familias u hogares la referente era una mujer, fuese porque eran madres solteras o porque los varones no participaban de las *intervenciones* (se retiraban del lugar cuando llegaban los técnicos del programa o solían estar trabajando en el medio rural). Por estos motivos, a excepción de dos o tres familias que vi en más de una ocasión, las "titulares" del programa eran mujeres, y, por lo tanto, en los hechos, eran sobre quienes se realizaba la *intervención*. Este hecho se constató también en las entrevistas que realicé en 2024.

Las *visitas* semanales a cada familia pasaban por la *intervención* en diferentes áreas de la vida cotidiana familiar: estudios, trabajo, salud, vivienda, relaciones de pareja, cuidado de los niños, etc.; mientras que las reuniones de equipo obraban como espacios para "ordenar" las *intervenciones* y donde se pensaban colectivamente estrategias de actuación ante situaciones visualizadas como particularmente problemáticas. Esto me permitió ver cómo los técnicos, en su mayoría trabajadoras sociales o psicólogas, intentaban guiar y ayudar a las personas a resolver situaciones diarias, cómo utilizaban formas de persuasión, cómo aconsejaban y hacían recomendaciones. También, cómo se enojaban y se entristecían ante situaciones de "fracaso", por ejemplo, como cuando hacia el "egreso" de una familia una madre no "lograba" recuperar la patria potestad de sus hijos, o cuando una mujer volvía nuevamente a un vínculo violento. En

4 El nombre del Departamento, localidades y nombres personales son ficticios para asegurar el anonimato de los técnicos y familias interlocutoras.

otras palabras, seguí el trabajo cotidiano de un programa estatal cuyo objetivo final era erradicar la pobreza extrema. El *acompañamiento* en esos ámbitos de la vida cotidiana, y en la unidad doméstica como espacio de acción estatal, me dio lugar a reflexionar sobre la imbricación entre el Estado, el género y lo doméstico (Vianna; Lowenkron, 2017), así como los mecanismos de regulación y gestión de las familias pobres.

En ese marco, exploré las economías morales e imaginarios de género y familia que permean y subyacen a las *intervenciones* estatales sobre la pobreza. Busqué analizar cómo en el cotidiano el *acompañamiento* opera sobre fuertes dicotomías y paradojas, que oscilan entre *ayudar* y restituir derechos sociales, al tiempo en que se revelan formas de control y tutela sobre la población *vulnerable*, ancladas, a su vez, en la presunción de que las personas pobres no son plenamente capaces de conducirse a sí mismas. En el presente artículo, pongo foco en los imaginarios que recaen sobre estas familias en tanto sujetos de *intervención* estatal, las fórmulas proyectadas como salidas de la pobreza, y cómo estas estrategias de gobierno operan particularmente sobre las mujeres, en tanto *madres* pobres, al reproducir y reactualizar nociones hegemónicas de maternidad y cuidado.

El Programa de Abordaje Familiar - Cercanías, más conocido como Cercanías, funcionó entre los años 2012 y 2020, cuando poco después del cambio de gobierno nacional de ese año, se reformuló dando lugar al actual Acción Familiar. El gobierno de turno reformuló varios programas de protección social, aludiendo a la ineficiencia de estos y a problemas en la focalización. Entre los cambios, estuvo el recorte de presupuesto en diversos programas, la atomización de otros, disminución en los períodos de intervención (por ejemplo, Acción Familiar pasó a acompañar por períodos de hasta 18 meses, en lugar de 36), y la sustitución parcial de atención presencial por programas virtuales (como el caso del programa Teleasistencia). En el caso de Cercanías, además, la reformulación aprovechó que casi la totalidad de los técnicos estaban contratados por convenios entre el MIDES y organizaciones de la sociedad civil, por lo cual, en mayo de 2020, mes en que se renovarían esos contratos, simplemente se les dio de baja, dejando desocupados a cientos de técnicos en todo el país y decenas de procesos de *intervención* en el aire en plena pandemia por el COVID-19.

Al momento del trabajo de campo, Cercanías se presentaba como una estrategia de gobierno focalizada en familias en *situación de pobreza e indigencia.* Su método se centraba en el *acompañamiento* psicosocial mediante *visitas* semanales en los hogares, por un período que variaba entre los 18 y 36 meses. El programa enunciaba buscar "fortalecer las capacidades familiares", –fundamentalmente las capacidades de cuidado de los hijos menores de 18 años–, promoviendo el acceso a las prestaciones y programas sociales, y con ello, generar mejores condiciones de "autonomía", en el entendido de que no bastaba una única vía para "eliminar" la pobreza:

> Se entiende que si no se construyen cambios en las condiciones materiales de vida, difícilmente pueden modificarse otros aspectos de la cotidianidad, de los vínculos, de la estructura relacional, del desarrollo de capacidades y aprendizajes. Y a la inversa, si no existe un proceso socio-educativo que acompañe y sostenga la producción de estos cambios en la materialidad, promueva su comprensión y apropiación subjetiva, solamente se cubrirían necesidades para la sobrevivencia, sin generar transformaciones sostenidas en el tiempo (Uruguay, 2016, p. 5).

Cercanías hacía parte del Plan de Equidad, iniciado en 2008: una "estrategia de superación de la pobreza y reducción de la desigualdad social como condición de un país integrado e incluyente" (Uruguay, 2008). En el marco del Plan, fue creada la Red de Asistencia e Integración Social, desde la cual luego se crean los llamados Programas de "proximidad": Uruguay Crece Contigo (UCC), Jóvenes en Red (JR) y Cercanías. Con esa fórmula, además de la reestructuración del sistema de salud, educación y otros, se buscaba frenar la "reproducción intergeneracional" de la pobreza. Aunque casi todos los programas del MIDES hacen *acompañamiento*, cuando los trabajadores del Ministerio o investigadores de las políticas sociales se refieren a "los programas de proximidad" o a "los programas de acompañamiento", aluden a los tres programas mencionados y, en especial, a Cercanías, ya que era el más amplio. Los tres tienen poblaciones objetivo distintas: UCC trabaja con embarazadas y/o con sus hijos de hasta 4 años de edad, JR con jóvenes entre 14 y 24 años que "no estudian ni trabajan" y Cercanías con "familias" que al menos tuvieran un hijo menor de 18 años a cargo. Los tres estaban orientados a personas o familias en extrema vulnerabilidad socioeconómica y todas hacían *acompañamiento* con una dupla de trabajadores sociales, psicólogos o educadores sociales. A la fecha del cierre de Cercanías, el Programa contaba con más de 50 equipos, contabilizando en promedio cerca de 230 técnicos sociales que cubrían las principales ciudades y localidades del país.

Por el hecho de atender "poblaciones distintas", es común que dentro de una misma familia se *intervengan* simultáneamente o con alguna separación en el tiempo, desde dos o los tres programas antes mencionados. De igual manera, las familias acceden a distintas prestaciones, servicios o programas que, a su vez, también cuentan con técnicos que eventual o asiduamente también *acompañan* y articulan –o no– sus encuadres con los otros técnicos sociales. De hecho, entre las justificativas para la creación de Cercanías estaba la dificultad de coordinación interinstitucional entre los distintos programas sociales, su superposición, el "fracaso" en llegar a la población objetivo y los problemas en la focalización de los mismos. Esto da cuenta de la dispersión estatal en programas, políticas y actores institucionalizados, como una de las facetas del Estado, en su proceso de construir una "unidad", una máquina de Estado, problematizada por Souza Lima y Gonçalves (2021).

El acceso de las personas a Cercanías no se da por búsqueda de la propia familia, sino al contrario. Las personas son *captadas* durante el relevamiento de campo que el Ministerio

realiza para brindar la Tarjeta Uruguay Social (TUS), una política de transferencia monetaria. Para esa tarjeta, se calcula el Índice de Carencias Críticas (ICC) que, dependiendo del puntaje obtenido en el mismo, los técnicos derivan a las familias al Programa Cercanías u otros que consideren relevantes. Una vez que el Programa recibía dicha postulación, realizaban una *visita* al hogar en cuestión, aplicando otros dos cuestionarios que calculan el Índice de Vulnerabilidad Socio-familiar (IVSF) y el Índice de Riesgo Social. El primero evalúa, además del acceso a la educación y las condiciones del hogar, la "ausencia de figuras parentales o déficit en el desempeño de las funciones de cuidado y crianza; desvinculación educativa de niños, niñas y adolescentes; integrantes víctimas de maltrato, abuso o explotación sexual; desnutrición y/o déficit del desarrollo infantil" (Uruguay, 2016, p. 14), además de carencias de salud, adultos con consumo problemático de psicoactivos, viviendas precarias o inundables, entre varios otros. El segundo es utilizado para verificar si una familia tiene derecho a acceder a los programas de *proximidad*; siendo una suma simple de varios "riesgos": cuantos más riesgos, más probable es que la familia acceda al programa. De cualquier manera, como menciona un documento oficial del año 2016, sea cual sea la forma de postulación, la familia debe encontrarse por encima del umbral que atiende la tarjeta TUS, lo que equivalía ese año a 90.000 hogares.

El complejo entramado de cálculos e índices para medir la pobreza y las vulnerabilidades llama la atención hacia un proceso de estandarización de los problemas y un proceso de legibilidad de Estado. Por legibilidad me refiero a dos sentidos en particular. El primero de ellos, a los esfuerzos de abstracción de la realidad para interpretarla, entenderla, controlarla (Scott, 2022 [1995]). Este autor nos muestra cómo "el arte de gobernar" de las administraciones estatales se esfuerza incansablemente por generar mecanismos que le permitan aprehender a la sociedad y al territorio del cual es soberano. La sociedad y el territorio se presentan, a los ojos del "Estado", como un "jeroglífico social" (Scott, 2022, p. 20), por lo cual los esfuerzos se basan en estandarizar en formatos legibles y por medio de abstracciones y simplificaciones lo que significa la sociedad y el territorio para esa administración. En segundo lugar, me apoyo en la noción traída por Das y Poole (2008), al respecto del esfuerzo estatal por producir su coherencia, sus instrumentos y mecanismos mediante documentos escritos, pero que, al contrario de lo que buscan, acaban produciendo una continua ilegibilidad de sus prácticas, lo que da cuenta del permanente ejercicio de construcción y deconstrucción estatal. Aún en esta línea, retomo las reflexiones de Gupta (2015), al señalar la relevancia de observar a través de las prácticas cotidianas las maneras en que el "estado" se muestra como un todo coherente y unitario; y cómo en el encuentro entre las burocracias y los distintos agentes se observan los espacios donde se forjan las imágenes del *estado* y sus efectos sobre la población. Como menciona el autor, enfrentarse al *estado* no es una experiencia "coherente", sino que este se presenta en fragmentos y de manera discreta. A modo de ejemplo, (aunque no profundizaré

sobre este punto) es importante mostrar que en 2025 el Instituto Nacional de Estadística, el responsable por calcular el ICC y las líneas de pobreza a indigencia en el país, publicó en mayo de ese año una nueva metodología de cálculo de estos índices, haciendo que la tasa de hogares y personas pobres se duplicara, pasando del 8,3% al 17,3%[5] (INE, 2025). La variabilidad en las formas de conocer y captar a la pobreza tiene fuertes impactos en las políticas públicas, una vez que es sobre esos índices que se justifica la robustez del gasto público y, por lo tanto, los impactos que tendrá en la vida de las personas.

Si usualmente podría considerarse que la pobreza extrema se sitúa por fuera del radar del Estado (una vez que estarían por fuera del sistema educativo, salud o laboral), al contrario, tiene una centralidad sin igual. Como apuntan Das y Poole (2008), es precisamente en la imagen de los márgenes sociales y territoriales del Estado el espacio en el que es posible observar las prácticas administrativas, las maneras en que se elaboran y las formas en que se gestionan las poblaciones que allí se encuentran. En ese sentido, es relevante pensar cómo las prácticas estatales circulan en la ambigüedad de intervenir sobre una población que se piensa y proyecta como al margen del Estado, sobre la cual es un imperativo "ir a buscar", pero que, sin embargo, tiene una centralidad excepcional.

En el apartado siguiente paso a analizar dos fragmentos etnográficos que ponen en cuestión la forma en que imaginarios sobre maternidad, cuidado, reproducción y género se entrelazan con la bajada de políticas sociales en el cotidiano.

"LAS MADRES SON NUESTRO PUERTO SEGURO"

En noviembre de 2019 nos encontramos con la dupla de técnicas Luciana y María en la puerta del MIDES y salimos a hacer las visitas del día en el auto de una de ellas. Visitamos a tres mujeres en dos asentamientos a las afueras de Gorrión, capital de Horneros. Una de ellas fue Carla, una mujer de 37 años que tuvo su primer hijo, Nicolás, cuando ella tenía 13. Hoy tiene 6 hijos y una nieta de una de sus hijas, Eva, la única adolescente que sigue viviendo con ella. Sus otras dos hijas adolescentes viven en un hogar del Instituto Nacional del Niño y Adolescente (INAU). Nicolás, que estaba en la acera del frente de la casa junto a varios amigos, "callejea". Según me contó la dupla, Carla fue *intervenida* por casos de violencia doméstica y porque sus dos hijas, las que están en el INAU, fueron abusadas sexualmente por Nicolás.

5 Informe. Disponible en: https://www5.ine.gub.uy/documents/Demograf%C3%ADayEESS/PDF/ECH/Pobreza/Metodolog%C3%ADa%202017%20final%20v140525.pdf. Acceso en: 21 jun. 2025.

En la ocasión, la dupla indagaba cómo estaba ella y cómo estaban sus hijas. Carla contó que sus hijas no querían volver a vivir en su casa, cuestión que marcó la charla del día. Según ella, las *gurisas*[6] estaban dando mucho problema en el hogar , y las veces que habían ido a Fiscalía para tramitar un posible regreso a la casa de su madre, habían dicho "cualquier cosa" porque "son unas boca sucia, y [además] cada vez que vienen acá me hacen problema":

> **Carla**: Es que ustedes no saben, pero las chiquilinas cada vez que vienen para acá me hacen un quilombo bárbaro. La última vez que vinieron yo tenía acá todos los materiales de construcción, esos que están viendo, y empezaron a romper todo, a tirar todo. Rompieron la heladera, la mesa, todo. Están sacadas, yo no puedo hacer nada
> **Luciana**: ¿Carla, y vos has intentado hablar con ellas? Sentarte, conversar y escucharlas, de por qué hacen eso, ¿qué sienten?
> **Carla**:Yo he intentado mil veces, pero están sacadas, ¿qué quieren que haga?
> **María**: Lo que pasa, Carla, es que tus hijas han sufrido mucho, muchísimo, están muy dañadas por dentro, están rotas. Y cuando un gurí está roto por dentro hace que ellos externalicen así, gritando, rompiendo cosas, porque no hay nadie que los escuche. ¿Vos les creés que Nicolás les hizo cosas a tus hijas?
> **Carla**: Claro que les creo, lo que él hizo es horrible, pero yo intento vivir el día a día, el pasado quedó atrás. Me gustaría mirar para adelante, el día de hoy. Lo que pasó, pasó, yo no puedo hacer nada ahora
> **María**: Es muy importante que vos puedas entenderlas, escucharlas. Lo que les pasó es un proceso muy lento, de sanar muy lento. Carla, tus hijas están rotas, se les hizo mucho daño, mucho daño. Hay cosas que no son de un día para el otro. Y las madres siempre son nuestro puerto seguro, de saber que nos van a escuchar, proteger, que siempre van a estar ahí para ayudarnos, para oírnos. Es muy importante que vos puedas hacer eso
> **Luciana**: Claro, Carla. Nosotros cuando somos chicos creemos que nuestras madres nos van a mirar y ya van a saber lo que nos pasa, sin que digamos nada, y ellas precisan tener eso de vos, tener ese apoyo tuyo (Observación de campo, Horneros, 19 nov. 2019).

La *visita* duró más de una hora, y durante ese tiempo el énfasis dado fue el de sensibilizar a Carla respecto a su rol maternal. La dupla repetía que las hijas habían sufrido mucha violencia, tanto por el abuso como el tener que soportar las peleas con su esposo. La línea de la dupla era hacerle entender que las actitudes de sus hijas eran autoevidentes y que ella, como madre, debería tener otro entendimiento y otra sensibilidad al respecto. Al fin y al cabo, que ellas no quisieran volver a vivir en la casa era un punto de quiebre y estaba en ella saber por qué y cómo acogerlas en ese proceso. De cierta forma, quedaba implícito un reproche, pues su forma de lidiar con las hijas no era lo que se esperaba de una maternidad ideal, o de lo que sería esperable de una madre. "Las madres son nuestro puerto seguro" y "esperamos que nos miren y ya sepan qué pasa con nosotros", mostraban que ella había roto ese código. En el fragmento, las duplas intervienen buscando generar modos de relaciones familiares más estables y de enseñar a sus

6 Gurisas es una palabra coloquial de la región para referirse a chicas/chicos, muchachas/muchachos, etc.

interlocutoras cómo relacionarse con los hijos, visiblemente a partir de modelos ideales de lo que es una "familia". Por un lado, en el caso de Carla, se reproducen representaciones sociales acerca de lo que es ser madre como una persona que debe saber escuchar, entender y acoger más allá de todo. Por el contrario, la figura del padre entró apenas cuando mencionaron la violencia doméstica, y de cómo sus hijas vivenciaron eso, y no en un papel ideal de paternidad, que difícilmente se cuestiona.

Partiendo de las formulaciones acerca de las paradojas de la tutela (Pacheco de Oliveira, 2014), considero que se cristaliza la ambigüedad de las actuaciones dirigidas hacia las mujeres. Por un lado, en el caso de Carla, el *acompañamiento* suponía un apoyo a las angustias que ella vivía en relación a sus hijas. Las técnicas, por su parte, estaban notoriamente tocadas por la situación y buscaban, desde su lugar, encontrar una forma posible para "acomodarla". Si miramos más en detenimiento, sin embargo, ante el evento fatídico del abuso sexual por parte del hermano –que transitaba por esa casa–, y de la violencia doméstica del esposo –que vivía en esa casa–, vemos cómo este caso está ensombrecido por un enmarañado de violencias estructurales de género que responsabilizaron y castigaron a la mujer. De manera paradójica, quienes salieron de la órbita doméstica e ingresaron a la órbita estatal fueron las hijas, en vez de las dos figuras masculinas. Aunque desconozco las medidas judiciales que fueron tomadas sobre Nicolás en su época, el resultado en ese momento era el descrito, dando cuenta de cómo las temporalidades estatales actúan diferencialmente sobre unos y otros.

Si pensamos a nivel macro, en cómo esta escena entra en la estructura de la protección, podemos observar distintos vacíos. El "sistema de protección" se mostraba completamente ineficiente a la hora de "proteger" a las adolescentes, mostrando como única alternativa la internación de las mismas. El *acompañamiento*, por su lado, estaba dirigido en la práctica a la madre, o sea, para restituirla a ella de sus *capacidades* de cuidado. Es decir, en la sutileza de la intervención es posible observar cómo los vacíos del "sistema" son, sin embargo, su propia sustancia. Incapaz de ofrecer soluciones reales frente a la violencia de género, parece existir una fuerza compresora que empuja a los distintos técnicos a actuar en los márgenes de las situaciones críticas. Por ese motivo, en este caso en particular, las actuaciones buscaban encauzar el vínculo maternal mediante técnicas de persuasión, que, en el fondo, se apoyan en moralidades y representaciones de género.

En este punto son iluminadores los análisis de Fonseca (2005) y Fonseca *et al.* (2012) sobre la familia. En distintos trabajos la autora problematiza las nociones que tienden a universalizarla como equivalente a un núcleo y a una unidad doméstica, así como el choque entre las nociones de "familia" de clase media heterosexual y la de clases populares. La autora destaca que esta atomización deja por fuera distintos tipos de arreglos familiares, en especial los de sectores populares brasileños. Por ejemplo, la posibilidad de otras redes de parentesco

puede hacer parte fundamental de los vínculos cotidianos, el cuidado y la circulación de niños en distintas casas, tránsitos de personas, vecinos, etc. A su vez, basándome en las proposiciones de Bourdieu (1996) respecto a las categorías de Estado, considero que la *familia* puede ser entendida en estos términos, en tanto es una categoría tomada de la sociedad y reinterpretada en los marcos del primero y través de la cual se consigue identificar grupos de personas a las cuales reconocer, fijar social y geográficamente y hacerlas objetivo y sujeto de políticas públicas (Repetto, 2025). Es decir, equivaler una casa (una unidad doméstica) con un grupo humano que convive es una manera que el Estado tiene de leer a la población en pequeños fragmentos sociales. Aunque las líneas programáticas de Cercanías reconozcan la multiplicidad de "familias" (Uruguay, 2016), al mismo tiempo, tanto en el cotidiano como en los formularios de postulación y evaluación, vemos que los titulares de la *intervención* son aquellos miembros de la familia nuclear (madre/padre e hijos) que conviven en un mismo hogar físico. Además, como destacado, las *visitas* en sí mismas y la *intervención* como un todo siempre están dirigidas a la familia nuclear y a las mujeres en su calidad de madres.

Discusiones acerca de cómo políticas públicas y "familia" se combinan han sido materia de discusión de varias líneas de investigación. Villalta (2021) muestra cómo la regulación de la infancia y los "problemas sociales" asociados a ella han llamado la atención hacia los imaginarios "familistas" que ven en la familia la responsable de los "déficits" de sus miembros, del bienestar y la protección de los niños y adolescentes, lo cual explica los esfuerzos de diversas áreas de conocimiento en normalizar y moralizarla. Dicha "familiarización" trajo consigo la naturalización de estereotipos y roles asociados a sus miembros, en particular la "maternalización de las mujeres" (Nari, 2004 *apud* Villalta, 2021). Valores morales como la abnegación, el sacrificio y la fidelidad fueron asociados a una maternidad ideal y universal. Así, en la práctica, las ideas del vínculo materno-filial, cuando son puestas en circulación, suelen invisibilizar o poner en segundo plano las condiciones materiales de su existencia.

En la siguiente sección analizo otro caso, prestando atención a la maternidad y la reproducción como foco de actuación estatal.

La maternidad deseada

> Enseguida, le preguntan cómo está, y Rosa, poniéndose una mano en la cabeza y mirando con una media sonrisa al piso, comenta: "fa, no me rezonguen, pero hice cagada". Cruzamos la calle para sentarnos debajo de un árbol y prosigue: "Es que yo estoy enferma, ¿se entiende?", moviendo las manos hacia el suelo. "¿Con que estás enferma querés decir que te vino la menstruación?", intenta Viviana, una de las técnicas con las que fuimos ese día. "No me rezonguen, es que yo me asusté y me

> tomé un café con novemina[7], porque hace dos meses no me bajaba, y ahora tengo la tal hemorragia". La tensión se había instalado en el aire. Rosa había intentado hacerse un aborto tomando novemina y café, con la sospecha de estar embarazada de su actual pareja. La charla debajo del árbol fue bastante directiva. Viviana, quien llevaba principalmente la dirección de la charla, le preguntaba si estaba usando métodos anticonceptivos, si conocía los distintos métodos que existían actualmente, o si quería quedar embarazada de nuevo. Rosa nos explicaba que sus hijos ya estaban creciendo, que algunos ya se habían ido de casa y se preguntaba qué pasaría cuando la más chica también creciera. Haciendo gesto de balancear un bebé, nos dice "es que a mí me encantan los bebés". "Está bien que te gusten los bebés, pero no precisas tener otro, podés cuidar bebés, ser niñera por ejemplo". Rosa, muy tajantemente, pero entre risas de vergüenza, decía que no le gustaba usar preservativo, y que a su pareja tampoco. Otros métodos sugeridos por los técnicos, como preservativo femenino, el DIU, el implante o la inyección tampoco le gustaban e iban siendo uno a uno descartados. De hecho, luego de tener a su última hija, tuvo el implante por 2 años y se lo quitó por una infección. "Bueno, ¿qué te parece si vemos para la semana que viene acompañarte al médico para que te vea y te dé pastillas? ¿Vos tendrías el compromiso de tomar la pastilla todos los días?". "Si tengo que tomarla y sí, ¿qué le voy a hacer?", contesta desilusionada Rosa. "No es que tengas que tomarla, es que si vos querés tener más hijos está bien que quieras, vos hacés con tu cuerpo lo que creés mejor para vos, pero sí sería bueno que vos pudieras tomar esa decisión, de decidir cuándo quedar embarazada, de planificarlo". "No, sí, yo tomaría la pastilla, lo que pasa es que no sé si me voy a olvidar. ¿Qué pasa si me olvido un día de tomar la pastilla? Ya está, quedo embarazada". Viviana intenta explicarle que olvidándose un día de la pastilla no va a pasar nada, pero que si siempre se olvida, sí puede haber problema con la eficacia, y junto con Javier, el segundo técnico, le sugieren ponerse una alarma para recordatorio. Quedan en que la próxima semana Rosa va a un ginecólogo a pedir las pastillas. Los técnicos van a hablar con el médico de Carretas para que les marque un horario (Observación de campo, Carretas, Horneros, 6 dic. 2019).

Rosa es una mujer de poco más de 30 años que vivía en la localidad rural de Carretas, en una casa de bloques de cemento de un ambiente, junto a sus 7 hijos. Según me relató la dupla de técnicos en su momento, Rosa había sido entregada por su madre a un peón rural de estancia cuando ella aún era adolescente, y con quien tuvo a su primer hijo, ahora ya adolescente. Rosa estaba siendo *intervenida* hacía muy poco tiempo, debido a sus *extremas* vulnerabilidades socioeconómicas. En ese momento estaba esperando que se terminara la construcción de su casa con el Programa MEVIR[8] en la misma localidad. Durante la *visita*, en numerosos momentos Rosa transmitió su deseo de volver a ser madre, pero este era rápidamente apaciguado con soluciones persuasivas –distintos métodos anticonceptivos, entender que los hijos algún día crecen y eso no era un problema, conseguirle hora en el ginecólogo, trabajar como niñera, etc.–. Aunque todo haya surgido de un supuesto intento de aborto, me llamó la atención la manera en que los técnicos direccionaban rápidamente la solución hacia la búsqueda de métodos anticonceptivos,

7 Marca comercial de la dipirona.

8 Movimiento de Erradicación de la Vivienda Insalubre Rural, es una personería pública de derecho privado, de construcción de viviendas en el medio rural con el sistema de ayuda mutua.

colocando a Rosa en una situación en la que difícilmente podía negarse. En este caso, así como en otros que analicé en la tesis (Repetto, 2025), el *acompañamiento* pasa por guiar a las mujeres hacia una introyección, una adopción interna, de valores e ideas, en este caso relativos a los tiempos de la maternidad, al *compromiso* para consigo misma, y a las formas correctas y esperables de conducirla. En ese *acompañamiento*, ambiguo por su doble condición de buscar simultáneamente proteger a Rosa y a un eventual hijo y de condicionarla en sus decisiones, vemos con sutileza un ejercicio de poder, pugnando por qué es "lo mejor" para Rosa.

El problema de la natalidad y la maternidad ha sido tematizado como problema social durante décadas en Uruguay y el mundo. En Uruguay, han sido frecuentemente asociados tanto a las baja tasa de natalidad como a la alta tasa de envejecimiento de la población, así como a la problemática del embarazo adolescente. Como analiza Peruchena (2020), ya durante las primeras décadas del siglo XX la natalidad fue parte esencial de la "cuestión social", llevando a que la maternidad se convirtiera en un objeto de actuación estatal. En ese entonces, el problema de la natalidad se constituyó rápidamente en un problema social, médico y político, que interpretó y defendió que las razones de la baja natalidad y las altas tasas de mortalidad infantil se encontraban en la pobreza extrema y en la ignorancia de la madre, haciendo que, por lo tanto, se movilizaran acciones estatales en búsqueda de una maternidad deseada. En este caso, aunque el abordaje de la maternidad y el propio entendimiento de esta se han modificado con el paso del tiempo, es interesante notar la reactualización y persistencia de la misma como problema y como foco de actuación estatal.

En el contexto de las guarderías municipales de Río de Janeiro, Camila Fernandes (2017) muestra cómo, siendo un sistema altamente codiciado por las oportunidades que ofrece y, al mismo tiempo, altamente precarizado vista la falta estructural de cupos, circulan figuras de acusaciones morales. Como muestra la autora, aún frente a la evidencia de una reducción de la natalidad entre la población pobre, los imaginarios respecto a una "hipernatalidad" continúan vigentes (Fernandes, 2017, p. 15). En el caso de Rosa, tanto en el fragmento expuesto como en otras situaciones observadas en campo, se evidencia la circulación de ideas y acusaciones sobre lo que se considera una mala gestión de la maternidad y formas equivocadas de tener hijos. El equipo ya me había transmitido en otra ocasión que los hijos de Rosa eran "todos de padres diferentes" y que la "nueva pareja" les preocupaba porque, entre otras cuestiones, llegaba en un momento en el que la vivienda de MEVIR estaba por quedar pronta y temían que el hombre se fuera a vivir con ella y sus hijos, desconfigurando los avances que habían tenido junto a Rosa. En ese sentido, el "problema" de la natalidad y el traer hijos en condiciones de pobreza es una discusión que trasciende períodos particulares, aunque las retóricas que asume hayan ido tomando distintos tonos a lo largo de la historia.

Por otro lado, en distintas situaciones etnográficas surgía la alusión, por parte de los

técnicos, a los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres que eran *intervenidas*. En este fragmento, los consejos y persuasiones sobre planificación familiar y la incorporación de métodos anticonceptivos eran movilizados a la par de la expresión de que las mujeres tienen derecho a decidir sobre sus cuerpos. Esto emergía con fuerza en casos donde se creía que la mujer estaba ejerciendo trabajo sexual, cuando aparecían nuevas parejas, o en las discusiones sobre la maternidad. Los técnicos asumen para sí el enfoque de derechos sexuales y se esfuerzan en aplicarlos. Sin embargo, pese a ese esfuerzo, persiste una reactualización del paradigma del "embarazo planificado" y de la maternidad correcta, al transmitirle a las mujeres la necesidad de planificar sus embarazos o instarlas a que no sean madres nuevamente.

Existe en Uruguay (no apenas, claro) un imaginario muy consolidado y arraigado sobre la reproducción de la pobreza. Más allá del embarazo adolescente, campo sobre el cual más se explayan las políticas que vinculan natalidad y pobreza, es de observar que el campo de la regulación de la maternidad suele ser tematizado como un problema social cuando se trata de madres pobres. Sobre el asunto, no quiero decir que no sean necesarias medidas de prevención o "ayuda" para adolescentes, o que no sean necesarias políticas de apoyo a mujeres madres y embarazadas de sectores populares; lo contrario. Sí me gustaría hacer hincapié en cómo hay una tendencia a moralizar negativamente estos sectores sociales respecto de sus trayectorias y decisiones reproductivas.

Políticas como las de Cercanías buscan "fortalecer las capacidades familiares" en el entendido de que es la familia la célula primaria de la sociedad y la que puede posibilitar cambios en sus integrantes, con la ayuda estatal. Cris Shore (2010) mostraba que las políticas públicas no son instrumentos ideológicamente neutros, aunque se las enuncien como basadas en el saber científico y técnico. Al contrario, políticas como Cercanías codifican normas sociales y valores, contienen modelos implícitos y explícitos de la sociedad y de cómo los sujetos deberían vincularse con ella y entre sí. Así, en las situaciones antes analizadas, el *acompañamiento* parece operar en la subjetividad de los individuos, en la percepción de sí, una vez que el trabajo técnico busca una reacción y reinterpretación desde los sujetos, para que se actúe opuesto al modo en que se viene actuando. Por fuera de lo puntual de las escenas mostradas, y siguiendo a Shore (2010), las políticas cobran relevancia en tanto nos muestran modelos cristalizados de sociedad y de cómo las técnicas utilizadas moldean y crean a los sujetos durante la interacción social. La ausencia repetida de las figuras masculinas en todas estas escenas, como cuidadores o como padres, nos apunta la escisión entre las políticas como instrumentos neutros y su práctica cotidiana, o la escisión entre la forma ideal de familia en contraste con sus manifestaciones reales. Aunque la "familia" y la reproducción puedan ser relativizados por los técnicos, los imaginarios sociales están latentes y se infiltran en su quehacer cotidiano, reproduciendo lógicas como la conexión entre maternidad y género.

María Gabriela Lugones (2017) conceptualizó como "matronato" o "gestiones maternales" a ciertas "técnicas de menorización" estatales que observó en un Tribunal de Menores en Córdoba. Con esa figura, se refería a "formas de aconsejamiento" que social y culturalmente suelen atribuirse a modos y prácticas maternales. Esto implica resaltar el "carácter pretendidamente bien intencionado y en su modalidad persuasiva, pedagógica, y no por ello desprovista de voluntad de dominio" (Lugones, 2017, p. 3-4) de las actuaciones estatales. La autora mostraba que la eficacia de las actuaciones de las administradoras devenía en gran parte de las "formas de aconsejamiento", "difíciles de ser resistidas", ya que invocan en sí mismas la premisa de la "buena intención", dado que son movilizadas "por el bien" del administrado. El "matronato" actuaría en el repertorio del proteger, aconsejar y reprender, así como en las cualidades y tonos enunciativos que se presumen maternales, como el saber oír, ver y "tener olfato" ante situaciones de riesgo. En nuestro caso, la capacidad del equipo técnico de dirigirse en modos tan próximos, tan familiares y tan maternales, se apoyan en la misma búsqueda por construir un vínculo de confianza con las personas *intervenidas*, como un modo que habilita el propio *acompañamiento*, como señalé al inicio del artículo. En otras situaciones etnográficas, la gestión maternal se expresaba en casos como los reproches a mujeres que no contestaban los mensajes de celular enviados por el equipo, ante constataciones de fulana "me está mintiendo" o reprimendas ante situaciones donde las mujeres no "contactaban" ante eventuales peligros y avisos dados (¡"no te rías, esto es en serio!").

De este modo, la gestión maternal emula intrínsecamente formas de persuasión amorosas junto a "rezongos" a los que las mujeres están acostumbradas a escuchar, y ante los cuales responden sin mayor resistencia ni oposición. Estas formas pautan las *visitas* hacia un vínculo *próximo*, apoyado en lazos emocionales entre ambas partes, pero que, como colocaba Lugones, sólo es posible si se reconoce (implícitamente) la existencia de una relación asimétrica donde una de las partes tiene autoridad para aconsejar y reprender a la otra.

Haciendo eco de las formulaciones sobre la categorización de "población" de Foucault (2021 [1976]), aquí el Estado parecería manifestarse como una entidad que posee el poder de regularizar la vida y de definir cómo estas deben ser vividas, incluso si esto no puede ser logrado. En esa dinámica, la matriz de la protección social, en sus diversas políticas públicas, va a estar atravesada por horizontes morales que definen, en la práctica, cómo se debe vivir. Y en ese "cómo se debe vivir", está implícito qué tipos de vidas se consideran inadecuados, incorrectos, riesgosos, y con ello, cuáles serán las fórmulas para corregirlo. De este modo, la apuesta por inducir cambios en el relacionamiento de las personas, fortaleciendo los cuidados, se traduce en el campo en fórmulas pedagógicas de enseñar a ser y vivir bien, promoviendo que las personas "visualicen" y "contacten" con sus problemas, manifestando así un proceso de reintroducción del poder soberano en el campo de la vida íntima.

CONSIDERACIONES FINALES

Como argumenta Das (2020) para el caso de la India, si es posible hablar del Estado y de la sociedad como representantes de dos formas distintas de sociabilidad, en la vida cotidiana es posible observar la manera en que el Estado es recreado dentro de lo doméstico y de lo personal, y no apenas de manera externa a estos universos. Tal como muestra Vianna (2002, 2014), Estado, familia y lo doméstico se entrelazan y se constituyen los unos a los otros. En nuestro caso, el *acompañamiento* familiar permite ver la magnitud y cómo el arte de gobernar a la pobreza toma cuerpo, cómo accede al orden doméstico –aquel que se supone estar por fuera del radar estatal–, interviniendo en el cómo las mujeres *cuidan* el presente y el futuro de sus hijos. La actuación sobre el ámbito doméstico muestra que el Estado, a través de sus técnicos y tecnologías de gobierno, expande su fuerza hacia el espacio privado, capturándolo como otro espacio de soberanía. Allí es que el "Estado", representado por los cuadros técnicos, se hace testigo (y cómplice) de la precariedad en que viven las personas pobres. Aunque esta presencia notoriamente consigue poner en cuestión la desigualdad, así como aliviar el sufrimiento por medio de programas de transferencia y acceso a ciertos derechos sociales, estos mecanismos no están desprovistos de tensiones morales y formas específicas de regular la vida, al guiar cómo ésta debe ser vivida mediante la utilización de prácticas sutiles de poder.

Más que formas de disciplinamiento de los pobres por vía de la vigilancia o del castigo, el *acompañamiento* busca hacer que los sujetos *contacten* y *visualicen* sus propios problemas y que redimensionen muchas de sus prácticas consideradas problemáticas, de riesgo, de daño y peligro. Por ese motivo, la política se desliza hacia donde habita la subjetividad: la casa, la familia, la crianza, los vínculos afectivos, la sexualidad, la maternidad. Del lado de las mujeres y las familias, abrir el hogar a los técnicos, además de que asegura el acceso a ciertos bienes y servicios, opera como forma de hacerse visible y legible para el poder estatal y, también, el dote a pagar por el acceso a los derechos sociales en cuestión. En este punto, me interesa destacar que el *acompañamiento* es una dinámica de doble vía, en tanto pone en relación a mujeres y técnicos y, por ende, sujeta a ambos a emocionalidades y expectativas de actuación. Por una parte, los programas, al llevar recursos a la gente, también esperan la demostración de cambios en el comportamiento y los cuidados. Así mismo, en un contexto de precariedad y falta de recursos que afecta también a los técnicos, estos se ven obligados a decidir a quiénes otorgar bienes, ayuda y su tiempo, y a quiénes no. En esas decisiones circulan, inevitablemente, horizontes morales de merecimiento, afecto y rechazo hacia esas mujeres.

Sobre este último punto, retomo el análisis de Vianna (2005) sobre las moralidades en su estudio sobre procesos de tenencia de "menores" en Río de Janeiro. La autora observaba

que las decisiones judiciales, aún en su aparente objetividad o neutralidad legal, estaban igualmente atravesadas por consideraciones morales respecto a los cuidadores y potenciales tutores de los niños y adolescentes. En las decisiones judiciales (así como en las actuaciones cotidianas del MIDES), lo moral emerge como un terreno de lo no dicho, lo no explícito y lo informal, en donde las obligaciones y responsabilidades de los sujetos no tienen recompensas ni puniciones explícitas. Como marca la autora, el desafío sería percibir etnográficamente cómo operan las moralidades en estos terrenos, y cómo determinadas gramáticas "legales", como la "responsabilidad" o incluso el cuidado y los derechos sexuales y reproductivos a los que Cercanías hacía referencia, están atravesadas por cargas morales, y, a su vez, cómo estos terrenos invocan los mundos sociales de funcionarios y tutores.

Enmarcada en la discusión sobre el poder tutelar, Vianna (2002) también muestra que la relación entre funcionarios y tutelados (los "menores" y los responsables) es una relación de mano doble, que implica responsabilidades y obligaciones para ambos lados. De parte de los funcionarios, coloca la obligación de performatizar el "poder soberano" de incidir en el rumbo de las familias, a la par de que los obliga a ser "eficaces" en las resoluciones que tomen y en los cambios que sean capaces de generar. En el caso de Cercanías la obligación de promover cambios que mejoren las condiciones de vida de las familias *acompañadas*, aunque están mediadas por índices de vulnerabilidad, diagnósticos y metas trazadas a nivel estatal "formal", en el día a día están profundamente enlazados a las expectativas de los técnicos, en sus nociones de maternidad y crianza, así como en las posibilidades de negociación frente a los mundos sociales de las propias mujeres con las que dialogan. De la parte de estas últimas, la escucha y muchas veces la aceptación condicionada o no de los consejos de los técnicos implica poder continuar en el Programa, acceder a sus beneficios palpables y tener figuras de referencia que facilitan trámites, pero que también brindan espacios de escucha y contención. Siguiendo la acepción de Fassin (2012, p. 266) respecto a las economías morales, entendidas como "the production, dissemination, circulation and use of emotions and values, norms and obligations in the social space: they characterize a particular historical moment and in some cases a specific group", se cristalizan a medida en que los gobiernos no logran satisfacer las demandas mínimas de la población. Es decir, la propia precarización que une técnicos y familias hace que la "respuesta" que puedan dar los trabajadores se acote a orientar y aconsejar, como en el caso de Rosa sobre los tiempos de maternidad o la escucha maternal de Carla; consejos que están atravesados por sus propios horizontes morales.

También busqué mostrar el entrelazamiento entre clase, género y Estado. La gran mayoría de las familias *acompañadas* eran, en la práctica, mujeres con hijos, es decir, *intervenidas* en su calidad de madres. En los diálogos que tuve con trabajadores del área social, esa normalización era problematizada como un "debe", es decir, algo que se debería abordar, pero que no se aborda

adecuadamente a nivel de las *intervenciones* ni a nivel de "Estado". Durante el campo escuché y leí numerosas veces que determinada madre "no paraba en la casa", o que "vivía dejando a los chiquilines solos", sin ver la misma queja dirigida al padre. De este modo, la normalización acerca de la *intervención* sobre las mujeres pobres llama la atención hacia las concepciones socialmente arraigadas respecto al rol de las mismas en Uruguay.

Finalmente, *acompañar* implica un ejercicio de poder polisémico, apoyado en una paradoja que le es constitutiva. Como intenté mostrar a través de las escenas etnográficas, los sentidos del "acompañar" implican ayudar, asistir –como prácticas intencionadas en pro de mejorar la vida de las personas que viven "al margen" del Estado–. Entre tanto, en estas mismas dinámicas que imbrican concepciones arraigadas sobre género, maternidad y clase, y, por ende, horizontes morales entre técnicos y familias, también circulan mecanismos sutiles de control y tutela. Como mostraba Souza Lima (2012), en estas situaciones es posible observar cómo las categorías se gestionan y reformulan, en un ejercicio continuo de *hacerse* y producirse Estado.

REFERENCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. (ed.). **The Anthropology of the State**: a reader. New Jersey: Blackwell Publishing, 2006. p.112-130.
2. AGUDO, Alejandro. **Una etnografía de la administración de la pobreza**. La producción social de los programas de desarrollo. México: Universidad Iberoamericana Ciudad de México, 2015.
3. AGUIRRE, Mariana. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. *In:* ARRIAGADA, Irma. (coord.). **Familias y políticas públicas en América Latina**: una historia de desencuentros. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. p. 187-198.
4. ARGUIÑARENA, Antía; CASTELLI, Luisina; ROSSAL, Marcelo; ZINO, Camilo; BAZZINO, Rafael; GUTIÉRREZ, Gonzalo . Perspectivas etnográficas sobre familias en Uruguay. *In*: DE MARTINO, Mónica. **Trabajo social con familias**: dilemas teórico-metodológicos, éticos y tecno-operativos. Montevideo: Editorial Universidad de la República, 2020. p. 26-46.
5. BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p 91-136.
6. CAMORS, Verónica. **El quehacer cotidiano de las políticas de tierras**. Sobre los (des) encuentros entre las burocracias estatales y las mujeres rurales en Uruguay. 2023. Tesis (Doctorado en Antropología) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Montevideo, 2023.

7. CARRASCO, Cristina, El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, Madrid, v. 31, n. 1, p. 39-56, 2013. Disponible en: https://doi.org/10.5209/rev_CRLA.2013.v31.n1.41627. Acceso en: 5 nov. 2025.

8. DALY, Mary; LEWIS, Jane. El concepto de "Social Care" y el análisis de los estados de bienestar contemporáneos. *In*: CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina.; TORNS, Teresa (ed.). **El trabajo de cuidados**: historia, teorías y política. Madrid: Catarata, 2011. p. 223-249.

9. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nueva razón del mundo**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.

10. DAS, Veena. **Vida e palavras**. A violência e sua descida no cotidiano. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.

11. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires , n. 27, p. 19-52, 2008.

12. DE MARTINO, Mónica. Familias, Estado y políticas sociales. La trama de nuevas formas de gobierno. **Revista Trabajo Social**, Montevideo, n. 76, p. 119-131, jul. 2009.

13. FASSIN, Didier. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. **Anthropological Theory**, Londres , v. 8, n. 4, p. 333-344, 2008. Disponible en: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499608096642. Acceso en: 3 feb. 2025.

14. FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. California: University of California Press, 2012.

15. FASSIN, Didier. Prefacio. Gobernar a los pobres. *In*: ROJAS LASCH, Carolina. **Ayudar a los pobres**. Etnografía del Estado Social y las políticas de asistencia. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019. p. 13-17.

16. FERNANDES, Camila. Figuras do constrangimento: as instituições de Estado e as políticas de acusação sexual. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 365-390, 2019. Disponible en: https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p365. Acceso en: 7 nov. 2025.

17. FILARDO, Verónica; MERKLEN, Denis. **Detrás de la línea de la pobreza**. La vida en los barrios populares de Montevideo. Buenos Aires: Gorla, 2019.

18. FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n.2, p. 50-59, maio/ago., 2005.

19. FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; UZIEL, Anna Paula; VIANNA, Adriana. El principio del 'interés superior' de la niñez tras dos décadas de prácticas: perspectivas comparativas. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona , v. 16, n. 395, mar. 2012. Disponible en: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/3428. Acceso en: 12 dic. 2024.

20. FOSTER, George. The Dyadic Contract: a model for the social structure of a Mexican

peasant village. *In*: POTTER, Jack; DIAZ, May; FOSTER, George. **Peasant Society**: a Reader. Boston: Little Brown, 1967. p. 213-230.

21. FOUCAULT, Michael. Clase del 17 de marzo de 1976. *In*: FOUCAULT, Michael. **Defender la sociedad**. Curso en el College de France (1975-1976). Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2021. p. 217-239.

22. GUPTA, Akhil. **Red Tape**: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

23. GUPTA, Akhil. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. *In*: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. **Antropología del Estado.** México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 71-145.

24. LUGONES, María Gabriela. ¿Matronato? Gestiones maternales de protección estatal. **Revista Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponible en: https://doi.org/10.1590/18094449201700510002. Acceso en: 3 feb. 2025.

25. MARTÍNEZ, Juliana. Desigualdades de género en los regímenes de bienestar latinoamericanos: mercado, política social y organización familiar de los cuidados. *In*: PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla. **Las fronteras del cuidado**. Agenda, derechos e infraestructura. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 59-98.

26. MIDAGLIA, Carmen **¿Vieja o nueva institucionalidad?** Las políticas sociales en el Uruguay de los 90. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Río de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

27. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014. Disponible en : https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100005. Acceso en: 7 nov. 2025.

28. PERROTA, Valentina. **Las licencias parentales y la corresponsabilidad de género en Uruguay**: las políticas, las prácticas y los mandatos de género en tensión. 2020. Tesis (Doctorado en Sociología) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2020.

29. PERUCHENA, Lourdes. **La madre de nosotros**. Maternidad, maternalismo y Estado en el Uruguay del Novecientos. 2020. Tesis (Doctorado en Historia) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Montevideo, 2020.

30. REPETTO, Francesca. **O acompanhamento dos pobres.** Moralidades, gênero e pobreza em intervenções estatais no Uruguai. 2025. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

31. ROCCO, Beatriz. Reflexiones en torno a la atención de familias en situación de vulneración: aportes en base a la experiencia de los programas de proximidad. *In*: DE MARTINO, Mónica (org.). **Trabajo Social con familias**: dilemas teórico-metodológicos, éticos y tecno-operativos. Montevideo: Udelar, 2020. p. 412-427.

32. ROJAS LASCH, Camila. Afecto y cuidado: pilar de la política social neoliberal. **Polis, Revista Latinoamericana**, [*s. l.*], v. 17, n. 49, p. 127-149, 2018. Disponible en: http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682018000100127. Acceso en: 5 dic. 2023.

33. ROSE, Nikolas. **Governing the Soul**: The Shaping of the Private Self. Londres: Free Association Books, 1999.

34. SARACENO, Chiara. Varieties of familialism: Comparing four southern European and East Asian welfare regimes. **Journal of European Social Policy**, Thousand Oaks, v. 26, n. 4, p. 314-326, 2016. Disponible en: https://doi.org/10.1177/0958928716657275. Acceso en: 7 nov. 2025.

35. SCOTT, James. **Lo que ve el Estado**. Como ciertos esquemas para mejorar la condición humana han fallado. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2022. [1995].

36. SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. **Revista Antípoda**, Colombia, n. 10, p. 21-49, 2010. Disponible en: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81415652003. Acceso en: 3 feb. 2024.

37. SIMMEL, George. La cantidad de grupos sociales. *In:* SIMMEL, George. **Sociología**: estudios sobre las formas de socialización. México: Fondo de Cultura Económica, 2014. p. 136-205.

38. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

39. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Algumas perspectivas sobre (vários) exercícios tutelares: apresentação ao volume. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (org). **Tutela.** Formação de Estado e Tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2014. p. 9-30.

40. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre Gestar e Gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Gestar e Gerir**. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 11-23.

41. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012. Disponible en: https://revistas.usp.br/ra/article/download/59295/64154. Acceso en: 13 jan. 2026.

42. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES, Caio. Introdução. Fabricando unidade, embalando a dispersão: estudos de Antropologia do Estado. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos; GONÇALVES, Caio (org.). **Maquinaria da unidade, bordas da dispersão**. Estudos de Antropologia do Estado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021. p. 11-46.

43. SVAMPA, Maristella. **Debates latinoamericanos**: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. São Paulo: Elefante , 2023.

44. URUGUAY. Ministerio de Desarrollo Social (Mides). **Plan De Atención Nacional a la**

Emergencia Social (PANES) 2005 - 2007. Uruguay: MIDES, 2008.

45. URUGUAY. Ministerio de Desarrollo Social (Mides). **Programa Cercanías**. Modelo de Atención. Montevideo: MIDES, 2016. Disponible en: https://guiaderecursos.mides.gub.uy/innovaportal/file/85536/1/modelo-atencion-2016.pdf. Acceso en: 7 feb. 2025.

46. URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística (INE). **Informe Líneas de pobreza e indigencia**. Metodología 2017. Montevideo, 2015. Disponible en: https://www5.ine.gub.uy/documents/Demograf%C3%ADayEESS/PDF/ECH/Pobreza/Metodolog%C3%ADa%202017%20final%20v140525.pdf. Acceso en: 3 feb. 2025.

47. VIANNA, Adriana. A produção de destinos: ação tutelar, escolhas e viabilidades na gestão da infância. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (org.). **Tutela**. Formação de Estado e Tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014. p. 367-398.

48. VIANNA, Adriana. Direitos, moralidades e desigualdades: Considerações a partir de processos de guarda de crianças. *In*: KANT DE LIMA, Roberto (org.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2005. p. 13-69.

49. VIANNA, Adriana. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Gestar e Gerir.** Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 11-23.

50. VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponible en: https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/?format=pdf&lang=pt. Acceso en: 21 abr. 2025.

51. VILLALTA, Carla. Antropología de las intervenciones estatales sobre la infancia, la adolescencia y la familia Etnografiando prácticas cotidianas, construyendo perspectivas analíticas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 53, p. 21-37, may./oct. 2021. Disponible en: https://doi.org/10.34096/cas.i53.10169. Acceso en: 7 nov. 2025.

Francesca Repetto Iribarne
Profesora en la Universidad de la República. Doctora en Antropologiaa Social por la Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5132-963X. E-mail: afripas@gmail.com

ANTROPOLÍTICA

58.1

1° QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

DOSSIÊ TEMÁTICO

A pluralidade da maconha e o enfoque antropológico do tema na América Latina[1]

The plurality of marijuana and the anthropological approach to the topic in Latin America

Florencia Corbelle
Universidad de Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina

Marcílio Dantas Brandão
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, Pernambuco, Brasil

Frederico Policarpo
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este dossiê reúne contribuições que analisam, da perspectiva das ciências sociais, as transações e controvérsias em torno da maconha no Brasil e na Argentina, compreendendo-as como um problema público marcado por disputas morais, jurídicas, científicas e políticas. Os artigos aqui reunidos exploram os processos de regulamentação do uso terapêutico-medicinal, as formas de mobilização de usuários, familiares e ativistas, e os modos pelos quais diferentes atores e burocracias, que têm práticas e saberes específicos, produzem e negociam fronteiras entre o lícito e o ilícito. O dossiê evidencia que os recentes avanços no reconhecimento do uso medicinal da maconha não significam a superação do paradigma proibicionista, mas sua reconfiguração, gerando novas hierarquias de legitimidade, desigualdades de acesso e tensões institucionais. Ao articular escalas macro e micro de análise, os trabalhos reunidos contribuem para a compreensão das dinâmicas contemporâneas das políticas de drogas na América Latina e reafirmam a centralidade das ciências sociais, e da antropologia em particular, para o estudo das controvérsias públicas, das burocracias estatais e das disputas por reconhecimento e direitos. Assim, ao mesmo tempo em que aprofunda reflexões relacionadas com políticas de drogas, este dossiê convida a pensar a maconha como um problema público particularmente fértil para a antropologia, na medida em que permite observar, de forma privilegiada, o funcionamento das burocracias estatais, a produção situada da legalidade, as disputas

1 Este artigo contou com os seguintes financiamentos: Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) (processo nº E-26/201.458/2022), Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), processo nº 315803/2023-1, e recursos provenientes de editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para projetos em cooperação com comprovada articulação internacional (processos º 443609/2023-3 e nº 405016/2024-7).

CC BY

morais em torno da saúde e do crime e a construção de formas de fazer política particulares, cujas implicações ultrapassam amplamente o campo das políticas de drogas.

Palavras-chave: Maconha, Cannabis, Burocracias, Ativismos, Brasil e Argentina.

ABSTRACT

This dossier brings together contributions that analyze, from a social science perspective, the transactions and controversies surrounding marijuana in Brazil and Argentina, understanding it as a public problem marked by moral, legal, scientific, and political disputes. The articles explore the processes of regulating therapeutic and medicinal use, the forms of mobilization of users, family members, and activists, and the ways in which different actors and bureaucracies—that have specific practices and knowledge—produce and negotiate boundaries between the licit and the illicit. The dossier shows that recent advances in the recognition of the medicinal use of marijuana do not mean the overcoming of the prohibitionist paradigm, but rather its reconfiguration, generating new hierarchies of legitimacy, inequalities of access, and institutional tensions. By articulating macro and micro scales of analysis, the collected works contribute to the understanding of the contemporary dynamics of drug policies in Latin America and reaffirm the centrality of the social sciences, and anthropology in particular, to the study of public controversies, state bureaucracies, and disputes over recognition and rights. Thus, while advancing reflections on drug policies, this dossier also proposes an examination of marijuana as a public problem of particular relevance to anthropology, insofar as it provides a privileged analytical vantage point from which to observe the functioning of state bureaucracies, the situated production of legality, moral disputes surrounding health and crime, and the constitution of specific modes of political practice, whose implications extend well beyond the domain of drug policies.

Keywords: Marijuana, Cannabis, Bureaucracies, Activisms, Brazil and Argentina.

INTRODUÇÃO

A antropologia tem sido um campo fecundo para a análise das múltiplas controvérsias que pesam sobre a maconha. Desde os primórdios do século passado no Brasil, quando o estudioso dos costumes afrobrasileiros Manuel Querino (1916) contestou as afirmações do médico José Rodrigues da Costa Dória (1915) sobre esse tema, podemos dizer que a controvérsia invadiu o campo de uma antropologia que, à época, ainda não estava institucionalizada neste país. De lá para cá, foram muitos antropólogos, como Freyre (2003 [1933], 1937, 1960) e

de diferentes estirpes que se dedicaram ao tema, entre eles Gilberto Velho no Rio de Janeiro dos anos 1970; Edward MacRae e Júlio de Assis Simões, em São Paulo na década seguinte e, posteriormente, Luiz Mott e Bruno Cavalcanti que, a partir do Nordeste, somaram-se a outros colegas de profissão para reforçar a importância do tema no âmbito da já devidamente instituída Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Assim, o debate sobre maconha é um velho conhecido deste domínio disciplinar e continua ainda bastante frequente em nossas discussões, como atesta a persistente afluência de trabalhos sobre o tema nas últimas reuniões da ABA. Além disso, em países vizinhos latino-americanos as contribuições a este campo de estudos têm crescido exponencialmente nos últimos anos (Corbelle, 2018, 2023a, 2023b; Díaz, 2018, 2020; Góngora, 2017; Romero; Aguilar, 2020; entre outros), enriquecendo o debate e fomentando o intercâmbio regional. Deste modo, a antropologia vem sendo um ator coletivo importante para fazer das transações com maconha um foco de investigação e ação.

A publicação deste dossiê em uma importante revista da antropologia, com relevância nacional e internacional, em especial, latino-americana, reflete a atualidade desse debate e os artigos que o compõem formam uma mostra relevante da produção antropológica sobre o tema nos dois maiores países da América do Sul. Enfocando as controvérsias como processos de disputa de reconhecimento, verdade e autoridade que têm consequências legais, sociais, políticas e econômicas diversas, sabemos que a maconha constitui um verdadeiro problema público, como apontaram Adiala (1986), Brandão (2014a), Corbelle (2023a), Mentasti e Romero (2024), por exemplo. Em meio a este problema, sabemos que nem a denominação da substância é consensual. Neste volume, escolhemos empregar prioritariamente o termo popular mais frequente na língua portuguesa para denominá-la: maconha. Essa escolha não é algo sem importância, pois revela tanto o compromisso de não reforçar os saberes científicos em detrimento dos saberes populares quanto a nossa posição em favor de aplicações desta planta não apenas em processos amparados sob o guarda-chuva da ciência ou de alguma especialidade profissional. E esse posicionamento também explica a imagem que ilustra a capa deste dossiê. Em vez de escolher uma fotografia de pessoas olhando um pé de maconha, uma flor de cannabis junto a um conta-gotas ou alguém vestindo um jaleco, optamos pela imagem da obra de um artista canábico latino-americano,[2] que remete às múltiplas arestas que possui a chamada "cultura canábica".[3]

As restrições do enfoque sobre o tema são frequentes no debate legislativo e nas medidas

2 Nos referimos à obra de Rosenfeldtown, intitulada *Flauta cannábica* (2021).

3 Por "cultura canábica" entendemos um entramado de práticas, saberes, sensibilidades, estéticas e disputas políticas que se articulam em torno da planta de cannabis e de seus usos, e que excede amplamente o consumo, envolvendo formas de produção, cuidado, ativismo, criação artística, circulação de conhecimentos e construção de sentidos coletivos.

judiciais que autorizam ou protegem quem realiza transações com maconha que são reconhecidas como tratamentos de saúde. Consideramos que esse debate precisa ser feito no campo da saúde humana, mas também precisa ir além deste enfoque e de um outro habitual nesta seara, que é o da violência. A escolha da classificação popular sinaliza nossa intenção de contribuir para a ampliação e diversificação do debate. No campo dito científico, a substância que enfocamos é habitualmente denominada pelo termo que foi incorporado à taxonomia vegetal por Lineu no século XVIII: *Cannabis*; o que justifica que este termo também seja empregado para se referir à maconha neste volume, mas consideramos que o problema vai muito além das ciências e por isso utilizamos prioritariamente uma denominação mais comum em outros domínios.

Além de ultrapassar as fronteiras da ciência, a história da maconha revela a existência de diferentes "ciclos de atenção" ao tema no Brasil (Brandão, 2014a, 2014b, 2016) e no restante da América Latina desde o início do projeto de exploração desse território como colônia (Labate; Rodriguez, 2015). Estes diversos ciclos de atenção continuam operando na atualidade e se influenciando mutuamente, conforme demonstraram Brandão, Fraga, Policarpo e Rezende (2024), mas há — no momento atual — um retorno do ciclo de atenção terapêutica a lugar de destaque no debate público sobre o tema (Labiano, 2020). Isto que Corbelle (2023a) denominou de "giro medicinal", pode ser também compreendido como uma retomada do interesse da jurisdição médica pela propriedade do problema da maconha, conforme é discutido por Brandão (2023). Entre giros e retomadas, a maconha segue avançando como estratégia terapêutica (Policarpo; Martins, 2019; Díaz, 2022; Díaz; Aguilar; Romero, 2021), mas continua alvejada por controvérsias e persiste atravessada por transações para fins não consensualmente reconhecidos como úteis à saúde humana.

Esta diversidade de atenção à maconha é o que preside nosso interesse de organizar este dossiê bem como tem nos motivado a manter projetos de investigação sobre o tema e grupos de trabalho em diferentes encontros e associações do nosso campo científico que se inscrevem, por sua vez, numa larga história de colaboração que segue se adensando entre os organizadores do dossiê, as instituições, os projetos e as redes de cooperação internacional a que se vinculam.

Essa história específica de parcerias de investigação antropológica entre o Brasil e a Argentina remonta ao final da década de 1990, tendo epicentro no estado do Rio de Janeiro, onde a convergência de interesses entre o antropólogo brasileiro Roberto Kant de Lima, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), e a antropóloga argentina Sofía Tiscornia, professora da Universidad de Buenos Aires (UBA) gerou o início de uma colaboração para estudos comparados internacionais de administração de conflitos. Desde então, eles, seus orientandos e diversos outros parceiros vêm produzindo ações de cooperação neste sentido. Nessa história há produções muito relevantes, mas no âmbito deste dossiê vale ressaltar o Projeto *Burocracias estatais em torno da maconha: Programa de Estudos Comparados em Políticas de Drogas*

e seus Efeitos na América Latina[4] e o encontro que este gera entre os organizadores e alguns dos demais autores reunidos neste volume,[5] fomentando a análise comparada internacional de questões relacionadas à maconha no Brasil e na Argentina.

O que resta desta apresentação se divide em três seções. A seguinte seção enfatiza a importância de estudar as transações com maconha. Em seguida, apresentamos os artigos que compõem o dossiê e os aportes que estes realizam. Por fim, a última seção aponta as considerações finais dos organizadores.

POR QUE ESTUDAR MACONHA?

Apesar de ter sido proibida na maior parte do mundo em diferentes momentos do século XX, as pessoas continuaram a produzir, fazer circular e consumir maconha. Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Droga e o Crime (UNODC, 2025), a mais consumida das substâncias classificadas como droga ilícita, tanto no Brasil e na Argentina quanto no resto do mundo há muitos anos, é a maconha. No caso específico desta substância, o paradoxo se amplia porque, além das transações com ela se manterem apesar da proibição, os usos da maconha com a finalidade de tratar problemas de saúde humana são progressivamente mais conhecidos e reconhecidos, motivando um anexo específico na penúltima edição do Relatório Mundial sobre Drogas (UNODC, 2023).

Na Argentina, os dados de consumo anual, apontados pela Secretaria de Políticas Integrais sobre Drogas (mais conhecida pela sigla SEDRONAR), indicam que, em 2022, 10,3% da população argentina entre 16 e 75 anos usou esta substância para fins não-terapêuticos e 5,4% com fins terapêuticos; enquanto 21% haviam utilizado para fins não-terapêuticos e 9,3% com fins terapêuticos pelo menos uma vez na vida (SEDRONAR, 2023). Estes dados são bastante superiores aos do mais recente Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, executado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que estimou que 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos de idade usou maconha pelo menos uma vez na vida (Bastos *et al.*, 2017). Por outro lado, uma pesquisa mais recente, com metodologia bastante distinta do

4 O projeto coordenado por Frederico Policarpo de Mendonça Filho, foi aprovado na Chamada CNPq n. 14/2023 (Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação).

5 Os dois organizadores brasileiros, assim como dois autores de artigos deste dossiê, realizaram recentes estágios de pós-doutorado ou doutorado-sanduíche na UBA, no âmbito do projeto citado. Também um dos autores argentinos realizou um estágio de doutorado na UFF, no âmbito do programa da CAPES, Move la América. Nas quatro experiências dos pesquisadores brasileiros, a organizadora argentina figurou como supervisora ou coorientadora, e no caso do pesquisador argentino a tarefa ficou a cargo do professor Frederico Policarpo.

levantamento feito pela Fiocruz, identificou no ano de 2023 que 10,2% dos brasileiros usaram maconha ao longo da vida (UNIFESP, 2025). Deste modo, as duas pesquisas brasileiras apontam uma prevalência menor de consumo de maconha neste país; considerando apenas o ano anterior à pesquisa, o levantamento da Fiocruz indicou que 2,5% da população brasileira havia consumido maconha, enquanto o da UNIFESP apontou que 6% da população deste país tinha consumido esta substância em 2023. Em todos estes casos, os números de usuários se elevam a milhões, revelando que o uso da maconha é bastante difuso na população dos dois países.

Estes dados de prevalência de consumo apontam que o contingente de pessoas envolvidas com maconha é bastante elevado, pois se há alguns milhões de pessoas que a consomem em cada um destes países, fica subentendido que podem existir ainda outros indivíduos envolvidos com as demais transações necessárias à consumação. Tanto no Brasil quanto na Argentina e em outros países, há também pessoas que cultivam, beneficiam e fazem circular maconha e derivados que chegam ao consumo da população. Este amplo conjunto de transações, que se passam majoritariamente no quadro da ilegalidade, vem dando origem a um grande número de efeitos sociais deletérios, tais como punições desproporcionais (Boiteux; Pádua, 2013; Chaparro; Correa; Youngers, 2017; Metaal; Youngers, 2010; Pérez Correa; Youngers, 2014; Uprimny Yepes; Guzmán Rodríguez; Parra Norato, 2012), problemas administrativos (Campos, 2015; Lambert; Martins, 2018; Veríssimo, 2010), déficit econômico (Kaya Mind, 2022; Rosa, 2019; Silva; Lima; Teixeira, 2015; Souza, 2015, 2021, 2023) e perseguição a usuários e cultivadores em pequena escala (Corbelle, 2021, 2024, 2025a, 2025b; Corda; Cortés; Arriagada, 2019) assim como a populações empobrecidas que encontram nesta planta uma de suas principais alternativas de manutenção (Fraga, 2019; Fraga; Martins, 2020; Iulianelli; Fraga, 2011).

Em particular, o incremento da persecução e criminalização de usuários e cultivadores de maconha na região nos últimos anos tem levado à criação de movimentos sociais e associações que lutam pela modificação das atuais políticas de drogas e, em especial, pelo reconhecimento dos direitos dos usuários e cultivadores da planta. O processo de organização destes coletivos, que na América Latina datam de princípios do século XXI, não tem passado despercebido para a academia, que tem gerado um importante *corpus* de trabalhos que analisam as formas de fazer política e as demandas destes ativistas, bem como as transformações que estas têm sofrido por conta da difusão dos usos terapêutico-medicinais da planta (Brandão, 2017, 2025; Corbelle, 2018, 2023b; Díaz, 2020; Fusero; Corda, 2016; Góngora, 2017; Policarpo, 2025; Ribeiro, 2016; Romero; Aguilar, 2020; Veríssimo, 2017). Mas também, neste sentido, é importante mencionar os numerosos trabalhos que analisam as recentes demandas por mudanças legislativas que reduzem as restrições legais às transações com maconha e derivados (Díaz, 2018, 2020; Díaz; Aguilar; Romero, 2021; Góngora, 2017; Labiano, 2020; Corbelle, 2023a; Veríssimo, 2023;

Policarpo; Martins; Valente, 2025; entre outros) bem como os múltiplos usos e formas de acesso à maconha com fins terapêutico-medicinais e os problemas e dificuldades que isto pode causar (Klappenbach, 2023; Motta, 2020; Valente, 2025; entre outros).

Em resumo, a amplitude do problema, o grande número de atores, instituições e burocracias envolvidas, bem como a diversidade das demandas e argumentações que lhes são correlatas são alguns dos fatores que sustentam a importância de aprofundar os estudos sobre maconha que — como já temos assinalado — aumentaram nos últimos anos, em grande medida, devido às mudanças ocorridas em termos de acesso à planta. Além disso, esses processos suscitam múltiplas questões, tais como: quem pode utilizar maconha e quem pode cultivá-la? Sob quais modalidades e para quais fins? Quais instrumentos e dispositivos os habilitam? Como esses instrumentos e dispositivos afetam as práticas cotidianas de cultivo, prescrição e uso terapêutico? Como se produzem e se negociam as fronteiras entre usos lícitos e ilícitos da maconha? Quais atores, instituições e burocracias têm autoridade e legitimidade para intervir nesses processos? Que tensões emergem entre saberes médicos, jurídicos e experiências leigas de usuários, familiares, cultivadores e ativistas? De que maneira as desigualdades sociais, territoriais e de gênero incidem no acesso à "maconha medicinal"? Algumas dessas questões, como veremos, são abordadas pelos artigos que compõem este volume, contribuindo para enriquecer as reflexões já existentes sobre esses assuntos.

SOBRE OS ARTIGOS QUE COMPÕEM O DOSSIÊ

A chamada de artigos para o dossiê foi lançada no primeiro semestre de 2025 de modo bastante amplo, sem restrições territoriais. Em coerência com a trajetória dos organizadores, a chamada apontou o interesse de priorizar trabalhos sobre mobilizações por mudanças de normas relativas ao tema, mas estimulamos também a proposição de artigos sobre quaisquer aspectos das transações com maconha que pudessem causar impactos sociais. Deste modo, o objetivo do dossiê materializa o interesse de aprofundar o debate sobre controvérsias relativas à maconha, bem como contribuir com a identificação de convergências e a consolidação de um campo de investigações socioantropológicas que congregue estudiosos de instituições diversas que desenvolvem trabalhos igualmente relevantes para a produção de conhecimento acerca da maconha na América Latina.

O grande número de proposições de artigos neste processo editorial, a qualidade e a pertinência das comunicações recebidas levaram-nos a aprovar o maior número possível de textos para compor um dossiê deste periódico e ainda recomendamos a publicação de outros três trabalhos no fluxo contínuo desta revista. Os artigos selecionados para integrar o dossiê

tinham o mesmo número de contribuições de colegas brasileiros e argentinos, mas ao longo do processo editorial os autores de um dos trabalhos não atenderam às revisões solicitadas. Assim, o resultado desta chamada é este dossiê composto pela presente apresentação, três artigos de colegas argentinos que enfocam diferentes aspectos do problema naquele país e dois textos de brasileiros, sendo apenas um exclusivamente relacionado com o problema no Brasil.

O último artigo mencionado, intitulado *Uso terapêutico da cannabis e políticas de moralidade: disputas e controvérsias nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário*, inaugura o dossiê discutindo as reverberações morais nas disputas e controvérsias que têm lugar nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em torno da maconha. Os autores, Marco Vinicius de Castro e Paulo Cesar Pontes Fraga, realizam um mapeamento exploratório das alterações ocorridas no Brasil no que tange ao uso medicinal da planta. Concretamente, examinam como o ativismo de mães e famílias impulsionou mudanças significativas no Poder Executivo, levando organismos governamentais reguladores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a regular a importação de derivados; os salvo-condutos concedidos pelo Poder Judiciário para o autocultivo com base em princípios de dignidade humana e direito à saúde; e como o Poder Legislativo mantém uma paralisia no debate sobre o Projeto de Lei nº 399/2015 devido a fortes resistências proibicionistas. O artigo se centra nos conflitos morais que atravessam estas disputas e controvérsias, bem como nos atores sociais que provocaram tais transformações apontando para o papel central da classe médica.

O texto seguinte, *Correr atrás: demandas e regulamentações do uso terapêutico-medicinal da maconha no Brasil e na Argentina*, atua como um elo articulador entre a análise dos processos de regulação da maconha que têm lugar em ambos os países, discutindo casos concretos de pessoas e associações que demandam o direito de usar terapêutico-medicinalmente a maconha no Brasil e na Argentina em perspectiva comparativa. O autor, Mário Bani Valente, analisa as estratégias cidadãs para acessar legalmente o uso terapêutico da maconha em ambos os países a partir da categoria nativa "correr atrás", para descrever o esforço constante de pacientes, familiares e associações diante dos obstáculos burocráticos e legais. Valente argumenta que enquanto no Brasil o acesso costuma depender da judicialização individual e de recursos como o *habeas corpus* para o cultivo, na Argentina há uma regulação mais ampla, fruto do intenso trabalho do ativismo canábico em âmbitos legislativos e executivos. O texto ressalta o papel fundamental dos familiares e das associações canábicas na transformação de marcos normativos demonstrando que as leis não mudam apenas por meio de decretos, mas pela mobilização social impulsionada pela urgência da saúde.

Em seguida, há três trabalhos mais focados na experiência argentina. O primeiro deles, *Regulación y economía del cannabis en Argentina (2017-2024): avances, logros, insuficiencias e incertidumbres*, de autoria de Rolando García, Brenda Maier e Santiago Kozicki, está voltado

à discussão das mudanças regulatórias e econômicas em torno da maconha na Argentina entre 2017 e 2024, destacando a transição da proibição para um modelo de legalização medicinal. Os autores analisam como as Leis 27.350 e 27.669 permitiram o acesso terapêutico e o fomento industrial. No entanto, alertam que a implementação tem sido fragmentada devido a ineficiências burocráticas e lacunas legais, resultando em um sistema no qual predominam as associações civis sem fins lucrativos e o autocultivo, enquanto o setor comercial enfrenta significativas barreiras institucionais. O texto também analisa o impacto da mudança de governo no final de 2023, que introduziu maior incerteza em razão da intervenção de agências e da desaceleração das autorizações, concluindo que somente uma regulação integral permitiria reduzir a informalidade, garantir o direito à saúde e fortalecer a indústria nacional.

O segundo texto que focaliza a experiência argentina, como indica o título —*Participación y experticias activistas en la regulación del cannabis en Argentina* —, está dedicado à análise do papel das organizações canábicas na criação de políticas públicas. As autoras, María Cecilia Díaz e Lucía Romero, examinam como os ativistas passaram da marginalidade a uma participação institucionalizada, colaborando com cientistas, legisladores e agências estatais para legitimar o uso terapêutico-medicinal e industrial da planta. Por meio de uma metodologia qualitativa, exploram-se experiências-chave como o assessoramento legislativo, a criação de redes de expertise, a organização de cursos de formação acadêmica em âmbitos universitários e a implementação do registro REPROCANN. O texto argumenta que esse processo não apenas gerou novas leis, mas também possibilitou um diálogo entre o conhecimento técnico-científico e os saberes experienciais de cultivadores e usuários, conseguindo o ativismo transformar parte de suas demandas em ferramentas de governança.

Por fim, o artigo de Germán Klappenbach, intitulado *La medicina prohibida: cómo se aplicó la ley de drogas a las personas que tuvieron cannabis para uso terapéutico/medicinal durante 2015 a 2019, en Bahía Blanca, Argentina*, oferece uma reflexão sobre a aplicação da lei de drogas, durante o período de 2015 a 2019 em uma localidade específica da Argentina, a pessoas presas por posse ou cultivo de maconha para fins terapêuticos-medicinais. O estudo demonstra, a partir da análise estatística e do acompanhamento de casos específicos, como, apesar do reconhecimento oficial das propriedades terapêuticas da planta em 2017, a lei de drogas prevalece sobre a normativa sanitária. Segundo o autor, isso se explica pela forma como a prova é produzida durante os procedimentos policiais, bem como pelo modo como os operadores judiciais interpretam o material probatório. O texto conclui que o sistema judicial continua penalizando o autocultivo e o cultivo solidário com fins terapêuticos devido à falta de clareza quanto às quantidades permitidas, ressaltando a lacuna existente entre o progresso legislativo e as práticas das forças de segurança e dos operadores judiciais.

Embora se concentrem em temas distintos e analisem as controvérsias em torno da

maconha desde diferentes escalas — isto é, a partir da análise de casos, como o fazem Valente e Klappenbach; de experiências-chave, como Díaz e Romero; e desde uma perspectiva macro como fazem Castro e Fraga e García, Maier e Kozicki —, os artigos deste dossiê revelam muitas semelhanças entre as mudanças ocorridas nos dois países, mas também descrevem fenômenos distintos que merecem ser observados, dado que enriquecem a compreensão da particularidade dos processos que têm acontecido em ambos os países nos últimos anos. Nesse sentido, como demonstram os trabalhos deste dossiê, as demandas por acesso à maconha para fins terapêutico-medicinais se tornaram mais populares em ambos os países, em consequência da divulgação dos benefícios da planta — fundamental, ainda que não exclusivamente — em casos de crianças com epilepsia refratária a outros tratamentos. No entanto, os modos em que esse acesso tem se materializado evidenciam características locais.

Assim, como evidenciam os trabalhos de Valente e Castro e Fraga, enquanto no Brasil a principal via de acesso à maconha continua sendo o Poder Judiciário, predominando a judicialização, seja para solicitar o custeio da maconha, seja através da apresentação de *habeas corpus* para proteger os cultivos; na Argentina, como explicam García, Maier e Kozicki, foi alcançada uma maior institucionalização do acesso à maconha e seu cultivo por meio da sanção de leis e a criação de regulamentações e registros por parte do Poder Executivo. Mas não se trata apenas de diferentes vias institucionais de acesso à maconha com fins terapêutico-medicinais, mas também de distintas formas de politizar o sofrimento e de produzir legalidade, bem como de modos diferenciados pelos quais os estados reconhecem direitos. Assim, enquanto no Brasil prevalece a judicialização de casos individuais, na Argentina os registros administrativos ganharam maior relevância e observa-se, tal como analisado nos trabalhos de Valente e Díaz e Romero, um papel mais ativo e um maior reconhecimento do associativismo canábico.

Ainda assim, apesar dessas diferenças, como analisam Valente, Díaz e Romero em seus trabalhos, em ambos os países se observa o desenvolvimento de um "saber-fazer" por parte de usuários, familiares e ativistas, que entra em diálogo e em tensão com outros saberes — médico, jurídico, legislativo, científico — para garantir o acesso à maconha e incidir no desenho e na implementação de políticas públicas que os beneficiem e reconheçam suas práticas. Desse modo, estes e outros artigos que integram o dossiê convidam a refletir sobre a hierarquia de saberes que se institui, as formas de negociá-los e as disputas em diversos âmbitos — judiciais, legislativos, executivos, acadêmicos — em torno da maconha e de seus usos, e que define quem tem autoridade para falar em nome da saúde; quem pode produzir prova e evidência válida; e quem pode determinar quais condutas e práticas são lícitas e quais são ilegais.

Controvérsias que, por sua vez, têm um forte componente moral, como analisa em profundidade o texto de Castro e Fraga, bem como o caso de Jair, trabalhado por Valente, e os casos analisados por Klappenbach, nos quais um bom resultado processual depende de

uma "purificação moral" em que o sujeito deve provar que é um "doente-paciente" e não um "usuário-delinquente". Além disso, os artigos evidenciam e tencionam a existência de diferentes temporalidades das instituições e dos atores que intervêm nesses processos, isto é, a urgência do sofrimento de usuários, mães e famílias e os tempos da pesquisa científica, bem como os das burocracias — principalmente, as judiciais.

Por fim, apesar dos avanços em matéria de acesso à maconha com fins terapêutico-medicinais, os artigos também coincidem em assinalar o caráter inacabado desses processos e os riscos que eles implicam em cenários políticos incertos. E aqui não nos referimos unicamente às mudanças no governo de turno que geram atrasos e incertezas, como apontam Díaz e Romero e García, Maier e Kozicki, ou aos embates produzidos por setores proibicionistas no âmbito legislativo, descritos por Castro e Fraga; mas também à continuidade de práticas persecutórias dirigidas àqueles que usam e cultivam maconha com fins terapêutico-medicinais, como bem demonstra o artigo de Klappenbach, e que evidenciam a fragilidade dos atuais marcos regulatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises reunidas neste dossiê demonstram que, apesar dos avanços recentes no reconhecimento do uso terapêutico da maconha no Brasil e na Argentina, estamos longe de assistir à superação do que diferentes autores vêm denominando "problema da maconha". Ao contrário, os trabalhos revelam que as atuais transformações normativas e institucionais devem ser compreendidas como processos incompletos, fragmentados e permanentemente tensionados, nos quais o reconhecimento de direitos convive com a persistência de práticas punitivas e persecutórias herdadas do paradigma proibicionista.

Nesse sentido, o chamado "giro medicinal" não implica a dissolução do proibicionismo, mas antes a sua reconfiguração. Ao mesmo tempo em que abre brechas para o acesso legal à maconha e legitima determinadas práticas, esse giro produz novas fronteiras morais e jurídicas, distinguindo usos considerados legítimos daqueles que permanecem estigmatizados e criminalizados. Como mostram os artigos do dossiê, o acesso à maconha medicinal segue condicionado à capacidade de demonstrar sofrimento legítimo, mobilizar saberes reconhecidos e transitar com êxito por dispositivos burocráticos complexos, o que aprofunda desigualdades sociais, territoriais e econômicas já existentes.

Um dos aportes centrais deste dossiê reside em evidenciar que as mudanças observadas não resultam de concessões espontâneas do Estado, mas de processos de mobilização social sustentados por usuários, familiares, cultivadores e ativistas. Esses atores, historicamente

situados à margem das políticas públicas, passaram a ocupar um lugar central na elaboração de normas e na implementação de dispositivos de governança, tensionando a hierarquia tradicional entre saberes médicos, jurídicos, científicos e experienciais. Ao fazê-lo, transformaram-se de objetos de intervenção em sujeitos ativos na disputa por reconhecimento, autoridade e legitimidade.

Ao comparar as trajetórias do Brasil e da Argentina, o dossiê revela não apenas diferenças institucionais — como a centralidade do Poder Judiciário em um caso e do Poder Legislativo e Executivo em outro —, mas também distintos regimes de produção da legalidade e de politização do sofrimento. Enquanto no Brasil predomina a judicialização de demandas individuais, na Argentina observa-se maior reconhecimento de formas coletivas de organização e de registros administrativos, ainda que ambos os contextos compartilhem a fragilidade dos marcos regulatórios e a persistência da criminalização de usuários e cultivadores da planta.

Por fim, os trabalhos reunidos convidam a pensar a maconha como um problema público particularmente fértil para a antropologia, na medida em que permite observar, de forma privilegiada, o funcionamento das burocracias estatais, a produção situada da legalidade, as disputas morais em torno da saúde e do crime e a construção de formas de fazer política particulares, cujas implicações ultrapassam amplamente o campo das políticas de drogas.

Este dossiê, ao comparar as trajetórias dos dois maiores países da América do Sul, consolida-se como um documento essencial para compreender a antropologia das políticas de drogas na região. No entanto, mais do que oferecer respostas definitivas, propõe um conjunto de ferramentas analíticas para compreender os paradoxos contemporâneos das políticas de drogas e reforça a importância de que futuras regulações avancem não apenas no reconhecimento formal de direitos, mas também na promoção da justiça social e na reparação dos danos historicamente produzidos pelo proibicionismo.

REFERÊNCIAS

1. ADIALA, Julio Cesar. **O problema da maconha no Brasil**: ensaio sobre racismo e drogas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986.

2. BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de; BONI, Raquel Brandini De; REIS, Neilane Bertoni dos; COUTINHO, Carolina Fausto de Souza (org.). **III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira**. Rio de Janeiro: ICICT: Fiocruz, 2017.

3. BOITEUX, Luciana; PÁDUA, João Pedro. **A desproporcionalidade da lei de drogas**: os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. Rio de Janeiro: Coletivo de

Estudos Drogas e Direito (CEDD), 2013.

4. BRANDÃO, Marcílio Dantas. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 703-740, 2014a. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/download/7258/5838. Acesso em: 3 fev. 2026.

5. BRANDÃO, Marcílio Dantas. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. **Revista da Biologia**, São Paulo, v. 13, p. 1-10, 2014b. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1984-5154.v13p1-10. Acesso em: 3 fev. 2026.

6. BRANDÃO, Marcílio Dantas. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um problema público no Brasil. *In*: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (org.). **Fumo de Angola**: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 103-132.

7. BRANDÃO, Marcílio Dantas. **Dito, feito e percebido**: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

8. BRANDÃO, Marcílio Dantas. A maconha na jurisdição médica brasileira. *In*: FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (org.). **De maconha à cannabis**: entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 21-39.

9. BRANDÃO, Marcílio Dantas. De muitos maconhismos a um único antiproibicionismo no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 1, e240339pt, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902025240339pt. Acesso em: 3 fev. 2026.

10. BRANDÃO, Marcílio Dantas; FRAGA, Paulo; POLICARPO; Frederico; REZENDE, Daniela. Continuidade da atenção cíclica à maconha no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, e39009, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/39009/2024. Acesso em: 3 fev. 2026.

11. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 399/2015**. Altera o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642. Acesso em: 1 ago. 2023.

12. CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade**: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

13. CHAPARRO, Sergio; CORREA, Catalina; YOUNGERS, Coletta. **Castigos irracionales**: leyes de drogas y encarcelamiento en América Latina. Ciudad de México: Colectivo de Estudios Drogas y Derecho, 2017.

14. CORBELLE, Florencia. **El activismo político de los usuarios de drogas**: de la clandestinidad al Congreso Nacional. Buenos Aires: Teseo Press, 2018.

15. CORBELLE, Florencia. **La ley de drogas en números**: sobre la pretendida lucha contra el narcotráfico. Buenos Aires: Colección Documentos de Trabajo del Equipo de Antropología Política y Jurídica, 2021.

16. CORBELLE, Florencia. De usuarios/as responsables a cultivadores/as solidarios/as: problemas, sujetos y lenguajes políticos en los debates parlamentarios por la reforma a la ley de drogas en Argentina. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, Buenos Aires, v. 13, n. 25, p. 130-162, 2023a. Disponível em: https://doi.org/10.18294/rppp.2023.4722. Acesso em: 3 fev. 2026.

17. CORBELLE, Florencia. Surgimento, desenvolvimento e consolidação do ativismo canábico na Argentina, 20 anos de militância. *In*: POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; MOTTA, Yuri; MARTINS, Luana (org.). **Maconha**: erva boa para pensar. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2023b. p. 89-126.

18. CORBELLE, Florencia. Procedimientos policiales a personas que cultivan y producen derivados de cannabis en Argentina (2010-2020). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, e61673, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.4322/dilemas.v17.n3.61673. Acesso em: 3 fev. 2026.

19. CORBELLE, Florencia. Relevamiento dirigido a usuarixs y cultivadorxs de Cannabis Sativa L encontrados por las fuerzas de seguridad en infracción a la ley 23.737 en Argentina (2022/2023). **Revista Pensamiento Penal**, [*s. l.*], 2025a. Disponível em: https://www.pensamientopenal.com.ar/miscelaneas/91734-relevamiento-dirigido-usuarixs-y-cultivadorxs-cannabis-sativa-l-encontrados. Acesso em: 3 fev. 2026.

20. CORBELLE, Florencia. Procesamientos judiciales a personas que cultivan y producen derivados de cannabis en Argentina (2010-2020). **Delito y Sociedad. Revista de Ciencias Sociales**, Santa Fe, n. 60, e0151, 2025b. Disponível em: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/DelitoySociedad/es/article/view/15258/21187. Acesso em: 10 fev. 2026.

21. CORDA, Alejandro; CORTÉS, Elisa; ARRIAGADA, Diego. **Cannabis en Latinoamérica**: la ola verde y los retos hacia la regulación. Bogotá: Dejusticia, 2019.

22. DIAZ, María Cecilia. Haciendo camino al andar: notas etnográficas sobre seminarios y jornadas de uso medicinal de cannabis en Argentina (2015-2017). **Revista Pensamiento Penal**, [*s. l.*], n. 298, p. 1-33, 2018. Disponível em: https://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/46213-haciendo-camino-al-andar-notas-etnograficas-sobre-seminarios-y-jornadas-uso. Acesso em: 3 fev. 2026.

23. DIAZ, María Cecilia. Convertirse en especialista en cultivo y uso terapéutico de cannabis. Contextos, conocimientos y formas de asesoramiento entre activistas cannábicos en Argentina. **Redes**, Bernal, v. 26, n. 50, p. 209-233, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.48160/18517072re50.15. Acesso em: 3 fev. 2026.

24. DIAZ, María Cecilia. El cannabis en sus transformaciones: notas etnográficas sobre el proceso de regulación de la planta de cannabis y sus derivados. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 31, n.1, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe195460. Acesso em: 3 fev. 2026.

25. DIAZ, María Cecilia; AGUILAR, Oscar; ROMERO, Lucía. Coproducción de activismos, experticias y redes en la regulación del cannabis medicinal en Argentina. **Revista Ucronías**, [*s. l.*], n. 4, p. 95-118, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.5809504. Acesso em: 3 fev. 2026.

26. DÓRIA, José Rodrigues da Costa. Os fumadores de maconha: effeitos e males do vício. *In*: PAN AMERICAN SCIENTIFIC CONGRESS, 2., Washington, 1915. **Proceedings** […]. Washington: Leopold Classic Library, 1915.

27. FRAGA, Paulo. A Economia do plantio extensivo de cannabis no Brasil e as estratégias de repressão. *In*: CARVALHO, Maria Carmo; FRAGA, Paulo (org). **Drogas e sociedade**: estudos comparados Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

28. FRAGA, Paulo; MARTINS, Rogéria. Cannabis plantations as an aspect of population survival and as a public policy and security issue in the northeast region of Brazil. **Revista Cultura y Droga**, [*s. l.*], v. 25, n. 30, p. 37-60, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.17151/culdr.2020.25.30.3. Acesso em: 3 fev. 2026.

29. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003. [1933].

30. FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

31. FREYRE, Gilberto. **Sugestões em torno do Museu de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**. Recife: Imprensa Universitária, 1960.

32. FUSERO, Mariano; CORDA, Alejandro. De la Punición a la Regulación: Políticas de cannabis en América Latina y el Caribe. **Revista Pensamiento Penal**, [*s. l.*], 2016. Disponível em: https://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/44187-punicion-regulacion-politicas-cannabis-america-latina-y-caribe. Acesso em: 4 fev. 2026.

33. GÓNGORA, Andrés. Farmacopea Política: una etnografía del antiprohibicionismo y de la lucha por la liberación de la marihuana en Colombia. **Outros Tempos**, São Luís, v. 14, n. 24, p. 228-246, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18817/ot.v14i24.608. Acesso em: 3 fev. 2026.

34. IULIANELLI, Jorge Atilio Silva; FRAGA, Paulo Cesar Fontes. Plantios ilícitos de 'cannabis' no Brasil: desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 11-39, 2011. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7205. Acesso em: 3 fev. 2026.

35. KAYA MIND. **Anuário da cannabis no Brasil**. Brasil: Kaya Mind, 2022.

36. KLAPPENBACH, Germán. **Cannabis medicinal en Argentina**: paradoja entre el derecho a la salud y la criminalización del cultivo de cannabis. 2023. Tesis (Maestría en Sociología) – Departamento de Economía, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 2023.

37. LABATE, Beatriz; RODRIGUES, Thiago (ed.). **Drogas, política y sociedad en América Latina y el Caribe**. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2015.

38. LABIANO, Virginia. La difusión de las políticas de cannabis medicinal en América Latina (2015-2017). **Redes**, Bernal, v. 26, n. 50, p. 147-179, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.48160/18517072re50.13. Acesso em: 3 fev. 2026.

39. LAMBERT, Lucia; MARTINS, Luana. O Poder Judiciário como balcão de direitos: reflexões sobre as estratégias jurídicas para a garantia do uso medicinal da maconha. **Em Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 190-207, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2595-7716.2018v1n1p190-207. Acesso em: 3 fev. 2026.

40. MENTASTI, Silvina; ROMERO, Lucia. El cannabis como problema público en Olavarría y Tandil. **Question/Cuestión**, Buenos Aires, v. 3, n. 79, e933, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.24215/16696581e933. Acesso em: 3 fev. 2026.

41. METAAL, Pien; YOUNGERS, Coletta (ed.). **Sistemas sobrecargados**: Leyes de drogas y cárceles en América Latina. Amsterdam: TNI; Washington: WOLA, 2010.

42. MOTTA, Yuri. **O paciente dedo-verde**. Uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

43. PÉREZ CORREA, Catalina; YOUNGERS, Coletta (ed.). **En busca de los derechos**: usuarios de drogas y las respuestas estatales en América Latina. Ciudad de México: CIDE: Fontamara, 2014.

44. POLICARPO, Frederico. Savoir judiciaire et culture cannabique: la judiciarisation de l'accès par le biais des demandes d'autoproduction au Brésil. **Brésil(s) – Sciences Humaines et Sociales**, [*s. l.*], v. 27, p. 1-23, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.4000/141h9. Acesso em: 3 fev. 2026.

45. POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. Dignidade, doença e remédio: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 47, p. 143-166, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42013. Acesso em: 3 fev. 2026.

46. POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana; VALENTE, Mário. Uma análise dos habeas corpus para o cultivo doméstico de maconha no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 34, p. 1-13, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902025240439pt. Acesso em: 3 fev. 2026.

47. QUERINO, Manuel. A raça africana e os seus costumes na Bahia. *In*: CONGRESSO

BRAZILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., Salvador, 1916. **Annaes** [...]. v.2. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1916.

48. RIBEIRO, Thiago. **Governo ético-político de usuários de maconha**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

49. ROMERO, Lucía; AGUILAR, Oscar. Interacciones entre cultivadores, usuarios e investigadores en torno a los usos medicinales de cannabis en argentina. **Redes**, Bernal, v. 26, n. 50, p. 235-263, 2020. Disponível em: https://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/3477. Acesso em: 3 fev. 2026.

50. ROSA, Lilian. **Terra e ilegalidade**: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

51. SECRETARÍA DE POLÍTICAS INTEGRALES SOBRE DROGAS (SEDRONAR). **Principales resultados en relación con el consumo de marihuana** – Encuesta Nacional de Consumos y Práticas de Cuidado (ENCoPraC). [*S. l.*]: Sedronar, 2023. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/07/oad_2023_principales_resultados_en_relacion_con_el_consumo_de_marihuana.pdf. Acesso: 27 nov. 2025.

52. SILVA, Adriano; LIMA, Pedro; TEIXEIRA, Luciana (coord.). **Impacto econômico da legalização da cannabis no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

53. SOUZA, Taciana. **A Economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

54. SOUZA, Taciana. **Economia das Drogas e encarceramento em massa no contexto de capitalismo atrasado e dependente**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

55. SOUZA, Taciana. Desenvolvimento econômico, políticas públicas e mercado canábico. *In*: FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (org.). **De maconha à cannabis**: entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 168-184.

56. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD III)**: Caderno Temático – Resultados Consumo de Cannabis e outras Substâncias Psicoativas na População Brasileira. São Paulo: UNIFESP, 2025. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2025/12/lenad3-cannabis-drogas-unifesp.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

57. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2023** – Contemporary issues on drugs 03 – Herbal cannabis for medical use: a spectrum of regulatory approaches. Viena: UNODC, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2023.html. Acesso em: 3 fev.

2026.

58. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2025**. Viena: UNODC, 2025. Disponível em: https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/world-drug-report-2025.html. Acesso em: 3 fev. 2026.

59. UPRIMNY YEPES, Rodrigo; GUZMÁN RODRÍGUEZ, Diana Esther; PARRA NORATO, Jorge Alberto. **La adicción punitiva**: La desproporción de leyes de drogas en América Latina. Bogotá: Dejusticia, 2012.

60. VALENTE, Mário. ***Correr atrás***. Uma etnografia sobre as demandas e os processos de regulamentação do uso terapêutico-medicinal da maconha no Brasil e na Argentina. 2025. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

61. VERÍSSIMO, Marcos. A nova lei de drogas e seus dilemas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 330-344, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.2.6533. Acesso em: 3 fev. 2026.

62. VERÍSSIMO, Marcos. **Maconheiros, fumons e growers.** Um estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de cannabis no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Rio de janeiro: Autografia, 2017.

63. VERÍSSIMO, Marcos. Da Subsistência à Opulência? Notas sobre processos de regulamentação dos usos da maconha e seus discursos. *In*: POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; MOTTA, Yuri; MARTINS, Luana (org.). **Maconha**: erva boa para pensar. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. p. 43-63.

Florencia Corbelle
Investigadora assistente no Instituto de Ciencias Antropológicas da Universidad de Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Doutora em Antropología pela Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4264-2936. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Redação e Revisão. E-mail: fcorbelle@conicet.gov.ar.

Marcílio Dantas Brandão
Professor adjunto na Universidade Federal do Vale do São Francisco. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2978-4278. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Redação e Revisão. E-mail: marcilio.brandao@univasf.edu.br.

Frederico Policarpo

Professor associado no Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8312-4986. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Redação e Revisão. E-mail: fredericopolicarpo@id.uff.br.

Uso terapêutico da cannabis e políticas de moralidade: disputas e controvérsias nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

Therapeutic use of cannabis and morality policies: disputes and controversies in the Executive, Legislative and Judicial branches

Marco Vinicius de Castro
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Paulo Cesar Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Observando as rápidas mudanças relativas ao tema do uso terapêutico da cannabis e suas disputas no Brasil, esse trabalho versa sobre a reviravolta que tem acontecido nos últimos anos na esfera sanitária relacionada aos usos da planta para fins terapêuticos. Considerando que o debate público sobre a implementação de uma política de moralidade é permeado de tensões, conflitos e controvérsias, verifica-se que existe uma grande disputa moral que configura uma cisão entre a definição da cannabis como produto terapêutico e como droga ilícita. Partindo de uma metodologia qualitativa, foram analisados textos, vídeos, imagens e realizadas algumas entrevistas com profissionais de saúde. Esses materiais, tratados como fatores importantes da vida social e política contemporânea, foram analisados como artefatos sociais, pois ao mudar o estatuto legal da planta cannabis ao garantir o acesso ao direito à saúde, também acabam por permitir o cultivo em solo nacional, ocasionando outros efeitos sociais diversos. Portanto, foi observado que instituições do Poder Executivo, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Conselho Federal de Medicina emitiram algumas resoluções que cambiaram o status da planta ao torná-la uma possibilidade terapêutica, mas sempre se amparando na comprovação científica para justificar suas posições. Em relação ao Poder Judiciário, as mudanças ocorreram através dos Habeas Corpus, salvo-condutos e outras decisões que principalmente dizem respeito à permissão de cultivar uma planta proscrita no Brasil para usá-la como terapia para a saúde. Apesar de ter percorrido, e ainda percorrer, majoritariamente um caminho pelas vias jurídica e executiva, o debate se iniciou no Poder Legislativo em 2014 e, entre muitos, o Projeto de Lei n. 399, de 2015, foi o que ganhou mais notoriedade, mas, no

Recebido em 7 de julho de 2025.
Avaliador A: 24 de agosto de 2025.
Avaliador B: 1 de setembro de 2025.
Aceito em 19 de janeiro de 2026.

CC BY

entanto, encontra-se com debate paralisado há quase cinco anos no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Cannabis, Terapêutica, Controvérsias, Política, Moralidade.

ABSTRACT

Observing the rapid changes regarding the topic of the therapeutic use of cannabis and its disputes in Brazil, this paper addresses the turnaround that has occurred in recent years in the health sphere related to the uses of the plant for therapeutic purposes. Considering that the public debate on the implementation of a morality policy is permeated by tensions, conflicts and controversies, it is clear that there is a great moral dispute that configures a split between the definition of cannabis as a therapeutic product and as an illicit drug. Based on a qualitative methodology, texts, videos, images and some interviews were conducted with health professionals were analyzed. These materials, treated as important factors in contemporary social and political life, were analyzed as social artifacts, because by changing the legal status of the cannabis plant by guaranteeing access to the right to health, they also end up allowing cultivation on national soil, causing other diverse social effects. Therefore, it was observed that institutions of the Executive Branch, such as the National Health Surveillance Agency and the Federal Council of Medicine, issued some resolutions that changed the status of the plant by making it a therapeutic possibility, but always relying on scientific evidence to justify their positions. In relation to the Judiciary Branch, the changes occurred through Habeas Corpus, safe conducts and other decisions that mainly concern the permission to cultivate a plant banned in Brazil for use as a health therapy. Although it has followed and still follows a path mainly through the legal and executive channels, the debate began in the Legislative Branch in 2014, where among many projects, Bill 399 of 2015 was the one that gained the most notoriety, but this debate has been stagnant for almost five years in the National Congress.

Keywords: Cannabis, Therapeutics, Controversies, Politics, Morality.

PREÂMBULO

As rápidas e constantes transformações na contemporaneidade irromperam múltiplas mudanças nas moralidades. Durante muito tempo a moral foi, e ainda é, uma das justificações mais invocadas nos mais distintos e inesperados contextos. Ao longo desse tempo ela foi, majoritariamente, privilégio das religiões, mas também apanágio da Filosofia, e seja dos fundadores das igrejas até Hume ou Kant, geralmente as preocupações morais eram, mormente, de natureza normativa e discutiam questões como: O que é o bem? O que é o justo? O que se

deve fazer? Mas o objetivo final da moral encontrava-se naquilo que ela permitia abarcar, seja para grupos humanos ou para os sujeitos que por ela eram ou são favorecidos ou desfavorecidos de alguma forma (Fassin; Lézé, 2018). As ciências sociais que refletem sobre as questões morais construíram-se na contramão dessas alternativas, e por mais que elas devam suas bases à Filosofia, seus projetos disciplinares se inspiraram inicialmente nas ciências da natureza, pois ao invés de prescreverem quais deveriam ser as regras da boa conduta, se voltaram para descrever, interpretar e compreender os papéis da ética e da moral nas sociedades, isto é, analisar como os atores sociais, em determinados contextos, decidem o que é bom ou mau, bem ou mal, justo ou injusto, desejável ou condenável e assim por diante (Fassin; Lézé, 2018).

Por essa via de entendimento, Fassin (2011) argumenta que a Antropologia sempre transitou entre o relativismo e o universalismo, sendo, em sua essência, uma ciência moral, à medida que carrega consigo a vocação de contribuir para a construção de um mundo melhor. Nessa perspectiva, os estudos sobre as moralidades, no âmbito das ciências sociais, não se relacionam com a defesa ou condenação de práticas consideradas morais ou imorais, mas se voltam para a investigação sobre os papéis das éticas e das moralidades como quaisquer outras atividades da vida humana em sociedade, seja nas dimensões das ações, interações e associações, que envolvem múltiplos atores sociais, ou mesmo nas interseções dessas esferas, bem como em suas relações com outras instâncias da vida social, como sistemas, instituições e estruturas (Castro; Fraga, 2022).

Entre os diversos temas que atravessam debates contemporâneos sobre a moralidade e a ética, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, destaca-se a questão do uso terapêutico da cannabis (Oliveira, 2016; Brandão, 2017; Carvalho, Brito, Gandra, 2017; Lambert, Martins, 2018; Policarpo, 2019; Fraga, Prado, 2025). Embora o debate sobre sua aplicação terapêutica tenha se expandido e esteja em constante disputa, é comum que se negligencie o fato de que essa planta possui uma longa trajetória de uso medicinal e terapêutico, com mais de seis mil anos de experiências acumuladas por diversas sociedades (Hand *et al.*, 2016). Como conhecido o caso da China antiga, onde há mais de cinco mil anos, a cannabis já era utilizada para a confecção de cordas e tecidos, além de ser empregada como recurso terapêutico contra malária, coqueluche, hanseníase e dores de cabeça (Roques, 1835; Silva, 1986). Vale também salientar que seu valor medicinal estava intrinsecamente ligado às propriedades psicoativas, reconhecidas por culturas ancestrais como Índia, Egito e Mesopotâmia (Fraga; Rosa; Rezende, 2023).

A Antropologia tem contribuído com estudos centrados em uma visão crítica e culturalmente situada, compreendendo o uso da cannabis como socialmente construído, variando conforme o contexto histórico, religioso e político (Policarpo, 2018). Em países como Polônia e Turquia, estudos mostram que usuários criam “mundos sociais” para evitar estigmas e criminalização, revelando como o uso é moldado por fronteiras simbólicas e culturais

(Wanke, 2025). Estudos em Antropologia da Saúde, por sua vez, propõem que o uso medicinal da cannabis seja compreendido não apenas como prática clínica, mas como fenômeno ético, político e cultural (Calado, 2021).

A partir dos anos 2000, no Brasil surgiram movimentos sociais denominados Marcha da Maconha, inspirados por experiências internacionais. Inicialmente voltados à reivindicação da legalização do uso e do porte da substância, esses movimentos enfrentaram obstáculos significativos, como intervenções policiais e decisões judiciais que dificultavam sua realização em diversas cidades. No entanto, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito à livre manifestação e autorizou a realização desses atos, que têm como um de seus principais objetivos a revisão das normas que regulam os usos sociais da cannabis (Brandão, 2017). Recentemente, o tema voltou à pauta do STF em decorrência de um pedido de inconstitucionalidade da proibição da Marcha na cidade de Sorocaba.

Entretanto, tem acontecido no Brasil, nos últimos 10 anos, uma reviravolta na esfera da regulação sanitária relacionada ao uso medicinal da cannabis, esta que foi impulsionada pela reivindicação de familiares de pessoas acometidas por alguns problemas de saúde e pelas ações que envolvem diversos atores sociais, como ativistas, cientistas, juristas, mídias, produtores de extratos da planta, dentre outros. As mobilizações desses atores foram facilitadas pelas redes sociais, como grupos de Whatsapp e Facebook, que veicularam a difusão do conhecimento, bem como promoveu a agregação de atores morais para a organização de movimentos sociais em torno dessa causa (Carvalho; Brito; Gandra, 2017). Ainda, a justiça já concedeu pelo Brasil afora inúmeras decisões favoráveis por meio de habeas corpus, outorgando salvo-conduto para o cultivo de cannabis para fins medicinais, se amparando em três elementos presentes na Constituição Federal: (1) o direito à saúde; (2) o princípio da dignidade da pessoa humana; (3) e o uso como combate à doença (Lambert; Martins, 2018).

O debate público em torno da implementação de uma política de moralidade (Mooney, 1999; Meier, 1999; Knill, 2013) tem sido marcado por tensões, conflitos e controvérsias morais, especialmente no que diz respeito à demanda pelo acesso à cannabis para fins medicinais versus o status ilegal da planta. Apesar de sua comprovada eficácia terapêutica para diversas condições de saúde, o uso com finalidade psicoativa gera inúmeros obstáculos éticos e morais, expondo uma cisão entre a definição da cannabis como medicamento ou como droga ilícita.

Esse dilema público em torno do uso medicinal e terapêutico da cannabis tem mobilizado não apenas o aparato estatal, mas também diversos atores sociais que têm contribuído para ampliar a visibilidade do tema (Policarpo, 2019). No entanto, essas mobilizações ainda são atravessadas por intensos conflitos e controvérsias — sobretudo de ordem ética e moral — que permeiam os argumentos favoráveis e contrários, incluindo os que destacam seus benefícios e malefícios, bem como os que defendem ou condenam sua regulamentação no campo da

medicina.

Partindo da seguinte questão: quais foram os atores relevantes para as mudanças nas políticas de moralidade sobre o uso medicinal da cannabis, e quais transformações foram promovidas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário? Este trabalho tem como objetivo realizar um mapeamento exploratório das alterações ocorridas no Brasil no que tange ao uso medicinal da cannabis. A proposta consiste em analisar decisões e mudanças institucionais promovidas pelos três poderes da República, considerando suas controvérsias, justificativas e os conflitos morais que as atravessam, bem como os atores sociais que provocaram tais transformações.

Embora se reconheça que, em 26 de junho de 2024 — treze anos após a apresentação do recurso da Defensoria Pública que deu origem ao Recurso Extraordinário nº 635.659/SP, em agosto de 2011 — o Supremo Tribunal Federal tenha finalizado o julgamento sobre o porte de maconha para uso psicoativo, com placar de 8 votos favoráveis contra 3 contrários à descriminalização do porte de até 40 gramas ou seis plantas fêmeas, esse aspecto não será abordado neste trabalho, dada a delimitação temática centrada exclusivamente no uso medicinal da cannabis. Assim, buscamos identificar as principais mudanças nas políticas públicas, os embates morais e as controvérsias suscitadas por atores individuais e coletivos específicos, além de mapear os debates e decisões dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que incidiram sobre esse campo sensível das políticas de moralidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proibição, regulação ou restrição social de uso e produção de determinadas plantas psicoativas, como a cannabis, por exemplo, não é exclusividade da contemporaneidade, pois a categoria droga, como destaca Carneiro (2018), trata-se de uma categoria moral, pois existem registros históricos de suas proibições, regulações e restrições sociais em outros momentos históricos, como os protagonizados por diferentes sociedades ou comunidades, a exemplo do café entre 1632 e 1640 no Egito, e do tabaco e do ópio na China, em 1644 e 1729, respectivamente. Durante a primeira conferência internacional sobre o tema das drogas, a Conferência de Xangai em 1909, os estadunidenses enfatizaram a natureza maligna e imoral do ópio e os seus malefícios para a saúde humana e as sociedades, o que fez que propusessem um trabalho de cooperação internacional para erradicar os usos não medicinais dessa substância e, conforme Escohotado (1998), e essas propostas foram justificadas mais por preceitos morais e teológicos do que por fatos técnicos e científicos.

Nessa perspectiva, atualmente as políticas de moralidade estão intrinsecamente

associadas a decisões que refletem valores sociais, e essa relação pode variar ao longo do tempo, entre diferentes países e modelos de políticas públicas (Knill, 2013). No Brasil, essa dinâmica é evidente no debate sobre o uso medicinal da cannabis — substância que, além de aplicada terapeuticamente, é também classificada como droga psicoativa ilícita para uso adulto/recreativo. O uso psicoativo da cannabis está vinculado a uma demanda ou desejo de consumo que determinados atores sociais consideram pecaminoso e, se tomarmos a noção de pecado como uma forma de mercadoria (Becker, 1996), as preferências por certos "pecados" adquirem características específicas que as tornam distintas (Meier, 1999).

Sob essa perspectiva, mudanças em políticas públicas relacionadas a temas morais tendem a ser difíceis de implementar, pois envolvem conflitos de valores e perspectivas de ações de atores sociais diversos que muitas vezes as moralidades em disputa constituem a lógica predominante na tomada de decisão política (Knill, 2013). Essas decisões, por sua vez, podem se alinhar ou não com os valores de grupos sociais distintos — como ocorre nos debates brasileiros sobre o uso medicinal da cannabis.

Tomando como exemplo o cenário estadunidense, Ferraiolo (2014), aplicando análises de conteúdo de fontes jornalísticas, transcrições legislativas, entrevistas com elites políticas e documentos oficiais, investigou os discursos morais nos debates sobre a regulamentação da cannabis nos Estados Unidos. O estudo identificou três tipos principais de argumentos mobilizados: a) Morais – fundamentados em princípios éticos normativos, como: "a descriminalização da cannabis transmite mensagens erradas aos jovens", "reduz a percepção dos riscos das drogas e promove sua normalização"; b) Mistos – que combinam argumentos morais e não-morais, baseando-se em preocupações com impactos negativos sobre famílias, comunidades e a sociedade, como: "os custos de saúde pública são elevados no tratamento de viciados em maconha", "o uso causa disfunções familiares", ou "os pais não conseguem cuidar adequadamente de filhos dependentes"; c) a Não-morais – sustentados por evidências técnicas e científicas, como: "a descriminalização afeta negativamente a saúde física e mental dos usuários", "o uso compromete funções cognitivas e provoca quadros como ansiedade, psicose e depressão". Essa pesquisa revelou que, mesmo quando a retórica parece se afastar da dimensão moral, os argumentos técnicos e científicos frequentemente se entrelaçam com valores morais. Isso evidencia o caráter ético-moral subjacente às críticas à regulamentação da cannabis, bem como sua estreita relação com a ciência e a tecnologia.

Além disso, Mintrom (2013) destacou as controvérsias entre comunidades científicas, governos e entidades religiosas, centradas em questões de conhecimento, poder e controle. Segundo o autor, para pessoas de fé, as reivindicações do conhecimento que desafiam a ordem moral naturalmente percebida têm sido profundamente ameaçadoras. Como exemplo, Mintrom (2013) menciona o episódio ocorrido em 1998 na Europa, após o anúncio de que células-tronco

haviam sido derivadas de embriões humanos. Pesquisas sobre células-tronco embrionárias, por exemplo, tangenciam debates sobre o significado da vida e seu início, o que possui profundo simbolismo — sobretudo para políticos religiosos. Com isso, o escrutínio dos debates públicos e das opções políticas relacionadas a essa ciência controversa oferece importantes *insights* sobre políticas contemporâneas.

Sob essa perspectiva, empreendedores de políticas públicas que buscam alterar regimes associados a controvérsias tecnocientíficas — como no caso do uso medicinal da cannabis — atuam em um ambiente moldado por diversos fatores. Esses incluem o poder relativo e a ascensão de grupos de interesse específicos, a composição dos representantes eleitos para o poder legislativo e suas relações com outros poderes que também influenciam as decisões, como o executivo e/ou o judiciário. Nesse sentido, Mintrom (2013) aponta que determinados atores podem favorecer reformas em políticas públicas de moralidade, como ocorreu nas pesquisas com células-tronco embrionárias humanas. O autor revela que os governos só conseguem concretizar determinadas políticas morais quando são capazes de formar coligações com atores políticos e sociais relevantes, dispostos a rebaixar um conjunto de valores em prol da adoção de outros.

Segundo Schmitt, Euchener e Predial (2014), esses atores sociais constituem unidades centrais na tomada de decisões políticas, a partir da articulação entre intervenientes do Executivo e do Legislativo com atores sociais que compartilham um objetivo político comum. Dessa forma, para viabilizar uma proposta de política pública de moralidade, é necessário obter não apenas apoio parlamentar, mas também apoio extraparlamentar — como o de grupos médicos e científicos, no caso do uso medicinal da cannabis. Por exemplo, Brandão (2023) aborda o trânsito da cannabis entre as condições de remédio e doença no Brasil, em que primeiramente o reconhecimento da planta foi convertido de medicamento a fonte de doenças e, atualmente, a eficácia desta planta para tratamentos de alguns problemas de saúde levou alguns médicos contemporâneos a se interessar por ela e tentar uma nova conversão no sentido contrário. Ao discorrer sobre a jurisdição profissional da medicina e a propriedade do problema público da maconha, Brandão (2023) demonstra que as posições morais dos médicos alopatas têm prevalecido nas disputas sobre o tema e continuam lutando para manter a planta em sua jurisdição neste início de século XXI, entretanto, existem outros grupos de médicos que objetivam alterar essa jurisdição. Estes grupos de interesse, embora não possuam direito a voto, têm voz ativa e recursos para mobilizar o eleitorado e também fazer *lobby* junto aos representantes legislativos.

Considerando que as políticas morais — como no caso do uso terapêutico da cannabis — envolvem valores e princípios morais fundamentais, sua implementação exige amplo apoio tecnocientífico, político e social, além da iniciativa governamental. Caso a coligação pela mudança seja desafiada por atores com poder de veto, como a jurisdição médica (Brandão, 2023),

o sucesso da proposta dependerá da capacidade dessa coligação de negociar compromissos com os seus opositores. Um exemplo é o papel exercido pela Igreja Católica na sociedade italiana na formulação de políticas morais sobre a união entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da prostituição (Schmitt; Euchener; Predial, 2014).

Portanto, políticas que tratam do uso da cannabis, aborto, união homoafetiva e pesquisas com células-tronco embrionárias podem ser classificadas como políticas públicas de moralidade, pois envolvem conflitos em torno de princípios e valores morais fundamentais. Além disso, os debates políticos que as envolvem frequentemente se pautam por argumentos de natureza predominantemente moral, ou seja, com pouca — ou nenhuma — complexidade técnica ou científica (Euchner *et al.*, 2017; Mooney; Schuldt, 2008).

METODOLOGIA

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste artigo seguiu critérios específicos para compreender práticas, experiências e contextos relativamente diversificados e múltiplos. Nessa perspectiva, foi utilizada uma metodologia qualitativa baseada em observações e leituras diversas para tratar questões que envolvem a multiplicidade das perspectivas e dos agentes, pois ao romper com a unidade artificial da categorização quantitativa, busca-se revelar a diversidade das situações e a pluralidade de atores para analisar como esses se adaptam de maneiras variadas a situações diferentes, bem como mobilizam um repertório diversificado de recursos para isso (Grolx, 2014). Nessa perspectiva, foi realizada uma etnografia de documentos, sejam eles textos, imagens e sons, com o objetivo de compreender como organizações estatais e artefatos burocráticos permeiam determinadas práticas e instituições (Ferreira; Lowenkron, 2020). Sendo assim, documentos contemporâneos deixam de ser negligenciados ao receber atenção etnográfica e ganham centralidade como artefatos materiais quando configuram formas de burocratização, organização, regulamentação, legislação, produção e circulação de práticas diversas.

Portanto, considerando a existência de uma infinidade de arquivos e documentos contemporâneos, como vídeos, portais de notícias, sites específicos e textos sobre determinadas temáticas (Israël, 2015), foram realizadas leituras de textos, visualização de vídeos, imagens e audiência de sons públicos, dado que esses materiais podem ser tratados como fatores importantes da vida social, política e econômica contemporânea, considerando obviamente as vantagens e limitações de seus usos (Loizos, 2015). Sendo assim, o período considerado na seleção desses documentos é de 2014 a 2024, e os critérios e seleção abarcam documentos que expressam organizações estatais e artefatos burocráticos que materializam formas de regulamentação

da prática do uso terapêutico da cannabis como, por exemplo, as Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM), no que dizem respeito ao Poder Executivo, os princípios constitucionais e os Habeas Corpus (HC), em relação ao Poder Judiciário, e os Projetos de Leis (PL), para analisar os debates no Poder Legislativo. Nessa perspectiva, consideramos esses documentos porque eles podem ser vistos como artefatos e objetos sociais relevantes, pois ao mudar o estatuto legal da planta cannabis ao garantir o acesso ao direito à saúde, também acabam por permitir o cultivo de uma planta proscrita em solo nacional, ocasionando outros efeitos sociais diversos. Encontrados esses arquivos e documentos, buscamos a identificação de camadas simbólicas, de modo que suas leituras revelaram agendas políticas, moralidades, conflitos, elementos ideológicos e subjetividades que não estavam explicitamente reveladas, procedendo a uma reconstrução das informações com vista a responder aos questionamentos do trabalho (Foucault, 2008).

Ademais, foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas com médicos prescritores e profissionais da área da saúde que trabalham com cuidados utilizando a cannabis terapêutica, essas entrevistas em profundidade foram empreendidas com três pessoas brasileiras, sendo duas efetuadas via Google Meet e uma via formulário Google Docs por demanda da própria participante que alegou falta de tempo para realizá-la via Google Meet. Entretanto, nesse trabalho foram utilizadas apenas as entrevistas de dois médicos prescritores, que foram efetuadas por Google Meet, e esses profissionais, além de serem médicos prescritores de cannabis terapêutica, também são professores universitários. Consideramos importante analisar o que esses profissionais pensam sobre as mudanças ocorridas nas esferas políticas até o momento, ou seja, as alterações que foram implementadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, foram seguidos todos os preceitos éticos em relação às entrevistas qualitativas, ou seja, consentimento informado, anonimato, entre outros. Neste sentido, o procedimento metodológico, de cunho qualitativo, deste artigo se atentou à pluralidade de construções de sentidos éticos e morais visando compreender as especificidades e a complexidade dos processos que estiveram e ainda estão em jogo nas mudanças recentes sobre o uso terapêutico da cannabis no Brasil, bem como os conflitos e os consensos que os atravessaram e ainda atravessam nos dias atuais.

Considerando a análise de conteúdo clássica como uma técnica híbrida que estabelece uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais (Bauer, 2015), a abordagem adotada neste trabalho se apoia exclusivamente em seu viés qualitativo. Nesse sentido, não se recorreu ao formalismo estatístico, pois a técnica foi empregada como instrumento para a realização de inferências qualitativas a partir de diferentes textos, levando em conta seus respectivos contextos sociais. Essa escolha metodológica não busca construir interpretações

únicas ou válidas de modo absoluto, mas sim promover uma codificação qualitativa dos materiais analisados, em consonância com os objetivos e fundamentos teóricos da pesquisa — os quais orientam, explícita ou implicitamente, a seleção, categorização e compreensão dos documentos que compõem o corpus textual (Bauer, 2015).

Por fim, a análise de conteúdo proposta é atravessada pela problemática das políticas de moralidade. Nesse sentido, essa análise não sugeriu leituras válidas e singulares dos textos, mas a codificação qualitativa dos materiais pesquisados em congruência com as teorias e objetivos da pesquisa, dado que estes últimos são os responsáveis pela seleção e categorização dos materiais no *corpus* textual do artigo, tanto explícita quanto tacitamente (Bauer, 2015). Portanto, a partir de dimensões sintáticas e semânticas previamente definidas como indicadores qualitativos, busca-se reconstruir cosmovisões, valores, opiniões, preconceitos e estereótipos ao longo do *corpus* textual deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Episódios contestatórios e primeiras mudanças do Poder Executivo

A partir dos anos 2000, diversos movimentos contestatórios à legislação de drogas se difundiram pelo Brasil. Dentre eles, um dos que mais ganhou notoriedade foram as Marchas da Maconha, evidenciando um novo ciclo de atenção pública em torno da planta (Brandão, 2017; Fraga; Prado, 2025; Brandão *et al.*, 2024). Em 2014, o lançamento e repercussão do documentário *Ilegal: A Vida Não Espera*, de Tarso Araújo e Raphael Erichsen, foi considerado um marco importante na luta antiproibicionista. O filme possui, não obstante, um decisivo caráter contestatório. A obra aborda o uso terapêutico da cannabis por meio das trajetórias de pais e pacientes que, enfrentando problemas de saúde — especialmente crises epilépticas de difícil controle —, precisavam importar derivados da planta para o tratamento próprio ou de seus filhos no Brasil. O documentário também evidencia a luta contra o preconceito e a burocracia estatal que dificultam o uso legal desses produtos. Nesse contexto, a narrativa apresenta uma cena de litígio moral que expressa um sentimento de injustiça coletivo, ou seja, esse movimento de contestação sobre o que é considerado justo evidenciou determinadas desarmonias mobilizadas nas controvérsias e conflitos morais relacionados às comprovações sobre o uso terapêutico da cannabis, o que traduziu falhas e os defeitos em torno da evidenciação do que até então era considerado justo, configurando uma cena de litígio para um sentimento de injustiça ou falta de justeza. O processo de reivindicação e comprovação, ali retratado, buscou resolver um desacordo situacional e estabelecer uma nova disposição justa entre pessoas e coisas, isto é, entre familiares e pessoas com problemas de saúde e o uso terapêutico da cannabis (Castro,

2023).

Observa-se que nem as Marchas da Maconha, nem a ciência ou o ciberativismo foram capazes, isoladamente, de promover mudanças morais significativas no debate sobre a regulamentação da cannabis — seja para fins terapêuticos, psicoativos, científicos, econômicos ou outros. No entanto, o movimento protagonizado por mães, retratado em *Ilegal: A Vida Não Espera*, foi o primeiro a produzir mudanças concretas (Carvalho; Brito; Gandra, 2017). As figuras sociais reveladas no documentário, reconhecidas como sujeitos de direito, engajaram-se mutuamente e com autonomia na promoção de pautas e normas morais. Tal mobilização contribuiu para que o sistema jurídico fosse compreendido não apenas como expressão de direitos universalizáveis, mas também como um espaço sensível às demandas particulares por reconhecimento jurídico e respeito (Castro, 2023). Assim, além de dar visibilidade a uma demanda legítima, o documentário fomentou ampla repercussão midiática e social, pois seu impacto foi decisivo na construção de uma conscientização pública e no fortalecimento do respaldo moral ao uso terapêutico/medicinal de compostos derivados da cannabis, rompendo com moralidades pautadas por preconceitos e desinformações ao ganhar destaque na mídia e na sociedade.

Em suma, esse movimento de contestação moral que foi exposto no filme *Ilegal: a vida não espera*, apontou não somente para um sentimento de injustiça coletivo, mas também para como um determinado litígio pode estar envolto de uma luta moralmente motivada no âmbito das relações jurídicas, principalmente quando determinadas pessoas percebem-se como seres portadores de direitos – ou pessoas de direitos – no sentido de estarem seguras do cumprimento social de algumas de suas pretensões jurídicas (Honneth, 2009). Portanto, no documentário é revelado como determinados atores sociais, geralmente pertencentes à classe média, como as mães, familiares, médicos, advogados e associações canábicas, baseados em um sentimento de injustiça coletivo, se entrincheiram em uma luta moralmente motivada pelo uso terapêutico da cannabis (Castro, 2023).

Em dezembro de 2014, dois meses após o lançamento e exibição de *Ilegal: a vida não espera*, foi publicada a matéria no Portal do Conselho Federal de Medicina (CFM) intitulada *CFM libera uso compassivo do canabidiol no tratamento de epilepsia*, em que se noticia uma decisão do plenário da autarquia que aprovou a Resolução 2.113/14 após uma longa "análise científica", na qual foram avaliados todos os fatores relacionados à segurança e à eficácia da substância CBD para epilepsia (Conselho [...], 2014). Aqui mais uma vez está presente o que Ferraiolo (2014) categoriza como argumento não-moral. Todavia, a redação da reportagem aponta que na avaliação de vários documentos ainda não foram constatadas sólidas evidências científicas que comprovem que os canabinoides, principalmente o CBD, são totalmente seguros e eficazes no tratamento de casos de epilepsia, o que sugere que a discussão ainda perpassa

por críticas mistas e morais, conforme definido por Ferraiolo (2014). Portanto, a nova regra do CFM, que é uma autarquia munida de poderes constitucionais e regulatórios associada ao Poder Executivo, restringiu sua prescrição apenas na forma compassiva, para médicos da especialidade de psiquiatria, neurologia e neurocirurgia, onde as situações e métodos já conhecidos não apresentavam resultados satisfatórios e o CBD emerge como uma possível alternativa terapêutica para o tratamento de epilepsia refratária.

É importante destacar que o controle de plantas e substâncias que constam na Convenção Internacional de Drogas é feito no Brasil pela Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, que também versa sobre o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (Brasil, 1998), e esta regulamentação é aplicada e fiscalizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que assim como o CFM, também é uma autarquia vinculada ao Poder Executivo que possui autonomia e não está sujeita às decisões diretas do governo. Sendo assim, outra mudança importante nas políticas de moralidade (Mooner, 1999; Knill, 2013; Euchner *et al.*, 2017) ocorreu logo em seguida com a publicação da Resolução da Diretoria Colegiada Nº 17 (RDC 17/2015), em 6 de maio de 2015, pela ANVISA, apontando como o poder executivo por meio de suas agências de controle também pode ser um ator importante nas políticas de moralidade mesmo que as decisões não estejam diretamente ligadas aos membros eleitos do governo. Basicamente, a RDC 17:

> Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinoides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde (Brasil, 2015).

Portanto, foi no ano de 2015, por meio da RDC 17/2015 que a ANVISA, ao alterar a política de moralidade vigente de forma autônoma, retirou o CBD da lista de substâncias proscritas e começou a permitir a prescrição da substância de forma lícita, e o CBD, que anteriormente constava na lista "E" de plantas proscritas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, passou a estar na "lista C1", pois esse tipo de receita é um documento que autoriza a prescrição de anticonvulsivantes, antiparkinsonianos, antipsicóticos e antidepressivos, passando a integrar o rol de substâncias sujeitas a controle especial e, a partir de então, estava autorizada a sua importação. Entretanto, é interessante salientar que conforme a RDC 17/2015, "o produto deveria possuir teor de THC inferior ao de CBD", "não poderia ser importada a droga vegetal da planta cannabis ou suas partes, mesmo após processo de estabilização e secagem, ou na sua forma rasurada, triturada ou pulverizada", e também "não poderiam ser importados produtos fumígenos, cosméticos, produtos para a saúde ou alimentos que possuam na sua formulação o CBD em associação com outros canabinoides e/ou a planta" (Brasil, 2015). Como podemos observar, embora o CBD passasse a ser prescrito de forma lícita,

ainda assim a RDC 17/2015 trazia uma série de restrições.

Ademais, no Capítulo II da RDC 17/2015, que trata do cadastramento do paciente, temos o seguinte no Artigo 8º:

> I – Formulário para Importação e Uso de Produto à Base de Canabidiol (ANEXO II); II – Laudo de profissional legalmente habilitado contendo a descrição do caso, CID, justificativa para a utilização de produto não registrado no Brasil em comparação com as alternativas terapêuticas já existentes registradas pela ANVISA, bem como os tratamentos anteriores; III – Prescrição do produto por profissional legalmente habilitado contendo obrigatoriamente nome do paciente e do produto, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional prescritor em seu conselho de classe; e IV – Declaração de Responsabilidade e Esclarecimento para a utilização excepcional do produto (ANEXO III) (Brasil, 2015).

Os incisos II, III e IV apontam diversos aspectos relativos à responsabilidade do médico prescritor, exigindo que este seja um profissional legalmente habilitado, fundamente sua justificativa para prescrever o produto, faça uma declaração de responsabilidade e esclareça o caráter excepcional da utilização do produto. Nessa perspectiva, evidencia-se como uma moralidade profissional exerce papel central nesse processo. Uma associação moral entre médicos — conforme salientado por Durkheim (2016) — não se configura apenas como uma autoridade que rege a vida de seus membros, mas também como uma fonte *sui generis* de vida moral. A partir da prática profissional, esses atores são capazes de produzir efeitos morais e contribuir para a formação de vidas morais específicas. Trata-se, portanto, de uma moralidade profissional que não apenas aceita o uso do canabidiol (CBD) como medicamento, mas também endossa sua prescrição e valida sua aplicação na área da saúde.

Um dos médicos entrevistados para esta pesquisa, em relação à regulamentação da ANVISA, argumentou o seguinte:

> Eu acho que a despeito da gente estar andando em certa velocidade no sentido de permitir um maior acesso ao uso medicinal da cannabis, eu penso sempre que não tem como a gente poder isolar o uso medicinal do uso adulto, da regulação do uso adulto, então eu não sou daquela corrente de que trabalha com cannabis e que acha que a solução da cannabis é ser regulada enquanto medicamento ou produto de uso medicinal como nos termos da ANVISA (Entrevistado Anônimo 2, médico prescritor de cannabis e professor universitário, 2025).

Outro médico entrevistado alegou que:

> Tudo isso foi arranjado para favorecer a emergência de um novo segmento dentro do mercado da indústria farmacêutica, e já tem gente forte, grande, que já percebeu isso e estão saindo na frente, e nós vamos ficar para trás enquanto não entendermos a Farmácia Viva dentro do seu conceito sobre os usos populares (Entrevistado Anônimo 1, médico prescritor de cannabis e professor universitário, 2024).

A partir das colocações apresentadas, é possível observar como as operações críticas realizadas pelos indivíduos revelam diferentes concepções de justiça. Ao recorrerem à crítica — especialmente na justificação de suas posições — os atores mobilizam sentidos morais que orientam suas interpretações sobre o que consideram justo. Nesse processo, o apelo a um senso de justiça funciona como um dispositivo argumentativo que demarca os lugares simbólicos ocupados por cada ator em situações de disputa, tornando relevante a análise das formas pelas quais esse senso é acionado para enfrentar situações críticas ordinárias (Boltanski; Thévenot, 2020).

Dessa maneira, a existência de uma disposição para o acordo, centrada em um imperativo de justificação, permite que os atores exerçam sua capacidade crítica diante do desacordo. Essa crítica, no entanto, precisa ser sustentada por gramáticas morais que conferem legitimidade às posições assumidas (Werneck, 2012). Os atores, portanto, recorrem a repertórios normativos e valorativos que orientam suas justificações, revelando a pluralidade de ordens de grandeza que coexistem no espaço público.

Essa dinâmica se evidencia nas entrevistas realizadas, nas quais emergem críticas ancoradas em diferentes regimes de justificação. Um dos entrevistados argumenta que o acesso ao uso medicinal da cannabis não pode ser dissociado de seu uso adulto, ou seja, do uso psicoativo recreativo, mobilizando uma gramática moral pautada na autonomia individual e na descriminalização ampla da planta. Já outro entrevistado direciona sua crítica à regulamentação vigente, que, segundo ele, favorece a indústria farmacêutica em detrimento da Farmácia Viva do Sistema Único de Saúde (SUS), excluindo práticas comunitárias e populares de cuidado. Essa crítica aciona uma gramática moral orientada pela justiça distributiva e pelo fortalecimento das políticas públicas de saúde.

Ademais, ao cumprir a decisão judicial da Ação Civil Pública nº 0090670-16.2014.4.01.3400 proposta pelo Ministério Público Federal no Distrito Federal e deferida pelo juiz Marcelo Rebello Pinheiro, da 16ª Vara/DF, a ANVISA publicou, a RDC 66/2016, o que aponta para uma interferência do Poder Judiciário. Portanto, em março de 2016 o Ministério da Saúde, por meio da ANVISA, publica a RDC 66/2016, que atualiza o Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 (Brasil, 2016). Basicamente, a RDC 66/2016 alterou o artigo 3º da RDC 17/2015 e revogou os artigos 5º e 6º, e assim passou a permitir a prescrição médica e a importação, para pessoas físicas, de produtos que contenham CBD e THC em sua formulação, com exclusividade para uso próprio e tratamento de saúde.

Sendo assim, para importar esses produtos continuava ser necessário atender a todas as determinações da RDC 17/2015, ou seja, o paciente ou seu responsável legal deveria solicitar à ANVISA via formulário próprio a Autorização Excepcional para a importação e utilização do produto e, obviamente, apresentar prescrição médica, laudo médico e declaração

de responsabilidade e esclarecimento assinada pelo médico e paciente/responsável legal. Além disso, os produtos a serem importados deveriam ser regularizados em seus países de origem, assim como o estabelecimento que o fabrica. Nesse sentido, a RDC 66/2016, diferentemente da anterior, trouxe a previsão de utilização de possíveis medicamentos que venham a ser registrados pela ANVISA à base de THC, entretanto, a ANVISA alega que as substâncias canabinoides e a planta cannabis continuam proibidas no país e estão sujeitas a todas as penalidades previstas em legislação (Brasil, 2016).

A ANVISA e o CFM, autarquias vinculadas ao Poder Executivo, desempenharam um papel central nas mudanças relativas ao uso terapêutico da cannabis no Brasil. Podem, portanto, ser considerados atores-chave coletivos na promoção de reformas nas políticas públicas de moralidade sobre o uso terapêutico da cannabis. Portanto, corrobora-se a perspectiva de Mintrom (2013), segundo a qual os governos só conseguem concretizar determinadas políticas de moralidade quando são capazes de formar coligações com atores políticos e sociais relevantes, dispostos a rebaixar um conjunto de valores para adotar outro. Nessa perspectiva, conforme Brandão (2023) salienta em relação aos profissionais da jurisdição médica, os discursos sobre efeitos positivos e negativos dessa planta pertencem somente a eles mesmos, pois são eles quem define quando, como e com qual finalidade é recomendado ou não usá-la, postulando que quem não é médico não conhece o suficiente para decidir sobre o consumo da cannabis, sobretudo para fins terapêuticos, onde se reafirmam como profissionais donos da verdade quando se trata dos usos da planta.

Embora persistam resistências em alguns aspectos, a ANVISA e o CFM se configuram como atores sociais relevantes nesse processo. Outros segmentos igualmente significativos nesse cenário de mudança incluem familiares e pacientes, médicos prescritores, advogados, cientistas, entre outros, que também atuam na transformação de valores morais sociais. Entretanto, destaca-se que a moralidade profissional dos médicos prescritores emerge como um dos fatores cruciais para essas mudanças. É improvável que transformações significativas nas agências executivas — especialmente na ANVISA e no CFM — ocorressem sem o respaldo ético-moral advindo de um setor da própria classe médica. Trata-se, portanto, de uma legitimação interna que confere autoridade, confiança e viabilidade política à alteração dos paradigmas da saúde relacionados ao uso da cannabis.

Atuações do Poder Judiciário

Embora a ANVISA e o CFM começassem a aceitar a importação, a comercialização e o uso de produtos à base de cannabis como tratamento terapêutico, como vimos anteriormente, para muitas pessoas o produto era e ainda persiste inacessível, pois o Sativex, primeiro medicamento a ser comercializado no Brasil, por exemplo, custava em torno de R$ 2.800,00 naquela época, e

algumas pessoas começaram a buscar alternativas. Assim, quatro tipos de ações se destacaram nos últimos anos como alternativa de acesso: 1) Ação de Fornecimento pelo Poder Público – Ação de fornecimento de produto de cannabis pelo Poder Público; 2) Ação de Fornecimento pelo Plano de Saúde – Demanda que os planos de saúde arquem com o ônus dos produtos de cannabis para seus clientes; 3) Habeas Corpus preventivo para o cultivo de cannabis – Um recurso utilizado para evitar que pacientes que cultivam e preparam o próprio remédio em suas casas não fossem confundidos com criminosos, considerando que o cultivo segue proibido, ou seja, não se trata de uma autorização judicial, mas sim a busca pelo reconhecimento da excludente de ilicitude; 4) Ações de Associações de Pacientes – Outro fenômeno sociojurídico envolvendo a saúde humana, a cannabis e a judicialização são as ações envolvendo o cultivo por associações de pacientes. Existem associações com decisões de autorização judicial e decisões em Habeas Corpus coletivo para garantir suas atividades (Brandão *et al.*, 2024).

Conforme Scarpeta, Orsi e Prandi (2018), os princípios constitucionais da vida e da dignidade da pessoa humana se configuram como dispositivos constitucionais que fundamentam as justificações morais (Boltanski; Thévenot, 2020) mobilizadas pelas pessoas que impetram HC como estratégia para ter acesso ao uso terapêutico da cannabis, pois considerando que a planta pode ser a única chance de determinadas pessoas a viverem com dignidade, dado que determinadas pessoas e/ou familiares buscam substâncias dessa planta proibida para a melhora de suas vidas e saúde. Ademais, outra justificativa moral interessante é o direito fundamental à saúde, ou seja, esse direito aparece como social e fundamental, pois também é encontrado na Constituição Federal de 1988, está dentro do capítulo que trata dos Direitos Sociais, do artigo 196 e no Capítulo que trata da Seguridade Social (Costa, 2019). Nesse sentido, os dispositivos constitucionais que basicamente justificam moralmente o HC para o plantio doméstico de cannabis para uso medicinal são os princípios da vida, da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à saúde (Lambert; Martins, 2018).

Todavia, como salienta Scarpeta, Orsi e Prandi (2018), só é possível conseguir o HC se o pedido estiver amparado por indicação de um médico especialista para problemas de saúde em que a cannabis é o único ou o melhor tratamento. Sendo assim, mais uma vez a moral profissional dos médicos prescritores emerge como um ponto central, pois se não há prescrição, dificilmente o pedido de HC para o plantio da própria cannabis pode ser concedido. Além disso, o HC não é uma autorização de plantar, e sim uma autorização para quem já está plantando ilegalmente não ser abordado pelas polícias civis ou militares, ou seja, não ser autuado e confundido com um traficante, embora também existam casos de pessoas que não estão cultivando e entram com um pedido de autorização de cultivo (Costa, 2019). Logo, isso é necessário porque somente os laudos médicos não impedem o cultivador de ser abordado pelas polícias e, consequentemente, ser autuado e preso indevidamente, visto que a lei de drogas é

passível de diversas interpretações punitivas, e a única maneira de impedir apreensão e garantir liberdade de realizar o tratamento terapêutico com a cannabis por meio do cultivo próprio é por meio de decisão judicial amparada por uma justificação médica.

Portanto, o primeiro passo já é fazer o cultivo ilícito, produzir artesanalmente o óleo ou produto necessário e manter um tratamento regular, assim o HC faz mais sentido, pois se requerido sob esta circunstância é mais provável obter um salvo-conduto que, ao ser demandado e apresentado ao juiz a prática ilícita do cultivo, se justifica por meio do estado de necessidade em que a pessoa se encontra, pois o HC só pode ser concedido a alguém que já esteja cometendo a prática de cultivar a própria cannabis e por isso demonstra ao juiz seu caráter de urgência (Motta, 2021). Além disso, é interessante que o paciente ou seu responsável já esteja familiarizado com as práticas de cultivo e manejo da planta, além de estar apto a preparar artesanalmente o "medicamento" ou produto, tudo isso atestado de forma minuciosa, mais uma vez prescrita pelo profissional moral, ou seja, pelo médico responsável, esse que deve demonstrar o resultado positivo no quadro clínico do paciente através de seus pareceres técnicos (Motta, 2021). Logo, essa é uma estratégia arriscada, pois sua natureza geralmente se constitui a partir de uma desobediência civil, entretanto, mais de 500 HCs já foram concedidos em todo país, o que aponta para uma judicialização política do uso terapêutico da cannabis amparada em justificativas de dispositivos constitucionais – direito à vida, à saúde e dignidade humana – e, sobretudo, no parecer profissional médico.

Além disso, é interessante salientar que muitas associações canábicas existem e realizam suas atividades sob uma autorização legal via HC, atuando também além de um dispensário de produtos ou serviços canábicos, mas, sobretudo como um dispositivo de transformação de subjetividades, definido como Habeas Mens (Soares; Moebus, 2023). Nesse sentido, a criação de associações canábicas se disseminou pelo Brasil afora como uma estratégia dos pacientes para conseguirem ampliar o acesso ao uso terapêutico de derivados da cannabis, que atualmente é um produto caro e ainda restrito devido à legislação brasileira. Logo, o HC se transformou em uma alternativa política-judicial importante para garantir o acesso ao uso medicinal da cannabis, amparando-se nas moralidades adjacentes à justificativa médica e dispositivos constitucionais como a dignidade humana, direito à vida e saúde.

Atividades do Poder Legislativo

Apesar de ter percorrido e ainda percorrer um caminho majoritariamente pela via jurídica e executiva, as questões relacionadas ao uso medicinal da cannabis chegaram ao Congresso Nacional em 2014, e no filme "*Ilegal: a vida não espera*", em um momento as mães protagonistas procuraram a Comissão dos Direitos Humanos, na época presidida pelo ex-deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que também aparece no documentário e em 19 de março

de 2014 foi apresentado e Projeto de Lei 7270/2014 pelo deputado. Basicamente, esse projeto proposto por Jean Wyllys (PSOL-RJ) tinha como objetivo regular a produção, a industrialização e a comercialização de cannabis, bem como seus derivados e produtos, e criar o Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas.

Além desse projeto, em 25 de fevereiro de 2014 foi apresentado o Projeto de Lei 7187/2014, pelo deputado Eurico Júnior (PV-RJ), que "dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (*Cannabis sativa*) e seus derivados, e dá outras providências" (PL 7187/2014). Como é possível observar a partir dessas duas proposições legislativas, que tramitavam em conjunto, as propostas de regulamentação dos usos psicoativo/recreativo e medicinal da cannabis nasceram juntas como uma política de moralidade (Mooney, 1999; Meier, 1999; Knill, 2013) a ser debatida e decidida, entretanto, somente uma delas, a do uso medicinal, foi adiante, e a outra, relacionada ao uso psicoativo, sempre foi mobilizada como justificativa moral por diversos parlamentares e especialistas ao configurar diversos empecilhos e críticas morais sobre a primeira, ou seja, a carga moral depreciativa que paira sobre o uso psicoativo da cannabis aparentemente sempre se configurou – e podemos dizer que ainda configura – um entrave moral para a regulamentação do seu uso medicinal (Castro, 2023).

Todavia, no próprio documentário "*Ilegal: a vida não espera*" começam a aparecer os primeiros embates e controvérsias morais, principalmente em uma cena em que o deputado Eurico Júnior (PV-RJ) sugere desmembrar a questão do uso medicinal dos demais usos, enquanto na cena seguinte o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) sugere manter a proposta junta e fazer a regulamentação como um todo, configurando uma controvérsia moral acirrada no debate legislativo, enquanto as mães Katiele e Margarete argumentam que é melhor discutir separado e o uso medicinal primeiro. Nessa perspectiva, pode-se deduzir que a demanda revelada no documentário "*Ilegal: a vida não espera*" foi um dos motores pela proposição do Projeto de Lei 399/2015, em 23 de fevereiro de 2015, pelo Deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), que basicamente objetiva: "Alterar o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta *Cannabis sativa* em sua formulação" (Câmara dos Deputados, 2015).

A partir do exposto, pode-se perceber que as três proposições legislativas, ou seja, os Projetos de Leis 7270/2014, 7187/2014 e 399/2015, são relativos a políticas de moralidades (Mooney, 1999; Meier, 1999; Knill, 2013), e todos três configuram conflitos e controvérsias relativos a valores morais sobre o que é considerado "certo" ou "errado", provocando choque de valores extremamente controversos, polêmicos e difíceis de serem resolvidos (Mooney; Schuldt, 2008). Essas políticas públicas propostas, ao visar redistribuir valores morais, visam também rebaixar um conjunto de valores sacralizados na sociedade e colocar o selo de aprovação

do governo em outros, apontando que os conflitos de valores que permeiam as decisões políticas no âmbito legislativo, embora considerem a ciência e a tecnologia em seus debates, não são resolvidas apenas a partir desses dois elementos (Meier, 1999). Sendo assim, as questões morais que permearam e ainda permeiam esse debate se configuram como os principais entraves decisórios no âmbito legislativo, mas também faz com que o poder executivo se mantenha distante da contenda moral e que o poder judiciário se insira no debate.

Voltando à discussão sobre o pedido de desapensação do PL 399/2015 do PL 7187/2014, vale verificar qual foi a justificativa mobilizada, uma vez que os imperativos de justificação (Boltanski; Thévenot, 2020) são interessantes para entender as moralidades que estão em conflito e controvérsia. Sendo assim, o Requerimento número 2370 de 2015 se fundamenta na justificativa de que enquanto o PL 7187/2014 versa sobre toda a cadeia relativa à planta *Cannabis sativa* e se preocupa com elementos ligados ao tráfico de drogas, enquanto o PL 399/2015 se ocupa exclusivamente de produtos terapêuticos derivados dessa planta que contam com regulação parcial definida pela ANVISA, como vimos anteriormente. Portanto, a justificativa moral central é que se trata da regulação de um produto fármaco e não da cadeia de drogas. Ademais, a justificativa ressalta que o Brasil é signatário de dois Acordos Internacionais, sendo eles a Convenção de 1961, que trata, entre outros, da *Cannabis sativa*, e a Convenção de 1971, que trata do THC, e de acordo com essas convenções os governos poderão utilizar alguns subprodutos listados pelo tratado para fins médicos e para pesquisa, alegando que não há necessidade de discutir a cadeia da *Cannabis sativa* para legislar sobre a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes dessa planta.

Outro aspecto interessante a ser observado relativo ao PL 399/2015, é o processo de comprovação científico-moral e as controvérsias morais que esse debate suscitou, dado que determinadas situações demandam esclarecimento para permitir a introdução de grandezas alternativas e, desta maneira, fazer com que essa situação estabelecesse um mundo em que os seres e os objetos pudessem ingressar num estado conveniente (Boltanski; Thévenot, 2020). Sendo assim, em 09 de outubro de 2019 foi constituída a Comissão Especial do PL 399/2015 para discutir uma política para produtos terapêuticos formulados com cannabis, e foram apresentados vários requerimentos por diversos deputados para convidar diversas instituições e pessoas especialistas para participar das audiências públicas. Nessa perspectiva, essas pessoas e instituições, sendo elas especialistas ou não e que se opuseram entre favoráveis e contrários ao uso terapêutico da cannabis, foram requeridas para iniciar um processo de comprovação científico-moral (Boltanski; Thévenot, 2020) relativo ao PL 399/2015 e esclarecer as possíveis dúvidas em relação à tecnociência sobre o uso de produtos e medicamentos derivados da cannabis, sendo algumas dessas pessoas e instituições: Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Conselho Federal de Medicina (CFM), Presidente da ANVISA, Representantes da Sociedade Brasileira

de Estudos da Cannabis, Sidarta Ribeiro, Pedro Mello, Eliane Lima Guerra Nunes, Antônio Dráuzio Varella, Kaline Dantas Magalhães, Cassiano Teixeira, Salomão Rodrigues, Damares Alves, Osmar Terra, Ângela Gandra. A lista de pessoas e instituições é demasiadamente extensa, pois nela consta políticos, médicos, cientistas, advogados, representantes das associações canábicas, professores universitários, dentre muitos outros atores especialistas ou não, esses que configuraram diversas controvérsias e conflitos morais nessas audiências.

Rezende, Fraga e Sol (2022), em um trabalho mais aprofundado, verificaram que na atuação do Poder Legislativo no debate sobre o tema na Câmara dos Deputados sobre o PL 399/2015 prevaleceram os argumentos associados ao paradigma proibicionista. Ademais, os argumentos associados ao proibicionismo também estavam presentes nos representantes do poder Executivo, representantes ministeriais, representantes de instituições de cuidados aos dependentes químicos, do CFM, ANVISA, assim como da sociedade civil, apontando que ainda existe uma grande resistência moral em relação à alteração da lei atual (Rezende; Fraga; Sol, 2022). Em suma, considerando que as políticas de moralidade (Knill, 2013; Meier, 1999; Mooney, 1999) – como o uso medicinal da cannabis, por exemplo – lidam com valores e princípios fundamentais, uma mudança política sobre essa regulamentação requer um amplo apoio tecnocientífico, político e social juntamente à iniciativa governamental, bem como a resolução das controvérsias e conflitos morais entre essas esferas, pois se a coligação para a mudança for desafiada pela maioria dos atores com poder de veto, como médicos, o sucesso da proposta política pode estar comprometido (Schmitt; Euchener; Predial, 2014). Além disso, desde 17 de novembro de 2021 o PL 399/2015 se encontra com trâmite paralisado na Câmara dos Deputados, o que aponta para uma inércia do Poder Legislativo no Brasil em relação ao seu debate e decisão dessa política de moralidade sobre o uso terapêutico da cannabis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da relevância dos movimentos Marchas da Maconha e do ciberativismo como formas de contestação, foi o movimento liderado por mães — retratado no documentário *Ilegal: A Vida Não Espera* — que obteve maior repercussão midiática, política e social. Esse protagonismo gerou mudanças significativas, sobretudo em resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Conselho Federal de Medicina (CFM). Entretanto, tanto a ANVISA quanto o CFM mantiveram cautela em relação à exigência de comprovação científica para justificar o uso terapêutico da cannabis em determinados pacientes, o que evidenciou uma clivagem entre o conhecimento informal e o formal — ou seja, entre os saberes mobilizados por "leigos diferenciados" e os paradigmas científicos consolidados. Logo, o movimento

contestatório articulado por esses leigos colocou em xeque a política de moralidade vigente e foi capaz de remodelar, ainda que paulatinamente, os critérios do que se considera uma política pública justa relacionada ao uso terapêutico da cannabis, configurando um litígio juridicamente situado e moralmente motivado.

Com o passar dos anos, a ANVISA passou a liberar certos produtos à base de cannabis, reforçando seu papel como agente central das mudanças regulatórias no país. Ainda que ANVISA e CFM tenham começado a aceitar a prescrição, importação, comercialização e uso desses produtos como tratamento terapêutico, o acesso a eles continuou restrito para grande parte da população brasileira devido aos preços elevados. Diante disso, muitos advogados passaram a recorrer à via judicial como uma alternativa de acesso, fundamentando suas ações nos princípios constitucionais da vida, da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde, para garantir o direito de cultivo doméstico da cannabis com fins terapêuticos por meio de *Habeas Corpus*. Esses princípios funcionaram como dispositivos de justificação moral para uma prática ainda proscrita, desde que respaldada por recomendação médica. Portanto, nesse cenário a medicina — enquanto profissão moral — passou a atuar como mediadora entre os pacientes, associações canábicas e o sistema jurídico.

Ademais, embora o debate tenha se iniciado e se desenvolvido majoritariamente pelas vias executiva e judicial, em 2014 ele chegou ao Congresso Nacional, marcando o início de sua trajetória legislativa. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 399/2015 — dedicado exclusivamente à regulamentação de medicamentos derivados da cannabis — ganhou grande notoriedade, mas também suscitou inúmeros conflitos morais e controvérsias públicas. Apesar de se sustentar na justificativa de que trata da regulação de um produto farmacêutico, e não da cadeia de drogas, o projeto deu início a um processo de avaliação técnica e científica para esclarecer dúvidas sobre os efeitos terapêuticos da planta. No entanto, argumentos associados ao proibicionismo prevaleceram entre representantes do Poder Executivo, de ministérios, de instituições de apoio a dependentes químicos, do CFM e de segmentos da sociedade civil. Portanto, essa resistência permanece expressiva, sendo que, desde 17 de novembro de 2021, o PL 399/2015 encontra-se com tramitação estagnada na Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

1. BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 189-217.

2. BECKER, Gary. Preferences and values. *In*: BECKER, Gary. **Accounting for Taste**. Harvard: Harvard University Press, 1996. p. 3-23.

3. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

4. BRANDÃO, Marcílio. **Dito, feito e percebido**: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

5. BRANDÃO, Marcílio. A maconha na jurisdição médica brasileira. *In*: FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (org.). **De maconha à cannabis**: entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 21-39.

6. BRANDÃO, Marcílio; FRAGA, Paulo; MENDONÇA FILHO, Frederico; REZENDE, Daniela. Continuidade da atenção cíclica à maconha no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [*s. l.*], v. 39, p. 1-17, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/39009/2024. Acesso em: 17 jan. 2026.

7. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 399/2015**. Altera o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642. Acesso em: 10 set. 2023.

8. BRASIL. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html#:~:text=PORTARIA%20Nº%20344%2C%20DE%2012,medicamentos%20sujeitos%20a%20controle%20especial. Acesso em: 30 ago. 2024.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução da Diretoria Colegiada Nº 17 (RDC 17) de 06 de maio de 2015**. Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017_06_05_2015.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

10. BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 66, de 18 de março de 2016**. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_66_2016_.pdf/e6f8f9cd-8046-4120-983c-42d3bf8c705e. Acesso em: 30 set. 2024.

11. CALADO, Vasco Gil. A Antropologia e a perspetiva sociocultural das drogas. **Anál.**

Social, Lisboa, n. 240, p. 498-519, set. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.31447/as00032573.2021240.04. Acesso em: 3 jul. 2025.

12. CARNEIRO, Henrique. **Drogas**: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

13. CARVALHO, Virgínia Martins; BRITO, Margarete Santos de; GANDRA, Mário. Mães pela cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasmas. **Fórum Sociológico**, Lisboa, v. 30, , 2017. Disponível em: https://doi.org/10.4000/sociologico.1747. Acesso em: 17 jan. 2025.

14. CASTRO, Marco. Moralidades contra as normas: desacordos morais e o uso medicinal da cannabis no Brasil. *In*: FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (org.). **De maconha à cannabis**: entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 58-71.

15. CASTRO, Marco; FRAGA, Paulo. Redes morais: Notas de um estudo sobre usufruidores-cultivadores do 'verde'. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 571-596, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n2.42560. Acesso em: 17 jan. 2025.

16. CONSELHO Federal de Medicina libera uso compassivo do canabidiol no tratamento de epilepsia. **Portal do CFM**, Brasília, 11 dez. 2014. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-no-211314. Acesso em: 8 jun. 2024.

17. COSTA, Pedro. **Habeas corpus além do usual**: estudos de casos que fogem do status quo. 2019. Dissertação (Mestrado Cientifico em Ciências Jurídico-Políticas) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

18. DURKHEIM, Émile. Prefácio da segunda edição – algumas observações sobre os grupos profissionais‖. *In*: DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Edipro, 2016. p. 13-40.

19. ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

20. EUCHNER, Eva-Maria; HEICHEL, Stephan; NEBEL, Kerstin; RASCHZOK, Andreas. From 'morality'policy to 'normal'policy: Framing of drug consumption and gambling in Germany and the Netherlands and their regulatory consequences. KNILL, Christoph (ed.). **Morality Policies in Europe**. Concepts, Theories and Empirical Evidence. London: Routledge, 2017. p. 64-81.

21. FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason**: A Moral History of the Present. Berkeley: University of California Press, 2011.

22. FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel (org.). **A questão moral:** uma antologia crítica. Tradução: Lara Cristina de Malimpensa. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

23. FERRAIOLO, Kathleen. Morality framing in US drug control policy: An example from

marijuana decriminalization. **World Medical & Health Policy**, [*s. l.*], v. 6, n. 4, p. 347-374, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1002/wmh3.114. Acesso em: 17 jan. 2025.

24. FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. **Etnografia de documentos**: Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-Papers, 2020.

25. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

26. FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela. De veneno a medicamento: a cannabis como ator social e político. *In*: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (org.). **De maconha à cannabis**: Entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: EDUFJF, 2023, v. 1. p. 5-17.

27. FRAGA, Paulo; PRADO, Monique. A construção de um direito: A regulamentação da Cannabis medicinal na Argentina e no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 1, e240624pt, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902025240624pt. Acesso em: 17 jan. 2025.

28. HAND, Andrew; BLAKE, Alexia; KERRIGAN, Paul; SAMUEL, Phineas; FRIEDBERG, Jeremy. History of medical cannabis. **Journal of Pain Management**, [*s. l.*], v. 9, n. 4, p. 387-394, 2016. Disponível em: https://introcann.com/wp-content/uploads/2022/08/1.History-of-medical-cannabis.pdf. Acesso em: 17 jan. 2026.

29. GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 95-124.

30. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

31. ISRAËL, Liora. O uso de arquivos em sociologia. *In*: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. P. 141-155. (Coleção Sociologia).

32. KNILL, Christoph. The study of morality policy: analytical implications from a public policy perspective. **Journal of European Public Policy**, [*s. l.*], v. 20, n. 3, p. 309-317, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13501763.2013.761494. Acesso em: 17 jan. 2026.

33. LAMBERT, Lucia; MARTINS, Luana. O Poder Judiciário como balcão de direitos: reflexões sobre as estratégias jurídicas para a garantia do uso medicinal da maconha. **Revista em Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 190-207, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2595-7716.2018v1n1p190-207. Acesso em: 17 jan. 2025.

34. LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático.. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 137-155.

35. MEIER, Kenneth. Drugs, sex, rock, and roll: A theory of morality politics. **Policy Studies Journal**, [*s. l.*], v. 27, n. 4, p. 681-695, 1999.

36. MINTROM, Michael. Policy entrepreneurs and controversial science: governing human embryonic stem cell research. **Journal of European Public Policy**, [*s. l.*], v. 20, n. 3, p. 442-457, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13501763.2012.761514. Acesso em: 17 jan. 2026.

37. MOONEY, Christopher. The politics of morality policy: Symposium editor's introduction. **Policy Studies Journal**, [*s. l.*], v. 27, n. 4, p. 675-680, 1999.

38. MOONEY, Christopher; SCHULDT, Richard. Does morality policy exist? Testing a basic assumption. **Policy Studies Journal**, [*s. l.*], v. 36, n. 2, p. 199-218, 2008.

39. MOTTA, Yuri. Cannabis medicinal: recomendações para a prática cotidiana dos profissionais de segurança pública no Brasil. **Campo Minado - Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 124-145, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/52581. Acesso em: 17 jan. 2025.

40. OLIVEIRA, Monique. **O Medicamento Proibido:** Como um derivado da maconha foi regulamentado no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

41. POLICARPO, Frederico. O consumo de drogas e seus controles. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, DF, n. 18, p. 39-46, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/cbe71bd9-0e19-40e5-bd70-9014b329cb11. Acesso em: 4 fev. 2026.

42. POLICARPO, Frederico. Compaixão canábica: as dimensões simbólicas e políticas no manejo da dor e do sofrimento no Brasil. **Revista Ingesta**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-52, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2596-3147.v1i1p41-52. Acesso em: 17 jan. 2026.

43. REZENDE, Daniela; FRAGA, Paulo; SOL, Aruna. Audiências públicas sobre maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 425-461, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-01912022282425. Acesso em: 17 jan. 2026.

44. ROQUES, Joseph. **Phytographie médicale**: histoire des substances héroiques et des poisons tirés du règne végétal. Paris: Cormon et Blanc, 1835.

45. SCARPETA, Felipe; ORSI, Cláudio; PRANDI, Luiz. O princípio da vida e dignidade da pessoa humana - plantar Cannabis sativa em residência privada. **Rev. Ciênc. Juríd. Soc.,** Umuarama. v. 21, n. 1, p. 93-102, jan./jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.25110/rcjs.v21i1.2018.7452. Acesso em: 17 jan. 2026.

46. SCHMITT, Sophie; EUCHNER, Eva-Maria; PREIDEL, Caroline. Regulating

prostitution and same-sex marriage in Italy and Spain: the interplay of political and societal veto players in two catholic societies. In: KNILL, C Christoph (ed.). **Morality Policies in Europe**. Concepts, Theories and Empirical Evidence. London: Routledge, 2014. p. 117-133.

47. SILVA, Maria Teresa Araújo. **Drogas**: Conceitos sem preconceitos. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

48. SOARES, Rodrigo; MOEBUS, Ricardo. Habeas corpus–Habeas mens: a micropolítica das associações canábicas. **Revista Entre Rios**, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 64-85, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrerios/article/view/5754. Acesso em: 15 jan. 2025.

49. WANKE, Michael. Como a perspectiva do mundo social da cannabis pode informar as intervenções de saúde pública? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 1, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902025240187pt. Acesso em: 4 fev. 2026.

50. WERNECK, Alexandre. **A desculpa**: as circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Marco Vinicius de Castro
Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Demanda Social) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Doutorado Sanduíche no Exterior). ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0956-0613. Colaboração: Concepção do artigo, Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: marco.castro@ufv.br

Paulo Cesar Pontes Fraga
Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9140-8586. Colaboração: Concepção do artigo, Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: paulo.fraga@ufjf.edu.br

Correr atrás: demandas e regulamentações do uso terapêutico-medicinal da maconha no Brasil e na Argentina[1]

Correr atrás: demands and regulation of therapeutic-medicinal marijuana use in Brasil and Argentina

Mário José Bani Valente
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Nos últimos anos o uso terapêutico-medicinal da maconha tem gerado novos tensionamentos sobre os usos da planta e mobilizado pacientes, familiares, profissionais da saúde e ativistas em torno de demandas de acesso. Neste artigo analiso, por meio da etnografia, as estratégias mobilizadas pelos meus interlocutores na busca pelo acesso legal à maconha no Brasil e na Argentina. A pesquisa foi realizada por meio do trabalho de campo, da observação participante e da realização de entrevistas junto a tais atores e associações canábicas. Tomo a categoria nativa *correr atrás* também como analítica para descrever práticas envoltas pela urgência do acesso e o enfrentamento de entraves burocráticos e jurídicos. No Brasil, concentro-me no caso de Jair e procuro evidenciar como seu *correr atrás* se desdobra na busca por informações, pelos médicos e na efetivação do acesso por meio da judicialização, em um primeiro momento demandando o custeio da importação pelo Estado e, posteriormente, através do *Habeas Corpus* para o cultivo. Na Argentina, por meio da interlocução com Olívia e Agustina, fundadoras de duas associações, procuro explicitar como a articulação entre sociedade civil e as burocracias estatais contribuiu para a construção de uma regulamentação mais ampla, que permite formas legais de cultivo, produção e acesso à maconha com fins terapêutico-medicinais. Concluo que as diferentes formas de acesso à maconha não são reflexo apenas de marcos regulatórios distintos, mas são atravessadas pelos modos em que se *corre atrás* em cada um desses contextos.

Palavras-chave: Maconha, Regulamentação, Cultivo, Etnografia.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 7 de julho de 2025.
Avaliador A: 21 de agosto de 2025.
Avaliador B: 7 de setembro de 2025.
Aceito em 19 de janeiro de 2026.

CC BY

ABSTRACT

In recent years, the therapeutic-medicinal use of marijuana has generated new tensions around the plant's usage, mobilizing patients, families, healthcare professionals, and activists around demands for access. This article analyzes, through ethnography research, the strategies employed by my interlocutors in their quest for legal access to marijuana in Brazil and Argentina. The research was conducted through fieldwork, participant observation, and interviews with these actors and cannabis associations. I also adopt the native category *correr atrás* ("to run after") as an analytical tool to describe practices driven by the urgency of access and the confrontation with bureaucratic and legal barriers. In Brazil, I examine the case of Jair to highlight how his *correr atrás* unfolds through the search for information, medical professionals, and the realization of access through judicialization—initially by demanding that the State cover the cost of importing marijuana, and subsequently through a Habeas Corpus petition to authorize cultivation. In Argentina, through my dialogue with Olívia and Agustina, I explore how the articulation between civil society and state bureaucracies contributed to build a broader regulation that allows legal forms of cultivation, production, and access to cannabis for therapeutic-medicinal purposes. I conclude that the different forms and paths to access marijuana are not merely reflections of distinct regulatory frameworks, but are shaped by the particular ways people *run after* such access in each context.

Keywords: Cannabis, Regulation, Cultivation, Ethnography.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta parte de uma pesquisa etnográfica desenvolvida no âmbito da minha tese de doutorado, na qual trato sobre as demandas e os processos de regulamentação do uso terapêutico-medicinal[2] da maconha, no Brasil e na Argentina (Valente, 2025). Os debates em torno da planta têm se tensionado especialmente a partir da segunda década desse século,

2 Seguindo a proposta de Corbelle (2023b), utilizo ao longo da tese o termo uso terapêutico-medicinal, visto que como aponta a autora "nos referiremos, antes que às substâncias, aos usos que as pessoas fazem delas; além disso, como entendemos que esses usos são diversos, utilizamos o termo usos terapêutico-medicinais, que engloba tanto aqueles acompanhados e monitorados por profissionais de saúde quanto aqueles outros que, sendo considerados terapêuticos pelos usuários, não estão relacionados à prática médica" (Corbelle, 2023b, p. 132, tradução nossa). Ao se falar da "cannabis medicinal" há de se enfatizar que: "a criação desse objeto não é inocente: a cannabis, ao ser produzida como medicamento, torna-se alvo de discursos e práticas médico-legais. As pessoas que o utilizam passam a ser classificadas como pacientes, enquanto as doses e a segurança dos preparados se tornam centrais na regulamentação e no debate público. Além disso, consolida-se a ideia de que seu uso exige acompanhamento por profissionais de saúde especializados, reforçando uma separação entre dois tipos de substâncias: a cannabis medicinal, visto como um remédio terapêutico capaz de curar, e a maconha de uso recreativo, frequentemente associada a vícios e a uma vida marginalizada" (Corbelle, 2023b, p. 132, tradução nossa).

em grande medida impulsionado pela mobilização de familiares — principalmente mães — e pacientes que lutam pelo acesso à maconha, mobilizando atores e instituições sociais. O "giro medicinal" (Corbelle, 2023a) no debate público sobre a maconha influenciou decisivamente as mudanças normativas e as regulamentações de sua circulação nas sociedades, sendo que, neste trabalho, procuro lançar o olhar para como esse processo tem ocorrido no Brasil e na Argentina.

Devo ressaltar que não pretendo realizar uma reconstrução das regulamentações nesses países, mas descrever e compreender como meus interlocutores — atores diretamente implicados nas demandas pelo uso terapêutico-medicinal da maconha — se envolvem nelas, isto é, como contribuem para suas modulações, seja nas suas elaborações, seja ao colocá-las em prática, *correndo atrás*[3] do acesso legal ao uso terapêutico-medicinal da maconha.

Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas baseiam-se no trabalho de campo realizado entre os anos de 2022 e 2024 em diferentes localidades: o interior de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, no Brasil, e Buenos Aires e Rosário, na Argentina. Em termos metodológicos, o trabalho de campo foi realizado por meio da observação participante em eventos públicos relacionados à maconha, em atividades de associações canábicas e, ainda, na realização de entrevistas junto aos atores envolvidos.

Para apresentar os dados e reflexões sobre o tema nesses diferentes contextos, tomo a categoria *correr atrás*, constantemente acionada pelos meus interlocutores no interior de Minas Gerais, não somente como nativa, mas também como a linha analítica que costura essas realidades. Nesse sentido, a categoria sintetiza não apenas um movimento físico, mas uma prática que denota a urgência, a mobilidade e o esforço contínuo dos atores envolvidos — pacientes, familiares, advogados, ativistas e profissionais da saúde — que, em contextos ainda proibicionistas, buscam garantir o acesso e a regulamentação da maconha.

Para explicitar os modos pelos quais pacientes, familiares, profissionais de saúde e ativistas têm mobilizado esforços para garantir o acesso legal à maconha com fins terapêutico-medicinais, o artigo estrutura-se em quatro partes principais. A primeira tem como objetivo apresentar algumas reflexões em torno da categoria *correr atrás*. Em um segundo momento, apresento um breve panorama das modificações ocorridas no Brasil e na Argentina em torno das regulamentações do uso terapêutico-medicinal da maconha. Em seguida, apresento o caso de Jair a partir da interlocução construída durante o trabalho de campo no interior de Minas Gerais. A descrição pretende trazer à superfície os diferentes sentidos em que a categoria *correr atrás* é acionada e ilustra um caminho experienciado por outros interlocutores: a busca por uma alternativa de tratamento, a descoberta da maconha, a busca por médicos e a prescrição e, por

3 Utilizo itálico para as categorias nativas e palavras em espanhol. Utilizo aspas para citações diretas de termos e frases de meus/minhas interlocutores/as.

fim, o *correr atrás* de *ser um paciente legal*. A quarta e última parte é dedicada a apresentar o contexto regulatório da Argentina. Por meio da minha interlocução com Olívia e Agustina, fundadoras de duas associações, busco apresentar os caminhos trilhados na construção das regulamentações no país vizinho.

O "CORRER ATRÁS"

> Quando eu comecei a entender mais de autismo, dominar um pouco mais a situação, o meu filho tinha cinco anos, foi quando eu resolvi criar algum grupo, alguma coisa para compartilhar experiências. A primeira mãe que eu tive contato, um contato próximo, foi eu saindo do trabalho, eu vi o menino [filho dela] agarrando o poste, eu *corri muito atrás* e consegui entrar no ônibus atrás dessa mãe, aí eu vi que ela tinha carteirinha especial e ele fazia um som, que era o mesmo som que meu filho fazia, sentei na frente deles, esperei um pouco, tomei coragem, respirei fundo: "Moça, desculpa te perguntar, seu filho é autista?". Ela respondeu que sim, e aquilo me deu um alívio assim, porque sair abordando as pessoas né? E ali a gente conversou (…) (Caroline, 2023).

Caroline é mãe de três filhos, dois deles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O relato acima, feito por ela em um de nossos encontros, remonta ao momento em que recebeu o diagnóstico de seu filho mais velho, Pedro. Enfrentando o que descreveu como "momento muito difícil", essa não foi a primeira vez que Caroline *correu atrás* de pessoas em busca de ajuda, "procurando alguém que parecesse com o meu filho", com quem pudesse conversar e trocar experiências. O encontro com outra mãe no ônibus acabou por se tornar um pontapé inicial e Caroline começou a trilhar outros caminhos, e *correr atrás* tornou-se uma constância para ela: "a partir disso eu fui *correndo atrás*, buscando informações". *Correndo atrás* de alternativas de tratamento, Caroline descobre a da maconha. A partir daí conhece outras mães e famílias em situações parecidas com a sua, conhece médicos dispostos a prescrever o uso da maconha e acompanhar o tratamento e, por fim, recorre sem sucesso ao judiciário para tentar garantir o custeio do tratamento, o que a leva a recorrer à ajuda de outras pessoas e redes informais de acesso ao *óleo artesanal*.

Ao longo da pesquisa, especialmente ao revisitar as anotações feitas durante o período de pesquisa no interior de Minas Gerais, percebi que a expressão *correr atrás* aparecia de forma recorrente, tácita e implicitamente, nos discursos de Caroline e de outros interlocutores. Ela emergia como uma categoria quando narravam suas histórias, dilemas e formas de demandar e obter o acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha. Seu uso cotidiano remete à ideia de deslocamento em direção a algo desejado, em que pese ainda fora de alcance. Nesse sentido, *correr atrás* se apresenta como uma categoria nativa que carrega a ideia de *movimento*.

Como dito, a pesquisa percorreu contextos diversos e permitiu compreender que, apesar das distinções locais, os atores envolvidos compartilham estratégias de mobilização em torno do acesso legal à maconha. São essas estratégias e dinâmicas que denomino como formas de *correr atrás*, as quais são moldadas por temporalidades, moralidades, burocracias, assim como por saberes jurídicos e médicos que incidem sobre elas. Por isso, do ponto de vista analítico aponto para três movimentos iniciais: o *correr atrás* de informações; o *correr atrás* da validação do saber biomédico; e, por fim, o *correr atrás* de "ser paciente da maconha", isto é, efetivar formas para o acesso contínuo à planta e ao tratamento.

Tendo isso posto, considero importante avançar um pouco mais na polissemia e derivações do verbo "correr", em especial para colocá-lo em diálogo com outras ações que atravessam os campos das drogas e da justiça. Um de seus usos está na expressão "fazer um corre", comum nas falas de usuários de maconha para se referirem ao acesso à planta, especialmente em contextos informais ou ilegais. Os trabalhos de Carolina Grillo (2008), ao tratar do comércio de drogas "na pista", e de Gabriel Seixas (2025), ao descrever o acesso à maconha entre cultivadores e consumidores no Rio de Janeiro e em Sergipe, contribuem para isso. Em ambos é possível compreender que o "corre" envolve a ativação de redes, a circulação por territórios e a negociação de riscos em mercados ilegais mais ou menos normalizados. Ainda que situado em outro contexto de acesso, esse "corre" compartilha com o *correr atrás* o sentido de *movimento* para o acesso e, principalmente, os agenciamentos necessários para efetivá-lo diante das barreiras da proibição.

Seguindo, parece-me interessante perceber duas derivações do *correr*. A primeira delas refere-se ao fato que o *correr atrás* do acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha levou os atores a *percorrer* espaços já existentes e, paralelamente a isso, a construir novos espaços de atuação e demanda. Esse caminho que se *percorre* e se constrói me remete ao que Marcílio Brandão (2020) trata ao descrever as modificações nas Marchas da Maconha de Recife entre os anos de 2008 e 2016, não apenas o trajeto espacial *percorrido* se modifica e se amplia, como as bandeiras e demandas se modificam e se atualizam. Assim, ao *correr atrás*, os sujeitos não apenas percorrem espaços, mas também os ressignificam.

Ainda, uma segunda derivação pertinente para a análise é que ao *correr atrás* e *percorrer* espaços em busca de efetivar o acesso, também se *recorre* à ajuda. Retomando a breve apresentação de Caroline, após *correr atrás* de informações e da validação do saber biomédico, ela *recorre* ao judiciário, buscando efetivar sua demanda e garantir o reconhecimento do acesso ao óleo de maconha como um direito. É relevante esclarecer que *recorrer* é um termo comum no judiciário, trata-se do ato de solicitar a avaliação de uma decisão judicial por uma instância superior. Como apresentarei, se *recorre* ao Judiciário, uma vez que se busca reverter a situação de ausência de uma regulamentação que garanta um caminho para o acesso legal.

Dito isso, ao tomar o *correr atrás* também como categoria analítica, ela se torna uma lente para investigar os contrastes entre os contextos estudados. Permite refletir sobre o que se busca, quais relações são mobilizadas, quem são os atores envolvidos e em que espaços — jurídicos, legislativos ou cotidianos — esse movimento se atualiza. Partindo da perspectiva dos "processos de regulamentação" (Moore, 1978), proponho que *correr atrás* seja entendido como uma prática constitutiva do acesso à maconha, contribuindo para explicitar os caminhos que constroem e sustentam as distintas formas de garantir o uso terapêutico-medicinal. Nesse sentido:

> Ao longo do tempo, os controles regulamentares podem ser apenas temporários, incompletos e as suas consequências não são totalmente previsíveis. O estudo da regulamentação é, portanto, o estudo do modo como as ordens parciais e os controles parciais operam em contextos sociais (Moore, 1978, p. 30).

Para aprofundar e trazer densidade a essa análise, a seguir delineio algumas considerações sobre o "giro medicinal" (Corbelle, 2023a) no debate público sobre a maconha na última década, buscando apresentar como os atores envolvidos *correram atrás*. Posteriormente, apresentarei o caso de Jair, no Brasil, e os casos de Olívia e Agustina, na Argentina. Ao descrevê-los pretendo ilustrar as formas distintas de *correr atrás* em cada um desses contextos.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O "GIRO MEDICINAL"

Como mencionado anteriormente, na última década a maconha tem ressurgido como uma possibilidade terapêutica, atrelada à saúde e a um direito (Policarpo; Martins, 2019). Falo em um ressurgir, pois se trata de um processo de reemergência pública dos usos econômicos e, sobretudo, terapêuticos da planta (Brandão, 2014; Brandão *et al*., 2024). Como discute Brandão (2014), os usos terapêuticos da maconha já foram considerados em ciclos anteriores de atenção à planta no Brasil. O que se destaca agora é que, após um longo período de proibição, tais usos estão ressurgindo no campo normativo, regulatório e judicial, reconfigurando os sentidos atribuídos à planta e aos sujeitos que a mobilizam.

No contexto argentino, a demanda pelo acesso legal aos seus usos terapêutico-medicinais não surgiu somente após usuários e seus familiares — majoritariamente as mães — entrarem

em cena (Corbelle, 2023a)[4]. Seu uso econômico já havia sido proposto por Manuel Belgrano[5] que, além de pensar nos benefícios econômicos para a então colônia, produziu um escrito com instruções de como realizar e levar adiante seu cultivo (Corda, 2018; Soriano, 2017). Fato é que, seja no Brasil, seja na Argentina, tal "giro medicinal" esteve fortemente atrelado à luta de mães que procuravam ter acesso à maconha para o tratamento de seus filhos e filhas (Diaz, 2018, 2020, 2022; Corbelle, 2023b; Nelvo, 2019; Motta, 2020; Oliveira, M., 2016; Oliveira, F., 2016; Salech, 2018). Apesar de contextos nacionais distintos, é interessante notar algumas semelhanças.

Durante meu período de trabalho na Argentina, em agosto de 2024, realizei uma viagem para a cidade de Rosário, província de Santa Fé, para conhecer uma *asociación canábica*. A partir da interlocução com os membros dessa associação, fui convidado a participar de um programa de rádio sobre a temática canábica que é transmitido todos às quintas-feiras na rádio da Universidad Nacional de Rosário (UNR). Como me explicaram, iríamos conversar sobre a situação legal da maconha no Brasil, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e as formas de organização do movimento canábico brasileiro e "obvio de tu investigación doctoral preguntaremos".

Obviamente, aceitei o convite. Na quinta-feira, direcionei-me à sede da rádio da UNR. Ao chegar aguardei em uma sala de espera; minha participação iria ocorrer no segundo bloco. No intervalo entre os blocos, fui chamado ao estúdio para me preparar para entrar ao vivo. Após as apresentações iniciais, perguntaram-me sobre meu tema de pesquisa e, diante da minha resposta, questionaram também sobre como se deu o movimento pelo acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha nos últimos anos no Brasil, quais foram os atores envolvidos e as modificações conquistadas. Para iniciar, como é de praxe em muitos trabalhos acadêmicos sobre o tema, fiz uma regressão temporal e mencionei o tantas vezes citado documentário *Ilegal: a vida não espera* (2014)[6], que traduzi para "Ilegal: la vida no puede esperar". Em sequência um

4 Florencia Corbelle (2023b) realiza uma sucinta e didática apresentação sobre as conformações que resultaram na sanção da Ley de Cannabis Medicinal, em 2017, contextualizando que agrupaciones, como a Cogollos Córdoba, a primeira agrupación cannábica da Argentina, já se apresentava como dedicada ao acompanhamento de pessoas com HIV e câncer que realizavam seus tratamentos através do uso terapêutico-medicinal da cannabis. Assim como, a demanda pela legalização desse uso já estava presente na primeira edição argentina da Marcha Mundial de la Marihuana, em 2002

5 Manuel Belgrano (1770-1820) foi um militar argentino, considerado um dos heróis da independência do país, participando da Revolución de Mayo, e autor da bandeira nacional. O *Manual de Cultivo de Cânhamo*, escrito em 1797, foi posteriormente incluído nos *Escritos Econômicos de Manuel Belgrano* (Corda, 2018; Soriano, 2017; Veríssimo, 2017).

6 Azize e Silva (2015) realizam uma interessante análise das políticas públicas sobre a maconha a partir do referido documentário. Eles apontam que através das histórias de mães e filhos apresentadas no documentário somos apresentados a três processos sociais: a patologização, penalização e politização do uso de drogas. Tais processos estão presentes do limiar do próprio estatuto legal da maconha no Brasil, onde a aquisição e uso do extrato da

dos entrevistadores me replicou: “acá el dolor no esperaba”. Entre a dor e a vida, as demandas dos pacientes e seus familiares realçaram um *correr atrás* inscrito na urgência que marcou esse momento nos movimentos canábicos do Brasil e da Argentina.

Há ainda um outro acontecimento que liga os dois movimentos. Eles possuem um ponto inicial em comum: a descoberta de mães e familiares da história de Charlotte Figi. O caso da menina de sete anos, diagnosticada com Síndrome de Dravet, que sofria com centenas de convulsões por semana e que passou a realizar seu tratamento através do *canabidiol,* trazendo uma redução drástica no número de episódios convulsivos e reabilitação de suas capacidades motoras, foi contada em uma reportagem da CNN nos Estados Unidos, em 2013. Essa experiência, assim como um grupo na rede social Facebook, onde pais e mães de crianças que sofriam com epilepsias refratárias trocavam informações sobre o sucesso do uso terapêutico da maconha, impulsionaram a busca pelo tratamento no Brasil (Oliveira, F., 2016; Oliveira, M., 2016).

Na Argentina, o pai e a mãe de uma menina com Síndrome de West, que tinha como sintomas numerosas crises convulsivas diárias, passam a realizar o uso terapêutico da maconha quando conhecem a história de Charlotte. A história da menina argentina e de sua mãe que conquistou a importação do *aceite* foi capa da Revista THC[7] com o título *Todo por amor* e ganhou repercussão nacional, fato que levou, assim como ocorrido no Brasil, a impulsionar a busca de informações por parte de mães e pais que estavam na mesma condição (Diaz, 2020; Corbelle, 2023a).

Esses impulsos na busca por informações e acesso ao óleo extraído da maconha levou aos primeiros pedidos de importação da *cannabis medicinal* nesses países, que ocorreram temporalmente alinhados, entre os anos de 2013 e 2014, e seguiram caminhos similares, passando por autorizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no caso brasileiro, e da Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica (ANMAT), no caso argentino (Corbelle, 2023a). Em ambos os países, os usuários terapêutico-medicinais e seus familiares passaram a estar à frente das manifestações públicas, como a Marcha da Maconha e a Marcha Mundial de la Marihuana. Inseridos em seus respectivos contextos nacionais, ativistas, usuários, cultivadores, médicos, cientistas, familiares e advogados, se encontraram, desencontraram, compartilharam e comungaram saberes e buscaram elaborar

planta poderia levar pacientes e familiares a serem compreendidos como criminosos.

7 A Revista THC é a primeira publicação argentina sobre “cultura canábica”, disponível desde dezembro de 2006, inicialmente com edições bimestrais e, posteriormente, mensais (Veríssimo, 2017; Corbelle, 2016). A revista “se constituyó no sólo en punto de encuentro y medio de información para usuarios de drogas y cultivadores de cannabis; sino también, en la medida en que fue pensada para llegar a un público más amplio, en elemento difusor, portavoz y cara visible de la ‘cultura cannábica’” (Corbelle, 2016, p. 208, grifo do original).

distintas estratégias para obter sucesso em suas demandas pelo acesso legal ao uso terapêutico-medicinal da maconha.

Nos anos que se seguiram, novas vias de acesso foram sendo construídas com a ação direta da sociedade civil. Na Argentina, seguindo um processo de "politização" de suas demandas (Corbelle, 2016), o movimento conquistou, em 2017, a Ley de Cannabis Medicinal (Ley 27.350*)*, não tão comemorada, pois, em sua primeira regulamentação, permitia somente a importação do *aceite* e apenas para casos de epilepsia refratária, deixando de lado o autocultivo, demanda histórica do "ativismo de longa data" (Corbelle, 2023a) e dos familiares. Entretanto, através da Red de Cannabis de Uso Medicinal e Industrial del CONICET[8] (RACME) e, posteriormente, a atuação das *associaciones canábicas* no Consejo Consultivo Honorario de Cannabis[9], foi possível regulamentar novamente parte dessa lei, que teve como um de seus resultados a criação do Registro del Programa de Cannabis (REPROCANN), que hoje permite o autocultivo, o cultivo solidário e o cultivo das *asociaciones*, na figura de ONGs, com fins terapêutico-medicinais.

No Brasil, diversas audiências públicas sobre o tema da maconha foram realizadas no âmbito do Congresso Nacional. Como apontam Rezende, Fraga e Sol (2022), as demandas de acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha e o advento do Projeto de Lei nº 399/2015 tiveram como consequência um aumento do volume de audiências realizadas, nas quais, em que pese a presença constante de discursos de recrudescimento da lógica proibicionista, aparecem propostas "voltadas à regulação do cultivo, beneficiamento, produção, venda e consumo de produtos medicinais à base da planta" (Rezende; Fraga; Sol, 2022, p. 456). O referido projeto de lei visa a alteração do art. 2º da Lei nº 11.343/2006, "para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação" (Rezende; Fraga; Sol, 2022, p. 456) e permanece inconcluso após dez anos, visto que desde a aprovação da Comissão Especial em 2021, o projeto não foi colocado em análise pelo plenário da Câmara dos Deputados.

8 A criação da Red de Cannabis y sus usos medicinales foi aprovada pela direção do CONICET em dezembro de 2019, sendo oficialmente lançada em 2020. Após a Ley 27.669, que estabeleceu o marco regulatório para a industrialização do cânhamo e da cannabis com fins medicinais, a Red modificou seu nome (Romero; Corbelle; Diaz, 2023). A RACME possui diferentes *comisiones* que trabalham a partir de distintas áreas: controle de qualidade, produção, investigação clínica, ciências sociais, dentre outros. Além de pesquisadores, a RACME incorpora integrantes das associações civis, estreitando as relações com o ativismo canábico e, junto a ele, incidiu nas regulamentações do REPROCANN e da Ley 27.669.

9 A Ley 27.350 previa no seu art. 9º a criação de um Consejo Consultivo Honorario. O Decreto 738/2017 regulamentou o referido artigo, determinando a criação do *consejo* que contaria com a participação de "instituciones, asociaciones, organizaciones no gubernamentales y profesionales del sector público y privado". Na Argentina existem diversos *consejos*, que tem o objetivo de ser espaços de participação da sociedade civil e instâncias públicas interessadas no assessoramento de diversos temas.

Por outro lado, no âmbito da Anvisa que ocorreram as audiências públicas que trouxeram as principais modificações na possibilidade de acesso, como aquelas retratadas no documentário *Ilegal*. A mobilização das mães ativistas trouxe avanços: em 2015, a Anvisa retira o canabidiol (CBD)[10] da lista de substâncias proscritas e, em 2016, por conta de uma decisão judicial a pedido do Ministério Público Federal do Distrito Federal, a Anvisa permitiu a prescrição médica e a importação de produtos que contenham também o tetraidrocanabinol (THC)[11]. Desde então, apesar de outros avanços, como a produção nacional do óleo e a sua presença em farmácias[12], além de diversas audiências públicas no Congresso Nacional visando uma lei que regulamente a questão, no Brasil ainda não há uma regulamentação sobre a produção da matéria-prima, ou seja, o cultivo da maconha continua proibido no país.

Em meio a essas dificuldades, o judiciário brasileiro passa a ser acionado. Por um lado, por pessoas que, já tendo a prescrição por um profissional médico e a autorização de importação da Anvisa, não podem custear o tratamento e solicitam que o Estado ou os Planos Privados de Saúde arquem com os custos. Ao longo do trabalho de campo no interior de Minas Gerais, pude acompanhar mães que têm acionado esse caminho e compartilharam comigo não somente dados e informações sobre esses processos, mas também suas angústias, dificuldades e impressões sobre a relação que travam com as burocracias do judiciário, inseridas nas dinâmicas da "judicialização da saúde" (Flores, 2016; Asensi; Pinheiro, 2015; Leitão *et al*., 2012; Biehl; Petryna, 2016).

Por outro lado, em meio à ausência de uma regulamentação do cultivo, o judiciário é também acionado para determinar quais associações canábicas e pessoas podem cultivar e produzir o *óleo* legalmente, assim como quais instituições de pesquisa podem cultivar para fins científicos, em um processo de "judicialização do cultivo" da maconha (Policarpo, 2025; Policarpo; Martins; Valente, 2025) e de seus usos terapêutico-medicinais. Isso tem ocorrido através dos *Habeas Corpus*, nos quais procura-se evidenciar que aquele que faz o uso terapêutico-medicinal da maconha não é "usuário-dependente/viciado", ele é "doente-paciente", e a maconha não é "droga", é "remédio" (Policarpo; Martins, 2019; Policarpo; Figueiredo; Veríssimo, 2017).

Sem a pretensão de apresentar todas as modificações normativas no Brasil e Argentina, meu objetivo até aqui foi colocar em contraste o *correr atrás* observado em ambos os

10 Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 17/2025 da Anvisa. Mais informações em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017_06_05_2015.pdf. Acesso em:02 jan. 2025.

11 Trata-se da atualização da Portaria nº 344/1998 da Anvisa, que lista as substâncias sujeitas a controle especial no Brasil. Mais informações em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em: 2 jan. 2025.

12 Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 327/2019 da Anvisa. Mais informações em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/rdc0327_09_12_2019.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

países. Em determinados contextos, nota-se que os usuários e seus familiares se mobilizam incessantemente para garantir o acesso – seja por vias institucionais do Estado, seja por caminhos cotidianos e informais. Contudo, na Argentina, práticas previamente consolidadas frequentemente antecipam a legislação e, mediante a participação nas regulamentações da Ley 27.350/2017, há um movimento, um *correr atrás*, para que essas práticas sejam reconhecidas e inseridas. Em outras palavras, embora a categoria *correr atrás* tenha sido inicialmente utilizada para descrever a mobilidade em busca de se tornar paciente e ter acesso aos usos terapêutico-medicinais da maconha, ela revela uma camada de complexidade adicional: no contexto argentino, as leis e regulamentos tendem a legitimar práticas que já estavam em curso. Assim, com a regulamentação, os atores passam a *correr atrás* não apenas para se adequar à norma, mas também para pressionar funcionários, legisladores e demais agentes responsáveis, assegurando que a implementação das regulamentações da lei esteja alinhada às dinâmicas efetivamente vividas em seus contextos cotidianos. Esse processo foi possível porque as associações civis e a rede científica estiveram presentes nas suas formulações.

O CASO DE JAIR

> [...] E eu comecei a questionar isso e *correr atrás*, mas o médico não me deixava parar. Nesse ponto, eu li numa matéria do jornal "O Globo", em 2013. É... falando assim, os cientistas americanos descobrem que *cannabis* acalma as ondas mentais e é muito bom para epilepsia. Aquilo caiu como uma luva para mim, porque tudo o que eu sentia eu estava lendo na pesquisa. Aí, o que eu fiz? Eu falei, poxa, eu vou fumar e vou fazer o eletroencefalograma e não vou comunicar o médico, porque eu quero a resposta dele, mas eu não quero nenhum tipo de preconceito. Eu fumei e fui fazer o eletro. Não comentei com o médico. Aí o médico voltou e falou "olha só, eu tenho uma notícia boa, seu eletro foi o melhor de todos, se continuar assim, a gente vai poder parar os medicamentos". Aí eu falei, "olha só, eu preciso contar uma coisa pessoal minha, eu li a respeito, parece que está fazendo sentido, eu não estou pedindo para você acreditar nem não acreditar, eu só quero que você tenha conhecimento do que está acontecendo. Eu li que a *cannabis* era boa, eu fumei antes de vir para cá e você está me falando que foi o melhor exame que eu fiz". Aí ele já recuou, falou que não, que isso era perigoso, não tinha estudo e isso e aquilo. Aí eu falei, "então tá bom, eu acho que você deveria pelo menos estudar o assunto". Nisso eu comecei a questionar o psiquiatra. Ele não deixava parar, não me deixava parar de ir lá. Aí eu comecei a diminuir por conta própria. Eu passei a tomar *Gardenal* de 50mg, *Efexor* de 37 mg e fui tirando, tirando... primeiro, tirei o *Remeron*, depois eu tirei o *Efexor* de 75mg para 37mg. É muito difícil tirar, porque você fica tonto, você passa por vários efeitos colaterais. Aí o médico fala, "tá vendo? Você não pode parar", aí você acaba voltando. E aí, resumindo, eu consegui depois de 2 anos me livrar totalmente dos medicamentos, mas com a ajuda da *cannabis* (Jair, 2023).

Jair nasceu em 1975, prematuro de seis meses e com menos de um quilo. Segundo o

médico obstetra que realizou seu parto, Jair tinha grandes riscos de "não passar dessa primeira noite". A experiência precoce de vulnerabilidade acompanhou sua trajetória, mas também moldou uma relação constante com desafios de saúde e com a psiquiatria, isso porque ao longo de sua vida conviveu com a depressão de sua mãe e acompanhou o tratamento que ela realizava com diversos psicotrópicos, de medicamento em medicamento, de médico em médico: "ela vivendo em psiquiatra, cada vez pior".

Entretanto, em 1996, Jair passou a enfrentar uma depressão. Inicialmente, foi resistente a buscar um médico psiquiatra, "por causa da minha mãe", ele explica. Ele enfrentava diversas crises, quadros depressivos severos e excessiva perda de peso. Em 2003, ainda seguia sua convicção de não se sujeitar aos medicamentos quando teve uma convulsão. Esse fato o levou a buscar um médico. O resultado foi a prescrição de dois antidepressivos e um anticonvulsionante: Efexor, Remeron e Gardenal, respectivamente. Durante anos Jair aceitou o tratamento que, a princípio, "foi bom, mas depois eu fui ganhando muito peso, fui perdendo a libido, foi piorando muito a minha qualidade de vida".

A matéria do jornal O Globo foi o ponto de inversão para que ele começasse a trilhar um outro caminho em seu tratamento. Ele estava insatisfeito com os efeitos adversos das medicações em sua vida e *corria atrás* de alternativas. O artigo jornalístico "caiu como uma luva" e o despertou para a possibilidade da *cannabis*. A atitude tomada por ele e a reação negativa do médico, que insistia em reforçar os riscos e a falta de estudos, não o desencorajou, mas fortaleceu sua convicção na necessidade de aprofundar-se por conta própria.

Aqui, deve ser feita uma observação. A partir da lente analítica do *correr atrás* de informações é possível compreender que o movimento de *correr atrás* não se inaugura, necessariamente, com o objetivo de acessar legalmente a maconha. Antes disso, pertence a um processo de busca por alternativas terapêuticas, desencadeado pela percepção da insuficiência, dos limites e dos efeitos adversos associados aos tratamentos convencionais. Trata-se de uma mobilização orientada pela urgência de melhorar as condições de saúde e de vida, que se constrói a partir da experiência concreta de sofrimento.

Diante dessa descoberta e da recusa do saber biomédico em aceitar a maconha como uma alternativa, Jair começou a trilhar um caminho autodidata, consumindo informações de livros, artigos científicos, vídeos na internet e acompanhar associações canábicas, por meio de suas redes sociais. Ele descreve esse esforço como fundamental para consolidar seu entendimento sobre a *cannabis*: "Tem 10 anos que eu estou por conta. Tenho que cuidar da minha saúde, o que adianta ter dinheiro e não ter saúde?". Essa pergunta retórica de Jair reforça o vínculo entre o *correr atrás* de informações e o cuidado de si, sua relação com seu próprio corpo. Dita com uma singular firmeza, ele deixou claro como ao *correr atrás* de informações, ele havia remodelado sua trajetória de tratamento, mas também o que viria posteriormente.

“Eu fiquei anos para lá e para cá, igual um idiota”

É por meio dessa frase que Jair resume sua experiência junto ao sistema judiciário na busca de garantir o *canabidiol* para o seu tratamento, por meio do fornecimento pelo Estado. Portanto, gostaria aqui, de continuar o caminho de Jair, em mais um momento de seu *correr atrás*, dessa vez de “ser paciente da maconha” por meio da “judicialização da saúde”.

Jair passou anos tentando garantir o acesso ao *canabidiol* como parte de seu tratamento. Através da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), ele “entrou na justiça” em meados de 2016, solicitando que o Estado fornecesse três frascos mensais de *canabidiol*. Tal ação era proposta com um pedido de tutela de urgência, buscando uma liminar que garantisse o fornecimento o quanto antes, já que se tratava de um caso em que a demora do processo poderia levar a danos irreparáveis à vida.

A petição inicial era acompanhada de diversos documentos. Entre eles, três orçamentos da compra do mesmo *óleo importado*, em valores que variavam entre 10 mil e 14 mil dólares estadunidenses. Além disso, laudos e receituários médicos. A juíza concedeu a liminar no dia seguinte, mas condicionou o fornecimento à renovação trimestral da receita médica. Todavia, o estado de Minas Gerais contestou, argumentando que o SUS já disponibilizava medicamentos anticonvulsionantes eficazes para casos como o de Jair. Além disso, argumentava que o “Direito à Saúde”, previsto no art. 196 da Constituição, não assegura um direito amplo e irrestrito a qualquer *medicamento*, o que teria como consequência onerar ainda mais um Estado que vive uma situação de “escassez de recursos públicos”, afetando o atendimento às necessidades de uma parcela mais ampla de pacientes da população, corroborando com os argumentos apresentados por uma parcela das pesquisas sobre a “judicialização da saúde” (Vieira; Zucchi, 2007; Vieira, 2023).

Os argumentos do estado de Minas Gerais não foram aceitos e a decisão liminar foi mantida, mas seu cumprimento foi postergado por meses. Em maio de 2017, a ação foi convertida em uma Ação de Custeio, isto é, no lugar do fornecimento do *canabidiol,* o Estado deveria custear a importação. Finalmente, após receber os valores referentes aos primeiros seis meses do tratamento, Jair pode solicitar a importação em agosto de 2017, tendo recebido o *óleo importado* já no mês seguinte, setembro. Com a continuidade do tratamento, Jair experimentou uma melhora significativa. No entanto, após os primeiros seis meses, os pagamentos foram interrompidos: “Você só vai receber a primeira leva, depois não entregamos mais”, comenta Jair, incorporando o personagem do Estado. Mesmo assim, novos documentos eram solicitados: laudo médico atualizado, novas receitas médicas e a atualização da autorização de importação da Anvisa.

O caso de Jair explicita um *correr atrás* marcado por idas e vindas entre consultas,

laudos médicos e exigências burocráticas que, ao longo do tempo, pareciam mais um labirinto institucional do que um caminho para a obtenção do *óleo importado*. "Eu fiquei anos para lá e para cá, igual um idiota", desabafa, evidenciando o desgaste emocional e físico causado pela luta pelo direito ao tratamento. Cansado da burocracia e das promessas não cumpridas, decidiu não fornecer mais documentos ao Estado. Rememorando esse momento, Jair me disse: "Minha doença é vitalícia, eterna, toda a minha documentação está aí... o que eu preciso é o que vocês têm aí". No contexto argentino, Sofia Tiscornia (2008) demonstra como essas rotinas burocráticas podem causar efeitos concretos sobre os cidadãos, efeitos esses muitas vezes irreparáveis, como é o caso da morte, um risco iminente nas crises convulsivas de Jair. Partindo dessa ideia, os papéis e documentos, como os infindáveis laudos e receituários, possuem um lugar de destaque no "labirinto burocrático" (Tiscornia, 2008) e operam regimes de verdade e reconhecimento que condicionam o acesso aos direitos e ao cuidado.

Jair não é uma exceção. Estudos sobre a "judicialização da saúde", em especial, sobre o acesso ao *canabidiol*, demonstram que o fornecimento inicial de medicamentos por decisão judicial frequentemente é interrompido, isso sem mencionar os casos em que o primeiro pagamento nem chega a ser realizado (Policarpo; Veríssimo; Figueiredo, 2017; Nelvo, 2019). O caso de Jair evidencia os limites da "judicialização da saúde" como mecanismo de acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha. Embora tenha conseguido uma decisão favorável, a falta de execução da sentença por parte do Estado transformou sua vitória em um novo obstáculo, forçando-o a buscar alternativas. A interrupção do custeio do medicamento o colocou em uma situação crítica. Sem o *óleo*, sua saúde começou a piorar novamente, e ele se viu diante de um dilema: ou cultivava sua própria *cannabis*, ou buscava alternativas para manter o tratamento por conta própria: "Ou eu planto, ou eu dou um jeito de arrumar isso para minha saúde continuar boa, ou então eu não sei mais o que fazer".

O *Habeas Corpus* de Jair

> Então, no final das contas, ele teve... isso foi até utilizado na inicial, você pode até dar uma olhada na petição inicial. Isso foi usado da seguinte maneira, a gente mostrou para o judiciário que ele recebeu os primeiros seis meses, ele melhorou muito com o óleo importado e depois dos primeiros seis meses o Estado deu calote, não pagou mais. Então, assim, como o Estado deu calote, ele chegou em uma situação de olha "ou eu planto, ou eu dou um jeito de arrumar isso para minha saúde continuar boa, ou então eu não sei mais o que fazer". Então assim, o caso dele teve uma... teve um ponto que tornou mais forte que foi justamente essa vitória de Pirro, porque ele teve uma vitória na justiça só que o Estado não pagou e, se ele não tivesse *corrido atrás* pelos próprios meios, pela via do *Habeas Corpus*, a saúde dele não estava sendo tratada, e era um caso que tinha risco de morte, né? (Flávio, 2023).

Flávio é o advogado responsável pelo *Habeas Corpus* preventivo que, em 2019, autorizou

Jair a cultivar legalmente a maconha e extrair, de modo caseiro, o seu óleo. O *Habeas Corpus* é um "remédio constitucional", ou ainda chamado "remédio heroico", que visa a garantia do direito à liberdade da pessoa. Em termos práticos, ele pode ser acionado sempre que alguém sofrer ou tenha o risco de sofrer violência, ou coação em sua liberdade, causada por uma ilegalidade ou abuso de poder. Isso significa, portanto, que há o *Habeas Corpus* repressivo, utilizado para garantir a liberdade de alguém que já está preso ilegalmente; e o *Habeas Corpus* preventivo, utilizado para evitar uma prisão legal, este último, o caso do *Habeas Corpus* para cultivo.

Como apresentado anteriormente, o *Habeas Corpus* tem sido uma estratégia acionada para se garantir o "direito à saúde" e a "dignidade" do paciente, deslocando a prática do eixo do "crime" para o exercício de um "direito", apesar do risco envolvido. Tal risco deve-se ao fato de que, para viabilizar o argumento jurídico, é necessário que o paciente esteja cultivando a maconha, prática ainda proibida no Brasil (Policarpo; Veríssimo; Figueiredo, 2017; Policarpo; Martins, 2019; Valente, 2025). Jair descreve sua decisão de "entrar na justiça" como "um grito de desespero de quem faz o que tiver que fazer pra viver". Com a conquista do *Habeas Corpus*, havia certo alívio ao não ter "um ônibus nas costas". Todavia, o processo até a conquista não foi tão simples.

Um dos pontos importantes são os documentos médicos. Para consegui-los, Jair precisou *correr atrás* de médicos que topassem a empreitada. Um deles, especialista em epilepsia refratária e, outro, o médico que lhe havia prescrito o *óleo* pela primeira vez. Segundo Jair, "só consegui porque eu sou muito cabeça dura, senão eu tinha desistido". Com os documentos médicos em mãos, parte do trabalho estava feito. Trata-se, aqui, da comprovação do direito e, em termos jurídicos, de mostrar o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) de que se tratava de um caso de "direito à saúde".

Por fim, destaca-se o papel central da "dignidade" nesses processos. Frederico Policarpo e Luana Martins (2019) realizam uma análise dos *Habeas Corpus* justamente indicando como o instrumento é utilizado para promover o direito à saúde do *paciente* e, também, sua dignidade. Assim, a "dignidade da pessoa humana" é a categoria jurídica que fundamenta a reclassificação da demanda, associando-a ao eixo direito/saúde, e afastando-a do eixo crime/violência. Para tanto, há ainda o fator da gravidade da doença, onde nem toda condição de saúde é considerada grave o suficiente para afastar a Lei de Drogas e justificar a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana (Policarpo; Martins, 2020). Essa exigência é especialmente relevante nos primeiros momentos de consolidação da estratégia. Seguindo esse percurso analítico, Policarpo, Martins e Valente (2025), propõem uma diferenciação entre o *paciente* da maconha e o *paciente* do *Habeas Corpus* para o cultivo.

> [...] um tipo específico de paciente da maconha: o "paciente do *habeas corpus* para o cultivo". Demonstramos que, mais do que utilizar a maconha com fins terapêuticos ou ter uma prescrição médica para seu uso, o "paciente do *habeas corpus*" deve carregar características específicas, como a hipossuficiência em sua condição financeira e de saúde; já estar cultivando a maconha antes mesmo de "entrar na justiça" com o *habeas corpus*, ou seja, assumindo um risco de ser criminalizado; e, ainda, ter bons laudos médicos, que sustentem o pedido e garantam uma segurança para a estratégia. Realça, nesse contexto, a posição do risco, o que requer cuidado por parte dos advogados para selecionar os casos de pacientes que podem se encaixar no perfil do "paciente do *habeas corpus*". Isso porque esse risco não é somente individual, mas também um risco para a estratégia do *habeas corpus* que, para continuar avançando na justiça, deve estar atrelada a uma demanda de saúde e não do crime (Policarpo; Martins; Valente, 2025, p. 11).

AS ASSOCIAÇÕES CIVIS E A CONSTRUÇÃO DO REPROCANN

Olivia é ativista e psicóloga, uma das fundadoras de uma *asociación de profissionales y usuarios* que trabalha com os usos terapêuticos-medicinais da maconha na cidade de Rosário, na Argentina. Diferentemente de outras pessoas com as quais estabeleci interlocução, sua trajetória no ativismo antecede o envolvimento com a maconha, tendo se iniciado no âmbito das prisões e na defesa dos direitos humanos, especialmente com mulheres privadas de liberdade e em iniciativas de "desmanicomialização".

Usuária de maconha desde os 20 anos, Olívia se aproximou do ativismo canábico quando, alguns anos antes de 2010, surge uma *asociación* em Rosário sobre *estudios culturales* que, à época, sequer podia incluir a palavra "cannabis" em seu nome[13]. Desde então ela, junto a outros membros, começou a trilhar o caminho das políticas de drogas e da construção de uma nova lei de drogas que respeite os direitos dos consumidores. Porém, entre 2014 e 2015, havia uma demanda crescente para o avanço em relação aos usos terapêutico-medicinais da maconha. Em 2016, essa demanda já tinha tomado força, segundo ela: "as necessidades dos usuários terapêuticos começaram a ser colocadas, digamos assim, na *asociación*, começamos a receber

13 Essa asociación foi formada por usuários que já estavam envolvidos no ativismo canábico, e possuía outro nome. A mudança do nome se deu para que pudessem se inscrever como personería jurídica junto a Inspección General de Justicia (IGJ), porém o órgão não aceitou o uso da palavra "cannabis". Em sua tese de doutorado, Florencia Corbelle (2016) apresenta uma reconstrução da história do ativismo canábico na Argentina. Em especial no capítulo 6, "Las agrupaciones canábicas", descreve o processo de formalização que algumas dessas agrupaciones passaram, onde é necessário ter por objeto de trabalho um bem comum, que sirva em benefício da sociedade. No caso das agrupaciones esse objeto é a cannabis, o que levou a rejeições das inscrições ou necessidade de se inscreverem com outros nomes.

muitas consultas e a ideia de poder avançar no uso terapêutico da cannabis tinha realmente *estallado*[14]".

Como coordenadora da área de saúde da *asociación*, Olívia estruturou o primeiro dispositivo mensal de atendimento para a abordagem terapêutica da maconha com três frentes: palestras científicas, o atendimento clínico e as oficinas de cultivo e extração. Em 2017, essas atividades já ocorriam na *Facultad de Ciencias Bioquímicas*, mesmo sem um respaldo regulatório.

O contexto daquele momento apresentava um crescente aumento da demanda de pessoas que *corriam atrás* de serem pacientes da maconha, ao passo que a associação *corria atrás* de conseguir atender tais demandas, mesmo diante da ausência de marcos legais. Diante desse cenário, Olivia e outros membros decidiram fundar uma nova associação voltada exclusivamente ao uso terapêutico da cannabis. O gesto inaugural foi simbólico: durante a Marcha Mundial da Maconha de 2017, um cultivador doou 500 gramas de maconha, com os quais produziram o *óleo* e distribuíram a mais de 40 pacientes. A partir desse episódio, a associação se expandiu e se consolidou:

> 2 de junho de 2017. Então, a *asociación* foi fundada com a imensa solidariedade de um cultivador solidário que nos deu a missão de continuar. No dia 5 de julho, já tínhamos alugado uma clínica onde desenvolvemos um dispositivo interdisciplinar semanal, com duas equipes clínicas rotativas. Em dezembro de 2017 já tínhamos mais de 150 atendimentos. E bom, a partir daí nunca mais parou até hoje. A consulta interdisciplinar sempre foi mantida, principalmente entre médicos e psicólogos. E sempre foi mantido que o ponto forte aqui, digamos assim, é o uso terapêutico a partir de uma abordagem medicinal, né? Então, essa é a minha história de como eu cheguei à planta de cannabis. Em 2018, em maio, alugamos nosso próprio escritório. Em 2019, nos mudamos para a casa que você viu. E lá ainda estamos com o ramo do cultivo que está em outro local, aliás (Olivia, 2024).

A Ley de Cannabis Medicinal e o REPROCANN

> O que tínhamos era uma *cagada*, desculpe a palavra, mas era uma lei muito restritiva (Agustina, 2024).

Agustina faz parte de uma *asociación* da província de Río Negro. Durante uma conversa a perguntei sobre como participaram do processo de regulamentação na Argentina. Para me explicar, ela começou do início, a *cagada* que era a primeira regulamentação da Ley de Cannabis Medicinal. A associação de Agustina — assim como a de Olívia — fez parte do Consejo Consultivo Honorario durante os anos de 2020 e 2023, ou seja, estiveram participando

14 "*Estallado*": estalado, rompido, explodido, algo que faz com que se dê o momento inicial.

ativamente da construção da segunda regulamentação que criou o REPROCANN. Agustina comenta que apesar da "sociedade civil" – aqui se referindo a ativistas, pesquisadores, pacientes, médicos, usuários, mães etc. envolvidos na questão da cannabis – estar organizada, "tentando melhorar a primeira regulamentação que havia sido promulgada, mas nunca conseguimos avanços com aquele governo", se referindo ao governo de Macri (2016-2019). O cenário era de uma regulamentação que não funcionava de fato e, assim, outras estratégias eram acionadas em direção ao judiciário argentino, por meio de *Amparos*[15]. Havia uma percepção geral por parte dos usuários terapêutico-medicinais de que as regulamentações existentes não efetivavam, na prática, o acesso legal.

Diante disso, eles continuaram recorrendo a mercados ilegais ou a cultivadores solidários e associações que levavam adiante cultivos descentralizados. Inclusive, durante os debates parlamentários da referida lei e nos anos posteriores, diversos foram os casos de busca e apreensão, assim como de prisões de cultivadores. O argumento do governo de Macri era a luta contra o narcotráfico, porém, quem continuava recebendo o braço punitivo do Estado eram os usuários terapêutico-medicinais e os cultivadores de larga-data que abasteciam tais usuários e suas famílias (Corbelle, 2019, 2021, 2023a; Corda, 2018).

Durante as entrevistas, Olívia e Agustina mencionaram que a mudança de governo e a chegada de Alberto Fernández abriu um caminho mais fluido para o diálogo. Como comentou Agustina: "foi aí que conseguimos articular melhor o diálogo entre o Ministério da Saúde e as associações". Diferente do cenário anterior, agora havia um espaço formal para participação, onde entidades foram convocadas e selecionadas para integrar o Consejo Consultivo Honorario.

A Ley de Cannabis Medicinal de 2017 previa, no seu artigo 9º, a criação de um Consejo composto por dez cadeiras a serem ocupadas por representantes do governo, do campo científico e das *asociaciones*. Destas cadeiras, três eram ocupadas por representantes de *asociaciones*, todas sediadas na Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Como relatam Agustina e Olívia, havia um sentimento entre as associações de outras regiões de que essa distribuição não contemplava a todos os atores do movimento canábico. Nesse contexto, Olívia comenta como foi o processo em que se abriu mais três cadeiras no *Consejo*, todas elas destinadas à *asociaciones* de fora da Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Em fevereiro de 2020, já em um movimento de maior abertura do novo governo, a RACME foi convocada para dialogar e pensar as mudanças que poderiam ser feitas, em uma reunião informal.

15 Um desses *Amparos* concedeu o direito à oito mães de cultivarem a cannabis para o tratamento de seus filhos. Um *Amparo* é um instrumento jurídico bastante similar ao Mandado de Segurança brasileiro, ou seja, é julgado em âmbito civil. Um desses *Amparos* ocorreu em Rosário, província de Santa Fé, e tomou proporções nacionais. Na minha tese de doutorado, trato o processo com maiores detalhes (Valente, 2025).

> Em fevereiro de 2020, os representantes do RACME foram chamados para uma reunião no Ministério da Saúde para discutir essa questão. Nessa reunião, expus meu posicionamento e argumentei que o ministério deveria revisar sua abordagem. Afirmei que não parecia adequado continuar com a lógica hegemônica e *cabacentrista* de incluir apenas três organizações de CABA, enquanto o movimento contava com mais de 100 associações em todo o país. Então, em fevereiro, fizemos um chamado para que ampliassem essa participação. Diante dessa reivindicação, o ministério realizou uma nova convocação, abrindo espaço para três novas organizações e criando essas três vagas adicionais na comissão do Conselho Consultivo destinadas às ONGs (Olívia, 2024).

Assim, a composição do *Consejo Consultivo* foi expandida e representou importante conquista para as *asociaciones* do interior da Argentina. Até aquele momento, a estrutura era centralizada em Buenos Aires, concentrando o debate e a tomada de decisões em um espaço restrito. Tais *asociaciones* eram de Rosário – a de Olívia – representando o centro do país, e duas da Patagônia, incluindo a de Agustina. Segundo elas, tal ampliação mudou a dinâmica, tornando o *Consejo* mais representativo e permitindo que diferentes realidades fossem consideradas no processo de regulamentação que estava por vir.

O novo Consejo Consultivo Honorario foi criado em junho de 2020. Em novembro de 2020, o Decreto 883/2020, regulamentou novamente a Ley 27.350/2017. Assim, o Registro del Programa de Cannabis (REPROCANN) foi o nome dado ao registro que já era previsto na referida lei, em seu artigo 8º, mas que desde então não havia sido regulamentado. Mesmo assim, havia de se estabelecer efetivamente como funcionaria esse registro, o que de fato ocorreu do final de 2020 e, desde então, passou por diferentes modificações. O que pretendo neste momento, mais do que apresentar os detalhes do que prevê o REPROCANN, é descrever, a partir dos relatos de Agustina e Olívia, como as associações cumpriram um espaço central, *correndo atrás* de inserir suas demandas na regulamentação.

Nesse sentido, Agustina comenta como a nova regulamentação sancionada representava um marco: "A regulamentação antiga caiu e conseguimos algo novo". Porém, como dito, isso não significava que o trabalho havia terminado. O diálogo entre governo e sociedade civil seguiu intenso, e as *asociaciones* e a RACME brindavam informações e justificativas nos mínimos detalhes:

> Tivemos que justificar tudo: por que nove plantas? Por que 40 gramas? Isso foi negociado entre as associações e as autoridades (Agustina, 2024).

> Brigamos pelo número de pacientes incluídos no sistema, pela quantidade de plantas permitidas, pelo acesso ao cultivo. Foi um trabalho exaustivo, mas muito rico (Olívia, 2024).

A complexidade do cenário argentino também influenciou esse processo. "O país é enorme e muito heterogêneo. O Ministério da Saúde queria entender melhor o que as associações faziam", me explicou Agustina. Dessa forma, as *asociaciones* se empenharam na produção de outros instrumentos de pesquisa para auxiliar o governo na regulamentação. Agustina relata a criação de diferentes formulários e questionários que buscavam compreender melhor o potencial produtivo das organizações. Nesses formulários, outras *asociaciones* do país eram questionadas sobre suas práticas de cultivo, quais os profissionais envolvidos, se havia dispositivos médicos disponíveis. O objetivo era conseguir mapear da melhor maneira possível as diferentes formas em que a *cannabis medicinal* estava sendo levada adiante na Argentina. Nas palavras de Agustina: "Nós trabalhamos de um jeito, uma *asociación* em Córdoba trabalha de outro. Precisávamos entender o universo completo".

Por outro lado, as organizações que integravam o *Consejo* mantinham um esforço constante para informar as demais entidades sobre o que se discutia internamente. Assim, não havia um debate apenas dentro do *Ministerio de Salud*, mas também um debate fora dele, junto ao movimento canábico. Como enfatizado por Agustina, o trabalho foi calcado em brindar e circular informações para dentro e para fora, permitindo a participação de todos que pudessem contribuir de alguma maneira.

Ao relatar sua participação na construção do REPROCANN, Olívia destaca que, apesar dos embates e diferentes visões sobre a questão, foi possível criar um trabalho consensual, baseado "em diálogo constante com o Estado". Mais do que isso, Olívia me ajudou a melhor compreender como foram feitas as modificações ao longo dos anos e como o registro funciona.

> A trajetória legal da cannabis na Argentina aconteceu em etapas: a lei de 2017 regulamentou apenas pesquisa e uso medicinal, sem tocar no cultivo. Em novembro de 2020, novas diretrizes foram estabelecidas, ampliando as possibilidades de acesso. Já em março de 2021, o REPROCANN foi oficialmente criado e, em julho do mesmo ano, começaram as inscrições para autocultivo e cultivo solidário. Somente em 2023 as organizações foram incorporadas ao módulo de software (Olívia, 2024).

Nesse sentido, o REPROCANN funciona como uma plataforma onde os usuários criam perfis e estabelecem conexões dentro do sistema: "O paciente se vincula ao médico e ao cultivador, que pode ser ele mesmo ou outra pessoa", me explicou Olívia. Esse modelo organizacional se baseia em três pilares principais: clínica, paciente e cultivo; todos interligados dentro da estrutura da regulamentação.

Para efeitos de sistematização e clareza, essas dinâmicas estiveram presentes nas seguintes regulamentações, cronologicamente. Como mencionado, a abertura para o diálogo com o governo proporcionou inicialmente o Decreto Reglamentario 883/2020, que criava o REPROCANN e permitia o acesso à cannabis para todos aqueles que contassem com uma indicação médica, sem

limitação de patologias. Apesar da indicação do REPROCANN, era necessário regulamentá-lo. Assim, o Ministerio de Salud o regulou, em março de 2021, através da Resolución 800/2021. Essa primeira regulamentação estava voltada para pacientes – que poderiam cultivar ou não –, familiares (*responsable a cargo*) e terceiros (*cultivadores solidarios*). O rol das ONGs só iria ser regulamentado em 2022, através da Resolución 782/2022, as habilitando a cultivar para um máximo de 150 pacientes, sendo 9 plantas em floração o limite por paciente.

Os diálogos que mantive com Agustina e Olívia explicitam como representantes do campo científico, através da RACME, e do ativismo canábico foram determinantes na criação de uma nova regulamentação e, com ela, o REPROCANN. Mais do que o papel central exercido, uma fala de Olívia resume qual era a nova dinâmica:

> Sempre se transforma em relação ao dinamismo social, e as *asociaciones* transformam tanto o social quanto o legal. Nos primeiros tempos, sofremos principalmente com os marcos impostos, enquanto nos tempos da *asociación de profisionales y usuários*, fomos nós que estabelecemos as regras. Houve, portanto, uma dupla transformação vivida nesse processo (Olívia, 2024).

Não se tratava mais de garantir o acesso a *cannabis* ou uma receita médica, o objetivo era que a regulamentação contemplasse, da melhor forma possível, as necessidades das organizações, pacientes e cultivadores. Nesse contexto, é importante mencionar que as associações trabalharam conjuntamente com os representantes da RACME e conseguiram incidir politicamente na construção do REPROCANN. Deve-se seguir a advertência de Florencia Corbelle (2023a), de que não se relegue aos cultivadores e ativistas de longa data um local de meros assessores da demanda pelo acesso legal à maconha. Na realidade, após uma primeira regulamentação restrita, o ativismo esteve presente e ativo na construção das regulamentações do REPROCANN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurei demonstrar como a categoria *correr atrás*, acionada pelos meus interlocutores no interior de Minas Gerais, pode ser mobilizada como uma ferramenta analítica para compreender os processos de acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha. Através das trajetórias de Caroline e Jair, no Brasil, e de duas associações, na Argentina, procurei evidenciar que essa categoria se desdobra em observar três *movimentos* principais: *correr atrás* de informações; *correr atrás* da validação do saber biomédico; e, por fim, o *correr atrás* de "ser paciente da maconha". Cada um desses sentidos nos apresenta formas específicas

de agenciamento diante da ausência ou obstáculos das normativas vigentes, da morosidade e das burocracias das instituições envolvidas.

No contexto brasileiro, o percurso de Jair explicita como o reconhecimento judicial do "direito à saúde" nem sempre garante a sua efetivação. A "judicialização da saúde", embora um caminho que se apresentou inicialmente promissor, não foi suficiente: a exigência de documentos de tempos em tempos, o pagamento atrasado e, posteriormente, que nunca mais aconteceu. O *Habeas Corpus* e a "judicialização do cultivo" (Policarpo, 2025; Policarpo; Martins; Valente, 2025) foi a forma em que, finalmente, pode ter direito a cultivar seu próprio remédio.

No contexto Argentino, os casos das duas associações, contribuem para delinear um processo de construção regulatória em que foi possível articular o ativismo, a comunidade científica e o Estado. O REPROCANN, nas palavras de Olívia, marca uma "dupla transformação" onde, sujeitos antes criminalizados e que sofriam com os marcos normativos, passam a participar ativamente da elaboração das regulamentações. Assim, o *movimento* do *correr atrás* permite visualizar sua face construtiva, isto é, diante da urgência dos usuários e a ausência inicial de normas, se criou dispositivos e ativaram redes para sustentar a necessidade.

Por fim, diante dos dados apresentados ao longo do artigo, parece-me relevante apontar que no *correr atrás* se situa o entrelaçamento de diferentes temporalidades. Ao *correr atrás* e agenciar um *ritmo* próprio a fim de conquistar um tratamento, os atores envolvidos muitas vezes se veem em descompasso com os tempos da produção de normas, do saber biomédico, dos procedimentos e das burocracias judiciárias. Diante desse descompasso, o *correr atrás*, se inserindo em campos legislativos e judiciários, contribui para a reconfiguração das regulamentações.

REFERÊNCIAS

1. ASENSI, Felipe; PINHEIRO, Roseni. **Judicialização da saúde no Brasil**: dados e experiência. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/4292ed5b6a888bdcac178d51740f4066.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

2. AZIZE, Rogerio Lopes; SILVA, Martinho Braga Batista. Penalização e politização das drogas no documentário "Ilegal: a vida não espera". *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 39, 2015. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2015. p. 1-14. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/VisualizadorPdf?codigoArquivo=4481&tipoMidia=0. Acesso em: 8 nov. 2025.

3. BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 173-192, jan.-mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/JJLx5zBVfg4VBGRYhwFmVvC/?lang=pt. Acesso em: 12 jul. 2025.

4. BRANDÃO, Marcílio. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife. **Teoria e Cultura**, [*s. l.*], v. 15, p. 74-91, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/teoriaecultura/article/view/29334. Acesso em: 8 nov. 2025.

5. BRANDÃO, Marcílio. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 703-740, 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7258. Acesso em: 8 nov. 2025.

6. BRANDÃO, Marcílio Dantas; FRAGA, Paulo; POLICARPO, Frederico; REZENDE, Daniela. Continuidade da atenção cíclica à maconha no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, p. 1-17, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Fxkb5yVN7sy4qZ7Cgzxkcfj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 nov. 2025.

7. CORBELLE, Florencia. **Dar la cara como "usuario responsable"**. El activismo político de los usuarios de drogas: de la clandestinidad al Congreso Nacional. 2016. Tesis (Doctorado en Antropología) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016. Disponível em: http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/3181. Acesso em: 27 jan. 2025

8. CORBELLE, Florencia. **La ley de drogas en números**. Sobre la pretendida lucha contra el narcotráfico. Buenos Aires: [*s. n.*], 2021. (Colección Documentos de Trabajo del Equipo de Antropología Política y Jurídica, v. 2).

9. CORBELLE, Florencia. De usuarios/as responsables a cultivadores/as solidarios/as. Problemas, sujetos y lenguajes políticos en los debates parlamentarios por la reforma a la ley de drogas en Argentina. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, Buenos Aires, v. 13, n. 25, p. 130-162, 2023a. Disponível em: https://revistas.unla.edu.ar/perspectivas/article/view/4722. Acesso em: 8 nov. 2025.

10. CORBELLE, Florencia. Surgimento, desenvolvimento e consolidação do ativismo canábico na Argentina, 20 anos de militância. *In*: POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos; MARTINS, Luana; MOTTA, Yuri (org.). **Maconha**: erva boa para pensar. Rio de Janeiro: Autografia, 2023b. p. 89-126.

11. CORDA, Alejandro. **Cannabis en Argentina**: de los afrodescendientes en la colonia al movimiento cannábico. Buenos Aires: Intercambios Asociación Civil, 2018.

12. DÍAZ, María Cecilia. Haciendo caminho al andar: notas etnográficas sobre seminarios y jornadas de uso medicinal de cannabis em Argentina (2015-2017). **Revista Pensamiento Penal**, [*s. l.*], p. 1-33, 2018. Disponível em: https://www.pensamientopenal.com.ar/

doctrina/46213-haciendo-camino-al-andar-notas-etnograficas-sobre-seminarios-y-jornadas-uso. Acesso em: 8 nov. 2025.

13. DÍAZ, María Cecilia. Redes y conocimientos acerca del uso terapéutico de cannabis em Argentina. **Question**, Buenos Aires, v. 1, n. 65, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/5591. Acesso em: 8 nov. 2025.

14. DÍAZ, María Cecilia. El cannabis en sus transformaciones: notas etnográficas sobre el proceso de regulación de la planta de cannabis y sus derivados. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. e195460, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/195460. Acesso em: 27 jan. 2025.

15. FLORES, Lise Vogt. **"Na minha mão não morre"**. Uma etnografia de processos judiciais de medicamentos. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

16. GRILLO, Carolina Christoph. **Fazendo o Doze na Pista**: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

17. ILEGAL: a vida não espera. Direção: Tarso Araújo e Raphael Erichsen. Produção de Clarice Laus, Denis Russo Burgierman. Brasil: 3FilmGroup.tv, 2014.

18. LEITÃO, Luana; SIMÕES, Mônica Oliveira .; SIMÕES, Andrezza Eliab Oliveira; ALVES, Bruna Costa; BARBOSA, Igor Carvalho; PINTO, Marlla Emanuella Barreto. Judicialização da saúde na garantia do acesso ao medicamento**. Rev. salud pública**, [*s. l.*], v. 16, n. 3, p. 361-370, 2012. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-729647. Acesso em: 6 jan. 2025

19. MOORE, Sally Falk. **Law as process**: an anthropological approach. London: Routledge, 1978.

20. MOTTA, Yuri. **O paciente dedo-verde**: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

21. NELVO, Romário Vieira. Das dores que vazam, que produzem o cotidiano: o trabalho do tempo no ativismo da maconha medicinal. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 6, p. 37-59, 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/7199. Acesso em: 8 nov. 2025.

22. OLIVEIRA, Fabiana Santos Rodrigues. **Maconheirinhos**: cuidado, solidariedade e ativismo de pacientes e seus familiares em torno do óleo de maconha rico em canabidiol (CBD). 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

23. OLIVEIRA, Monique Batista de. **O medicamento proibido**: Como um derivado da

maconha foi regulamentado no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2016.

24. POLICARPO, Frederico. Savoir judiciaire et culture cannabique: la judiciarisation de l'accès par le biais des demandes d'autoproduction au Brésil. **Brésil(s)**, [*s. l.*], v. 27, 2025. Disponível em: https://journals.openedition.org/bresils/19731. Acesso em: 8 nov. 2025.

25. POLICARPO, Frederico; FIGUEIREDO, Emílio; VERÍSSIMO, Marcos. A "fumaça do bom direito": demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. **Platô: Drogas e Políticas**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 13-38, 2017. Disponível em: https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/11/PLATO-.compressed-1.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

26. POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana Almeida. "Dignidade", "doença" e "remédio": uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 47, 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42013. Acesso em: 8 nov. 2025.

27. POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana Almeida; VALENTE, Mário José Bani. Uma análise dos habeas corpus para o cultivo doméstico de maconha no Brasil. **Saúde soc.**, [*s. l.*], v. 34, n. 1, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4fwXRvWYzN3cd9VVYZHFbkc/?lang=pt. Acesso em: 8 nov. 2025.

28. REZENDE, Daniela Leandro; FRAGA, Paulo; SOL, Aruna. Audiências públicas sobre maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020. **Opinião Pública**, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 425-461, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-01912022282425. Acesso em: 4 fev. 2026.

29. ROMERO, Lucía Ana; CORBELLE, Florencia; DÍAZ, María Cecilia. Cannabis Medicinal: investigaciones colaborativas de las ciencias sociales. **Ciencia Propia**, [*s. l.*], p. 1–12, 2023. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/223603. Acesso em: 8 nov. 2025.

30. SALECH, Valeria. **La historia de Mamá Cultiva Argentina**. Buenos Aires: Ediciones B, 2018.

31. SEIXAS, Gabriel. **Redes sociais e culturas canábicas**: "prensando" o direito através de uma etnografia com cultivadores e consumidores de maconha no Brasil. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

32. SORIANO, Fernando. **Marihuana, la historia**. De Manuel Belgrano a las copas cannábicas. Buenos Aires: Planeta, 2017.

33. TISCORNIA, Sofia. **Activismo de los derechos humanos y democracias estatales**: el caso Walter Bulacio. Buenos Aires: Ediciones del Puerto: CELS, 2008.

34. VALENTE, Mário. **“Correr atrás”**: uma etnografia sobre as demandas e os processos de regulamentação do acesso ao uso terapêutico-medicinal da maconha no Brasil e na Argentina. 2025. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

35. VIEIRA, Fabiola Sulpino; ZUCCHI, Paola. Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [*s. l.*], v. 41, p. 214-222, 2007.

36. VIEIRA, Fabiola Sulpino. Judicialização e direito à saúde no Brasil: uma trajetória de encontros e desencontros. **Revista de Saúde Pública**, [*s. l.*], v. 57, 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004579. Acesso em: 4 fev. 2026.

37. VERÍSSIMO, Marcos. **Maconheiros, Fumons e Growers**: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Rio de Janeiro: Autografia. 2017.

Mário José Bani Valente
Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura da Universidade Federal Fluminense e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9445-0931. E-mail: mariobanivalente@gmail.com

Regulación y economía del cannabis en Argentina (2017-2024): avances, logros, insuficiencias e incertidumbres

Regulation and economy of cannabis in Argentina (2017-2024): Progress, achievements, insufficiencies and uncertainties

Regulamentação e economia da cannabis na Argentina (2017-2024): progressos, conquistas, deficiências e incertezas

Rolando García Bernado
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad Nacional de José C. Paz, José C. Paz, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Brenda Maier
Universidad Nacional de José C. Paz, José C. Paz, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Santiago Kozicki
Universidad Nacional de José C. Paz, José C. Paz, Provincia de Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

Este artículo analiza los cambios normativos y económicos en torno al cannabis en Argentina entre 2017 y 2024, evaluando sus impactos desde un enfoque de reducción de daños y análisis institucional. A partir de la sanción de las leyes 27.350 y 27.669, el país habilitó el acceso al cannabis medicinal, impulsó la investigación científica y fomentó cadenas productivas de cannabis y cáñamo industrial. No obstante, la implementación fue fragmentaria: la Agencia Regulatoria de la Industria del Cáñamo y del Cannabis Medicinal no logró estructurar un sistema operativo eficaz y el Registro del Programa de Cannabis funcionó con severas limitaciones operativas y burocráticas. Asimismo, surgieron asociaciones civiles cannábicas no previstas por el diseño legal original, lo que configuró zonas grises regulatorias. A partir de un enfoque comparado, revisión normativa y entrevistas a actores clave, el trabajo caracteriza el resultado como un modelo de legalización de cannabis medicinal híbrido, predominantemente no lucrativo, con barreras institucionales para el desarrollo del mercado formal y la industria. Se argumenta que una regulación más clara e integral permitiría ordenar el sistema, mejorar el acceso,

Recebido em 6 de junho de 2025.
Avaliador A: 27 de agosto de 2025.
Avaliador B: 2 de setembro de 2025.
Aceito em 19 de janeiro de 2026.

CC BY

fortalecer la industria legal y reducir los márgenes de ilegalidad e informalidad. El caso argentino aporta elementos para comprender los desafíos y tensiones que enfrentan las políticas de cannabis en transición en América Latina.

Palabras clave: Regulación del cannabis, Argentina, Cannabis medicinal, Marco regulatorio, Política pública.

ABSTRACT

This article analyzes the regulatory and economic changes surrounding cannabis in Argentina between 2017 and 2024, assessing their impacts from a harm reduction and institutional analysis perspective. Following the enactment of Laws 27,350 and 27,669, the country enabled access to medicinal cannabis, promoted scientific research, and fostered production chains for cannabis and industrial hemp. However, implementation was fragmented: the Agencia Regulatoria de la Industria del Cáñamo y del Cannabis Medicinal failed to structure an effective operating system, and the Registro del Programa de Cannabis operated with severe operational and bureaucratic limitations. Furthermore, cannabis civil associations not foreseen by the original legal design emerged, creating regulatory gray areas. Based on a comparative approach, regulatory review, and interviews with key actors, this paper characterizes the outcome as a hybrid, predominantly non-profit medicinal cannabis legalization model with institutional barriers to the development of the formal market and the industry in Argentina. It is argued that clearer and more comprehensive regulations would allow for more orderly regulation of the system, improve access, strengthen the legal industry, reduce the margins of illegality and informality, and garantee better access to medicinal cannabis. The Argentine case provides insights into the challenges and tensions facing cannabis policies in transition in Latin America.

Keywords: Cannabis regulation, Argentina, Medical cannabis, Regulatory framework, Public policy.

RESUMO

Este artigo analisa as mudanças regulatórias e econômicas em torno da cannabis na Argentina entre 2017 e 2024, avaliando seus impactos sob a perspectiva da redução de danos e da análise institucional. Após a promulgação das Leis nº 27.350 e nº 27.669, o país possibilitou o acesso à cannabis medicinal, promoveu a pesquisa científica e fomentou as cadeias produtivas de cannabis e cânhamo industrial. No entanto, a implementação foi fragmentada: a Agencia Regulatoria de la Industria del Cáñamo y del Cannabis

Medicinal não conseguiu estruturar um sistema operacional eficaz, e o Registro del Programa de Cannabis operou com severas limitações operacionais e burocráticas. Além disso, surgiram associações civis de cannabis não previstas no desenho legal original, criando áreas cinzentas regulatórias. Com base em uma abordagem comparativa, revisão regulatória e entrevistas com atores-chave, este artigo caracteriza o resultado como um modelo híbrido de legalização da cannabis medicinal, predominantemente sem fins lucrativos, com barreiras institucionais ao desenvolvimento do mercado formal e da indústria. Argumenta-se que regulamentações mais claras e abrangentes permitiriam uma regulamentação mais ordenada do sistema, melhorariam o acesso, fortaleceriam o setor jurídico e reduziriam as margens de ilegalidade e informalidade. O caso argentino oferece insights sobre os desafios e tensões enfrentados pelas políticas de cannabis em transição na América Latina.

Palavras-chave: Regulamentação da cannabis, Argentina, Cannabis medicinal, Política pública.

INTRODUCCION

Los inicios del siglo XXI evidencian una mayor disposición de los Estados nacionales y subnacionales para regular el acceso al cannabis, con características y grados de libertad diversos. Un hecho clave que marca este cambio es que, a fines de 2020, la Organización de las Naciones Unidas (ONU) retiró al cannabis de la lista IV de la Convención sobre drogas de 1961, siguiendo la recomendación de la Organización Mundial de la Salud (OMS), que reconoció las propiedades terapéuticas del cannabis y su resina. Así, el cannabis y sus derivados dejaron de estar en el consenso internacional de sustancias absolutamente prohibidas para todos sus usos, aunque continúa en la lista I (se reconoce su uso médico y científico pero sigue bajo control internacional estricto). Se trató de una primera gran fisura en el ámbito internacional de las políticas prohibicionistas sobre cannabis desde la década del 60 del siglo XX, cuando se instaló como política dominante.

La antesala de esta reforma internacional fue la legalización del cannabis medicinal y de uso adulto en múltiples estados de Estados Unidos, en Uruguay y Canadá. En 1996, el estado de California legalizó el uso medicinal (Caulkins *et al.*, 2015), seguido por otros estados norteamericanos a lo largo de tres décadas. A julio de 2024, 38 estados y 4 territorios de Estados Unidos han legalizado el cannabis para uso medicinal, mientras que 23 estados y 3 territorios permiten el uso recreativo. Por su parte, Uruguay y Canadá han legalizado el uso adulto y, a este grupo se ha sumado recientemente Alemania.

Convergiendo en estos cambios globales, desde 2017 Argentina ha estado inmersa en

un proceso de transformación profunda respecto a los usos sociales de la planta de cannabis, iniciado con la ley 27.350 que reguló el uso medicinal (Díaz, 2020; Baca Paunero, 2023). Esta ley autorizó el acceso a la planta o sus derivados a través del cultivo o la compra en farmacias de aceites, medicamentos u otros derivados no especificados. Esta norma fue reglamentada en dos ocasiones, primero con el decreto 738/2017 que fue derogado y cambiado por el decreto 883/2020. La segunda reglamentación contempló el acceso a la planta de cannabis y sus derivados a través del cultivo, tal como lo estipula el art. 8 de la Ley, a través de la adquisición de especialidades medicinales elaboradas en el país o importadas, como también adquirir formulaciones magistrales elaboradas por farmacias autorizadas u otras presentaciones que en el futuro se establezcan, de acuerdo al artículo 7 de la reglamentación vigente. La sanción de la Ley 27.350 fue un hito en la historia de las políticas de drogas en Argentina, al operacionalizar una excepción a la legislación represiva: la Ley de Drogas (23.737). Esta norma, sancionada en 1989 y vigente al momento, prohíbe la siembra y tenencia de la planta de cannabis, entre otras sustancias, excepto en los casos autorizados por la ley 27.350, que habilita el cultivo mediante registro de usuarios. Posteriormente, se legisló sobre la regulación de la industria y el comercio del cannabis y del cáñamo a través de la Ley 27.669 en 2022. Esta ley industrial buscó legalizar y promover el surgimiento de cadenas productivas de cannabis medicinal y de cáñamo para fines industriales, cosméticos y alimenticios (López, 2021).

En virtud de las mencionadas leyes y sus normativas, en la actualidad (2025) es legalmente posible contar una autorización para cultivar, adquirir, poseer y transportar cannabis de uso medicinal, y se han legalizado las asociaciones comunitarias como canales de producción y distribución del mismo. No obstante, en la práctica, los actores participantes en el mundo del cannabis legal han enfrentado muchas deficiencias y trabas que impiden u obstaculizan la realización fáctica de estos derechos sancionados.

Al respecto, se han realizado algunos análisis previos a la estructura jurídica emergente (por ejemplo, en Labiano, 2019). En el marco de la discusión sobre normativas y diseño institucional, Souto Zabaleta (2019) propuso una regulación integral del cannabis que incluya la producción controlada, el acceso equitativo mediante autocultivo y venta privada, y la protección de derechos humanos y laborales. En una dirección similar, Díaz, Aguilar y Romero (2021) subrayaron la importancia de la cooperación entre activistas, médicos, científicos y decisores políticos. Su propuesta enfatiza los derechos civiles y comunitarios, destacando la importancia del autocultivo, la regularización del mercado y la eliminación de antecedentes penales relacionados con el cannabis.

Estos trabajos surgieron al calor de esas primeras leyes y no evalúan el impacto que han tenido desde su puesta en funcionamiento. Este es el foco del presente artículo. A pesar de sus vastas consecuencias, este nuevo marco jurídico no ha recibido un tratamiento académico

formal hasta el momento. Entre sus efectos se incluyen la proliferación de producciones con fines científicos y de desarrollo tecnológico, el acceso de miles de usuarios al programa medicinal, la multiplicación de empresas productoras de aceites y derivados, la emergencia de Asociaciones Civiles cannábicas vinculadas al programa medicinal (113 según informe de Jefatura de Gabinete de Ministros de agosto de 2024), la entrega de cientos de licencias para la creación y multiplicación de variedades, la inscripción de decenas de genéticas desarrolladas localmente en el Registro Nacional de Semillas, la formalización de una cadena comercial de clones, la emergencia de la industria de maquinaria agrícola cannábica, y la realización de ensayos agronómicos de cáñamo en muchas regiones del país, entre otros.

¿Cómo ha impactado la legalización en el desarrollo de actores productivos y en el acceso al cannabis medicinal en Argentina? En este trabajo ofrecemos un análisis del marco regulatorio y de las amplias consecuencias de su implementación, con el fin de caracterizar la situación hacia finales de 2024 e identificar los logros y falencias de la política pública desde el punto de vista de quienes apoyan la legalización de las prácticas de producción y uso del cannabis.

Luego de esta introducción, el artículo continúa con una reposición metodológica y teórica. En la tercera sección ofrecemos una exposición detallada de los cambios normativos recientes que resultan en el diseño legal actual y la forma en que se han traducido en la expansión de prácticas sociales, tanto productivas como de uso. En la cuarta sección reflexionamos sobre logros, insuficiencias y riesgos, y una serie de recomendaciones para mejorar el diseño y funcionamiento de la política de cannabis.

PERSPECTIVA EPISTEMOLOGICA Y METODOLOGIA

El enfoque epistemológico basado en la reducción de daños se sustenta en la idea de que las políticas de drogas deben centrarse en las personas y la protección de sus derechos, reconociendo el consumo de sustancias como una realidad social que requiere respuestas integradoras y basadas en evidencia (Ritter e Cameron, 2006). Siguiendo los lineamientos de reducción de daños, el artículo adopta una postura crítica frente al modelo prohibicionista-abstencionista que ha prevalecido en Argentina. Partimos de la abrumadora evidencia de que la regulación legal del cannabis (así como del resto de las drogas) basada en reducción de daños es más efectiva que la prohibición estricta para morigerar los efectos negativos del uso problemático. Este enfoque argumenta cómo los modelos reguladores que integran consideraciones de salud pública y equidad social pueden mejorar el acceso a tratamientos medicinales, reducir la

criminalización y fomentar el desarrollo económico. El enfoque propone también estrategias basadas en la justicia social para aquellas comunidades desproporcionadamente afectadas por las políticas de drogas prohibicionistas. Este aspecto es abordado, en el caso del cannabis, en la guía de Transform Drug Policy Foundation (2017). En este sentido, la investigación sugiere que una regulación integral no solo debe ocuparse del desarrollo de un mercado legal, sino también de la inclusión de las comunidades marginadas en su diseño e implementación, creando oportunidades económicas y sociales que apunten a revertir el estigma asociado a productores, distribuidores y usuarios de cannabis.

La metodología que seguimos implica analizar detalladamente la legislación argentina junto con datos de entrevistas con actores clave en el sector. La integración de estadísticas de uso y mercado de cannabis permite un entendimiento empírico del contexto local. Respecto de las fuentes, este trabajo se basó en una revisión de toda la documentación legal relacionada con el cannabis emitida a nivel nacional, incluyendo leyes, normativas y resoluciones de los organismos pertinentes desde 2017 hasta junio de 2024. Se llevaron a cabo quince entrevistas en profundidad, siguiendo una metodología de informantes clave y utilizando un cuestionario semi-estructurado. En el cuadro de síntesis se detallan los perfiles de los entrevistados, que incluyen funcionarios estatales designados en la agencia de cannabis durante el periodo en cuestión, cultivadores de cannabis tanto solidarios como empresariales, miembros de asociaciones civiles de cannabis medicinal, médicos del programa de cannabis y empresarios del sector. Por razones de confidencialidad, se omiten los nombres de las personas. También se analizaron los datos estadísticos disponibles sobre el uso social del cannabis, las solicitudes de autorizaciones para personas usuarias y productores y licencias industriales. Además, se realizó una revisión exhaustiva de los antecedentes relacionados con procesos regulatorios del cannabis a nivel global, la literatura académica relevante y las guías más utilizadas en este ámbito.

La metodología de informantes clave busca acceder al conocimiento socialmente distribuido a través de actores representativos o estratégicos, integrando sus perspectivas dentro de un marco analítico más amplio para explicar procesos sociales complejos. Desde un enfoque interpretativo, los informantes clave son comprendidos como mediadores culturales que permiten al investigador acceder a significados locales y estructuras de sentido (Geertz, 1973). A su vez, la noción de conocimiento socialmente distribuido reconoce que el saber no se encuentra concentrado en individuos aislados, sino que está encarnado en prácticas y contextos determinados (Lave & Wenger, 1991; Polanyi, 1966). En este sentido, los informantes poseen un conocimiento tácito y situado que contribuye a reconstruir las lógicas de acción y las racionalidades subyacentes a los fenómenos estudiados.

Tabla 1. Normativa relevante y fuentes primarias

Leyes, Decretos, Resoluciones	Ley 11.309, Ley 11.331, Ley 23.737, Ley 27.350. Ley 27.669, Decreto Poder Ejecutivo 883/2020, Resolución 800/2021 Ministerio de Salud de Nación, Resolución 260/2022 Instituto Nacional de Semillas, Resolución 653/2023 Instituto Nacional de Semillas , Resolución 3132/2024 Ministerio de Salud de Nación, Resolución 81/2024 Instituto Nacional de Semillas, Resolución 2/2023 ARICCAME, Resolución 1/2024 ARICCAME, Informe n° 142 Jefatura de Gabinete de Ministros.		
Entrevistas	**Perfil**	**Institución**	**Fecha de Realización**
	1	Gerente de Empresa Pública	21.06.2024
	2	Empresario distribuidora	25.08.2024
	3	Empresario farmacia/dispensario	20.03.2024
	4	Empresario cultivador	27.08.2024
	5	Empresario vivero	12.09.2024
	6	Abogado del programa	18.08.2024
	7	Funcionario de INASE	09.10.2023
	8	Médica del programa	08.09.2023
	9	Médico del programa	17.05.2023
	10	Empresario cultivador	09.10.2024
	11	Cultivador del programa	01.08.2024
	12	Empresario productor de derivados	18.14.2024
	13	Técnica Ingeniera Cultivadora	25.08.2024
	14	Presidente Asociación Civil	08.05.2023
	15	Presidenta Asociación Civil	10.10.2024

Fuente: Elaboración propia (2025).

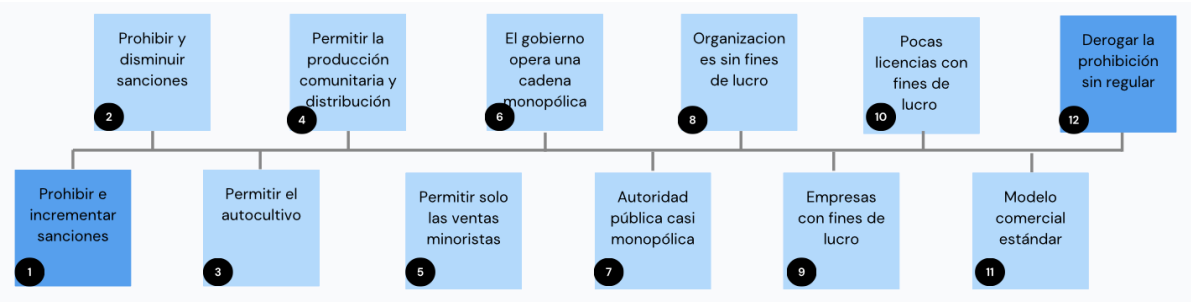
La regulación del cannabis es aún un campo exploratorio. Un ejemplo de esto es la "paradoja de Washington D.C.". En 2014, los votantes del Distrito Federal de Columbia aprobaron la "Iniciativa 71", que legalizó la posesión y el cultivo de pequeñas cantidades de cannabis para uso personal. Sin embargo, no se previó adecuadamente la forma de acceso al cannabis, manteniendo la prohibición de comprarlo mientras se permitía regalarlo. Esto dio lugar a una economía centrada en el "regalo", un virtual "mercado gris" en el que los comercios locales venden artículos no relacionados con cannabis a precios inflados y ofrecen cannabis como un "regalo" complementario a la transacción. Esta situación perduró hasta 2024, cuando los dispensarios de cannabis fueron forzados a reconvertirse al programa medicinal.

Esta paradoja resalta la necesidad de retomar los estudios sobre la regulación del cannabis que analicen experiencias regulatorias concretas, para capturar adecuadamente tanto las consecuencias previstas como las imprevistas de las nuevas leyes de cannabis en Argentina. No existe una única forma de regular el uso del cannabis; de hecho, el grado de dispersión de los distintos marcos regulatorios es elevado. Cada país o estado subnacional ha formulado reglas particulares de acuerdo con su idiosincrasia, estructura legal y posibilidades políticas.

En este marco, el antecedente propuesto por Caulkins *et al.*, (2015) esquematiza posibles

hitos o niveles entre los extremos de la prohibición total y un estándar comercial de libre mercado, similar al que tienen otras industrias en la actualidad.

Figura 1. Espectro de regulación del cannabis



Fuente: Adaptación en base a Caulkins *et al. (*2015).

El espectro de regulación del cannabis presenta puntos intermedios entre la prohibición absoluta y un modelo comercial estándar para un producto industrializado. Por ejemplo, antes de la emisión de licencias (9), puede haber periodos de permisión sin licencias (3, 4, 8). Asimismo, el Estado puede tener una presencia muy fuerte en la comercialización de ciertos productos (6) en los momentos iniciales de la transición, antes de abrirse a una mayor libertad de competencia restringida (10). En el caso argentino, el modelo regulatorio tiene elementos de 3 y 4 (por la regulación del autocultivo y producción comunitaria -cultivador solidario-) y 8 (por la presencia de asociaciones civiles), pero ninguno de los elementos intermedios está habilitado (ventas minoristas, venta monopólica del estado), ni los posteriores. En las experiencias regulatorias existentes, estaciones previas y posteriores se combinan en modelos particulares. La utilidad del esquema viene dada por facilitar la caracterización general de un marco regulatorio al explicitar una diversidad amplia de posibilidades abstractas en esta materia.

Una aproximación complementaria a la Caulkins y coautores es la que parte de esquemas empíricamente inspirados en marcos regulatorios que están en práctica en algún país del mundo. Así lo hace la guía de Transform Drug Policy (2017). Según este documento los esquemas regulatorios se dividen en: Prohibición de producción, comercialización y consumo; Producción legal y suministro sólo para uso médico; Prohibición de producción y suministro, con descriminalización del uso personal; Prohibición de producción y suministro, con descriminalización de la posesión para uso personal y ventas minoristas; Prohibición de producción y suministro, con descriminalización a pequeña escala, cultivo y clubes cannábicos; Regulación de la producción y suministro legales, enteramente bajo dominio del gobierno; Regulación legal de la producción y el suministro, permitiendo una acción limitada de los actores privados; Producción legal y suministro regulados con licencias para productores y

dispensarios; Mercado comercial ampliamente desregulado.

Resumiendo, en lo que hace a la regulación del cannabis tanto para construir modelos como para analizarlos, la pregunta fundamental es "¿quién está autorizado a producir cannabis?" (Kilmer; Pacula, 2017). Esto implica una discusión sobre el rol del Estado y los privados, y dentro de estos, las distintas lógicas posibles (empresas, asociaciones civiles, etc.). La legalización del cannabis "con fines de lucro" ("for profit") se refiere a una orientación general donde el cultivo, distribución y venta de cannabis queda en manos de empresas privadas, independientemente de su forma jurídica, propiedad u origen de capital. Este modelo se distingue por varias características clave: las empresas privadas pueden cultivar, procesar y vender cannabis bajo regulaciones estatales, pero con el objetivo de maximizar sus beneficios. El enfoque está en la generación de ingresos, mientras que el Estado regula y grava las operaciones para generar ingresos fiscales y delimitar ciertos marcos de funcionamiento de la actividad. A diferencia de los modelos más restrictivos o de aquellos que prohíben el lucro, el modelo con fines de lucro fomenta un mercado competitivo con una variedad de productos y servicios relacionados con el cannabis. Esto conduce a la innovación en productos, marketing agresivo, economías de escala y una amplia distribución. Los ejemplos de legalizaciones con fines de lucro abundan en Estados Unidos.

En el extremo opuesto, se encuentra la legalización "sin fines de lucro" ("not-for-profit"). Este enfoque suele estar acompañado por un énfasis en la salud pública, partiendo de la suposición de que existe una contradicción entre el mercado privado y los objetivos de salud en la regulación del cannabis. Se advierte sobre los riesgos de salud pública que puede conllevar una legalización orientada al mercado, especialmente en términos de consumo problemático y juvenil (Transform Drug Policy, 2017; Pacula; Smart, 2017, entre otros). Este modelo busca reducir los riesgos y daños asociados al uso del cannabis, al tiempo que garantiza los derechos de los usuarios (Barry; Hilamo; Glantz, 2014; Hall; Lynskey, 2016). Las estrategias suelen incluir la limitación de los canales de distribución (dónde se puede comprar y consumir) y las opciones de acceso a productos (qué productos se comercializan legalmente) (Room, 2014; Subritzky; Lenton; Pettigrew, 2016). Implican el control estatal o de organizaciones sin fines de lucro del cultivo, distribución y venta de cannabis, como en el caso de Uruguay (Queirolo, 2020), y favorecen el autoabastecimiento. Uruguay es un ejemplo de un enfoque estatalista que prioriza el acceso al cannabis, la salud y seguridad pública. Los resultados para los actores económicos, en particular para los agricultores de cáñamo industrial que vieron la legalización como una oportunidad para vender flores de CBD, fueron en general desfavorables.

EFECTOS Y RESULTADOS DEL MARCO REGULATORIO: UNA CARACTERIZACIÓN

Como se mencionó anteriormente, la regulación del cannabis en Argentina cambió con la Ley 27.350, que marcó el inicio de la etapa post-prohibicionista en el país. Esta ley fue aprobada tras una votación ajustada en la Cámara de Diputados y de manera unánime en la Cámara de Senadores. En ese momento, legisladores opositores al gobierno, liderados por el peronismo (centro-izquierda), apadrinaron e impulsaron su avance, mientras que los representantes del gobierno de la Alianza Cambiemos (centro-derecha) también apoyaron el proyecto. Posteriormente, el oficialismo redactó el texto final y reglamentó la norma. Este enfoque bipartidario en la primera ley de cannabis del "post-prohibicionismo" en Argentina es significativo, dado el carácter sensible de la regulación del cannabis en el ámbito político.

La gestión política de la ley también incluyó la participación de organizaciones de la sociedad civil, que fueron convocadas a audiencias públicas en el Congreso. La colaboración entre activistas cannábicos, legisladores y asesores en Argentina entre 2016 y 2017 facilitó la creación de las regulaciones (Díaz, 2020; Corbelle, 2023). El requisito para acceder al cannabis de uso medicinal es que el tratamiento con cannabis sea prescrito por un médico para alguna dolencia o enfermedad que, según su criterio, pueda aliviarse o mejorar con el uso de cannabis en diversas dimensiones (física, psicológica, emocional).

Existen dos vías de acceso a la sustancia: la primera es la compra de medicamentos derivados del cannabis en farmacias, que incluye farmacéuticos, aceites o formulaciones magistrales. La normativa establece que estos aceites deben venderse con receta en la farmacia, aunque en la práctica ha habido una proliferación de la venta de aceites sin receta, incluso en ventas online de productos no registrados, al tiempo que no se ha avanzado en la generación de formulaciones magistrales. Las farmacias no requieren un permiso especial para vender estos productos más que estar habilitadas para realizar formulaciones y los pacientes no necesitan estar inscriptos necesariamente en el programa de cannabis medicinal al no estar cultivando. Los productos habilitados excluyen las flores secas en cualquier presentación. La segunda vía es el autocultivo o cultivo doméstico, que permite acceder a la flor seca y habilita la preparación de derivados sin intermediación de laboratorios. El cultivo y elaboración pueden ser personales o a través de una tercera persona, como un cultivador solidario u otro cultivador, o una asociación civil autorizada por el Ministerio de Salud de la Nación.

Actualmente, el límite de cultivo es de nueve plantas florecidas por persona, y se permite transportar hasta 40 gramos también por persona. Las asociaciones civiles pueden cultivar hasta 150 personas, pero se requiere estar inscrito en el "Registro del Programa Cannabis"

(REPROCANN) del Ministerio de Salud de la Nación. Además, el artículo 6 de la Ley 27.350 permite el desarrollo de proyectos de investigación científica mediante convenios público-privados que impliquen el cultivo y manipulación de productos de cannabis.

En septiembre de 2022, el Congreso argentino dio un segundo paso al regular una norma que permite a gran escala la producción de cannabis medicinal y de cáñamo industrial con la sanción de la Ley 27.669. Esta Ley creó el régimen legal, la autoridad encargada de otorgar licencias y fiscalizar la industria, y definió algunos de los parámetros y requisitos para la entrega de las licencias necesarias para operar en la cadena productiva del cannabis medicinal y cáñamo. Hasta la fecha, el uso adulto o recreativo del cannabis sigue estando penado por la ley. Es relevante destacar que, en 2009, la Corte Suprema de Justicia de la Nación declaró, en un caso particular, que bajo ciertas condiciones no se puede castigar la tenencia de cannabis para consumo personal[1].

La implementación de la regulación para el autocultivo, cultivo solidario y cáñamo industrial generó múltiples consecuencias en el entramado de actores legales.

Ley 27.350: proliferación de la investigación y producción

En Argentina, si una ley nacional no es de orden público, las provincias deben optar por adherirse (no están obligadas). Todas las provincias argentinas, excepto Formosa, han adherido a la Ley 27.350. Algunas provincias como Jujuy, La Rioja, San Juan, Misiones, Santa Fe y Corrientes han avanzado en cultivos a gran escala gestionados por las administraciones provinciales, con un enfoque en propósitos científicos y en explorar perspectivas productivas. Asimismo, varios municipios en todo el país han establecido ordenanzas locales con características diversas para regular la actividad. En paralelo, las universidades nacionales han iniciado investigaciones sobre el uso medicinal del cannabis y han colaborado con la comunidad y organizaciones civiles. Gobiernos municipales, organismos estatales como el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), entidades privadas y organizaciones de la sociedad civil han presentado proyectos de investigación, los cuales han sido habilitados por la Ley 27.350.

Entre 2021 y 2023 se aprobaron 54 proyectos, de los cuales cuatro son ensayos clínicos, y el resto implica cultivos para promover y producir cannabis, desarrollar, estabilizar y tipificar

1 Aunque esta posición del máximo tribunal se ha consolidado, cada caso depende de varios factores como la cantidad de sustancia, el lugar, los mensajes en el celular y la posesión de elementos que presuman comercialización, como balanzas, elementos de corte y dinero en efectivo. La aplicación de la ley penal es heterogénea y depende en gran medida de la discrecionalidad de los tribunales. Con esta aclaración, se puede sostener que el uso recreativo del cannabis está descriminalizado de facto para pequeñas cantidades, pero la producción y comercio de productos derivados de la planta con este fin siguen estando prohibidos y sancionados por la ley mencionada, salvo en las aplicaciones específicas ya discutidas. En este contexto, las detenciones por posesión de cannabis varían según la región y la clase social, y no suelen derivar en condenas, mientras que las detenciones por comercialización sí lo hacen.

variedades, evaluar la respuesta de variedades a diferentes condiciones productivas y determinar la adaptación del cultivo a condiciones locales. El análisis documental revela que la mayoría de los proyectos, que según la ley deben articularse con organismos científicos, involucran la participación de INTA o CONICET. En cuanto a su dispersión geográfica, la mayoría de los proyectos están localizados en las provincias de Buenos Aires (17) y Santa Fe (8). De las otras 21 provincias, todas tienen al menos un proyecto aprobado, excepto Formosa, La Pampa, Catamarca y Tierra del Fuego. En cuanto a las escalas, la mayoría son experimentales o pequeñas. Al tratarse de cultivos con fines científicos específicos, la utilización de la producción para otros fines, y en concreto, la comercialización del producto final no está permitida. Esta situación no fue prevista en la normativa para el uso medicinal, lo que llevó a la necesidad de promover la Ley 27.669.

Una gran parte de estos proyectos entraron en parálisis o han sido directamente cancelados, según nos fue indicado por una entrevista a Ingeniera (25.08.2024), involucrada en varios proyectos aprobados y en entrevista con un Gerente de Empresa Pública (21.06.2024). Los que continúan en funcionamiento, produciendo flores secas, fitomejorando y elaborando aceites, operan con convenios que los coloca en una situación de fragilidad legal, además de hasta hace muy poco tener prohibido comercializar productos para refinanciarse. Una incorporación reciente es que, a través de la resolución 1780/2025 del Ministerio de Salud, estos proyectos puedan proveer a pacientes con REPROCANN. Pero aún no queda claro si el funcionamiento será a través de la figura de asociación civil o se dictarán normas específicas sobre como podrán estos proyectos científicos proveer legalmente a las personas usuarias.

En términos de resultados, al menos 12 variedades de cannabis han sido inscritas en el registro nacional de cultivares, y las empresas involucradas han podido desarrollar circuitos productivos de cannabis, aunque al no estar habilitada la comercialización, estas producciones no han logrado completar el circuito productivo-comercial.

27.350: Programa de Cannabis y REPROCANN

En el marco de la Ley 27.350, se creó un registro de personas usuarias, autocultivadores y cultivadores solidarios de cannabis medicinal a través del PROGRAMA NACIONAL DE CANNABIS (REPROCANN), mediante el decreto 883/20 y la resolución 800/21. El REPROCANN es un registro que autoriza el autocultivo para personas usuarias medicinales. La autorización para cultivar se obtiene a través de una declaración jurada, donde se presenta una indicación médica, que habilita el transporte de hasta 40 gramos de flores secas y 2 goteros de aceite y el cultivo de hasta nueve plantas. El profesional médico que prescribe el tratamiento debe registrarse y completar un justificativo donde se indica la patología por la que se prescribe el tratamiento. El registro entró en vigencia en marzo de 2021 y originalmente otorgaba

autorizaciones por un año; actualmente, estas autorizaciones se extienden por tres años.

Es importante señalar que, al requerir únicamente una orden médica que indique un tratamiento específico para una patología, todo uso registrado en el programa REPROCANN es, en efecto, un uso terapéutico. Sin embargo, la percepción del uso propio entre los usuarios de cannabis puede variar, como lo demuestra el estudio de Gelberg et al. (2024), que encontró que una cantidad de usuarios recreativos en realidad hace un uso terapéutico. En Argentina, una referencia posible de la autopercepción del tipo de uso que se realiza es una encuesta en línea publicada por el Observatorio CECCA en 2022. Esta encuesta no probabilística obtuvo 62 mil respuestas, y los resultados indican que el 18% de las personas usuarias se perciben a sí mismas como usuarios medicinales del cannabis (Flores, 2022).

También 2022, el Observatorio Argentino de Drogas, dependiente de la Secretaría de Políticas Integrales sobre Drogas de la Nación Argentina realizó la Encuesta Nacional sobre Consumos y Prácticas de Cuidado (ENCoPrac) sobre una muestra representativa de la población de 16 a 75 años residente en los 31 aglomerados urbanos del país. Esta encuesta indica que la **prevalencia anual** en Argentina de consumo de cannabis para usos terapéuticos y no terapéuticos, entendida como el consumo al menos una vez en los doce meses previos a la consulta, fue del 13,8%, siendo mayor entre los varones (17%) que entre las mujeres (10,8%) (SEDRONAR, 2023). Esto implica que los habitantes urbanos que usaron cannabis en Argentina en el último año con fines terapéuticos y no terapéuticos alcanzan al menos los 4.5 millones[2].

El informe "Principales resultados en relación con el consumo de marihuana", que se desprende de un módulo especial de dicha encuesta de 2022, distingue entre uso terapéutico y no terapéutico del cannabis. En este caso, la prevalencia anual del uso terapéutico es 5,4% o 1.130.069 personas, lo que pone a este universo cerca del 25% de la prevalencia "general", algo superior al 18% de la encuesta de CECCA.

En cuanto a las autorizaciones del REPROCANN, de acuerdo a una respuesta oficial dada por un pedido de información pública de parte de este grupo de investigación, en agosto de 2023 existían 149.899 otorgadas, con 6.636 en evaluación, de un total de aproximadamente 250.000 solicitudes procesadas, incluyendo unas 89.000 de la primera plataforma virtual utilizada para registrar a usuarios, que fue tempranamente reemplazada por otra. Además, el

2 En términos de consumo reciente, la **prevalencia mensual**, entendida como el consumo al menos una vez en los últimos treinta días, alcanzó en promedio el 8,1%, con una marcada diferencia por sexo: 10,5% entre varones y 5,7% entre mujeres. Al desagregar por edad, la **prevalencia anual** se observa con mayor intensidad entre los jóvenes de 25 a 34 años (22,3%) y de 16 a 24 años (22,2%), mientras que los valores descienden en los grupos de 35 a 49 años (10,9%) y de 50 a 65 años (7,2%). Finalmente, según el clima educativo del hogar, la **prevalencia anual** es más elevada entre quienes presentan un clima educativo alto (18,6%), en comparación con los hogares de clima educativo medio (15,3%) y bajo (9,3%). Estos datos de prevalencia anual sugieren que alrededor de 4 millones de personas usaron cannabis al menos una vez durante el último año (SEDRONAR, 2023).

programa autorizó a 113 Asociaciones Civiles a hacer cultivos para terceros. Este dato no afecta la cobertura estimada del programa, puesto que todos los participantes de las Asociaciones Civiles deben estar inscriptos en REPROCANN (informe de Jefatura de Gabinete de Ministros a la Cámara de Diputados de la Nación en abril de 2025[3]). Si consideramos el grupo más reducido de personas que utilizan cannabis con fines medicinales (personas), la cobertura del REPROCANN fue apenas del 13,2% en agosto de 2023, indicando que para esa fecha el 86,8% del mercado de cannabis medicinal en Argentina estaba aún ilegalizado[4].

Ley 27.669: Agencia Regulatoria

La excepción al modelo mayoritariamente sin fines de lucro que resulta de la forma en que se implementaron las leyes pudo aparecer con la puesta en funcionamiento de la agencia regulatoria que, instruida por la Ley 27.669, debía generar un sistema de otorgamiento de licencias para producir, distribuir y comercializar cannabis.

La agencia regulatoria contemplada en la ley promulgada en mayo de 2022 ha tenido un funcionamiento limitado, discontinuo y escueto desde su creación. El 7 de diciembre de 2023, hacia el final del gobierno de Fernández (2019-2023), se otorgaron los primeros permisos provisorios para la comercialización de cannabis medicinal a empresas argentinas. Las compañías beneficiarias fueron Agrogenética Riojana (La Rioja), Biofábrica Misiones (Misiones), ambas empresas estatales, Inkillay (Tucumán), Whale Leaf (Chubut), Pampa Hemp y Botanicals (ambas situadas en la Provincia de Buenos Aires).

Previo a estas autorizaciones, todas las producciones de cannabis medicinal podían enmarcarse dentro de la ley 27.350, pero sólo como proyectos con fines de investigación científica, al término de la cual la producción vegetal generada debía ser destruida. Las seis licencias provisorias fueron otorgadas a empresas que ya contaban con una producción en el marco de los convenios con organismos de ciencia y tecnología (seis de los cincuenta mencionados en el apartado previo) y tenían el fin de revertir esto y que las empresas pudiesen

3 Disponible en: https://www.hcdn.gob.ar/avisos/584755d1-1add-11f0-9206-00505689ffd4/. Acceso en: 1 jun. 2025.

4 Tanto en Canadá como en Estados Unidos se ha demostrado que un porcentaje de usuarios del programa medicinal son personas que se ven instadas a reconocerse como usuarios medicinales para evitar conflictos con la Ley, pero que, en caso de existir otro marco jurídico, probablemente no lo harían (Okey *et al.*, 2022, Hurley; Holland; Werb, 2024). Esto puede deberse a que los usuarios de cannabis recreativo utilizan los programas medicinales como cobertura legal para acceder al cannabis, aunque también puede ser indicativo de que los usuarios medicinales quieren evitar la burocracia de los programas y optan por comprar su medicina a través del mercado general. En el caso argentino, la forma amplia en la que se reglamentó el programa medicinal ha permitido a los médicos prescribir para una diversidad de situaciones en los que ellos consideraron que el cannabis puede ser de utilidad (Entrevista a médica del programa, 08.09.2023 y médico del programa, 17.05.2023). En nuestras entrevistas esta amplitud aparece positivamente valorada porque "múltiples usos empíricos del cannabis están aún bajo estudio" (Médico del programa, 2023).

comercializar su producción.

Todas estas empresas contaban con un esquema de habilitaciones similar: inicialmente presentaron un proyecto en el marco de la ley 27.350, que requirió un convenio con alguna institución pública tal como lo estipula el artículo 6 de dicha ley. Luego tramitaron una habilitación en el Instituto Nacional de la Semilla (INASE) como Criaderos de Semillas y, finalmente, obtuvieron los permisos provisorios de ARICCAME. Estas autorizaciones fueron otorgadas bajo la ley de cannabis medicinal N°27.350 y homologadas con permisos provisorios por los artículos 1 y 25 de la ley de promoción del cannabis medicinal y cáñamo industrial, vigentes por un año y sujetas a la autorización de prácticas productivas otorgadas por el Ministerio de Salud. Sin embargo, la autorización provisoria para producir y comercializar dependía de la aprobación previa del Ministerio de Salud, que no contaba con un circuito administrativo para tal fin, lo que hizo que las licencias provisorias resultaran inútiles para legalizar la actividad más allá de los convenios de investigación científica. Durante el periodo bajo estudio, tampoco ARICCAME logró establecer un sistema administrativo propio. La agencia definió un sistema provisorio de distintos tipos de licencia (resolución 2), con una definición de criterios a cumplir por categoría, pero este sistema no se implementó en la práctica. Consecuentemente, tampoco se asignó un mecanismo para cobrar los trámites de licencia, lo cual impidió que la agencia contará con fondos propios para dinamizar su funcionamiento.

Parte de las dificultades radicaron en la incapacidad de la agencia para montar una estructura administrativa propia, incluyendo un circuito administrativo, ventanilla para ingreso de los pedidos de licencias, personal administrativo asignado al proceso, y un sistema de cobro. ARICCAME contó con cinco directores con grado de secretario de Estado, un consejo consultivo, un director políticamente designado y algunos empleados administrativos que fueron reasignados desde otras áreas del Estado a tareas de la agencia. La improvisación en la entrega de estas licencias se puso en evidencia desde el primer día: “Nos dieron una licencia que no sirve para nada porque no cuenta con la autorización que la misma resolución que nos la da dice que tenemos que tener, del ministerio de Salud. Para colmo todo el mundo se enojó con nosotros” (Entrevista a empresario vivero, 2.09.2024).

El cambio de gobierno llegó sin que la Agencia reguladora hubiera ordenado los mecanismos de entrega de licencias ni puesto en funcionamiento una burocracia que permitiera establecer reglas claras para la industria. En definitiva, la Agencia no logró poner en marcha un equipo técnico-administrativo acorde a las exigencias esperables para un organismo regulador en un país donde el uso social del cannabis es extenso, al igual que los actores interesados en ingresar a la industria de manera legal. Como resultado, no otorgó licencias, lo que fue calificado como una decepción tanto por dueños de empresas asociadas a la cadena productiva del cannabis (Entrevista a Gerente de Empresa Pública del 21.06.2024 y Dueño de Distribuidora

del 25.08.2024), como miembros de asociaciones civiles (Presidenta Asociación Civil el 10.10.2024). Estas personas habían estado involucradas indirectamente en el armado de las leyes originales y en consulta con miembros de ARICCAME durante el periodo en el que la agencia debió construir la reglamentación. Los permisos provisorios resultaron insuficientes para legalizar la actividad productiva y comercial de los beneficiarios, ya que dependían de un visto bueno del Ministerio de Salud, que no tenía un procedimiento para otorgarlo. Además, la decisión de beneficiar a unos sin haber especificado criterios de asignación generó malestar entre otras organizaciones que esperaban participar del proceso de selección, y entre los mismos actores a los que se les concedió el permiso.

Consecuencias no previstas: asociaciones civiles y clubes cannábicos

La posibilidad de que asociaciones civiles puedan cultivar nueve plantas florecidas de cannabis por paciente asociado, con un límite de 150 personas asociadas, abrió un fenómeno hasta entonces inexplorado. Si se supera ese límite, se contempla la posibilidad de extender el número mediante una autorización particular al Programa de Cannabis del Ministerio de Salud. En cuanto al transporte, se permiten 40 gramos de flores secas por persona representada. La ley es clara en que las asociaciones civiles pueden cobrar una cuota social para cubrir los costos de producción y trabajo pero no lucrar con la actividad, de acuerdo a lo establecido en el artículo 168 del Código Civil vigente que expresa que esta figura no puede perseguir el lucro como fin principal ni puede tener por fin el lucro para sus miembros o terceros.

Para funcionar como organización habilitada ante el Ministerio de Salud, se requiere que la organización sea una asociación civil sin fines de lucro, inscripta en la Inspección General de Justicia, que se anote en el Sistema Integrado de Información Sanitaria Argentino (SISA) dependiente del Ministerio de Salud de la Nación, y que gestione la creación de un usuario en el Registro REPROCANN y realice una vinculación con los pacientes a través de la plataforma virtual del Registro.

La emergencia de estas diferentes asociaciones representa un salto cualitativo en el mapa económico del cannabis en Argentina. De hecho, sienta las bases de una organización social en torno al cannabis parecida a la de los “clubes cannábicos”, vigente en Uruguay y recientemente habilitado en Alemania.

Las asociaciones de usuarios medicinales de cannabis permiten concentrar la escala productiva, a la vez que disocian a los usuarios y usuarias de la asociación respecto de la responsabilidad (y los avatares) de producir y amplían la oferta de flores secas y derivados de cannabis para sus asociados. En este sentido, también se ha abierto un mercado novedoso e interesante respecto a la venta de cannabis (aunque sin fines de lucro). La experiencia entrecruza y desborda el sistema legal elaborado para el uso medicinal y terapéutico con el uso recreativo.

"La interpretación que nosotros hacemos de la normativa avala la creación de asociaciones civiles simples", planteó un abogado en nuestra entrevista (Entrevista a Abogado del programa, 18.08.2024) y el término "club" tiene que ver con "la identidad cultural argentina", asociada a "clubes de barrio". Efectivamente, si bien la Ley 27.350 y su reglamentación es explicita respecto de incluir organizaciones no gubernamentales, asociaciones civiles y fundaciones, también se han habilitado asociaciones simples.

Ante el relativo vacío legal en el que operan los clubes cannábicos, cabe la posibilidad de una judicialización que interfiera en la dinámica que se está gestando desde la puesta en funcionamiento del programa medicinal. En este sentido, no existe una decisión de la Corte Suprema de Justicia en relación a los clubes cannábicos, por lo que la resolución judicial en casos en los que un club pueda ser llevado a la justicia por presuntamente violar la normativa que establece que debe funcionar sin lucro y para usuarios medicinales es por ahora indeterminada. Por la progresión de jurisprudencia que viene realizando el tribunal respecto al cannabis, lo más sensato es pensar que, más temprano que tarde, el máximo tribunal deberá —si no lo hace antes el Congreso de la Nación— declarar la inconstitucionalidad de la ley 23.737 en todo lo relativo al cannabis. La visión que se está consolidando en la jurisprudencia inferior es que cualquier conducta fuera de la ley, pero vinculada al uso medicinal de cannabis, debe resolverse en sede administrativa, ya sea en salud o en producción (Entrevista a Abogado del programa, 18.08.2024). No se aplica la ley 23.737 (Ley de Drogas). Lo determinante es que el uso sea medicinal. Sin embargo, queda abierta la posibilidad de imputación por venta de medicina sin cumplir con las formas necesarias para hacerlo o alguna sanción administrativa.

Resoluciones relevantes del Instituto Nacional de Semillas (INASE)

En junio de 2022, a través de la resolución 260/2022 el organismo de referencia nacional e internacional en la fiscalización y el control de la calidad e identidad de la semilla en el territorio, habilitó la comercialización de materiales autorizados para propagación (semillas y plantines) de cannabis. Esta resolución resultó muy significativa al proveer un canal legal de comercialización desde productores de semillas y clones inscriptos hacia productores autorizados de cannabis en el marco del programa medicinal. Complementariamente, en 2023 y mediante la Resolución 653, el INASE creó una norma con categorías habilitadas para desarrollar actividades con material de propagación de la especie Cannabis sativa L. A partir de esta resolución, se venden legalmente semillas y clones (material de propagación).

Con el fin de satisfacer la creciente demanda de material de propagación legal, INASE clarificó las categorías del Registro Nacional de Comercio y Fiscalización de Semillas (RNCyFS) para la producción y el comercio de materiales de multiplicación de Cannabis sativa

L., definiendo los alcances y limitaciones que cada una posee. Un entrevistado da cuenta de que existen al menos 700 fitomejoradores inscritos como CRIADEROS con licencia A en INASE constituidos en todo el país (Entrevista a Funcionario de INASE, 09.10.2023).

Estos reproductores están habilitados para fitomejorar variedades, con vistas a inscribirlas en el Registro Nacional de Cultivares, donde ya se han anotado varias semillas de cannabis autóctonas. Sin embargo, estos reproductores no están habilitados para comercializar el material vegetal. Pudiendo insertarse también en el circuito legal de comercialización de cannabis medicinal mediante una licencia emitida por ARICCAME y la aprobación del Ministerio de Salud, no pueden hacerlo formalmente bajo las condiciones actuales. De hecho, desde comienzos de 2024, varios de estos fitomejoradores inscriptos han sido objeto de procesos judiciales, acusados de estar proveyendo al mercado ilícito y muchos han decidido desarmar su producción en respuesta a la incertidumbre legal (Entrevista a Empresario cultivador, 09.10.2024).

Cambios políticos en el ciclo libertario

El año 2023 estuvo marcado por un cambio de gobierno, con la victoria en las elecciones presidenciales de Javier Milei del partido La Libertad Avanza, una fuerza de ultraderecha de reciente fundación. En el marco de este cambio, se restringieron las autorizaciones en el marco del REPROCANN, y se encuentran con procesos de demoras muy extensos para el otorgamiento. A propósito de esto, el informe previamente mencionado del Jefe de Gabinete de Ministros de la Nación indica "Respecto al Registro del Programa de Cannabis (REPROCANN), la Subsecretaría de Institutos y Fiscalización del Ministerio de Salud informa que durante el ejercicio 2024, se solicitaron un total de 96.669 permisos, de los cuales se otorgaron 23.849 autorizaciones. De estas, 7.502 correspondieron a solicitudes de renovación. Dentro de las aprobaciones mencionadas, se encuentran contempladas las otorgadas por vía de amparo judicial".

También se detuvieron las aprobaciones de nuevos proyectos de colaboración científica público-privada que el Ministerio de Salud de la Nación otorgaba. El gobierno manifestó estar revisando las autorizaciones emitidas, con el objetivo de ponderar patologías y franjas etarias al momento de otorgar nuevas autorizaciones de REPROCANN, pero al momento de escritura, se han publicado dos normativas — resolución 3132/2024 y resolución 1780/2025. La segunda deroga la primera y establece más requisitos para las asociaciones que quieran cultivar para hasta 150 personas, incorpora el requerimiento de que el profesional de la salud que quieran vincularse al Programa para prescribir derivados de cannabis "deberá contar con formación académica para la investigación y el tratamiento médico con cannabis medicinal. Dicha formación académica, será acreditada mediante el registro del título, certificado o diploma obtenido, que así lo acredite

por ante el órgano a cargo del REPROCANN". La resolución incorpora también la figura de director médico en la asociación como también de cultivo. Asimismo, modifica la figura de cultivador solidario por la de "tercero cultivador", reduciendo la cantidad de personas para las que puede cultivar a 1, además del propio cultivador. Además, para las asociaciones como terceros cultivadores se exigen antecedentes penales y controles de calidad sobre los derivados. Finalmente, incorporan a los proyectos I + D autorizados por la Ley 27350 como dispensadores para usuarios REPROCANN.

En cuanto a la ARICCAME, en los primeros momentos del gobierno se desvinculó de toda la estructura técnico-administrativa que había sido parcialmente definida por la gestión anterior. Hacia mediados de 2024, por resolución se nombró a un interventor de la Agencia, que estableció el circuito administrativo para la solicitud y otorgamiento de las licencias para la realización de actividades específicamente vinculadas al Cáñamo Industrial no psicoactivo (semilla, grano, fibra) y realizó tres reuniones con el Consejo Federal que está en vías de conformación. Al momento de la presentación de este trabajo, no se había publicado ninguna información sobre las licencias para cannabis medicinal. Se han entregado licencias para producir Cáñamo, aunque no hay información pública respecto de cuántas licencias y en cuáles provincias.

En julio de 2025, mediante Decreto 462/2025, se disolvió la ARICCAME y sus funciones fueron transferidas a otras dependencias de la Administración Pública Nacional (que figuran como "las autoridades de aplicación"). Este decreto fue luego rechazado por el Congreso Nacional, revirtiendo la disolución. La direccionalidad es hacia desarmar el modelo de agencia centralizadora, lo que puede redundar en mayores confusiones administrativas y dificultades burocráticas para el avance de la industria. Esto va contra las recomendaciones sobre regulación, que argumentan que es clave crear un organismo coordinador con mandato interministerial para asegurar coherencia regulatoria (Transform Drug Policy, 2017). Por complejidad, es preferible una agencia dedicada, diseñada por ley, con expertos propios, en lugar de dispersar funciones en oficinas existentes.

Por último, la entrega de autorizaciones para criaderos de plantas de Cannabis Sativa L. en INASE fue suspendida a través de la Resolución 81/2024, anulando la comercialización y trazabilidad de las variedades genéticas registradas, estableciendo una irregularidad jurídica para quienes vienen desarrollando este negocio, y para los y las usuarias de REPROCANN que quedan obligadas a recurrir al mercado ilegal, exponiéndose a productos sin control de calidad ni seguridad.

CONSIDERACIONES FINALES

Si bien no conformaron un proceso regulatorio integral (Baca Paunero, 2023) los cambios jurídicos descritos son difícilmente reversibles. La ausencia de integralidad en la perspectiva regulatoria se expresa en la dificultad de ubicar al país en el "espectro de regulación". Por ejemplo, los clubes aún no están habilitados ni reglamentados adecuadamente, aunque existen de facto bajo la forma de asociaciones civiles de usuarios medicinales de cannabis, beneficiándose del amplio criterio que pueden aplicar los médicos al prescribir su uso. Mientras tanto, los productores masivos de flor seca se encuentran virtualmente inhabilitados para operar. Aunque la ley los contempla las normativas no se los permiten y la Agencia Regulatoria no los ordena. Aunque esta práctica comercial está estipulada, nunca se otorgaron licencias que faculten efectivamente a estas empresas a comercializar sus productos. Todo ello impide clasificar al modelo como uno "con fines de lucro".

Además, una serie de debilidades profundizan la ambigüedad del actual diseño y dificultan su funcionamiento. La coexistencia de la penalización del uso recreativo del cannabis con la legalización del uso medicinal genera dificultades de fiscalización y criminaliza conductas que no causan daño a terceros. La falta de definición de las estructuras estatales para la asignación de licencias en el mercado medicinal e industrial obstaculiza el desarrollo del sector y tiene consecuencias graves para la viabilidad de proyectos económicos en funcionamiento. La desconexión existente entre los actores que están produciendo y los que están utilizando cannabis, manifiesta en la ilegalización que persiste en la cadena de proveedores de cannabis medicinal, pone en riesgo varios avances.

El marco regulatorio resultante de estas leyes y el modo en que fueron implementadas resulta en un modelo sesgado hacia la producción sin fines de lucro en el mercado de flores secas y derivados, y con fines de lucro, pero solo para los medicamentos de base cannábica y aceites autorizados. En las condiciones actuales, la pregunta sobre "quién está autorizado a producir cannabis" tiene una doble respuesta: legalmente, empresas podrían producir a escala masiva para abastecer el mercado medicinal de flores secas y derivados, sin embargo, el letargo en la implementación y la actual renuencia a reglamentar adecuadamente la industria lo impide. En ese segmento, los únicos actores facultados para producir y distribuir legalmente cannabis medicinal son los productores solidarios del programa medicinal y, en la interpretación propia que hacen de la regulación, las asociaciones civiles que funcionan como "clubes". Esto implica que el modelo argentino, se parezca más al uruguayo (es decir, comparten los puntos 3 y 8 en el espectro de regulación) que, a los norteamericanos, incluso cuando la ley actualmente contempla la existencia de empresas manufactureras de cannabis y productos derivados. La

legalización de los emprendimientos existentes a través de la puesta en funcionamiento de la entrega de licencias en general, contribuiría a ordenar el actual funcionamiento del modelo regulatorio. A la vez resolvería el cuello de botella de demanda de flores secas, aceites y otros derivados en el marco del programa medicinal y ordenaría un mercado que actualmente funciona en gran medida ilegalizado, logrando cubrir la brecha entre usuarios terapéuticos existentes y la cobertura, de apenas en un 25%.

Existen otros detalles de eficiencia de gestión y control que no han sido contemplados por ARICCAME: puntualmente, cualquier mejora en la situación actual debe estar acompañada por una definición de criterios de evaluación y monitoreo de la política pública que permitan revisar su éxito. La ausencia de estos parámetros es un error de diseño grave. Para conocer el impacto de manera más estricta, es necesario investigar la cuestión y contar con la colaboración plena de las autoridades del programa. Esto podría corregirse a través de un tablero de seguimiento de estadísticas del complejo cannabis medicinal, como los que existen en muchas partes del mundo, fundamental para dar cuenta del funcionamiento del sector. Por otra parte, las asociaciones civiles sin fines de lucro vinculadas al cannabis medicinal y los clubes cannábicos, amparados en la regulación parcial y en el derecho constitucional a la autonomía personal, son experiencias propias del proceso nacional que pueden contribuir a clarificar, separar y regular específicamente los ámbitos de uso terapéutico y recreativo.

A mediano plazo, será necesario revisar la decisión de desarmar el organismo coordinador con mandato interministerial, lo que dificulta la coherencia regulatoria y genera trabas que impedirán el desarrollo del sector. Desde el punto de vista del derecho al acceso legal e irrestricto al uso del cannabis, es necesario realizar ajustes al diseño para incorporar el mayor volumen de actividad productiva posible, con el fin de dejar fuera del mercado legal al menor número posible de usuarios y productores. También serán necesarias acciones conexas, como la articulación con organismos científicos y universidades para investigar cómo potenciar esta industria, fortalecer estudios de grado o posgrado específicos que apoyen este sector y promover la integración de Argentina en el mercado global del cannabis, incorporando toda la cadena de valor. Es fundamental que se promuevan acciones que impacten en las economías regionales y posibiliten la incorporación de asociaciones y cooperativas dedicadas al cannabis, que han sido actores influyentes en el diseño legal (Corbelle, 2018).

Finalmente, resulta evidente que en pos de eliminar gran parte de las brechas regulatorias la mayor eficiencia se halla en establecer la plena legalidad del cannabis. Las experiencias internacionales, que ya han superado el umbral de los diez años de legalización en Canadá, Uruguay, Colorado, California y Washington, además de la propia experiencia argentina, permiten obtener lecciones sobre el camino a seguir y reconocer los riesgos posibles.

REFERENCIAS

1. BACA PAUNERO, María Victoria. Un camino sinuoso: la evolución histórica y la situación actual del marco regulatorio del Cannabis en Argentina. **Eleusis**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 161-194, 2023. Disponible en: http://revistaeleusis.web.unq.edu.ar/wp-content/uploads/sites/211/2023/07/baca.pdf. Acceso en: 7 jun. 2025.

2. BARRY, Rachel; HILAMO, Heikki; GLANTZ, Stanton. Waiting for the opportune moment: the tobacco industry and marijuana legalization. **The Milbank Quarterly**, [*s. l.*], v. 92, n. 2, p. 207-242, 2014. Disponible en: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4089369/. Acceso en: 7 jun. 2025.

3. CERDÁ, Magdalena; KILMER, Beau. Uruguay's middle-ground approach to cannabis legalization**. International Journal of Drug Policy**, [*s. l.*], v. 42, p. 118-120, 2017. Disponible en: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5505872/. Acceso en: 7 jun. 2025.

4. CORBELLE, Florencia. **El activismo político de los usuarios de drogas**: de la clandestinidad al Congreso Nacional. Buenos Aires: Teseo Press, 2018.

5. CORBELLE, Florencia. De usuarios/as responsables a cultivadores/as solidarios/as: problemas, sujetos y lenguajes políticos en los debates parlamentarios por la reforma a la ley de drogas en Argentina. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, Buenos Aires, v. 13, n. 25, p. 130-162, 2023. Disponible en: https://revistas.unla.edu.ar/perspectivas/article/view/4722. Acceso en: 7 jun. 2025.

6. CAULKINS, Jonathan; KILMER, Beau; KLEIMAN, Mark; MACCOUN Robert; MIDGETTE, Gregory; OGLESBY, Pat; PACULA, Rosalie Liccardo; REUTER, Peter. **Considering marijuana legalization**: insights for Vermont and other jurisdictions. Santa Monica: RAND Corporation, 2015. Disponible en: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR864.html. Acceso en: 7 nov. 2025.

7. DÍAZ, María Cecilia. Impacientes: activistas por la regulación del uso terapeútico del cannabis. **Avá**, Posadas, n. 36, p. 137-164, 2020. Disponible en: https://revistas.unam.mx/index.php/ava/article/view/81306. Acceso en: 7 jun. 2025

8. DÍAZ, María Cecilia; AGUILAR, Óscar; ROMERO, Lucía Ana. Coproducción de activismos, experticias y redes en la regulación del cannabis medicinal en Argentina. **Ucronías**, Argentina, n. 4, 2021. Disponible en: https://revistas.unpaz.edu.ar/ojs/index.php/ucronias/article/view/439. Acceso en: 7 jun. 2025.

9. FLORES, Emiliano. **Primera Encuesta Nacional de personas que usan Cannabis**. Argentina: CECCA, 2022. Disponible en: https://cecca.org.ar/encuesta-nacional-de-personas-que-usan-cannabis/. Acceso en: 10 oct. 2025.

10. GEERTZ, Clifford. The interpretation of cultures: selected essays. New York: Basic

Books, 1973.

11. GELBERG, Lillian; BECK, Dana; KOERBER, Julia; AKABIKE, Whitney; DARDICK, Lawrence; Lin, Clara, SHOPTAW, Steve; JAVANBAKHT, Marjan; Cannabis use reported by patients receiving primary care in a large health system. **JAMA Network Open**, [*s. l.*], v. 7, n. 6, 2024. Disponible en: https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2819747. Acceso en: 7 jun. 2025.

12. HALL, Wayne; LYNSKEY, Micheal. Evaluating the public health impacts of legalizing recreational cannabis use in the USA. **Addiction**, [*s. l.*], v. 111, n. 10, p. 1764-1773, 2016. Disponible en: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/add.13428. Acceso en: 7 jun. 2025.

13. KILMER, Beau; PACULA, Rosalie Liccardo. Understanding and learning from the diversification of cannabis supply laws. **Addiction**, [*s. l.*], v. 112, n. 7, p. 1128–1135, 2017. Disponible en: https://doi.org/10.1111/add.13623. Acceso en: 7 jun. 2025.

14. LABIANO, Virginia. Regulación del cannabis en Argentina: claves para el desarrollo de un marco normativo efectivo. **Revista de Derecho y Ciencias Sociales**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 25-40, 2019. Disponible en: https://revistas.unlp.edu.ar/dcsociales/article/view/12142. Acceso en: 7 jun. 2025

15. LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: Legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

16. LÓPEZ, Andrés. **La cadena de valor del cannabis**. Documentos de Trabajo del CCE, 1. Argentina: Consejo para el Cambio Estructural: Ministerio de Desarrollo Productivo de la Nación, 2021. Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/cadena_de_valor_cannabis_cce.pdf. Acceso en: 7 jun. 2025.

17. OKEY, Sarah; CASTRO, Saul; WADDELL, Jack; JONES, Connor; BLAKE, Austin; O'ROURKE, Holly; DAVIS, Mary; MEIER, Madeline. Are recreational cannabis laws associated with declining medical cannabis program enrollment in the United States? An analysis of cardholder enrollment and demographic characteristics from 2013 to 2020. **International Journal of Drug Policy**, [*s. l.*], v. 99, p. 103 451, 2022. Disponible en: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0955395921003983. Acceso en: 7 jun. 2025.

18. PACULA, Rosalie; SMART, Rosanna. Medical marijuana and marijuana legalization. **Annual Review of Clinical Psychology**, [*s. l.*], v. 13, p. 397-419, 2017. Disponible en: https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-clinpsy-032816-045128. Acceso en: 7 jun. 2025.

19. POLANYI, Micheal. **The tacit dimension**. Garden City: Doubleday, 1966.

20. QUEIROLO, Rosario. Uruguay's cannabis regulation and its impact on public health. **International Journal of Drug Policy**, [*s. l.*], v. 77, p. 102634, 2020. Disponible en: http://revistaeleusis.web.unq.edu.ar/wp-content/uploads/sites/211/2023/07/baca.pdf.

Acceso en: 7 jun. 2025.

21. QUEIROLO, Rosario; PÉREZ, Andrea; BUCHELI, Mariano. Cannabis clubs in Uruguay: the challenges of regulation. **International Journal of Drug Policy**, [*s. l.*], v. 73, p. 161-167, 2016. Disponible en: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0955395920301662. Acceso en: 7 jun. 2025.

22. ROOM, Robin. Legalizing a market for cannabis for pleasure: Colorado, Washington, Uruguay and beyond. **Addiction**, [*s. l.*], v. 109, n. 3, p. 345-351, 2014. Disponible en: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/add.12361. Acceso en: 7 jun. 2025.

23. SECRETARÍA DE POLÍTICAS INTEGRALES SOBRE DROGAS DE LA NACIÓN ARGENTINA (SEDRONAR). **Principales resultados en relación con el consumo de marihuana**. Argentina: SEDRONAR: Observatorio Argentino de Drogas, 2023. Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2023/08/oad_2023_principales_resultados_en_relacion_con_el_consumo_de_marihuana.pdf. Acceso en: 18 dec. 2025.

24. SOUTO ZABALETA, Mariana. El régimen internacional de control de drogas, las «interpretaciones flexibles» y las incómodas iniciativas de regulación del mercado de cannabis. **Revista Pena y Estado**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 26-56, 2019. Disponible en: https://revistapenaestado.org/index.php/rpe/article/view/6. Acceso en: 7 jun. 2025.

25. SUBRITZKY, Todd; LENTON, Simon; PETTIGREW, Simone. Legal cannabis industry adopting strategies of the tobacco industry. **Drug and Alcohol Review**, [*s. l.*], v. 35, p. 511–513, 2016. Disponible en: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dar.12459. Acceso en: 7 jun. 2025.

26. TRANSFORM DRUG POLICY FOUNDATION. **How to regulate cannabis**: a practical guide. 2. ed. Bristol: Transform Drug Policy Foundation, 2017.

Rolando García Bernado
Becario Posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Doctor en Desarrollo Económico por la Universidad Nacional de Quilmes. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0987-8373. Colaboración: Investigación bibliográfica, Entrevistas, Análisis de datos, Redacción, Revisión. E-mail: rolandogarcia@docentes.unpaz.edu.ar

Brenda Maier
Profesora en la Universidad Nacional de José C. Paz. Magíster de la Maestría de Epidemiología, Gestión y Políticas de Salud por la Universidad Nacional de Lanús. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0005-8996-669X. Colaboración: Investigación bibliográfica, Entrevistas, Análisis de datos, Redacción, Revisión general. E-mail: brenmaier@gmail.com

Santiago Kozicki
Profesora en la Universidad Nacional de José C. Paz. Investigador en la Universidad Nacional de José C. Paz. Abogado por la Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0002-1504-2935. Colaboración: Investigación bibliográfica, Análisis jurídico, Redacción. E-mail: sferrandokozicki@gmail.com.

Participación y experticias activistas en la regulación del cannabis en Argentina

Participation and activist expertise in cannabis regulation in Argentina

Participação e expertise ativista na regulamentação da cannabis na Argentina

María Cecilia Díaz
Universidad Nacional de Córdoba, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Córdoba, Argentina

Lucía Ana Romero
Universidad Nacional de San Martín, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, San Martín, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

El presente artículo aborda el proceso de regulación del cannabis en Argentina, enfocando las intervenciones de las organizaciones sociales cannábicas en la construcción de conocimientos, redes y políticas gubernamentales sobre acceso a la planta de cannabis y sus derivados para uso medicinal y luego industrial. Se inspira en propuestas de profundizar las pesquisas sobre participación en torno a las políticas de drogas a partir de los estudios de la ciencia, tecnología y sociedad, y en investigaciones locales sobre movimientos sociales, particularmente el activismo cannábico. Así, mediante una metodología cualitativa que incluye entrevistas, observación participante y análisis documental en el marco de trabajos de campo desarrollados durante los últimos diez años, se examinan cuatro experiencias de participación entre 2015 y 2023: el asesoramiento y la incidencia legislativa; la conformación de redes de experticia; la creación de cursos sobre cannabis en las universidades; y la composición de órganos consultivos. Es decir, se plantea una mirada ampliada sobre la participación que busca examinar los modos de tracción y traducción de demandas, como también sus efectos productivos. Aquí se propone que, a través de estas experiencias, las actuaciones activistas se interrelacionaron con un conjunto amplio de actores y agencias estatales, y contribuyeron a desarrollar y negociar experticias alrededor de la gobernanza, la investigación y la enseñanza sobre los usos de

Recebido em 13 de junho de 2025.
Avaliador A: 21 de agosto de 2025.
Avaliador B: 18 de setembro de 2025.
Aceito em 19 de janeiro de 2026.

CC BY

la planta. Esto no condujo solamente a generar normativas y resoluciones específicas en tanto medios para administrar poblaciones, sino que también delimitó e hizo dialogar las diferentes experticias involucradas, ya fueran estas acreditadas o experienciales.

Palabras clave: Cannabis, Regulación, Participación, Experticias, Activismo.

ABSTRACT

This article addresses the process of cannabis regulation in Argentina, focusing on interventions of cannabis social organizations in the construction of knowledge, networks, and government policies on access to the cannabis plant and its derivatives for medicinal and then industrial use. It is inspired by propositions to deepen inquiries into participation around drug policies through studies in science, technology, and society, as well as local research on social movements, particularly cannabis activism. Thus, through a qualitative methodology that includes the analysis of participant observations, documents, and interviews, four experiences of participation between 2015 and 2023 are examined: legislative advice and advocacy, the formation of networks of expertise, the creation of courses on cannabis in universities, and the composition of consultative bodies. In this way, the article presents a broader view of participation, examining the ways demands are formed and translated, as well as their effects. It is proposed here that, through these experiences, activist actions, interrelated with a wide range of actors and state agencies, contributed to the development and negotiation of expertise around governance, research, and teaching on the uses of the plant. This not only led to the generation of specific regulations and resolutions as means of managing populations but also delineated and brought into dialogue the different expertise involved, whether accredited or experiential.

Keywords: Cannabis, Regulation, Participation, Expertises, Activism.

RESUMO

O presente artigo aborda o processo de regulamentação da cannabis na Argentina, com foco nas intervenções das organizações sociais canábicas na construção de conhecimentos, redes e políticas governamentais sobre o acesso à planta cannabis e seus derivados para uso medicinal e, posteriormente, industrial. Inspira-se em propostas que buscam aprofundar as pesquisas sobre a participação em relação às políticas de drogas a partir dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade, mas também de pesquisas locais sobre movimentos sociais, particularmente o ativismo canábico. Assim, por meio de uma metodologia qualitativa que, nos últimos dez anos, incluiu observação participante,

realização de entrevistas e a análise de documentos, são examinadas quatro experiências de participação entre 2015 e 2023: assessoria e incidência legislativa, formação de redes de expertise, criação de cursos sobre cannabis nas universidades e, por fim, composição de órgãos consultivos. Com isso, propõe-se um olhar ampliado sobre a participação que busca examinar os modos de tração e tradução das demandas, bem como seus efeitos produtivos. Aqui se propõe que, por meio dessas experiências, as ações ativistas se entrelaçaram com um amplo conjunto de atores e agências estatais e contribuíram para desenvolver e negociar conhecimentos especializados em torno da governança, pesquisa e ensino sobre os usos da planta. Isso não apenas levou à geração de normas e resoluções específicas enquanto meios para administrar populações, mas também delimitou e promoveu o diálogo entre as diferentes expertises envolvidas, fossem elas credenciadas ou experienciais.

Palavras-chave: Cannabis, Regulamentação, Participação, Expertises, Ativismo.

INTRODUCCIÓN

Desde 2015, los medios de comunicación en Argentina empezaron a difundir ampliamente las propiedades terapéuticas del cannabis. Esto ocurrió gracias a la mayor circulación de experiencias e historias de vida de personas en tratamiento y de médicos que habían encontrado en la planta y sus derivados una alternativa terapéutica eficaz (Díaz, 2019). El acceso seguro a esta *nueva medicina* o *molécula*[1] se volvió centro de las demandas de organizaciones de la sociedad civil integradas por usuarios terapéuticos y sus familiares, fundamentalmente madres de niños y adolescentes con epilepsia refractaria a los tratamientos convencionales y Trastornos del Espectro Autista, entre otros diagnósticos. La emergencia del uso regulado de cannabis como problema público (Gusfield, 2014) implicó primordialmente su formulación como un asunto de derecho a la salud.

Las nuevas agrupaciones a las que hacemos referencia se añadieron a una densa trama de asociaciones cannábicas que bregaban desde hacía varios años por una ley de drogas que garantizara el respeto por los derechos humanos (Corbelle, 2016). En el marco de esas formaciones, los cultivadores fueron, de hecho, quienes les proveyeron derivados, formas de acompañamiento y conocimientos sobre formas y técnicas de cultivo a los usuarios; en estrecha asociación, algunos profesionales de la salud que habían empezado a interiorizarse en el tema se volvieron portavoces de la demanda política. Muy pronto se sumaron otros profesionales que

1 Colocamos en itálica los términos que provienen del trabajo de campo realizado.

forjaron espacios de trabajo en ámbitos universitarios, impulsando la investigación científica (Romero; Aguilar, 2020).

En este marco, el objetivo principal de este trabajo es analizar los sentidos, experticias y modos de cooperación construidos por los activistas en torno al armado de nuevas regulaciones en Argentina, a partir de cuatro experiencias de participación: 1) el asesoramiento y la incidencia legislativa, 2) el trabajo en red con expertos, 3) el desarrollo de propuestas educativas universitarias y 4) la construcción de políticas en un programa gubernamental.

La participación activista en materia de cannabis se inscribe en un escenario común en América Latina, caracterizado por una oleada de transformaciones en cuanto a la legalidad del cannabis de utilización medicinal impulsada por madres (Rivera Vélez, 2019). Si enfocamos las dinámicas locales, la creación de legislación al respecto y su adopción efectiva se vincula tanto a la presencia de coaliciones políticas a favor de la reforma como a la acción de los propios movimientos sociales (Durán-Martínez; Pennell, 2024; Fraga; Prado, 2025).

En Argentina, en medio de acalorados debates en el Congreso de la Nación en los que se discutía la posibilidad de regular el llamado *cannabis medicinal,* los poderes legislativos de algunas provincias (Salta, Santa Fe, Mendoza, Chubut, Neuquén) aprobaron leyes propias que apuntaban a facilitar los mecanismos de importación del *aceite de cannabis* e incorporarlo al vademécum provincial (Díaz, 2019). Con todo, ha sido la ley N° 27350 de "Investigación médica y científica del uso medicinal de la planta de cannabis y sus derivados" aprobada en 2017 durante el gobierno de la coalición Cambiemos (2015-2019) la que representó el reconocimiento a nivel nacional de las aplicaciones del cannabis en la salud humana, constituyéndose en el puntapié de un proceso de regulación cuyos alcances todavía continúan extendiéndose.

La nueva norma, que colocaba como autoridad de aplicación al Ministerio de Salud de la Nación, fue reglamentada por el poder ejecutivo en dos oportunidades. En septiembre de 2017, el decreto 738/17 y la resolución N° 1537-E/2017 del Ministerio de Salud circunscribieron el acceso a productos importados, mediante la inscripción de pacientes con epilepsia refractaria o sus representantes legales en un protocolo de investigación clínica. En noviembre de 2020, bajo el gobierno de la coalición Frente de Todos (2019-2023), el decreto 883/20 autorizó el acceso a todas las personas que tuvieran indicación médica, sin distinción de patologías, a través de la inscripción en el Registro del Programa de Cannabis (REPROCANN). En marzo de 2021, la resolución N° 800/21 del Ministerio de Salud reguló los procedimientos en el marco de dicho registro, estableciendo tres formas de *cultivo controlado*: cultivo para sí, a través de un familiar o tercero (cultivador solidario) o a través de una organización de la sociedad civil. Resulta interesante resaltar que estas escalas en materia de acceso se basan en el parentesco y

la solidaridad política.[2]

Habilitado por la norma que describíamos, un segundo momento de los debates se centró en la *nueva industria* del cannabis para uso medicinal e industrial, incluyendo al cáñamo como objeto de regulación positiva por primera vez desde que su cultivo fuera prohibido durante la última dictadura militar.[3] Es decir, el eje pasó a la dimensión productiva de la planta de cannabis y sus potenciales contribuciones para la reestructuración de las economías regionales. En este contexto, en mayo de 2022 fue discutida y finalmente aprobada la Ley N° 27669 de "Marco regulatorio para el desarrollo de la industria del cannabis medicinal y el cáñamo industrial", reglamentada meses después mediante el decreto N° 405/23 que establecía como autoridad de aplicación a la Agencia Regulatoria de la Industria del Cáñamo y del Cannabis Medicinal (ARICCAME).

La mención de esas leyes ofrece lineamientos del proceso de regulación entre 2015 y 2023 a los fines de situar a los lectores en el contexto de nuestro análisis. A partir de esos puntos, se despliega un amplio conjunto de resoluciones de distintas agencias y ministerios que hacen a la implantación y despliegue de la legislación. Aquí se argumenta que gran parte de la incidencia de las acciones activistas en dicho proceso consistió en la proyección de una esfera de prácticas sobre las que el estado podía y debía intervenir, a través de la conformación y movilización de redes, y del asesoramiento en la elaboración de proyectos de normativas, programas, y cursos. En esas experiencias de participación no sólo se gestaron transformaciones que hacen a las políticas cannábicas en vigencia, sino pericias, conocimientos y modos de hacer que pasaron a formar parte del activismo cannábico.

En ese sentido, preguntamos: ¿Qué sentidos construyeron los activistas en torno al armado de una ley, una reglamentación y un programa? ¿Qué experticias desarrollaron para la gobernanza del cannabis? ¿Qué modos de intervenir y qué categorías desplegaron en las diferentes experiencias de participación y cómo se transformaron a partir de éstas? ¿Qué dinámicas de cooperación y/o conflicto se dieron entre las diferentes experticias involucradas? ¿Cómo dialogaron entre sí? La metodología utilizada en esta investigación es de corte cualitativa, basada en las siguientes técnicas: observación participante en reuniones legislativas e institucionales; revisión e interpretación de documentos (actas taquigráficas de debates parlamentarios, informes de reuniones de comisiones parlamentarias, programas educativos, proyectos de ley, resoluciones); realización de siete entrevistas en profundidad y dos cuestionarios estructurados con activistas, asesores políticos, e investigadores científicos.

2 Agradecemos a uno de los evaluadores del artículo por esta sugerencia.

3 De acuerdo con la Ley N° 27669, "cáñamo" o "cáñamo industrial u hortícola" son las semillas, partes de la planta y sus productos que contienen hasta el límite máximo permitido de tetrahidrocannabinol (THC), que en la reglamentación actual llega al 1%. Una vez pasado ese límite, se trata de "cannabis psicoactivo".

La principal hipótesis sostiene que es a través de experiencias de participación como las analizadas aquí que los activistas desarrollan y negocian experticias variadas alrededor de la regulación, la gobernanza, la investigación, y la capacitación sobre los usos de la planta. En ese proceso, logran incidir y participar en el armado de políticas gubernamentales que hacen avanzar parcialmente sus objetivos y demandas, y, al mismo tiempo, contribuyen al desarrollo de controles y regulaciones estatales. De esta manera, pasan de ser un activismo al margen (Invernizzi, 2020), con un tipo de participación no invitada, a ser un activismo con participación invitada (Wynne, 2007) o institucional (Abers, 2020), con avances, pero también con limitaciones y contradicciones en términos de derechos de acceso seguro a la planta.

PUNTOS DE APOYO ANALÍTICOS

En nuestras latitudes, la literatura antropológica que tematiza la acción política en el marco de los nuevos movimientos sociales pone el acento en la utilización de determinadas estrategias y recursos para construir hechos como casos, volverlos visibles y ser escuchados (Tiscornia, 2008; Pita, 2010; Vianna; Farias, 2011); asimismo, las experiencias de movilización por derechos y en demanda de justicia generan "efectos esperados e inesperados" (Lópes; Heredia, 2014), tanto en las trayectorias y los repertorios de acción colectiva, como en las propias instituciones estatales (Pita, 2010; Aguião, 2018). Esto nos coloca en la senda de Vianna (2013), cuando sugiere la fecundidad de analizar los vasos comunicantes entre estado y sociedad civil, considerando los tránsitos de sujetos y artefactos en situaciones etnográficas concretas.

En investigaciones locales sobre políticas de drogas y activismos, el trabajo político de interpelación al estado se encuentra acentuado, ya sea a través de delinear categorías y modos distintivos de presentación de sí y praxis política en tanto *usuarios responsables* (Corbelle, 2016), *cultivadores solidarios* (Díaz, 2019; Corbelle, 2023) e *impacientes* (Díaz, 2020), o de construir demandas sobre la base de la *compasión* como clave moral (Policarpo, 2019). La esfera de acción privilegiada, en ese sentido, continúa siendo la legislativa: audiencias públicas (Corbelle, 2013, 2016) y reuniones con legisladores y sus asesores (Díaz, 2019) resultan instancias nodales para abordar las tensiones y los matices involucrados en la construcción e implantación de políticas de drogas alternativas a las vigentes. Sin embargo, eventos como charlas, conferencias y manifestaciones callejeras también han sido considerados en el mapeo de las redes que dan forma a causas políticas y al propio activismo cannábico (Corbelle, 2016; Brandão, 2017; Musto, 2018; Díaz, 2019). Asimismo, las acciones en la universidad han adquirido relevancia, ya que

allí el activismo cannábico buscó incidir a través de propuestas educativas de extensión, y luego, más tarde, mediante la integración de proyectos de investigación colaborativos impulsados por investigadores universitarios (Romero; Aguilar, 2020). La conjunción de estos compromisos cognitivos y políticos han despertado fuertes activismos científicos (Arancibia, 2013) alrededor de la planta.

Retomando la apuesta de Lancaster *et al.* (2018), elegimos mirar la participación a partir de los aportes del campo Ciencia Tecnología y Sociedad (CTS), considerando especialmente las complejas dinámicas entre conocimientos expertos y no expertos que se tensionan en torno a determinados problemas sociales (Collins; Evans, 2002; Callon, 1999). Así, esta investigación mira: a) qué sentidos asume la participación para los activistas, cómo es redefinida y negociada interactivamente, en contexto, es decir, cómo las diferentes situaciones también definen cómo participar y para qué participar y b) los límites de la participación en cuanto a su capacidad para impulsar cambios sustantivos, mantener una agenda de demandas y no ser fagocitada por otras agendas (Lancaster *et al.*, 2018), al tiempo que su inclusión en estructuras de gobernanza conlleva procesos de cooptación por parte de las agencias estatales a las que se demandaba respuestas o cambios (Wynne, 2007; Invernizzi, 2020).

Sin dejar de reconocer el diferencial de poder que tiene el conocimiento acreditado conocido como "conocimiento profesional", por el cual los expertos y su pericia adquieren una autoridad técnica y social distintiva (Sarfatti Larson, 1989), hablar en términos de experticias supone privilegiar las formas a través de las cuales el conocimiento circula, se negocia, mezcla y se transforma, dejando a un lado la preocupación por quien lo posee. Según Eyal (2013), las experticias asumen la forma de red que conecta actores, artefactos, discursos y formas institucionales. Son habilidades y saberes que traspasan campos o jurisdicciones, situándose en intersticios o zonas de intercambio, permeables y con bajo nivel de regulación e institucionalización. Las redes de experticia movilizan o estabilizan aquello de lo que se habla y establece quienes están "autorizados" para hablar como expertos.

En el campo de la sociología de las experticias (Eyal, 2013), la participación de quienes movilizan conocimientos experienciales (Borkman, 1976) en instancias vinculadas a la toma de decisiones y/o de producción de conocimientos se topa ineludiblemente con lo que Parthasarathy (2010) define como "barreras de la pericia"; esto es, fronteras expertas que delinean quiénes están habilitados a hablar y quiénes no. Como respuesta a esta barrera, los activistas apelan a cuatro tipos de acciones: generar una pericia alternativa o contra experticia, introducir nuevos hechos, cambiar la lógica de la política y poner en cuestión reglas burocráticas (Parthasarathy, 2010). Epstein (1995) también muestra cómo los no expertos y activistas desarrollan procesos de "expertización" y ganan credibilidad a través de tres tipos de estrategias: la adquisición de competencias culturales, el posicionamiento como representante de un grupo más amplio y

el empleo de argumentos morales o epistemológicos en virtud de monopolizar credibilidad en diferentes dominios, cuestionando la metodología utilizada y la misma producción de conocimiento.

Especializaciones en procesos de asesoramiento e incidencia legislativa

Una de las principales tareas que realizan las organizaciones sociales cannábicas[4], es el asesoramiento institucional que prestan a otras organizaciones, agencias estatales, legisladores y gobiernos. Durante el proceso de debate sobre la Ley de Cannabis Medicinal, un modo de circulación característico de los activistas cannábicos fue la concertación y realización de reuniones con legisladores y su equipo de asesores, tanto en el Congreso de la Nación como en cámaras provinciales y concejos deliberantes de diferentes localidades. Para esa finalidad se acudía a contactos provenientes de la militancia político-partidaria de algunos activistas, a redes de conocidos, o se apelaba a la experiencia acumulada gracias a la participación en debates anteriores como los ocurridos entre 2011 y 2012 cuando el tema en agenda fue la despenalización de la tenencia para consumo personal (Corbelle, 2016). En las interacciones durante las reuniones y en las circulaciones activistas de modo general, ocurrían intercambios y aprendizajes que iban moldeando experticias respecto de cómo incidir institucionalmente.

Así, por ejemplo, dos años antes de la sanción de la Ley N° 27.350, en julio de 2015, se sancionó una resolución que reconocía los usos terapéuticos y medicinales de la planta en General La Madrid (Res. 644/15), una localidad agrícola y ganadera de 8.000 habitantes ubicada en el sudoeste de la provincia de Buenos Aires. En este contexto, la proximidad relacional fue un factor crucial en la movilización de los cultivadores, y en el contacto con autoridades del pueblo, dado que se trataba de personas con las que los activistas se encontraban a diario. Un integrante de la asociación Cannabis La Madrid destacó que la formación del grupo se había facilitado por el hecho de que todos se conocían: “todos nos conocemos, todos sabemos quién tiene flores y quién no” (Entrevistado, 14 sep. 2021).[5] Con el apoyo de autoridades y vecinos, luego se realizó un seminario internacional sobre el tema y se inició un cultivo municipal. Esto, a su vez, impactó en la manera de movilizarse políticamente de la agrupación cannábica,

4 En Argentina, las organizaciones sociales cannábicas son, como su nombre lo indica, configuraciones colectivas constituidas en torno al cannabis que llevan a cabo acciones manifestantes diversas (marchas, talleres, cursos, dispositivos de atención terapéutica) y que se movilizan a partir de un conjunto amplio de consignas y demandas. Entre estas, se incluyen la militancia por la regulación del cannabis para sus diversos usos, la formulación de una política de drogas respetuosa de los derechos humanos, el reconocimiento del cannabis como opción terapéutica eficaz y legítima, y la amnistía y reparación para las personas presas por cultivar.

5 Al momento de la entrevista, nuestro interlocutor tenía 33 años, había trabajado en gastronomía y en los últimos ocho años se había dedicado por completo al cultivo de la planta y al activismo. El encuentro fue realizado por Google Meet con una duración de 72 minutos.

que eligió mantener un *perfil bajo* para no afectar las iniciativas locales; es decir, evitar la visibilización aparejada a acciones manifestantes como talleres y marchas. Lo ocurrido en esa localidad tuvo repercusión en otros municipios, entre ellos San Vicente y Hurlingham, ciudades más pobladas y urbanizadas, cercanas a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y ubicadas al sur y oeste del Gran Buenos Aires respectivamente. Allí, los activistas, también nucleados en asociaciones, retomaron formas de participación establecidas en la vida política local[6] y movilizaron redes de conocidos, amigos y vecinos para lograr que el tema llegara a la agenda política municipal (Aguilar; Díaz; Romero, 2022).

En contextos como el Congreso de la Nación, en reuniones consideradas clave por los activistas por la escala nacional puesta en juego, tan importante como participar era definir los roles y modos de hablar de la causa política. Así, antes de una reunión en octubre de 2016 con diputadas nacionales y sus asesoras en el Anexo del Congreso de la Nación, los integrantes de una comitiva compuesta por diferentes organizaciones sociales[7] acordaron rápidamente la distribución de la palabra y la presentación de temas: uno de ellos se ocuparía de explicar el panorama legislativo del momento y la situación de persecución penal sufrida por los cultivadores de cannabis de modo general, mientras que las mujeres, usuarias y madres de usuarios terapéuticos, hablarían de sus historias y casos puntuales. Al estructurar el discurso de este singular modo replicaban la configuración de eventos de *cannabis medicinal* realizados durante todo ese año, que contaban con un panel de especialistas en derecho, investigación médica sobre cannabis y cultivo de la planta, seguido de un segmento de testimonios en primera persona que particularizaban la problemática, asociándola con experiencias conocidas para los habitantes de cada localidad (Díaz, 2019).

En las reuniones descritas durante el trabajo de campo etnográfico, los legisladores y sus asesores les realizaban diversas sugerencias a los allí presentes. En el encuentro al que nos referíamos —realizado poco tiempo antes del plenario de las comisiones a las que habían sido girados los proyectos de ley— una de las asesoras comentó: "por lo que estuve escuchando, [los diputados] no están informados. Tienen que ir y decirles 'miren lo que puede hacer el aceite

6 Entre las mencionadas, se encuentra la "banca 25", mecanismo presente en algunos municipios de la provincia de Buenos Aires para institucionalizar la participación ciudadana de vecinos y organizaciones no gubernamentales. Este instrumento habilita la presentación de reclamos y temas de interés en el ámbito legislativo y, en su formulación, pretende crear un canal de comunicación más directo entre los concejales y la ciudadanía.

7 Se trató de representantes de Mamá Cultiva Argentina y Centro de Estudios de la Cultura Cannábica, de Ciudad Autónoma de Buenos Aires, y del Movimiento Nacional por la Normalización del Cannabis Manuel Belgrano, de Córdoba. Durante la discusión pública sobre el tema del uso terapéutico de cannabis, las representantes que asumieron mayor protagonismo fueron las "madres" de organizaciones sociales como CAMEDA y Mamá Cultiva. Destacamos también la presencia de profesionales de la salud, legisladoras y decisoras. La problematización y legitimación pública del cannabis para la salud fue posible a partir de maternidades politizadas que, en Argentina, es imposible no relacionar con la tradición de lucha política de las Madres de Plaza de Mayo.

de cannabis, necesitamos que cambie la ley para que no nos criminalicen" (Notas de campo, oct. 2016). Esto entraba en tensión con el extenso periplo legislativo narrado por los propios activistas, quienes para ese entonces se habían reunido numerosas veces con representantes políticos en diferentes escalas de la administración estatal.

Si esa forma de participación, que consistía en el contacto frecuente con legisladores y sus asesores, se mantenía en el tiempo, podía derivar en un proceso de trabajo que incluía la preparación de documentos, especialmente proyectos de ley y de ordenanzas municipales. La revisión y redacción final de los proyectos recogía diferentes conocimientos y huellas de esas tramas de colaboración, que quedaban supeditados, en última instancia, a los acuerdos y límites establecidos entre los actores y a la coherencia legislativa; es decir, la adecuación de ese proyecto en particular con las leyes vigentes. En esas iniciativas, los activistas procuraban que el proyecto delineara en términos normativos aquello que realizaban en su práctica cotidiana y conocían en tanto cultivadores, familiares de usuarios terapéuticos e integrantes de organizaciones sociales, de modo que lo escrito "[diera] respuesta a lo que demanda la sociedad civil" (Notas de campo, oct. 2016). Esto, aunque no ocurría a menudo, ciertamente era un horizonte para el activismo.

A manera de ejemplo, años después, durante la discusión sobre el proyecto de marco regulatorio para la industrialización de la planta de cannabis, un activista participó en reuniones con una funcionaria del Ministerio de Desarrollo Productivo y asesoró en *partes técnicas*. A partir de su experiencia acumulada, pudo explicar que las diferencias entre cannabis y cáñamo hacían necesario establecer grados de control también diferenciales sobre los cultivos de ambas plantas; de acuerdo con lo que expresaba, gracias a su intervención, se distinguieron entonces las licencias requeridas para cannabis de los permisos simplificados asociados al cáñamo (Entrevistado, 22 dec. 2023).[8]

En cuanto a los asesores legislativos, estos podían *especializarse* en el tema sobre el que escribían, y ello requería, para el caso del cannabis, tanto del contacto con las organizaciones sociales —entre otros actores sociales involucrados— como, cada vez más, del tránsito por espacios educativos de reciente creación en la materia. La asesora de una legisladora de Córdoba que presentó proyectos de ley en 2016 definía su trabajo como un *estudio de campo* y una *investigación* mediante la cual buscaba trazar y movilizar la red de actores alcanzados por la regulación pretendida; por ese motivo, ella estaba interesada en contactar tanto a padres y madres de usuarios terapéuticos, como a referentes locales con conocimientos acerca de la

8 Cuando realizamos la entrevista, el activista consultado tenía 41 años y llevaba dos décadas cultivando cannabis. Había tenido diversas ocupaciones laborales a lo largo de su trayectoria y en ese momento se desempeñaba como director en una empresa que producía cannabis en una provincia del interior argentino, en el marco de un proyecto de investigación y desarrollo aprobado por el Ministerio de Salud de la Nación. El encuentro fue realizado por Google Meet y duró 65 minutos.

investigación científica y el marco legal sobre cannabis (Entrevistada, 31 jul.2018).[9] Asimismo, el asesor de una diputada nacional que se había vinculado estrechamente con el movimiento de madres de usuarios terapéuticos comentaba:

> yo estudié en la diplomatura que sacó la Universidad [Nacional] Arturo Jauretche en cannabis medicinal. Era una diplomatura, digamos, no especializada en lo que es el derecho, sino que va pasando por todas las aristas tanto como es la producción y fabricación de fitopreparados, cómo es el sistema endocannabinoide [...] yo ya venía con esta relación tanto de las organizaciones civiles, con cultivadores, pero bueno, necesitaba, me parecía importante también tomar este conocimiento por ahí también teórico y teórico práctico porque también comencé a cultivar para tomar real conocimiento y dimensión de cómo es el tratamiento de la planta, la necesidad de nutrientes, las diversas etapas, las diversas genéticas y aplicaciones médicas (Entrevistado, 16 feb. 2023).[10]

Además de las reuniones, la incidencia legislativa también podía incluir instancias de divulgación y *militancia* de los proyectos de ley. En el trabajo de campo realizado en la ciudad de Córdoba, esto último fue considerado necesario por una legisladora y su asesora, para *sensibilizar* a la opinión pública de una provincia considerada como *conservadora*. En lo concreto, la *estrategia de medios* diseñada implicó poner en primer plano las experiencias de las madres de usuarios terapéuticos y de los profesionales que las acompañaban, sin mencionar de manera directa la persecución penal hacia los cultivadores y usuarios de cannabis. Así, contactaron a un periódico local para la realización de una nota periodística y fijaron como punto de encuentro una de las salas de reunión de la legislatura cordobesa; la nota luego fue publicada con el título: “La esperanza de la marihuana médica” (González, 2016).

En las acciones activistas de incidencia que hemos descrito, las experiencias de participación privilegiadas eran reuniones realizadas en despachos de funcionarios o salas acondicionadas para ese fin en diferentes órganos legislativos. Entramados con esos encuentros, se sucedían contactos a través de telefonía celular o correos electrónicos para la lectura, escritura y presentación de proyectos de ley o de ordenanza que tenían como objetivo regular los usos autorizados del cannabis, como también acciones conexas como notas periodísticas y difusión de fotografías. Esas actividades, que suponían una circulación incesante de los activistas,

9 Cuando nos encontramos de manera presencial, nuestra interlocutora tenía 46 años y trabajaba como asesora en la Legislatura de la Provincia de Córdoba. Se había formado como psicóloga y, en materia de políticas gubernamentales, contaba en su haber con una amplia trayectoria como consultora en programas de cooperación internacional. Ese desempeño le había permitido capacitarse en el enfoque de Desarrollo Económico Local (DEL), que continuaba aplicando en sus tareas de asesoría legislativa. La entrevista tuvo una duración de 79 minutos.

10 El asesor entrevistado tenía 31 años al momento del encuentro, se había formado en Derecho y continuaba trabajando en la Cámara de Diputados de la Nación. La entrevista se realizó vía Google Meet con una duración de 51 minutos.

configuraban distintos procesos de especialización en modos de hablar, persuadir, movilizarse y ser efectivos. Asimismo, a través de esos intercambios, también diversos agentes estatales comenzaban a conocer particularidades sobre la planta de cannabis y el universo social de sus cultivadores y usuarios.

Redes de experticia

Durante el debate político que llevó a la aprobación de la Ley N° 27350, las principales estrategias desplegadas por las organizaciones sociales activistas para superar las barreras de la pericia (Parthasarathy, 2010) fueron: a) establecer coaliciones con expertos (médicos, investigadores científicos, abogados) y trabajar en red para incidir en el articulado final de la norma, b) mover el debate del ámbito de la seguridad al de salud, reconfigurando el problema cómo un problema de salud pública y, c) movilizar y valorizar evidencias anecdóticas y/o empíricas, es decir, el conocimiento experiencial —vinculado a la relación entre consumo y efectos clínicos/síntomas— y local —referido a las variedades utilizadas según lugar, sujeto, síntoma–, acumulado y producido por las mismas organizaciones sociales activistas.[11] A partir de estas tres dinámicas, se desarrolló un proceso de "purificación moral" (Góngora, 2019) que desacopló al cannabis de la esfera de la ilegalidad y de los usos de drogas.

Los actores sociales que se habían movilizado en torno al acceso al cannabis para uso medicinal reconocieron que la ley constituía un avance, aunque con ciertas limitaciones y áreas grises en el articulado. En primer lugar, la normativa no mencionaba el cultivo doméstico, que había representado la principal consigna y demanda de las organizaciones sociales cannábicas, dado que era el modo de aprovisionamiento predominante. Asimismo, si bien la ley establecía roles para el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) en cuanto al desarrollo de cultivo para investigación y elaboración de preparados, no incluía a las universidades como entes autorizados a estos fines. Por otra parte, hasta tanto no hubiera una reglamentación, no habría precisiones de cómo se garantizaría la provisión gratuita de preparados por parte del Estado, ni cómo se fomentaría la producción de cannabis y su industrialización en vinculación con los laboratorios de la Administración Nacional de Laboratorios Públicos (ANLAP).

A partir de estas observaciones y en el marco de las nuevas circulaciones activistas por sedes ministeriales luego de la sanción de la ley, comenzó a estructurarse un grupo informal de trabajo que incluía en sus filas a investigadores universitarios, de CONICET,

11 Las prácticas recuperadas en este apartado han sido objeto de un análisis más extendido en otro trabajo que describe procesos de hibridación en la red antes de la sanción de la ley, en vísperas de la primera reglamentación y luego con la búsqueda de una segunda reglamentación (Díaz; Aguilar; Romero, 2021).

médicos, y representantes de organizaciones sociales cannábicas.[12] Esta red se formalizó primeramente mediante el reconocimiento del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, entonces devenido en Secretaría. En abril de 2018, los investigadores que impulsaban esa institucionalización solicitaron al Directorio del CONICET conformarse como Red Argentina de Cannabis Medicinal (RACME) en el marco del programa Redes Institucionales Orientadas a la Solución de Problemas (RIOSP), con el objetivo de articular las capacidades científico-técnicas existentes en las Unidades Ejecutoras de varias ciudades y provincias de la Argentina. Finalmente, en noviembre de ese mismo año el Directorio del CONICET reconoció esa configuración, aunque bajo una composición exclusivamente experta, es decir, integrada solo por los investigadores de carrera en el organismo.

Con el cambio del gobierno nacional, hacia fines de 2019, se produjo una suerte de relanzamiento de la RACME, que pasó a llamarse "Red Argentina de Cannabis y sus Usos Medicinales", manteniendo el acrónimo inicial (Reunión de Comité Técnico, 20 dec. 2019; C.f. Res. 542/2020 CONICET). En las siguientes reuniones de este colectivo, que volvió a priorizar una composición diversa, se incorporó un número creciente de activistas que representaban a organizaciones sociales de distintos puntos del país.

En el nuevo contexto político nacional e institucional del CONICET que se presentaba más permeable a la temática, la red apostó de manera unánime por la producción de una nueva reglamentación. Este trabajo se produjo en comisiones –control de calidad, investigación clínica, investigación básica, producción y ciencias sociales– que establecieron asuntos prioritarios según las problemáticas comentadas internamente y luego compartidas de modo general. Entre las cuestiones mencionadas, se destacaba la necesidad de contar con fitopreparados de calidad y de agilizar los trámites para importar y adquirir insumos que permitieran realizar ensayos locales; el relevamiento de las formas de acompañamiento y los saberes desarrollados por las organizaciones sociales cannábicas, considerando particularmente el registro de las variedades que hasta entonces habían desarrollado en la clandestinidad; y la definición de acuerdos entre pares para la realización de estudios observacionales.

Las actividades colaborativas de la red institucional condujeron a la realización de sugerencias sobre una propuesta de reglamentación impulsada desde el poder ejecutivo y trabajada juntamente con funcionarios del Ministerio de Salud. El trabajo de escritura de borradores, y de edición y circulación de documentos fue compartido por las organizaciones

12 La participación activista al principio se vio reducida a representantes de organizaciones sociales de madres y usuarios/as medicinales como Cannabis Medicinal Argentina (CAMEDA), aunque más adelante, conforme se sumaron más reuniones, se agregaron otras organizaciones sociales como Mamá Cultiva, Centro de Estudios de la Cultura Cannábica (CECCa), Ciencia Sativa, Flores de Libertad y Asociación Cultural y Club de Cultivo Cannábico Jardín del Unicornio.

que integraban el Consejo Consultivo Honorario del programa.[13] Estas confeccionaron, por ejemplo, un cuadro comparativo de doble entrada que contenía los artículos de la ley, la primera reglamentación, el borrador elaborado desde el despacho de una diputada, las propuestas de la RACME, del Ministerio de Salud y, finalmente, las observaciones de una cátedra libre universitaria y una organización no gubernamental abocada a las políticas de drogas.

El decreto reglamentario N° 883/20, promulgado en noviembre de 2020, se basa mayormente en la propuesta ministerial, pero recoge algunas observaciones realizadas en ese proceso. En cuanto al acceso a la planta y sus derivados, incluye la provisión gratuita para personas sin obra social o prepaga (art. 3, inc. d), la posibilidad de adquirir especialidades medicinales o formulaciones magistrales (art. 7) y la creación de un registro que autoriza el cultivo para sí, a través de un familiar o tercero, o por medio de una organización social (art. 8). Acerca de estas figuras, por ejemplo, en una reunión presencial realizada durante ese año, integrantes de la Asociación Civil Cogollos Córdoba notaron que la redacción del artículo circunscribía el cuidado de las personas usuarias terapéuticas al entorno familiar, mientras que en la práctica las redes de atención solían incluir a otras personas no necesariamente unidas por relaciones de parentesco; de ese modo, propusieron que se incluyera en el decreto la figura del "allegado" junto a la del usuario y sus familiares o tutores (Díaz; Aguilar; Romero, 2021). Con relación al papel de las organizaciones, estas también fueron incluidas expresamente en los convenios para capacitaciones de profesionales de la salud en tanto "organizaciones sociales especializadas en la temática" (art. 3, inc. l.). En materia de pesquisas, el decreto incluye la investigación básica y social además de la clínica como fundamento para la producción de evidencia sobre la terapéutica cannábica (art. 3, inc. g).

En reuniones realizadas de manera presencial en la sede central de CONICET en Ciudad Autónoma de Buenos Aires y luego de manera *online*, y a través de la edición de documentos compartidos, los activistas y los investigadores científicos —junto a otros actores como legisladores y sus asesores, y emprendedores cannábicos que también se habían incorporado al espacio— imaginaron y plasmaron un modo particular de implementación de la ley, buscando que atendiera a los problemas sociales por los que había sido discutida en primer lugar.

13 La Ley 27350 prevé la creación de un Consejo Consultivo Honorario, en tanto espacio "integrado por instituciones, asociaciones, organizaciones no gubernamentales y profesionales del sector público y privado que intervengan y articulen acciones en el marco de la presente ley. Las instituciones que lo integren deberán acreditar que actúan sin patrocinio comercial ni otros conflictos de intereses que afecten la transparencia y buena fe de su participación." (Argentina, 2017, art. 9°). Luego de la segunda reglamentación de la ley, las asociaciones civiles que lo integraron fueron Mamá Cultiva Argentina, Cannabis Medicinal Argentina (CAMEDA), Centro de Estudios de la Cultura Cannábica (CECCa), Asociación de Usuaries y Profesionales para el Abordaje del Cannabis y otras drogas (AUPAC), Ciencia Sativa y Cannabis Medicinal Río Negro (CAME).

Desarrollo de propuestas educativas en universidades nacionales

Algunas organizaciones cannábicas han asesorado e incidido en el diseño y desarrollo de diplomados universitarios y/o posgrados sobre el tema desde el año de 2020 a la actualidad. Por nombrar algunas, en 2021 el Centro de Estudios de la Cultura Cannábica (CECCa) trabajó con la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) en el Diploma de Posgrado en Cannabis, Regulación y Política de Drogas, mientras que ese mismo año la Asociación de Usuaries y Profesionales para el Abordaje del Cannabis y otras drogas (AUPAC) delineó el curso de posgrado "Abordaje integral de la planta de Cannabis para la salud" que ofrece desde ese entonces, con frecuencia anual, la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad Nacional de Rosario (UNR).

Un relevamiento preliminar de esos espacios educativos revela que desde 2015 a la fecha se han desarrollado alrededor de ochenta iniciativas, entre las que predominan las diplomaturas y cursos de posgrado enfocados en los usos medicinales del cannabis. Entre ellos, el 39% ha contado con el involucramiento de una organización civil cannábica en su desarrollo, diseño y difusión; es sobre todo en esos espacios donde a los conocimientos sobre sistema endocannabinoide y fitobotánica de la planta se le añade contenido respecto a la historia del prohibicionismo y de la movilización social para la transformación legal en materia de drogas, como también de los derechos que asisten a los usuarios y cultivadores.[14]

El interés de las organizaciones en construir el uso de cannabis medicinal y terapéutico como tema relevante para ser estudiado e investigado desde diferentes perspectivas y disciplinas (producción, derechos humanos, aspectos clínicos y científicos), en las universidades nacionales denota un activismo científico epistémico doble: porque son organizaciones que en su seno están conformadas por diferentes tipos de expertos, y porque activan causas en la agenda pública recurriendo a la producción y uso de conocimientos de diferente naturaleza. La organización interna del activismo —los métodos de inscripción, la definición de estrategias y la determinación de los ámbitos de intervención, así como su posicionamiento en los espacios públicos— está atravesada por procesos epistémicos (Vallejos; Levrand; Matharan, 2023); es decir, por la producción y movilización de conocimientos empíricos, locales, experienciales, y expertos vinculados al cultivo y uso de cannabis, pero también a la incidencia política en espacios legislativos, y la conformación de modos de acompañamiento y atención para usuarios terapéuticos y sus familiares en tratamientos con derivados de la planta.

La participación activista en la regulación del cannabis y en el surgimiento de cursos ofrecidos desde la universidad significó un proceso de especialización en la propia actividad educativa, que tendió a transformarse en una de las áreas de cada agrupación. Esto ocurrió porque el desarrollo de esta oferta académica involucraba no solo la definición de acuerdos en torno

14 En esos cursos también es notoria la búsqueda porque los propios activistas se desempeñen en roles docentes.

a los contenidos impartidos, sino la realización de reuniones con autoridades institucionales, la redacción de documentos e informes, la coordinación de los espacios y el sostenimiento y difusión de las iniciativas educativas a lo largo del tiempo. Así, por ejemplo, una activista de AUPAC relataba cómo de una capacitación interna destinada a formar a médicos que pudieran acompañar terapias con cannabis habían llegado a desarrollar un curso de posgrado realizado por profesionales de la salud de todo el país:

> el área de formaciones como prácticamente todo AUPAC es un devenir. Yo siempre hablo cuando damos clases de lo que son los dispositivos emergentes, ¿no? O sea, ninguno de todos nosotros cuando fundó esta institución pensó que iba a tener un área de formaciones que llegue a capacitar a una fuerza de seguridad o a una fiscalía. Fueron todos dinámicas emergentes que fueron dándole forma a nuestras acciones cotidianas (Entrevistada, 12 mar. 2024).[15]

Otras asociaciones como Ciencia Sativa y Asociación Cultural Jardín del Unicornio también son ejemplos de estos procesos de expertización activista en materia de capacitación. En el primer caso, cuentan con un espacio de capacitación llamado Mycelio Sativa que consiste en un encuentro mensual, que puede ser presencial (en distintos espacios de la ciudad de Bariloche, donde reside la mayor parte de sus integrantes) o de forma virtual, en el cual se abordan aspectos biomédicos, botánicos y culturales de la terapéutica cannábica, propiciando el intercambio de opiniones y saberes. En el caso de Jardín del Unicornio, sus socios fundadores son parte del plantel docente de la Diplomatura de Vinculación en Cannabis y sus usos medicinales de la Universidad Nacional Arturo Jauretche.

Los tránsitos por tales espacios permiten que los activistas acrediten sus experticias como cultivadores y conocedores de la planta de cannabis y sus efectos, y configuren trayectorias individuales asociadas a la capacitación; a la vez, esto lleva a otorgar mayor legitimidad a las actividades de productores y consumidores de cannabis dentro de sus comunidades. En Córdoba, integrantes de la Asociación Civil Cogollos Córdoba impulsaron cursos de formación en extensión universitaria en los que se desempeñaron como organizadores, coordinadores y docentes, siendo invitados luego a disertar en otros espacios curriculares. En Salta, una investigadora desarrolló una diplomatura después de haber realizado un trayecto semejante a raíz de demandas de información por parte de las organizaciones sociales locales; los llamados *conocimientos empíricos* sobre la planta, es decir, los saberes y modos de saber hacer prácticos, desarrollados en la reiteración de actividades de cultivo y uso de la planta de cannabis fueron

15 La activista tenía 46 años al momento del encuentro. Formada en Psicología, integró la Asociación Rosarina de Estudios Culturales (AREC), una de las primeras organizaciones cannábicas del país, y en 2017 fundó junto a otros activistas la Asociación de Usuaries y Profesionales para el Abordaje del Cannabis y otras drogas (AUPAC). La entrevista fue realizada de manera presencial y tuvo una duración de 58 minutos.

objeto de intercambios y debates durante el curso (Entrevistada, 14 mar. 2025).[16]

Tanto en la innovación curricular como en los proyectos de extensión e investigación existieron dinámicas de coproducción de conocimientos e intercambio de experticias (Romero; Aguilar, 2020). Estos procesos dieron nacimiento a un campo de conocimiento local sobre la planta, con nuevas revistas especializadas (*Cannabis y Salud*, *Eleusis*) y congresos locales de cannabis. Los compromisos cognitivos con el abordaje del cannabis desde las universidades fueron acompañados con fuertes compromisos políticos por parte de los investigadores, visibles en su voluntad de construir redes de trabajo mixtas a favor de una regulación que garantice el acceso de las personas usuarias a la planta (Díaz; Aguilar; Romero, 2021).

Construcción colectiva de políticas: el REPROCANN y el Consejo Consultivo Honorario del Programa de Cannabis

La creación de un registro como instrumento para controlar el acceso a la planta y sus derivados figuraba en los tres dictámenes –uno de mayoría y tres de minoría— presentados en el Congreso de la Nación previo a la discusión parlamentaria, aunque con algunas diferencias notables en cuanto a la extensión y la precisión del artículo que trataba la cuestión, como también a las posibilidades mismas de acceso establecidas en las normas propuestas.[17] La Ley de Cannabis Medicinal finalmente aprobada en 2017 incluyó este instrumento, incorporando una remisión al artículo 5° de la Ley 23.737 para indicar que las conductas que allí figuraban pasaban a ser autorizadas con respecto al uso terapéutico. Las características concretas y las formas de operativización del registro quedaban, sin embargo, reservadas a la reglamentación de la ley.

Concretamente, la posibilidad de contar con una herramienta para controlar la actividad de los cultivadores se hizo esperar hasta la creación del Registro del Programa de Cannabis (REPROCANN) mediante el decreto 883/20. Como lo mencionábamos en la breve contextualización del marco regulatorio, este decreto reemplazaba al anterior, que circunscribía el acceso a derivados del cannabis a la participación en un ensayo clínico en pacientes con epilepsia refractaria. La segunda reglamentación, en cambio, establecía que la condición para

16 Al momento de la entrevista, la investigadora consultada tenía 47 años y era doctora en Ingeniería. En 2022 ingresó formalmente a la Carrera de Investigador Científico y Tecnológico de CONICET con un tema de estudio que, luego de interiorizarse en el uso terapéutico y productivo del cannabis, resolvió modificar para abordar la problemática. La entrevista fue realizada por Google Meet y duró 49 minutos.

17 El dictamen de mayoría, apoyado por Cambiemos y la Unión Cívica Radical, proporcionó la mayor parte del texto normativo aprobado e incluyó el registro en el artículo 8°. Uno de los dictámenes de minoría, apoyado por el Frente Renovador, lo hizo en el artículo 7°, limitando la inscripción a usuarios terapéuticos con epilepsia refractaria. El otro dictamen de minoría, firmado por diputados del Frente Para la Victoria, Libres del Sur y Frente de Izquierda, proponía la creación del Registro Nacional de Cannabis Medicinal (RENACAME), cuyos inscriptos –personas e instituciones— estarían autorizados a cultivar para uso terapéutico o investigación.

inscribirse era contar con indicación médica y suscribir un consentimiento informado. La resolución del Ministerio de Salud de la Nación que regulaba el sistema de registro y que fue publicada poco tiempo después, asignaba diferentes roles y obligaciones a profesionales de la salud, usuarios que cultivaran para sí o sus representantes, terceros cultivadores y organizaciones civiles (Res. 800/21).

Resulta crucial considerar esas figuras porque condensan demandas y planteos surgidos durante las experiencias de participación de activistas en debates públicos y acciones de incidencia política. Como tales, resultan de la cristalización de negociaciones y acuerdos de diferentes tipos. Así, en una reunión entre representantes de asociaciones que se produjo en agosto de 2016, se conversó sobre qué características debían tener los proyectos de ley para contar con el apoyo de las organizaciones. En esa oportunidad, se acordó que se apoyaría el *autocultivo*, entendiéndolo como un "*cultivo por parte de los ciudadanos*" que admitía tres modalidades: cultivo individual, cultivo solidario —esto es, cuando alguien cultiva para otro que no puede— y cultivo colectivo, es decir, cuando un conjunto de personas se organiza para cultivar de manera grupal (Notas de campo, 29 jun. 2016).

Durante 2020, el Ministerio de Salud fue escenario de reuniones convocadas por un médico que se volvió reconocido durante el proceso de movilización social en torno al cannabis, quien en ese entonces se desempeñaba como asesor técnico del programa. Las reuniones tenían como finalidad la búsqueda de consensos entre posiciones que en ese momento se encontraban en las antípodas, tales como la de las organizaciones que reunían a madres de usuarios terapéuticos y la de las sociedades médicas. El registro como instrumento y sus diferentes componentes y pasos aparecían como síntesis de esos intercambios a menudo conflictivos:

> todos tenemos derecho a decir lo que nos parece porque eso habla de la seriedad de los procesos y el Ministerio de Salud tiene que conducir esas miradas diferentes. O sea, no tiene que negarlas ¿no? Tiene que conducirlas a un punto de acuerdo y vas a ver que vamos a llegar a un punto de acuerdo y cuando estábamos finalizando, allá por octubre del 2020, les vuelvo a preguntar a [...] neuropediatría y digo, "Bueno, está claro que ya dijeron qué es lo que los preocupaba, pero ¿ustedes estarían dispuestos a acompañar? Porque yo me imagino un registro donde la indicación médica, el acompañamiento sea fundamental, porque ahí íbamos a estar reduciendo daños. O sea que, si vos estás cerca de este escenario, con todos esos miedos que vos tenés, pero te hacés cargo, tenés más chance de identificar el efecto negativo si lo tuviera o el efecto positivo si lo tuviera, o sea que el acompañar sería el primer requisito. Y eso hizo que en REPROCANN se pensara como primera instancia y requisito la indicación médica (Entrevistado, 17 mar. 2025).[18]

18 Cuando realizamos la entrevista, el profesional tenía 53 años. Formado como médico internista y como especialista en cannabis y dolor, se desempeñaba como profesor en la Universidad Nacional de La Plata. La entrevista fue realizada a través de Google Meet y duró 64 minutos.

La presencia de representantes de las organizaciones sociales en el Consejo Consultivo Honorario (CCH) del Programa de Cannabis se duplicó con el nuevo decreto y fue clave para incluir sus conocimientos e intereses de larga trayectoria en el diseño y modelado final del registro, y en la definición de sus características técnicas, administrativas y de alcance general (HCDN, Informe 142, p. 1079); a la vez, les permitió aprender a hacer activismo institucional (Abers, 2020), es decir, incidencia desde el interior de las burocracias estatales. En ese sentido, uno de los principales objetivos que tuvieron los integrantes del CCH fue hacerle entender al Programa que ya "existía un movimiento cannábico que abastecía y atendía, por lo cual, de lo que se trataba era de formalizar algo que ya existía, volviéndolo letra en la normativa" (Entrevistada, 27 abr. 2025). [19]

En un primer momento, la interacción entre las organizaciones integrantes del CCH buscó generar acuerdos y desarrollar insumos que permitieran tomar decisiones fundadas acerca de la cantidad de plantas que se debía permitir cultivar para uso terapéutico, las *buenas prácticas* de cultivo y las características de la herramienta de registro. Una vez que el Programa de Cannabis y el CCH propiamente dicho comenzaron a funcionar, fue creciendo la articulación y cooperación de las organizaciones sociales con diferentes organismos del Estado, y con quienes conformaban el Programa, los servicios legales del Ministerio de Salud y los desarrolladores informáticos del software que operaría como medio para la inscripción. En este marco, llevaron a cabo un fuerte trabajo colaborativo con organismos como INASE e INAES para el diseño del instrumento.

Los principales conflictos y barreras para las organizaciones sociales se presentaron en la construcción de las resoluciones, principalmente con relación al límite de pacientes y de plantas. También surgieron tensiones asociadas a las demoras en implementar las decisiones ministeriales y en obtener la autorización del propio registro, destacándose que las organizaciones sociales fueron las últimas habilitadas por el sistema (Res. 782/22, anexo IV). Además de las distancias territoriales y los escasos recursos del programa, resultaron conflictivos "algunos posicionamientos políticos del activismo que no comprendía que esta ley venía a dar una incipiente respuesta a la matriz de salud que atravesaban algunas organizaciones" (Entrevistada, 27 abr. 2025). Esto es, la creciente demanda de atención y acompañamiento que dichas organizaciones habían empezado a recibir y que había llevado a sus integrantes a enfocarse en el cannabis de uso medicinal.

La participación en el armado de una política gubernamental de acceso al cannabis para uso medicinal como el REPROCANN, significó para las organizaciones que integraron

19 En este caso, se trata de la activista cuya trayectoria fue presentada en la nota al pie 14. Para conversar acerca de este punto nos contactamos vía WhatsApp.

el consejo el "reconocimiento del laburo de la sociedad civil con la temática, la valorización de nuestros conocimientos y saberes y la generación de estos instrumentos que favorecen a la gente que representamos (comunidad cannábica, ongs, usuarios/pacientes de cannabis)" (Entrevistada, 27 abr. 2025). En palabras de otra activista que formó parte de esos procesos, "Nos dio satisfacción el haber podido aprender muchísimo durante esos años en cómo armar y poder seguir hasta la implementación de esa política. Conocer mucha gente con capacidades y poder interactuar" (Entrevistada, 14 mar. 2025)[20] Claro que no todas las voces en el activismo fueron a favor del REPROCANN o de registrarse en dicho instrumento. Una organización señaló, por ejemplo, su oposición a ser medicalizados y patologizados, manifestando que eran usuarios legítimos, aunque no presentaran un padecimiento o una necesidad terapéutica (Notas de campo, mayo 2018).

En síntesis, las principales tareas que llevaron adelante las organizaciones sociales integrantes del CCH entre 2020 y 2023 fueron la recopilación y sistematización de información, la realización de diagnósticos de situación local, regional e internacional con el objetivo de generar insumos para el diseño de normativas y capacitaciones (principalmente a fuerzas de seguridad y a médicos), y la búsqueda de diálogo con las autoridades para incidir en la implementación de la política regulatoria. De acuerdo con lo que narraban, luego de los encuentros semanales que tenían cada viernes, se producían minutas para registrar lo trabajado y darlo a conocer al resto del movimiento cannábico. La experiencia de participación en el CCH, "un espacio de consenso, con voluntad política y actores idóneos" fue valorada como "reparadora" por las activistas que lo integraron, ya que "más allá de los resultados logrados", les dejó el aprendizaje de "saber esperar el momento justo para avanzar" (Entrevistada, 27 abr. 2025).

REFLEXIONES FINALES

En este artículo hemos visto cómo la regulación del cannabis para usos medicinales e industriales fue impulsando la creación de estructuras institucionales y modos de clasificar y ordenar prácticas sociales. En este proceso, marcado por la participación de diversos actores, las organizaciones sociales cannábicas se involucraron en acciones de incidencia legislativa, grupos informales y luego redes junto a investigadores y profesionales de la salud, propuestas

20 Nuestra interlocutora tenía 36 años al momento de la consulta que realizamos con ella vía WhatsApp. Se formó en Biología, comenzó su activismo cannábico en la Organización Cannábica Bariloche y luego conformó la Asociación Civil Ciencia Sativa. En los últimos años inició estudios de doctorado abocados a la caracterización botánica de variedades de cannabis.

de formación desde distintas universidades nacionales y espacios estatales con intervención en el diseño e implementación del marco regulatorio. Esas experiencias de participación no sólo coadyuvaron a la generación de normativas y resoluciones específicas en tanto medios para administrar poblaciones, sino que también delimitaron e hicieron dialogar las diferentes experticias involucradas (acreditadas, experienciales).

Cabe destacar que, en los casos considerados, la celebración de reuniones y la elaboración conjunta de documentos —proyectos de ley, cuadros comparativos de proyectos, borradores de decretos— fueron los modos privilegiados de intercambio de conocimientos e impresiones, como también de construcción de acuerdos, límites en las capacidades de acción y disensos. Se trató de un intenso trabajo sociopolítico que, en el caso de las organizaciones sociales cannábicas, se añadió a una nutrida agenda que integraba tareas de cultivo, diseño de capacitaciones, y acompañamiento en el marco de dispositivos solidarios de atención. Con esta última expresión, nos referimos a las configuraciones asociativas que las agrupaciones construyeron para atender la demanda de usuarios terapéuticos y sus familiares en cuanto a derivados del cannabis y acompañamiento terapéutico para sus dolencias.

En un primer momento se abordaron los procesos de movilización y circulación activista con motivo de la búsqueda de una regulación del cannabis de uso terapéutico. Sin considerar por ello que exista una relación directa o transparente entre ese deseo y los textos normativos resultantes, interesa en cambio remarcar el desarrollo de formas de distribuir la palabra y presentarse entre los activistas; como también las actividades de investigación compartidas con aquellos asesores políticos que, mediante la redacción, buscaron traducir en normas lo observado y escuchado en los despachos.

Luego, se consideró la conformación e integración de redes de experticia como parte de las movilizaciones cannábicas, y la injerencia de una red institucional puntual en la elaboración del segundo decreto reglamentario de la Ley de Cannabis Medicinal. Este proceso, atravesado por la hibridación de actores y modos de conocimiento diversos, estuvo marcado por la puesta en común de problemáticas y dificultades persistentes, y la búsqueda de consensos; también se destaca la construcción de distintas categorías para dar cuenta de las formas de aprovisionamiento y acceso en uso.

Seguidamente las actividades de capacitación en diplomaturas, cursos de posgrado y extensión ganaron destaque. Una vez más, la influencia de las organizaciones sociales se hizo evidente no solo en los casos en que efectivamente se desempeñaron como organizadoras, sino también en el impulso de espacios que también buscaban poner en diálogo *conocimientos empíricos* y científicos. La circulación de docentes y estudiantes por esos trayectos fue legitimando la inserción de un nuevo campo de saberes en las universidades nacionales. Al mismo tiempo, las organizaciones sociales se fortalecieron políticamente al obtener el apoyo de

la institución universitaria, todavía con una alta valoración en la sociedad argentina.

Por último, se consideraron los sentidos construidos en torno a la integración del Consejo Consultivo Honorario del Programa de Cannabis por parte de representantes de organizaciones de la sociedad civil y la búsqueda de dar forma a categorías y procedimientos del registro de cultivadores implementado a partir de la ley. La descripción mostró cómo se imaginaron, desde "un activismo al margen" (Invernizzi, 2020), las modalidades de cultivo autorizadas y cómo en su desarrollo intervinieron las tareas de investigación, sistematización, redacción y puesta en común realizadas en vinculación estrecha con funcionarios públicos, adquiriendo rasgos de un "activismo institucional" (Abers, 2020) o "con participación invitada" (Wynne, 2007).

A lo largo de los apartados se intentó construir una mirada ampliada sobre la participación, es decir, no circunscripta a los ámbitos legislativos y ejecutivos considerados propios de la democracia participativa, sino extendida a escenarios como la creación de programas educativos y redes de experticia que traccionaron y tradujeron demandas. En este sentido, se buscó considerar también sus efectos productivos. Entre ellos, la distinción entre cannabis de grado farmacológico, representado en las normativas con la denominación "especialidades medicinales" y los derivados producidos por usuarios, familiares, cultivadores solidarios y organizaciones; la creación de instrumentos de control sobre las formas de acceso al cannabis que incluían tanto el cultivo doméstico como la indicación y supervisión por parte de profesionales de la salud, articulados mediante un software diseñado para esos fines y el otorgamiento de autorizaciones y credenciales; y el establecimiento de diálogos entre modos de conocer y hablar sobre cannabis en iniciativas educativas desde las universidades.

La consideración de estos desarrollos y dinámicas constituye un insumo para continuar pensando en los procesos regulatorios, especialmente en contextos como el actual, caracterizado por transformaciones normativas desde fines de 2023 bajo el nuevo gobierno nacional de orientación libertaria. Las resoluciones recientes han acentuado el rol de los profesionales de la salud e incrementado las exigencias administrativas tanto para las asociaciones civiles o fundaciones, como para los cultivadores solidarios, estableciendo que no podrán inscribirse en estos roles quienes tengan antecedentes penales por infracción a la ley de estupefacientes (Res. 1780/25); las medidas también han limitado la utilización, el cultivo y la inscripción del cannabis psicoactivo. Así, en el nuevo contexto, las formas y experiencias de participación de las organizaciones sociales cannábicas han encontrado un terreno más fértil en el sistema científico, las universidades, y los gobiernos y ámbitos legislativos municipales y provinciales, y no tanto en regulación a nivel nacional.

REFERENCIAS

1. ABERS, Rebecca. Institutions, Networks and Activism Inside the State: Women's Health and Environmental Policy in Brazil. **Critical Policy Studies**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 330–349, 2020. Disponível em: 10.1080/19460171.2020.1860782. Acceso em: 7 nov. 2025.

2. AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado":** uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

3. AGUILAR, Óscar; DÍAZ, María Cecilia; ROMERO Lucía. Citizen science towards the regulation of medical cannabis in Argentina, **Tapuya**, [*s. l.*], v. 5, p. 1-18, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/25729861.2022.2100037. Acesso em: 7 nov. 2025.

4. ARANCIBIA, Florencia. Controversias científico-reguladoras y activismo. *In*: TULA MOLINA, Fernando; VARA, Ana María (comp.). **Riesgo, política y alternativas tecnológicas**: entre la regulación y la discusión pública. Buenos Aires: Prometeo, 2013. p. 309-358.

5. ARGENTINA. **Decreto Reglamentario N° 738/2017, de 21 de septiembre de 2017**. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2017.

6. ARGENTINA. **Decreto Reglamentario N° 883/20, de 11 de noviembre de 2020**. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2020.

7. ARGENTINA. **Decreto Reglamentario N° 405/2023, de 4 de agosto de 2023**. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2023.

8. ARGENTINA. **Ley N° 23737, de 21 de septiembre de 1989**. Modificación al Código Penal. Narcotráfico. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 1989.

9. ARGENTINA. **Ley N° 27.350, de 29 de marzo de 2017**. Investigación Médica y Científica. Uso medicinal de la planta de cannabis y sus derivados. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2017.

10. ARGENTINA. **Ley N° 27669, de 5 de mayo de 2022**. Marco regulatorio para el desarrollo de la industria del cannabis medicinal y el cáñamo industrial. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2022.

11. ARGENTINA. Ministerio de Salud. **Resolución N° 1537-E/2017**. Programa nacional para el estudio y la investigación del uso medicinal de la planta de cannabis. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2017.

12. ARGENTINA. Ministerio de Salud. **Resolución N° 800/2021**. Sistema de registro del Programa de Cannabis. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2021.

13. ARGENTINA. Ministerio de Salud. **Resolución 782/2022 del Ministerio de Salud de la Nación**. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2022.

14. ARGENTINA. Ministerio de Salud. **Resolución N° 1780/2025**. Argentina: Boletín Oficial de la República Argentina, 2025.

15. ARGENTINA. Secretaría General de Gobierno de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva. **Resolución 197/2018**. Argentina: Administración Pública Nacional, 2018.

16. BORKMAN, Thomasina. Experiential Knowledge: A New Concept for the Analysis of Self-Help Groups. **The Social Service Review**, [*s. l.*], v. 50, n. 3, p. 445-456, 1976.

17. BRANDÃO, Marcílio Dantas. **Dito, feito e percebido**: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha 2018. Tesis (Doctorado en Sociología) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27601. Acesso em: 7 nov. 2025.

18. CALLON, Michael. The role of lay people in the production and dissemination of scientific knowledge. **Science, Technology and Society**, [*s. l.*], v. 4, p. 81-94, 1999.

19. COLLINS, Harry; EVANS, Robert. The third wave of science studies: Studies of expertise and experience. **Social Studies of Science**, [*s. l.*], v. 32, n. 2, p. 235-296, 2002.

20. CORBELLE, Florencia. El ingreso de la sociedad civil al parlamento: nuevos y viejos actores en el debate en torno a la modificación de la actual ley de drogas. **Cuadernos de Antropología Social**, [*s. l.*], v. 38, p. 85-107, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180930861004. Acesso em: 7 nov. 2025.

21. CORBELLE, Florencia. **Dar la cara como "usuario responsable".** El activismo político de los usuarios de drogas: De la clandestinidad al Congreso Nacional. 2016. Tesis (Doctorado en Antropología) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016. Disponível em: http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/3181. Acesso em: 7 nov. 2025.

22. CORBELLE, Florencia. De usuarios/as responsables a cultivadores/as solidarios/as. Problemas, sujetos y lenguajes políticos en los debates parlamentarios por la reforma a la ley de drogas en Argentina. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, [*s. l.*], v. 13, n. 25, p. 130-162, 2023. Disponível em: https://revistas.unla.edu.ar/perspectivas/article/view/4722. Acesso em: 7 nov. 2025.

23. DÍAZ, María Cecilia. **Cultivar a vida**. Uma etnografia entre ativistas canábicos na Argentina. 2019. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidad Federal de Río de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

24. DÍAZ, María Cecilia. Impacientes: activistas por la regulación del uso terapéutico de cannabis. **Avá. Revista De Antropología**, Misiones, n. 36, p. 137–164, 2020. Disponível em: https://ojs.ava.unam.edu.ar/index.php/files/article/view/141. Acesso em: 7 nov. 2025.

25. DÍAZ, María Cecilia; AGUILAR, Óscar; ROMERO, Lucía. Coproducción de activismos, experticias y redes en la regulación del cannabis medicinal en Argentina. **Revista Ucronías**, [*s. l.*], n. 4, p. 95-118, 2021. Disponível em: https://ucronias.unpaz.edu.ar/index.php/ucronias/article/view/55. Acesso em: 7 nov. 2025.

26. CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS Y TÉCNICAS (CONICET).. **Resolución N° 542/2020**. Argentina: Administración Pública Nacional, 2020.

27. DURÁN-MARTÍNEZ, Angélica; PENNELL, Connor. Change from Above or Pressure from Below? The Difussion of Cannabis Reform in Latin America. **Bulletin of Latin American Research**, [*s. l.*], v. 43, n. 5, p. 347-361, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1111/blar.13580. Acesso em: 7 nov. 2025.

28. EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. **Science, Technology, and Human Values**, [*s. l.*], v. 20, n. 4, p. 408–437, 1995.

29. EYAL, Gil. For a Sociology of Expertise: The Social Origins of the Autism Epidemic. **American Journal of Sociology,** [*s. l.*], v. 118, n.4, p. 863-907, 2013. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/668448. Acesso em: 7 nov. 2025.

30. FRAGA, Paulo; PRADO, Monique. The construction of a right: the regulation of medicinal cannabis in Argentina and Brazil. **Saúde Soc. Sao Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 1, 2025. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2025.v34n1/e240624pt/en. Acesso em: 7 nov. 2025.

31. GENERAL LA MADRID. **Resolución 644/2015**. Concejo Deliberante, General La Madrid, 23 jul. 2015.

32. GÓNGORA, Andrés. Cannabis medicinal y arreglos farmacológicos en Colombia. Dossier. La prohibition des drogues au quotidien. **Cahiers des Amériques Latines**, [*s. l.*], n. 92, p.115-133, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.4000/cal.9982. Acesso em: 7 nov. 2025.

33. GONZÁLEZ, Juan Manuel. La esperanza de la marihuana médica. **Día a Día**, Córdoba, 29 oct. 2016.

34. GUSFIELD, Joseph. **La cultura de los problemas públicos**: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2014.

35. HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN. **Dictámenes**. Investigación médica y científica del uso medicinal de la planta de cannabis y sus derivados. Sesiones Ordinarias 2016, Orden del día n° 751, Argentina, 21 oct. 2016.

36. HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN. **Informe 142**. Jefatura de Gabinete de Ministros, Secretaría de Relaciones Parlamentares y Constitucionales, Argentina, 2025.

37. INVERNIZZI, Noela. Public participation and democratization: effects on the production and consumption of science and technology. **Tapuya**, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 227-253, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/25729861.2020.1835225. Acesso em: 7 nov. 2025.

38. LANCASTER, Kari, RITTER, Alison; DIPROSE, Rachael. Recasting Participation in Drug Policy. **Contemporary Drug Problems**, [*s. l.*], v. 45, n. 4, p. 1-15, 2018. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0091450918776024. Acesso em: 7 nov. 2025.

39. LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz. Introdução. *In*: LOPES, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz (org.). **Movimentos sociais e esfera pública**. O mundo da participação: burocracias, confrontos e aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, 2014. p. 20-41. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/2014%20-%20movimentos%20sociais%20-%20seminario%20participacao.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

40. MUSTO, Clara. **Regulating Cannabis Markets.** The construction of an innovative drug policy in Uruguay. 2018. Tesis (Doctorate in Cultural and Global Criminology) – University of Kent, Utrecht University, Canterbury, 2018. Disponível em: https://research-portal.uu.nl/ws/portalfiles/portal/64524118/Thesis_Clara_Musto_UU.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

41. PARTHASARATHY, Shobita. Breaking the expertise barrier: Understanding activist strategies in science and technology policy domains. **Science and Public Policy**, [*s. l.*], v. 37, p. 355–367, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.3152/030234210X501180. Acesso em: 7 nov. 2025.

42. PITA, María Victoria**. Formas de morir y formas de vivir**: el activismo contra la violencia policial. Buenos Aires: Del Puerto: CELS, 2010. Disponível em: https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2016/06/REVES-2010-Formas-de-morir-y-formas-de-vivir-Pita-Maria-Victoria.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

43. POLICARPO, Frederico. Compaixão canábica: as dimensões simbólicas e políticas no manejo da dor e do sofrimento no Brasil. **Revista Ingesta**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-52, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/12257. Acesso em: 7 nov. 2025.

44. RIVERA-VÉLEZ, Luis Miguel. Mothers as Pot Legalizers: From Illegality to Morality in Medical Use of Cannabis in Latin America. *In*: POLESE, Abel; RUSSO, Alessandra; STRAZZARI, Francesco (ed.). **Governance Beyond the Law**. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 85-103.

45. ROMERO, Lucía; AGUILAR, Óscar. Interacciones entre cultivadores, usuarios y académicos en torno al cannabis terapéutico en Argentina. **REDES**, Bernal, v. 26, n. 50, p. 235- 263, 2020. Disponível em: https://revistaredes.unq.edu.ar/index.php/redes/article/view/9. Acesso em: 7 nov. 2025.

46. SARFATTI LARSON, Magalí. Acerca de los expertos y los profesionales o la

imposibilidad de haberlo dicho todo. **Revista de Educación**, [*s. l.*], Nº Extra-1, p. 199-237, 1989.

47. TISCORNIA, Sofía. **Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales**: el caso Walter Bulacio. Buenos Aires: Del Puerto: CELS, 2008.

48. VALLEJOS, Oscar, LEVRAND, Norma; MATHARAN, Gabriel. Epistemic activism and the production of spatial knowledge in Argentina. **Tapuya**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/25729861.2023.2216098. Acesso em: 7 nov. 2025.

49. VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. *In*: VIANNA, Adriana (org.). **O fazer e desfazer dos direitos**: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013. p. 15-35.

50. VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 37, p. 79-116, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 7 nov. 2025.
51. WYNNE, Brian. Public participation in science and technology: performing and obscuring a political–conceptual category mistake. **East Asian Science, Technology and Society: An International Journal,** v. 1, n. 1, p. 99-110, 2007.

María Cecilia Díaz
Investigadora asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Universidad Nacional de Córdoba. Doctora en Antropología Social por el Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, de la Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3874-3286. Colaboración: Investigación bibliográfica, Investigación empírica, Análisis de datos, Redacción y Revisión. E-mail: mcecilia.diaz@ffyh.unc.edu.ar

Lucía Ana Romero
Investigadora adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y Universidad Nacional de San Martín. Doctora en Ciencias Sociales por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3211-5262. Colaboración: Investigación bibliográfica, Investigación empírica, Análisis de datos, Redacción y Revisión. E-mail: luromero@unsam.edu.ar.

La medicina prohibida: cómo se aplicó la ley de drogas a las personas que tuvieron cannabis para uso terapéutico/medicinal durante 2015 a 2019, en Bahía Blanca, Argentina

The forbidden medicine: how the drug law was applied to people who possessed cannabis for therapeutic/medicinal use from 2015 to 2019, in Bahía Blanca, Argentina

O medicamento proibido: como a lei de drogas foi aplicada a pessoas que possuíam cannabis para uso terapêutico/medicinal de 2015 a 2019, em Bahía Blanca, Argentina

German Klappenbach
Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

A partir de la investigación llevada a cabo para la tesis de maestría en sociología, en este artículo analizamos la aplicación de la "ley de drogas" entre 2015 y 2019 en Bahía Blanca, Argentina, en personas aprehendidas por tenencia o cultivo de marihuana con fines terapéuticos/medicinales. Para contribuir a la comprensión de la racionalidad jurídica en la aplicación de esta normativa, presentamos el caso de una pareja allanada y procesada por cultivo, incorporamos la interpretación de operadores judiciales y entrevistamos usuarios y cultivadores por cuestiones de salud, en un contexto de reciente sanción de la Ley de Cannabis Medicinal del año 2017. También atendimos a información estadística pública de diferentes oficinas del estado y causas del archivo judicial. Pese a que existe un avance desde lo institucional y mayor legitimación desde lo social de los usos terapéutico-medicinales de la planta, en el ámbito bahiense la persecución a personas que usan y cultivan marihuana por razones de salud, se acrecentó. Esta situación no escapa a la realidad provincial y nacional donde, como se reconoce en publicaciones especializadas, se produce un incremento en la criminalización a usuarios de estupefacientes en general y a cultivadores de marihuana en particular. El análisis da cuenta del amplio margen de discrecionalidad que otorga la "ley de drogas" a fiscales y jueces al momento de caratular

Recebido em 11 de maio de 2025.
Avaliador A: 17 de agosto de 2025.
Avaliador B: 03 de outubro de 2025.
Aceito em 04 de dezembro de 2025.

CC BY

las causas, dado que la normativa no hace referencia a cantidades y esto habilita que la respuesta del Estado continúe siendo penal, más allá del reconocimiento medicinal/terapéutico de la planta desde la sanción de la Ley de Cannabis Medicinal en 2017.

Palabras claves: Prohibicionismo, Cannabis medicinal, Racionalidad jurídica, Ley de drogas, Argentina.

ABSTRACT

Based on research conducted for a master's thesis in sociology, in this article we analyze the application of the "drug law" during 2015 to 2019 in Bahía Blanca, Buenos Aires, Argentina in people apprehended for possession or cultivation of marijuana for therapeutic/medicinal purposes. To contribute to the understanding of the legal rationality in the application of this regulation, we present the case of a couple who were raided and prosecuted for cultivation, we incorporated the interpretation of judicial operators and interviewed users and growers for health issues, in a context of recent sanction of the "medical cannabis law" of 2017. We also attended to public statistical information from different state offices and cases from the judicial archive. Although there is an institutional advance and greater social legitimization of the therapeutic-medicinal uses of the plant, in the Bahia area the persecution of people who use and grow marijuana for health reasons has increased. This situation does not escape the provincial and national reality where, as recognized in specialized publications, there is an increase in the persecution of drug users in general and marijuana growers in particular. It also notes the wide margin of discretion granted by the "drug law" to prosecutors and judges when classifying cases, given that the legislation does not refer to quantities. As a result, the State's response continues to be criminal, beyond its recognition of the medicinal/therapeutic use of the plant by the State since the enactment of the Medical Cannabis law in 2017.

Keywords: Prohibitionism, Medical cannabis, Legal rationality, Drug law, Argentina.

RESUMO

Com base na pesquisa realizada para a tese de mestrado em sociologia, neste artigo analisamos a aplicação da "lei de drogas" durante 2015 a 2019 em Bahía Blanca, Buenos Aires, Argentina em pessoas presas por posse ou cultivo de maconha para fins terapêuticos/medicinais. Para contribuir para a compreensão da racionalidade jurídica na aplicação desse regulamento, apresentamos o caso de um casal que foi apreendido e processado por cultivo, incorporamos a interpretação dos operadores judiciais e entrevistamos usuários e

cultivadores por motivos de saúde, em um contexto da recente sanção da "lei da cannabis medicinal" de 2017. Também consultamos informações estatísticas públicas de diferentes órgãos estaduais e casos dos arquivos judiciais. Embora houvesse progresso institucional e maior legitimação social dos usos terapêutico-medicinais da planta, na região da Bahia aumentou a perseguição às pessoas que usam e cultivam maconha por razões de saúde. Essa situação não foge à realidade provincial e nacional, onde, conforme reconhecido em publicações especializadas, houve um aumento na perseguição aos usuários de drogas em geral e aos cultivadores de maconha em particular. Além disso, observa-se a ampla margem de discricionariedade que a "lei de drogas" concede aos promotores e juízes no momento de classificar os casos, uma vez que a normativa não faz referência a quantidades. Como resultado, a resposta do Estado continua sendo criminal, além do reconhecimento medicinal/terapêutico da planta pelo Estado desde a aprovação da Lei da Cannabis Medicinal em 2017.

Palavras-chave: Proibicionismo, Maconha medicinal, Racionalidade jurídica, Lei de drogas, Argentina.

INTRODUCCIÓN

A partir de la investigación llevada a cabo para la tesis de maestría en sociología (Klappenbach, 2023). Este artículo analiza la forma en que fue aplicada la "ley de drogas" con los usuarios y cultivadores terapéuticos/medicinales de marihuana (en adelante UyCT/MC), durante los años 2015 y 2019 en Bahía Blanca, Buenos Aires, Argentina en un contexto de reciente sanción de la Ley de Cannabis Medicina. El objetivo del artículo es dar cuenta de los criterios, procedimientos y prácticas tanto judiciales como policiales al momento de aplicar dicha normativa.

El análisis parte de un estudio de caso, el allanamiento y procesamiento judicial a una pareja de activistas y cultivadores, que se complementa con la realización de entrevistas, consulta de expedientes judiciales y análisis de datos estadísticos producidos por diferentes burocracias estatales. Concretamente, fueron entrevistados un operador judicial del Juzgado de Garantías, otro de la Fiscalía local especializada en estupefacientes, un abogado particular especializado en la materia. y trece UyCT/MC. Asimismo, se analizó una muestra de 462 causas por estupefacientes correspondientes al periodo 2015-2019 del Archivo judicial de la ciudad de Bahía Blanca y los datos estadísticos producidos por el Ministerio Público Fiscal de la Provincia de Buenos Aires y la Procuraduría de Narcocriminalidad del Ministerio Público Fiscal.

En marzo de 2017 el estado argentino reconoció, mediante la sanción de la Ley nº

27.350, las propiedades medicinales del cannabis, coloquialmente conocido como marihuana. No obstante, los cultivadores y usuarios de la planta continuaron siendo perseguidos, allanados y detenidos, puesto que las prácticas de cultivo aún siguen tipificadas como delito en la Ley nº 23.737 o "ley de drogas", vigente desde el año 1989 (Corda, 2016; Corbelle 2021, entre otros). Para comprender el actual estatus legal ambiguo de la marihuana, considerado medicina y alcanzado por la ley penal al mismo tiempo, es preciso remitirse a la Convención Única sobre Estupefacientes[1] de las Naciones Unidas firmada en Nueva York el 30 de marzo de 1961, en la cual los 73 países suscribientes, entre ellos Argentina, se comprometieron a controlar la producción y tráfico ilícito de las denominadas "drogas". Como explican Bewley-Taylor y Jelsma, el principio rector del tratado era limitar el uso a fines exclusivamente médicos y científicos (Bewley-Taylor *et al.*, 2011; Corda, 2016). A partir de ese suceso, el cannabis quedó con un estatus jurídico muy riguroso, a pesar de que su uso cultural y social se encontraba ampliamente extendido a lo largo de la historia y de la geografía mundial, sin consecuencias graves asociadas (Bewley-Taylor *et al*., 2011, entre otros). A su vez, en los últimos 10 años ha crecido al interior de la comunidad científica el reconocimiento de las propiedades terapéuticas de la planta. Uruguay, Chile, Colombia, Canadá y gran parte de los estados de EE.UU, son algunos de los países y jurisdicciones sub nacionales en los que se han sucedido cambios de legislación en torno al cannabis de uso medicinal, terapéutico y de uso adulto, recreativo o cultural. Argentina no ha quedado por fuera de este proceso y, en marzo de 2017, el Estado reconoció oficialmente las cualidades medicinales de la planta a través de la sanción de la Ley nº 27.350. Sin embargo, la primera reglamentación de septiembre de 2017, resultó sumamente restrictiva (Corda, 2017). Los trámites y requisitos para importar el aceite denominado Charlotte ́s web, como afirman los propios usuarios: la mayoría de las veces no se ajustaban en tiempo y forma a sus necesidades. Por otra parte, solamente contemplaba los casos de epilepsia refractaria. Es decir que, otras patologías para las cuales esta medicina resulta efectiva[2] quedaron fuera del cuerpo de la ley. En virtud de las dificultades mencionadas, la principal vía de acceso al cannabis y sus derivados -cremas, tinturas, aceites, etc.-, continuó siendo en la mayor parte de

1 "*Estupefacientes"* es el término utilizado por las Convenciones Internacionales para denominar a las sustancias que derivan de tres plantas: la amapola, el arbusto de coca y la planta de cannabis. (Corda, 2019, p. 167).

2 Alzhéimer (Aso; Ferrer, 2016), Traumatic brain injuries (TBI) (Hergert *et al.*, 2021), tumores, migrañas, fibromialgia, dolor crónico, problemas para dormir (Ligresti; de Petrocellis; di Marzo, 2017), párkinson, tourette, esclerosis múltiple, epilepsia (Russo, 2017), esclerosis lateral amiotrófica (ALS), asperger (Crippa; Zuardi; Hallak, 2010), enfermedad de Crohn y enfermedades intestinales (Naftali *et al.*, 2011), anorexia y cáncer (Abrams; Guzman, 2015, acné, dermatitis alérgica de contacto, dermatitis asteatótica, dermatitis atópica, hidradenitis supurativa, sarcoma de Kaposi, prurito, psoriasis, cáncer de piel y las manifestaciones cutáneas de esclerosis sistémica (Eagleston *et al.*, 2018), entre otras enfermedades y síntomas en los que la planta funciona como tratamiento paliativo.

los casos el autocultivo. También, un sector creciente de usuarios terapéuticos y/o medicinales[3] recurrió al mercado ilegal con los peligros y costos a la salud que ello puede traer aparejado.

De modo que, a pesar del "boom" del cannabis medicinal en Argentina a partir del 2016, las detenciones a usuarios y cultivadores no cesaron, al contrario, se incrementaron debido a que las modalidades de cultivo no fueron contempladas en la reglamentación de 2017[4] (Corbelle, 2021; Basalo; Osler, 2019). De hecho, en varias localidades del país, así como en Bahía Blanca, provincia de Buenos Aires, durante 2015-2020, fue habitual que los operadores judiciales interpretaran las conductas asociadas al cultivo (tenencia y almacenamiento de plantas y semillas) como indicios de comercio basados únicamente en el criterio de la cantidad (Corda, 2019; Basalo, 2019). Por lo que los cultivadores fueron procesados como traficantes, aun cuando no se hubiera probado comercialización o alguna vinculación con las redes de narcotráfico u organizaciones criminales (Corbelle, 2021). A las consecuencias que la penalización genera, deben sumarse los efectos estigmatizantes que pesan sobre los usuarios de sustancias psicoactivas, que se traducen en dificultades para acceder al sistema de salud, mantener y conseguir empleo, entre otras (Corbelle, 2018; Renoldi, 2001). Y, en el caso de quienes hemos denominado como UyCT/MC, la pérdida de lo que consideran su medicina.

Asimismo, resulta relevante destacar que cuatro de los cinco años que componen el período analizado, se corresponden con un gobierno de corte neoliberal que tuvo como uno de sus eslóganes electorales el "combate al narcotráfico". Sin embargo, más allá de la política en materia de drogas de turno, lo cierto es que las prácticas, procedimientos y lógicas desplegadas por las policías, fuerzas de seguridad y operadores judiciales, en este caso hacia usuarios, cultivadores y vendedores de sustancias psicoactivas en pequeñas cantidades, se inscriben en una tradición de más larga data por parte de estas burocracias, es decir, no son exclusivas de coyunturas políticas particulares (Tiscornia, 2004).

3 Usuario medicinal es quien realiza un uso con seguimiento médico con relación a una patología diagnosticada que puede tener el carácter de crónica o no. El usuario terapéutico hace uso con el objetivo de mejorar algún síntoma o aspecto de su salud, sin que exista un diagnóstico y seguimiento médico. A su vez se pueden entender como categorías que plantean una postura política diferenciada respecto a lo que le demandan al Estado. Uso terapéutico es una categoría que, según algunos activistas y estudiosos del tema, puede solaparse con las de uso adulto, cultural o recreativo, en base a que pueden compartir, como motivo o intención de uso, la búsqueda de bienestar (Flores, 2022).

4 El decreto nº 738 del 21 de septiembre de 2017 fue derogado por el nº 883/20, emitido por el presidente Alberto Fernández el 11 noviembre 2020. Este finalmente prevé el autocultivo, solidario, colectivo y el transporte de cannabis en sus diferentes formas, por parte de quienes sean autorizados, previo registro en el Registro del Programa de Cannabis (REPROCANN). Este es una Programa Nacional para el Estudio y la Investigación del Uso Medicinal de la Planta de Cannabis y sus Derivados y Tratamientos No Convencionales dependiente de la Subsecretaría de Institutos y Fiscalización, fue creado por la Ley nº 27.350 con el objeto de establecer un marco regulatorio para la investigación médica y científica del uso medicinal, terapéutico y/o paliativo del dolor de la planta de cannabis y sus derivados, garantizando el cuidado integral de la salud.

Este artículo se encuentra organizado de la siguiente forma: en la primera parte, presentamos/analizamos sucintamente la ley de drogas y los tipos de delitos por los que usualmente son detenidos y procesados usuarios y cultivadores de cannabis. Luego, presentamos/analizamos los datos estadísticos producidos por diferentes organismos del estado así como diversas interpretaciones sobre el incremento del volumen de las investigaciones por cultivo. A continuación, con el objetivo de describir las prácticas, procedimientos y criterios, tanto policiales como judiciales, que son puestos en funcionamiento al aplicar dicha ley, se presenta un caso donde es allanada y procesada una pareja joven de UyC/TMC con dos niños. En este sentido, se presenta el modo en que se inician las investigaciones, los criterios empleados para clasificar las causas, y el lugar que ocupa la cantidad de plantas secuestradas y derivados, al momento de decidir la calificación legal del hecho.

Proseguimos con el modo en que tramitan las causas o la forma en que se resuelven, de acuerdo a las estadísticas consultadas y al análisis de las mismas llevado a cabo en la dependencia del archivo judicial. Para luego finalizar con algunas reflexiones que sintetizan los principales hallazgos del trabajo.

LA LEY DE DROGAS

Las infracciones a la ley de drogas son competencia de la justicia penal que se encuentra dividida en dos fueros: el federal y el provincial u ordinario. El fuero ordinario trata los "delitos comunes", mientras que el fuero federal trabaja con las llamadas "leyes especiales", una de las cuales es la ley de drogas. No obstante, en 2005 se sancionó la llamada "ley de desfederalización", que habilita a las jurisdicciones que adhieren a juzgar algunas infracciones previstas en la ley de drogas en la justicia local o de la provincia de Buenos Aires, donde se encuentra la ciudad de Bahía Blanca.

Si bien esta ley posee una gran cantidad de artículos, para esta publicación nos interesa analizar: la tenencia simple -art 14 primer párrafo- la que fue explicada por especialistas del derecho como aquella que es utilizada cuando no hay indicios claros respecto de su finalidad, sea ésta consumo o comercio. La tenencia para consumo -art.14 segundo párrafo-; cultivo para consumo -penúltimo párrafo art 5-; tenencia para comercialización -art 5 c-; el cultivo simple, el cual replica la lógica de la tenencia simple en cuanto a la indeterminación de su finalidad - art 5 incisos a- y por último, cultivo para comercialización -art 5 d-[5]. Nos interesan estas

5 La Ley nº 23.737 para la "tenencia simple" -Art 14 primer párrafo- prevé una pena de 1 mes a 6 años de prisión

figuras legales porque son los tipos de delitos con los que se acusa generalmente a usuarios y cultivadores de cannabis; aunque, como veremos, la pertinencia del análisis de dichas normas difiere entre los ámbitos federal y provincial. El cultivo simple y cultivo para comercio son competencia de la justicia federal. Mientras que en la provincia de Buenos Aires, la tenencia para comercialización, la tenencia simple, la tenencia para consumo y el cultivo para consumo son delitos juzgados por la justicia local o fuero provincial.

Ahora bien, podría argumentarse, y de hecho lo han hecho activistas en el Congreso de la Nación durante el debate que dio origen a la Ley de Cannabis Medicinal, que las conductas habitualmente realizadas por usuarios y cultivadores son pasibles de ser alcanzadas por otras figuras legales. Si bien estas figuras fueron analizadas en la investigación llevada a cabo para la tesis de maestría, no serán expuestas en esta oportunidad porque no representan los delitos más típicos con los que se caratulan las causas de UyCT/MC.

LOS RESULTADOS ESTADÍSTICOS DE LA APLICACIÓN DE LA LEY

Ahora bien, antes de proceder al análisis de los datos estadísticos, se hace oportuno señalar las dificultades que se encuentran respecto a la calidad de los datos públicos, no sólo por el carácter fragmentario dado por su discontinuidad en el tiempo y con escasos niveles de desagregación, sino también porque se han producido cambios en los organismos que recopilan la información y en los instrumentos de recolección (Corbelle, 2021). A ello hay que sumar las dificultades específicas de los datos procedentes de fuente policial y judicial, como la selectividad del sistema de persecución penal y la existencia de la denominada "cifra negra", así como también el hecho de que estos datos no han sido producidos para proveer información pública (Pita; Miranda, 2012 *apud* Corbelle, 2021). Es por ello que, los mismos son abordados teniendo presente que "no son un mero reflejo de la realidad" sino resultado de una serie de interpretaciones, decisiones y acciones que poseen dimensiones técnicas, cognitivas y políticas,

y multas pecuniarias. El cultivo simple -art 5 a-, la tenencia para comercialización -Art 5 c- y el cultivo para comercialización -Art 5 d- contempla las penas más altas "[...] prisión de cuatro (4) a quince (15) años y multa de cuarenta y cinco (45) a novecientas (900) unidades […]". Mientras que la tenencia para consumo -art 14 segundo párrafo- y el cultivo para consumo -penúltimo párrafo art. 5- reprimen con las penas más leves que oscilan entre 1 mes a dos años de prisión. Cabe aclarar que, en cuanto al artículo 5 incisos a, d y penúltimo párrafo que hacen mención a plantas y semillas, se asume que siempre refieren a la planta de Cannabis Sativa L. o marihuana, debido a que no se tienen registros de que en el territorio en cuestión se siembre algún otro tipo de vegetal considerado estupefaciente.

en este caso de las burocracias estatales que las producen (Pita; Miranda, 2012 *apud* Corbelle, 2021, p. 5).

El distrito de Bahía Blanca reúne otras localidades cercanas a la ciudad de Bahía Blanca y es uno de los 5 distritos en los que está dividida la provincia de Buenos Aires en el fuero federal. Los datos estadísticos consultados sobre la actuación de la justicia federal se encuentran en la Plataforma interactiva de la Procuraduría de Narcocriminalidad (PROCUNAR). Al analizar la información publicada por el organismo, se advierte respecto al cultivo simple, que no se registraron causas en el ámbito de la justicia federal de Bahía Blanca; mientras que, en el caso del "cultivo para comercialización", se han iniciado 31 causas entre enero de 2015 y diciembre de 2019. Estas se distribuyen en el tiempo con una tendencia claramente ascendente a partir de 2017, es decir: 2 causas en 2015, ninguna en 2016, 7 en 2017, 13 en 2018 y 11 en 2019. Es decir que en 2018 se produjo un aumento del 650% en el número de investigaciones, respecto del año 2015.

La justicia provincial, como ya fue mencionado, tiene competencia sobre los delitos de tenencia simple y para consumo, tenencia para comercialización y cultivo para consumo. Los datos sobre estas actuaciones las publica el Ministerio Público Bonaerense en las "Memorias de Estupefacientes", desagregados por tipo de delito y departamento judicial[6]. En Bahía Blanca las estadísticas disponibles dan cuenta de un incremento sustancial en la cantidad de causas iniciadas por infracciones a la Ley nº 23.737, con un crecimiento anual promedio del 45%, y picos entre el 2015-2016 (59%) y el 2017-2018 (72%). Estas cifras superan con creces el 25% de crecimiento anual promedio que se observa a nivel provincial. Concretamente, las causas en este departamento judicial (Tabla 1) pasaron de 435 en 2015 a 691 causas en 2016, 838 en 2017, 1443 en 2018, y, finalmente, 1826 causas en el año 2019, lo que implica un 320% más de IPP iniciadas respecto del año 2015. Si desagregamos esta información por tipo de delito, se advierte que todos muestran una curva ascendente, predominando las causas iniciadas por "comercialización" y "tenencia para consumo de estupefacientes". No obstante, en 2019 las IPP iniciadas por "comercialización" decrecen considerablemente aumentando las de "tenencia para consumo personal" y "simple". Asimismo el aumento más significativo se sucede en la categoría "otros delitos", donde está incluido el cultivo para consumo, incrementándose un 1900 % respecto del año 2015. En cuanto a la sustancia estupefaciente mayoritariamente incautada en este territorio, se trata de marihuana al igual que ocurre a nivel provincial.

6 Los datos del departamento Bahía Blanca, abarca los partidos de Adolfo Gonzales Chaves, Bahía Blanca, Coronel Dorrego, Coronel Pringles, Coronel Rosales, Coronel Suárez, Monte Hermoso, Patagones, Puán, Saavedra, Tornquist, Tres Arroyos y Villarino, con un total de 640.101 habitantes de acuerdo al censo 2010 (INDEC, 2010).

Tabla 1. IPP iniciadas por infracción a la Ley 23.737 (MPBA), por tipo de delito Bahía Blanca 2015-2019

	2015		2016		2017		2018		2019	
IPP[7] iniciadas	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tenencia para consumo	222	51%	261	38%	221	26%	377	26%	643	35%
Tenencia simple	36	8%	49	7%	53	6%	68	5%	132	7%
Comercio	159	37%	348	50%	516	62%	948	66%	691	38%
Otros delitos (último y penúlt. párrafo art. 5 -cultivo para consumo-)	18	4%	33	5%	48	6%	50	3%	360	20%

Fuente: Elaboración propia en base a datos del MPB.

Este incremento puede explicarse de varias maneras, una es como resultado del "boom" o auge que se da en 2016 en el cultivo de cannabis a lo largo y ancho del país, tras la rápida difusión de los usos terapéuticos de la planta y la posterior sanción y reglamentación de la Ley de Cannabis Medicinal en 2017. Como han señalado otros autores, a partir de 2016 no sólo se produce un gran incremento de este tipo de causas, sino que se amplía su distribución geográfica (Corbelle, 2021).

Desde la fiscalía local, hacen hincapié en la multiplicación y diversificación de los canales disponibles para realizar una denuncia:

> [...] servicios a través de internet del Ministerio de Seguridad, líneas telefónicas, buzones antinarco. Es decir, existe toda una batería para denunciar que antes no se disponía, entonces eso también contribuye a la mayor afluencia de causas [...] (Operador judicial Fiscalía Estupefacientes, 2021).

No todos los operadores judiciales coinciden con esta lectura, atribuyendo el aumento de las causas por "comercialización" a la "crisis económica":

> Si yo tuviera que buscar una explicación a ese incremento te diría que es una cuestión puramente económica, de crisis económica, porque si bien es cierto que aumentan las causas por ventas de estupefacientes, la particularidad de estos vendedores es que no tienen diferencia prácticamente con los consumidores, pertenecen al mismo rango social, misma clase social, mismo nivel de instrucción, mismo nivel económico y educación [...] y en gran parte estás hablando de pibes procesados que comparten

7 Investigación Penal Preparatoria se refiere a la primera etapa de investigación en una causa que se tramita en el sistema penal.

> el carácter de vendedor y consumidor [...] (Operador judicial Juzgado de Garantías, 2021).

Por otra parte, en lo que respecta al aumento de la categoría "otros delitos", es decir, la que comprende las infracciones asociadas al cultivo de la planta de cannabis en la justicia local (el "cultivo para consumo personal"), desde la fiscalía se reconoce que a partir de 2016, se comienzan a dar, de manera novedosa para el ámbito de las investigaciones locales, incautaciones de plantas y flores de marihuana donde los detenidos argumentan uso personal de la planta, a diferencia de años anteriores.

Esto se condice con lo dicho por algunos de los usuarios y cultivadores entrevistados, quienes señalaron que a partir de la sanción de la Ley de Cannabis Medicinal (2017), la que otorga legitimidad institucional y social al uso terapéutico de la planta, imaginaron que la persecución, los allanamientos y la criminalización iban cesar o al menos disminuir[8] pero sucedió todo lo contrario.

EL CASO DE JOAQUÍN Y MARCELA

No se puede dejar de mencionar, que los hechos fueron protagonizados por personas con cierto prestigio social. Se trataba de activistas conocidos a nivel nacional, que recibieron el respaldo de reconocidos referentes en la temática (médicos, legisladoras, abogados, periodistas, etc.) y de agrupaciones cannábicas nacionales y latinoamericanas. Los acusados fueron apoyados no solo por los integrantes de la agrupación cannábica a la que pertenecían, quienes se movilizaron, sino también por la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación. En otras palabras, se trata de un *caso de repercusión* (Eilbaum; Medeiros, 2017)[9], que permite ver el mismo en relación a los casos ordinarios.

8 Según relata Juan Federico, autor del libro *Drogas, cocinas y fierros: el narcotráfico en Córdoba*, hubo una lectura similar por parte de muchos "pibes" de los sectores populares al momento del fallo Arriola en 2009. Allí se asoció el mismo a una suerte de despenalización y esto devino en que "[...] en la esquina se masificó el uso de marihuana". En: Martín Rieznik y Juan Manuel Suppa Altman (Directores). (2020). "Historia De La Prohibición. Un Siglo De Guerra A Las Drogas". [Documental]. Depuntocero.

9 Las autoras recurren a la categoría de *repercusión* para comprender cómo ciertas historias movilizan recursos diferenciados, construyen víctimas y culpables, políticas y decisiones, mientras que otras permanecen opacas. Es decir, para comprender la forma diferenciada de administración institucional de los conflictos. Afirman, en este sentido, que, para entender la resonancia de un caso (que moviliza ciertos recursos y recibe atención y dedicación específicas), no se debe sólo atender a las características del caso en sí, sino también al status social y moral de las personas involucradas, la moralidad de los agentes, y las racionalidades y éticas que operan en la puesta en juego de los recursos públicos (Eilbaum; Medeiros, 2017).

Joaquín era una persona conocida en la pequeña localidad bonaerense donde vivía la pareja con sus dos hijas pequeñas, de 5 y 7 años. Nació y se crió allí y se desempeñaba hasta poco antes del allanamiento en el negocio familiar como transportista. Es más, junto a su pareja habían abierto, en 2018, un "growshop" con local a la calle que luego pasó a funcionar en modalidad virtual, debido a que se les dificultaba afrontar el pago del alquiler del local y de su vivienda particular. No obstante, esta actividad les otorgó mayor visibilidad, ya que, como me explicaron, pasaron a ser "la cara visible" de los cultivadores y usuarios de la planta de cannabis en esa región de la provincia.

Una mañana de julio del año 2019, llamaron a la puerta de su casa. Esto era algo habitual en esos tiempos, ya que la gente se acercaba a pedir aceites o para obtener información sobre los beneficios terapéuticos del cannabis. En general, se trataba de personas con serios padecimientos de salud o que tenían un familiar transitando una enfermedad. Sin embargo, ese día cuando Joaquín abrió la ventana y preguntó "¿quién llama?", le respondieron "policía allanamiento" y le leyeron la orden. Cuando abrió el personal de la División Investigación de Delitos (DDI) de Bahía Blanca y de Coronel Suárez ingresó apuntándole con un arma a la cara. Junto a los tres hombres policías había un testigo de ocupación taxista, que los conocía por la actividad social vinculada a la planta. Entretanto, el hecho de que no pudieran abrir la puerta a la fuerza, le dio tiempo a Marcela para avisar al chat de la asociación cannábica a la que pertenecían sobre el operativo.

Una vez ingresados a su propiedad les informaron que buscaban "drogas". Joaquín solicitó la orden de allanamiento firmada por un fiscal y una jueza de la jurisdicción de Bahía Blanca y les advirtió que están sus dos hijas pequeñas. Esto hizo que la policía cambie su actitud. Durante el procedimiento Joaquín permaneció esposado e inmovilizado mientras que Marcela les fue indicando dónde estaban las plantas y derivados del cannabis. Primero los condujo al cuarto donde guardaban la cosecha. Allí había 48 frascos "de mermelada, muchos a medio llenar, rotulados y por suerte estaban con las fechas de corte, de secado". Luego, los llevó al sitio en donde estaba emplazado el indoor. Se trataba de una habitación separada de la casa, con 18 plantas en estado vegetativo (es decir, que aún no se encontraban con flores) de 25cm y 30cm, y 13 esquejes que aún no tenían raíces. Cuando finalizó el operativo, leyeron el acta y notaron que figuraban únicamente 40 frascos de vidrio, "[...] desaparecieron como por arte de magia el resto". Asimismo, señalaron que al momento de pesar la cosecha "[...] pesaron todo junto, frasco, tapa, todo [...]". Sin embargo, no pudieron firmar en disconformidad, puesto que, cuando quisieron hacerlo, fueron amenazados por la policía. Finalizado el allanamiento, ambos fueron conducidos a la comisaría del pueblo que a las pocas horas se colmó de personas haciéndoles "el aguante", al igual que días después en la sede del juzgado. Marcela permaneció detenida en la comisaría tres días, esto es, hasta que la jueza le otorgó la prisión domiciliaria; en

cambio, Joaquín fue trasladado a las pocas horas a la comisaría de una localidad cercana, donde estuvo cuatro días incomunicado en calidad de aprehendido, hasta que también le fue otorgada la prisión domiciliaria.

Luego de ser allanados se enteraron que hacía 4 meses que los estaban investigando producto de una denuncia anónima por venta de semillas en el local. La investigación, había consistido en vigilancias al "growshop" y escuchas telefónicas. Respecto a las vigilancias, si bien en una primera oportunidad un policía afirmó ver plantas en el jardín del local (es importante aclarar que la propiedad no posee jardín), luego personal policial a cargo de la investigación dijo no haber visto plantas ni movimientos de entrada y salida de gente. En lo que respecta a las escuchas telefónicas arrojaron varias conversaciones en las que diferentes personas se comunicaban para averiguar de las propiedades de la planta o hacerse de flores o aceite para uso medicinal/terapéutico. Concluidas estas tareas de investigación, el fiscal solicitó una orden de allanamiento que le fue negada por la jueza "por falta de pruebas". Después de este pedido frustrado, la policía informó que un testigo que deseaba permanecer en el anonimato había dicho que Joaquín les habría regalado las plantas a sus amigos. Con esta información adicional el fiscal volvió a solicitar una orden de allanamiento que nuevamente fue negada, ya que al entender de la jueza sólo se contaba con los dichos de la policía. El fiscal, finalmente, apeló a la Cámara consiguiendo el permiso para allanar la casa de Joaquín y Marcela junto a otros cinco lugares: el grow, un kiosco y las casas de tres supuestos amigos de la pareja. En el único lugar donde se encontraron plantas fue en la casa de la pareja.

La causa iniciada en la justicia provincial quedó caratulada como "tenencia de estupefacientes con fines de comercialización en grado de coautores que concurre de manera ideal con el de siembra y cultivo de plantas utilizables para producir estupefacientes, sin autorización o con destino ilegítimo". Ello así porque el fiscal aducía que de las conversaciones evidenciaban que la pareja vendía estupefacientes lo que además quedaba probado a su entender por la forma en que tenían almacenadas las flores, esto es en frascos directamente fraccionados para su venta. La jueza, por su parte, una vez que les otorgó la prisión domiciliaria, se declarò incompetente, por lo que la causa pasò al fuero federal.

En el fuero federal, la jueza elevó la causa a juicio. La pareja se preparó muy bien para esa instancia. Reunieron más de 20 testigos de concepto (entre los que se contaban médicos, periodistas, diputadas, miembros de la asociación), y pruebas que acreditaban su activismo (personería jurídica de la asociación, participación en unas jornadas organizadas en el Congreso de la Nación, etc.) y de la enfermedad que padecía Marcela por la cual tomaba tintura de cannabis. Además, la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación se presentó como *amicus curiae*. Pero antes de celebrarse la audiencia, el fiscal desistió de la acusación puesto que entendía que las conductas que le eran imputadas, si bien en aquel momento no se habían regulado, ahora se

encontraban amparadas por la Ley de Cannabis Medicinal, sus reglamentaciones y resoluciones del Ministerio de Salud de la Nación. En otras palabras, porque entendía que las actividades de la pareja estaban orientadas a facilitar cannabis y aceite de cannabis a personas que padecían alguna enfermedad y que, si en algunos casos podían haber solicitado dinero a cambio, lo que no estaba probado, tampoco quedaba claro que el fin del dinero que pudieran haber recibido fuera el lucro, sino que más parecía haber estado destinado a poder mantener la continuidad de la práctica de cultivo y elaboración de derivados. Finalmente, en mayo del 2022, la pareja fue sobreseída.

***

La génesis del proceso o cómo se llega a tener una causa

Las causas por tenencia se inician generalmente en el marco de lo que se denominan tareas de prevención policial o bien se trata de flagrantes. En lo que respecta a las causas por cultivo, un porcentaje importante se inicia por denuncias de terceros, como fue argumentado por la policía en el caso presentado. Aunque también pueden iniciarse en el marco de tareas de prevención policial (persecución a presuntos delincuentes, búsqueda de elementos robados, etc.), en las que los efectivos policiales encuentran "fortuitamente" plantas de cannabis. Por último, una pequeña porción de causas se inicia por actuación de oficio de las fiscalías o bien por demencias ante el poder judicial. En algunas jurisdicciones existen otros sistemas de denuncia anónima como el sistema de *narcobuzones* en Bahía Blanca, a raíz de las cuales pueden iniciarse tareas de investigación y como resultado de las mismas la justicia autoriza el allanamiento de la propiedad.

Al consultar los datos respecto a la modalidad de inicio, en Bahía al igual que sucede a nivel provincial, la mayor cantidad de IPP/causas en 2019 se inició producto del accionar policial (69%) y, en menor medida, por "llamados al 911" (7,56%), por el "sistema de denuncias del Ministerio de Seguridad de la Provincia de Buenos Aires" (0,71%), "incompetencias" (0,16%) y "otros casos" (5,59%).

Cuando las causas ingresan al sistema judicial, una de las primeras cuestiones que deben determinar los operadores judiciales es la carátula del hecho y la otra, en caso de que haya una persona detenida, decidir si le otorgan (o no) la libertad. En lo que respecta a la carátula, como han señalado otros autores, la ley de drogas no establece criterios claros ni cantidades precisas para diferenciar entre los tipos delictuales (Corbelle, 2010, 2018), por lo que la calificación legal se determina por la cantidad de droga secuestrada y "demás circunstancias que rodean las actuaciones policiales". Algo importante, es que la carátula condiciona la libertad de los

imputados.[10]

Existen criterios diversos entre los magistrados, fiscales y empleados de los juzgados y fiscalías, para caratular las causas a partir de las interpretaciones que realizan de la lectura de las actas policiales conformadas durante los allanamientos. Como señalan Policarpo y Martins (2019) para el caso brasileño, donde también los jueces tienen un gran margen de discrecionalidad al momento de aplicar las normativas, existe una "sensibilidad" (Geertz, 2006) propia de cada uno de los jueces que operan la ley, que hace que la decisión personal sea tomada de antemano y luego justificada en términos jurídicos. Pero, ¿cuáles son estas interpretaciones? ¿Qué criterios operan al momento de caratular una causa por tenencia de cannabis con fines de comercialización? Estos interrogantes serán abordados a continuación.

En relación a lo que ocurre en la justicia provincial, respecto de la utilización de las figuras de "tenencia simple" y "para comercialización" para investigaciones que involucran plantas de cannabis. Uno de los operadores judiciales externos a la fiscalía, manifiesta que dicha maniobra responde a un intento de las fiscalías por retener los casos en su fuero, al interpretar que estas causas ya sea por su "mayor envergadura", es decir cultivo para producción de estupefacientes" o porque hay indicios de comercio "cultivo para comercialización" deberían derivarse a la *justicia federal*, o caratularse como "cultivo para consumo" para que permanezcan en el ámbito local.

No obstante, este no parece ser el criterio en todos los casos, ya que de acuerdo con los datos de la PROCUNAR, si tomamos las 33 causas tramitadas entre 2015 y 2019 en la *justicia federal* de Bahía Blanca con infracciones por "cultivo para comercializaciòn", en 23 (71%) de los casos había solo una o ninguna persona imputada, lo que difícilmente se condice con actividades de gran escala destinadas a la comercialización. Más aún, en el restante 26% de los casos no se dispone de datos, y únicamente en 1 causa (3%) hubo más de tres personas involucradas.

Asimismo, la Procuradora General de la Suprema Corte de la Justicia de Buenos Aires en 2006, propuso determinar circunstancias indicativas de que la tenencia está destinada a terceros. Que la persona se encuentre ofreciendo y/o entregando la/s sustancia/s y que posea fraccionada o tenga en su poder elementos para fraccionar, o bien dinero en billetes de baja denominación o registros que hagan referencia a operaciones de compra y venta de drogas. En igual sentido, el entrevistado de la fiscalía planteó que la cantidad por sí sóla, no resultaba un indicador de comercialización. Entre otros indicadores, se mencionó la existencia de ciertos

10 Respecto a cómo el tipo de carátula condiciona la libertad de los imputados, un abogado del ámbito local explicó que salvo la "tenencia para consumo" y el "cultivo para consumo", el resto de los delitos tienen penas mínimas y máximas que los transforman en no excarcelables.

elementos como balanzas de precisión o de cocina,[11] dinero en efectivo de baja denominación, armas, varios teléfonos celulares, elementos para fraccionamiento, envoltorios, pendrives y/o notebooks que contengan información; pero también, las "visitas breves de distintas personas ajenas al domicilio, en distintos horarios durante el día y/o la noche" que se entienden como "movimientos compatibles con la venta de estupefacientes".

Sin embargo, de acuerdo con la pareja del caso presentado, "las visitas breves de distintas personas ajenas al domicilio" son compatibles con las acciones que pueden desarrollar personas que realizan prácticas propias de UyCT/MC y también de "cultivadores solidarios",

> Y claro si venían a tocar puerta a cualquier hora, cualquier día, la gente desesperada. Nosotros lo que hacíamos era atender [...] entonces se presta a la confusión de la figura del narcotráfico [...] tienen un familiar en estado crítico, al borde de la muerte, que tienen niñes con problemas, o sea empezás a comprender en donde estas metido (Pareja de UyCT/MC, 2021).

En relación a la cantidad, un operador judicial de la fiscalía local explicó los parámetros que se siguen cuando se secuestran plantas y flores de marihuana,

> [...] no se seguía una causa penal al que tenía una cantidad compatible con consumo ¿cuál era la dificultad más grande que existía? Que tanto localmente como internacionalmente se habían previsto parámetros de alrededor de 40 gramos de marihuana, y esto es un criterio uniforme en toda la provincia de Buenos Aires, […] para poder determinar si es un consumo personal [...] (Operador judicial Fiscalía Estupefacientes, 2021).

Ahora bien, como refiere el fiscal estas cantidades generaban una "dificultad", debido a que, en causas por cultivo, donde se secuestraron plantas, semillas, cogollos y derivados, los pesajes son mucho mayores a los que resultan de detenciones en la vía pública (i.e. en situación de consumo, controles vehiculares, etc.), máxime en los casos de usuarios y cultivadores con fines terapéutico-medicinales. Ello así porque el cultivo de gran cantidad de plantas es habitual en estos casos dado que la producción de aceites y la necesidad de rotar entre cepas (por el "efecto de acostumbramiento") obliga a producir cantidades mucho mayores a las que requieren otros usos de la planta (Basalo, 2019, p. 215). Todo ello, contribuyó a que en los últimos años se produjera una modificación en los parámetros fijados para las cantidades,

> [...] muchas situaciones de plantas, pasaba lo que te comentaba: que se veía como una tenencia simple de estupefacientes, con el transcurrir del tiempo pasó a verse como una tenencia compatible con una tenencia para consumo personal...porque este

11 Las balanzas han sido mencionadas en publicaciones especializadas, talleres de elaboración de aceite y por algunos de los cultivadores entrevistados como unas de las herramientas indispensables al momento de la elaboración del aceite de cannabis.

> parámetro de 40 gramos era insuficiente, no respondía a esa la realidad...en ese sentido es que se amplió un poquito [...] (Operador Judicial Fiscalía Estupefacientes, 2021).

Ahora bien, retomando a Basalo (2019), una persona que realiza un uso diario de cannabis puede llegar a consumir hasta 5 gramos por día o incluso más. De modo que, si realiza una sola cosecha por año, necesitará cosechar y almacenar 1825 gramos de cogollos secos para proveerse de lo que va a consumir durante todo el año hasta la siguiente cosecha (Basalo, 2019, p. 215). Pero cuando se le preguntó al operador judicial de la fiscalía señaló cantidades bastante menores a las estimadas por Basalo. "Si vos pensás en un consumo individual, personal de dos porros por día todos los días de un año, 365 por 2, setecientos y pico, no llegarías a 800 gramos" (Operador judicial Fiscalía Estupefacientes, 2021). De esta suerte, los cultivadores que posean cantidades mayores se arriesgan a ser procesados en el ámbito local por "tenencia simple", "para comercialización", que la causa se remita al ámbito federal como "cultivo para comercialización" o "cultivo para producción de estupefacientes" como les sucedió a los UyCT/MC del caso planteado.

Más aún, como advierten Joaquin y Marcela la pareja de cultivadores allanados en 2019, el problema también se encuentra en la forma en que la policía realiza el pesaje del material secuestrado. El mismo resulta de importancia ya que partir de este procedimiento se conforma el acta de allanamiento donde, entre otras cuestiones, se hace referencia a las cantidades y la manera en que se encuentra distribuido,

> [...] pesaron todo, frasco, tapa, todo junto [...] me regalaron una fuente para hacer –porque imaginate no tenía ni plata para comprar una fuente para hacer el aceite – esa tipo vaporera de vidrio para hacer las verduras [...] y se llevaron esa vasija y la pesaron con el aceite y le pusieron 3000 gramos o sea 3 kilogramos de aceite [risas] (Pareja de UyCT/M, 2021).

Esta práctica no es sólo local, sino habitual en todo el país, como advierte Basalo (2019, p. 212)[12]. Así, si bien con el tiempo las cantidades se modificaron, en el periodo analizado existieron causas abiertas a cultivadores y usuarios con fines terapéutico-medicinales que dan cuenta del modo en que se interpretan los pesajes. Concretamente, entre los cultivadores entrevistados que habían enfrentado causas por cultivo, de un total de cuatro casos: el de Felipe quedó caratulado como "comercio de plantas o semillas"; la causa de Joaquín y Marcela como "cultivo para producción de estupefacientes". Estos dos casos se juzgaron en el ámbito federal;

12 ¨Es muy usual en las causas penales por cannabis en Argentina que, durante el allanamiento, las fuerzas policiales secuestre y pese, también, como si fuera una planta, la maceta y la tierra que la contienen. Así es como es muy común encontrarse en un expediente con resultados de allanamientos en los que el pesaje de una planta de 60 cm de altura arroja la llamativa cifra de 24 kilos".

mientras que, un tercero fue caratulado como "tenencia simple" y por último, un cuarto caso como "comercio de estupefacientes", ambos permanecieron en el sistema provincial a pesar de la existencia de plantas.

Sobre el devenir de las causas

El modo en que se tramitan las causas depende del tipo de delito del que se trate. Cuando la causa es caratulada como "tenencia para consumo", en general, en el ámbito local, se procede al "archivo". Los especialistas consultados manifestaron que la decisión de "archivar" una causa está relacionada con la intención de no ejecutar la pena, más específicamente, porque no se considera existencia de delito, a partir del fallo Arriola[13] de 2009 que declara la inconstitucionalidad de este artículo. Esto no implica que no exista un castigo y un disciplinamiento entendidos en términos foucaultianos (Foucault, 2008), situación que se materializa en la intervención de las fuerzas policiales y continúa en el ámbito judicial a partir de la generación y tramitación de la causa. De hecho, como se pudo constatar, a partir del análisis de causas tramitadas en Bahía Blanca entre 2015 y 2019, entre las causas "archivadas", las que más abundan son las de "tenencia para consumo personal" que constituyen el 87 % del total de causas en archivo. Es decir, que 403 de un total de 462 causas que se resolvieron en "archivo", corresponden al delito de "tenencia para consumo".

En lo que respecta a la "tenencia simple" muchos operadores judiciales la definen como una "categoría residual", es decir, que se aplica cuando no se puede determinar que la tenencia es para consumo y tampoco existe comercio o tiene fines de comercialización. No obstante, existen otras interpretaciones respecto al lugar que ocupa esta figura. Entre los especialistas señalan que su carácter ambiguo la convierte en una "zona de indeterminación", al no definir claramente la finalidad de la tenencia –esto es, ni consumo ni venta–, dando lugar a ese juego "[...] en el cual mientras que el Estado busca probar el comercio, el usuario intenta demostrar que se trata de "tenencia para consumo" (Corbelle, 2018, p. 130-131).

Si las personas acusadas logran demostrar que la tenencia o el cultivo es destinado al propio consumo, entonces probablemente consigan un "archivo" ya que la jurisprudencia extiende los alcances del fallo Arriola pensado para la "tenencia para consumo", también a las conductas asociadas al cultivo. Pero, puede suceder que continúen caratuladas como "tenencia simple", o bien, pasen a ser caratuladas como "tenencia para comercialización". En cualquiera

13 El fallo Arriola es un caso donde la Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina en 2009 declaró inconstitucional la penalización de la tenencia de marihuana para consumo personal, siempre que no afecte a terceros. Entre algunas cuestiones importantes, la sentencia estableció un principio general: la ley de estupefacientes resulta inconstitucional en lo referente al consumo personal en el ámbito privado, debido a la vulneración del derecho a la privacidad y la autonomía personal prevista en el artículo 19 de la Constitución Nacional.

de estos casos, el devenir está condicionado por las pruebas adicionales que se presenten durante el proceso desde la fiscalía y la defensa, así como por la discrecionalidad del juez. Nos referimos, tanto a las pruebas e indicios de consumo que presenta la defensoría que hace planteos respecto a las cantidades y pesajes (distinguiendo entre tener estupefacientes y cultivar plantas) con el objetivo de lograr "bajar" el caso a una "tenencia para consumo"; así como a las pruebas e indicios que presenta la fiscalía sea de "movimientos compatibles con la comercialización de estupefacientes" o sea la presencia de elementos como balanzas, varios teléfonos celulares, armas, etc. Pero, sobre todo, nos referimos a las construcciones morales que se realizan sobre los imputados en base a su situación social y económica, grado de integración social, entre otras cuestiones personales y sociales, y que tienen injerencia en el modo en que se caratulan las causas y se juzga a las personas acusadas (Renoldi, 2005; Corbelle, 2018).

Como se vio en el caso, se logró que se desistiera de la acusación debido a la movilización social y al status de las personas involucradas que dieron lugar a la transformación moral de los acusados. En otros casos, como el de Luciana y Felipe, entrevistados durante el trabajo de campo, no hubo respaldo de la agrupación a la que ella pertenecía ni se generó una movilización importante en torno a la causa, esa transformación moral no tuvo lugar y la suerte fue otra, sus causas fueron caratuladas como comercialización de estupefacientes y cultivo para comercialización, respectivamente. Ambos no sólo estuvieron presos varios años, sino que terminaron firmando un juicio abreviado.

Si bien los datos a continuación exceden al universo de causas de Bahía ya que pertenecen al total de la provincia de Buenos Aires, la mayor parte de las IPP iniciadas finalizan en "archivo" por prueba insuficiente, aunque existen algunas variaciones de acuerdo al tipo de delito. Así, las causas por "tenencia simple" y las comprendidas en la categoría "otros delitos" son las que con mayor frecuencia son elevadas a juicio, en un 55 y 18,97%, respectivamente; aunque en términos absolutos la mayor cantidad de causas elevadas a juicio sea por comercialización de estupefacientes.

Estos datos se condicen con las características de las personas presas en el departamento judicial de Bahía Blanca en donde de un total de 187 personas privadas de su libertad: 174 lo están por delitos asociados a la "comercialización", 8 por "tenencia simple" y 5 por infracción a alguno de los delitos comprendido en la categoría "otros".

¿Los usuarios y cultivadores terapéutico-medicinales son criminalizados?

Cuando se le consultó al operador de la fiscalía, respecto a la cantidad de usuarios y cultivadores con fines terapéutico-medicinales que integraría el universo de causas por estupefacientes en el ámbito bahiense para el período analizado expresó,

> En la historia de nuestra fiscalía son muy raras las causas dónde se ha invocado presunto o eventual destino de cannabis medicinal en el marco de todos estos años. Yo no recuerdo haber visto más de 3 causas, en donde esta situación generase algún tipo de duda o planteo, estamos hablando con un ingreso de 1800 causas al año, tres causas no son significativamente relevantes desde el punto de vista estadístico [...] (Operador judicial Fiscalía Estupefacientes, 2021).

No obstante, como ya señalamos, al menos cuatro usuarios y cultivadores con fines terapéutico-medicinales entrevistados tuvieron causas abiertas en el período analizado. Pero tal vez, aún más relevante que la cantidad de casos es que, en lo que respecta al accionar de las policías y fuerzas de seguridad como así también en el desempeño de los operadores judiciales, la normativa que prima al momento de orientar las prácticas es la ley penal. Así lo explicaba un operador judicial entrevistado,

> [...] por más que vos conozcas las propiedades medicinales hace años, hoy tenés un régimen que aún es informal [...] entonces lamentablemente las conductas iniciales van a ser catalogadas por la ley de drogas, la ley penal, y después vas a tener una respuesta favorable utilizando la ley de cannabis medicinal [...] (Operador judicial Fiscalía Estupefacientes, 2021).[14]

Y, efectivamente, esta es la lógica que, pudimos ver, impera en las causas que han tenido por objeto a usuarios y cultivadores con fines terapéutico-medicinales en Bahía Blanca, es decir que por más que existan pruebas de su uso terapéutico y medicinal, las personas detenidas por uso y/o cultivo de marihuana van a afrontar una causa y su consecuente proceso judicial, con la posibilidad de llegar a una resolución a su favor si los mismos pueden movilizar una serie de recursos que permita esa transformación moral por parte de quienes juzgan. Es decir, que terminen realizando una "evaluación moral" favorable de aquellas personas que fueron detenidas por uso y/o cultivo de marihuana por razones de salud.

A MODO DE SÍNTESIS

Pese a que existe un avance desde lo institucional y mayor legitimación desde lo social

14 El operador judicial entrevistado habla de informalidad porque aún no se encontraba implementado el registro que habilita al cultivo para personas que hacen uso de la planta con autorización del Ministerio de Salud. A los pocos días de realizada esta entrevista, el 12 marzo de 2021 se formaliza el REPROCANN. Que habilita tener hasta nueve plantas en floración y transportar hasta 40 gramos de flores y 6 frascos de 30 ml de aceite de cannabis– así y todo usuarios registrados han sido blanco de detenciones y allanamientos (Corbelle, 2021). Como advertimos en la Introducción, esta publicación se basa en la investigación desarrollada entre (2015-2019), por lo que tiene como marco legal la reglamentación de 2017.

de los usos terapéutico-medicinales de la planta, la persecución y criminalización a usuarios y cultivadores de marihuana continuó en el período estudiado (2015-2019) en el ámbito bahiense. Esta situación no escapa a la realidad provincial y nacional donde, como se reconoce en publicaciones especializadas, se produce un incremento en la persecución a usuarios de estupefacientes en general y a cultivadores de cannabis en particular (Ruchansky, 2020; Corbelle, 2021). Asimismo, a partir de las entrevistas realizadas y el análisis de las causas de archivo, se pudo observar el amplio margen de discrecionalidad que otorga la "ley de drogas" a fiscales y jueces al momento de caratular las causas ya que, como hemos visto, la normativa no hace referencia a cantidades, dando lugar a decisiones arbitrarias. Es más, el análisis efectuado en esta publicación, centrado en las prácticas de los operadores judiciales de Bahía Blanca, sobre todo de la justicia provincial, coincide con diversas investigaciones realizadas en otros territorios y periodos, donde se concluye que el principal blanco del accionar policial y judicial continúan siendo los usuarios y vendedores de pequeñas cantidades de sustancias ilegales, a quienes se han sumado en los últimos años, los cultivadores de cannabis (Corbelle, 2021; PROCUNAR, 2014,. Abonan esta idea los datos estadísticos provinciales donde la categoría que contiene a las causas por cultivo para consumo se incrementa un 1900% en 2019 respecto del año 2015. Además de los datos federales, que también exhiben una tendencia claramente ascendente en la cantidad de causas por cultivo, con un incremento máximo del 650% en 2018 respecto del año 2015. A su vez, a partir de lo manifestado por fiscalía local, se confirma que las prácticas de las fuerzas de seguridad y operadores judiciales, no se vieron modificadas en forma significativa; por lo que la respuesta del Estado continúa siendo penal, por más que no haya afectación a terceros, a pesar del reconocimiento medicinal/terapéutico de la planta a través de la legislación del año 2017 y su mayor legitimidad social respecto de su uso con dichos fines. A partir de los casos presentados, se pudo constatar que las causas a UyCT/MC han tenido resultados favorables en los casos de repercusión, donde los mismos han podido movilizar recursos que permitan su transformación moral. Mientras que los casos ordinarios, presentaron resultados adversos para los imputados. En última instancia, unos y otros estuvieron determinados por la evaluación moral que realizaron los magistrados de las vidas de las personas que fueron procesadas por usar y/o cultivar marihuana por cuestiones de salud.

REFERENCIAS

1. ABRAMS, Donald; GUZMAN, Manuel. Cannabis in cancer care. **Clin. Pharmacol. Ther.**, v. 97, p. 575-586, 2015. Disponible en: https://flowermed.com.br/wp-content/uploads/2023/01/Cannabis-in-Cancer-Care-1.pdf. Acceso en: 15 abr. 2021.

2. ARGENTINA. **Ley nº 23.737.** Código Penal. Argentina: Ministerio de Justicia de la Nácion. 1989. Disponible en: http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/138/texact.htm. Acceso en: 10 ene. 2021.

3. ASO, Ester; FERRER, Isidro. CB2 Cannabinoid Receptor As Potential Target against Alzheimer's Disease. **Frontiers in neuroscience**, [*s. l.*], v. 10, 2016. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27303261/. Acceso en: 5 mar. 2021.

4. BASALO, Sebastian. Las pericias en causas por tenencia de Cannabis. *In*: ALTMAN, Juan Manuel Suppa. **Cannabis medicinal, una cuestión de derechos**. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2019. p. 207-217.

5. BASALO Gabriela; OSLER Luis. Cannabis medicinal y derechos humanos. El nuevo paradigma defensista. *In*: ALTMAN, Juan Manuel Suppa. **Cannabis medicinal, una cuestión de derechos.** Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2019. p. 193-206.

6. BEWLEY-TAYLOR, David; JELSMA Martin. Cincuenta años de la Convención Única de 1961 sobre Estupefacientes: una relectura crítica. **Transnational institute**, Amsterdam, n. 12, 2011. Disponible en: https://www.tni.org/files/download/dlr12s.pdf. Acceso en: 12 ene. 2021.

7. CORBELLE, Florencia. **La construcción del consumidor de drogas en el proceso judicial.** 2010. Tesis (Licenciatura en Ciencias Antropológicas) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2010.

8. CORBELLE, Florencia. **La ley de Drogas en números.** Sobre la pretendida lucha contra el narcotráfico. Buenos Aires: [*s. n.*], 2021.

9. CORBELLE, Florencia. **El activismo político de los usuarios de drogas**. Buenos Aires: Teseo Press, 2018.

10. CORDA, Alejandro. **La estrategia fallida.** Encarcelamientos por delitos relacionados con estupefa-cientes en la Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Intercambios Aso-ciación Civil : Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales, 2016

11. CORDA, Alejandro. La actual ley de estupefacientes y su aplicación en torno al cannabis. *In*: ALTMAN, Juan Manuel Suppa. **Cannabis medicinal**: una cuestión de derechos. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2019. p. 167-178.

12. CRIPPA José; ZUARDI Antonio; HALLAK, Jaime. Therapeutical use of the cannabinoids in psychiatry. **Rev Bras Psiquiatria**, [*s. l.*], v. 32, n. I, S56–S66, 2010. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20512271/. Acceso en: 12 abr. 2021.

13. EILBAUM, Lucia; MEDEIROS, Flavia. Entre rotinas, temporalidades e moralidades: A construção de processos de repercussão em dois casos etnográficos. *In:* KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia (ed.). **Casos de repercussão**: Perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades. Rio de Janeiro:

Consequência Editora, 2017. p. 23-56.

14. EAGLESTON Lauren; KALANI, Kuseh Kalani Yazd; PATEL Ravi, FLATEN Hania, DUNNICK Cori, DELLAVALLE Robert. Cannabinoids in dermatology: a scoping review. **Dermatol Online Journal**, [*s. l.*], v. 24, n. 6, 2018. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30142706/. Acceso en: 6 jun. 2021.

15. FLORES, Emiliano. Cannabis y Sociedad. **Resultados de la 1ra Encuesta Nacional de personas que usan Cannabis**. 2021. Disponible en: https://cenital.com/los-usos-del-cannabis-hay-mercado-porque-hay-consumidores/. Acceso en: 22 ene 2026.

16. FOUCAULT, Michel. **Vigilar y castigar**. Nacimiento de la prisión. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

17. GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. *In*: GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 249-356.

18. HERGERT, Danielle; BENTA-ROBERTSON, Cidney; SICARD, Veronik; SCHWOTZER, Daniela; HUTCHISON, Kent; COVEY, Davin; SADEK, Joseph; MADONALD, Jacob; MAYER, Andrew. Use of medical cannabis to treat traumatic brain injury. **Journal of neurotrauma**, [*s. l.*], v. 38, n. 14, p. 1904-1917, 2021. Disponible en: https://doi.org/10.1089/neu.2020.7148. Acceso en: 25 ene. 2026.

19. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Censo de hogares y población argentina**. Buenos Aires: INDEC, 2010. Disponible en: https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135. Acceso en: 12 ene. 2025.

20. KLAPPENBACH, German. **Cannabis medicinal en Bahía Blanca**. De usuarios terapéuticos y cultivadores solidarios, estrategias para acceder a la medicina prohibida. 2023. Tesis (Maestria en Sociologia) – Departamento de Economía, Universidad Nacional del Sur,Buenos Aires, 2023.

21. LIGRESTI, Alessia; DE PETROCELLIS, Luciano; DI MARZO, Vincenzo. From Phytocannabinoids to Cannabinoid Receptors and Endocannabinoids: Pleiotropic Physiological and Pathological Roles Through Complex Pharmacology. **Physiological reviews**, [*s. l.*], v. 96, n. 4, p. 1593–1659, 2016. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27630175/ Acceso en: 5 mar. 2021.

22. MINISTERIO PÚBLICO FISCAL DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (MPBA). **Memorias desfederalización de estupefacientes (2011-2019)**. Buenos Aires: MPBA, 2019. Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2020/11/desfederalizacion_en_materia_de_estupefacientes_2019.pdf. Acceso en: 5 mar. 2021.

23. NAFTALI, Timna; LEV, Lihi; YABLECOVITCH, Doron; HALF, Elisabeth; KONIKOFF, Fred. Treatment of Crohn's disease with cannabis: an observational study. **The Israel Medical Association journal**, [*s. l.*], v. 13, n. 8, p. 455–458, 2011. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21910367/. Acceso en: 12 mar. 2021.

24. POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. “Dignidade”, “doença” e “remédio”: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 47, p. 143-166, 2019. Disponible en: . https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42013. Acceso en: 13 mayo 2025.

25. PROCURADURÍA DE NARCOCRIMINALIDAD (PROCUNAR). Informe estadístico sobre narcocriminalidad. Sobre la distribución de causas iniciadas por estupefacientes, población y empleados en el Ministerio Público Fiscal. Argentina: Ministerio Público Fiscal, 2014.

26. PROCURADURÍA DE NARCOCRIMINALIDAD (PROCUNAR). **Plataforma Interactiva de Información Estadística**, Argentina, 5 feb. 2021. Disponible en: https://pes.mpf.gov.ar. Acceso en: 12 mar. 2021.

27. RENOLDI, Brígida. Estar sano es ser persona: el caso de los usuarios de drogas en tratamiento. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 13, p. 183-203, 2001.

28. RENOLDI, Brígida. **“Somos los que encarnamos la sociedad”**: Jueces federales y narcotráfico en la frontera Argentina Paraguay Intersecciones en Antropología, núm. 6, enero-diciembre, 2005, pp. 167-186 Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina.

29. RUSSO, Ethan. Cannabis and epilepsy: An ancient treatment returns to the fore. **Epilepsy & behavior**, [*s. l.*], v. 70 p. 292–297, 2017. Disponible en: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27989385/. Acceso en: 10 mar. 2021.

30. RUCHANSKY, Emilio. Conocé a Wernard Bruining, el creador de los coffee shops holandeses. **THC, Cultura Cannabica**, 6 feb. 2020. Disponible en: https://revistathc.com/2020/02/16/entrevistamos-al-creador-de-los-coffee-shops-holandeses/. Acceso en: 12. mar. 2022.

31. SISTEMA NACIONAL DE ESTADÍSTICAS SOBRE EJECUCIÓN DE LA PENA (SNEEP). **Informe anual**.Buenos Aires SNEEP, ANO 2015, 2016, 2017, 2018, 2019. Disponible en: https://www.saij.gob.ar/estadisticas-ejecucion-de-la-pena. Acceso en: 12 mar. 2021.

32. TISCORNIA, Sofía. Entre el honor y los parientes. Los edictos policiales y los fallos de la Corte Suprema de Justicia. El caso de “Las Damas de la calle Florida”. *In*: TISCORNIA, Sofia (comp.). **Burocracias y violencia**. Ensayos sobre Antropología Jurídica. Buenos Aires: Antropofagia, 2004. p. 13-62.

33. HISTORIA DE LA PROHIBICIÓN. Dirección de Martín Rieznik y Juan Manuel Suppa Altman. Producción de Daniel Gilman Calderón Argentina: [*s. n.*], 2020. Disponible en: https://cinemateca.org.uy/peliculas/1004. Acceso en: 12 ene. 2021.

German Klappenbach
Docente y investigador en el Departamento de Economía de la Universidad Nacional del Sur. Doctorando en Ciencias Sociales en la Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0726-1017. E-mail: german.klappenbach@uns.edu.ar

ARTIGOS

Riscos e vulnerabilidades nas margens do Rio São Francisco: etnografia, escrita e marginalidade[1]

Risks and vulnerability at the banks of the São Francisco River: ethnography, writing and marginility

João Victtor Gomes Varjão
Universidade do Estado da Bahia, Eunápolis, Bahia, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas de risco e vulnerabilidade nas práticas de pegação à margem do Rio São Francisco, em Juazeiro da Bahia, a partir de uma abordagem etnográfica que se desenvolveu ao longo de um trabalho de campo contínuo. A pesquisa observa como o desejo, a precariedade e a racialidade atravessam os encontros sexuais nesse território, onde anonimato e clandestinidade operam tanto como proteção quanto como ameaça, compondo um cenário em que os sujeitos negociam constantemente sua presença e seus limites. A partir da experiência etnográfica, construída por meio de observação participante prolongada, circulação cotidiana pelas trilhas e conversas situadas com frequentadores, o estudo explora a ambivalência entre prazer e medo, desejo e exclusão, destacando como as interações são mediadas por códigos tácitos de reconhecimento que orientam aproximações, recusas e formas de manejo do risco. Frequentadores negociam sua presença e interações por meio de gestos e movimentações discretas, ajustados às condições materiais do espaço — iluminação, fluxo de pessoas, presença policial — e às próprias vulnerabilidades que atravessam seus corpos e trajetórias. Esses modos de interação revelam não apenas estratégias de proteção, mas também dinâmicas específicas de constituição do desejo, no qual a penumbra e a incerteza intensificam a experiência erótica. O artigo contribui para uma reflexão sobre sexualidade, territorialidade e vulnerabilidade ao evidenciar como práticas dissidentes se estruturam em contextos marcados por desigualdades raciais e socioeconômicas, ampliando a compreensão das experiências marginais e seus desafios metodológicos, éticos e teóricos na produção antropológica.

Palavras-chave: Sexualidade, Vulnerabilidade, Etnografia, Trabalho de campo.

1 Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), sob orientação do professor doutor Júlio Assis Simões.

Recebido em 15 de agosto de 2024.
Avaliador A: 10 de outubro de 2024.
Avaliador B: 22 de outubro de 2024.
Aceito em 21 de março de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of risk and vulnerability within cruising practices along the banks of the São Francisco River, in Juazeiro, Bahia, drawing on an ethnographic approach developed over continuous and long-term fieldwork. The research examines how desire, precarity, and racialization shape sexual encounters in this territory, where anonymity and clandestinity operate both as protection and as threat, producing a scenario in which subjects constantly negotiate their presence and their limits. Based on ethnographic experience—built through prolonged participant observation, daily circulation along the trails, and situated conversations with frequenters—the study explores the ambivalence between pleasure and fear, desire and exclusion, highlighting how interactions are mediated by tacit codes of recognition that guide approaches, refusals, and strategies for managing risk. Frequenters negotiate their presence and interactions through discrete gestures and subtle bodily movements, adjusted to the material conditions of the space—lighting, flow of people, presence of police—and to the vulnerabilities inscribed in their bodies and trajectories. These modes of interaction reveal not only protective strategies but also specific dynamics in the constitution of desire, in which dimness and uncertainty intensify erotic experience. The article contributes to reflections on sexuality, territoriality, and vulnerability by showing how dissident practices are structured in contexts marked by racial and socioeconomic inequalities, thus expanding the understanding of marginal experiences and their methodological, ethical, and theoretical challenges within anthropological production.

Keywords: Sexuality, Vulnerability, Ethnography, Fieldwork.

OS EMARANHAMENTOS DAS MARGENS

Neste artigo, debruço-me sobre a maneira pela qual narrativas sobre perigo e risco, muitas vezes centradas em corpos racialmente marcados, foram constantemente questionadas e refletidas ao longo de um trabalho de campo, tornando-se centrais para a construção do meu problema de pesquisa. Nesse sentido, este artigo objetiva compreender as dinâmicas de risco e vulnerabilidade em contextos de pegação nas margens do Rio São Francisco, analisando as experiências vividas no processo intersubjetivo entre etnógrafo e interlocutores. O artigo contribui para uma compreensão mais profunda das interseções entre posição social, experiências de risco no campo e a produção de conhecimento antropológico, abrindo espaço para reflexões sobre vulnerabilidade, risco e o impacto dessas experiências na prática etnográfica.

Meu trabalho de campo começou de maneira precária, durante a pandemia de Covid-19, em 2021. Nos primeiros meses da pandemia, segui rigorosamente as regras de afastamento

social, limitando-me a receber compras via aplicativos de entrega e passar horas em frente aos aparelhos eletrônicos, que eram os únicos companheiros naquele momento. A partir de abril de 2021, no entanto, decidi voltar a andar de bicicleta. Ainda que não houvesse vacinas para todos, naquele momento, tomei o risco de me aventurar pelas ruas da cidade, portando máscaras no rosto e um frasquinho de álcool em gel no bolso. Nessas idas e vindas, eu optava por percorrer vias com poucos transeuntes, geralmente, indo a estradas mais afastadas de Juazeiro da Bahia, cidade onde eu estava residindo. Nesse intermédio, ao longo dos meses, e quando tomei a primeira dose da vacina, tive vontade de começar a andar pela orla da cidade, à beira do Rio São Francisco, onde existe uma pequena ciclovia beira-rio, com cerca de três quilômetros de tamanho.

Ao entardecer, cotidianamente, andava por esse caminho em minha bicicleta. A cidade começou a tomar novas formas, novos espaços. Os fluxos constantes, os transeuntes, os bares, as barquinhas, os pedestres: a beira do rio tinha uma sociabilidade própria envolvendo questões de tempo, dinheiro, lazer e trabalho. À medida que ia me acostumando com a beira do rio, começava a notar práticas que fugiam do habitual — os estranhamentos começavam a surgir na paisagem que se familiariza. À princípio, ocorria-me perceber a quantidade de territórios escuros que havia ao longo da ciclovia, com arbustos, árvores e trilhas escuras, cuja curiosidade ia gradativamente tomando forma em mim. Eu notava pessoas transitando entre as luzes do poste e essas trilhas, sorrateiros, desconfiados, sombra adentro. Considerei que eram usuários de drogas ou mesmo traficantes, agindo nos espaços às margens da cidade. A curiosidade foi tomando forma concreta quando vi um conhecido adentrar em um dos espaços, o mais afastado da orla da cidade, cuja escuridão era predominante e o fluxo era bem contido. Na euforia de o ver entrar, desci da bicicleta, disfarçadamente, em um movimento que viria a descobrir ser comum na maioria das pessoas que ali passavam: observando a vista ou pretendendo urinar em um lugar mais afastado, à espreita, fingindo não saber o que estava acontecendo — "dando uma de doido" como costumavam dizer, quando um homem entrava e ficava rodeando o espaço, fingindo que não sabia de que se tratava. Observei sua figura sumir, por entre as árvores, misturando-se com a sombra. Com o corpo fervendo, tomei impulso, segui atrás, bicicleta em mãos: entrei no escuro.

Fiquei um tempo parado, sob as árvores, tentando encontrar a figura conhecida perdida nas sombras. No escuro, a dificuldade de visualizar formas não permitia encontrá-lo, nem compreender o que acontecia no espaço. Foi preciso alguns minutos para minha vista se acostumar com o escuro, dar forma às sombras e perceber as silhuetas que se formavam na paisagem noturna. A trilha escura era, na verdade, um espaço considerável à beira do Rio, bastante arborizado e com alguns troncos caídos, semelhante a um parque aberto. Notei que próximo a mim, a cinco metros de distância, havia cinco ou seis pessoas, paradas, observando-

me. Elas estavam bastante próximas e não conversavam. Não demorei a reconhecer a figura do meu conhecido, encostado em um dos troncos caídos, junto a outro homem, acariciando suas partes íntimas e olhando diretamente para mim. Excitado, envergonhado e em frisson, saí do local imediatamente, arrastando a bicicleta e retornando à parte mais iluminada da orla.

O encontro inesperado na trilha escura transformou-se em uma série de incursões exploratórias, cada uma mais intrincada que a anterior. Na segunda visita, nos dias subsequentes, a tensão e o medo permaneceram, intensificados pelas sombras que obscureciam minha visão e confundiam meus sentidos. Ao adentrar o espaço, dessa vez, uma necessidade de compreensão emergiu. Os caminhos pelo espaço revelaram-se complexos, oferecendo múltiplas possibilidades e potenciais encontros. O tronco próximo à entrada, antes apenas um ponto de referência, agora era parte de uma geografia erótica, na qual interações se desenrolavam. Esse tronco era um local mais visível do espaço. Ele era o ponto de partida para os encontros, mas não o palco principal das interações íntimas, as tais "pegações" como eles denominavam, que migravam para locais mais resguardados quando a presença de observadores aumentava.

Aquele encontro inesperado na trilha escura da orla do Rio São Francisco despertou em mim uma série de reflexões e questionamentos sobre as complexidades que surgiram naquele breve instante. Afinal, o que se desenrolava naquele espaço afastado e sombrio à beira do rio? O frisson da descoberta misturava-se à curiosidade, desafiando minhas concepções prévias sobre os limites da minha cidade e de sua vida noturna e erótica. As trilhas escuras, antes meros corredores sombrios, agora ganhavam significados múltiplos: eram refúgios secretos, palco de encontros furtivos, uma margem que coexistia com a luminosidade aparente da cidade, sua orla. Na medida em que explorava mais, observei diferentes grupos de pessoas compartilhando experiências íntimas, como se a escuridão propiciasse uma espécie de anonimato que, se não liberava suas vontades, permitia que uma vazão do desejo fosse vivida, tal qual o rio que corria, frenético, nas margens.

Em uma dessas idas à beira do rio, ainda compreendendo a dinâmica que ali acontecia, conheci Ricardo[2]. Ele era um jovem de dezoito anos, pele bastante queimada de sol. Ao contrário dos outros frequentadores, ele vivia caminhando, abordando um e outro de maneira mais insistente. A primeira vez que ele se aproximou de mim, disse-me: "Me arranja dois reais aí?". Eu respondi que não tinha dinheiro e ele seguiu conversando com outras pessoas. Eu notava que ele não só pedia dinheiro. Quando a pessoa lhe dava algum trocado, ele guardava o dinheiro, "apertava a 'mala'"[3] e perguntava: "Arranja quanto para gente curtir?". As pessoas geralmente

2 Os nomes dos interlocutores mencionados são fictícios, prezando pela privacidade dos colaboradores.

3 "Apertar a 'mala'" é uma expressão referente a pessoas que acariciam suas partes íntimas, embora estejam vestidas, se tornam volumosas, formando uma "mala". No meu contexto etnográfico, em geral, indica interesse erótico, tornando-se uma das formas mais diretas de aproximação.

recusavam sua oferta, de modo que a quantidade de homens que aceitava era bem inferior. Na maioria das vezes, eles aceitavam quando estavam sozinhos, sem que outros frequentadores soubessem, à sombra. Similar a Ricardo, comecei a notar uma considerável presença de rapazes, bastante semelhantes a ele, em questão de raça, classe social, em sua maioria, pedindo algum dinheiro em troca de uma "curtição". Mais do que encontros isolados, a presença desses rapazes parecia constituir uma sociabilidade particular do território, cujo desejo, sexualidade e marginalidade pareciam entrelaçar-se em um "emaranhado ambíguo" (Williams, 2013).

Recorro ao conceito de Erica Lorraine Williams (2013) para refletir sobre essas experiências e suas interações no território mencionado. Em seu contexto etnográfico, a autora emprega o conceito para capturar a complexidade e a diversidade das conexões e relacionamentos que se formam na chamada "fronteira etnossexual". O termo "ambíguo" destaca a natureza incerta e multifacetada dessas interações. Sua complexidade reside na dificuldade de decifrar as motivações, desejos e intenções das pessoas envolvidas nessas interações. Essa ambiguidade torna-se mais evidente quando esses relacionamentos transpassam fronteiras de idade, raça, classe e território, abrangendo uma ampla gama de contextos culturais. No contexto etnográfico da beira do Rio São Francisco, é perceptível que determinados marcadores se entrelaçam nas experiências, muitas vezes contraditórias e ambíguas. O conceito é uma maneira sintetizada de refletir sobre a maneira pela qual os marcadores sociais da diferença, ao contrário de estarem separados, constrangem-se e emaranham-se de maneira relacional (Simões; França; Macedo., 2010).

Minha participação no campo ocorreu de forma imersiva entre observação e diálogo. Nos momentos de pegação, a posição do pesquisador é ambígua: sua presença pode ser interpretada como a de um participante, um curioso ou um estranho. Essa ambiguidade foi administrada com base em uma escuta atenta e em interações graduais, nas quais o diálogo emergia de maneira orgânica. Embora o anonimato e o silêncio sejam aspectos valorizados nesses espaços, a conversa ainda se fazia presente, sobretudo em momentos de espera, deslocamento ou após os encontros sexuais. Muitos interlocutores compartilhavam experiências e percepções sobre o território, os riscos e os desejos que os levavam à margem, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do espaço. Quanto à frequência e à duração do trabalho de campo, as incursões foram realizadas ao longo de quatro anos, com visitas semanais que variavam em duração conforme as dinâmicas observadas. Geralmente, permanecia na margem entre cinco horas diárias, dependendo do fluxo de pessoas e da intensidade das interações. Os horários de presença também foram variados, contemplando momentos de maior e menor movimentação, a fim de captar diferentes facetas das práticas e dos percursos desejantes.

AS PEGAÇÕES À MARGEM DO RIO SÃO FRANCISCO

A princípio, é necessário refletir sobre o contexto urbano em que o trabalho está inserido, bem como realizar um preâmbulo sobre as pegações à margem do Rio São Francisco. A cidade em que esta pesquisa está localizada é Juazeiro da Bahia, situada ao norte do estado, com uma população estimada em mais de 200 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em sua maioria composta por pessoas pretas e pardas. Juazeiro compartilha uma proximidade geográfica significativa com Petrolina, de Pernambuco, que tem uma população superior a 380 mil residentes (IBGE, 2022). Essas duas cidades não podem ser analisadas de forma isolada, uma vez que integram o polo do Vale do São Francisco, estando intrinsecamente interligadas em diversos aspectos, desde a composição demográfica até às atividades comerciais. Ressalta-se a importância de considerar a interdependência entre Juazeiro e Petrolina, uma vez que essa sociabilidade sexual beira-rio, observada na região, é experimentada tanto pelos habitantes de Juazeiro quanto pelos de Petrolina, além dos turistas que ocasionalmente exploram o espaço.

Essas cidades são tomadas, neste trabalho, como *cidades do interior* ou, pelo menos, como cidades que compartilham uma *interioridade* (Gontijo; Erick, 2015), alinhando-se à vasta produção amazônica sobre diversidade e território (Azevedo, 2021; Domingues, 2019; Gontijo, 2024; Gontijo; Domingues; Erick, 2016; Gontijo; Erick, 2020). Segundo Gontijo e Erick, a interioridade pode ser definida de maneira relativa como "um espaço-tempo que transita entre ruralidade e urbanidade, confundido pela dinâmica da etnicidade" em contextos diversos (Gontijo; Erick, 2015, p. 31). Como foi mencionado por muitos interlocutores, a escolha de frequentar as margens, com o objetivo de aventuras sexuais, muito se dá pela limitação de espaços voltados inteiramente para sociabilidade homossexual e erótica, como saunas, cines pornô e outros lugares. No entanto, é também importante afirmar que esse não é o único motivo pelo qual as margens são escolhidas, havendo também questões de disponibilidade, preferências e vontades particulares dos frequentadores em questão.

Ao longo das margens do Rio São Francisco, do lado de Juazeiro, existe uma presença significativa de estabelecimentos comerciais locais adjacentes, sobretudo bares e restaurantes, que estão intrinsecamente ligados às experiências ribeirinhas. Esses locais são caracterizados pelo consumo de bebidas alcoólicas e de uma alimentação predominantemente baseada em peixes. A cena à beira do Rio São Francisco é delineada por um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas, cuja composição varia conforme as condições climáticas e os dias da semana, alcançando sua expressividade máxima nos fins de semana. Essas pessoas ocupam cadeiras e mesas de plástico, características de bares populares, ostentando as marcas de

cerveja. Ao mesmo tempo, caixas de som dispersam amplamente músicas na atmosfera, proporcionando uma experiência sensorial particular. A sociabilidade desses espaços está diretamente relacionada ao usufruto do Rio São Francisco, de modo que há uma presença mais considerável de frequentadores no período diurno, especialmente quando o tempo está mais ensolarado. As pegações podem acontecer durante o dia, mas ocorrem de maneira esparsa e reduzida, intensificando-se ao crepúsculo vespertino e no período noturno, cuja iluminação é reduzida; sendo o escuro um dos atributos mais mencionados pelos frequentadores.

Nas minhas observações, destaquei a presença predominante de pessoas negras nesses espaços, em sua maioria homens e mulheres cisgêneros, de diferentes estratos socioeconômicos baixos, embora haja também a presença de outras pessoas. Notavelmente, mesmo estando na orla da cidade, uma área em que a presença de estabelecimentos de consumo mais elitizados é marcante, essa população encontra formas de lidar com questões relacionadas ao dinheiro, consumo e vivência do lazer. Essa dinâmica evidencia a capacidade dos frequentadores de criar e desfrutar de espaços de lazer à sua própria maneira, em contraste com a dinâmica mais elitizada e dispendiosa que pode ocorrer nas imediações. É relevante mencionar, ainda, que esse consumo também envolve outras substâncias psicoativas, embora seja de maneira mais contida e localizada, sobretudo substâncias como cocaína, maconha e crack. Essas substâncias, muitas vezes, desempenham um papel relevante nas práticas sexuais. Explico: muitas das pessoas envolvidas nessas interações sexuais já estão presentes no ambiente, participando do consumo e observando a movimentação. Apesar da presença de pessoas que não estavam inicialmente no local, os consumidores geralmente prolongam suas atividades nas trilhas ao longo da beira do Rio. Isso ocorre especialmente quando buscam recursos financeiros para adquirir mais bebidas ou substâncias. Em geral, são homens que prestam esses serviços sexuais.

A pegação é um termo comum para o público frequentador e muito usado para expressar as formas de intimidade e as práticas sexuais vivenciadas no território. A pegação nas margens do Rio São Francisco envolve uma série de práticas: olhares, insinuações, piscadelas, beijos, masturbações, entre outras, que ganham conotações sexuais justamente por estarem no território. Para alguns interlocutores, mesmo quando não há sexo, o território emana sensações prazerosas, de modo que a pegação apreende uma multiplicidade de possibilidades eróticas. Na antropologia brasileira, Thiago de Lima Oliveira e Silvana Nascimento (2015) tomam o termo de maneira polissêmica, justamente, pela amplitude de seus usos: “Pode-se chamar de pegação qualquer relação de flerte, paquera e namoro entre desconhecidos, como também se pode chamar assim o local em que essas relações acontecem” (Oliveira; Nascimento, 2015, p. 46). Essa mesma amplitude é compartilhada na pegação das margens do Rio São Francisco. George, um frequentador das margens, me explicou que, mesmo quando não goza, sente prazer ao ir às margens: “Você já fica com uma coisa no corpo. Assim que você entra, você já fica

com a adrenalina... A adrenalina sobe, entendeu? Eu não sei se é o cheiro de sexo que fica no lugar, não sei, mas alguma coisa tem que meio que já eleva os hormônios e a coisa no corpo, entendeu?".

O público frequentador das pegações é majoritariamente composto por homens, e as pegações podem ou não envolver dinheiro, embora isso não seja definido a priori. Os homens que costumam pedir alguma ajuda[4], geralmente dinheiro, também me afirmaram que pode acontecer sem envolver a transação monetária. Moisés, um frequentador que na maioria das vezes costuma cobrar para participar da pegação, me disse que às vezes acontece de ele ir para desestressar: "O cara tá estressado, o cara vem pra... Pra dar uma gozada... Com a cabeça cheia assim... Aí o cara vem tirar o estresse!". O dinheiro não delimita a pegação, embora muitas vezes possa facilitar que a interação sexual aconteça. Nesse sentido, as pegações não podem ser definidas de maneira fixa; na maioria das vezes, têm a ver com a interação, o interesse e a disposição dos envolvidos. A trama sexual nesse sentido é relacional, envolvendo uma série de fatores, e os frequentadores podem ocupar o lugar de clientes, prestadores do serviço sexual ou simplesmente frequentadores em busca de sexo casual. Há homens, no entanto, que geralmente pedem alguma ajuda monetária para fazer uma pegação nas margens do rio: os rapazes em situação de rua, que não possuem uma residência fixa e usam crack.

O DESEJO EM PENUMBRA

Como menciono no início do artigo, à noite, nas margens do rio, o escuro é predominante no espaço, bastante semelhante a um parque aberto. Os homens vêm e vão quando estão "caçando"[5]. A falta de iluminação propicia que as interações sexuais aumentem, por isso, o período noturno é o que mais possui homens curtindo no espaço. Os frequentadores do ambiente

4 A "ajuda" é um conceito-chave nas interpretações sobre prostituição e trabalho sexual no Brasil. Essa noção foi inicialmente explorada por Fonseca (1996) como uma prática multifacetada nas relações conjugais de mulheres que trabalham na prostituição de rua, envolvendo suporte financeiro e emocional dos parceiros em uma lógica de reciprocidade e negociação constante sobretudo com homens mais velhos ("o velho"). Piscitelli (2011) expande essa discussão ao situar a "ajuda" como uma contribuição econômica e afetiva em relações marcadas por desigualdades de classe, geração e raça/cor, diferenciando-se da prostituição ao ser vista como uma forma de amparo e cuidado. Passamani (2017) complementa essa perspectiva, analisando a "ajuda" em contextos de relações intergeracionais entre homens no Pantanal de Mato Grosso do Sul, destacando que, nessas transações, o afeto e a dádiva são enfatizados para dissociar a prática da prostituição. De modo geral, a noção tem sido central na interpretação de relações afetivo-sexuais que envolvem trocas monetárias e/ou simbólicas. Em meu campo etnográfico, a ajuda pode se expandir para bebidas alcoólicas, alimentos, roupas e substâncias psicoativas.

5 Termo nativo, mas amplamente utilizado em outras pesquisas, como menção à busca por práticas sexuais.

noturno, solitários ou em grupos, exibem comportamentos diversos: alguns dialogam, enquanto outros permanecem em silêncio, observando de maneira furtiva; alguns se masturbam, outros tentam aproximação. A territorialização do desejo não é um fenômeno isolado. Assim como as análises de Adam Isaiah Green, Julian Holloway e Phil Hubbard . (2010) demonstram, os espaços destinados ou apropriados para interações sexuais são permeados por atmosferas que regulam os encontros, estabelecendo zonas de acessibilidade e restrição baseadas em códigos tácitos de reconhecimento. No caso da margem do Rio São Francisco, observamos um fenômeno semelhante: um espaço que, a despeito de sua aparente fluidez, opera segundo dinâmicas específicas de circulação, pertencimento e exclusão. De acordo com Lopes (2020), que investigou o banheirão em um supermercado de Salvador, os espaços não são neutros; eles são performados por aqueles que os ocupam e, assim, passam a ser lidos como locais de desejo ou perigo, dependendo das interações que ocorrem ali. Essa ressignificação também ocorre na margem, onde diferentes grupos disputam o uso do território. Como destaca De Certeau (1984), a prática cotidiana transforma os espaços em lugares de resistência, deslocando os sentidos normativos da cidade.

Por outro lado, o silêncio não é sinônimo de ausência de comunicação, mas um regime discursivo alternativo. Conforme Maycon Lopes (2020) analisa, nos encontros em banheiros públicos, a comunicação verbal é mínima e os gestos assumem um papel central na negociação do desejo. Esse padrão também pode ser observado na margem, onde olhares, gestos sutis e movimentações específicas sinalizam disponibilidade e consentimento sem que uma palavra seja dita. Goffman (1963) descreve como a interação social em espaços públicos frequentemente se dá por meio de códigos implícitos, que regulam não apenas a entrada e saída de sujeitos, mas também a hierarquia de interações possíveis. Esse conceito ajuda a compreender como os frequentadores da margem negociam sua presença e interações, muitas vezes mantendo uma postura discreta que minimiza os riscos associados à visibilidade.

Figura 1. Uma das encruzilhadas à margem do Rio São Francisco

Fonte: Varjão, 2024.

A fotografia (Figura 1) apresentada captura visualmente a atmosfera de anonimato e ambiguidade que permeia as interações sexuais nas margens do Rio São Francisco. O registro imagético não apenas documenta um espaço físico, mas também evoca as sensações de tensão, desejo e perigo que atravessam os frequentadores. A ausência de iluminação destaca a precariedade do ambiente e reforça a necessidade de estratégias corporais e espaciais para navegar nesse território. A imagem também sugere a fluidez das interações no espaço, no qual as fronteiras entre público e privado, visível e oculto, são constantemente negociadas. A escuridão opera como um elemento tanto protetor quanto desestabilizador: ao mesmo tempo em que permite encontros furtivos, ela também intensifica a sensação de vulnerabilidade e risco. Nesse sentido, a fotografia compõe-se como um elemento analítico que ajuda a compreender como a materialidade do espaço influencia as dinâmicas de desejo e segurança.

A imagem da margem escura do Rio São Francisco não apenas ilustra a atmosfera de anonimato e ambiguidade, mas também funciona como um operador espacial e social do desejo, moldando as formas como os corpos se encontram, se percebem e interagem. A ausência de iluminação não é um mero dado ambiental; ela constitui uma tecnologia da clandestinidade, um elemento que regula o fluxo de corpos e práticas no espaço. A falta de iluminação reforça a ideia de que determinados desejos só podem emergir em territórios de opacidade, nos quais a

ausência de visibilidade pública cria as condições para que práticas dissidentes se desdobrem. Espaços mais iluminados e controlados pelo olhar normativo tendem a excluir experiências de desejo que fogem da norma heterossexual e da privatização do sexo. Na margem, ao contrário, a penumbra permite que gestos, aproximações e negociações sexuais ocorram sem a mediação de códigos formais explícitos. O escuro, portanto, não apenas encobre, mas possibilita.

Essa mesma escuridão, no entanto, não neutraliza a experiência de vulnerabilidade — pelo contrário, ela a intensifica. Os corpos que circulam nesse espaço não são apenas protegidos pelo anonimato, mas também expostos à imprevisibilidade do ambiente. O que garante a liberdade de certos encontros também amplia a sensação de risco, pois a invisibilidade pode tanto preservar quanto ameaçar. A margem se torna, assim, um espaço paradoxal: ao mesmo tempo que opera como um território de liberdade, também exige que seus frequentadores administrem o medo, a tensão e a iminência da violência. Essa tensão entre desejo e perigo é vivenciada pelos frequentadores e pelo próprio pesquisador. A experiência etnográfica revelou como o corpo do etnógrafo se insere nesse jogo de presença e ocultação, no qual a percepção sensorial é transformada pela necessidade de adaptação ao espaço. A dificuldade de distinguir rostos, a necessidade de ajustar os gestos e os deslocamentos e a leitura de códigos sutis se tornam partes fundamentais da experiência no campo. A vulnerabilidade não é apenas um estado físico, mas um estado relacional, que se atualiza nos encontros e negociações dentro da margem.

Assim, a fotografia da margem escura do Rio São Francisco sintetiza as dinâmicas que estruturam as interações nesse território. Ela evidencia como a materialidade do ambiente — a falta de luz, as trilhas ocultas, a presença intermitente de corpos — modela o desejo, regula os acessos e impõe desafios à presença etnográfica. A escuridão, longe de ser um pano de fundo neutro, é um agente ativo na produção da experiência da pegação na margem, sendo simultaneamente refúgio e ameaça, proteção e exposição, liberdade e risco. Em grande medida, a tensão e o medo são afetos centrais na experiência do pesquisador em espaços marginalizados e, nesse estudo, foram vivenciados de maneira intensa. Como já apontado em pesquisas que investigam práticas sexuais em contextos periféricos (Lino e Silva, 2023), esses sentimentos não são exclusivos dos interlocutores, mas também atravessam o próprio etnógrafo, revelando sua vulnerabilidade e exigindo reflexões contínuas sobre sua inserção no campo. Em diversas incursões à margem do Rio São Francisco, minha presença foi marcada por um constante estado de alerta, especialmente em horários noturnos e em momentos de maior movimentação. Esse estado de atenção não apenas refletia o reconhecimento dos riscos associados ao espaço, mas também se tornava um elemento metodológico fundamental para compreender como os próprios frequentadores negociam o perigo e a discrição em suas interações.

RISCOS, PERIGOS E VULNERABILIDADES NAS MARGENS

Por isso, as narrativas sobre riscos, perigos e exposições nas margens do Rio São Francisco tornaram-se comuns em minha experiência de campo. Constantemente, os frequentadores me alertavam sobre os perigos do espaço: recomendavam-me que não ficasse sozinho com pessoas que estivessem usando crack ou em situação de rua, tampouco, entrasse nas veredas desacompanhado. Em geral, as acusações e as reclamações centravam-se em torno dos homens que estavam em situação de rua e usuários de crack, sobretudo, por essa narrativa de perigo atrelado a eles. Por um lado, eu prezava pela minha segurança e, nas minhas primeiras idas, ficava tenso na maioria das vezes, preferindo ficar nas margens quando havia pessoas próximas e, de preferência, conhecidas. No entanto, chamava-me a atenção essas narrativas, porque, curiosamente, essas mesmas pessoas que salientavam que eu tomasse cuidado, volta e meia surgiam depois de uma aventura no mato com um desses rapazes.

Os encontros sexuais em espaços públicos não estão isentos de controle e repressão. Em seu artigo, Marlon Rosário (2024) discute as dinâmicas das pegações na praia do Jardim de Alah, em Salvador, demonstrando como esses encontros são regulados por normas tácitas entre os frequentadores, mas também por ações policiais e políticas de higienização urbana. Esse padrão pode ser observado na margem do Rio São Francisco, onde a presença de agentes de segurança ou intervenções do poder público podem interromper ou modificar as dinâmicas sexuais. De maneira semelhante, Tedson da Silva Souza (2012) explora as dinâmicas de interação nos banheiros públicos e a maneira como as instituições de segurança e administração pública tentam coibir ou reprimir tais práticas, muitas vezes reforçando processos de estigmatização e marginalização dos sujeitos envolvidos.

Como mencionei, Ricardo se tornou uma pessoa marcante em meu trabalho de campo. À medida que eu ia frequentando o espaço e esbarrando com ele, nossas conversas iam se desenrolando. Ele me disse que morava em um barraco no bairro Angari, um dos bairros mais antigos de Juazeiro, conhecido pela população ribeirinha e também pela presença de moradores de baixa renda, contrastando com os prédios e condomínios em sua frente. “Eu vim do Ceará”, ele me explicou e disse que não tinha nenhuma família por ali, embora já houvesse visto uma mulher, aparentemente próxima dele, procurando-o. Posteriormente, disseram-me que era uma parente dele que morava na cidade. Meses depois, ele me disse que não morava mais no barraco, agora dormia ali mesmo, na calçada, mas que sempre precisava ir para outros lugares, estando em situação de rua: “Todo dia é um lugar diferente, não pode dar mole!”. Nem sempre conversávamos: havia dias em que ele estava de bom humor, cumprimentava-me e perguntava sobre meu dia; em outros, não trocava palavra comigo e passava por mim, geralmente, quando

estava mais agitado. As oscilações de humor, posteriormente descobri que tinham a ver com seu consumo de drogas, sobretudo, o uso de crack. Ricardo andava por toda orla da cidade, muitas vezes, com outros rapazes. Ele foi um dos frequentadores que mais me chamou a atenção, especialmente, pela forma com que os outros o tratavam: em geral, com repúdio e evitando qualquer contato com ele. Quando ele aparecia mais desarrumado, as pessoas comentavam, em geral, mencionando seu cheiro. Mesmo Giovane, rapaz que volta e meia dividia cigarros de maconha com ele, comentava que Ricardo estava "perdido na vida".

Nos primeiros meses que visitei o espaço, encontrei Ricardo cheirando tíner, um absorvente de tinta, em um sábado à tarde, à luz do dia, em um barco abandonado no meio do caminho. Esse foi o primeiro momento que ele não se importou em esconder as vistas dos outros seus usos de substâncias como no início do meu trabalho de campo. Quando eu perguntava sobre trabalho, ele me dizia ser difícil arranjar. O máximo que conseguia era nas barracas, mas sequer recebia dinheiro. Para trabalhar no Centro de Abastecimento S/A (CEASA) com descarregamento de frutas e verduras, onde muitos que frequentavam o território trabalhavam, ele me disse que não tinha forças e era muito magro e fraco. Era comum vê-lo com uma mochila nas costas que, por vezes, via escondida entre arbustos ou pendurada em algum galho.

Quando Ricardo pedia dinheiro em troca de pegação, a ajuda, poucas eram as pessoas que aceitavam. Na maioria das vezes, elas aceitavam quando estavam sozinhas com ele, sem que outros frequentadores soubessem. Se eu fosse seguir as narrativas dos frequentadores, eu evitaria qualquer contato com Ricardo. No entanto, sempre que estávamos sozinhos, eu me sentia tranquilo e ele conversava assuntos banais, ficava curioso, perguntava se eu estudava e de onde eu vim. Em um determinado momento, percebi que ele flertava comigo, muito embora nunca tenha oferecido dinheiro para "curtirmos". O flerte não rendeu nenhum encontro, mas parece ter produzido uma aproximação entre nós. À medida que fomos conversando cotidianamente, ele me dizia que me via em outros lugares e dizia: "Eu não deixo ninguém mexer com João, não. Ele é de boa!". Volta e meia nossas conversas perduravam, quando não havia outras pessoas nas margens, então ele me disse, certa vez: "Você é o único que conversa comigo aqui, João!". Eu fiquei particularmente tocado com a frase dele, sobretudo porque, apesar de ele ser um rapaz na maioria das vezes repudiado pelos frequentadores, também era um dos rapazes que mais entrava nos matos escuros quando as margens estavam mais vazias.

Considero que Ricardo, assim como os outros rapazes, vivia uma ambivalente experiência nas margens do Rio São Francisco, sendo simultaneamente desejado e repelido, oscilando entre objeto de desejo e de repulsa, demonstrando uma dualidade intrínseca que permeia a vivência dessas pessoas. Eles são procurados à sombra, mas rejeitados em público; desejados secretamente, mas desconfiados e estigmatizados abertamente. Esta ambiguidade reflete não apenas a complexidade das interações sociais, mas também a persistente herança do racismo e

da discriminação no Brasil (Gonzalez, 1984). Esses rapazes vivem uma experiência próxima à descrita por Lélia Gonzalez (1984) acerca da mulher negra, com as devidas ressalvas. Ao eleger a mulher negra como objeto central de sua reflexão, Gonzalez (1984) revela uma dualidade intrínseca que oscila entre um desejo efêmero e uma violência persistente sobre os corpos das mulheres negras. A autora desmistifica a exaltação mitológica da "mulata", argumentando que essa adoração atinge seu ápice apenas durante o Carnaval, para em seguida dissolver-se abruptamente no cotidiano. Segundo Gonzalez (1984), como uma cinderela do asfalto, a mulher negra retorna ao seu estado de subjugação e precariedade, destacando a efemeridade da liberdade e do reconhecimento para as mulheres negras no contexto brasileiro. Assim, a figura desses homens se relacionaria diretamente com os deslizamentos ambivalentes da "mulata", entrecruzando gênero, racialidade, sexualidade e nacionalidade.

Aproximo à reflexão de Élcio Nogueira Santos e Pedro Paulo Gomes Pereira (2016) acerca das diferenciações entre os homens negros nas saunas paulistas. Debruçando-se sobre a prostituição e as demarcações de raça, Santos e Pereira (2016) demonstra que existe uma diferenciação entre o "moreno" e o "negro", embora ambas sejam caracterizações sobre os corpos negros, elas desembocam em hierarquias particulares do desejo, cuja consequência seria uma dupla inserção do corpo negro nas saunas: como objeto do desejo e objeto da repulsa. Alertavam-me, como mencionei, constantemente sobre os riscos e os perigos desses corpos, ainda mais, se usassem drogas, se estivessem em situação de rua; mas também havia um desejo que, mesmo cauteloso, rompia-se aos corpos negros. Havia uma classificação e diferenciação particular em relação às pessoas mais pobres, negras e que abarcavam uma performance masculina virilizada, quando envolviam-se no trabalho sexual. Ao contextualizar essas categorias dentro do cenário histórico e social do Brasil, é evidente que a construção do desejo e da repulsa em relação aos corpos negros é profundamente enraizada em estruturas coloniais e na herança da escravidão (Gonzalez, 1984), ecoando nas experiências dos rapazes que enfrentam a ambiguidade de serem desejados e, ao mesmo tempo, marginalizados.

O conceito de emaranhamento, conforme desenvolvido por Erica Lorraine Williams (2013), é fundamental para compreender como as dinâmicas de vulnerabilidade e desejo se manifestam de forma interligada e contraditória nas margens do Rio São Francisco. O termo refere-se à sobreposição de fatores como raça, classe, gênero e território, que se entrelaçam, moldando experiências de maneira ambígua. No contexto da pegação à margem do rio, essa trama de relações redefine o que significa estar simultaneamente vulnerável e desejado, desafiando a compreensão linear desses conceitos. A vulnerabilidade aqui não é apenas um estado de exposição ao risco, mas também um elemento estruturante da experiência do desejo. Como Williams (2013) sugere em sua análise sobre o turismo sexual na Bahia, o desejo pode ser intensificado pela presença da vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que reforça hierarquias

sociais e raciais. Nas margens do São Francisco, esse emaranhamento se torna visível na forma como certos sujeitos, como Ricardo, oscilam entre ser estigmatizados e desejados. Sua condição de rua e seu consumo de crack o colocam em uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que sua presença é lida como ameaça por alguns frequentadores, ele é procurado na penumbra para encontros furtivos.

Esse emaranhamento revela que a vulnerabilidade não é distribuída de maneira uniforme. Enquanto alguns frequentadores experienciam a margem como um espaço de transgressão e anonimato temporário, para outros, como Ricardo, ela representa a continuidade de um estado de precariedade. Isso reflete a complexidade do desejo e da marginalidade nesse território: os corpos mais racializados e empobrecidos são simultaneamente repelidos e cobiçados, em uma lógica que reitera desigualdades estruturais. O desejo, nesse contexto, não está dissociado das condições materiais de vida, mas emerge delas, reforçando a conexão entre sexualidade, economia e exclusão. O conceito de emaranhamento permite, portanto, uma leitura mais densa da vulnerabilidade na margem, não como uma condição fixa, mas como algo relacional e negociado. A experiência etnográfica demonstra que os riscos enfrentados pelos sujeitos nesse espaço não se limitam à violência física ou à repressão policial, mas também se inscrevem nas dinâmicas do desejo e da discrição. O anonimato e a penumbra, que permitem a existência desses encontros, também ocultam as hierarquias e tensões que os atravessam. Assim, a margem não é apenas um local de perigo, mas um território onde risco e prazer coexistem, estruturando formas particulares de sociabilidade e circulação do desejo.

A relação entre vulnerabilidade, risco e desejo na margem do Rio São Francisco se manifesta de forma intensa nas interações sexuais, especialmente quando analisamos a posição dos corpos racializados nesse espaço. Como argumenta Gonzalez (1984), no Brasil, a construção do desejo está profundamente atravessada por marcadores raciais e hierarquias sociais, gerando uma ambivalência em que certos corpos são simultaneamente estigmatizados e desejados. Essa ambivalência se torna evidente na experiência de interlocutores como Ricardo, cuja condição de marginalidade — marcada pela situação de rua, pelo consumo de crack e pela negritude — o coloca em uma posição de vulnerabilidade. No entanto, essa mesma vulnerabilidade não o excluí do circuito do desejo; ao contrário, ela o insere em uma dinâmica paradoxal, em que é evitado e repudiado em público, mas procurado discretamente na penumbra das trilhas da margem. O risco associado à sua presença — constantemente mencionado pelos demais frequentadores, que o descrevem como um potencial perigo — convive com uma busca silenciosa por encontros sexuais com ele, sempre sob a proteção da escuridão e do anonimato.

A experiência etnográfica revela, assim, como vulnerabilidade e desejo não são categorias opostas, mas interdependentes. O risco, longe de ser um fator externo que ameaça as interações, é um elemento constitutivo do prazer nesses encontros. Para muitos frequentadores,

o medo de ser descoberto ou de ser exposto faz parte da excitação; a adrenalina gerada pela possibilidade de perigo intensifica o caráter clandestino e erótico das interações. Nesse sentido, a vulnerabilidade não é apenas uma condição imposta aos corpos racializados e empobrecidos, mas algo que perpassa todos os sujeitos que circulam nesse território — ainda que de forma desigual. O conceito de "emaranhamento ambíguo" (Williams, 2013) auxilia na compreensão desse processo, ao evidenciar como desejo, marginalidade e perigo se entrelaçam na produção de sociabilidades à margem.

A presença de Ricardo no espaço — ora visto como ameaça, ora como objeto de interesse sexual — exemplifica como a vulnerabilidade se transforma em uma zona de negociação contínua, onde os encontros são marcados por tensões entre atração, repulsa e medo. Portanto, a margem do Rio São Francisco não pode ser pensada apenas como um espaço de exclusão, mas como um território onde o desejo se estrutura a partir de hierarquias de classe, raça e risco. A relação entre vulnerabilidade e prazer, nesse contexto, evidencia como certos corpos são erotizados precisamente por sua posição marginalizada — um processo que, ao mesmo tempo que os insere na dinâmica da pegação, também os mantém em uma condição de exclusão estrutural.

Estar em campo, especialmente nas margens do Rio São Francisco, é confrontar constantemente a realidade de estar em risco. Essa experiência não se restringe apenas aos perigos físicos, mas também às complexas dinâmicas sociais que moldam as interações dentro desses espaços marginalizados. Durante meu trabalho de campo, observei que o risco muitas vezes é moldado pelas narrativas em torno de corpos racialmente marcados, que são percebidos como mais perigosos e arriscados. Em alguma medida, as margens do São Francisco não são apenas territoriais, mas desembocam também em margens simbólicas, criando uma margem dentro da própria margem. Como antropólogo nas margens do Rio São Francisco, percebi que um dos riscos mais latentes estava em aceitar narrativas simplificadas sobre essas pessoas sem questioná-las. Desafiar essas visões revelou camadas mais profundas de vulnerabilidade e marginalidade no território, destacando a necessidade de uma abordagem etnograficamente norteada para compreender esses contextos.

VULNERABILIDADES E ESCRITA ETNOGRÁFICA

O trabalho de campo antropológico pode ser definido, em linhas gerais, como uma série de acontecimentos interconectados de forma não linear, que refletem a complexidade das experiências humanas e dos contatos estabelecidos no campo. A natureza não linear do

trabalho de campo implica que os eventos e experiências não seguem uma sequência pré-determinada. Em vez disso, eles emergem e se desenvolvem de maneiras imprevisíveis. No entanto, na maioria das vezes, são esses eventos imprevisíveis que constituem a capacidade de se surpreender do pesquisador (Cardoso, 1986, p. 101) e se tornam, muitas das vezes, centrais em nossa escrita etnográfica, o que talvez Roberto DaMatta (1978) chame de *anthropological blue*: aqueles hóspedes não convidados da situação etnográfica. Realizar o trabalho de campo, portanto, é quase sempre lidar com uma dispersão de eventos — de maneira quase rizomática — que são sistematizados de forma precária na escrita etnográfica. No entanto, essa precariedade é mitigada pela relação especial que se estabelece entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa: a experiência intersubjetiva etnográfica.

Para Strathern (2014), um momento fundamental do trabalho antropológico é chamado de momento etnográfico, que é produzido na relação triangular entre: trabalho de campo, experiência intersubjetiva e escrita etnográfica: "Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)" (Strathern, 2014, p. 350). No entanto, é a relação intersubjetiva do pesquisador com os sujeitos da pesquisa que constrói fundamentalmente a nossa escrita etnográfica; ela produz nosso vislumbre etnográfico (Strathern, 2014), momento no qual somos propriamente afetados em nossas relações de campo, de maneira que estaremos constantemente conectados com aquele(s) ponto(s). Esse é o efeito do deslumbramento: "Uma surpresa inicial se torna uma suspensão, um deslumbramento, e certos tipos de 'conhecimento especial' se tornam mais propensos que outros a deslumbrar. É como se estivesse no limiar do entendimento. Referia-me antes a ter ficado hipnotizada" (Strathern, 2014, p. 357). Essa reflexão é importante para entender como o trabalho de campo se desdobra, especialmente em contextos marginais como as margens do Rio São Francisco, e, sobretudo, como essas experiências sobre risco, perigo e vulnerabilidade afetam minha escrita etnográfica.

Durante meu trabalho de campo, o encontro com Ricardo foi especialmente significativo para desvelar reflexões sobre as complexidades e as dinâmicas sexuais presentes nesse ambiente, no entanto, atento para outro aspecto desse encontro com Ricardo: propriamente nossa aproximação parece ter criado um campo etnográfico para mim; tornando-se um deslumbramento acerca de uma vulnerabilidade desconhecida. "Você é o único que conversa comigo aqui, João!" — essa frase, dita em seguida de um abraço, ressoava em minha mente e revelava a profunda abjeção vivenciada por ele e outros frequentadores daquele espaço. Sua vulnerabilidade, em suspensão com a minha, parece ter criado o elemento imprevisível, a memória que perdura durante a escrita, como uma pluma constantemente suspensa no ar.

Em sua exegese sobre a obra de Jeanne Favret-Saada, Suzana de Alencar Vieira (2021)

aborda precisamente como a vulnerabilidade é um elemento central na produção antropológica: "lidar com a vulnerabilidade do sujeito de conhecimento e fazer dela a potência criativa do ofício etnográfico" (Viera, 2021, p. 11). No entanto, é preciso salientar, ao contrário de uma vulnerabilidade posta de antemão, ela emergiu propriamente a partir de nosso encontro, de nossa experiência intersubjetiva, como nos lembra Camilo Braz (2013, p. 35), a vulnerabilidade, a desigualdade e a violência "se produzem e são vividas sempre em contextos culturais, experienciais e relacionais particulares"; não estão predeterminadas na vida social.

O desconforto sentido no campo serve como um mecanismo de descentramento, obrigando o etnógrafo a reconsiderar suas próprias perspectivas e suposições; essa é possivelmente a lição mais velha da antropologia, parte de sua "atitude relativista" (Oliveira, 2000). Este estado de desconforto é essencial para uma compreensão mais profunda das interseções entre posição social, experiências de risco e a produção de conhecimento antropológico. A vulnerabilidade vivida durante esses encontros mexeu com meu olhar etnográfico, permitindo-me questionar como a sexualidade, a marginalidade e o território se entrelaçam na experiência das margens do Rio São Francisco.

Esse encontro intersubjetivo com Ricardo situa-se no limiar entre o trabalho de campo e a escrita etnográfica. É neste espaço de limiar que os vislumbres de campo, conforme descrito por Marilyn Strathern, começam a se repetir na atenção e no olhar do etnógrafo. Strathern (2014) fala dos "vislumbres" que são incontroláveis, surgindo de maneira imprevisível no campo. Aproximo essa concepção da ideia de Roberto Cardoso de Oliveira sobre como nosso olhar e ouvir são disciplinarmente construídos. O encontro com Ricardo, sua proximidade e sua frase ecoando em minha mente moldaram minha escrita etnográfica. A vulnerabilidade desse encontro aguçou meu olhar sobre a experiência dele e de outros indivíduos em campo, produzindo uma problemática antropológica específica: compreender como sexualidade, marginalidade e territorialidade se interseccionam nas margens do Rio São Francisco.

Essas interações, especialmente com Ricardo, fizeram-me refletir sobre a ambivalência dos corpos marginalizados, desejados em segredo e rejeitados publicamente. Minha escrita etnográfica passou a capturar essa dualidade, buscando não apenas descrever as dinâmicas do campo, mas também contextualizar e questionar as narrativas simplificadas que frequentemente cercam esses indivíduos. A partir de Ricardo e de outros homens, aprendi a olhar mais atentamente para as camadas de vulnerabilidade e marginalidade, reconhecendo a complexidade das experiências vividas à margem do Rio São Francisco. Esse processo de escrita etnográfica, portanto, compreende um ato reflexivo que questiona e problematiza as estruturas sociais e as narrativas dominantes. A etnografia se torna uma forma para refletir as múltiplas camadas de significado e experiência que constituem a vida nas margens, proporcionando uma compreensão mais profunda e nuançada dos emaranhamentos ambíguos que constantemente se proliferam da

vida social. A experiência de Ricardo na margem do Rio São Francisco ressoa com as análises de Silvana de Souza Nascimento (2024) sobre como sujeitos marginalizados, especialmente aqueles racializados e pertencentes a classes populares, vivenciam espaços públicos de maneira ambivalente. Como argumenta Nascimento, esses corpos circulam em territórios nos quais são, ao mesmo tempo, desejados e rejeitados, reconhecidos e invisibilizados. Essa dualidade se reflete nas interações de pegação à margem, em que determinados sujeitos, como Ricardo, são evitados publicamente, mas procurados discretamente na penumbra das trilhas.

A vulnerabilidade nos espaços de pegação à margem do Rio São Francisco não deve ser compreendida apenas como uma condição estática ou exclusivamente associada à precariedade social, mas como um fenômeno relacional, que emerge do contato entre corpos e os contextos sociais específicos em que essas interações ocorrem. A exposição ao risco — seja o risco de ser visto, atacado ou rejeitado — não é apenas um fator externo que ameaça os frequentadores, mas um elemento constitutivo da experiência desejante nesses espaços. O anonimato proporcionado pela escuridão não apenas protege, mas também amplifica a excitação, tornando-se um operador central na dinâmica da pegação. Nesse contexto, a vulnerabilidade não se restringe aos frequentadores do espaço, mas também atravessa o próprio pesquisador, cuja presença no campo é marcada por deslocamentos entre observação e participação. A inserção etnográfica nesses territórios exige um ajuste contínuo às suas regras tácitas e aos afetos que os estruturam, tornando o corpo do etnógrafo não apenas um instrumento de pesquisa, mas também um corpo que sente e é percebido dentro dessas interações. O anonimato, portanto, opera simultaneamente como proteção e exposição, permitindo encontros furtivos ao mesmo tempo em que evidencia hierarquias e desigualdades entre os sujeitos que circulam na margem.

A vulnerabilidade, nesse sentido, se configura como uma condição paradoxal: é o que torna possível a experiência da pegação, mas também o que a torna perigosa. Para muitos frequentadores, a margem do Rio São Francisco é um espaço onde se negocia constantemente entre o desejo e o medo, onde o risco e a excitação se entrelaçam em um jogo contínuo de aproximação e afastamento. Esse jogo, longe de ser um elemento periférico, é constitutivo da própria lógica do espaço, revelando como as interações sexuais nas margens da cidade não são apenas encontros individuais, mas processos socialmente mediados, nos quais a exposição e o refúgio, a presença e a ocultação, estão sempre em disputa. A experiência etnográfica na margem do Rio São Francisco revelou como a vulnerabilidade do pesquisador se entrelaça com as dinâmicas de desejo e perigo que estruturam as interações naquele espaço. O momento em que, ao adentrar a penumbra da margem, o etnógrafo sente simultaneamente excitação, vergonha e receio ao ver um conhecido em um encontro sexual, ilustra essa complexa teia de afetos que atravessa tanto os frequentadores quanto o próprio pesquisador. O desejo e o medo não são apenas categorias individuais, mas experiências socialmente mediadas, moldadas

pela precariedade do espaço, pela clandestinidade das práticas e pela tensão entre anonimato e exposição.

O perigo torna-se um elemento constitutivo da própria experiência da pegação. A excitação gerada pelo risco — de ser visto, de ser abordado, de não saber exatamente quem está presente ou o que pode acontecer — configura uma forma particular de fruição do desejo, em que a adrenalina se mescla com a intensidade do encontro. Essa relação dialética entre vulnerabilidade e prazer não é exclusiva dos interlocutores, mas também envolve o pesquisador, que, ao circular neste espaço, não apenas observa, mas se vê afetado pela lógica das interações. A vulnerabilidade do etnógrafo, ao se colocar simultaneamente como observador e corpo presente, torna-se um instrumento metodológico que permite captar nuances das interações, que talvez fossem invisíveis em uma postura puramente distanciada. Essa vivência reforça a ideia de que a vulnerabilidade não é simplesmente um estado de desproteção ou fragilidade, mas uma condição produtiva, que possibilita formas intensas de encontro, negociação e experimentação. Como Williams (2013) sugere ao discutir o conceito de "emaranhamento ambíguo", a experiência do desejo é sempre atravessada por relações de poder e risco. Nas margens do Rio São Francisco, essa ambiguidade se torna evidente: aqueles que são vistos como sujeitos perigosos também são desejados na penumbra; aqueles que buscam refúgio na escuridão encontram, simultaneamente, uma forma de exposição.

A vulnerabilidade, portanto, não é apenas uma condição imposta aos sujeitos, mas algo que todos compartilham de maneiras distintas. Ela se torna um operador social que estrutura as interações na margem, regulando quem pode desejar, quem pode ser desejado e sob quais condições esses encontros ocorrem. Para alguns frequentadores, o risco é parte do prazer; para outros, é uma constante a ser administrada. No caso do etnógrafo, essa exposição ao risco, esse sentir-se em campo com o corpo, revela que a produção do conhecimento antropológico nesses territórios passa por uma sensibilidade que não é apenas teórica, mas experiencial. Assim, a pegação na margem não pode ser reduzida a uma prática sexual clandestina, mas deve ser compreendida como uma experiência relacional, na qual anonimato e perigo, desejo e medo, excitação e vulnerabilidade se imbricam. O risco, nesse contexto, não apenas ameaça, mas intensifica o desejo e define as formas como esses encontros se dão. A vulnerabilidade, longe de ser um ponto de fraqueza, constitui o motor dessas interações, criando um emaranhado de relações que desafia classificações simples e evidencia a complexidade das experiências dissidentes de desejo no espaço urbano.

Como argumenta Deborah Gould (2009), as emoções não são meras reações individuais, mas agentes estruturantes das interações sociais e políticas. No contexto da margem do Rio São Francisco, o medo da exposição ou da violência não é apenas um elemento externo que ameaça os encontros sexuais, mas um componente central da experiência desejante. A adrenalina do

risco intensifica as práticas sexuais e redefine o próprio prazer, criando uma ambivalência entre excitação e perigo que molda as sociabilidades da pegação. O desejo na margem é atravessado por uma multiplicidade de emoções que estruturam as interações sociais e sexuais nesse espaço. Como argumenta Deborah Gould (2009), as emoções não são apenas reações individuais, mas forças estruturantes das práticas políticas e sociais. No caso da crise da AIDS, a raiva, a vergonha e a esperança foram essenciais para a mobilização coletiva de grupos como o ACT UP. Embora o contexto da margem do Rio São Francisco seja distinto, também encontramos uma dinâmica em que emoções como medo, ansiedade e excitação moldam as interações sexuais. O medo da violência ou da exposição pública, por exemplo, não apenas funciona como um fator de risco, mas também potencializa o desejo, tornando a experiência da pegação mais intensa. Como observa Green, Holloway e Hubbard (2010), a atmosfera do espaço influencia diretamente a qualidade e a dinâmica das interações. O mesmo pode ser dito sobre a margem, onde a mistura entre risco e desejo produz um tipo particular de excitabilidade sexual, reforçando a ideia de que vulnerabilidade e prazer não são elementos antagônicos, mas constitutivos das experiências sexuais dissidentes.

ÉTICA, RISCO E ANTROPOLOGIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de conduzir trabalho de campo nas margens do Rio São Francisco trouxe à tona os efeitos dos riscos e das vulnerabilidades na escrita etnográfica. Enfrentar essas condições adversas não só afetou minhas concepções sobre perigo e risco, mas também influenciou profundamente a maneira como interpretei e narrei as dinâmicas e as hierarquias presentes no espaço. As violências percebidas no espaço mostraram-se, antes, presentes nas narrativas dos frequentadores, acionando diversas vulnerabilidades tanto dos sujeitos de pesquisa quanto das minhas, como pesquisador. Os desafios éticos em pesquisas etnográficas sobre sexualidade em espaços públicos são inúmeros. Lopes (2020) enfatiza que a simples presença do pesquisador pode alterar a dinâmica do espaço e comprometer a privacidade dos interlocutores, um dilema também enfrentado por Eros Sester Prado Guimarães (2017), pelo qual discute como as territorialidades sexuais operam em parques urbanos. Ambos os autores alertam para a necessidade de desenvolver abordagens metodológicas que respeitem a lógica desses espaços sem interferir em suas dinâmicas. Seguindo essa linha, Paulo Rogers Ferreira (2008) reflete sobre a relação entre afeto, sigilo e identidade em práticas sociais estigmatizadas. No contexto da margem, onde os encontros são marcados por camadas de discrição, sigilo e

possíveis vulnerabilidades, a abordagem metodológica precisa levar em conta a forma como os próprios sujeitos constroem suas redes de proteção e invisibilidade.

Como argumenta Moisés Lino e Silva (2014), as narrativas sobre violências e riscos, quando tomadas de maneira apriorística, muitas vezes, podem por si mesmas consistir em formas de violência; uma violência narrativa sobre os outros. Em busca de uma ética alternativa que busca antes comprometer-se particularmente dentro de cada encontro, Lino e Silva (2014) considera que essas categorias são relacionais e contextuais, não podendo ser limitadas a narrativas generalizantes. Antropologicamente, essa é uma alternativa produtiva e respeitosa para com os sujeitos de pesquisa com os quais trabalhamos. As narrativas sobre risco e vulnerabilidade moldaram não apenas a observação participante, mas também a interpretação e a representação dessas vivências na escrita etnográfica. As interações com indivíduos como Ricardo revelaram camadas profundas de marginalidade e desejo, permitindo uma compreensão mais nuançada das interseções entre sexualidade, marginalidade e território.

Segundo Cláudia Fonseca (2018), o risco é antes uma categoria de acusação, que é negociada dentro de um campo de força, sendo, portanto, relativa e contextual nos campos etnográficos. Ao mesmo tempo, essas categorias atravessam a própria corporeidade do pesquisador, como afirma Silvana Nascimento (2019, p. 460), "estar em campo e escrever a partir dele, é deparar-se com a evidência do seu próprio corpo e lidar com sua visibilidade material e simbólica, colocando-o em questão". Essas nuances constituem meu encontro com Ricardo, posicionando sua vulnerabilidade em nossa relação, tornando-se central ao meu fazer antropológico. Como afirma Fonseca (2018), a antropologia nos empurra para lugares e pessoas desconhecidas, imprevisíveis em primeiro grau. Os riscos proliferam de maneiras variadas, mas também relativas, não sendo nem desejável, nem possível evitá-los; a responsabilidade antropológica consiste justamente em enfrentá-los em nossa produção etnográfica.

A vulnerabilidade e o perigo, no contexto das interações de pegação na margem do Rio São Francisco, não são apenas condições impostas externamente aos frequentadores, mas elementos constitutivos da própria experiência desejante. A relação entre vulnerabilidade e perigo é dialética, pois um potencializa o outro: estar vulnerável significa estar exposto ao risco, mas essa exposição também intensifica a excitação e a sensação de transgressão que caracterizam esses encontros. Esse jogo entre risco e prazer não é acidental, mas central para a lógica da pegação na margem, pois a tensão de ser visto, de ser descoberto ou de enfrentar situações imprevisíveis é parte do que torna a experiência erótica. O anonimato e a escuridão, que garantem certa proteção, também acentuam o caráter clandestino e instável dos encontros, criando uma atmosfera de adrenalina e excitação.

A insegurança de estar na margem — um território marcado por discursos de violência, criminalidade e exclusão — é a mesma condição que faz com que o desejo ali seja vivido de

maneira intensa. O perigo, portanto, não é apenas um fator externo que ameaça a experiência sexual, mas um elemento que a constitui e a torna desejável. Dessa forma, a margem não pode ser vista apenas como um espaço de vulnerabilidade passiva, mas como um território onde a vulnerabilidade é negociada e experimentada de maneiras diversas. Para alguns frequentadores, o risco faz parte do prazer, enquanto para outros, ele é um limite a ser administrado com cautela. A ambivalência define a forma como as interações sexuais se estruturam nesse território, revelando como as experiências dissidentes de desejo na cidade são marcadas por negociações com o perigo e a clandestinidade. Estar em campo nas margens do São Francisco revelou, portanto, os desafios inerentes à pesquisa antropológica, mas também permitiu explorar e contestar hierarquizações sociais. Ao capturar a dualidade das experiências dos frequentadores da pegação nas margens, minha escrita etnográfica buscou não apenas descrever as dinâmicas do campo, mas também contextualizar e questionar as narrativas simplificadas que frequentemente cercam esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, Pietra. A Senhora é Destruidora Mesmo: Etnografando a socialização e a sociabilidade entre as travestis no contexto urbano mossoroense. **Tessituras**, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 236-249, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.15210/tessituras.v9i2.1130. Acesso em: 22 out. 2025.
2. BRAZ, Camilo. Algumas reflexões sobre as tensões entre antropologia, sexualidade e a regulamentação de pesquisa em/com seres humanos. *In*: LIMA, Telma Camargo (org.). **Ciclo de Estudos e Debates**: Procedimentos Éticos e a Pesquisa Antropológica. Goiânia: PPGAS/UFG, 2013. p. 40-45.
3. CARDOSO, Ruth. Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In*: CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.
4. DAMATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-36.
5. DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes do fazer. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
6. DOMINGUES, Bruno Rodrigo Carvalho. **Entre Tradição, Desejo e Poder**: uma Amazônia cosmoerótica. 2019. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
7. FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos**: o indizível nas sociedades camponesas.

Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

8. FONSECA, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 1, p. 7-33, 1996

9. FONSECA, Claudia. Pesquisa "Risco Zero": é desejável? é possível? *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi Guedes de; SALA, Arianna (org.). **Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 195-212.

10. GOFFMAN, Erving. **Behavior in public places**: notes on the social organization of gatherings. New York: The Free Press, 1963.

11. GONTIJO, Fabiano. Por uma antropologia antinormativa, pública e comprometida: algumas considerações sobre a diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, p. 50-72, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/14972/10805. Acesso em: 13 jul. 2024.

12. GONTIJO, Fabiano Souza; ERICK, Igor. Diversidade sexual e de gênero e pertencimento étnico na Amazônia brasileira. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 57-80, 2020. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/821. Acesso em: 2 dez. 2025.

13. GONTIJO, Fabiano; DOMINGUES, Bruno; ERICK, Igor. As Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero em Quilombos do Nordeste e do Norte do Brasil. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 8, n. 1, p. 62-89, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/4725. Acesso em: 18 fev. 2020.

14. GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e... Exortações. **ACENO**, Cuiabá, v. 2, n. 4, p. 24-40, 2015. Disponível em: http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/viewFile/3181/pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

15. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

16. GOULD, Deborah. **Moving Politics**: Emotion and ACT UP's Fight Against AIDS. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

17. GREEN, Adam Isaiah; HOLLOWAY, Julian; HUBBARD, Phil. Space, place and sexual sociality: towards an 'atmospheric' analysis. **Gender, Place & Culture**, [*s. l.*], v. 17, n. 5, p. 619-636, 2010. Disponível em: https://www.doi.org/10.1080/0966369X.2010.503117. Acesso em: 22 out. 2025.

18. GUIMARÃES, Eros Sester Prado. **Um grito chamado silêncio**: uma errância etnográfica da pegação à produção social dos parques Ibirapuera. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

19. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística. **Estimativas da População 2022**: Juazeiro (BA). Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

20. LINO E SILVA, Moisés. The Violence of Structural Violence: Ethical Commitments and an Exceptional Day in a Brazilian 'Favela. **Built Environment**, [*s. l.*], v. 40, n. 3, p. 314–25, 2014. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/43296899. Acesso em: 14 jul. 2024.

21. LOPES, Maycon. Researching in Silence: Attention and Ethical Issues in Sexual Encounters in a Public Toilet. **Etnofoor**, [*s. l.*] **v.** 32, n. 2, p. 13-30, 2020. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26964285. Acesso em: 22 out. 2025.

22. NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista De Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.161080. Acesso em: 22 out. 2025.

23. NASCIMENTO, Silvana de Souza. De romeiras a rameiras: percursos entre gênero e cidade às margens da antropologia urbana. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 32, ed. esp., e230770, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1981-3341.pontourbe.2024.230770. Acesso em: 22 out. 2025.

24. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

25. OLIVEIRA, Thiago Lima; NASCIMENTO, Silvana de Souza. Corpo aberto, rua sem saída. Cartografia da pegação em João Pessoa. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 19, p.44-66, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2015.19.05.a. Acesso em: 22 out. 2025.

26. PASSAMANI, Guilherme. "É ajuda, não é prostituição". Sexualidade, envelhecimento e afeto entre pessoas com condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175109, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/18094449201700510009. Acesso em: 22 out. 2025.

27. PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. *In*: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, Jose Miguel Nieto (org.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2011. p. 537-582. (Coleção Encontros).

28. ROSÁRIO, Marlon Araújo do. Intimidades (quase) públicas: o uso do urbano nas pegações do Jardim de Alah em Salvador, Bahia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 33, n. 2, e215769, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227180. Acesso em: 22 out. 2025.

29. SANTOS, Élcio Nogueira; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 133–154, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p133. Acesso em: 22 out. 2025.

30. SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo:

cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 35, p. 37-78, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000200003. Acesso em: 22 out. 2025.

31. SOUZA, Tedson da Silva. **Fazer banheirão**: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
32. STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
33. VIEIRA, Suzana de Alencar. Força e vulnerabilidade: lições de etnografia e feitiçaria na obra de Jeanne Favret-Saada. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, e273203, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n3a203. Acesso em: 22 out. 2025.
34. WILLIAMS, Erica Lorraine. **Sex Tourism in Bahia**: Ambiguous Entanglements. University of Illinois Press, 2013.

João Victtor Gomes Varjão
Professor da Universidade do Estado da Bahia. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2651-5366. E-mail: jvgomesvarjao@gmail.com

Ê, coreira: vida e trabalho de Regina Arcanjo

Hey, coreira: life and work of Regina Arcanjo

Jefferson Dantas
Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste texto, a participação feminina na cultura popular é debatida por meio da trajetória de vida e trabalho de Ana Regina Braga Arcanjo, uma coreira do tambor de crioula em São Luís, no estado do Maranhão. A análise detalha a constituição de sua carreira, considerando aspectos individuais e estruturais, com o objetivo de destacar as estratégias utilizadas para construir e consolidar sua identidade profissional em um contexto cultural desigual e adverso. Realizou-se uma entrevista aprofundada, além de convivência intensa em eventos culturais e educacionais no Maranhão e em São Luís, entre setembro de 2023 e maio de 2024. Durante os encontros, Regina compartilhou aspectos de sua trajetória pessoal, da prática do tambor de crioula e das políticas culturais desenvolvidas na cidade. Os dados foram analisados com base na interseccionalidade, considerando fatores como raça, classe e gênero e seus impactos na cultura popular. Essa abordagem permitiu compreender os desafios enfrentados por Regina na manutenção e difusão dessa forma de expressão, considerada patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao final, evidencia-se como ela combina saberes tradicionais e economia criativa na produção de bens e serviços culturais. Tal prática ocorre em um cenário marcado por políticas culturais ainda frágeis, destacando sua contribuição para o fortalecimento da cultura popular e para a valorização das mulheres no tambor de crioula.

Palavras-chave: Coreira, Cultura, Mulheres, Raça.

ABSTRACT

In this text, female participation in popular culture is discussed through the life and work trajectory of Ana Regina Braga Arcanjo, a coreira of the tambor de crioula in São Luís, Maranhão. The analysis details the constitution of her career, considering both individual and structural aspects, aiming to highlight the strategies used to build and consolidate her professional identity in an unequal and adverse cultural context. An in-depth interview was conducted, along with immersive participation in cultural and educational events in Maranhão and São Luís, between September 2023 and May 2024.

Recebido em 9 de setembro de 2024.
Avaliador A: 12 de novembro de 2024.
Avaliador B: 14 de novembro de 2024.
Aceito em 27 de janeiro de 2025.

CC BY

During these encounters, Regina shared aspects of her personal journey, the practice of the tambor de crioula, and the cultural policies developed in the city. The data were analyzed based on the concept of intersectionality, considering factors such as race, class, and gender and their impacts on popular culture. This approach enabled an understanding of the challenges Regina faces in maintaining and disseminating this way of expression, which is recognized as cultural heritage by the National Institute of Historic and Artistic Heritage. Finally, it becomes evident how she combines traditional values and creative economy in the production of cultural goods and services. This practice takes place in a context marked by still-fragile cultural policies, underscoring her contribution to strengthening popular culture and valuing women in the tambor de crioula.

Keywords: Culture, Race, Tambor de crioula dancer, Women.

INTRODUÇÃO

Debato a participação feminina na cultura popular por intermédio da trajetória de vida e trabalho de Regina Arcanjo, coreira do tambor de crioula, na cidade de São Luís. Analiso seu processo de constituição enquanto coreira, pondo em tela aspectos individuais e estruturais para evidenciar estratégias mobilizadas na criação de sua identidade cultural e profissional.

Quanto ao levantamento e análise dos dados, realizei uma entrevista em profundidade com a interlocutora[1], além de convivência em uma série de eventos culturais e educacionais no Maranhão e em São Luís, entre os meses de setembro de 2023 e maio de 2024, em que ela delineou aspectos importantes de sua trajetória, do tambor e da cena cultural ludovicense.

A análise dos dados é feita a partir da harmonização entre estudos feministas, estudos sobre cultura popular, economia criativa e biográficos. Depreendo que Regina é portadora de um discurso de reafirmação da cultura popular, da negritude e do feminismo. A ideia do texto é justamente entender os momentos em que a interlocutora assimila e passa a difundir um discurso que assevero decolonial, valorizando saberes de povos subalternizados. Um discurso cujos símbolos agenciados saem da negatividade e do ostracismo para a afirmação e a visibilidade, assim, desconstruindo estereótipos que pairam sobre mulheres negras.

O texto está dividido em cinco seções inter-relacionadas. A primeira, intitulada “Meu contato com Regina”, explora a minha chegada em São Luís, apresentando uma síntese sobre a política cultural da cidade, construída a partir de contato com artistas e fazedores de cultura do

1 A entrevista foi conduzida com o consentimento livre e esclarecido da participante. A participação foi voluntária, em conformidade com os preceitos éticos da pesquisa científica.

campo popular. A segunda parte é batizada de "Principais características do tambor de crioula", na qual especifico os elementos cruciais para o entendimento dessa manifestação da cultura popular maranhense, baseando-me em textos de Sérgio Ferretti[2], nas entrevistas e observações *in loco***.**

Na terceira seção, nomeada "Elementos biográficos: família, estudos e viração", introduzo diversas informações sobre seu percurso. A ideia é situar o leitor em aspectos fundamentais de sua vida, evidenciando experiências passadas e reinterpretações elaboradas hoje. Enfatizei a biografia para revelar situações de opressões no campo racial, do gênero e de classe no contexto de São Luís. O que se quer salientar é o entrelaçamento da subjetividade e da objetividade por meio de suas experiências que são *pari passu* individuais e sociais.

A quarta se chama "Casa de Areia, ponto de inflexão". Nela apresento uma experiência marcante que funcionou como um empuxo na sua percepção da realidade e, consequentemente, em sua carreira. A última parte, "Corporeira: o exercício de uma fórmula", joga luz sobre o aprendizado e a operacionalização de um expediente de trabalho que mescla perspectivas feministas e decoloniais com premissas da economia criativa, fazendo um uso estratégico da cultura.

Concluo realçando a importância de conhecermos mais trajetórias como as de Regina por uma dupla razão: inicialmente, pela produção de inteligibilidade sobre a constituição de carreiras, as estratégias em busca de reconhecimento profissional, assim, visibilizando a participação das mulheres no mercado de trabalho artístico ainda diminuta, mesmo no campo da cultura popular. Ademais, para expor o hiato existente entre as políticas públicas e a realidade que elas deveriam transformar com seus programas e conjunto de ações, ficando evidentes contradições basilares como a falta de desenvolvimento, a exclusão social e a baixa participação.

MEU CONTATO COM REGINA

Em 10 de junho de 2023, cheguei a São Luís com o olhar modulado para compreender as manifestações culturais afro-indígenas como trabalho. A experiência da pesquisa de campo foi possível graças a uma bolsa de pós-doutorado financiada pela Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Pós-

2 Destacado antropólogo das religiões e culturas populares maranhenses que trabalhou no processo de registro do tambor de crioula como patrimônio imaterial.

Graduação na Amazônia Legal[3]. Em pleno São João ludovicense, vi e ouvi muitas apresentações de palco de bumba meu boi[4]; meus interlocutores iniciais trataram de minudenciar para mim os sotaques que diferenciam os estilos dessa manifestação cultural.

Quando não estava em alguma apresentação de boi, estava envolto nas de tambor de crioula[5]; ambas acontecem nos mesmos espaços. A maioria das apresentações que vi foram no largo da Igreja de Santo Antônio. Estava hospedado num lugar estratégico, na Fonte do Ribeirão, no Centro Histórico, lugar no qual são realizadas rodas de tambor, geralmente, nas noites de terça-feira. Era minha segunda vez em São Luís, mas não tinha parado para apreciar uma roda de tambor até então, tinha ido apenas à Casa do Tambor de Crioula, localizada na Rua da Estrela, no Reviver, no Centro Histórico.

Tive a oportunidade de conversar com Regina Arcanjo nos meus primeiros dias em São Luís, quando ela visitou a proprietária da casa em que eu estava hospedado. Almoçamos juntos num sábado chuvoso. Conversamos bastante e fiquei encantado com a sua desenvoltura ao falar sobre a cultura e o território maranhense. Regina é coreira (dançarina de tambor de crioula), multiartista, produtora de cachaças e pimentas e guia de turismo.

De primeira, Regina não me deu tanta importância quando atinei sobre a possibilidade de conversarmos mais calmamente sobre o seu trabalho. Lembro-me bem que expressou certa incredulidade na pesquisa e na universidade. Como estamos experimentando um largo momento de incredulidade no saber científico e na autoridade dos pesquisadores, não me deixei abater em meus propósitos.

Lá pelo terceiro mês na cidade e com o lançamento dos editais da Lei Paulo Gustavo[6], ofereci um curso gratuito de elaboração de projetos culturais, sugestão que me apareceu numa ida a um terreiro de tambor de mina[7], dentro de um carro, com uma antropóloga, um abatazeiro[8] e outros filhos de santo. Acatei a demanda e montei o curso, misturando minha experiência

3 Área que engloba nove estados do Brasil pertencentes à bacia amazônica, instituído pelo Governo Federal via Lei nº 1.806/1953, reunindo regiões de idênticas características, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica

4 O bumba meu boi é uma manifestação da cultura popular brasileira. No Maranhão, a expressividade do bumba meu boi é reconhecida como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e reconhecido como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

5 Manifestação da cultura popular maranhense. Daremos melhor definição na seção “Principais características do tambor de crioula”.

6 Lei Complementar nº 195/2022, que destinou R$ 3,862 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal para aplicação em ações emergenciais que visem combater e mitigar os efeitos da pandemia da covid-19 sobre o setor cultural.

7 Tambor de mina é uma religião de matriz africana praticada no Maranhão desde meados do século XIX.

8 Homem que toca e zela pelos instrumentos percussivos e no tambor de mina.

administrativa na área cultural com formação didática que se encontrava dormente. Para pensar conforme Marilyn Strathern (2024), eu diria que as oficinas de elaboração de projetos culturais se transformaram num imprescindível dispositivo relacional que me permitiu posterior reflexão etnográfica.

Regina frequentou diversas edições do curso, desde o começo até as últimas edições, no Solar Cultural Maria Firmina dos Reis, mantido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas primeiras como audiência, depois como produtora das oficinas, ela cursou e entendeu a dimensão da educação popular e o compartilhamento de um saber técnico para um público que, até então, não tinha oportunidade de cursar algo igual, embora necessitasse. Foi com o intuito de levar essa tecnicidade para mais pessoas que Regina decidiu ajudar, organizando comigo as oficinas e, a partir de então, estabelecemos um novo patamar de conversa.

A política cultural em São Luís está sequestrada por uma perspectiva tão antiga quanto cruel: o patrimonialismo. Há um uso muito específico da cultura que alça uns e põe outros para baixo, baseado no critério de proximidade e confiança, um sentido de identidade/diferença que estabelece e reconhece os meus e os outros. Dessa maneira, "o que é fácil pra uns, é muito difícil para outros", informavam-me muitos dos meus interlocutores. Tal fato tem afastado as pessoas da política pública de cultura, do mesmo modo que a própria política se afasta do sentido moderno que se quer efetivar no país, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 2016). A execução da Lei Aldir Blanc, ao longo da pandemia, levantou uma série de suspeitas de corrupção, segundo Regina:

> algumas pessoas já carimbadas receberam, outros não receberam, acredito que entrou no fuxico e ficou por isso mesmo, lembro bem da falta de organização, das filas enormes, do vai e vem. Os artistas aqui têm pouco apoio para tocar as suas carreiras, falo por mim própria que estou no ramo, mas correndo vários riscos… (Regina Arcanjo, 2023).

Em diferentes estados, os editais e a renda emergencial atrasaram bastante, as respostas institucionais foram tardias na execução da Lei Aldir Blanc, o tom apreensivo da pandemia deixou amplos setores da administração pública desnorteados. Lembremo-nos que a atuação do executivo federal à época da pandemia foi deplorável. O que causa estranhamento é a indeterminação e a inconsequência acontecerem novamente na execução da Lei Paulo Gustavo, em São Luís, marcada por uma miríade de problemas como o vazamento de dados pessoais sensíveis e o não pagamento dos projetos contemplados, meses após o lançamento dos resultados.

Já na alçada estadual, vi e li denúncias de corrupção veiculadas na mídia local. Jornais e sites locais, *O imparcial*, *Maranhão de Verdade*, *Atual 7* e blog do *Antônio Martins* divulgaram uma série de matérias em que apontavam para supostos desvios de verba. A Secretaria não lançou os editais para o audiovisual e demais linguagens até abril de 2024. Não há planejamento

para além das formalidades obrigatórias do planejamento plurianual (PPA), conforme artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

A literatura sobre a política cultural no Maranhão e em São Luís aponta que esse uso estratégico da cultura e a manipulação de grupos culturais populares tiveram início em meados dos anos 1960, com a eleição de José Sarney (Albernaz, 2004; Cardoso, 2005, 2008). Quando lemos os trabalhos citados, percebemos que há uma administração desses grupos a partir do entrelaçamento entre austeridade e oportunidade. Assim, os agentes culturais que se comportam e atendem às expectativas dos governantes são beneficiados.

Tal feito vem sendo reprisado a cada governo, inclusive, por partidos de esquerda que nunca ofereceram outro tom político para a área cultural. Regina, nesse tocante, diz que entre esquerda e direita, ela continua sendo "preta e do tambor", retomando a filósofa Sueli Carneiro[9]. O fato de grupos à direita e à esquerda operarem a política cultural a partir de uma mesma matriz personalista é sentida pela maioria de meus interlocutores. Eles experimentam certo imobilismo social e apontam que as coisas não podem ser diferentes. No decorrer das oficinas, cursistas diziam "você logo verá como são as coisas aqui no Maranhão, professor" ou ainda "isso que você está falando aqui não funciona".

Tais representações e sentimentos me fizeram pensar no trabalho do antropólogo frente ao atual estado das coisas e da potencialidade da indignação como modelo para a construção de uma realidade diferente (Nader, 2020). Como narrar esses problemas sociais existentes e sentidos pelas pessoas que deveriam ser amparadas por políticas públicas em um estado democrático e, simultaneamente, aproximar os indivíduos da Antropologia, para além dos muros acadêmicos, revitalizando, assim, a sua relevância (Borofsky; De Lauri, 2019)?

Borofsky e De Lauri (2019), assim como antropólogos ligados ao campo hermenêutico estadunidense (Clifford; Marcus, 2016), têm defendido que a etnografia deve não só explicar situações vividas pelas pessoas, mas encorajá-las a participar de processos políticos que são decisivos sobre a vida dessas mesmas populações, reforçando, dessa maneira, o sentido epistemológico da participação.

Esse sentido de participação ocorreu em São Luís. Ter a presença de Regina nas oficinas trouxe maior segurança para mim e confiabilidade do público tão cabisbaixo quanto incrédulo em ações políticas concretas e positivas para os agentes culturais sub-representados no fomento artístico-cultural público. Depois desse contato mais robusto devido às oficinas, Regina revelou que gostaria de ser uma interlocutora quando estávamos em um bar da avenida litorânea comemorando o resultado das oficinas, nossa parceria, no feriado de finados, em 2023.

De lá para cá, gravamos pelo menos quatro encontros, nos quais conversamos sobre

9 SANTANA, Bianca. **Continuo preta**: a vida de Sueli Carneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

diversos aspectos de sua vida e seu trabalho. A partir desses momentos de interlocução, pude minudenciar uma trajetória de contratempos e conquistas entre instituições como a família, o Estado e o mercado.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TAMBOR DE CRIOULA

A primeira informação é que o tambor de crioula, desde 2007, é considerado uma forma de expressão e Patrimônio Cultural do Brasil, aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), incrementando um mercado de bens e serviços culturais em torno da manifestação. Outras delineações importantes foram fornecidas pelo antropólogo Sérgio Ferretti (2002, 2006a), que enxerga a manifestação cultural como

> uma forma de divertimento produzida no contexto de uma classe social. Possui certos aspectos com a religiosidade popular, sendo uma forma ritual de pagamento de promessas. Mas não é uma dança de cunho exclusivamente religioso como o Tambor de Mina… é sobretudo uma forma de diversão de um dos setores populares da sociedade maranhense […] A dança é ainda praticada predominantemente por descendentes de negros, tanto no meio rural como no urbano, apresentando variantes principalmente no que se refere ao ritmo e à forma de dançar (Ferretti, 2002, p. 28).

O tambor de crioula no Maranhão é uma dança de negros escravizados ao som de tambores, que mixa elementos sagrados e profanos. É muito comum que os homens toquem os três tambores – grande, meião e crivador. As coreiras, por seu turno, dançam e cantam formando uma roda também chamada de cordão. A entrada e saída dessas mulheres é marcada pela punga/pungada/umbigada, elemento marcante na dança do tambor de crioula (Ferretti, 2002).

A punga é um dos elementos de marcação da dança, quando a mulher que está dançando convida outra para o centro da roda, dançam juntas por algum tempo, encostam suas barrigas/umbigos, depois uma delas sai, dando continuidade ao cordão/roda. Existem outras modalidades dessa dança, aqui descrevo as formas mais comuns executadas pela informante e as que tive acesso. Porém, no interior do estado do Maranhão, há tambores de crioula em que os homens dançam e, inclusive, derrubam uns aos outros ao longo da brincadeira.

Ademais, segundo Ferretti,

> O tambor de crioula possui diversas relações com a religiosidade popular, não sendo correto afirmar que é manifestação exclusivamente profana, como querem alguns, pois como dissemos, na cultura popular o sagrado e o profano encontram-se intimamente relacionados. O tambor de crioula se relaciona tanto com o catolicismo popular como com o tambor de mina. É realizado muitas vezes como forma de pagamento de

promessa a São Benedito por uma graça alcançada (Ferretti, 2006, p. 106).

Ainda segundo Ferretti (2002), o tambor de crioula tem duas dimensões, uma ritualística, outra espetacular. São diferentes, entretanto complementares no desenrolar do tambor de crioula e presentes igualmente na trajetória de minha interlocutora. Em sua dimensão ritualística, o tambor é uma festa, oferecida ao santo como pagamento de promessa. A festa é feita informalmente por vizinhos, amigos e familiares. Os brincantes são convidados para se divertirem, vão com qualquer roupa, não há limitação de participantes. Normalmente, todos podem tocar, dançar ou cantar, a liderança é "democrática" na dança, na música e na programação, os brincantes não são remunerados, não existem ensaios, treinos ou reuniões. A bebida, amiúde cachaça, é servida pelo dono da festa, de acordo com as condições do organizador (Ferretti, 2002). A bebida pode ser ainda vendida por terceiros em barracas ou isopores na rua. O dono da festa deve solicitar licença à polícia indicando local, data, horário, e o espaço é escolhido pelo grupo social que prepara a festa: casa, quintal, rua, entre outros locais (Ferretti, 2002). No entanto, a festa ainda é marginalizada pelos preconceitos da sociedade; as manifestações culturais e religiosas afro-indígenas foram e ainda são perseguidas no Maranhão (Ferretti, 2002), no processo intitulado bastardização da cultura afro-brasileira (Nascimento, 2016).

Enquanto espetáculo, o tambor é organizado de outra maneira, com finalidades de mercado, vejamos: a apresentação é programada, apresentada a turistas, realizada por grupo formalizado como pequenas empresas; os brincantes são convocados, contratados e pagos pelos promotores do evento, apresentam-se com "farda" do grupo; o número de participantes é limitado, participam apenas as pessoas do grupo; a agremiação é formalmente liderada; a apresentação tem tempo de duração; a bebida é distribuída com rigor, moderação e cuidado para ninguém se exceder; e os organizadores determinam local, data e hora. Em sua dimensão espetacular, a manifestação cultural é vista e valorada como exótica pela sociedade. Percebe-se um processo de higienização da prática cultural, conforme destacado por Ferretti (2002), uma adaptação ao mercado dos bens e serviços culturais, especialmente depois que se tornou patrimônio imaterial brasileiro.

A interlocutora atua nas duas vertentes apresentadas pelo antropólogo. Regina é devota de São Benedito, organiza a sua promessa todo os anos, no coreto da Beira-Mar, no Centro Histórico, depois que foi curada de um câncer na mama, e faz apresentações de tambor para escolas, empresas de turismo e instituições, animada por múltiplos sentidos: sociais, educativos, artístico-culturais e relativos à saúde.

Regina Arcanjo possui uma parelha — o trio de tambores e algumas saias; quando há eventos, ela trata de convidar os coreiros — tocador do tambor, e algumas mulheres, com quem comumente trabalha. "Outras sempre aparecem, umas são convidadas, outras avisadas, umas

saias eu entrego, outras meninas precisam levar", destaca a coreira. Quando os eventos são no Centro/Praia Grande, tem seu trabalho facilitado, pois chama "os meninos que já levam os tambores, pegamos a lenha e vou me arrumar, agora quando não é aqui o bicho pega, preciso de transporte, uma confusão, mas a gente resolve", explica.

Essa dificuldade vivenciada por Regina já foi percebida pela pesquisadora Mundicarmo Ferretti, que apontou o crescente interesse do turismo pelas religiões e culturas praticadas no Maranhão. Ela salienta que o poder público deve acompanhar e fornecer apoio logístico para que o interesse econômico não supere a dimensão de promessa, obrigação e prazer empreendidos pelos devotos (Ferretti, 2006).

Merece relevo ainda a agência de Regina num universo tomado pelos homens. Ela, além de dançarina do tambor, também é organizadora. Estudos sociológicos sobre a cultura e as artes, rotineiramente, apontam que tanto o espaço erudito, quanto o popular são ainda dominados pela presença masculina, sendo diminuta a presença de mulheres, sobretudo não brancas (Costa, 2015; Segnini, 2011).

ELEMENTOS BIOGRÁFICOS: FAMÍLIA, ESTUDOS E VIRAÇÃO

Recorro aqui à certa fortuna crítica sobre a biografia nas Ciências Humanas (Bourdieu, 1996; Del Priori, 2009; Elias, 1995; Romanucci-Ross, 2001). Não utilizo a biografia para enaltecer um estilo de vida exemplar tal como se fazia com os santos ou para narrar a vida de pessoas célebres. Aqui, firmo na biografia de Regina, tornando palpáveis determinados elementos que configuram o tempo e o espaço de vida e trabalho no qual ela vem construindo sua história.

Ana Regina Braga Arcanjo tem 52 anos, possui 20 anos de experiência trabalhando com turismo e dez anos enquanto coreira. Nascida em Codó, cidade da zona dos cocais maranhenses, aos quatro anos de idade sua família migrou para o Túnel do Sacavém na periferia de São Luís. Regina "se virou" fazendo unhas na vizinhança, fazendo crochê e como professora leiga desde a infância; ela relata: "precisei trabalhar desde cedo, já fiz de um tudo, sempre gostei de ter o meu dinheiro". Vive até hoje acumulando uma série de pequenos trabalhos, num esquema de viração (Telles, 2006). Ela é filha de uma costureira e dona de casa, seu pai foi atleta, passarinheiro, garçom e trabalhava para os Nagib[10], que trouxe boa parte de sua família para trabalhar em São

10 Família influente no comércio e na política de Codó, terra natal de Regina.

Luís: "homens no comércio, mulheres nas casas, lavando e passando roupas", explica a coreira.

Em 1976, sua família migrou de Codó para São Luís. Umas tias foram morar na Vila Palmeira, ela e seus pais ficaram no Buraco da Onça, atual Túnel do Sacavém. Moravam em uma casa feita de palha, madeira e sisal. Contou-me que, por vezes, foi dormir com fome: "comia capitão, aquele bolinho de feijão amassado, com uma pitada de sal, só tinha aquilo. Comia, rezava, agradecia e ia dormir". Regina e seus irmãos complementavam a alimentação quando iam atrás de frutas na mata que existia perto de sua casa, contudo seus irmãos mais velhos achavam que ela dava trabalho, por ser muito pequena e magrinha; "o caminho era cheio de cacos de vidro, mato alto e tinha umas tubulações que eram da fábrica da Coca-Cola". Revelou-me que teve "uma infância pobre, mas feliz".

Na primeira infância estudou com Helena e Dona Aldenora Rubim, professoras do bairro, com quem aprendeu a ler e foi acompanhada até os seis anos de idade. Regina teve que repetir um ano para que aos sete pudesse acessar a escola pública. À época, já cuidava da casa e de seus irmãos menores, enquanto sua mãe ia buscar comida que era distribuída pelo Governo de João Castelo entre 1979 e 1982.

Fez o primeiro grau no Colégio Pio XII no Oiteiro da Cruz e no Polivalente na Vila Palmeira. Nesse período, sua mãe ficou doente, numa forte depressão devido às aventuras amorosas de seu companheiro que, à essa altura, era garçom do bar Ipanema, famoso no bairro Sacavém. Seu pai tinha um estilo de vida boêmio e duas mulheres fora de casa: "mamãe não conseguia se separar, ela não tinha quem te desse um conselho. O povo dizia que meu pai era um homem comum, isso fez com que ela morresse por dentro naquela época", narrou Regina.

No ensino médio estudou no Colégio Henrique La Rocque, no centro da cidade; ela não podia chegar atrasada, então apanhava de seu pai, que cronometrava seus passos: "estando ou não em casa, ele sempre sabia dos meus horários, meus irmãos e minha mãe falavam, se atrasasse apanhava". Sentia-se bastante presa, embora estivesse experimentando o centro da cidade pela primeira vez. Além de estudar, fazia comida no fogareiro de carvão e lavava louça. Pelas manhãs, levantava-se cedo, fazia café, comprava fiado nas quitandas de João do Pau, Seu Domingos e Dona Francisquinha, onde o pai possuía contas.

Nesse período, um dos poucos alentos que tinha vinha da presença de duas tias. Ana Maria de Jesus Viana, a Dindinha Ana, sua tia madrinha, que a incentivava a estudar bastante, dela só ganhava livros, "meus melhores presentes". A tia Ana a apresentou à obra e ao cantor João do Vale[11], quando fizeram uma viagem rápida a Pedreiras, terra do artista. Sua tia trabalhava em ações sociais e na saúde da mulher.

Outra tia presente em sua vida foi Maria da Anunciação de Jesus Silva, que a levava

11 João do Vale (1934-1996), músico maranhense famoso pela música "Carcará".

à praia do Olho D'água, sua outra paixão; "sentia uma boa sensação de mobilidade, quando passava pelo cais da Praia Grande, achava muito lindo", confessou. Outro fato notável revelado pela coreira foi o recebimento de "uma carta, uma bem grande e dentro dela, estava um recorte de jornal com um texto que ela tinha escrito lá no Rio de Janeiro, jornal de lá", escrita por essa mesma tia, que fazia ela se sentir amada e lembrada, mesmo à distância.

Ao longo da adolescência, dançou quadrilha junina, participou de escolas de samba e desfiles de beleza em seu bairro, organizados por Gerô, que fazia *jingles* para campanhas políticas. Aos 13 anos, passou a ser professora leiga assim como Dona Aldenora, sua referência nesse trabalho, "ajudei muita gente a entrar na Fundação Bradesco e no Colun[12]". Como professora trabalhou manhã, tarde e noite, pois as outras professoras populares do bairro haviam mudado ou falecido, assim, tornou-se referência para tal serviço. Aos finais de semana, Regina passou a fazer cabelo e unha das mulheres do bairro, e com esse dinheiro ajudava sua mãe, pois seu pai já estava muito ausente nas questões orçamentárias da casa.

Mesmo trabalhando tanto, Regina confessa que era criticada por alguns membros de sua família e da vizinhança, levando a alcunha de puta por usar roupas curtas, consumir bebida alcoólica, dançar e ir à praia. Nessa época, começou a perceber a sexualização de seu corpo e a violência contra as mulheres, principalmente negras, conforme apontado pelas pesquisas de Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2020), mas ainda não sabia reagir frente à violência de gênero (Piscitelli, 2017).

Quanto a isso, Regina diz:

> Com treze ou quatorze anos eu já tinha o corpo bonito, cintura, peito e bunda empinada, conhecida no bairro por ser professora dos meninos tudo, daí já viu, fiquei mal falada por saber e gostar de dançar, pelas roupas curtas e ir sempre que podia à praia e festas de reggae, mas eu sempre trabalhei para isso. Meu pai me perseguia, muito chato! (Regina Arcanjo, 2023).

A artista me contou que a primeira vez que ouviu a palavra "puta" direcionada a ela foi por seu pai, que se sentia pressionado pelos vizinhos, que mexiam quando ela passava: "ele dizia que eu provocava os homens". Por essa razão ficou de castigo várias vezes, mas nem sempre cumpria as penitências, pois "ele não ficava em casa pra vigiar, daí eu saía", confidenciou sorrindo. Acrescentou que "ele não tinha outra forma de lidar com a esposa e as filhas, reforçando o que tinha fora de casa, na sociedade"; a coreira percebe que seu pai seguia apenas o *script* fornecido pela sociedade sexista da qual fazia parte.

Atualmente, Regina nota que a violência e o sofrimento que antes estavam em sua mãe passam também a acompanhá-la e, possivelmente, atormentaram outras mulheres de sua família;

12 Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA).

salienta que não era apenas uma questão de sua casa, mas ampla e presente em toda a sociedade. Segundo autoras feministas negras, como Bairros (1995), Collins e Bilge (2021) e Nash (2019), é urgente pensar a inter-relação entre a raça, gênero, classe, entre outras especificidades que impliquem em mais opressões, com vistas à superação dessas dificuldades por meio de ações políticas contundentes.

Depois do Colégio Henrique La Rocque, por meio do qual conheceu o centro da cidade, Regina repetiu o ensino médio na Fundação Bradesco, na região do Coroado, pois havia tentado alguns vestibulares e não havia passado: "minha formação foi muito fraca, daí repeti na Fundação Bradesco, muito importante aquele lugar pra mim, aprendi muita coisa sobre o mundo, leituras sobre o meio ambiente e violência doméstica", relata.

Ainda no Bradesco, certo episódio fez com que acordasse para o tema do racismo que à época passou batido, mas que a "deixou bastante dolorida, incomodada". A coordenadora da escola ordenou que ela voltasse para casa, pois o cabelo não estava "bem penteado", ela tinha ido, segundo a coordenadora, com o cabelo fora do padrão da escola.

Regina possui cabelo crespo, estava com uns bobes, numa época em que a maioria das mulheres alisavam o cabelo, inclusive, ela própria. Ficou chateada, perdeu aulas naquele dia, pois atendeu à solicitação, contudo não encontrou forma de reagir naquela situação: "eu fiquei sem reação, porque eu tava com muita dúvida do que aquilo significava e eu não poderia acusar ninguém, né? De racismo, disso ou daquilo", relatou a artista. É perceptível que Regina, no passado, não conseguia reagir às violências que sofria, tanto as de gênero, quanto as raciais. Ao longo de sua infância e juventude não possuía as ferramentas da crítica, o seu meio social não a municiava para oferecer uma resposta àqueles embargos.

Simultaneamente cursava pela segunda vez o ensino médio e buscava qualificação profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), onde se formou nos cursos de almoxarifado, recepcionista, secretariado e guia de turismo. Com este último foi que obteve um posto de trabalho e inserção social.

Nessa época, cansada do convívio cheio de restrições em casa, decidiu morar com o seu primeiro companheiro, que conheceu a partir de seu primo Pelé do Barreto. Com ele foi residir no bairro Pão de Açúcar, em casa alugada, onde conviveram juntos por dois anos e meio. Ele trabalhava com solda e mecânica, mantinha a casa, no entanto a deixava sozinha e a impedia de sair de casa, o que a irritava: "eu lembrava da casa dos meus pais, que me limitavam", relembra Regina. O casal trocou de endereço visando melhorar o relacionamento, mas terminaram, pois não logrou êxito.

Voltou para a casa de sua família, sob o olhar machista de seu pai que a enxergava naquela altura como uma vagabunda, "uma mulher que ninguém iria querer caso não se ajeitasse", contou-me. Nesse período, tornou-se evangélica, frequentava à Igreja Universal do Reino de

Deus, no bairro do João Paulo, buscando "se entender", estava na esperança de encontrar um varão que a respeitasse e que vivesse em paz com ela. Lá permaneceu apenas oito meses, pois ficou muito incomodada por um discurso misógino de um pastor que criticou uma mãe que alimentava seu filho em um culto na igreja da Rua Grande, centro de São Luís.

Conheceu o seu segundo companheiro, em suas palavras, "um homem branco e trabalhador", com o qual conviveu por cerca de 14 anos. Revela ter vivido bem os primeiros anos, constituiu patrimônio, uma casa no bairro Alto do Turu, porém com o correr dos anos se viu em um relacionamento abusivo, limitada em suas potencialidades, além de agredida moral e fisicamente várias vezes, precisando, inclusive, de amparo médico e cirúrgico. Separou-se dele.

Esse é um relato vivo do que podemos encontrar nas frias estatísticas sobre a violência contra as mulheres. De acordo com o relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Datafolha Instituto de Pesquisas, a violência contra as mulheres aumentou ao longo da pandemia. O relatório informa que 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão no ano de 2022, o que corresponde à 18,6 milhões de mulheres acima de 16 anos. Dentre as mulheres que afirmaram ter sofrido violência no último ano, 65,6% eram negras, 29% brancas, 2,3% amarelas e 3% indígenas. O relatório diz ainda que no primeiro semestre de 2023, 722 mulheres foram vítimas letais no país, um crescimento de 2,6% comparado ao mesmo período do ano anterior (Bueno, 2023).

Dados recentes do Ministério das Mulheres informam que no Maranhão, em 2024,

> a Central registrou 1.522 denúncias – um aumento de 38,87% em relação ao mesmo período do ano passado. Entre as denúncias realizadas, 842 foram apresentadas pela própria vítima, enquanto em 680 o denunciante foi uma terceira pessoa. A casa da vítima ainda é o cenário onde mais situações de violência são registradas. No Maranhão, 642 denúncias tinham este contexto. O maior número de denúncias está relacionado à violência contra mulheres entre 35 e 39 anos (341). São as mulheres negras as vítimas mais frequentes nas denúncias (1.008 são pretas ou pardas) e são os seus companheiros (ou ex-companheiros) e esposos (ou ex-esposo) aqueles que mais cometem atos violentos (738) (Brasil, 2024).

Os dados evidenciam um cenário hostil, sobretudo para as mulheres negras, hostilidade que Regina busca contornar com seu trabalho com jovens e mulheres, conforme veremos mais à frente. Separada, Regina passou a morar no centro da cidade, para facilitar seu dia a dia, ficando aberta a outras experiências, a exemplo de "ver mulheres sozinhas se divertindo, bebendo, dançando, sem fuxico e sem atrevimentos de família". A essa altura de sua vida, Regina conheceu o feminismo: "a força das mulheres mais novas, ou até nem tão novas, mas que eu não conhecia, me fez ver que eu também tinha referências de força nas minhas tias", revelou.

A convivência com outras mulheres em circunstância de maior liberdade somada à

entrada na universidade fizeram com que ela se imaginasse num lugar de menor controle e, consequentemente, mais autonomia. “Na prática daquelas mulheres do centro e nos textos da universidade eu vi que outro lugar para mulher era possível”, disse Regina. Foi dessa forma que a coreira descobriu a luta das mulheres.

Concomitantemente, trabalhava em um salão de beleza no bairro Cohafuma, onde, certo dia, a dona do salão disse que precisava de alguém que entendesse de cultura maranhense para um trabalho. Regina se colocou à disposição e foi escolhida por saber onde ficava a cidade de Santo Amaro, na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A oportunidade era para trabalhar na equipe de apoio do filme *Casa de Areia*, em 2004, dirigido por Andrucha Waddington.

CASA DE AREIA, PONTO DE INFLEXÃO

Regina trabalhou em duas posições, inicialmente manicure, depois auxiliar de maquiagem, experiência que proporcionou o melhor cachê de sua carreira. Uma experiência valorosa, pois conheceu as atrizes Fernanda Torres e Fernanda Montenegro. Sentiu-se muito motivada a adentrar no ramo de turismo/cultura, curso que havia feito anteriormente no SENAC.

Participar da produção do filme *Casa de Areia* foi relevante por dois motivos. Um motivo profissional, ao passo que tornou menos remota a ideia de trabalhar na área cultural. Outro motivo foi comportamental, pois contribuiu para praticar a liberdade, “de não se abater pelo julgamento dos outros, com aquela equipe aprendi a trabalhar e aproveitar a vida, aprendi sobre boemia, compromisso, sobre uma vida de arte”, confessa. Abriu-se uma série de possibilidades. Fez estágio no Museu da Cafua das Mercês, em 2005, aprofundando-se na história do negro maranhense e tomou gosto pelos tambores até a conclusão do curso de Turismo e Hotelaria, em 2006.

Desde 2007, passou a trabalhar como guia de turismo, conhecendo seu estado de norte a sul: “eu precisava ter propriedade no que estava fazendo, por isso me aprofundei bastante, trabalhava demais”. Em 2008, foi selecionada para uma pesquisa em Alcântara, onde conheceu a política quilombola. Em 2010, enquanto bolsista do Instituto Federal do Maranhão, foi convidada pelos professores Vilton Soares e Terezinha Campos para algumas pesquisas na área de cultura, a primeira sobre moradores do Centro Histórico, realizando entrevistas; foi quando conheceu o Tambor do Mestre Amaral.

Ainda em 2010, viajou para Bacabal, no quilombo Catucá, onde aplicou questionários numa pesquisa sobre turismo comunitário, no âmbito do projeto Vida de Quilombo, associado à

Universidade Federal do Maranhão. Lá viu a importância "dos tambores e das tendas de terecô". Em 2013, foi à cidade de Imperatriz para entrevistar e aplicar questionários em comunidades ribeirinhas e indígenas, no contexto do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), promovido pelo IPHAN.

Em 2014, passou a frequentar o Tambor do Mestre Amaral com maior afinco; no início não se sentiu acolhida, mas aos poucos descobriu seu lugar. "Houve alguns embates no início, as mulheres na roda não abriam fácil, era difícil", explica. Fato que conjugava com seu passado de evangélica, ela não sabia exatamente o que era o tambor, se era religião, se era só uma dança, confessou que temia muito o envolvimento. Essa confusão é muito comum; Ferretti (2006) aponta que talvez ela tenha surgido pelo fato de Mário de Andrade ter considerado música de feitiçaria no âmbito da Missão de Pesquisa Folclórica, no final dos anos 1930.

Regina diz ter aprendido o que é o tambor de crioula quando colocou a saia pela primeira vez num evento do Instituto Federal Maranhão (IFMA) e foi elogiada pela coreira Ana Lúcia, artesã da Praia Grande e dançarina do Tambor Arte Nossa, organizado por Simei Dantas, localizado à rua da Palma. Ana Lúcia perguntou sobre sua dança e onde ela teria aprendido tão bem. Regina respondeu: "eu me libertei ao ver uma mulher casada dançando, ela andava só, dançava e vivia a vida, essa mulher era a Ana Duarte […] eu ainda me sentia muito presa enquanto mulher". À época, Regina residia no Beco da Baronesa e ia todos os dias ao Tambor do Mestre Amaral, na rua da Montanha Russa.

Depois de alguns meses participou da promessa, viu a matança dos bichos, o corte de carne e a tiração da pele, que seriam depois entregues às cozinheiras. Ajudou na distribuição da comida aos convidados, o tambor era bastante popular naquele momento. Nesse período, foi convidada para adquirir uma saia, comprou todo o kit, "saia, anágua, blusa e a joia para o santo". Passou a ser chamada de coreira pela primeira vez por seus amigos e gente ao redor.

> Nessa época, eu tinha muito medo das pessoas, gente que eu admirava estava perto de mim, Rosa Reis, como assim? Ninguém me conhecia, "de onde ela veio?", era o que eu ouvia tanto […]. Outra coisa que me fez acreditar, a TV Mirante me procurou, eu estava no lugar certo, na hora certa, para falar sobre as pimentas que preparo. Foi a forma como fui superando o medo, eu não me via como elas (Regina Arcanjo, 2024).

A entrevista foi realizada para o Programa Daqui, em 2020, antes da pandemia de covid-19, da TV Mirante, afiliada à Rede Globo, na Fonte do Ribeirão. Regina foi convidada para as comemorações do mês da mulher e para falar sobre o aniversário de Maria Firmina dos Reis[13]. Ela teve a oportunidade de contar a sua história para um público mais amplo, com

13 Maria Firmina (1822-1917) é considerada a primeira romancista brasileira e a primeira professora concursada no Estado do Maranhão. Em 1859, publicou a obra inaugural da literatura afro-brasileira, o romance abolicionista

alguma projeção estadual. Regina percebeu o sentido do tambor em sua vida quando sentiu a batida dele em seu ventre, notou que estava

> virando uma artista sem saber, foi brincando, mas também superando muitos olhares de discriminação, muita falta de acolhida […] quando peguei minha saia, aquele pano me libertou, eu vesti, paguei e ninguém tomava. Eu aprendi que a dança estava dentro de mim […] também foi importante ver o altar do Tambor do Mestre Amaral junto com a memória da minha infância em Codó, com imagens dos santos, pretos velhos e concepções tão antigas, me percebi coreira mesmo (Regina Arcanjo, 2024).

A participação na equipe de *Casa de Areia* foi um divisor de águas, pois Regina teve acesso não só a uma equipe profissional na área das artes, mas também, e principalmente, à dimensão de sua subjetividade enquanto mulher, preta e, acima de tudo, pelo legado represado em sua memória, mas pouco explorado por sua agência até aquele momento. Desde então, passou a fazer aulas de teatro no Centro de Artes Cênicas do Maranhão (CACEM), participou do coletivo Di Bando e desenvolveu diversos projetos, entre eles Corporeira, Catarina Mina, Catirina, Neguinha do Leite, Ana Javanesa e Tambor de Sete Saias de São Benedito.

CORPOREIRA: O EXERCÍCIO DE UMA FÓRMULA

O que Regina vive é passível de associação ao debate de Neusa Santos Souza, cuja inspiração em Frantz Fanon nos leva a pensar não somente nos custos emocionais e psíquicos do racismo, mas também na força de escrever uma nova consciência frente à violência racial:

> Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, por meio de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência […] assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 2021, p. 115).

A multiartista Regina Arcanjo imprime um tom decolonial a seus bens e serviços culturais; ela tem elaborado um discurso sobre o lugar da mulher negra na cultura popular

Úrsula, escrito em meados do século XIX, o primeiro a ser produzido por uma mulher negra brasileira. Diversos autores consideram seu romance com grande relevância documental e histórica por retratar a estética cotidiana de homens e mulheres escravizados no Brasil oitocentista. Regina retoma esse legado, bem como de outras mulheres negras, com o intuito de fortalecer as mulheres no presente, conforme veremos mais à frente neste texto.

maranhense, promovendo visibilidade para mulheres do passado e do presente. Essa é a sua estratégia na construção de sua identidade profissional e seu uso estratégico da cultura (Yúdice, 2006). Isso acontece em um contexto em que parte generosa das coreiras e tocadores de tambor são analfabetos, leem e escrevem pouco sobre a realidade da cultura popular, daí a relevância da insubmissão de Regina. Quanto a isso, disse-me:

> A gente do tambor é visto de maneira negativa, como rápida diversão e ninguém, nem universidade, nem o povo da cultura faz nada por nós, uma ação que seja edificadora de nossos saberes, seria importante que muitos de nós do tambor tivéssemos o letramento que eu adquiri na minha caminhada, quando posso divido o que sei com eles, com as coreiras, para que elas também virem a chave e façam um trabalho forte e consciente, juntos seríamos imbatíveis (Regina Arcanjo, 2023).

A coreira entende que parte do que se passa com a cultura popular e negra maranhense é fruto do racismo que repercute na gestão da cultura. Regina pretende superar essa visão negativa e deturpada do negro construída ao longo da modernidade e no processo de colonização eurocêntrica e pela colonialidade de gênero. Conforme a socióloga argentina María Lugones:

> Hasta cierto punto, entienden el género en un sentido más amplio que Quijano; es por ello que no sólo piensan en el control sobre el sexo, sus recursos y productos, sino también sobre el trabajo como racializado y engenerizado simultáneamente. Es decir, reconocen una articulación entre trabajo, el sexo, y la colonialidad del poder. Oyewùmi y Allen, por ejemplo, nos han ayudado a darnos cuenta de la magnitud total del alcance del sistema de género colonial/moderno en la construcción de la autoridad colectiva, de todos los aspectos de la relación entre capital y trabajo, y en la construcción del conocimiento[14] (Lugones, 2008, p. 99).

Amparada por essa onda decolonial, Regina visa desconstruir lugares aprisionadores das experiências das mulheres negras, criações imagético-discursivas criadas pela opressão de gênero e raça capitaneadas pelo eurocentrismo e pela colonialidade do poder ainda persistentes no dia a dia da gestão cultural em São Luís que põe no escanteio a produção cultural negra. Regina traduz essa dura realidade para um público amplo a partir da linguagem artística, e por essa razão seu trabalho é tão relevante.

Esse *insight* começou com a produção de Corporeira, entre novembro e dezembro de 2017, resultado de treinamento e exercícios do coletivo Di Bando, durante o projeto *Someday, Sundae*, com os incentivos da multiartista Tieta Macau. Na performance Corporeira, Regina

14 "Até certo ponto, eles entendem o gênero de forma mais ampla do que Quijano; por isso consideram não apenas o controle sobre o sexo, seus recursos e produtos, mas também o trabalho como simultaneamente racializado e generificado. Ou seja, reconhecem uma articulação entre trabalho, sexo e a colonialidade do poder. Oyewùmi e Allen, por exemplo, nos ajudaram a perceber a amplitude total do alcance do sistema de gênero colonial/moderno na construção da autoridade coletiva, em todos os aspectos da relação entre capital e trabalho, e na construção do conhecimento" (tradução livre).

Arcanjo faz uma autoanálise, momento em que retorna ao seu íntimo e real viver, enfrentando traumas, ruminando um processo desde 2004.

A partir dessa experiência, a artista começa a operar uma fórmula que combina raça e cultura a um só tempo, marca que estará presente em todo o seu trabalho posterior. Segundo Regina,

> Corporeira foi uma forma de entender a imponência dos nossos antepassados, para além da imponência desses prédios, eles são estáticos, nós somos dinâmicos […] O nosso **corpo é um documento vivo, uma massa material que constrói uma história imaterial** […] isso traduz em mim histórias por meio do meu corpo. **Eu continuo sendo eu, apesar de tudo** (Regina Arcanjo, 2023, grifos nossos).

Regina aciona a ideia do corpo-documento, uma massa atravessada por uma série de problemáticas sociais, seu corpo doente, testemunha contra o poder. Corporeira é um registro artístico de uma trajetória acidentada, com altos e baixos, de uma mulher negra. Segundo Regina, "combater o câncer físico pra mim foi bem-sucedido por ser palpável, no caso do câncer social é desafiador, por ser volátil, como o éter, pra ele ser combatido é preciso se autoconhecer, aprofundar os conhecimentos, se impor e reagir". Regina sente que por ser mulher e negra é afetada por opressões tão duras quanto o câncer que superou, mas afirma que a dinamicidade das opressões sociais termina por dificultar a reação ao poder, daí a importância do autocuidado, dos estudos e da ação política para enfrentar o que denominou câncer social.

Seu aprofundamento no tambor de crioula promoveu a redescoberta de histórias familiares e, sobretudo, de mulheres trabalhadoras e do terecô[15], que orientam os seus caminhos, a partir de diálogos ancestrais operados por sonhos e revelações que permitem mais consciência da importância da preservação de si própria, dos outros e da cultura popular. Regina imagina "o Corporeira como uma ferramenta de comunicação para o autocuidado para mulheres, uma coisa de saúde, se conhecer, uma orientação profilática".

Com o Corporeira, Regina mescla os campos da saúde e cultura, uma vez que a proposta desse projeto tem sido expandir os horizontes de cuidados com a saúde física e mental de mulheres, sobretudo negras e que foram e ainda são vitimadas por seus companheiros. Regina nos faz lembrar de bell hooks (2015) quando explora o tema das mulheres que sofreram em relacionamentos, que ficam marcadas como párias sociais quando se erguem e denunciam seus agressores. Regina, assim como bell hooks e outras feministas, aponta que é preciso erguer a voz, "que suportar castigos físicos e emocionais não é prova de amor, não, esse é o propósito de meu projeto", como comenta a coreira.

Outro trabalho marcado pelo tom feminista decolonial é Catarina Mina, em que a artista

15 Religião afro-brasileira originada em Codó, conhecida igualmente como tambor da mata.

apresenta para um público mais amplo essa personagem ludovicense:

> eu nunca ouvi falar dessas mulheres na escola, além da Maria Firmina dos Reis […] só ultimamente é que o pessoal da universidade também vem falando delas, em vários eventos aqui, inclusive, na Vale[16], o pessoal vem falando dessas importantes mulheres que tinham desenvoltura e boa comunicação na sociedade escravagista. A casa de Catarina Mina é um exemplo. Hoje a casa dela abriga o acervo de uma história francesa, europeia, enquanto poderia preservar a memória de Catarina, um museu sobre a memória da mulher negra do Maranhão. É por isso que eu faço esse trabalho para ajudar a popularizar que mulheres negras também foram importantes na construção da cidade […] **Até você se participar desses espaços aprenderá mais sobre a história das mulheres negras maranhenses, elas existiram, mas estão apagadas. Esse meu relato e o seu texto ajudarão a divulgar isso, por isso que estou aqui, gosto de falar sobre, é importante para ampliar a visão dos demais, eu acho que é por aí. É um trabalho coletivo nosso […] como eu estudei, eu também já domino alguns códigos da cultura, das linguagens e da importância para a memória. É um documento** (Regina Arcanjo, 2023, grifo nosso).

Seja no receptivo pelo Centro Histórico oferecido a turistas, seja nas dramatizações nas escolas e universidades, Regina trata de passar o legado dessas personagens femininas do século XIX por considerar que elas tiveram um comportamento elogiável e incentivador para a trajetória de outras mulheres, inclusive hoje, oferecendo, dessa maneira, histórias diferentes sobre mulheres num lugar de participação, ação e até prestígio. "É como gosto de dizer, as mulheres não param quietas", confirma a artista sorrindo.

Catarina Mina foi escravizada e, ainda assim, conseguiu comprar sua alforria. Catarina Rosa Ferreira de Jesus deixou, inclusive, bens em testamento, superando uma série de adversidades da sociedade escravagista (Silva, 2017). De acordo com Patricia Hill Collins (2000),

> As part of a generalized ideology of domination, stereotypical images of Black womanhood take on special meaning. Because the authority to define societal values is a major instrument of power, elite groups, in exercising power, manipulate ideas about Black womanhood. They do so by exploiting already existing symbols, or creating new ones. These controlling images are designed to make racism, sexism, poverty, and other forms of social injustice appear to be natural, normal, and inevitable parts of everyday life[17] (Collins, 2000, p. 69).

16 Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM), mantido pela Vale S.A, companhia Vale do Rio Doce.

17 "Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da mulher negra assumem um significado especial. Uma vez que a autoridade é um dos principais instrumentos de poder para definir os valores da sociedade, os grupos de elite, ao exercerem o poder, manipulam as ideias sobre a mulher negra. Fazem-no explorando símbolos já existentes ou criando outros. Essas imagens de controle são concebidas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam ser partes naturais, normais e inevitáveis da vida cotidiana" (tradução livre).

Regina ativa a memória e relembra a personagem respeitável da São Luís oitocentista, num duplo movimento para não se esquecer daquela figura, mas também, e sobretudo, fortalecer as mulheres de hoje, evidenciando que elas devem continuar lutando, que não devem se deixar controlar pelas ideologias dominantes que teimam em confinar mulheres negras em lugares subalternos.

Dito de outro modo, a pesquisa e a tradução feitas por Regina permitem incrementar currículos escolares, operação tão ensejada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica do Brasil. Esses dois dispositivos são hoje os principais instrumentos de luta contra o racismo na área educacional.

Regina alude a entraves no desenvolvimento desses empreendimentos, esbarrando justamente na obtenção de crédito, gestão financeira e capacitação profissional. Destaque-se que ela empreende por necessidade e não por oportunidade. Dito de outro modo, ela "empreende", pois não pode "ficar parada". O tal empreendedorismo aqui é apenas uma nomenclatura mal adaptada. A sua vida tem mais a ver com uma experiência de viração, pois, segundo Regina, "foi o que sobrou pra mim, eu já tentei concursos públicos e estabilidade, mas não teve jeito […]. Quando me aprofundei no tambor eu decidi investir nisso de ter ganho e me dedicar às minhas raízes".

Entendo o empreendedorismo de forma crítica, vejo-o como uma ideologia difundida, um catecismo ofertado, justamente, em um momento de retração do emprego. O Estado e as empresas passam a responsabilidade da empregabilidade para os indivíduos, que sobrevivem entre uma e outra ocupação, com frequência, precárias (Chauí, 2014; Dardot, Laval, 2016).

Como já apontado, Regina não pode contar com o apoio estatal; as atuações das secretarias municipal e estadual de cultura são débeis do ponto de vista organizacional e má conduzidas politicamente. Ela, assim como outros artistas, já teve cadastro como microempreendedora individual (MEI), endividou-se, está pagando-o e agora teme reativá-lo, preferindo ir aos poucos, mesmo que concorrendo em editais e projetos com valores modestos, evitando dores de cabeça.

Fala-se bastante em empreendedorismo na Amazônia Legal, partindo do pressuposto de que a biodiversidade tem fundamental contribuição no desenvolvimento sustentável. Contudo, empresas, grandes agentes no campo econômico, falam de um custo amazônico que significa, por exemplo, gastos extras com transporte e logística, distribuição de energia, comunicação e conectividade (Alves, 2023). Imaginemos, então, o que passam os indivíduos que empreendem na região.

De mais a mais, parece não haver clareza ou ainda empenho por parte do Governo Federal e dos locais sobre o que significa, qualitativamente, o risco amazônico dos empreendimentos,

tendo ele se transformado em percentual a mais ou bônus em editais que fomentam projetos culturais, isto é, um fenômeno com expressão numérica, conforme crítica de Castro e Castro (2015).

Se se quer uma dinâmica cultural no diverso território da Amazônia Legal, é essencial que o Governo estabeleça uma matriz macroeconômica que considere as dificuldades internas da região. Só assim será possível garantir a sustentabilidade econômica dos empreendimentos culturais nos médio e longo prazos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de uma hagiografia, mostramos que a trajetória de Regina Arcanjo é permeada por percalços de toda a sorte, desde tenra idade. Ficou clarividente que se trata de uma história de migração, trabalho e estudos. Regina percebeu, no seu mais íntimo, que precisava se movimentar para não ser engolida pelos outros e pela própria vida, afinal, passou por múltiplas violências: o machismo, o racismo e o elitismo da sociedade ludovicense.

O filme *Casa de Areia* funcionou como o ponto de Arquimedes, alavancando a vida e o trabalho de Regina. De lá para cá, por quase 20 anos, vem aprendendo a agenciar saberes e histórias, transformando-os em bens e serviços culturais.

Dentre os perfis analisados ao longo da pesquisa, o de Regina é sobressalente por agenciar um discurso de modo contundente em um universo no qual ainda persiste baixo letramento político. Mesmo assim, seu futuro artístico é incerto. Ela ainda não tem o reconhecimento do ponto de vista material, pois o ambiente econômico no qual está inserida é instável, sem planejamento estatal, o que mostra a desvinculação social dos artistas das estruturas estatais que deveriam ampará-los.

À guisa de conclusão, compreender o universo da coreira aponta para uma importância dupla. De um lado, a produção de inteligibilidade sobre a constituição de carreiras, as estratégias em busca de reconhecimento profissional, assim, visibilizando a participação da mulher no mercado de trabalho artístico, que é ainda exígua. Por outro lado, para frisar o hiato existente entre as políticas públicas e a realidade que deveriam transformar com seus programas e conjunto de ações, ficando evidentes contradições basilares, como a falta de desenvolvimento, a exclusão social e a baixa participação.

REFERÊNCIAS

1. ALBERNAZ, Lady Selma. **O "urrou" do boi em Atenas:** instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Campinas: UNICAMP, 2004.

2. ALVES, Mayara da Costa. **Custo Amazônico:** os desafios para empreender na região mais verde do Brasil. 2023. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

3. BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2., p. 458-463, 1995.

4. BOROFSKY, Robert; DE LAURI, Antonio. Public Anthropology in Changing Times. **Public Anthropologist**, [*s. l.*], v. 1, p. 3-19, 2019. Disponível em: https://www.cmi.no/publications/file/6744-public-anthropology-in-changing-times.pdf. Acesso em: 10 fev 2024.

5. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

6. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: DOU, 2016 [1988]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2024.

7. BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. "**Feminicídio Zero** — Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/ligue-180-central/no-maranhao-ligue-180-registra-aumento-de-38-8-nas-denuncias-em-2024#:~:text=Nos%20dados%20de%202024%20tamb%C3%A9m,7%25%20registravam%20o%20g%C3%AAnero%20feminino. Acesso em: 10 set. 2024.

8. BUENO, Samira (dir.). **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil: sumário executivo. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-sumario-executivo.pdf . Acesso em: 20 jan. 2024.

9. CARDOSO, Letícia Conceição Martins. A cultura popular no Maranhão: uma indústria política? **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 3, n. 6, p. 1-10, 2005.

10. CARDOSO, Letícia Conceição Martins. **O teatro do poder**: Cultura e Política no Maranhão. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

11. CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

12. CASTRO, Fábio Fonseca de; CASTRO, Marina Ramos Neves. A tese do custo amazônico, o novo desenvolvimentismo e a política cultural do primeiro governo Dilma. *In*: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre de Almeida; CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais no governo Dilma** Salvador: EDUFBA, 2015. p. X-X. (Coleção Cult).

13. CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**: escritos de Marilena Chauí. São Paulo: Autêntica, 2014.

14. CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens: EDUFRJ, 2016.

15. COLLINS, Patricia Hill. **The black feminist thought**. Londres: Routledge, 2000.

16. COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

17. COSTA, Lara Denise Goés da. **Abram alas para ela passar**: Chiquinha Gonzaga e a agência no Rio de Janeiro do século XIX. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

18. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

19. DEL PRORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

20. ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

21. FERRETTI, Sérgio (org.). **Tambor de Crioula**: ritual e espetáculo. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

22. FERRETTI, Sérgio. Mário de Andrade e o tambor de crioula do Maranhão. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 3, n. 5, 2006.

23. FERRETTI, Mundicarmo. Turismo e religiosidade popular Tradição e mudança na Festa do Divino Espírito Santo do Maranhão. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 36, 2006b.

24. GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

25. hooks, bell. **Talking back**: thinking feminist, thinking Black. New York: Routledge, 2015.

26. LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

27. MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

28. NADER, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 49, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44427. Acesso em: 20

mar. 2024.

29. NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

30. NASH, Jennifer. **Black Feminism Reimagined***:* After Intersectionality. Durham: Duke University Press, 2019.

31. PISCITELLI, Adriana. #queroviajarsozinhasemmedo": novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 50, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/18094449201700500008. Acesso em: 10 set 2024.

32. ROMANUCCI-ROSS, Lola. Celebrants and the Celebrity: Biography as Trope. **American Antropologist**, Arlington, v. 103, n. 4, 2001.

33. SEGNINI, Liliana. O que permanece quando tudo muda? Precariedade e vulnerabilidade do trabalho na perspectiva sociológica. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. espe. 1, p. 69-86, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400006. Acesso em: 17 abr. 2024.

34. SILVA, Iraneide Soares da. **É preta, é preto em todo canto da cidade**: história e imprensa na São Luís/MA (1820 - 1850). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

35. SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

36. STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

37. TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

38. YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Jefferson Dantas
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5463-2105. E-mail: jefferson.dantass@gmail.com

Um ritual ressignificado: a escola entre provas

A resignified ritual: the school between exams

Danilo Barroso Celedonio
Universidade Estadual Vale do Acaraú, São Benedito, Ceará, Brasil

Alcides Fernando Gussi
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

RESUMO

Este artigo traz uma análise apoiada na Antropologia sobre as avaliações em larga escala em ambientes escolares, partindo do pressuposto de que as provas são eventos ritualizados dentro desses ambientes. Este tipo de trabalho é importante para aprofundar as discussões sobre Estado e Políticas Públicas sob o olhar do público assistido e/ou dos profissionais que as executam. Este estudo é parte de uma etnografia apresentada como tese de Doutorado, na qual foi realizada uma observação participante sistemática em uma escola pública de ensino médio do interior do Ceará, entre os anos de 2019 e 2022 — em que o foco maior de observação foi a preparação, aplicação e os desdobramentos de avaliações externas no *lócus* da pesquisa. O trabalho de campo, e a intersubjetividade que ele provoca, suscitou a revisão de literatura sobre conceitos como rituais e as gêneses e estruturas das avaliações em larga escala dentro e fora do Brasil, algo que leva ao cotejo de lógicas os campos da administração pública gerencial e do ensino escolar. Como alguns dos resultados, destaca-se a percepção das provas como momentos rituais típicos da cultura escolar e, por questões políticas e econômicas, elas têm sido utilizadas para avaliações de políticas públicas. Isso implica uma prova exógena, mais posicionada e identificada com o poder coercitivo e simbólico do Estado, em sobreposição e certa deslegitimação das provas endógenas, interferindo em papéis sociais e reforçando alguns costumes enraizados como os treinamentos de alunos para testes.

Palavras-chave: Antropologia, Avaliações, Escolas, Rituais, Neoliberalismo.

Recebido em 17 de outubro de 2024.
Avaliador A: 11 de novembro de 2024.
Avaliador B: 19 de novembro de 2024.
Aceito em 7 de março de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article provides an anthropological analysis of large-scale assessments in school environments, based on the assumption that tests are ritualised events within school environments. This type of work is important for deepening discussions about the state and public policies from the point of view of the public assisted and/or the professionals who carry them out. It is part of an ethnography presented as a doctoral thesis, in which systematic participant observation was carried out in a public high school in the interior of Ceará between the years 2019 and 2022, in which the main focus of observation was the preparation, application and development of external evaluations at the research site. The fieldwork and the intersubjectivity it provokes prompted a literature review of concepts about rituals, as well as the genesis and structures of large-scale assessments inside and outside of Brazil, something that leads to a comparison of logics in the fields of managerial public administration and school education. Some of the results include the perception of tests as ritual moments typical of school culture, which, for political and economic reasons, have been used to evaluate public policies. This implies an exogenous test, more positioned and identified with the coercive and symbolic power of the state, overlapping with and somewhat delegitimising endogenous tests, interfering in social roles and reinforcing some deep-rooted customs such as training students for tests.

Keywords: Anthropology, Assessments, Schools, Rituals, Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização marca profundamente o mundo pós-Segunda Guerra Mundial, aproximando cenários, interseccionando sociedades e evidenciando comportamentos locais em contato com instituições internacionais, como aponta Giddens (1991). Por seu turno, Mariza Peirano (2002, p. 18), dialogando com Lévi-Strauss, discute como essa imensa "aldeia de mestiços" que se tornou a humanidade necessita de análises profundas, mas, especialmente, como a Antropologia pode contribuir com essa tarefa.

O termo destacado no parágrafo anterior diz respeito a algo relevante que este artigo traz e pretende discutir: não há como se isolar de certos fenômenos em determinados contextos e, quando se trata dos efeitos do neoliberalismo sobre a educação básica, as interferências se tornam bastante explícitas. Concomitantemente, porém, se o neoliberalismo e a globalização exercem força sobre as culturas locais, estas acabam passando por ressignificações diante dos novos cenários e forjam a realidade da maneira como ela se apresenta, distanciando-se, portanto, da homogeneização que o Estado trabalha para inculcar (Bourdieu, 2014), num movimento dialético de cessão e pressão.

Quem manteve contato com a educação pública nas últimas três décadas presenciou a ação do neoliberalismo e da administração pública gerencial nesse campo, independentemente da posição que tenha exercido: professores em *sala de aula* e/ou cargos de *gestão*, alunos das mais variadas idades e níveis de escolaridade, funcionários de serviços gerais, fornecedores de produtos para as unidades educacionais, assim como consultorias pedagógicas e comissões de licitação dentro e fora das escolas, da educação infantil à pós-graduação. O neoliberalismo exerce forte influência sobre o campo da educação escolar pública, estabelecendo, como é preconizado, o imbricamento dos setores público e privado.

Dos contatos possíveis dessas instituições globalizadas com cenários locais, e tratando aqui especificamente da educação pública e da administração pública gerencial, as avaliações em larga escala na educação básica representam o fenômeno que será aqui discutido. A questão principal deste artigo gira em torno de como essas avaliações, disseminadas nas últimas décadas em escolas de muitos países, podem ser analisadas de forma etnográfica, utilizando conceitos da Antropologia, como o ritual, para pensar como a(s) cultura(s) escolar(es) pode(m) ser afetada(s) por esse fenômeno global que penetra realidades específicas.

O *locus* de observação que proporcionou as reflexões deste artigo foi uma escola pública urbana de ensino médio do interior do estado do Ceará, e o que será apresentado aqui é um conjunto de reflexões de uma pesquisa maior, desenvolvida para uma tese de Doutorado em Educação, no Eixo Antropologia da Educação, na Universidade Federal do Ceará. O trabalho final da tese foi uma etnografia sobre a preparação, a execução e os desdobramentos de avaliações em larga escala em uma escola pública de ensino médio.

A pesquisa contou com a autorização do diretor escolar e foi comunicada ao corpo docente em reuniões de planejamento. Após esclarecimentos e negociações, foram observados, inicialmente, neste trabalho, um professor e uma professora de Língua Portuguesa, sendo esta última a coordenadora da escola, que não exercia a docência em sala de aula — uma característica das escolas públicas estaduais de ensino médio do estado do Ceará quanto à composição da gestão escolar. Essa escolha inicial ocorreu porque a disciplina em questão é diretamente afetada pelas avaliações em larga escala e, portanto, impactada de várias formas pelo processo.

Uma primeira observação participante sistemática foi realizada entre agosto de 2019 e março de 2020, quando foi repentinamente interrompida pelo isolamento social imposto pela pandemia global de Covid-19. Esse primeiro contato com os sujeitos no campo foi importante para construir dados etnográficos mediante diários de campo, fotografias e entrevistas gravadas com autorização dos interlocutores. Algumas aulas foram observadas com autorização prévia do docente, sem que houvesse interação com os discentes. Nesses casos, aquela presença estranha à rotina dos discentes foi explicada como uma pesquisa para a composição de uma tese

de doutorado. Também foi observado o trabalho da coordenadora pedagógica, especialmente nas interações com a gestão regional e a comunicação das diretrizes aos professores de Língua Portuguesa.

O isolamento social serviu para que fosse feita a decupagem do material fotográfico e dos diários de campo, bem como para que fossem realizados diálogos com alguns interlocutores pela internet, especialmente por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. A observação de campo permitiu perceber nuances de como o currículo "ordinário" da escola foi atravessado por determinações externas a ela, especialmente aquelas determinadas pela Coordenadoria Regional para o Desenvolvimento da Educação (CREDE), braço administrativo da Secretaria Estadual de Educação do Ceará nas cidades do interior. Os caminhos da observação participante permitiram estender os registros para outro docente de Língua Portuguesa e mais dois de Matemática, que constituíram o ponto central da descrição etnográfica do trabalho maior da tese que fomentou este artigo.

A partir de setembro de 2021, com o retorno presencial autorizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), houve uma nova imersão de campo[1]. O corpo discente retornaria a partir do referido mês, de forma gradual e em revezamento: a cada semana, um terço dos estudantes assistiria às aulas presenciais, enquanto dois terços permaneceriam com atividades remotas, alternando-se de forma que cada grupo de estudantes ficasse duas semanas em casa e uma na escola.

Um dos processos que mais marcaram a observação nesse novo encontro etnográfico foi notar que, além do processo de reencontro de colegas e amigos (estudantes e docentes), medo de contaminação, ansiedade pela vacinação, incômodos e inadequações ao uso das máscaras e desencontros de informações sobre as regras do retorno, foi mantida a aplicação bienal das provas do Sistema Avaliação da Educação Básica do Brasil (SAEB), destinadas, no ensino médio, aos alunos do 3º ano. Muitos estímulos ao treinamento de alunos para "prepará-los" para a avaliação externa foram (re)feitos rapidamente e, de todas as turmas da escola, as do 3º ano tiveram seu retorno completo abreviado, dada a importância desse tipo de ação pedagógica no ambiente observado.

Trata-se de uma (re)feitura de treinamentos, pois, assim como a primeira imersão de campo foi encerrada com a marca das cobranças à escola e a seus professores por resultados após meses de repetições de resoluções de questões, aulas preparatórias que simulavam as questões de avaliações em larga escala e queixa de certos alunos por terem os exames vestibulares "esquecidos" em prol desses treinamentos, o retorno após o isolamento também veio carregado dessas mesmas abordagens.

1 Estendida até junho de 2022.

Se nas conversas privadas capturadas pela observação participante havia uma clara oposição àquele processo de "preparação" após cerca de 18 meses de aulas remotas, na prática, o corpo docente acabou desenvolvendo a ação específica para o público-alvo da referida avaliação externa. Acompanhar aquele treinamento de estudantes na resolução de questões e perceber o quanto aquilo era naturalizado (seja em períodos "normais" ou pós-pandêmicos) foi tão impactante quanto perceber que, naquele processo de retornos e reencontros, além do corpo discente do 3º ano ter sido inteiramente reunido para a aplicação de uma avaliação externa (SAEB), todo o restante dos estudantes daquela escola (1º, 2º e 3º ano, cerca de 1.100 alunos) retornou presencial e simultaneamente pela primeira vez para a aplicação das "avaliações bimestrais" da última etapa do ano letivo de 2021, na primeira semana de dezembro.

Nesse reencontro, notou-se como tudo foi afetado pelo fato de ser um dia de "prova bimestral", o que evidenciou como esse mecanismo avaliativo é incorporado entre aqueles que compartilham da "cultura escolar", como propõe Oliveira (2020, p. 8), ou seja, do conjunto de significados e que são próprios ao campo escolar como um todo. Pôde-se observar, no funcionamento daquela "prova bimestral" pós-pandemia, a organização das cadeiras em filas, assim mantida até o fim da ação; o grande silêncio no momento da aplicação; a espera pelo recolhimento coletivo das provas apenas após o tempo mínimo informado; e como todas essas ações foram executadas com o mínimo de discordância ou atritos, mostrando como o momento de provas em ambiente escolar é especial.

Todavia, em diálogo com o escopo principal da pesquisa, também se fez uma problematização: provas "autóctones", ou seja, elaboradas e executadas pela própria escola, dividem constantemente tempo, espaço e dedicação com provas "exógenas", as avaliações externas planejadas fora dos muros escolares. Esse cenário acaba promovendo ressignificações das provas, sendo elas entendidas mais do que um mecanismo avaliativo, mas como uma parte fundamental da cultura escolar.

Este artigo, pois, estimulado pelas reflexões do percurso dessa pesquisa de campo, propõe analisar como essas avaliações externas, elaboradas por Secretarias e pelo Ministério da Educação, utilizam-se do formato das provas, um instrumento típico da cultura escolar, para implementar políticas públicas de avaliação institucional. Sobretudo, busca-se, no âmbito desse processo avaliativo, discutir como a aplicação das provas pode ser vista, analiticamente, como um ritual no ambiente escolar; e como esses dois tipos de avaliações acabam disputando forças e legitimidades no âmbito das relações de poder na escola.

Como afirma Magnani (2009), o trabalho etnográfico constrói, junto aos interlocutores, um modelo novo de entendimento ou, ao menos, uma pista nova, formada nas entrelinhas do conhecimento adquirido formalmente pelo pesquisador (revisão de literatura), do seu olhar, que é permeado pela sua sensibilidade experiencial, e também das ações dos sujeitos observados.

Assim, etnografar a escola e suas ações pedagógicas significa analisar um objeto íntimo dos pesquisadores, necessitando, portanto, de desengajamentos e reengajamentos, estranhamentos de familiaridades e comparações analíticas entre o que é do campo escolar como um todo e o que são particularidades de cenários específicos (Beserra; Lavergne, 2016; Oliveira, 2013; Velho, 1999). Por outro lado, analisar etnograficamente a avaliação institucional como política pública mostra como o Estado e seus agentes exercem seus poderes e são interpretados pela população, moldando as políticas públicas tal como elas se concretizam (Langdon; Grisotti, 2016; Gussi; Oliveira, 2016).

Para além desta Introdução, este artigo apresenta uma discussão teórica sobre a administração pública gerencial, o gerencialismo e o neoliberalismo como forças importantes em seu(s) contato(s) com a educação escolar; em seguida, analisa-se a cultura escolar das "provas" como forma de avaliação, posicionando-a como um traço cultural escolar ritualizado; por fim, discute-se como o gerencialismo ressignifica esse ritual escolar e, de forma dialética, mostra-se como os sujeitos resistem e manifestam valores enraizados diante desses processos globalizados.

SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL E AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

O neoliberalismo preconiza um remodelamento do Estado e de suas formas de intervenção, por meio da manifesta promoção da racionalização de suas políticas públicas, da responsabilização de seus agentes e do imbricamento dos setores público e privado em vários setores da sociedade (Hall; Gunter, 2015; Ball, 2004). Como mostra Harvey (2008), a privatização e mercantilização de setores da sociedade avançaram, desde a década de 1970, como uma forma de consolidar o pensamento de uma sociedade pretensamente mais sólida, política e economicamente, por meio da diminuição da presença do Estado. Para além da privatização direta de setores antes executados pelo Estado, ocorreram também adequações de políticas sociais, igualmente direcionadas, o tanto quanto era possível, para a mentalidade da iniciativa privada.

Esse remodelamento da Administração Pública criou o modelo gerencial, que estabelece que os serviços públicos devem ser oferecidos e gerenciados por preceitos como eficiência, transparência, estabelecimento de metas, foco em resultados e responsabilização ou *accountability* (Bresser-Pereira, 2022; Brasil, 1995). Presentes em vários serviços públicos, obviamente esse modelo penetrou na educação de maneira geral e nas escolas públicas em

particular.

Sob a capa de uma racionalização dos gastos públicos, cada vez mais os Estados Nacionais estabeleceram que a Educação deveria incorporar os preceitos de produtividade e eficiência. Consequentemente, ocorreu uma grande valorização dos resultados; daí a criação de grandes sistemas de avaliação de conhecimentos escolares, como se trata mais adiante no texto. No entanto, esse encontro da Educação com a mentalidade neoliberal ocorre por meio de certo tensionamento, pois há o cotejo de lógicas diversas: (i) o campo educacional é eminentemente processual e diverso em público e concepções didático-filosóficas; e (ii) a administração pública gerencial é focada em resultados tangíveis, unificados e contabilizáveis (Afonso, 2009; Freitas, 2004).

Formadas para tratar da Educação escolar do ponto de vista do binômio custo-benefício, algo próprio da lógica gerencialista (Gaulejac, 2007), as avaliações em larga escala partiram de países do centro do capitalismo, como Estados Unidos e Reino Unido, em especial na década de 1970-80, para países periféricos como o Brasil, nas décadas seguintes (Hall; Gunter, 2015; Afonso, 2009; Freitas, 2004). Elas representam essa tentativa de contabilizar a educação básica por meio do estabelecimento de um currículo mínimo exigido das escolas, de professores e de seus estudantes, no afã de classificar e premiar aqueles que praticam, segundo tais métricas, uma "boa educação", assim como responsabilizar — por vezes punir — os que não conseguem.

Argumentou-se anteriormente que os fenômenos globais adquirem características locais no fenômeno da globalização; e as avaliações em larga escala adquiriram pesos e procedimentos próprios no Estado do Ceará. Como mostram Celedonio e Gussi (2023), em uma revisão de literatura sobre o "caso cearense" nas avaliações em larga escala de conteúdos escolares, tem-se em Sobral um ponto de inflexão na abordagem dos governos locais sobre o campo.

A cidade de Sobral contou, desde o início da década de 2000, com um ambiente propício para transformar sua Educação escolar em um celeiro de bons resultados. Fez parte desse cenário o processo de municipalização da escola infantil e fundamental no final da década de 1990, a contratação de consultorias privadas (em especial do Instituto Ayrton Senna[2]), uma secretária de Educação com foco na alfabetização, um ambiente político estável, a permanência dos governantes no poder e, enfim, alguns bons resultados nos primeiros anos (Becskeahazy, 2018).

O remodelamento da educação sobralense contou com uma alteração na seriação das escolas, elaboração de materiais pedagógicos de apoio direcionados para melhores resultados, formação de cargos de gestão que interligam a Secretaria Municipal de Educação às gestões de

2 Instituição privada que presta consultorias a diversas Secretarias de Educação pelo país, incluindo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e algumas Secretarias Municipais de Educação.

unidades escolares e professores (a superintendência escolar) e estímulos salariais para docentes de escolas que atingiam bons resultados nas avaliações externas (Brasil, 2005; Cruz; Loureiro, 2020; Muylaert; Bonamino; Mota, 2022). Desses pontos, um que se destaca nas referências elencadas é a eficiência com a qual a gestão mais central consegue influenciar nas decisões das escolas.

Dentro do cenário Estadual, destaca-se que o estado do Ceará passou por uma grande reforma administrativa ao longo da década de 1990, mas que culminou com a adoção, em 2004, do modelo de Gestão por Resultados. Nesse modelo, para além do mínimo constitucional, as Secretarias deveriam organizar programas e ações para aumentarem suas fatias orçamentárias (Ceará, 2004). Nos dizeres de Pinheiro (2014, p. 40), "abandonava a política de recursos por obras/ações em troca de uma política de recursos por performances".

Com o governo de Cid Gomes (2007-2012), egresso dos quadros políticos de Sobral e inspirado nas experiências de lá, o "foco" nos resultados educacionais foi estendido às escolas estaduais e ao ensino médio. Aumentava-se, assim, a importância de avaliações externas como o SAEB e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Fez parte do mesmo processo aquilo que ficou definido como "sistema de colaboração"[3], uma série de medidas e ações que induzem às secretarias municipais protocolos pedagógicos unificados, centrados e elaborados em nível Estadual (Celedonio; Gussi, 2023; Muylaert; Bonamino; Mota, 2022).

Para autores como Brooke (2006), os professores no Brasil têm, especialmente por meio de sindicatos, um poder de pressão sobre os governos que acaba dificultando uma responsabilização mais efetiva dos agentes públicos pelo ensino de má qualidade. A criação de um sistema de organização escolar pública em que os resultados guiam as ações pedagógicas deveria ser tomada como exemplo de bom uso do dinheiro público. Uma questão que se coloca é que grande parte das pesquisas acadêmicas sobre as avaliações em larga escala e seus resultados focam em modelos de gestão e, além disso, há ainda poucas produções sobre o tema baseadas em etnografias com permanência prolongada (Celedonio; Gussi, 2023).

Contudo, como já foi introduzido anteriormente, há problemas na intersecção dos campos da educação básica e da administração pública gerencial, como mostram os trabalhos de Freitas (2004, 2012), Afonso (2009), Altmann (2002), Ball (2004), Figueiredo *et al.* (2018), entre outros. Todos esses autores discutem como a padronização arbitrária de indicadores pode direcionar as escolas a treinar alunos para atingir metas ditadas pelo Estado gerencialista, distanciando-as de funções educacionais mais profundas, como o fortalecimento de uma ética coletiva e a disseminação de conhecimentos científicos presentes nas variadas disciplinas escolares, cada

3 Previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, Art. 8º e 9º.

uma com concepções didáticas e filosóficas densas, plurais e imensuráveis. Como diz Freitas (2012) sobre as provas padronizadas de avaliações externas:

> Assume-se que o que é valorizado pelo teste é bom para todos, já que é o básico. Mas o que não está sendo dito é que a "focalização no básico" restringe o currículo de formação da juventude e deixa muita coisa relevante de fora, exatamente o que se poderia chamar de "boa educação". Além disso, assinala para o magistério que, se conseguir ensinar o básico, já está bom, em especial para os mais pobres (Freitas, 2012, p. 389).

Segundo o autor, portanto, sob o argumento de "focar no básico" em nome de um suposto "bem educacional", escamoteia-se a desigualdade de condições que está implícita, pois aqueles que priorizam o básico caminham para o afastamento do máximo, da excelência. A essas análises consolidadas no campo acadêmico, este trabalho vem contribuir com um olhar etnográfico sobre como essas avaliações externas se instalam e atravessam cotidianos de escolas e seus sujeitos para além de questões curriculares. As escolas são instituições difundidas pelo mundo, que avançaram especialmente após a segunda metade do século XX, mas tudo isso se tornou um projeto civilizatório com formação, contexto e objetivos próprios.

Formadas no século XIX para inculcar em seus cidadãos preceitos coletivos a serviço dos estados nacionais (Gellner, 2000), as escolas contam, desde seu início, com avaliações e classificações de estudantes, posto que a Educação Escolar tem na seriação um de seus pilares. Essa condição faz com que, a despeito da diversidade de concepções pedagógicas, trabalhe-se constantemente nas escolas com provas, trabalhos de pesquisa, seminários, entre outras formas de análise, classificação e hierarquização, tanto de conteúdos escolares quanto de alunos nos variados níveis de ensino (Luckesi, 2011; Gatti, 2014).

Se as avaliações, de maneira geral, e as "provas" em particular estão longe de ser uma novidade no campo escolar, as avaliações em larga escala têm o poder de remodelar a relação da cultura escolar com as provas. Esse processo acaba julgando o trabalho dos professores e fomentar um incessante movimento de classificação e tipificação de escolas e alunos, de fora para dentro de seus muros, pressupondo processos constantes de calibragem — "um verdadeiro culto da eficácia e da performance" (Mota; Gadelha, 2016, p. 827).

Nota-se uma grande importância para os chamados "padrões de desempenho" de estudantes, escolas e até cidades inteiras. O SPAECE, por exemplo, classifica seus entes avaliados por suas provas como: "muito crítico"; "crítico"; "intermediário"; ou "adequado". Na observação participante pôde-se perceber que muitas vezes esses termos são utilizados por docentes da gestão, e de sala de aula, para caracterizar a própria escola e determinar a necessidade de "preparar" alunos para melhorar os índices.

Uma questão na qual se pretende adentrar neste artigo diz respeito ao potencial conflito

entre provas internas e externas nos ambientes escolares, cotejando prioridades, tempos e "focos", pois aquilo que aparece como prioritário e central para a lógica do Estado gerencialista-neoliberal, dificilmente se apresenta assim para a ponta final, os estudantes. Se, especialmente para os alunos, uma motivação primordial das provas escolares autóctones é a progressão para as séries seguintes, as avaliações em larga escala trabalham com os incentivos financeiros[4] e/ou a conferência de prestígio, cargos e publicidade aos que se adequam às métricas. Esse tipo de marcador, contudo, mostra-se distante do mundo das crianças e adolescentes.

Tem-se, assim, uma interposição de provas, que, em essência, não têm o mesmo caráter e consequências para os diversos atores escolares. Pensando do ponto de vista dos estudantes, que utilidades práticas as avaliações em larga escala podem proporcionar para eles? Em determinado momento, quando o poder público chegou a distribuir premiações pecuniárias (no estado do Ceará foram distribuídos computadores aos alunos de melhor desempenho nas avaliações externas, especialmente na década de 2010), podia-se, assim, "incentivar" os alunos com algo palpável, mas quando isso não ocorre (muitas dessas premiações são descontinuadas ou atrasam muito), por que (ou para que) "focar", preocupar-se ou mesmo fazer essas provas? Como não pensar que, na verdade, aulas focadas nas avaliações em larga escala podem rivalizar alunos com suas escolas e professores, em especial no ensino médio, etapa que conta, em seu final, com exames vestibulares que proporcionam o acesso de adolescentes ao ensino superior?

Professores (ligados ou não à gestão escolar e educacional) são pressionados para apresentar resultados aceitáveis em avaliações em larga escala e, no processo de ranqueamento, são levados a disputar com outras escolas e colegas em posição de destaque. Nota-se aí um fenômeno importante: caso pensemos as provas dentro do Processo Ritual (Turner, 2013), pode acontecer em seu âmbito uma inversão estrutural entre docentes e discentes, pois aqueles que são estruturalmente sujeitos avaliadores (professores) se tornam avaliados; ademais, passam a necessitar de lealdade e esforço dos alunos, que ordinariamente são submetidos às provas autóctones. Docentes, pois, tornam-se avaliados por meio de alunos, ou seja, passam a depender do desempenho dos submetidos para que sejam premiados ou, no "insucesso", punidos simbolicamente (por vezes até de forma pecuniária). Dentro do trabalho etnográfico que guiou este artigo, adentrou-se na análise das provas dentro do Processo Ritual, como é mostrado a seguir.

AVALIAÇÕES COMO RITUAIS

4 Ver Bonamino e Sousa (2012).

Este artigo se propõe a analisar as provas escolares etnograficamente, apoiando-se em conceitos da Antropologia, como o de ritual, para pensar como a(s) cultura(s) escolar(es) pode(m) ser afetada(s) por programas como as avaliações em larga escala. Para tanto, remete-se aqui ao conceito de processo ritual em Victor Turner (2013), que analisa o complexo processo de sujeitos em trânsito ou de confirmação de status em dadas estruturas sociais. Nessa perspectiva, percebe-se como o alcance a certas posições superiores, ou mesmo a manutenção nelas, requerem demonstrações ou provas de força, habilidade e resiliência.

Dentro dessa abordagem, o autor demarca três momentos rituais: (i) a separação, quando os sujeitos se afastam de suas funções e comportamentos ordinários; (ii) a margem ou "limiar intermédio", que representa o momento em que não há ligação do sujeito ritual com posições anteriores ou posteriores; (iii) e a "reintegração ou reincorporação", quando se consuma a passagem e os indivíduos passam a gozar de novo status na "estrutura" (Turner, 2013, p. 97). Entende-se "estrutura", em Turner (2013), como o modelo social que autoriza e valoriza os comportamentos exigidos pela posição conquistada por meio da passagem ritualística.

Nessa perspectiva, em sociedades que ritualizam a ascensão social, ocorrem ciclos que colocam os postulantes ao novo status superior em situação de "limbo", ou seja, em que a antiga posição aparece suspensa sem, contudo, gozar da nova (e superior). Esse momento de relativo sofrimento é essencial para mostrar a força dos indivíduos que almejam as posições superiores, até porque, "terminado o ritual, gozará de maiores privilégios e direitos do que até então" (Turner, 2013, p. 163).

Ora, os ambientes escolares fornecem títulos importantes para nossa estrutura social, que promovem os envolvidos a outros níveis de maior prestígio escolar e/ou autorizam ao gozo do grau obtido. Ao concluinte do ensino médio, por exemplo, para além da possibilidade de ingresso ao ensino superior (mais elevado na estrutura educacional), pode-se acessar certos empregos, além do privilégio simbólico de ter atingido determinado grau de estudos científicos.

Segundo Mariza Peirano (2002, p. 8), "rituais", "eventos especiais" ou "eventos críticos" são marcadamente relativos e cabe ao pesquisador a sensibilidade de detectar quais são os eventos sensíveis e importantes para determinada população investigada (os nativos). Apoiando-se nesse raciocínio e pensando nos ambientes escolares, percebe-se, por exemplo, que os calendários letivos da Educação Básica são demarcados por avaliações "finais", especialmente provas, que encerram e iniciam etapas (as chamadas provas "globais" ou "bimestrais").

O período de provas, portanto, tem significado relacionado ao da colheita daquilo que é cultivado em cada etapa do ano letivo, pois as provas marcam os tempos e simbolizam aberturas e fechamentos de ciclos de ensino-aprendizagem. Por toda sua simbologia, seu peso prático (as notas conduzem a aprovações e avanços dentro dos níveis de ensino), e por darem significado ao cotidiano, as provas se constituem como importantes rituais do campo escolar, pensando nas

abordagens de Peirano (2002) e Turner (2013).

Tratando ainda da simbologia dos rituais e a marcação dos tempos, Durkheim (2008, p. 35) afirma que "as divisões em dias, semanas, meses etc. correspondem à periodicidade dos ritos, das festas, das cerimônias públicas". O autor aborda ainda que essas divisões temporais têm nos calendários um de seus desdobramentos, assegurando a regularidade da vida social.

Os professores lecionam, aplicam atividades de sala e casa, fazem revisões, analisam os comportamentos dos estudantes e reforçam constantemente que tudo aquilo será revertido em notas. Estas são construídas e coletadas em diversos momentos, mas há uma especial convergência de tempos para as provas, que servem, reitere-se, como fim e reinício de períodos escolares. Se cada uma das etapas é iniciada após as avaliações gerais, o ano letivo vindouro iniciará, então, após a recuperação, para a partir daí iniciarem novos ciclos anuais desse processo análogo ao plantio-colheita.

Bourdieu (2016) mostra que a escola se serve, e serve, de um arbitrário cultural que é constantemente reforçado por ela. Assim como no mundo exterior aos muros escolares, os estudantes investem tempo, energia e capitais visando o lucro, que no campo escolar é traduzido pelas boas notas e consequentes aprovações. Esse aspecto da cultura capitalista acaba sendo incutido na juventude ao longo da vida escolar, reforçando e permanecendo de forma simbólica e arbitrária na sociedade.

No campo da educação, do ponto de vista ideal, Luckesi (2011) afirma que os estudantes não deveriam frequentar as escolas "para serem submetidos a um processo seletivo, mas sim para aprender", e que para o sistema escolar "interessa que o educando aprenda e, por ter aprendido, seja aprovado" (Luckesi, 2011, p. 26). Ora, mas em um sistema pautado na seriação e promoção de alunos via avaliações (por mais subjetivas que sejam), e dentro de um arbitrário cultural que privilegia a troca, a vitória, o ganho e o avanço social, como dissociar o ensinar do avaliar e do promover? E como ignorar todo o peso simbólico e prático das notas escolares e, como considera este artigo, a ritualização das provas, que são meios cruciais para obtê-las?

Há muitas formas de obtenção de notas em uma escola, mas as chamadas "provas bimestrais" são momentos em que há uma suspensão provisória de tempos e atividades ordinárias: os horários são outros, com entrada e saída demarcadas por tempos diferentes (o fim do dia letivo é o término da prova, por exemplo); as chamadas ocorrem em listas de frequência, não sendo possível ver professores com seus diários a coletar os nomes dos faltosos; nesses dias excepcionais os professores não lecionam, tornando-se "fiscais de prova"; a distribuição espacial mescla estudantes de diversas turmas no mesmo ambiente para que tudo seja o mais impessoal possível; o silêncio é totalmente inabitual pela mudança no padrão disciplinar.

Em muitas unidades escolares, incluindo aquela na qual a observação participante foi desenvolvida, toda essa suspensão da vida ordinária é justificada também como uma forma

de treinamento para momentos como concursos públicos e/ou vestibulares, mostrando mais uma vez esse diálogo da escola com a estrutura social que a cerca. Seguindo o pensamento de McLaren (1991), os "simulados", tão comuns em escolas públicas e privadas, funcionam não apenas como um treinamento pragmático de questões semelhantes às que podem cair nos concursos, mas como um ensaio ritualístico para as provas seletivas, que também demarcam a vida dos sujeitos.

Por suspenderem provisoriamente os papéis ordinários, ressignificarem ações cotidianas, empregarem simbologias, possuírem um sequenciamento próprio e reforçarem um todo existencial (Turner, 2013), mas, principalmente, por serem percebidas pela sociedade e seus sujeitos como algo especial, as provas funcionam como um ritual importante da cultura escolar (Peirano, 2002). As provas, então entendidas como rituais dentro do sistema escolar, também reforçam o ordenamento social e as hierarquias por meio de símbolos confirmados cotidianamente pelas autoridades pedagógicas (McLaren, 1991).

Comportamentos inadequados nos dias ordinários se tornam inaceitáveis ou mesmo abomináveis nos momentos ritualizados das provas. As conversas entre estudantes, por exemplo, podem ser ordinariamente consideradas transgressoras, mas durante a aplicação de provas se tornam muito mais graves, passíveis de eliminação da atividade. Fora dos muros das escolas (incluindo as famílias dos estudantes), é também sabido e comumente reforçado, especialmente, por aqueles que vivenciaram e apreenderam a cultura escolar, que conversas durante provas são consideradas motivo justo para eliminação de candidatos em concursos e seleções.

A expressão "da prova" acaba, então, conferindo mais peso a muitos tipos de atos. Os atrasos, as faltas ou indisciplinas em "dia de prova" são diferentes. As revisões "para as provas" não são as mesmas que se fazem para outras atividades; as provas em si são capazes de aprovar alunos considerados indisciplinados, dispersos nas aulas ou com notas baixas ao longo do ano — a própria semântica do substantivo, que é tornado verbo, exprime isso. Como mais um exemplo, pode-se utilizar aquilo que se chama de "recuperação": após os 200 dias letivos regulares de cada ano, os alunos que não são diretamente promovidos passam por alguns dias de revisão de conteúdos para a realização de uma prova que, por sua vez, é capaz de abonar todas as notas baixas do ano letivo.

Ao redor das provas há uma série de lembretes, alguns pouco amáveis: "vamos ver esse comportamento depois das provas" ou "quero ver você na prova" são frases comuns da convivência escolar. Alunos que têm problemas relacionais com professores, quando recebem boas notas em provas de seus desafetos docentes, utilizam-se disto para enfrentá-los, ou seja, a prova confere certo poder de "vingança" por ambos os lados (avaliadores e avaliados). Elas promovem encontros de sujeitos, tempos, ensinamentos e aprendizados em um ambiente marcado por um silêncio diferenciado.

Elas reforçam ainda o poder da escola sobre os alunos, valorizam os conhecimentos acadêmicos e podem ser armas simbólicas nas demarcações sociais entre professores e alunos, entre a instituição e o público. Ademais, em meio aos reforços positivos aos "bons comportamentos", promete-se cotidianamente que aqueles que mais se submetem e se adequam ao mundo escolar em sua violência simbólica estão aptos, na estrutura social, à ascensão (Bourdieu, 2016).

As avaliações nasceram nos ambientes escolares e foram posteriormente utilizadas em outros campos. Como política pública, as avaliações em larga escala utilizam da prova como mecanismo de obtenção de dados e evidências para compor seus relatórios avaliativos. Desta forma, não se trata apenas da utilização de um formato ou técnica avaliativa, mas de se servir de um componente simbólico essencial. Como agravante, o poder hierárquico que a *gestão* exerce sobre o *ensino* faz com que as Secretarias de Educação pressionem Núcleos Gestores e professores em geral para priorizar ("focar") nas provas das avaliações em larga escala em detrimento das autóctones.

Na pesquisa de campo, foi registrado que, próximo ao período de provas como SAEB e/ou SPAECE, aparecem campanhas de divulgação e motivação, com destaque à *hashtag* "#foconoIdebCeará", presente em aplicativos de mensagens e banners espalhados em escolas e sucursais da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Ao possuírem "foco" no IDEB, índice construído por avaliações externas que aferem conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática, como ficam as provas de outras disciplinas ou a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) — prova multidisciplinar?

Toda uma simbologia acaba sequestrada para fins diferentes dos originais para os alunos: o que os resultados das avaliações em larga escala podem promover concretamente aos estudantes? Eles têm acesso a esses resultados? Recebem uma explicação pormenorizada sobre todo aquele processo? Quais são os benefícios práticos e/ou simbólicos que elas trazem para eles? Todas essas perguntas recebem respostas negativas, pois as provas que compõem as avaliações em larga escala não têm peso prático para os alunos.

Na escola em que a observação foi desenvolvida, o Núcleo Gestor utilizou, nos dois momentos em que foram presenciadas aplicação de provas externas, da "sensibilização" mediante o oferecimento de "merenda especial". O diretor da escola foi em todas as salas pedir que os estudantes não faltassem e prometeu surpresas no momento da merenda. O turno da noite naquela unidade tem o histórico de muitas faltas e, para tentar mitigar tal risco, foi oferecida picanha para a merenda daquele dia considerado muito especial.

Professores, por variados motivos, entram nesse "foco" diferenciado, o que pode interferir em seu poder simbólico diante dos alunos. Eles o fazem muitas vezes para minimizar problemas políticos e relacionais que possam surgir — perda de lotação, rusgas com colegas da

gestão, reuniões intermináveis de "sensibilização" e responsabilização, além de se posicionar para gestão educacional como profissionais "competentes" no que se refere a atingir tais índices, algo que pode render, inclusive, cargos com comissões salariais. Quando adentram, portanto, na espiral de "desfocar" das provas autóctones, lançam mão de estratégias de convencimento e "motivação" que suas posições sociais permitem, como veremos a seguir.

UM RITUAL USADO PELO GERENCIALISMO

Na pesquisa etnográfica que solidificou as ideias até aqui desenvolvidas, foram observadas estratégias internas da escola para manter o "foco" nas avaliações em larga escala, em especial uma constância de aulas de resoluções de questões que contemplassem o conteúdo programático previsto para as provas (uma por semana). Isso foi intensificado nas últimas três semanas antes da prova do SPAECE de 2019, período anterior à crise sanitária, quando praticamente todas as aulas de Língua Portuguesa e Matemática foram dedicadas para esse treinamento.

Ao longo do ano, os professores das duas disciplinas avaliadas, juntamente com a gestão da escola, elaboraram vários "simulados" para detectar os "pontos fracos" de cada turma e até mesmo de certos estudantes, individualmente. Soma-se a isso os simulados que a própria Secretaria de Educação do Estado do Ceará executa, os quais mapeiam os mesmos quesitos. Isso acaba se mostrando uma estratégia interna de monitoramento e avaliação, tão difundida pela administração pública gerencial (Banco Mundial, 2004).

Toda essa conversão curricular era de conhecimento da gestão regional e, pelos depoimentos da equipe de profissionais da escola, tais ações eram estimuladas externamente. Esse fenômeno de treinamentos está amplamente divulgado em trabalhos acadêmicos[5]. As chamadas "aulas de IDEB" ou "aulas de SPAECE" funcionam com professores distribuindo folhas com questões pretensamente semelhantes às cobradas pelas avaliações externas — um nítido treinamento de estudantes visando ao alcance de melhores notas.

Em algumas das aulas observadas ao longo da pesquisa, professores aflitos com o baixo desempenho e comprometimento dos alunos chegaram a "pedir" que estes tivessem "consideração" e "levassem a sério" a realização da prova para que os docentes não "sofressem" por causa dos resultados. Não foram esclarecidos os prejuízos ou as punições que os alcançariam

5 Bezerra (2014); Dantas (2014); Diogo (2022); Matos (2017) entre outros, em seus "estudos de caso", descrevem com alguma naturalidade o processo de "reforço" de descritores das provas em aulas direcionadas a repetições de questões nos modelos das provas de SPAECE e SAEB.

em caso de resultados ruins, mas há uma nítida inversão de papéis sociais devido àquilo que vem medir e até punir aqueles que não elaboram nem resolvem as provas externas, a saber, os professores de *sala de aula*, responsáveis antes por lecionar aos que respondem tais exames, os estudantes.

Os alunos, empoderados pela inusitada situação, exercem sua força provisória sobre os poderosos estruturais, negociando mais tempo de conversa, saídas de sala para o banheiro e bebedouro etc.; tudo em nome do "foco" e da dedicação, supostamente trocando "levar a prova a sério" por algumas liberdades negadas cotidianamente pelos mesmos professores em momentos ordinários, incluindo, principalmente, as provas autóctones.

Outra forma comum observada de "sensibilização" de estudantes para "focar" nas avaliações externas foi a distribuição de "pontos" para quem participasse com dedicação e, especialmente, apresentasse evolução nas notas simuladas das provas nas atividades de monitoramento de resultados (chamados de "simulados SPAECE"). Com esse artifício, as notas dos estudantes que se destacavam nos "simulados" eram aumentadas nos boletins escolares ordinários mediante "bônus", alterando as notas das avaliações autóctones de acordo com o grau de envolvimento com a prova externa, interferindo, por óbvio, no peso das provas internas.

Algo que adensa mais ainda as relações dos sujeitos com as provas externas é o fato de que esses "acréscimos" de pontos muitas vezes atingem disciplinas não avaliadas por tais provas, uma grave interferência em toda a simbologia aqui tratada. Alguns professores consideraram "desprestígio" de "suas" disciplinas em detrimento de outras, elevadas à condição de "prioritárias". Em alguns dos casos observados, estudantes conseguiram "se salvar" da recuperação por conta dos "pontos extras"; outros, mais ainda, ficaram com notas acima do máximo (10,0), situação esdrúxula em que determinado aluno acabou com "média 15,0" – algo que rendeu, em reunião de professores, piadas de alguns e revolta de outros.

Aos alunos, portanto, quais são os "lucros", para além dos pontos extras em seus boletins? De todo o processo observado de readequação de tempos e prioridades decorrentes das avaliações em larga escala, marca-se o sequestro da simbologia das provas. Os professores, dentro desse processo de ressignificação, têm banalizado todo um discurso de prioridades curriculares e se arriscam a enfrentar situações de inversão de papéis sociais diante de alunos recalcitrantes.

Nesse processo, atos de "humildade" tornam-se necessários para se provar aptidões superiores e merecimento para subir mais ainda de nível social, ou seja, tais atos servem como confirmação de superioridade, algo como "experimentar o que significa estar no baixo" (Turner, 2013, p. 99). Docentes que melhoram índices de suas escolas terminam sendo elogiados por superiores hierárquicos e se apresentam como próximos das ideias deles ou, pelo menos, capazes de exercer esse tipo de ação e, portanto, aptos a adentrar em cargos fora de sala de aula e mais

ao centro do poder, geralmente com acréscimos salariais e ocupados por indicações.

Quando professores, seja em posição de gestão ou de ensino, colocam-se como clientes dos alunos — pois, caso estes não "levem a sério" as avaliações externas, há potencial prejuízo àqueles perante seus chefes — toda uma rede de relações de poder é afetada. Trata-se de pensar como em Turner (2013, p. 163), que mostra existir no processo ritual ritos de "reversão de status" — quando hierarquias são suspensas e os mais fracos demonstram poder e, às vezes, até agressividade diante dos superiores na estrutura —, mas que esses momentos fugazes ocorrem justamente para confirmar a inferioridade ou a superioridade perene nesta estrutura.

Professores submetidos a alunos para obtenção de ganhos práticos e/ou simbólicos da forma como está exposto aqui, mostra como o ritual das provas está sendo afetado em certas unidades escolares. Outro ponto de vista possível, ainda remetendo a Turner (2013), é que a utilização das provas pelo gerencialismo constitui um duplo momento de liminaridade, com atores semelhantes em posições diferentes: i) no ritual das provas ordinárias, os alunos passam pelas provas (momento liminar) para obter o status de superação social; ii) no ritual das provas atravessado pelo gerencialismo, os professores passam pela preparação e posterior espera dos resultados das provas de seus alunos (momento liminar) para confirmação ou superação de um status institucional.

Contudo, pensando nos mais inferiorizados nessa estrutura (os alunos), há momentos de aparente e momentânea superioridade e força, que culminam com o retorno à inferioridade perene na estrutura. A rigor, aos que se esforçam para "focar" em duas disciplinas específicas (e, dentro delas, em recortes curriculares), participando de toda uma rede de ações pedagógicas voltadas especialmente ao treinamento, estão se afastando de uma escolaridade mais sólida (Freitas, 2012). A despeito de, na ideia de antiestrutura (Turner, 2013), haver ganhos e elogios momentâneos, os estudantes se colocam efetivamente em uma condição de inferioridade estrutural, já que aquilo que a escola se propõe a ser desde sua fundação, o que é claramente expresso nos documentos curriculares normativos, vai muito além das matrizes das avaliações externas.

Com isso, pode-se pensar que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, anuncia que Educação Brasileira tem, como parte de seus princípios, o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O artigo 206 da mesma Carta diz que haverá "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola"; e o parágrafo VII do mesmo artigo determina que haja "garantia de padrão de qualidade" na Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reitera os princípios acima listados, acrescentando ainda em seu artigo 4º, parágrafo V, que a educação pública será efetivada por meio da garantia de "acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

A Base Nacional Comum Curricular[6] (BNCC), por seu turno, indica que as aprendizagens devem concorrer para assegurar "competências gerais" a serem desenvolvidas por meio da "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (Brasil, 2017, p. 8).

Portanto, o alerta que fazem Freitas (2012) e Afonso (2009), sobre como o treinamento e a busca por resultados podem afastar o indivíduo de uma "boa educação", se confirma quando é feita a leitura dos marcos legais relativos a esse campo. O que ocorre, então? Por que os processos pedagógicos acabam por tomar os rumos do treinamento para testes? Como etnografias na escola podem nos ajudar a analisar tal cenário?

Se o neoliberalismo e o gerencialismo têm a capacidade de adentrar os ambientes escolares e até ressignificar um ritual tão importante e caro à cultura escolar como as provas, há também nesse contato diário e intenso de lógicas distintas um movimento de reafirmação de costumes enraizados dentro da "cultura escolar" (Oliveira, 2013, p. 172), tais como o apelo ao treinamento de alunos, na crença de que ele indica um caminho mais sólido para qualquer tipo de aprendizado.

Em uma escola nacional construída com a marca da memorização e da preparação para provas (Saviani, 2011), ao mesmo tempo em que as avaliações em larga escala promovem uma colonização curricular, elas permitem também perceber como traços característicos de nossa cultura escolar afloram — em especial a memorização. Tratando dessa característica da escola brasileira, afirma Luckesi:

> Temos a habilidade de examinar, que herdamos tanto do sistema de ensino estabelecido e praticado ao longo dos anos como da nossa prática pessoal como educandos sucessivamente submetidos às práticas examinativas dos educadores que nos acompanharam em nossa trajetória. Nem mesmo nos perguntamos se o que aconteceu conosco em nossa História escolar foi ou não adequado, simplesmente repetimos esse modo de agir (Luckesi, 2013, p. 30).

Ter uma legislação que trata da educação como um conjunto de competências e habilidades plurais a serem desenvolvidas na escola e fora dela não foi suficiente para modificar de forma mais sólida as características tecnicistas do modo de ensinar nas escolas. Além disso, percebe-se, dentro do processo observado na pesquisa de campo, que diversos acordos e negociações de fundo emotivo são utilizados nessa tentativa de seduzir os estudantes a realizar uma conversão do ritual usual da prova, visando atingir os interesses gerencialistas. Pretender que alunos

6 Documento normativo para a condução da educação básica no Brasil, assinado em 2017, contém habilidades e competências a serem desenvolvidas por cada série/disciplina escolar.

treinem passivamente para essas provas externas, largando seus papéis sociais dentro do ritual, é desconsiderar as subjetividades que a escola inculca em seus estudantes.

Como observa Bourdieu (2016), a escola é estruturada e estruturante, baseia-se e reforça um arbitrário cultural exterior e ao mesmo tempo intrínseco a ela. A troca e/ou reciprocidade ensinada pelas escolas aos alunos para a sobrevivência no capitalismo é simbolizada pela atribuição de notas e progressão de séries, a depender do nível de dedicação, adequação e incorporação dos conteúdos escolares, incluindo os relacionais, ou seja, aqueles que não se encontram em livros. Era de se esperar, portanto, que alunos em final de ensino médio, consequentemente já acostumados a negociações por "pontos" em boletins escolares e adequações disciplinares, impusessem condições, mesmo que fugazes, para "focar" nas provas externas: pontos na média, mais tempo no banheiro, mais tolerância disciplinar ou mesmo mais docilidade por parte dos professores.

Mas, pensando no processo ritual proposto por Turner (2013), tal situação de inversão de papéis, promovida pelas provas exógenas em detrimento das provas autóctones, se torna prejudicial para a vida escolar dos estudantes, pois os sequestra dos pilares essenciais da escola e os afasta de uma preparação efetiva para os exames vestibulares, já que nestes, especialmente pensando em universidades públicas, há processos seletivos que, sim, contemplam provas, mas de múltiplas disciplinas.

Um processo de treinamento limitado a recortes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática é potencialmente prejudicial. A utilização da prova como mecanismo de coleta de dados escolares para o Estado neoliberal acaba desestruturando, ou no mínimo ressignificando, toda uma simbologia, especialmente em locais como o interior do Ceará, o qual é permeado por um cenário político que estimula e dá prestígio a tal fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma reflexão sobre as avaliações em larga escala da Educação Básica, a partir de uma pesquisa etnográfica, articulada a teorias antropológicas, sobretudo a de processo ritual em Turner (2013). Partiu-se do princípio de que a globalização alarga a penetração de instituições e processos às culturas locais, mas que, de forma dialética, os cenários mais particulares se manifestam ao contato com a globalização, moldando tais instituições como elas realmente se apresentam (Giddens, 1991); no caso da escola, esse fenômeno se dá, dentre outras estratégias, por meio das avaliações em larga escala.

Para tanto, como foi visto, este artigo se fundamenta em uma pesquisa etnográfica

sistemática que analisou os impactos das avaliações em larga escala em uma escola pública de ensino médio do interior do Ceará e, como um de seus resultados aqui abordados, houve a percepção das provas entendidas em processos rituais que significam o cotidiano, marcam as temporalidades e são envoltas em simbologias que promovem a suspensão temporária de posições ordinárias, além de serem vistas como especiais por aqueles que as vivenciam (Turner, 2013; Peirano, 2002).

Dessa forma, as provas, consideradas como eventos importantes no cotidiano escolar, são utilizadas pelos gestores educacionais não apenas em seu formato, mas também em sua dimensão simbólica, dentro e fora das escolas, durante a preparação e aplicação das avaliações em larga escala. Todo o cerimonial de preparação de provas escolares autóctones é utilizado, por exemplo, na revisão repetitiva de conteúdos e na concessão de recompensas por bom comportamento.

No entanto, por terem um efeito prático diverso das provas nativas, as avaliações em larga escala acabam, ao mesmo tempo, sendo ressignificadas pelos envolvidos. Nesse processo, professores são subordinados aos alunos, tornando-se seus dependentes momentâneos, uma situação antiestrutural que, seguindo a noção de processo ritual proposto por Turner (2013), reforça a posição da estrutura. Do ponto de vista dos efeitos práticos de toda essa simbologia, ao final, tal treinamento tem pouca utilidade para os estudantes a longo prazo.

Percebe-se também, por fim, uma nova dinâmica no uso das provas como instrumento social da cultura escolar: um ritual ressignificado em que as posições liminares, que emergem durante a aplicação das provas, encontram-se reposicionadas quando estas estão sob a tutela do gerencialismo que permeia as avaliações em larga escala. Se no ritual ordinário das provas cotidianas os alunos se encontram na liminaridade, no ressignificado ocorre uma nova configuração em que os professores momentaneamente são avaliados por meio de seus alunos e assim acabam seus dependentes momentâneos.

REFERÊNCIAS

1. AFONSO, Almerindo. Nem tudo o que conta em Educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 13, n. 13, p. 13-29, 2009

2. ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002.

3. BALL, Stephen. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educ.**

Soc., Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.

4. BANCO MUNDIAL. **Monitorização & Avaliação**. Algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2004.

5. BECSKEAHAZY, Ilona. **Institucionalização do direito à Educação de qualidade**: o caso de Sobral, CE. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

6. BESERRA, Bernadete; LAVERGNE, Remi. Etnografando a Sala de Aula: contribuições da antropologia à formação de professores. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, ano 20, v. 27, n. 1. p. 72-101, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/24037. Acesso em: 22 out. 2025.

7. BEZERRA, Francisco Igor Magalhães Mapurunga. **O Impacto do ensino noturno nos resultados do SPAECE**: o caso de duas escolas do Ceará. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

8. BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três Gerações de Avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006. Acesso em: 22 out. 2025.

9. BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução.** Petrópoles: Vozes, 2016

10. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

11. BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

12. BRASIL. **Vencendo o Desafio da Aprendizagem nas Séries Iniciais**: A Experiência de Sobral/CE. Brasília, DF: INEP, 2005. (Série Projeto Boas Práticas, n. 1).

13. BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. [1996].

14. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

15. BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 73, n. b, p. 53-87, 2022. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8722. Acesso em: 2 dez. 2025.

16. BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006.

17. CEARÁ. **Gestão Pública por Resultados na perspectiva do estado do Ceará**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2004.

18. CELEDONIO, Danilo Barroso; GUSSI, Alcides Fernando. Avaliações em larga escala e o "caso cearense": uma revisão crítica de literatura. **Revista DoCEntes**, Fortaleza, v. 8, n. 24, 2023. Disponível em: https://periodicos.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/892. Acesso em: 22 out. 2025.

19. CRUZ, Louisee; LOUREIRO, André. Alcançando um Nível de Educação de Excelência em Condições Socioeconômicas Adversas: O Caso de Sobral. **Banco Mundial**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/778741594193637332/pdf/Achieving-World-Class-Education-in-Adverse-Socioeconomic-Conditions-The-Case-of-Sobral-in-Brazil.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

20. DANTAS, Larissa. **Avaliação externa e prática docente**: o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em uma escola em Maracanaú-CE. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

21. DIOGO, Edgleison Vasconcelos. **Uso de dados educacionais do Spaece pelos professores de Matemática de EEM Francisco de Almeida Monte na cidade de Alcântaras-CE**: caminhos para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

22. DURKHEIM, Emile. **Formas elementares da vida religiosa.** São Paulo. Editora Paulus, 2008.

23. FIGUEIREDO, Dalson; CARMO, Erinaldo; MAIA, Romero; SILVA, Lucas. Os cavalos também caem: tratado das inconsistências do IDEB. **Ensaio: avaliação de política pública Educ**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 552-572, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002600178. Acesso em: 22 out. 2025.

24. FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 133-170, 2004.

25. FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379- 404, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004. Acesso em: 22 out. 2025.

26. GATTI, Bernadete. Avaliação: contexto, história e perspectiva. **Revista Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 8-26, 2014. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/202. Acesso em: 22 out. 2025.

27. GAULEJAC, Vicent. **A Gestão como Doença Social**: ideologia, poder gerencialista e

fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

28. GELLNER, Ernest. O advento do Nacionalismo e sua Interpretação: os Mitos da Nação e da Classe. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.

29. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

30. GUSSI, Alcides Fernando, OLIVEIRA, Breynner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, [*s. l.*], v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31897. Acesso em: 22 out. 2025.

31. HALL, David; GUNTER, Helen. A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 743-758, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152454. Acesso em: 22 out. 2025.

32. HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

33. LANGDON, Esther; GRISOTTI, Maria (org.). **Políticas Públicas**: reflexões antropológicas. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

34. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

35. MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

36. MATOS, Ana Paula Pequeno. **Um estudo de caso sobre a gestão escolar no contexto dos resultados de Matemática e Português do SPAECE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

37. MCLAREN, Peter. **Rituais na Escola**: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis: Vozes, 1991.

38. MOTA, Thiago; GADELHA, Sylvio. A avaliação educacional como tecnologia de controle no capitalismo neoliberal. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 814-839, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2016v34n3p814. Acesso em: 22 out. 2025.

39. MUYLAERT, Naira; BONAMINO, Alicia; MOTA, Maria Océlia. Notas para a reconstrução da noção de equidade subjacente ao desenho do Paic. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, p. 484-500, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902791. Acesso em: 22 out. 2025.

40. OLIVEIRA, Amurabi. Algumas pistas (e armadilhas) na utilização da Etnografia na Educação. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 16, n. 22, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.24934/eef.v16i22.322. Acesso em: 22 out. 2025.

41. OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia e Pesquisa Educacional a partir da Antropologia Interpretativa. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 14, e2795039, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.14244/198271992795. Acesso em: 22 out. 2025.

42. PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de Antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

43. PINHEIRO, Marcelo Souza. **A gestão orientada por resultados no setor público**: um estudo em secretarias de estado do Ceará. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

44. SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2011.

45. TURNER, Victor. **O Processo Ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 2013

46. VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 123-133.

Danilo Barroso Celedonio
Professor Adjunto do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, campus Ibiapaba. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2249-1894. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Revisão. E-mail: danilocele@yahoo.com.br

Alcides Fernando Gussi
Professor do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas e do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Antropólogo e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5510-5286. Colaboração: Análise de dados, Redação, Ilustrações. E-mail: alcidesfernandogussi@gmail.com

HIV/AIDS e PrEP: o caso de homens brasileiros que fazem trabalho sexual em Portugal

HIV/AIDS and PrEP: the case of Brazilian male sex workers in Portugal

Guilherme Rodrigues Passamani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

RESUMO

A discussão que faço nesse artigo é parte de uma reflexão maior, resultado de uma investigação sobre o trabalho sexual de homens brasileiros em Lisboa. Ela caracterizou-se como uma pesquisa multissituada, ainda que tenha tido Lisboa como base. O trabalho de campo foi desenvolvido em 10 países europeus entre setembro de 2020 e março de 2023, envolvendo observações de situações, conversas informais e entrevistas semiestruturadas nos diferentes contextos etnográficos. Entre os interlocutores da pesquisa desenvolvida, constam 30 *escorts* brasileiros, 4 frequentadores da "noite gay" de Lisboa e 4 clientes de *escorts* brasileiros, que foram acionados a partir de diferentes frentes de entrada no campo. A primeira constatação em campo foi a de que há muito, ainda, por problematizar sobre o trabalho sexual de homens em Portugal. No entanto, agência pode ser uma pista interessante para pensar as particularidades desse nicho das economias sexuais no âmbito de uma economia moral. Nesse sentido, para o este artigo, minha intenção é refletir um pouco sobre uma temática de muita recorrência em campo: o vírus da imunodeficiência humana causador da síndrome da imunodeficiência adquirida. Quero pensar sobre alguns deslocamentos observados e sobre as impertinências que ainda recorrem esse tema no âmbito do trabalho sexual realizado por homens, sobretudo a partir da profilaxia pré-exposição ao referido vírus.

Palavras-chave: Trabalho sexual, Homens, Profilaxia, Pré-exposição, Portugal.

ABSTRACT

The discussion presented in this article is part of a broader reflection stemming from an investigation into the sex work of Brazilian men in Lisbon, Portugal, and Europe. This research was characterized as a multi-sited ethnography, although Lisbon served as its main base. The fieldwork was conducted across 10 European countries between

Recebido em 27 de outubro de 2024.
Avaliador A: 16 de dezembro de 2024.
Avaliador B: 20 de fevereiro de 2025.
Aceito em 25 de março de 2025.

CC BY

September 2020 and March 2023, involving observations of various situations, informal conversations, and semi-structured interviews in different ethnographic contexts. The study's interlocutors included 30 Brazilian escorts, 4 frequenters of Lisbon's "gay nightlife," and 4 clients of Brazilian escorts, all of whom were engaged through different entry points into the field. One of the first observations in the field was that there is still much to problematize regarding male sex work in Portugal. However, agency may serve as an insightful analytical lens to understand the particularities of this niche within sexual economies, especially within the framework of a moral economy. In this article, I aim to reflect on a recurring theme in the field: human immunodeficiency virus that causes acquired immunodeficiency syndrome. I seek to explore some of the displacements observed and the persistent challenges surrounding this topic in the context of male sex work, particularly concerning the use of pre-exposure prophylaxis as a harm reduction strategy.

Keywords: Sex work, Men, Prophylaxis, Pre-exposure, Portugal.

INTRODUÇÃO

A discussão que faço neste artigo é parte de uma reflexão maior, resultado de uma investigação sobre o trabalho sexual de homens brasileiros em Lisboa (Passamani, 2024). A investigação atentou-se aos fluxos, aos trânsitos, às relações e às performances desses homens envolvidos com os mercados do sexo em contextos transnacionais na condição de *escorts*[1]. Ela caracterizou-se como multissituada, ainda que tenha tido Lisboa como base.

O trabalho de campo foi desenvolvido em 10 países europeus entre setembro de 2020 e março de 2023, envolvendo observações de situações, conversas informais e entrevistas semiestruturadas nos diferentes contextos etnográficos. Entre o grande grupo de interlocutores constam 30 *escorts* brasileiros, 4 frequentadores da "noite gay" de Lisboa e 4 clientes de *escorts* brasileiros, acionados a partir de diferentes frentes de entrada no campo.

Alguns desdobramentos dessa pesquisa podem aludir a uma reflexão sobre ética, desejo e sexo na pesquisa antropológica; a constituição de um *escort* competitivo nos mercados do sexo; o processo de mobilidade para garantir novos e melhores mercados; a perspectiva dos clientes sobre o "negócio do desejo"; os eventos e substâncias que propiciam ganhos mais relevantes; as doenças que singularizaram a experiência de campo; bem como o retorno ao

1 Nome dado aos homens que faziam trabalho sexual no contexto da pesquisa.

Brasil e os novos projetos empreendidos pós-*sonho europeu*[2].

Há muito, ainda, por descortinar sobre o trabalho sexual de homens em Portugal. No entanto, agência pode ser uma pista interessante para pensar as particularidades desse nicho das economias sexuais no âmbito de uma economia moral. Nesse sentido, para este artigo, minha intenção é problematizar um pouco sobre uma recorrência em campo: o HIV/AIDS. Quero pensar sobre alguns deslocamentos observados e sobre as impertinências que ainda recorrem esse tema no âmbito do trabalho sexual realizado por homens.

O HIV/AIDS E UMA HISTÓRIA SEMPRE PRESENTE

Covid-19 e *varíola dos macacos* foram doenças que atravessaram o trabalho de campo por um imponderável período da vida real, o acaso histórico de fazer a pesquisa naquele exato momento da explosão da pandemia da primeira e do surto, primeiramente europeu, da segunda. No entanto, ainda que com muitos traumas, alguns coletivos deixados pela covid-19, outros individuais e físicos, marcados pela *varíola dos macacos*, fiquei com a nítida impressão de que as vacinas contra a primeira e a cura em relação à segunda contribuíram para que tais eventos fossem percebidos como passageiros e exógenos aos interlocutores, ainda que verdadeiramente atropelados, sobretudo pela pandemia, como todo o planeta. A seu turno, a *varíola dos macacos*, presente em campo, foi um acontecimento isolado de alguns meses. Não me pareceu que tivera grandes desdobramentos, ainda que aquele período tenha sido um tanto caótico para vários interlocutores.

Há, pois, algo mais permanente, que parece constituidor daquelas existências (ora com maior afastamento, ora com maior aproximação), que é a relação com o HIV/AIDS. Não se trata mais, é bem verdade, dos receios de morte iminente como nos anos de 1980, afinal, como bem-informados que são, os interlocutores sabem que, mesmo infectados, podem ter uma vida saudável e ordinária, com carga viral indetectável, sendo intransmissíveis, desde que em tratamento.

Esse é um contexto muito diferente daquele percebido diante dos primeiros casos de AIDS, na França, no começo dos anos de 1980. Segundo Luiz Barp, Myriam Mitjavila e Diego Diz Ferreira (2022), naquela altura, já à partida e sem muitas comprovações, houve a associação AIDS = homossexualidade e essa população tornou-se, sanitária e midiaticamente, a mais representativa do chamado grupo de risco. Havia uma sentença de morte e a constituição

2 Todas as falas de interlocutores estão em itálico.

dos doentes de AIDS ou das pessoas infectadas pelo HIV como culpados pela doença.

As ciências médicas que, paulatinamente, estavam perdendo algum controle sobre a patologização da homossexualidade, viram no fenômeno AIDS a "tempestade perfeita" para voltar a controlar as chamadas sexualidades dissidentes. São muito atuais as contribuições de Michel Foucault (2017, 2008) em relação ao biopoder para pensar como o fenômeno AIDS foi encarado. Para tanto, uma lupa individualizadora foi posta sobre os corpos de homens com práticas homossexuais e suas vidas, relações e desejos foram minuciosamente examinados a fim de discipliná-los. Essa estratégia disciplinar do biopoder foi acompanhada de uma dimensão mais ampla, pois era preciso mais que disciplinar sujeitos específicos, mas controlar e regular a população por meio de diagnósticos, estatísticas, grupos de risco etc. – nascia, então, a noção de biopolítica. Isso foi feito no sentido de mostrar que era preciso, outra vez, construir uma sexualidade limpa (Foucault, 2009; Barp; Mitjavila, 2020).

Em meu trabalho de campo, notei, no entanto, a permanência do peso moral do HIV/AIDS, inclusive porque todos meus interlocutores (Matheuzinho[3] foi a exceção) que vivem com HIV (nenhum deles com AIDS) me pediram para não tornar pública essa informação, ainda que sob pseudônimos. Penso que aqui já há uma mostra de como os efeitos morais do vírus e da doença extrapolam seus limites fisiológicos e transformam as pessoas com HIV e AIDS em sua própria doença e, assim, pessoas perigosas.

Transformar homens homossexuais em sujeitos perigosos e, potencialmente, disseminadores de uma doença sem cura foi uma estratégia muito eficaz para governar as sexualidades dissidentes. Eis uma eficiente gestão biopolítica da sexualidade em relação ao HIV/AIDS. Para Barp, Mitjavila e Ferreira (2022), o homossexual em si, no século XIX, como mais um anormal, era já um indivíduo perigoso.

Se em alguns momentos do século XX esse rótulo fora questionado, quem sabe, o HIV e a AIDS encarregaram-se de o atualizar. Afinal, como sustentava Michel Foucault (2010), o indivíduo perigoso passa a ser um sujeito, com índole, essência, uma constituição que denote determinadas maneiras e comportamentos associados, inclusive por isso mesmo, compreendidos como desvios da legitimada normalidade social.

Nesse sentido, Néstor Perlongher (1987a) mostrou como a AIDS está para além de uma mera questão médica. Para Perlongher, a doença é representativa de um contexto social, cultural e político, sobretudo no que tange às questões de desejo, risco, medicalização e biopolítica.

3 Com 24 anos, é nascido na cidade de Ipatinga, interior de Minas Gerais. Considera-se pardo, tem 1,81m, 75kg e corpo definido como *magro*. Possui ensino médio completo, cursado no Brasil. Sua situação em Portugal, do ponto de vista da documentação, é irregular, mas diz estar tentando regularizar-se: "já entreguei a papelada para a advogada", contou. Matheuzinho chegou a Portugal com a pandemia de covid-19, em março de 2020. Ele considera-se gay. Entende-se como *pobre*, *trabalhador* e só se comunica em português.

O desejo e o risco foram elementos centrais para compreender como a sociedade reagiu à epidemia.

É importante salientar que Perlongher entendia o desejo, sobretudo sexual, enquanto ato socialmente regulado e normatizado. Em sua percepção, certos tipos de desejo (o homossexual ou o de práticas sexuais de risco) seriam estigmatizados e, muitas vezes, criminalizados. Quando houve a associação da AIDS a esses desejos "perigosos", ela foi tornada um vetor de controle social. O "risco" era sempre iminente. Quando o corpo social lida com a AIDS, não se trata apenas de uma questão da saúde, mas diz sobre o medo do corpo transgressor que desafia as normas sociais e de gênero/sexualidade. O "risco" não alude apenas à exposição ao HIV, mas à transgressão das normas morais e comportamentais vigentes, principalmente em relação à sexualidade.

Néstor Perlongher entendia que noções culturais de "segurança" e "perigo" constituíam na AIDS uma dimensão de controle moral sobre o desejo, fazendo com que se definisse quem podia (ou não) viver e experimentar livremente sua sexualidade. O risco da infecção não era apenas biológico, mas um reflexo de uma disciplina moralizante da sexualidade. Dessa forma, ele criticou a resposta à epidemia como algo estritamente médico-sanitário, pois essa resposta desconsideraria as dimensões sociais e culturais da doença.

A PrEP: AVANÇOS, POTENCIALIDADES E TENTAÇÕES

Dagoberto[4], um de meus interlocutores, dizia que tomava todos os cuidados em relação à vida sexual e ao acesso à saúde. Para ele, o principal cuidado seria fazer uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), que conseguiu via uma associação comunitária. Assim, segundo contava, estaria "mais seguro" em relação ao HIV/AIDS. As outras infecções sexualmente transmissíveis pareciam "menos perigosas" que o HIV, afinal, havia tratamentos acessíveis, medicamentos eficientes e baratos, além do mais importante: havia cura. Portanto, segundo o interlocutor, que já tivera algumas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a prática desprotegida da camisinha, mas protegida pela PrEP, acabava *compensando o risco*.

A PrEP ao HIV é um dos capítulos mais recentes em relação à prevenção ao vírus. Trata-

4 34 anos, 1,78m, corpo magro/definido. Ele é de uma cidade do interior de Minas Gerais. Define-se como branco. Completou o ensino médio (12º ano) no Brasil. Ele considera-se homossexual. Do ponto de vista da documentação consular em Portugal, ele está em processo de regularização. Ele não tem uma profissão oficial, mas já fez um pouco de tudo. Em termos de classe social, Dagoberto considera-se de classe média. Ele comunica-se em inglês e espanhol.

se de uma combinação de medicamentos que visam impedir que alguém sem HIV infecte-se. Segundo Tim Dean (2015), o Truvada, nome do medicamento, foi fabricado incialmente pela farmacêutica Gilead Sciences. Segundo Luiz Barp (2023), no Brasil ele também é vendido pelo nome de Binav, fabricado pela empresa Blanver. O Sistema Único de Saúde (SUS) distribui gratuitamente a PrEP no Brasil. As drogas que compõem a PrEP são Tenofovir (300mg) e Emtricitabina (200mg). Tais substâncias, segundo Barp, já são usadas desde 2004 no tratamento de pessoas infectadas pelo HIV.

Em linhas bem gerais, o princípio da PrEP é o uso de um antirretroviral por pessoas que não vivem com HIV ou que não são doentes de AIDS. Seu uso é autorizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 2012 como parte de uma estratégia de prevenção combinada ao HIV, isto é, essa profilaxia deve ser acompanhada de exames de testagem, uso regular de preservativos, diagnóstico e tratamento de outras ISTs (Barp; Mitjavila, 2020). No caso da PrEP, a ideia é o tratamento como prevenção. A PrEP inaugura um novo capítulo do combate ao HIV, o de um tratamento a pessoas não infectadas como método preventivo. Isso muda sensivelmente a relação das pessoas com a doença (Fonseca; Bastos, 2017). A esse respeito, Barp reflete:

> Além de sua atualidade enquanto estratégia preventiva do HIV/AIDS, há na PrEP singularidades que despertam a minha atenção. Primeiramente a paradoxal incorporação do conceito de tratamento como prevenção, pois é destinado para pessoas HIV negativas medicamentos que anteriormente apenas pessoas soropositivas tomavam. Além disso, temos o singular fato de que profilaxia foi inicialmente dirigida para segmentos populacionais considerados prioritários, sendo eles: gays e outros homens que fazem sexo com homens, pessoas transexuais, profissionais do sexo e parcerias sorodiscordantes para o HIV, o que a torna o único recurso preventivo para o HIV/AIDS cuja oferta é oficialmente destinada para populações específicas (Barp, 2023, p. 23).

Por um lado, e isso é extremamente interessante, a PrEP desempenha uma função muito relevante ao conter o crescimento de novas infecções, mas, por outro, acaba por concentrar-se em populações específicas, outrora grupos de risco. Outra vez, quem sabe, se tenta disciplinar, regular, controlar por meio de discursos específicos aquelas sexualidades, ou aquelas práticas sexuais que transbordam o que é concebido como norma e ordinário.

Néstor Perlongher (1987a) mostrou como a medicalização torna-se uma forma de disciplinar os corpos por meio da administração de medicamentos e tratamentos, ou pela construção de práticas preventivas como o uso de preservativos. Ainda que essas medidas sejam essenciais do ponto de vista médico, o autor criticou como elas foram, muitas vezes, individualizadas e tratadas apenas no nível biológico, sem considerar o contexto de desigualdade social e as relações de poder que envolvem os comportamentos de risco. O antropólogo percebeu que a medicalização da AIDS não seria suficiente para compreender ou enfrentar a epidemia de

maneira eficaz, pois ela ignoraria as causas sociais e culturais subjacentes que tornariam certos grupos mais vulneráveis ao HIV.

A esse respeito, Diogo[5], outro interlocutor, que hoje vive na Espanha, diz:

> Há uma pressão dos clientes para fazer sexo sem camisinha. Ajo tranquilo. Eu não gosto nem da camisinha. Odeio camisinha. Não uso. Eu faço sem. Eu uso PrEP. Aqui o governo da Espanha dá PrEP. Para o resto tem a Azitromicina, tem Penicilina e tem outras drogas que te ajudam. Tem a vacina da Hepatite A, da Hepatite B, só não tem pra C. Eu creio que é o único problema que tem hoje em dia.

Como lembra Thiago Pinheiro (2015), a história da camisinha é longa e muito anterior ao HIV/AIDS. Além de proteger o pênis e evitar diferentes ISTs, a camisinha, principalmente, atua como um fator contraceptivo – como se vê –, apresentando-se incialmente como uma estratégia fundamentalmente utilizada em práticas heterossexuais. É inegável, porém, sua eficácia como uma barreira à transmissão de diferentes ISTs. Inegável, também, no entanto, é o desconforto relatado por inúmeros interlocutores, bem como a opção pelo seu não uso e a opção por uma gestão consciente dos riscos a diferentes infecções.

Como apontava Diogo, a PrEP – embora não criada para isso – acabou tornando-se um substituto da camisinha. Essa percepção foi recorrente em meu campo. A esse respeito, um cliente, que foi meu interlocutor, Gonçalo[6], lembra que há uma série de doenças que a PrEP não protege. Os discursos generalizados seriam os de que *para elas tem cura*, tal como fizera Diogo. Na percepção de Gonçalo que, não obstante conhecer os supostos riscos do sexo sem preservativo, é adepto da prática diz: "nós esquecemos que vai chegar um dia que o organismo não vai mais assimilar os antibióticos e o próprio antibiótico matará o organismo".

Não me parece que seja uma atitude deliberada não usar camisinha. Isso se faz quando há uma convicção de que se está protegido pela PrEP contra o HIV e que as outras ISTs seriam mais facilmente tratáveis. Essa é uma percepção corrente entre meus interlocutores. Nesse sentido, a partir de pressupostos foucaultianos, pode-se perceber como o cuidado de si está intrinsecamente ligado às relações de poder. O caso da PrEP é elucidativo disso. É perceptível

5 31 anos, é nascido no interior do estado de São Paulo. Considera-se branco, tem 1,70m, 70kg e corpo definido como *malhado*. Possui superior completo e algumas pós-graduações, todos os cursos feitos no Brasil. Diogo chegou à Europa por Portugal, mas hoje vive na Espanha, onde está em situação irregular devido à demora nos trâmites burocráticos em função da pandemia. Ele chegou a Portugal no verão de 2020. Ele pretende regularizar-se e estabelecer-se na Espanha. Diogo considera-se gay. Ele é fluente em inglês, espanhol, francês. Fala um pouco de italiano e alemão. Teve carreira no mercado financeiro na América do Sul, mas ao tentar a vida na Europa *deu tudo errado* e o trabalho sexual foi a forma rápida de tentar fazer dinheiro. Seu padrão de vida deteriorou-se e tornou-se pobre.

6 É português e tem 42 anos. Considera-se gay e branco, de estatura mediana e magro. Possui ensino médio completo. Considera-se de classe média. Atualmente é cabeleireiro. Conheci Gonçalo em uma sauna de Lisboa. Ele é cliente de *escorts* brasileiros.

como há uma gestão controlada dos supostos riscos à saúde do próprio *escort*, bem como de seus clientes e dos familiares dos clientes. Aliás, isso é interessante porque mostra como as preocupações não se limitam ao cuidado individual, elas se ocupam diretamente das pessoas com as quais eles estão em interação. Quer dizer, ainda que pareça que a PrEP imploda normas e reestabeleça uma suposta libertinagem sexual sem limites, pelo contrário, os chamados "sujeitos PrEParados" (Barp, 2023) são cuidadosamente regulados e controlados pelo aparato biomédico.

É possível que fosse efetivamente esse incremento protetivo que fazia com que as relações sexuais de Dagoberto, no trabalho ou no *vício*, fossem basicamente sem camisinha[7]. Essa está longe de ser uma particularidade dele, ou mesmo do trabalho sexual, mas é algo cada vez mais presente em segmentos de homens gays, homens bissexuais e homens que fazem sexo com outros homens. Ainda que alguns interlocutores tenham dito que propunham a utilização da camisinha nos atendimentos, havia uma demanda dos clientes por não a utilizar. Outros interlocutores, inclusive, preferiam o sexo sem camisinha. Dagoberto falava que

> Faço sem camisinha porque eu tomo PrEP. Pra proteger das outras doenças, é onde você faz as análises e se der alguma coisa é só decepção e choro. 'Nunca mais eu faço sem camisinha. Nunca mais eu como alguém sem camisinha. Acabou'. Entrou a cabecinha. Acabou.

O comentário de Dagoberto me parece exemplar de uma gestão do sexo no trabalho sexual que não é isolada. Penso que se trata mesmo de uma gestão meticulosa e muito consciente da saúde sexual. O preço do risco é contabilizado. Aliás, alguns deles cobram um valor mais elevado pelo atendimento para fazer sexo sem preservativo. O preço suplementar deveria ser capaz de pagar um possível tratamento contra uma hipotética IST adquirida na relação desprotegida, além de garantir um possível prejuízo pelo tempo exigido para a recuperação.

Parece evidente que a conta não fecha a curto prazo. Não se consegue em um único atendimento sem camisinha o valor de 5, 8 ou 10 atendimentos que seriam feitos nos dias subsequentes em caso de alguma infecção que os impossibilitassem de trabalhar. Digo isso, inclusive, porque o acréscimo de valor em um atendimento desprotegido, quando muito, chegaria a 50% do valor incialmente cobrado, portanto, incapaz de gerir os possíveis prejuízos

7 Segundo Larissa Pelúcio (2009), a categoria *vício* é representativa de um tipo de relação entre travestis e um homem de verdade. O *vício*, para a autora, é um elemento das bordas, perigoso, poluidor. O homem que incorpora o lugar do *vício* não é marido e não é cliente. Ele habita uma zona cinzenta entre a casa e a rua. Em alguns casos, o *vício* pode transformar-se em marido. Muitas vezes, o *vício* já foi cliente. De maneira geral, *fazer vício* é estabelecer um tipo de relação com uma pessoa estranha que deveria ser restrito a pessoas conhecidas. Pelúcio ainda conta que a *travesti viciosa* é aquela que não separa trabalho de afeto, porque se relaciona de forma gratuita com potenciais clientes. Entre os meus interlocutores, quando se *faz vício*, os encontros não envolvem relações comerciais. *Fazer vício* é o oposto de *atender*, que é trabalhar. A esse respeito, ver também Vi Grunvald (2016).

de uma semana sem trabalho. Tais custos, no entanto, seriam suficientes para cobrir os valores de um eventual tratamento. Quem sabe pode-se pensar nessa percentagem a mais como uma espécie de "adicional de insalubridade" ou "adicional de periculosidade" em função de um risco ocupacional iminente.

MORALIDADE, PRAZER, PERIGO: FACETAS DO HIV/AIDS X PrEP

Os discursos produzidos sobre o HIV/AIDS como uma doença mortal sem precedentes foram construídos sob forte estigma, medo e falta de conhecimento, além de se configurarem como moralistas e punitivos. Pessoas doentes eram culpabilizadas e a doença era vista, por alguns segmentos sociais, como uma punição divina por comportamentos considerados socialmente inaceitáveis. A conscientização e a educação pública desempenharam um papel crucial na alteração das percepções, destacando a importância da prevenção, do tratamento e do apoio aos afetados. À medida que a pesquisa científica progrediu, houve avanços significativos no tratamento, transformando a doença de uma sentença de morte para uma condição gerenciável com o uso de terapias antirretrovirais, isto é, transformando a AIDS em uma doença crônica (Calazans; Pinheiro; Ayres, 2018).

A AIDS como uma doença mortal de homens homossexuais e disseminada por homens homossexuais foi uma informação muito eficiente e que permaneceu no imaginário popular (Ayres *et. al.*, 2003; Barp, 2023). Há décadas já se sabe que não se trata de uma doença desse ou daquele segmento social, mas permanecem os efeitos sociais do HIV, do estigma que não conseguiu ser superado não obstante os tantos avanços que já ocorreram em relação ao controle do vírus e da caracterização da AIDS como uma doença crônica[8].

Há uma centralidade da PrEP em meu campo, mas fora dele também. A PrEP não está em meu campo porque ela é comum no trabalho sexual, mas ela está em meu campo porque eu tenho dialogado com homens que fazem sexo preferencialmente com outros homens. O fato deles cobrarem por isso não é o central, é apenas uma variação possível de práticas homossexuais.

8 Segundo Luiz Barp (2023), o Brasil começou a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais em 1996 por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse movimento, que também ocorreu em diferentes países, fez com que houvesse uma ampliação da expectativa, bem como da qualidade, de vida das pessoas doentes de AIDS ou que viviam com HIV. O avanço das pesquisas, o diagnóstico precoce e os bons efeitos do tratamento conseguiram diminuir a taxa de letalidade, superar a suposta sentença de morte representada pela AIDS e assim a situar como uma doença crônica e tratável.

A PrEP está ali por conta do tipo de práticas mais comumente associadas a homens que fazem sexo com outros homens.

Segundo Carlos Guilherme do Valle e Fernando Joaquim da Silva Junior (2022), a reconfiguração da prevenção do HIV como uma tecnologia biomédica tem sido marcada por uma "revolução na prevenção da AIDS", na qual se desenrolam disputas entre ativistas, cientistas, agentes governamentais, mídia e consumidores sobre a gestão do risco da infecção. No Brasil, a trajetória da PrEP evidencia tensões éticas e políticas, com críticas à pesquisa clínica e à dependência de grandes laboratórios. Mais do que ampliar opções de prevenção, a PrEP transforma discursos sobre sexualidade, risco e responsabilidade individual, inserindo-se em um processo de biomedicalização das políticas de AIDS que impacta o ativismo e as políticas públicas.

No caso brasileiro, o documento que institucionalizou a implantação da profilaxia foi o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para PrEP. O procedimento que regula o processo foi estabelecido a partir da Portaria n. 21, de maio de 2017, do Ministério da Saúde. Naquele momento, falava-se em grupos prioritários e não mais em grupos de risco, os quais eram: homens gays e homens que faziam sexo com outros homens; pessoas transexuais; profissionais do sexo; e parceiros sorodiscordantes. Quer dizer, não se falava em grupos de risco, mas os grupos prioritários eram aqueles que, potencialmente, poderiam ter comportamentos ainda vistos como de risco (Barp; Mitjavila, 2020; Ayres *et. al.*, 2003).

A esse respeito, Xande[9] contou que:

> Gay em Portugal adora transar sem camisinha. Nem quer saber se é garoto de programa, quer transar sem camisinha. Já conhece em um date e já quer transar sem camisinha. Já fala 'não tenho nada, não' porque tem cara boa, tem bom aspecto. Como se a doença viesse escrita na cara: 'oi, HIV positivo'. Hoje tem PrEP, mas antigamente não tinha essa coisa de PrEP.

Corroborando o que dissera Xande, Raí[10]completa:

9 28 anos, é nascido em uma cidade do interior das Minas Gerais. Identifica-se como negro, tem 1,76m, 75kg e corpo definido como *malhado*. Possui ensino médio completo, cursado no Brasil. Sua situação em Portugal, do ponto de vista da documentação, é regular. Ele mora em Portugal há mais de dez anos. Xande tem um emprego oficial na área de segurança. O trabalho sexual funciona como um *bico*. Xande considera-se homossexual. Ele entende-se como pobre. O interlocutor comunica-se apenas em português.

10 43 anos, é nascido no interior da Bahia. Considera-se moreno, tem 1,87m, 83kg e corpo definido como *normal*, *mas já fui malhado*. Possui ensino superior completo na área de Turismo, cursado no Brasil. Sua situação em Portugal, do ponto de vista da documentação, é regular. Ele vive na Europa desde 2001. Atualmente sua residência fixa é em Lisboa, mas morou muitos anos em Londres. Raí considera-se gay. Ele é fluente em inglês e espanhol. O interlocutor diz pertencer às classes médias e hoje identifica-se como massoterapeuta. O trabalho sexual é um complemento de seu trabalho oficial.

> Eu acho que você tem que se cuidar usando preservativo, mas isso é uma coisa muito genérica. Todo mundo sabe que precisa usar. Então, quando um gay vai procurar um outro gay, a tendência de você ter um sexo sem preservativo é grande. Isso vai de acordo com as duas pessoas. Mas isso não só no mundo da prostituição. Um gay hoje que conhece um outro gay, a probabilidade de sexo sem preservativo também é grande, mesmo fora da prostituição. No começo, muitos gays usavam preservativo. Mas ao decorrer do tempo tudo foi se modernizando, medicamentos melhorando e a tendência do gay hoje ter sexo sem preservativo é maior do que no passado. Mesmo porque tem muitos usando PrEP.

A recorrência do sexo sem camisinha em Portugal, contexto no qual Xande está há alguns anos, pode ser o disparador dessa compreensão que talvez diga respeito a um contexto mais amplo. Não me parece, a partir do trabalho de campo que realizei em diferentes países europeus e em diferentes estados brasileiros, que a predileção pelo sexo sem preservativo seja algo próprio de homens gays em Portugal, ou algum gosto específico das pessoas portuguesas. No entanto, Marcos Torres[11], em acordo com Xande, também percebe que na "Europa é um vício. Ninguém quer foder com camisinha. E todo mundo já tem na alma de querer foder sem camisinha porque é gostoso o negócio na pele mesmo".

Marcos Torres e Raí reconhecem a importância singular da PrEP na prevenção ao HIV: "acho que todo mundo deve tomar mesmo". Ao mesmo tempo, lembram que a prevenção é apenas ao HIV: "o resto das outras IST tá tudo aí, tudo cheia. A Europa tá aí, cheia de IST. Eu já peguei umas quantas vezes". O meu desacordo com os interlocutores é que a questão não me parece geográfica, e sim relacionada à construção e gestão de desejo e prazer, algo que estaria para além de fronteiras e domínios geográficos.

Maria Filomena Gregori (2016) aborda temas relacionados ao prazer e perigo, explorando como esses elementos se entrelaçam no contexto da sexualidade. Prazer e erotismo são fenômenos complexos, tornados inteligíveis pelos contextos sociais e culturais. É assim que normas e expectativas sociais moldam uma noção de prazer "bem-comportado", ou "politicamente correto". Não raros, limites são impostos, estigmatizando diferentes formas de satisfação sexual. O sexo sem camisinha, por exemplo, bem como exposição consciente à infecção de diferentes ISTs, podem ser vistos como prazeres perigosos.

As convenções de gênero e sexualidade, aliadas às percepções de saúde e doença, podem limitar ou ampliar as estratégias de prazer em variados grupos sociais. Percebe-se como são complexas as negociações no âmbito do sexual, a partir dos limites impostos às formas como se

11 32 anos, é nascido no interior de Mato Grosso. Considera-se branco, tem 1,78m, 75kg e corpo definido como *normal*. Possui ensino médio completo, realizado no Brasil. Sua situação em Portugal, do ponto de vista da documentação, ainda é irregular, mas está organizando os documentos para a "manifestação de interesse". Marcos Torres vive em Portugal desde 2020. Ele tem um emprego oficial *part time* em um café. O interlocutor considera-se gay. Ele comunica-se apenas em português.

alcança o prazer e como esses limites acabam se relacionando com as ideias de perigo e risco. Isso é perceptível em práticas sexuais consideradas fora das normas, comportamentos que se tornam estigmatizados e associados a perigos. Nos casos trazidos por Marcos Torres e Raí, isso incluiria a transmissão de certas infecções sexuais.

Aqui há um paralelo com a pesquisa de Wertton Luís de Pontes Matias, Mónica Franch e Luziana Marques da Fonseca Silva (2022), em que eles analisam a implementação da PrEP no serviço público de saúde de João Pessoa, Paraíba, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada entre 2018 e 2019. A investigação destacou que, embora a PrEP amplie o acesso de populações vulneráveis à saúde, sua adoção ainda enfrenta desafios, como resistência ao uso contínuo da medicação e preocupações com efeitos colaterais. Dois aspectos centrais emergem da análise, e aqui o paralelo com meu campo parece mais perceptível: o medo como fator moral que impulsiona a adesão, refletindo os estigmas históricos associados à AIDS[12].

Essas categorias – medo, risco, perigo – são construídas socialmente e podem ser utilizadas para controlar certas expressões sexuais. Como falei antes, é importante não perder de vista que no começo da epidemia de HIV/AIDS, e durante algumas décadas, prevaleceu a noção de grupo de risco para se referir a grupos populacionais que seriam preferencialmente atingidos pela epidemia ou possíveis transmissores privilegiados. Naquela altura, ainda que uma categoria epidemiológica para se referir aos contingentes mais atingidos pela epidemia, a noção de grupos de risco serviu para estigmatizar homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos e *hookers* (Barp; Mitjavila, 2020).

O risco acabou funcionando como um dispositivo central da gestão biopolítica do HIV/AIDS. Com os avanços ao longo das décadas, a noção de grupo de risco teria sido aparentemente superada e investiu-se em uma noção mais alargada, e quem sabe oxigenada, de vulnerabilidade (Ayres *et. al*., 2003). No entanto, com o advento da PrEP, os homossexuais estão outra vez nos consultórios.

Néstor Perlongher (1987a) conecta a epidemia de AIDS à biopolítica. A biopolítica, nesse contexto, pode ser percebida em como a sociedade trata a população afetada pela AIDS, regulando não apenas os comportamentos e corpos individuais, mas também criando um "corpo coletivo" marcado pela ameaça do HIV. A regulação sobre os corpos se amplia, não apenas

12 O Brasil é um país com diferenças regionais muito marcadas que, inclusive, não raro, reverberam em desigualdades. Nesse sentido, é interessante a dissertação de Wertton Matias (2022a). O autor argumenta que a PrEP não é apenas uma estratégia biomédica de prevenção ao HIV, mas também um fenômeno social que reconfigura experiências sexuais, relações de cuidado e a própria agenda política de saúde pública no Brasil. A partir da análise de entrevistas com usuários em Brasília, Manaus e Recife, Matias investiga como a PrEP é vivenciada de maneiras diversas, como proteção contínua, tecnologia de redução de risco ou desafio diante da precarização do SUS. Os usuários se percebem na "fronteira da epidemia", na qual a proximidade social do HIV evoca dilemas éticos, políticos e morais, evidenciando que a prevenção não se limita à intransmissibilidade do vírus, mas implica transformações subjetivas e estruturais na resposta à AIDS.

com as políticas de saúde pública, mas com o modo como a sociedade observa, normatiza e discrimina os sujeitos infectados pelo vírus. Há, segundo Perlongher, contradições flagrantes nessa engrenagem: por um lado, a sociedade afirma um discurso de proteção e cuidado; por outro, ela reforça normas de moralidade, pureza e exclusão.

Ainda assim, para a OMS, não há a indicação da PrEP a populações específicas, mas ela sugere que indicadores locais de incidência do HIV sejam tomados como parâmetro. Nesse sentido, no Brasil em 2022, um novo protocolo passou a recomendar a utilização da PrEP para quaisquer adultos ou adolescentes sexualmente ativos e sob o risco aumentado da infecção pelo HIV (Barp; Mitjavila; Ferreira, 2022). O que se constata de tudo isso? Parece que a noção de risco associada às práticas sexuais dissidentes nunca deixou de existir.

PrEP: PROPÓSITOS E USOS EM CAMPO

Manel[13], um interlocutor que é cliente de escorts, conclui que há "muito descuido". Segundo ele, tal descuido e certa opção por descuidar-se teriam sido motivados pela utilização em larga escala, entre homens homossexuais, dentro e fora do trabalho sexual, da PrEP. "Eu tomo PrEP" ou "Eu uso PrEP", na visão dele, eram expressões repetidas à exaustão e que passariam "a imagem, mesmo tomando PrEP, que podes descuidar a nível geral. O PrEP não é contra a sífilis, não é contra a gonorreia, não é contra a clamídia, não é contra HPV, hepatites, nem contra nada disso". Manel chama a atenção para o não uso consciente do preservativo, quer dizer, uma ação deliberada, uma escolha. Faz-se uma opção pelo não uso.

A PrEP foi recomendada pela European Medicines Agency (EMA) em julho de 2016 com as mesmas indicações da Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos e que já vigoravam desde 2012. Assim que a Comissão Europeia aprovou a PrEP, foi possível a implementação em cada Estado-Membro (Correia, 2021). Em Portugal, a Direção Geral de Saúde (DGS), por meio da Norma 025/2017 de 28 de novembro de 2017, passou a recomendar a PrEP para adultos, dirigida a pessoas com risco acrescido. Segundo o Despacho n. 4835/2017, de 2 de junho de 2017, que mostrava a eficácia da PrEP em reduzir em 90% a transmissão de HIV em grupos populacionais vulneráveis, pôde-se perceber que esses "adultos com risco acrescido" ou "vulneráveis" eram homens que fazem sexo com homens, homens e mulheres

13 É português e tem 45 anos. Considera-se gay. Já viveu fora de Portugal, na França e na Suíça. Possui ensino superior incompleto, na área das ciências humanas. Considera-se de classe média. Atualmente é assessor financeiro. Considera-se branco, baixo e com *barriguinha*. Ele é cliente de *escorts* brasileiros.

sorodiscordantes e usuários de drogas injetáveis (Duarte *et al.*, 2022). Segundo Francisco Duarte *et al.*:

> em Portugal, o acesso à PrEP é atribuído exclusivamente em consulta hospitalar, após referenciação. A esta consulta devem ser enviadas as pessoas que se encontram numa das seguintes categorias: relações sexuais sem recurso a preservativo nos últimos seis meses com pessoas com estado serológico para o VIH desconhecido ou com diagnóstico de IST; relações sexuais com parceiro infetado por VIH sem acompanhamento médico ou sem esquema terapêutico antirretroviral ou sem supressão virológica e sem utilização constante do preservativo; relações sexuais sob o efeito de substâncias psicoativas; UDI que partilhem agulhas, seringas ou material para preparar as mesmas; parceiros serodiscordantes em fases de preconceção ou durante a gravidez; relações sexuais para obtenção de dinheiro, bens ou substâncias ilícitas sem o uso de preservativo; vulnerabilidade social com exposição a sexo desprotegido com indivíduos com risco elevado de infeção por VIH; recurso anterior à utilização de profilaxia pós-exposição (PPE) (Duarte *et.al.*, 2022, p. 243).

Os autores apresentam os critérios e condições para acesso à PrEP em Portugal, no sentido de regular para reduzir o risco de infecção pelo HIV em caso de exposição. Eles destacam que os critérios de elegibilidade em Portugal estariam em consonância com recomendações internacionais, com o intuito de direcionar a profilaxia para aqueles que mais se beneficiariam. Esse foco seria consoante estratégias de saúde pública que visam priorizar grupos com maior probabilidade de exposição ao vírus. A escolha de atribuir o acesso à PrEP exclusivamente em consulta hospitalar após referência sugere uma abordagem médica mais abrangente, o que pode garantir que os indivíduos recebam aconselhamento, façam exames regulares e que haja um monitoramento a partir do início do tratamento.[14]

No que diz respeito a meu trabalho de campo, por exemplo, para Roy[15] a PrEP significou o começo da realização de sexo sem preservativo, prática que ele afirmava não ter antes dessa profilaxia. Roy parece uma exceção em campo no que diz respeito a esse tipo de prática. O interlocutor conta ainda que essa modalidade de prática sexual possibilitou o incremento em

14 A Portaria n. 402/2023 de 4 de dezembro de 2023 cria um regime excepcional de coparticipação para os medicamentos destinados à profilaxia pós-exposição (PEP) e altera as formas de prescrição e dispensa relativamente à prescrição. A partir da Portaria, permite-se que a PrEP seja prescrita por um conjunto de especialidades médicas, quer no âmbito dos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), quer em consultórios, unidades de saúde e Organizações de Base Comunitária não integradas no SNS. Quanto à dispensa, ela poderá ser realizada por farmácias comunitárias, simplificando o acesso ao, com maior proximidade e comodidade de horários. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/402-2023-225125606. Acesso em: 28 dez. 2023.

15 39 anos, é nascido em uma cidade de Goiás. Considera-se moreno, tem 1,90m, 87kg e corpo definido como *normal*. Seu diferencial, segundo ele, não é beleza, mas é ter um pênis de "24cm e grosso. É o meu trunfo". Possui ensino superior completo, na área de Engenharia, curso realizado no Brasil. Sua situação em Portugal, do ponto de vista da documentação, é regular. Ele possui título de residência há 4 anos. Roy vive em Portugal desde 2015. Ele mora em um apartamento alugado onde trabalha e também aluga um quarto para outra pessoa trabalhar. Roy considera-se bissexual. Ele não é fluente em nenhuma outra língua estrangeira, mas consegue se comunicar, *precariamente*, em inglês e *um pouco melhor* em espanhol.

termos de valores recebidos, pois permitiu-lhe aceitar propostas muito vantajosas, do ponto de vista financeiro, que antes eram negadas, pois ele não abria essa via de negociação.

> Eu faço PrEP e ele me dá hoje a possibilidade de algumas propostas enormes que eu já tinha antes, que eu nunca ousei fazer porque eu não tinha noção do que era PrEP. Depois do PrEP, eu hoje faço alguns clientes que me pagam muita grana pra eu transar sem camisinha.

Roy conta que para alguns clientes, sobretudo casais, ele informa que usa PrEP, e estes geralmente são seus *clientes fixos*. Para outros clientes, no entanto, ele é estratégico e não faz tal revelação. A esses, mais eventuais, mas que insistem no sexo sem camisinha, ele diz "olha, eu tenho que cobrar mais caro porque eu tenho uma medicação que eu tenho que tomar depois do ato". Ele sabe que não precisará tomar a profilaxia pós-exposição (PEP)[16] por 28 dias, pois já estaria protegido pela PrEP. Seus clientes é que não sabem, mas ele usa a negociação em torno do não uso da camisinha como forma de aumentar o valor cobrado pelo seu serviço, mesmo sabendo que já estaria, de antemão, protegido do HIV, ainda que vulnerável a outras ISTs. "Eu já sei que estou protegido completo. Eles não sabem".

Há aqui um contexto de negociação, uma gestão das economias do desejo. O antropólogo Néstor Perlongher (1987b) problematizou a noção de negociação em sua pesquisa sobre prostituição masculina em São Paulo, e penso que há diálogos possíveis com esse contexto de uso/não uso de preservativo, esclarecer/não esclarecer sobre a utilização de PrEP. Há, na visão de Perlongher, uma intensa negociação entre os michês e seus clientes. Essa negociação apenas aparentemente envolve a troca de sexo por dinheiro, mas ocupava-se de uma teia complexa que abarcaria um contexto sociocultural mais amplo, em que a negociação pode ser vista como uma resposta às limitações de escolhas disponíveis para esses indivíduos. Diante dessas limitações, são necessárias estratégias para conseguir pequenas vantagens naquele contexto, *a priori*, desfavorável. No caso de minha pesquisa, arriscar-se sem camisinha, mas protegidos do HIV pela PrEP, pode ser uma delas.

Essa negociação é presente na prática de diferentes *escorts*. Ocorre algo como a criação de um contexto de risco à infecção ao HIV que parte do desconhecimento do cliente de que o *escort* usa PrEP. Essa negociação, para tal prática desprotegida, envolve o acréscimo de

16 A PEP é uma intervenção médica realizada após a exposição a determinados agentes infecciosos, com o objetivo de prevenir o desenvolvimento da infecção. No contexto do HIV, por exemplo, a PEP envolve o uso de medicamentos antirretrovirais após uma possível exposição ao vírus para reduzir o risco de infecção. A"Profilaxia Pós-Exposição (PEP) é um conjunto de ações que visam evitar a transmissão do HIV e do vírus da hepatite B após exposição ocupacional, sexual e/ou violência sexual. Consiste no uso de medicamentos antirretrovirais e/ou antivirais da hepatite B por um período determinado de 28 dias, com início o mais precocemente possível após a exposição». Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/guia-de-recomendacoes-para-profilaxia-pos-exposicao-pep. Acesso em: 27 dez. 2023.

dinheiro para a realização do atendimento dessa forma. Além disso, revelar-se usuário de PrEP, dependendo do grau de informação do cliente, poderia sinalizar que o *escort* já estaria infectado pelo HIV e fazendo o tratamento antirretroviral. Robinho[17], por exemplo, conta um pouco como procede em relação a isso:

> Você sempre vai correr algum risco. Tem que cobrar mais. Eu não falo que uso PrEP, porque os clientes não sabem diferenciar. Às vezes falam que PrEP é pra quem tem HIV. Tipo, se você fala que toma PrEP, a pessoa já vai correr de você. As pessoas estão preocupadas com HIV. Eu já sei que HIV eu tenho muito pouca chance de pegar porque eu uso PrEP. Quase nenhuma. Mas, então, eu não precisaria negociar com o cliente esse valor, porque eu sei que já não vou ter HIV, mas eu negocio porque é um dinheiro a mais.

Como contraponto a esse tipo de prática considerada como de maior risco, ele diz "faço exames de três em três meses. Pra minha segurança e pra segurança de quem me procura". Além do cuidado com a própria saúde, como comentei um pouco antes, há uma preocupação dos interlocutores com a saúde de sua clientela. No caso de Robinho, por exemplo, cerca de 90% dos seus clientes são homens casados com mulheres. Ele ainda argumenta: "quando eu e o cliente estamos em risco, a família também vai estar. Eu não quero isso pra mim. Eu não quero isso pra eles. Por isso eu me cuido". Aqui há pistas de algumas razões pelas quais Robinho e outros interlocutores tivessem uma proximidade com os serviços de saúde, algo como uma parte do trabalho que desempenham.

A VOLTA AOS CONSULTÓRIOS: *TUDO TEM UM PREÇO*

Há uma rotina de testes, consultas e tratamento na vida dos interlocutores. Foram inúmeras as vezes que acompanhei alguns deles nesses espaços. Basicamente frequentávamos duas associações comunitárias e dois hospitais nos quais eles eram seguidos e dos quais eram pacientes. Ir a esses espaços nem sempre era algo tranquilo, sobretudo quando havia algum sintoma de qualquer IST. Havia uma sensação incômoda que André[18] classificava como

17 25 anos, é baiano de Salvador. Considera-se negro, tem 1,80m, 78kg e corpo definido como *malhadinho*. Possui ensino médio completo, cursado no Brasil. Sua situação em Portugal, do ponto de vista da documentação, é regular. Ele vive em Portugal desde 2017. Não costuma viajar pela Europa. Suas viagens são apenas por Portugal. Robinho se diz de classe média e identifica-se como gay. Ele se comunica apenas em português.

18 30 anos, mais de um 1,8m em um corpo magro, com músculos aparentes. Ele é de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul. Define-se como moreno escuro. Tem curso superior completo, feito no Brasil, na área de Ciências Humanas. Considera-se gay. Do ponto de vista da documentação consular em Portugal, está regular. Possui título

"julgamento: parece que tá toda gente me julgando. Parece que sabem que eu fiz merda". Esse *fazer merda* aventado por André em relação a olhares nos centros de saúde, hospitais e associações comunitárias também reverbera na vida ordinária. Talvez venha daí a potência da expressão *eu tomo PrEP*. Ela é muito definidora. Ela se basta. Ela encerra a discussão, pois colocaria abaixo, pelo menos diante dos *entendidos*, dos *chegados*, dos *do meio*, qualquer tipo de dúvida em relação ao HIV.

Essa volta dos homossexuais aos centros de saúde, aos consultórios, aos hospitais, é produtiva para refletir sobre tecnologias disciplinares e biopolíticas a partir de uma individualização e responsabilização dos próprios sujeitos pelo cuidado de si. Afinal, o investimento na medicalização como prevenção tem um caráter opcional no caso da PrEP. A pessoa pode optar por medicar-se. Nada é compulsório. Mas há contrapartidas. A medicina, como lembra Luiz Barp (2023) se apropria do conhecimento das biografias dos sujeitos homossexuais. No caso de minha pesquisa, observo isso para exercer certas ações de controle social da homossexualidade em prol da segurança biológica, sanitária e moral da população. Para poder fazer as *safadezas* desejadas ou necessárias, nos *atendimentos* ou no *vício*, torna-se imperioso deixar-se examinar e confessar as *merdas* no consultório, onde há tantos olhares à espreita.

Michel Foucault (2017) contara em uma passagem do primeiro livro da *História da Sexualidade* que o homem ocidental teria se convertido em um animal confidente. A confissão não é uma conversa entre dois interlocutores, porque há uma instância que avalia, julga, impõe, perdoa, consola, pune, reconcilia. É mais que dizer a verdade sobre si. Aliás, como pontua o autor, o sujeito que dizia a verdade na Antiguidade é diferente do sujeito da confissão. O dizer a verdade seria um ritual instrumental sobre as coisas práticas da vida em sociedade. Já a confissão, apropriada pela moral cristã, constitui-se como uma economia de poder, porque ela é mais que instrumental, ela é estabelecida como um operador de salvação. A confissão, transformada em operador de salvação pela moral cristã, foi uma estratégia tão eficiente que acabou sendo incorporada por outros campos como a saúde, a psicologia, a educação. Houve, como mostra Foucault, uma extensão do domínio da confissão fazendo com que tudo, ou quase tudo, que dizia respeito à vida das pessoas passasse pelo seu crivo (Foucault, 2009).

Essa me parece a expressão mais flagrante de que todos os avanços conseguidos em relação ao HIV ainda esbarram no estigma e no preconceito. Para tentar desviar deles, confessa-se. Diz-se mais que a verdade. Busca-se mais que a cura e uma vida saudável para o corpo. Espera-se, quem sabe, uma "não-condenação". Ainda que a situação pareça mais normalizada,

de residência. Em termos de classe social, André diz-se de classe média. Comunica-se em espanhol e precariamente em inglês.

é permanente o medo da infecção, porque a violência das imagens de pessoas associadas ao vírus e dos discursos de ódio construídos e difundidos durante os primeiros anos da epidemia mostraram-se resistentes ao tempo e aos avanços científicos. São permanências impertinentes. Manel dá o seguinte exemplo:

> Tu conheces uma pessoa na noite. E ao fim de dois, três dias, começam a rolar uns beijos, umas carícias e a pessoa agarra-te e dizes: olha, eu sou HIV+. O teu mundo, depois de andares aos beijos, aos amassos, ao sexo oral, o teu mundo cai. Tu pensas logo, que fostes, que já tens uma doença. E, hoje em dia, o HIV, é uma doença crônica. Já tá diagnosticado como uma doença crônica. Ou seja, se tu tomares a medicação diária, tua carga viral tá muito baixa para poder contaminar alguém. Mas a outra pessoa pode não querer ter um namorado que seja HIV+. A razão é o estigma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei este texto falando sobre aquele que era considerado em campo o maior problema em relação ao HIV: o estigma. O encerro com essa conversa que tive com Manel voltando ao ponto inicial. Há medo em relação ao HIV, um medo meticulosamente construído, que está para além dos efeitos do vírus e da doença no corpo da pessoa infectada. Trata-se de um medo que não é orgânico. É um medo moral. Um medo aprendido a ser conjugado como culpa. Em vista disso, talvez, seja muito difícil para alguns interlocutores tornarem pública sua sorologia. Algo que, inclusive, deve ser questionado é a necessidade de torná-la pública. Por quê? A quem interessaria a carga viral de HIV de uma pessoa senão a ela e a sua equipe médica? Não me parece que o medo da morte seja o definidor de alguns silêncios e de muitas estratégias. O HIV/AIDS é de quem o preconceito tem insistido em ser o companheiro impertinente, absolutamente presente, apesar dos promissores caminhos percorridos nos últimos quarenta anos.

Susan Sontag (1984) aborda a relação entre linguagem, metáfora e a percepção social da doença. Ela analisa como as metáforas associadas a certas doenças podem influenciar como a sociedade enxerga e estigmatiza os doentes. Em relação à AIDS, Sontag critica a tendência de culpar os indivíduos afetados por essa doença, destacando como a linguagem e as metáforas contribuem para essa estigmatização. A AIDS, na época em que Sontag escreveu, era frequentemente associada a estigmas sociais e morais, quem sabe até hoje ainda o seja. Ela observa que as pessoas infectadas eram frequentemente culpabilizadas, sendo vistas como responsáveis por sua própria condição devido a julgamentos morais sobre sua sexualidade.

A autora argumenta contra essa tendência de vincular a doença a uma suposta culpa moral, destacando a complexidade dos fatores que levam à infecção pelo vírus HIV. Além

disso, ela enfatiza a importância de separar a experiência da doença das metáforas carregadas de juízos morais, destacando que essa associação prejudica a compreensão da doença e perpetua estigmas. Sontag defende uma abordagem mais objetiva e livre de preconceitos, reconhecendo que atribuir culpas pode desviar a atenção de questões importantes relacionadas à pesquisa, ao tratamento e ao apoio às pessoas infectadas.

Os dados produzidos em minha etnografia apontam que, talvez, seja preciso ir além das conclusões – muito pertinentes ao campo – de Sontag naquela altura. Não percebo que bastaria uma abordagem, da ciência em geral e da medicina em específico, que fosse capaz de eliminar metáforas estigmatizantes. Digo isso porque, ao fim e ao cabo, é quase impossível, ao produzir conhecimento médico-científico, não lançar mão de metáforas. O trabalho etnográfico que realizei com os *escorts* segue nessa direção. Há ali exemplos variados de formas criativas – ainda que não alheiras de experiências negativas – de lidar com as intrincadas negociações que envolvem o desejo e os usos da profilaxia.

Há complexidade nesse cenário. Eu percebi em campo discursos de risco, discursos de cuidados de si e dos outros, mas há muitos discursos de medo. Mais que isso, há potentes discursos sobre o medo. O escritor moçambicano Mia Couto, durante a Conferência de Estoril de 2011, apresentou uma reflexão seminal sobre o medo. Eis um pequeno extrato:

> O medo foi um dos meus primeiros mestres. Antes de ganhar confiança em celestiais criaturas, aprendi a temer monstros, fantasmas e demônios. Os anjos, quando chegaram, já era para me guardarem. Os anjos atuavam como uma espécie de agentes de segurança privada das almas. […] O medo foi, afinal, o mestre que mais me fez desaprender. […] Nessa altura algo me sugeria o seguinte: que há, neste mundo, mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas (Couto, 2011, p.1).

Couto retrata o medo como uma emoção (des)aprendida pela condição humana. Ele explora como o medo pode moldar as relações interpessoais, influenciar decisões e até mesmo se manifestar nas estruturas sociais. Essa abordagem reconhece o medo como uma força poderosa que afeta as experiências individuais e coletivas. Mia Couto explora como o medo pode estar intrinsecamente ligado à construção da identidade e à experiência das comunidades. Ele conta como o medo é alimentado por eventos traumáticos do passado, conflitos ou situações de instabilidade política, contribuindo para a formação da identidade de um grupo. Além disso, mostra como ele pode ser utilizado como uma ferramenta de controle social. Isso pode ocorrer em contextos políticos, nos quais o medo é explorado para manter as pessoas submissas, ou em níveis mais pessoais, em que ele é empregado para restringir a liberdade e a expressão.

Contrariamente ao retrato negativo do medo, Couto também assevera as possibilidades de transformação que o medo oferece. Ele pode ser uma força motriz para a busca de soluções, para a tomada de decisões corajosas ou para a união de comunidades diante de desafios

significativos. Essa perspectiva sugere que, apesar de suas implicações negativas, o medo pode ser um catalisador para a mudança. Essa abordagem poética pode fornecer uma noção mais ampla sobre o medo e suas manifestações. No caso do HIV/AIDS, pode servir como uma alegoria feliz daqueles que conseguiram significar o medo como potência para superar o estigma do preconceito. (Re)existindo. Inclusive, porque como contara o próprio Mia Couto, "há quem tenha medo que o medo acabe" (Couto, 2011, p. 1).

REFERÊNCIAS

1. AYRES, José Ricardo; FRANÇA JUNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Haraldo César. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (ed.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 121-144.

2. BARP, Luiz Fernando. **(PrEP)arados**: a construção técnico-científica da homossexualidade masculina a partir da implementação da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV no Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

3. BARP, Luiz Fernando; MITJAVILA, Miriam. O reaparecimento da homossexualidade masculina nas estratégias de prevenção da infecção por HIV: reflexões sobre a implementação da PrEP no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300319. Acesso em: 22 out. 2025.

4. BARP, Luiz Fernando; MITJAVILA, Miriam; FERREIRA, Diego. Gestão biopolítica da Aids: a homossexualidade como fonte de periculosidade social. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 7, p. 223-236, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042022E716. Acesso em: 22 out. 2025.

5. CALAZANS, Gabriela, PINHEIRO, Thiago, AYRES, José Ricardo. Vulnerabilidade programática e cuidado público: Panorama das políticas de prevenção do HIV e da Aids voltadas para gays e outros HSH no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 263-293, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.13.a. Acesso em: 22 out. 2025.

6. CORREIA, Maria João. **O impacto da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao VIH na Europa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

7. COUTO, Mia. **Murar o medo**. Cascais: Conferência de Estoril, 2011

8. DEAN, Tim. Mediated intimacies: Raw sex, Truvada, and the biopolitics of chemoprophylaxis. **Sexualities**, [*s. l.*], v. 18, n. 1-2, p. 224-246, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1363460715569137. Acesso em: 22 out. 2025.

9. DUARTE, Francisco; RUA, Nuno; GOMES, David; PEIXOTO, Vasco Ricoca; AZEVEDO, Daniela; GRAÇA, Duarte; TEIXEIRA, Inês; FRUTUOSO, João; CARVALHO, Margarida; REDONDO, Maria; SILVA, Alexandre; FARIA, Ana; LOPES, Ana; VARINO, Fillipe; GOMES, Joana; TOMAZ, Marco; FIGUEIREDO, Vasco; ALMEIDA, Ana; RIBEIRO, Bruno; OLIVEIRA, Catarina; PINTO, Diogo; SANTADA, Matilde; ARAÚJO, Rita; RIBEIRO, Sara. Pre-exposure prophylaxis for human immunodeficiency virus in the medical curricula in Portugal: A cross-sectional analysis. **Acta Médica Portuguesa**, Lisboa, v. 35, n. 4, p. 242-248, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.20344/amp.15446. Acesso em: 22 out. 2025.

10. FONSECA, Elize; BASTOS, Francisco. Evolution of HIV/AIDS response in Brazil: Policy innovations and challenges in the fourth decade of the epidemic. **The International Journal of Health Planning and Management**, [*s. l.*], v. 33, n. 1, e238-e250, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1002/hpm.2452. Acesso em: 22 out. 2025.

11. FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008

12. FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso do Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

13. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976*)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

14. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2017.

15. GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres perigosos**: erotismo, gêneros e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

16. GRUNVALD, Vi. **Existências, insistências e travessias**: sobre algumas políticas e poéticas de travestimento. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

17. MATIAS, Wertton; FRANCH, Monica; SILVA, Luziana. Entre o medo e a ética da vida: a chegada da PrEP ao serviço público de saúde de João Pessoa, na Paraíba. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 60, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2238-6009.2022v1n60ID30804. Acesso em: 22 out. 2025.

18. MATIAS, Wertton. **Nas fronteiras da AiD$**: experiências com a PrEP em Brasília, Manaus e Recife. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de

Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2022a.

19. PASSAMANI, Guilherme. **Escorts**: Uma etnografia com homens brasileiros que fazem trabalho sexual em Portugal. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2024.

20. PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**. Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume, 2009.

21. PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1987a. (Coleção Primeiros Passos, n. 197).

22. PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: a prostituição viril. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

23. PINHEIRO, Thiago. **Camisinha, homoerotismo e os discursos da prevenção de HIV/AIDS**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

24. SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

25. VALLE, Carlos Guilherme do; SILVA JUNIOR, Fernando Joaquim da. Administrando a "revolução": formando o debate público sobre a profilaxia pré-exposição (PrEP) no Brasil. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 60, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2238-6009.2022v1n60ID31171. Acesso em: 22 out. 2025.

Guilherme Rodrigues Passamani
Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e Doutor em Antropologia Instituto Universitário de Lisboa. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5019-0832. Email: guilherme.passamani@ufms.br.

Entre ruínas e histórias, histórias de ruínas: Atafona como paisagem do Antropoceno no Litoral Brasileiro[1]

Between ruins and stories, stories of ruins: Atafona as an Anthropocene landscape on the Brazilian coast

Juliana Blasi Cunha
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Abraão Moura Valpassos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

Jason Bartholomew Scott
Colorado State University, Pueblo, Colorado, Estados Unidos da América

RESUMO

No delta do rio Paraíba do Sul, na região norte do estado do Rio de Janeiro, está situado o distrito de Atafona. Ao longo do século XX se estabeleceu ali o principal balneário dos moradores da cidade de Campos dos Goytacazes, que construíram em Atafona suas residências de vilegiatura e para as quais sazonalmente passaram a deslocar-se com suas famílias. Há cerca de 60 anos, com a intensificação das perturbações ecológicas sofridas pelo rio Paraíba do Sul, o mar iniciou um processo de paulatino avanço sobre as áreas construídas do balneário, "engolindo" quarteirões inteiros e eliminando casas, árvores e ruas da paisagem. Hoje, à beira da praia, vergalhões, paredes, lajes e outros resquícios daquilo que outrora foram as casas de veraneio constituem as ruínas de Atafona, oferecendo, a um só tempo, as imagens do presente e as memórias de um passado relativamente próximo. Nosso artigo, a partir de trabalho de campo etnográfico — da realização de entrevistas, de revisão bibliográfica, da consulta a material jornalístico e da análise de álbuns de fotografias de família — apresenta a constituição de Atafona como balneário das elites do Norte Fluminense e reflete sobre a formação das ruínas da praia e o impacto social do processo erosivo em uma paisagem que proporciona a materialização do Antropoceno.

1 Este trabalho contou com apoios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) por meio do Edital nº 27/2021 Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1), do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e da Fullbright.

Recebido em 8 de novembro de 2024.
Avaliador A: 27 de fevereiro de 2025.
Avaliador B: 17 de abril de 2025.
Aceito em 25 de julho de 2025.

CC BY

Palavras-chave: Atafona, Antropoceno, Ruínas, História oral, Brasil.

ABSTRACT

The district of Atafona is located in the delta of the Paraíba do Sul River, in the northern region of the state of Rio de Janeiro. During the 20th century, it became the main resort for the residents of the city of Campos dos Goytacazes, who built their summer homes in Atafona and traveled there with their families on a seasonal basis. About 60 years ago, with the intensification of the ecological disturbances suffered by the Paraíba do Sul River, the sea began a process of gradual encroachment on the built-up areas of the resort, "swallowing" entire blocks and eliminating houses, trees and streets from the landscape. Today, on the beachfront, rebar, walls, slabs and other remnants of what were once summer homes constitute the ruins of Atafona, offering, at the same time, images of the present and memories of a relatively recent past. Our article, based on ethnographic fieldwork—conducting interviews, reviewing bibliography, consulting journalistic material and analyzing family photo albums—presents the constitution of Atafona as a seaside resort for the elites of the North of Rio de Janeiro and reflects on the formation of the ruins of the beach and the social impact of the erosion process in a landscape that provides the materialization of the Anthropocene.

Keywords: Atafona, Anthropocene, Ruins, Oral history, Brazil.

INTRODUÇÃO

Nosso texto é sobre uma praia situada na foz de um rio, em uma região que costuma ficar distante das preocupações das grandes cidades. O que temos para contar, todavia, parece não apenas interessante ou curioso, mas sobretudo importante e, quiçá, didático. É uma história sobre pessoas, mas também sobre um rio, sobre o mar e sobre como tudo se relaciona para criar uma paisagem de ruínas. Nossa intenção aqui é apresentar algumas das histórias que ajudaram a elaborar as ruínas que atualmente caracterizam a praia de Atafona.

Figura 1. Destroços na praia vistos pela janela de uma casa em ruínas

Fonte: Carlos Abraão Moura Valpassos (2024).

Para isso, começaremos falando um pouco do rio Paraíba do Sul e de sua importância para as cidades do norte do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. O rio que fornecia a água, que enriqueceu o solo e que disponibilizou a argila que seria utilizada para erguer as casas, foi o mesmo que causou enchentes e, por isso e para abastecer duas grandes metrópoles brasileiras, foi objeto de diferentes intervenções humanas. Depois, nosso foco será voltado para Atafona, quando destacaremos como ali se constituiu um dos principais balneários do Norte Fluminense, uma vez que a praia foi escolhida como local de vilegiatura pela elite de Campos dos Goytacazes, cidade que desempenhou importante papel na economia nacional devido à sua indústria sucroalcooleira. Abordaremos os primeiros episódios de frequentação de Atafona por veranistas, apresentaremos fotos de suas casas e de algumas de suas atividades em meados do século XX. Nosso intuito é mostrar a riqueza das sociabilidades familiares e de sua relação com e nas casas que ali foram construídas, de tal forma que famílias e casas se identificaram e se amalgamaram.

Isso, que pode ser pensado como o período áureo de uma sociabilidade de vilegiatura, contrasta com a ameaça assombrosa, paulatinamente concretizada, do avanço do mar sobre Atafona. Essa é a parte final de nosso texto, quando destacamos as perturbações vivenciadas pelo rio Paraíba do Sul como principal explicação para o avanço do mar em Atafona. Em um movimento gradual, por vezes intensificado, as ondas do Atlântico avançam sobre as ruas e casas de Atafona, engolindo quarteirões e elaborando uma instável paisagem de ruínas.

As casas de vilegiatura, cenário da convivência das famílias e de diferentes eventos

e confraternizações, transformam-se, pouco a pouco, em memórias que não encontram materialidade em que possam se sustentar. São apagadas da paisagem, mas, antes disso, "resistem" ao mar: são dilapidadas por meio do toque das ondas e exibem, aos poucos, suas vigas e seus cômodos, até que caem e jazem na areia da praia, às vezes por meses ou anos, antes de serem encobertas por água e areia. Assim, embora removidas da paisagem e encobertas pelas águas do mar, as casas permanecem erguidas nas memórias de seus antigos frequentadores, fazendo com que a paisagem de ruínas constitua um conjunto de histórias oferecidas a quem as observa. Este trabalho, escrito a seis mãos, elabora um apanhado de dados etnográficos de diferentes momentos e origens. Nossa base são as entrevistas realizadas por Juliana Blasi Cunha entre os anos de 2005 e 2007 com antigos veranistas de Atafona, pessoas que, à época, tinham 70 anos ou mais e narravam as histórias das casas que estavam por perder ou que já tinham perdido para o mar. A partir de algumas dessas entrevistas, foram apresentados à etnógrafa alguns álbuns de fotografias que, ao mesmo tempo que recuperavam a história oral das famílias, apresentavam visualmente as antigas formas de sociabilidade nas casas e quintais que foram engolidos pelo mar.

Carlos Abraão Moura Valpassos e Jason Bartholomew Scott realizaram trabalho de campo colaborativo em Atafona durante os meses de janeiro, julho e dezembro de 2024. As experiências de campo dos três se reúnem aqui, com suas distintas inclinações teóricas, para tentar ilustrar o quadro de transformações promovidas pelo processo erosivo. Assim, apresentamos a mutável paisagem da praia de Atafona, com o intuito de relacionar história regional e crise climática a partir de um pequeno balneário no sudeste brasileiro.

O RIO PARAÍBA DO SUL

O rio Paraíba do Sul nasce no estado de São Paulo — no município de Areias, na Serra da Bocaina —, cruza o Vale do Paraíba e percorre três estados federativos: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo considerado o mais importante rio deste último. Suas águas abastecem inúmeras cidades ao longo dos cerca de 1.135 km de curso entre a nascente e seu delta, na divisa entre os municípios de São João da Barra, no distrito de Atafona, e São Francisco do Itabapoana, no arraial de Gargaú.

Antes do estabelecimento de qualquer toponímia — quando o mundo não era dividido em países, estados ou municípios, e quando nem mesmo os quilômetros eram utilizados como unidade de medida —, o rio Paraíba, mais protagonista do que cenário do drama que nos propomos a apresentar, já atuava na região do que hoje chamamos de Norte Fluminense.

Geógrafos, geólogos e eco-historiadores destacam o papel do Paraíba na formação da região, ressaltando que, a partir do deslocamento de sua foz da região do Furado para o atual delta entre Atafona e Gargaú, o rio aluvial depositou seus sedimentos na planície, configurando o solo que, após a colonização portuguesa[2], seria valorizado por seu potencial para o cultivo da cana-de-açúcar — principal produção de Campos dos Goytacazes no século XX. Como assinala Alberto Lamego (1945, p. 52):

> Recapitulemos, de relance, as formações recentes da planície, tablado que o Paraíba, expulsando o Atlântico, ergueu para a vigorosa evolução histórica do campista. Os sedimentos recentes, solidificando a planície, é que nos deram o irrivalizável solo para a cana. Toda a grandeza econômica de Campos dêles parte. Toda a história do açúcar e, consequente- mente, a própria história social de Campos está enraizada a essa mancha de aluviões recentes, pequena em relação a área total ocupada. Tôdas as grandes repercussões econômicas e sociais, como adiante mostraremos, emanaram diretamente dêsse barro que enterrou o velho delta, dividiu naturalmente a gleba em um sem número de lagoas, insinuando a partilha da terra em propriedades médias e pequenas, incentivou lutas tremendas para essa divisão com o atrativo de um solo fertilíssimo e, paradoxalmente e ao mesmo tempo, conduziu toda essa plebe rural, eminentemente individualista, a grande monocultura que destrói a iniciativa particular.

O rio Paraíba descrito por Lamego desempenha protagonismo para a formação geológica e social do Norte Fluminense. Foi ele que proporcionou o solo argiloso que destaca o papel do ambiente para as atividades humanas, impulsionou a produção de açúcar nas engenhocas e engenhos ao longo dos séculos e possibilitou a instalação de 27 usinas de cana de açúcar no início do século XX. Foi também o mesmo solo aluvial que forneceu a matéria prima para as numerosas olarias da planície goitacá, que produziram os tijolos que ergueram as edificações das cidades do Norte Fluminense (cf. Lamego, 1945, p. 50 e p. 104). Na narrativa proposta por Lamego, o rio Paraíba do Sul é um herói desbravador que promoveu as condições necessárias para os empreendimentos econômicos que caracterizariam a região. Todavia, o rio que proporcionou historicamente os ativos da região é o mesmo que se apresentou como grande inimigo da população campista quando, depois da chegada dos portugueses, em períodos de

2 A região do Norte Fluminense é marcada por vestígios da colonização, que podem ser percebidos de diferentes maneiras, uma vez que estão expostos nas ruínas das usinas de cana-de-açúcar visíveis na paisagem, nos canaviais que circundam os espaços urbanos ou na fuligem que cai do céu como neve negra em função das queimadas realizadas no período de colheita da cana. A colonização também se expõe no nome da maior cidade da região, Campos dos Goytacazes, onde a toponímia indica que os campos da planície pertencem a um grupo étnico chamado Goytacazes, mas não menciona que estes foram dizimados ao longo da história. Não é nosso foco aprofundar o debate sobre a colonização da região Norte Fluminense, mas é preciso ter em mente que tudo que discutimos aqui possui um pano de fundo colonial, marcado pela escravidão, pela monocultura canavieira e pela expansão da agropecuária. Para reflexões que correlacionam as perturbações ecológicas sofridas pelo rio Paraíba do Sul, Atafona, a colonização da região Norte Fluminense e questões raciais, sugerimos a leitura do trabalho de Codeço (2025), em que ele apresenta textos historiográficos sobre investidas coloniais portuguesas na planície Goytacá para então propor uma interpretação contracolonial de tais eventos.

cheias, despejou suas águas sobre a cidade:

> A enchente grande é o maior dos pesadelos do campista. Desde os longes coloniais que o Paraíba intermitentemente agigantado se atira contra a cidade para derrubá-la, buscando os caminhos de água e as lagoas aterradas que deixara outrora entre as elevações dos tabuleiros (Lamego, 1945, p. 165).

> As enchentes causadas pelo rio Paraíba marcam a história da colonização portuguesa na região do Norte Fluminense. Os charcos caracterizaram-se como obstáculos à ocupação da região, pois dificultavam o cultivo de cana e a criação de gado. O trabalho de Lamego, claramente inspirado no clássico livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, dá ao ambiente forte destaque na conformação das ações humanas. Ao escolher o título de sua obra, *O Homem e o Brejo*, Lamego enfatizou a relação entre homens e brejos, conjugando-os. O texto, ao mesmo tempo em que destaca as benesses proporcionadas pelo rio Paraíba do Sul, apresenta-o também como grande antagonista. Trata-se, pois, de uma relação de ambiguidade, uma vez que o rio Paraíba que traz riqueza e prosperidade é o mesmo que destrói aquilo que foi construído e que dificulta a "exploração" do ambiente.

A luta entre homens e charcos é o tema central no livro de Lamego. Ali estão expostos os desafios impostos pelo ambiente aos interesses humanos. As cheias recorrentes alagavam a cidade de Campos, prejudicavam as plantações e os pastos para, depois, deixar uma área alagada. Esses brejos, criados e recriados sazonalmente, passaram a ser identificados como áreas insalubres, uma vez que representavam ambientes adequados para a proliferação de mosquitos vetores de doenças que assolavam a população. Constitui-se, assim, uma representação das áreas alagadas como ambiente associado às doenças que — como a malária, a febre amarela, o tifo etc. — prejudicavam a população e, com ela, o desenvolvimento econômico e social (Valpassos, 2021; Mello; Vogel, 2004).

A correlação entre doenças, áreas alagadas e subdesenvolvimento transformou-se em uma questão de saúde pública no Brasil do século XX. Foi desse modo que, em 1940, foi criado o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Esse órgão materializou no relevo, por meio de diversas intervenções da engenharia hidráulica, a cosmologia do saneamento (Valpassos, 2021), levando à realização de obras que, para proporcionar o progresso da nação, visavam trazer dinamismo ao que parecia ser um regime estático das águas. O fluxo e o movimento se apresentavam como benéficos, ao contrário daquilo que se mostrava estático. Era necessário que as águas fluíssem e, para isso, foram realizadas inúmeras dragagens e retificações de rios e córregos. E, como o saneamento se apresentava como questão nacional, o Norte Fluminense era, por suas características geográficas, um dos principais desafios.

O rio Paraíba do Sul, antigo desafio aos interesses humanos, que já era alvo de diferentes intervenções antrópicas ao longo da ocupação da região, tornou-se alvo privilegiado da cruzada sanitarista. Canais foram abertos de modo a desviar as águas do rio para a Lagoa Feia, para que de lá escoassem para o oceano e, assim, fossem evitadas, ou atenuadas, as enchentes. Do

mesmo modo, diversos afluentes do rio Paraíba do Sul foram retificados ou canalizados. Como se não bastasse, o processo de urbanização da região sudeste do Brasil, ao longo do século XX, representou maiores ataques ao rio: a intensificação da captação de água para abastecimento das cidades, o despejo de esgoto sem tratamento, o desmatamento das matas ciliares e a extração de areia para a construção civil. Como resultado, o rio Paraíba do Sul foi não apenas poluído, mas também intensamente assoreado, o que se refletiu na redução de sua profundidade em diversos pontos e na perda de vazão. Se na primeira metade do século XX o transporte de mercadorias entre Campos e o porto de São João da Barra era feito pelas águas do Paraíba do Sul (Lamego, 1974), o século XXI apresentaria um rio que, em determinadas épocas do ano, poderia ser atravessado a pé pelos moradores de Campos dos Goytacazes.

Percebemos que Lamego dedica sua atenção aos eventos que marcam a região deltaica do Paraíba do Sul, enfatizando as atividades e empreendimentos que marcaram o rio até o início da década de 1940. Todavia, estamos tratando de um rio com mais de 1.000 km de extensão, que atravessa todo o sudeste brasileiro – região mais povoada do país. Nesse sentido, para termos uma dimensão mais apropriada das perturbações ecológicas[3] sofridas pelo Paraíba do Sul, devemos ter em mente que o processo de intervenções se deu ao longo de todo o seu curso, e não apenas na região do Norte Fluminense, desde sua nascente até sua foz, do período colonial até os dias de hoje, tal como destaca Pádua (2022).

Na segunda metade do século XX, paulatinamente houve a adoção de iniciativas no sentido de reduzir os danos causados ao rio Paraíba do Sul. Desde a década de 1980, são organizados, em diferentes cidades, mutirões para coleta de lixo das margens fluviais. Do mesmo modo, foram implementadas leis para limitar a retirada de areia do leito do rio, e ao longo das primeiras décadas do século XXI foram conduzidos projetos para a recuperação e a preservação de nascentes. Apesar de seu valor moral, tais iniciativas ainda são tímidas diante das ações que poluíram e desviaram as águas do Paraíba do Sul. Todas essas ações, que podemos classificar como perturbações ecológicas, aconteceram sobretudo nas regiões urbanizadas atravessadas pelo rio, e seus efeitos podem ser sentidos em diferentes áreas — como, por exemplo, o processo de desertificação vivenciado na região Norte Fluminense, onde o rio Paraíba do Sul, que antes era motivo de medo em virtude das enchentes, se transformou em fonte disputada de água para

3 Além das perturbações ecológicas causadas pelo despejo de esgoto *in natura*, pelo desmatamento das matas ciliares, pela extração de areia do leito do rio e pelos desvios para abastecimento de diferentes cidades ao longo de seu curso, o Paraíba do Sul também sofreu em diferentes ocasiões com o derramamento de material tóxico resultante das atividades industriais e de mineração, tal como em 1982, quando do rompimento da barragem de lama tóxica da Cia. Paraibuna de Metais, e em 2003, quando houve a ruptura da barragem da indústria Cataguases de Papel, quando foram despejados cerca de 1,2 bilhão de litros de rejeitos químicos no rio Pomba, que depois desaguaram no Paraíba do Sul. Para maiores detalhes sobre derramamentos de rejeitos industriais no leito do rio e seus efeitos sociais, consultar Huguenin (2006) e Huguenin e Martínez (2023).

irrigação de lavouras.

AS CASAS DE VILEGIATURA

Atafona é um dos principais balneários dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Todavia, a Atafona de hoje contrasta de modo notável com os períodos de esplendor vivenciados no século passado. A relação entre Atafona e a cidade de Campos começou em virtude de interesses pragmáticos: Campos necessitava de um acesso ao mar para enviar sua produção. Lamego (1945) assinalou a dependência de Campos em relação a São João da Barra e Atafona em função das atividades portuárias.

Os interesses econômicos podem ser pensados como o ponto de partida. No entanto, mesmo com o declínio das atividades portuárias, sobrepujadas pelo transporte ferroviário, a relação entre Campos e Atafona se manteve. Na aurora do século XX, o arraial, para além de seu potencial portuário, passou a ser conhecido também por seu "clima privilegiado", o que estimulou o início da visitação de Atafona enquanto balneário. Atafona passava a ser conhecida como uma região dotada de propriedades terapêuticas e, assim, aos doentes de beribéri eram recomendadas atividades físicas e "ar puro".

> O característico vento nordeste, a areia monazítica e a alta concentração de iodo são características da praia de Atafona ressaltadas, frequentemente, por seus antigos frequentadores, que a propagandeiam como '3º melhor clima medicinal do mundo'. As propriedades medicinais de Atafona são, quase sempre, o primeiro assunto em suas narrativas sobre Atafona e esse seu período inicial de frequentação. Muitos são os casos narrados de parentes e conhecidos que, em Atafona, se curaram de enfermidades variadas e, nessa época inicial, principalmente, o beribéri (Blasi Cunha, 2020, p. 84).

As propriedades terapêuticas mesclavam-se com a ludicidade com que os campistas passaram a vivenciar o local. A fruição do lugar encontrava-se em processo de transformação e aquela praia de águas castanhas, antes frequentada apenas por poucos pescadores, passou a receber pessoas que buscavam recuperar a saúde e, nesse ínterim, despertaram em seus familiares o desejo de vivenciar a praia como espaço de lazer. Ali a estética da paisagem, associada à ruptura dos ritmos laborais, oferecia as condições ideais para que uma parcela afluente da sociedade campista a elegesse como balneário. As primeiras décadas do século XX, desse modo, viram Atafona transformar-se, primeiro, em um lugar de repouso e recuperação; e, depois, em um lugar lúdico, no qual a rotina do trabalho cedia lugar para a sociabilidade das varandas e para as caranguejadas e peixadas sob as frondosas amendoeiras.

Havia, no entanto, uma estrutura urbana pouco desenvolvida, e serviços considerados

essenciais — como água encanada, esgoto e o fornecimento de energia elétrica — faziam-se ausentes. Isso limitava a frequentação turística e, ao mesmo tempo, impulsionava a adequação do lugar aos interesses de seus visitantes.

Nessa época, poucas pessoas habitavam Atafona. Os moradores da região estavam nas ilhas da Convivência e do Pessanha ou na cidade de São João da Barra. A frequentação inicial se deu a partir do uso das casas de pescadores, mas não demorou muito para que os veranistas, em busca de condições mais confortáveis, começassem a erguer suas próprias casas de vilegiatura.

Na primeira metade do século XX, quando começaram a ser erguidas pela elite de Campos dos Goytacazes as primeiras casas de vilegiatura de Atafona, houve uma valorização das sociabilidades estivais, o que ampliou o interesse pela praia e pela elevação de novas vivendas.

O recrudescimento da frequentação turística fez com que aumentasse a população residente em Atafona, o que acelerou o processo de urbanização do arraial. Os veranistas, desse modo, desempenharam um papel importante para que as pessoas tomassem Atafona como local de moradia permanente. Pois, a partir de relações sociais e políticas, as famílias de veranistas impulsionaram investimentos no balneário, dotando-o de luz elétrica e água encanada.

A conversão de Atafona em balneário campista iniciou um processo de migração pendular que dura até os dias de hoje, quando muitas famílias se deslocam de Campos para Atafona para passar a temporada de verão na praia.

> essas famílias faziam uma verdadeira mudança para Atafona. Os preparativos para a temporada de verão começavam desde fins de dezembro, quando já se organizavam os objetos e utensílios que seriam levados para Atafona. Levava-se louças, panelas, roupas de cama, colchão, camas, fogão e os funcionários domésticos (cozinheira, passadeira, copeira, arrumadeira, lavadeira etc.) com os quais estavam acostumados em Campos (Blasi Cunha, 2020, p. 87).

Nesse ínterim, quando a frequentação do balneário dava seus primeiros passos, havia uma sociabilidade intensa nos ambientes domésticos. As casas eram instituições privilegiadas das relações entre as famílias, e as varandas eram o palco de boa parte das reuniões. Ali eram realizadas as brincadeiras diversas, como jogos de víspora e de baralho, bem como serenatas e contações de histórias e "causos".

Figura 2. Pessoas reunidas na varanda da casa Jangada Ypiranga

Fonte: Arquivo Privado de Rosely Sanz Blasi (1949).

Figura 3. Pessoas reunidas posando para foto na varanda da casa Jangada Ypiranga

Fonte: Arquivo Privado de Rosely Sanz Blasi (1949).

A edificação de casas trouxe novas dinâmicas ao arraial, transformando a paisagem, reconfigurando relações e criando identidades:

> Era comum que as residências de vilegiatura dessas famílias recebessem nomes, como, por exemplo, Vila Rosita, Vivenda Gaby, Vila Dora, Vivenda Boeschestein e Vila Dois Irmãos. Tais nomes eram fixados na fachada ou na parede das varandas dessas casas. Além de homenagear a dona do lar, figura tutelar dessas casas e famílias, por vezes, esses nomes serviam para marcar a identidade das famílias no balneário. Através do nome era possível identificar a localização de uma casa e seu respectivo dono em Atafona. As casas estavam diretamente relacionadas à identidade das famílias a que

pertenciam (Blasi Cunha, 2020, p. 92).

As casas e suas famílias tinham identidades mescladas e constituíam a toponímia do arraial. Orientavam, portanto, moradores e veranistas que precisavam se deslocar por Atafona em busca de lugares específicos:

> Essas casas dos veranistas de Campos, por vezes, são centenárias e, através dos seus nomes ou reuniões que nelas se realizavam, marcaram a identidade dessas famílias no balneário. Através da história da construção, inauguração e reformas de suas casas, meus interlocutores muito me revelaram sobre a história de suas famílias em Atafona. A partir da casa, rememoravam episódios, pessoas e querelas (Blasi Cunha, 2020, p. 96).

Figura 4. João Sanz posando na varanda da casa Jangada Ypiranga

Fonte: Arquivo Privado de Rosely Sanz Blasi (1947).

Figura 5. Pessoas brincando com uma bola na praia de Atafona

Fonte: Arquivo Privado de José Carlos Pereira (1957).

No final da década de 1950 foi construída a estrada asfaltada que liga Atafona a Campos dos Goytacazes. Isso facilitou o acesso ao balneário e estimulou ainda mais sua frequentação. Para atender às demandas dos frequentadores de Atafona, nessa época foram instalados, pouco a pouco, bares e restaurantes, sobretudo na região do Pontal, onde encontravam-se o rio Paraíba do Sul e o oceano Atlântico.

Figura 6. Vista panorâmica do Pontal de Atafona

Fonte: Arquivo Privado de César Caldas (1972).

Em 1959 o Atafona Praia Clube foi fundado e esse foi um marco importante para a dinâmica das relações familiares no balneário. Com o clube, era possível que o carnaval fosse festejado em Atafona, sem a necessidade de retornar para Campos para participar dos bailes.

> Uma das principais razões apontadas para a fundação desse clube era não ter mais que interromper a temporada de verão para "brincar" o carnaval nos salões dos clubes sociais de Campos. Nas décadas de 1960 e 1970, muitas foram as atividades sociais promovidas por essas famílias para o desfrute do seu grupo: shows com artistas de destaque nacional, bailes do Hawaii, festas à fantasia e concursos para eleger a "rainha do verão" (Blasi Cunha, 2020, p. 113).

Figura 7. Baile de Carnaval no Atafona Praia Clube

Fonte: Arquivo Privado César Caldas (1969).

O clube foi fruído e frequentado pelos jovens da época — que eram, em parte, netos da primeira geração de veranistas de Atafona: "Seus avós foram os pioneiros do início do século e seus pais, os jovens que frequentaram a Atafona rústica da década de 40" (Blasi Cunha, 2020, p. 113). Era a "geração goiabada", pessoas de "vinte e poucos anos" que, nos anos de 1970, buscavam vivenciar espaços para além do âmbito doméstico e da consequente observação familiar.

Esses novos espaços de frequentação ampliavam as possibilidades, mas não reduziam a intensidade e a relevância das atividades sociais realizadas nos espaços domésticos. As casas continuavam a ser fundamentais para a visitação de diferentes grupos domésticos de uma mesma família extensa ou mesmo para os encontros entre pessoas de diferentes famílias. Celebrações

eram feitas em forma de almoços ou caranguejadas, nos quais as pessoas passavam as horas vendo o tempo passar debaixo das "frondosas amendoeiras" dos quintais. Ter ou frequentar a casa de vilegiatura de uma dessas famílias significava o acesso a um grupo de pessoas e relações; estar em Atafona, nesse sentido, era estar associado a uma determinada casa e, portanto, a uma determinada família.

Ter uma casa em Atafona era um desejo para as famílias de Campos de Goytacazes. Isso significava prestígio e reconhecimento, além de participação e integração nas dinâmicas regionais. Desse modo, "Entre as décadas de 60 e 80, Atafona atingiu notoriedade entre as outras praias da região. A fama é a de um balneário frequentado por famílias 'da sociedade' campista em busca da vivência do lazer nos meses de suas férias" (Blasi Cunha, 2020, p. 116). Nesse período, a construção das residências de vilegiatura de veranistas de Campos intensificou-se consideravelmente. A paisagem da restinga, composta por extensões de areia e pitangueiras para todos os lados, aos poucos, foi mudando e tomando formato de amplas avenidas com quadras delimitadas — uma delas conhecida como "Avenida dos Campistas".

Ao final do século XX havia famílias que frequentavam Atafona há cinco gerações, nas mesmas casas. As histórias dessas famílias estavam associadas às suas casas de vilegiatura e estas, por sua vez, estavam sendo ameaçadas ou já tinham sido engolidas pelo mar.

A PAISAGEM DE RUÍNAS: O AVANÇO DO MAR SOBRE ATAFONA

Hoje, Atafona é conhecida por suas ruínas. Reportagens da imprensa nacional e internacional[4] debruçam-se sobre as ruínas, explorando as histórias que constituíram aquela paisagem de ares apocalípticos que fascina turistas, desperta tristeza e saudosismo nos antigos proprietários das casas e em seus descendentes, intriga pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e desafia o cotidiano daqueles que insistem em viver em Atafona.

4 Diversas reportagens e documentários estão disponíveis na Internet. A título de ilustração, podemos citar a reportagem *Como é a vida em Atafona, distrito do Rio que está sendo engolido pelo mar*, da Folha de São Paulo, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Y3jhD_Qvuww&t=12s; a reportagem da TV Record, apresentada no programa Domingo Espetacular, intitulada *Avanço do mar provoca destruição e engole parte de distrito no litoral do RJ*, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=1G20FG3zB-I; a matéria publicada na revista norueguesa Dagbladet, intitulada *Byen som slukes av havet*, disponível em https://www.dagbladet.no/nyheter/byen-som-slukes-av-havet/78541319; e a matéria assinada por Caio Barreto Briso, na Revista National Geographic, intitulada *A rising sea is eating away this Brazilian town*", disponível em https://www.nationalgeographic.com/environment/article/a-rising-sea-is-eating-away-this-brazilian-town.

Quando a paisagem de Atafona é tema de ensaios fotográficos, utilizada para campanhas de publicidade[5] ou obras artísticas — como o videoclipe da música "Amor Marginal", de Johnny Hooker[6] —, algo de trágico, decadente ou apocalíptico é ressaltado. Georg Simmel (1998, p. 139) assinalou que as ruínas destacam a oposição entre natureza e cultura: "o que erigiu o edifício foi a vontade humana, o que lhe confere sua aparência atual é o poder da natureza […]". As ruínas seduzem, pois destacam o poder da natureza e sua vitória sobre o que Simmel chama de "espírito humano". A natureza possibilita a criação humana e esta, por fim, é recuperada pela natureza.

Entendemos que as ruínas são processos históricos que articulam humanos e não humanos com o tempo. São verdadeiras memórias incrustadas em artefatos liminares[7] que se recusam a definir se pertencem ao passado, ao presente ou ao futuro. Elas são e estão ali, no agora, evocando o que se foi, possibilitando ponderações sobre o que se é e convocando a refletir sobre o que se há de ser. Em tempos de crise ambiental, ruínas provocam a imaginação. Elas nos convidam a compor histórias, a narrar eventos e a decidir sobre o que fazer em relação ao porvir. De acordo com Susan Stewart (2020, p. XIV):

> As ruínas surgem nas fronteiras das culturas e civilizações – fenômenos sincréticos, o seu próprio aparecimento depende de um ato de tradução entre o passado e o presente, entre os que pereceram e os que sobreviveram. As ruínas são, neste sentido, os alter egos do inacabado, e constituem um alerta aos construtores de monumentos.

As ruínas são, ainda, artefatos pedagógicos, pois são capazes de ensinar a quem se dispõe a observá-las e pesquisá-las. Dessa forma, elas podem constituir-se como sinais de alerta e, justamente por isso, entendemos que a paisagem de ruínas pode ser emblemática para refletir sobre a crise climática e sobre os processos que nos trouxeram até aqui.

Anna Tsing argumenta que as paisagens são o resultado dos encontros de diferentes personagens, humanos e não humanos. Elas possuem profundidade temporal e denotam, nesse sentido, os resultados de ações passadas e presentes; envolvem inúmeros atores e constituem-se como lugares de relações. Paisagens são, portanto, dinâmicas – e nelas "humanos são parte da história, mas os humanos não fazem a história":

> Uma paisagem é o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e

5 Atafona foi escolhida pela marca Misci como locação para o vídeo de sua apresentação na São Paulo Fashion Week do ano de 2020, quando o evento comemorou 25 anos e foi realizado de modo totalmente digital, em virtude da pandemia de coronavírus.

6 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qe713DXVF8k. Acesso em: 22 out. 2025.

7 Para uma discussão maior sobre as ruínas de Atafona como paisagem liminar, ver Blasi Cunha e Valpassos (2025).

> abióticas, importantes e construídas sem intenção. Paisagens são mundos ativos da vida, sustentados por traços e legados materiais, mas ainda abertos a formas e possibilidades emergentes (Tsing, 2019, p. 149).

Quando consideramos Atafona como uma paisagem de ruínas, a partir das leituras de Simmel, Stewart e Tsing, podemos reformular a relação daquilo que um dia se pensou como natureza e cultura, inserindo no espaço as noções de tempo, perturbação, colaboração e ação. As ruínas contam histórias de pessoas, do mar, do rio, dos ventos, da areia e de outras coisas mais que ainda não vislumbramos. As ruínas são o resultado das histórias de encontros e relações, e tudo isso se revela em Atafona, despertando curiosidade e perplexidade diante de um fenômeno ainda não plenamente compreendido.

Figura 8. Casa atingida pelo processo de erosão

Fonte: Jason Bartholomew Scott (2024).

Podemos tomar o avanço do mar como um processo "feral", ou seja, como "reações não projetadas de não humanos às infraestruturas humanas" (Tsing, 2019, p. 14), e isso pode destacar as reações do mar e do rio Paraíba do Sul aos desvios feitos nas águas deste, bem como a todo o processo de assoreamento e de retificação e canalização de afluentes. Estes, entretanto, são apenas alguns dos componentes explicativos de um fenômeno que envolve múltiplas facetas, tal como destaca Gilberto Pessanha Ribeiro em Briso (2021, n. p.):

> Há em Atafona, principalmente entre os moradores antigos, uma mistura de misticismo, religião e ciência. Para eles, o oceano é um ser vivo e a erosão costeira um castigo pelos erros cometidos pelo homem, como ter construído a velha igreja na praia com as

> costas voltadas para o oceano. […] Não há uma explicação única. Temos as mudanças climáticas, mas também os eventos regionais: influência do vento, as ondas, os efeitos astronômicos das marés e o transporte de sedimentos pelas correntes costeiras.

Diferentes questões estão envolvidas no fenômeno de avanço do mar sobre Atafona. As intervenções realizadas no rio Paraíba do Sul, todavia, parecem se destacar, uma vez que a diminuição da vazão do rio faz com que menos sedimentos sejam depositados na foz, facilitando o avanço do mar. Na segunda metade do século XX, o fenômeno já se manifestava, mas não parecia ser uma ameaça às casas de vilegiatura do arraial. O mar, naquela época, iniciava seu avanço de um modo lento e gradual, marcado por avanços e recuos, pessimismo e esperança. A paisagem de ruínas se constituiu gradualmente e as ruínas de hoje são artefatos da memória de muitas ações.

Figura 9. Mar avançando em um dia de ressaca

Fonte: Theo Valpassos (2021).

Para ilustrar um pouco disso, tomaremos como exemplo a casa de Nídia Lysandro de Albernaz. Como muitas outras pessoas, ela veraneou em Atafona desde sua infância. Em 1971, edificou sua casa no arraial – uma das mais imponentes já construídas em Atafona. Na época, a casa ficava a mais de 400 metros da beira mar e a família utilizava um jipe para percorrer o trajeto.

> Quando teve a primeira invasão da água lá na região dos pescadores, que se chama de Pontal, eu tive um grande pesar por eles. Agora, eu não podia imaginar que o mar chegasse até a nossa casa. Eu nunca mais fui a Atafona, desde que o mar se aproximou

> da nossa casa. Eu sabia. Eu tinha notícias, mas não queria saber como o mar estava, não tinha interesse. O muro da minha casa era enorme e os portões de madeira com barras de ferro, eram três: um para entrada de carro, outro de entrada social para a casa e outro de serviço. Primeiro, disseram que o mar tinha tombado os portões. Depois, não sei. Dizem que a água chegou até a porta do living e dos quartos da frente. Eu e o arquiteto planejamos tudo de tal modo que, sentada da minha mesa da sala de jantar, eu via o alto-mar. A distância era imensa. O areal você não pode imaginar (Blasi Cunha, 2020, p. 122).

Figura 10. Localização da casa de Nídia Lyzandro de Albernaz

Fonte: Arquivo Privado de César Caldas (1972).

Pouco a pouco, o mar avançou sobre a faixa de areia, até o ponto em que nada mais separava a casa de Nídia das ondas que batiam literalmente em sua porta. Não é possível precisar quando a casa foi destruída pelo mar, mas suas ruínas ficaram expostas por décadas, compondo a paisagem de Atafona.

A história da casa de Nídia é importante. Nela temos o relato de alguém que possuía vínculos sentimentais com Atafona, que ali estabeleceu seus afetos familiares e viveu momentos importantes de sua vida. Sua casa, nesse sentido, transcende os aspectos instrumentais da moradia, pois está envolvida por sonhos e memórias. Nídia decidiu erguer a casa acreditando que ela não seria atingida pelo avanço das águas. A edificação se pautou nos desejos de sua dona e no contexto daquele período, quando não se imaginava que a casa seria alcançada. Todavia, com o passar do tempo e com a continuidade das intervenções sobre o rio Paraíba do Sul[8], a

8 Para ilustrar a intensidade das intervenções sobre o rio Paraíba do Sul, podemos destacar que em outubro de 2021 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo obteve autorização para retomar a captação de águas

paisagem da praia foi se transformando até que a mansão se converteu em ruína. E a ruína ficou ali por décadas, se alterando e sendo alterada pelos movimentos das marés, lembrando aos passantes que outrora ali foi erguida uma grande casa.

A casa de Nídia também é exemplar como constituinte de metáforas. Nídia era filha de Bartolomeu Lysandro de Albernaz, dono de duas importantes usinas de cana-de-açúcar de Campos dos Goytacazes (Poço Gordo e São João). Na segunda metade do século XX, os usineiros da região tiveram importante papel no estímulo das políticas de saneamento. Eles, na época, lutavam contra as águas das enchentes do Paraíba do Sul que alagavam suas plantações. No início do século XXI, a região passou a sofrer um processo de desertificação, um fenômeno "feral" ainda em andamento, e a luta contra as águas se transformou em luta pelas águas – para irrigação das lavouras, satisfação das necessidades da criação de gado e para o abastecimento da população de Campos dos Goytacazes. Quando a casa foi erguida, a produção sucroalcooleira vivia um período áureo. O avanço do mar coincidiu com a decadência da produção de cana-de-açúcar e as ruínas da casa espelharam o processo de ruína econômica e social de um setor de grande destaque regional e nacional. Tudo isso são apenas metáforas, mas são também aspectos importantes que constituem as ruínas de Atafona enquanto histórias sociais capazes de promover, tal como observaram Veiga e Mello (2015, p. 199), um "jogo entre o passado e o presente, entre a extinção e a permanência, entre guerra e paz, morte e vida ou mesmo entre natureza e humanidade".

Fernando Codeço (2021, p. 253) destaca que as casas são "mastigadas" pelo mar em um processo de "ecofagia": "o mar está voltando, mas em seu retorno ele escava e desenterra memórias e existências silenciadas e ceivadas pelo avanço da civilização". Não se trata de um movimento abrupto, mas sim de uma coreografia pautada por constantes idas e vindas, como se o mar estivesse lentamente ingerindo e digerindo as casas.

> Da escarpa erosiva para o mar temos uma área que passa a sofrer um intenso processo de reviramento, o mar cava retirando as areias da praia e expondo as ruínas que já estão em processo de deglutição há mais tempo, e depois de um tempo volta a jogar areia, enterrando novamente a maior parte das ruínas. É um processo lento de deglutição, como se o mar tivesse que mastigar bem as ruínas antes de engoli-las completamente. As ruínas de maior porte, como, por exemplo, a do já referido "prédio do Julinho", podem levar muitos anos para serem completamente "mastigadas" e "engolidas" (Codeço, 2021, p. 251).

do rio Paraíba para abastecer o Sistema Cantareira, que atende a região Metropolitana de São Paulo. Isso aconteceu depois que a cota anual de captação de água foi atingida: 162 bilhões de litros de água. Disponível em:https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/13/sabesp-obtem-nova-autorizacao-para-captar-agua-do-rio-paraiba-do-sul-e-abastecer-o-sistema-cantareira.ghtml. Acesso em: 22 out. 2025). Além disso, o rio Paraíba do Sul, desde meados do século XX, cede suas águas para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através da transposição para o rio Guandu.

Figura 11. Casa erodindo

Fonte: Carlos Abraão Moura Valpassos (2023).

Enquanto algumas pessoas, como Nídia Albernaz, decidem não retornar a Atafona para não se confrontar com as ruínas — e as memórias — de suas antigas residências de vilegiatura, há outras que tomam essas ruínas como casas e recuperam a habitabilidade da paisagem, reconfigurando-a: "entre estas ruínas, algumas ainda seguem habitadas por pessoas que aprenderam a conviver com a força intensa dos ventos, da maresia e assaltos intempestivos das ressacas, alguns deles são pescadores e criam arquiteturas improváveis com as ruínas que são táticas para adiar a erosão" (Codeço, 2021, p. 253). A paisagem é reapropriada e ressignificada. Novas histórias e novas relações se estabelecem em Atafona. A vida continua e deixa evidente a transitoriedade da paisagem, ao mesmo tempo que expõe como as diferentes classes sociais experimentam de modo diverso o processo de avanço do mar. Para os mais pobres não se trata de retornar às residências principais, "da cidade", mas sim de procurar, ali mesmo, outras moradas ainda não atingidas, mas já ameaçadas, pelas águas[9]. Ou seja, para muitas pessoas atingidas pelo processo erosivo, resta a ocupação de casas que ainda podem ser habitadas ou a aceitação de deslocamento para outras partes do balneário ainda não atingidas pela erosão. Temos assim a

9 Os ritmos da vida em Atafona se alternam de acordo com as variações ambientais, sejam elas proporcionadas pelo mar, a partir de recuos ou avanços, ou mesmo pela mudança das estações, onde a calmaria do inverno contrasta com o "alvoroço" causado pela chegada dos veranistas. Para maiores detalhes sobre os ciclos rítmicos da dinâmica socioambiental e sobre como, entre as idas e vindas do mar, as pessoas perdem suas casas, "esperam" e se apropriam das casas que estão no caminho da erosão em Atafona, ver Pitrez (2025).

constituição dos "deslocados ambientais", categoria utilizada por Macalli (2025) para referir-se às pessoas de Atafona, em geral famílias de pescadores[10], que tiveram suas casas "engolidas" ou "devoradas" pelo mar.

Figura 12. Casa atingida pela erosão, com um cachorro deitado no sofá observando a praia

Fonte: Theo Valpassos (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos uma crise climática sem precedentes. O problema possui escalas planetárias e se descortina de um modo totalizante, mas os impactos e a tragicidade desse processo são sentidos e vividos de forma local. Estamos diante dos desafios do Antropoceno e de seus mais evidentes efeitos: o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos. O planeta Terra passou a ser percebido como um ecossistema integrado e complexo, no qual humanos e não humanos estão relacionados e se influenciam mutuamente. Gísli Pálsson (2020, p. 88) observa que

> Com o advento do aquecimento global, as geleiras do mundo começaram a ensinar

10 Cabe destacar que os pescadores de Atafona vivem o processo de erosão ao mesmo tempo em que estão envolvidos em conflitos territoriais promovidos pela construção do Porto do Açu, pela exploração de petróleo na região e pela pesca industrial realizada por embarcações estrangeiras. Para maiores detalhes sobre o tema, sugerimos o trabalho de Falcão (2013).

> à humanidade uma segunda e mais profunda lição, sobre a susceptibilidade da Terra ao impacto humano. Em alguns casos, o derretimento é acelerado por partículas de incêndios distantes, causados por humanos, que ficam presas na neve e no gelo, escurecendo a superfície das geleiras e aumentando a absorção da energia solar. Nesse sentido, incêndios e desmatamento recentes na Amazônia estão contribuindo para o derretimento das geleiras dos Andes.

Nesse sentido, entendemos que, quando contamos histórias sobre as ruínas de Atafona, estamos falando sobre as pessoas que ali construíram suas casas e viram o mar destruí-las paulatinamente, engolindo suas memórias e despedaçando a materialidade do que poderíamos entender como uma topofilia (cf. Tuan, 2015). Falamos de famílias, de casas, de festas e de destruição ao mesmo tempo em que colocamos todas essas questões em um contexto de crise climática e de intervenções antrópicas com consequências indesejadas e, quiçá, impensadas quando foram executadas. As ruínas de Atafona estão relacionadas ao avanço do mar e à redução da vazão do rio Paraíba do Sul. Isso, por sua vez, possui relação com as políticas públicas de saneamento do Brasil e com o abastecimento hídrico das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. E não é só. Pois o avanço do mar em Atafona também pode ser relacionado com a redução dos índices pluviométricos da região sudeste do Brasil e, por isso, com o desmatamento da Amazônia; isso para não mencionar o aumento do nível dos oceanos.

> O Antropoceno é importante porque a habitabilidade é ameaçada pelas repercussões das atividades humanas. E nós experimentamos a habitabilidade apenas através dos lugares. O Antropoceno é encenado em lugares, mesmo quando é uma circulação global. Esta não é a mesma situação, digamos, de corporações supostamente globais, que existem apenas em lugares específicos. Lá, a ideologia é global e a implementação é local. O Antropoceno é global; só faz sentido em escala planetária. E é também sempre restrito, perspectivo e performativo. Isso não é apenas porque várias pessoas imaginam o Antropoceno de forma diferente, ou apenas porque os sistemas globais causam impacto em vários tipos de pessoas de maneira diferente. É mais que isso. O Antropoceno é fragmentado porque é composto de várias assembleias de habitabilidade. Existe em e através desses fragmentos (Tsing, 2019, p. 205).

Hoje não sabemos como está o mar em Atafona. Seria necessário caminhar até a praia para saber se as águas estão avançando sobre as construções, se estão tal como as vimos em nosso último encontro ou se recuaram, afagando assim os espíritos daqueles que temem o momento de deixar ou perder suas casas. Sabemos, no entanto, que independente do que se passa no dia de hoje, o mar apresenta uma tendência a avançar. E essa tendência, sentida pelos moradores e pelos veranistas de Atafona, é constatada por geógrafos e por outros profissionais do mundo acadêmico que acompanham a produção de ruínas que se estabelece naquela praia. Sabemos, ainda, por meio dos periódicos regionais, que há organização política — articulada por moradores, veranistas e políticos locais — no sentido de promover obras de engenharia que alarguem o cordão litorâneo, afastando as águas e salvaguardando as construções que ainda

não foram atingidas. Isso, todavia, é um processo em andamento que ainda não se efetuou nas areias de Atafona, mas que nos faz pensar sobre como, em diferentes manifestações da crise climática, são evocadas a racionalidade e a técnica, expressas em cálculos e materializadas por meio do uso de diferentes tipos de máquinas com o objetivo de conter os desdobramentos dos fenômenos ferais e manter a ilusão de que há uma separação entre natureza e cultura – e de que esta última é capaz de administrar a primeira. Ou talvez esta última frase represente apenas nosso pessimismo diante das ações adotadas pelas pessoas que desejam impedir, ou retardar, o avanço do mar sobre suas casas e sobre seu lugar. E o emprego das racionalidades e técnicas disponíveis, então, pode ser, seguindo as ideias da Haraway (2022), uma forma de lidar/ficar/conviver com o problema.

Para finalizar este texto, e não o debate e a circulação de histórias e ideias, entendemos que, quando falamos de Atafona, uma pequena praia do litoral do Norte Fluminense, abordamos problemas de outra escala, sem deixar de tratar da dimensão local e dos seus efeitos tais como sentidos e vivenciados pelas pessoas que habitam, habitaram ou veranearam nas casas que hoje são ruínas. Atafona nos remete ao Antropoceno e, quando pensamos no Antropoceno, podemos facilmente ser remetidos à Atafona como um prelúdio dos desafios que se apresentam em decorrência da crise climática.

REFERÊNCIAS

1. BLASI CUNHA, Juliana. **Atafona**: Sociabilidade e memória em um balneário no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
2. BLASI CUNHA, Juliana; VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. Atafona: a crise ecológica e a manifestação das águas nas ruínas de uma praia liminar. *In*: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2025. p. 91-104.
3. BRISO, Caio Barreto. A rising sea is eating away this Brazilian town. **Revista National Geographic**, [*s. l.*], 21 out. 2021. Disponível em: https://www.nationalgeographic.com/environment/article/a-rising-sea-is-eating-away-this-brazilian-town. Acesso em: 18 nov. 2021.
4. CODEÇO, Fernando. Ecofagia: erosão como arte ambiental canibal. **Revista DasQuestões**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 247-265, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37250. Acesso em: 5 maio 2022.
5. CODEÇO, Fernando. NÁUS FRÁGEIS: uma leitura ecofágica da invasão portuguesa na Planície Goytacá. *In*: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-

UFF, 2025. p. 71-90.

6. FALCÃO, Hully Guedes. **Conflito, territorialidades e mudança**: um estudo sobre a dinâmica da pesca de Atafona – São João da Barra (RJ). 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

7. HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. *In*: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 66-127.

8. HUGUENIN, Fernanda Pacheco. **Desastres ambientais no rio Paraíba do Sul do ponto de vista dos pescadores de Gargaú**: dramas e "ofensas" para uma Antropologia Política. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2006.

9. HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. 'Depois da Cataguazes, o Rio não dá mais': acidentes socioambientais na Bacia do Paraíba do Sul como dramas sociais na pesca artesanal. *In*: ÁLVAREZ, Santiago; VALPASSOS, Carlos Abraão Moura (org.). **Alguns Olhares do Sul**: Antropologia, etnografia e análise de conflitos e crises no século XIX. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2023. p. 95-105.

10. LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1945.

11. LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: Lidador, 1974 [1946].

12. MACALLI, Paul. Respostas plurais ao avanço do mar – uma etnografia do deslocamento ambiental. *In*: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói, LABAC-UFF, 2025. p. 71-90.

13. MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. **Gente das Areias**: História, meio-ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Niterói: EdUFF, 2004.

14. PÁDUA, José Augusto. Localizando a história do antropoceno: o caso do Brasil. *In*: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (org.). **Os mil nomes de gaia**: do Antropoceno à idade da Terra. Rio de Janeiro: Machado Editora, 2022. p. 187-217.

15. PÁLSSON, Gísli. **The human age**: How we created the Anthropocene epoch and caused the climate crisis. Londres: Welbec, 2020.

16. PITREZ, Maria Cláudia Martinelli de Mello. "Tomar conta" do mar: reflexões sobre tempo de espera e apropriações de ruínas na praia de Atafona, RJ. *In*: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2025. p. 71-90.

17. SIMMEL, George. A ruína. *In*: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). **Simmel e a**

modernidade. Brasília: UnB, 1998. p. 135-142.

18. STEWART, Susan. **The ruins lesson**: Meaning and material in western culture. Chicago: The University of Chicago Press, 2020.

19. TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

20. TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EdUEL, 2015.

21. VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. **As insurreições dos Pescadores da Lagoa Feia**: Ambiente, Conflito e Memória Social no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

22. VEIGA, Felipe Berocan; MELLO, Marco Antônio da Silva. Além das ruínas: a Arqueologia Urbana como de reconhecer e fazer conhecer a cidade. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 38, p.169-206, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41678. Acesso em: 22 out. 2025.

Juliana Blasi Cunha
Bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8820-8230. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Pesquisa empírica, Redação e Revisão. E-mal: jblasicunha@gmail.com

Carlos Abraão Moura Valpassos
Professor de Teoria Antropológica do Departamento de Ciências Sociais e Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Doutor em Ciências Humanas com ênfase em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4876-3931. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Pesquisa empírica, Redação e Revisão. E-mail: cvalpassos@id.uff.br

Jason Bartholomew Scott
Professor do Department of Criminology & Criminal Justice da Colorado State University. Doutor em Antropologia pela University of Colorado Boulder. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7924-8479. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Pesquisa empírica, Redação e Revisão. E-mail: jasonbartscott@yahoo.com

Patrimonialização da memória LGBTQIAPN+: sujeitos, redes e lutas interpretativas[1]

Patrimonialization of LGBTQIAPN+ memory: subjects, disputes and agendas

Thiago Barcelos Soliva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa o processo de politização do debate sobre a memória LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro atual. Partindo da compreensão do patrimônio como ação política, buscaremos examinar a constituição de uma agenda de interesses em torno da noção de memória LGBTQIAPN+ por meio da qual se tem articulado sujeitos, redes/teias e lutas interpretativas responsáveis por produzir novas gramáticas políticas tanto no campo do patrimônio quanto dos ativismos LGBTQIAPN+. Como desdobramento desse processo, o artigo também explora o processo de emergência de uma "museologia LGBT" e de uma "historiografia LGBTQIA+", ambas associadas a criação de lugares de memória LGBTQIAPN+ como museus, acervos e arquivos que têm sido formados por ativistas individuais ou por coletivos nos últimos anos. Os dados dessa pesquisa foram produzidos por meio do mapeamento de algumas dessas iniciativas de patrimonialização e musealização promovidas por esses coletivos, principalmente por meio da criação de museus e arquivos virtuais. As atividades e discussões realizadas no contexto da "Rede LGBT de Memória e Museologia Social", da "Rede Nacional de Historiadores/as LGBTQIA+", e do "GT Memória e Verdade LGBTQIA+" também foram elementos importantes para este trabalho. Procuramos, assim, contribuir para o debate sobre a memória e sua intersecção com o complexo campo da produção das diferenças, em particular aquelas relacionadas a gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Memória LGBTQIAPN+, Patrimonialização, Museus, Resistência, Reconhecimento.

1 Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do processo nº 309704/2023-5.

Recebido em 5 de deembro de 2024.
Avaliador A: 26 de fevereiro de 2025.
Avaliador B: 15 de março de 2025.
Aceito em 5 de maio de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article analyzes the process of politicization of the debate on LGBTQIAPN+ memory in the current Brazilian context. Starting from the understanding of heritage as a political action, we will seek to examine the constitution of an agenda of interests around the notion of LGBTQIAPN+ memory through which subjects, networks/webs and interpretative struggles have been articulated, responsible for producing new political grammars in both the field of heritage and LGBTQIAPN+ activism. As an unfolding of this process, the article also explores the process of emergence of an "LGBT museology" and an "LGBTQIA+ historiography", both associated with the creation of LGBTQIAPN+ memory sites such as museums, collections and archives that have been formed by individual activists or collectives in recent years. The data for this research were produced through the mapping of some of these heritages and musealization initiatives promoted by these collectives, mainly through the creation of virtual museums and archives. The activities and discussions held in the context of the "LGBT Network of Memory and Social Museology", the "National Network of LGBTQIA+ Historians", and the "LGBTQIA+ Memory and Truth WG" were also important elements for this work. We thus seek to contribute to the debate on memory and its intersection with the complex field of the production of differences, in particular those related to gender and sexuality.

Keywords: LGBTQIAPN+ memory, Patrimonialization, Museums, Resistance, Recognition.

INTRODUÇÃO

Tem sido fortuna nos debates antropológicos sobre patrimônios e museus abordagens que se dedicam a compreender a ampliação do campo patrimonial operada nos últimos anos. Essa literatura tem chamado a atenção para as disputas e conflitos decorrentes de processos de patrimonialização e musealização conduzidos por coletivos que têm reivindicado "cidadania patrimonial" (Lima Filho, 2015) como estratégia de reinvindicação de direitos. Esse processo tem resultado na expansão do "vocabulário do patrimônio", conforme expressão de Gonçalves (2012), a qual parece estar diretamente relacionada à incorporação de uma determinada concepção da diferença, expressa nos discursos e nas práticas dos órgãos de preservação do patrimônio a nível nacional e internacional, especialmente a partir dos anos 2000. A instauração dessa nova ambiência tem feito com que processos de patrimonialização e musealização caminhem de forma paralela a processos de antropologização, como diria De L'Estoile (2022), complexificando o campo do patrimônio, suas agendas e pessoas especialistas envolvidas.

A história das políticas patrimoniais no Brasil não difere, conforme Abreu (2018), do modelo adotado pelo conjunto das nações Ocidentais. Essa autora caracteriza essas políticas patrimoniais como "políticas de distinção", nas quais "vestígios, testemunhos ou legados de manifestações históricas, artísticas e culturais são escolhidos para serem preservados da ação deletéria do tempo e vir a constituir referências perenes para processos consagrados de construção dos estados nações modernos" (Abreu, 2018, p. 9). As políticas patrimoniais atuam como mediadoras desse processo, refletindo projetos nacionais. No caso brasileiro, a ação dessas políticas converge para a busca daquilo que se convencionou chamar de "autenticamente nacional", um tipo de narrativa que se vincula a uma concepção de homogeneidade cultural.

Diferentes trabalhos têm ajudado a documentar a centralidade dessas "políticas de distinção" na consolidação de discursos patrimoniais no contexto brasileiro. O trabalho pioneiro de Regina Abreu (1996) sobre a coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, constitui um exemplo importante das diferentes estratégias de consagração do nacional agenciadas por aqueles objetos responsáveis por inventar o "homem público" – personagem de ilibada reputação e origem nobre –, digno, portanto, de ser eternizado como herói nacional. Nesse processo, a atuação de Gustavo Barroso, diretor longevo do MHN, foi fundamental. A partir do que Abreu (1996) chamou de "culto da saudade", Gustavo Barroso imortalizou o passado imperial como legítimo representante da memória nacional. Outros museus nacionais, como o Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, também foram responsáveis por consolidar certa representação do passado a partir da idealização do período imperial (Santos, 2009).

Ao estudar os museus nacionais em nações marcadas pelo efeito do colonialismo, como Barbados, Filipinas e Brasil, Fabiano Gontijo (2024a, 2024b) propõe pensar esses "lugares de memória" como dispositivos de governabilidade biopolítica, nos termos de Michel Foucault. Para o autor, esses museus "representariam as tensões relativas ao estabelecimento e à manutenção da corpopolítica (disciplina dos corpos), da biopolítica (controle das populações) e da geopolítica (regulação dos Estados no sistema-mundo)" (Gontijo, 2024a, p.07. Portanto, estariam comprometidos com a narrativa de um determinado grupo hegemônico, conformando uma "comunidade imaginada", nos termos de Anderson (2008), porém "imaginada somente por algumas pessoas" (Gontijo, 2024a, p. 8).

Se, dentro dos museus históricos, a ideia de nação via-se representada a partir dos feitos de "homens públicos", cujos objetos deveriam ser preservados à custa do desaparecimento do próprio tecido nacional, fora deles a coisa não era muito diferente. As ações do Estado Brasileiro para preservação do patrimônio pareciam refletir certo compromisso, já visto nos museus históricos, com a consagração de materialidades vinculadas às origens europeias. A literatura dedicada à compreensão da emergência das políticas patrimoniais no Brasil vem

chamando atenção para o modo eficaz com que os pioneiros do patrimônio produziram uma narrativa unificadora acerca da ancestralidade da nação (Chuva, 2003). Para Chuva, as práticas de preservação cultural surgidas nos anos 1930, no contexto do Estado Novo, nasceram impregnadas com certa concepção de unidade nacional. Nesse pensamento, o povo constituía a materialização da alteridade — fonte de conflitos e do caos —, a qual impediria o projeto de modernização do Estado. Cabia à burocracia estatal, formada por pensadores modernistas, eliminar esses dissensos, produzindo uma ideia de nação homogênea.

As críticas endereçadas a essa "política de distinção" sobre a qual se baseiam as instituições patrimoniais brasileiras começam a surgir a partir da década de 1980. As disputas em torno da patrimonialização do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, em 1984, parecem celebrar nova forma de interpretar as ações de preservação patrimonial. Gilberto Velho (2007) documentou e analisou os contenciosos que envolveram esse processo de patrimonialização, chamando a atenção para a compreensão equivocada dos especialistas do IPHAN, sobretudo arquitetos, em relação ao terreiro objeto da contenda patrimonial. A linguagem do tombamento certamente encontrou dificuldades de se adequar à lógica de patrimonialização do Terreiro da Casa Branca. Os coletivos mobilizados em torno desse debate, principalmente a Sociedade Beneficente São Jorge do Engenho Velho, foram centrais para as disputas que envolveram técnicos do IPHAN e o conselho consultivo do órgão.

Diferentes grupos passaram a empreender esforços críticos de revisão da memória oficial a partir de suas próprias narrativas em um movimento de reinvindicação do direito de produzir "autorrepresentações" (Oliveira; Santos, 2019). Os museus como instituições estruturantes dos discursos sobre o Estado-nação passaram a ser espaços de incidência política de grupos historicamente invisibilizados. Por meio de novas iniciativas de museus, como o caso do Museu Magüta, um processo encabeçado por indígenas Ticuna a partir de 1988, em Benjamin Constant, no Amazonas, se inventaram e reforçaram identidades étnicas. O processo de constituição desse museu foi fundamental para a produção de frentes de luta, como a demarcação de terras reivindicada pelos Ticuna (Freire, 2009).

Entre fins do século XX e início do século XXI, as ações de preservação do patrimônio marcadas por "políticas de distinção", em expressão de Abreu (2018), passaram progressivamente a ser objetos de disputas por coletivos que reivindicavam "políticas de reconhecimento" (Fraser, 2006). Essas políticas seriam o resultado das "lutas por reconhecimento" mobilizadas por grupos que buscam marcar suas identidades para além do pertencimento à classe social. Para Fraser (2006), a "luta por reconhecimento" teria se tornado o modelo paradigmático de conflito político no final do século XX. Isso não implica dizer que elas tenham suplantado às lutas por redistribuição, ou seja, aqueles conflitos associados às diferentes desigualdades materiais – Fraser (2006) propõe, então, que a justiça social no contexto contemporâneo se manifesta

tanto pela redistribuição quanto pelo reconhecimento. Considerando essas contribuições, podemos inferir que as arenas do patrimônio têm sido o campo privilegiado das "lutas por reconhecimento" travadas por grupos, como a comunidade LGBTQIAPN+, historicamente marcados por injustiças epistêmicas, arquivísticas e memoriais.

Neste estudo, partimos da compreensão que o patrimônio constitui uma ação política (Abreu, 2008) associada às "lutas por reconhecimento" (Fraser, 2006). Como proposta de análise, buscamos enquadrar o patrimônio como um campo discursivo de ação (Alvarez, 2014). Conforme essa autora, os campos discursivos de ação "abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo" (Alvarez, 2014, p. 18). Os agentes desse campo circulam em meio a redes político-comunicativas, se entrelaçando em malhas que cruzam pessoas, práticas, ideias e discursos (Doimo, 1995 *apud* Alvarez, 2014).

Considerando essas questões, neste artigo busco examinar o processo de politização do debate sobre memória LGBTQIAPN+[2] no Brasil a partir do campo discursivo de ação do patrimônio, por meio do qual se têm articulado coletivos, redes/teias e lutas interpretativas responsáveis por produzir novas gramáticas políticas tanto no campo do patrimônio quanto dos ativismos LGBTQIAPN+. Como desdobramento desse processo, o artigo também explora o processo de emergência de uma "museologia LGBT" e de uma "historiografia LGBTQIA+" ambas associadas à criação de lugares de memória LGBTQIAPN+ como museus, acervos e arquivos que têm sido formados por ativistas individuais ou por coletivos nos últimos anos.

Os dados desta pesquisa foram produzidos pelo mapeamento de algumas dessas iniciativas de patrimonialização e musealização promovidas por esses coletivos, principalmente por meio da criação de museus e arquivos virtuais. As atividades e discussões realizadas no contexto da "Rede LGBT de Memória e Museologia Social", da "Rede Nacional de Historiadores/as LGBTQIA+", e do "GT Memória e Verdade LGBTQIA+" também foram elementos importantes para este trabalho. Procuramos, assim, contribuir para o debate sobre a memória e sua intersecção com o complexo campo da produção das diferenças, em particular aquelas relacionadas a gênero e sexualidade.

2 Neste texto, adotamos diferentes variações do acrônimo LGBTQIAPN+. Como autor, opto por usar a expressão LGBTQIAPN+, pois acredito ser mais inclusiva e aparecerá toda vez que nos referirmos a esse coletivo, a sua memória, ao processo de construção dos seus direitos e ao movimento social que se organizou em torno da diversidade sexual e de gênero. Outros usos do acrônimo que aparecem no trabalho se referem a forma como outros coletivos e autores/as se apropriam dele.

DISPUTAS EM TORNO DA MEMÓRIA LGBTQIAPN+

A emergência da memória LGBTQIAPN+ no campo discursivo de ação do patrimônio está relacionada à crise do paradigma da memorialização, que tem propiciado a produção de novas formas culturais de rememoração surgidas no final do século XX a partir da rejeição do monopólio do Estado-nação, como afirma Sodaro (2019). Essa crise tem provocado mudanças significativas nas políticas patrimoniais a partir da convergência de dois movimentos: 1) o aparecimento de outros tipos de patrimônio numa dinâmica que Abreu (2008) tem chamado de "emergência do Outro no campo do patrimônio cultural"; e 2) a centralidade de políticas de memória como poderoso discurso de efetivação dos direitos humanos (Sodaro, 2019; Huyssen, 2000).

O surgimento da preocupação com as "culturais tradicionais" no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no curso dos anos 1990 marcou uma ruptura importante nas ações voltadas para o patrimônio até então vigentes nas sociedades modernas. Essas mudanças se destacaram no contexto brasileiro, que desde a criação do Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória) por Aloísio Magalhães, no final da década de 1970, já acumulava uma experiência de gestão relacionada à cultura popular. A culminância desse processo, que revisitou a atuação de Mário de Andrade no campo da cultura na década de 1930, foi a assinatura do Decreto n. 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Chuva, 2012).

Esse processo foi central para fabricar "outros patrimônios" a partir daquilo que Abreu (2015) chamou de "patrimonialização das diferenças". O debate em torno desses "outros patrimônios" e os contenciosos referidos a esses processos de patrimonialização foram responsáveis por absorver tensões importantes entre o Estado e os movimentos sociais. Para De L'Estoile (2022), a "inclusão patrimonial" reivindicada por coletivos historicamente excluídos da maquinaria patrimonial implicou formas de extensão do Estado em direção a novas agendas políticas. Essa extensão de direitos, conforme o autor, constitui também uma forma de extensão do Estado a partir da criação de novos mediadores no campo do patrimônio. O lugar destacado que pessoas antropólogas têm ocupado nesse contexto é um exemplo elucidativo da presença desses novos mediadores.

A "inclusão patrimonial" foi certamente uma ação estratégica para a incorporação de coletivos historicamente excluídos do campo do patrimônio. Simultaneamente, as disputas em torno da memória ocorridas ao logo da segunda metade do século XX, e mais intensamente na

atualidade, iriam incitar formas de rememoração centradas nos sombreamentos e apagamentos que atravessaram a história única do Estado-nação. Essas novas forma de rememoração resultariam em um "ajuste de contas" com um passado marcado por violências (Sodaro, 2019), um processo que tem convertido a memória em uma gramática política central para a efetivação dos direitos humanos.

É nos tribunais da memória que os conflitos contra um Estado colonial, racista, classista e cisheternormativo ganham materialidade na forma de reivindicações por reparação histórica, restituição de objetos, reconhecimento dos Outros como sujeitos de memória e reinterpretação do passado. A partir dessa moldura conceitual em que coletivos "não imaginados" como nacionais reivindicam protagonismo na condução das políticas patrimoniais e a memória passa a ser reavaliada a partir da linguagem dos direitos humanos é que faz sentido pensar na emergência da memória LGBTQIAPN+ como forma de agenciamento político.

As primeiras iniciativas internacionais de construção de arquivos e museus exclusivamente voltados para a memória e história LGBTI+, como o *GLBT Historical Society*, em São Francisco, Estados Unidos, e o *Schwules Museum*, em Berlim, Alemanha, datam de 1985[3]. Conforme Chantraine e Soares (2021), a crise humanitária provocada pela aids na década de 1980 implicou uma conexão entre a experiência coletiva da morte e a necessidade de lembrar para as pessoas que sobreviveram os "anos de chumbo da doença", em expressão de Claudia Wonder (2008).

No Brasil, as primeiras iniciativas de construção de acervos dedicados à memória da diversidade sexual e de gênero partiram das doações de João Antônio Mascarenhas, em 1989, e Agildo Guimarães, em 1995, ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em 1996, Luiz Mott, importante ativista homossexual e um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia, foi responsável pela primeira e mais longeva iniciativa de museu dedicado ao sexo no Brasil, o Museu do Sexo da Bahia, com sede em Salvador. O acervo do museu reúne um conjunto diversificado de objetos de diferentes culturas, incluindo canecas e "esculturas de sacanagem" encontradas abundantemente em feiras populares ao redor do Brasil (Mott; Cerqueira, 2023). A aids foi tema de muitas exposições do museu ao longo desses anos. Uma estratégia política importante adotada por Luiz Mott no campo da memória tem sido o *outing*, ou seja, o ato de retirar do armário (revelar a homossexualidade) personagens históricos, como Mário de Andrade (tema de uma das exposições do museu), assim como integrantes da

3 Os primeiros museus e acervos dedicados ao erótico e à sexualidade datam do início do século XX, com o pioneiro Instituto para o Estudo da Sexualidade, idealizado pelo Dr. Magnus Hirschfeld, em Berlim, na Alemanha. Esse instituto congregava em sua estrutura um núcleo de pesquisa, espaço de oferta de terapias, biblioteca e museu. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, seu acervo foi queimado em praça pública, numa demonstração cruel de intolerância e violência contra a diversidade sexual (Mott; Cerqueira, 2023).

corte de Dom João VI em sua passagem pelo Rio de Janeiro. Santos católicos também não são isentos desse processo, como é o caso de São Sebastião, assunto de várias exposições promovidas pelo Museu do Sexo da Bahia.

Apesar disso, esse conjunto de iniciativas pioneiras não teve ressonância no ativismo relacionado à diversidade sexual e de gênero naquele momento histórico. A partir dos anos 2000, passa a se constituir um "ativismo memorial", conforme expressão de Soares (2021), relacionado à memória LGBTQIAPN+. Esse ativismo envolveu o florescimento de um conjunto de ações de pesquisa, colecionamento, construção, restauração e divulgação de acervos pessoais e coletivos de valor inestimável para compreensão da história das dissidências sexuais e de gênero no Brasil. Em 2007, foi constituído em Curitiba o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC), assim nomeado para homenagear um dos decanos do "movimento homossexual", que conta com um acervo de mais de 3000 itens, entre os quais se destacam "objetos políticos" do ativismo como folhetos, cartazes e grande quantidade de documentos dos grupos, projetos e movimento LGBTQIAPN+. Um dos idealizadores do acervo foi Toni Reis, importante liderança ligada *à* Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e intersexos (ABGLT)[4]. O CEDOC foi responsável pela digitalização e disponibilização *online* de todas as edições do jornal *Lampião da Esquina*, abrindo uma frente importante de pesquisas sobre esse jornal, até então restrito a um conjunto de pessoas pesquisadoras.

Em 2009, a ativista Rita Colaço deu início ao blog *Memória & Histórias das Homossexualidad*es". Trata-se de um conjunto de postagens baseadas em pesquisas que resgatam eventos e personagens centrais para a compreensão das violências e formas de resistência operadas por pessoas que transgrediam convenções de gênero e sexualidade ao longo da história brasileira. Para Rita, o blog se estrutura a partir da ideia de direito à história, à memória e ao patrimônio histórico e promove a "história pública", visibilizando fatos, analisando processos e divulgando sujeitos e lugares de memória apagados da história oficial.

A prática de colecionamento foi central para a organização do "Acervo Bajubá", formado em 2010 por um conjunto de pessoas colecionadoras, artivistas e pesquisadoras que conseguiram reunir um acervo notável de objetos que versam sobre a existência e produção cultural de pessoas dissidentes sexuais e de gênero em diferentes temporalidades. Esse acervo diversificado tem ajudado na construção de pesquisas no campo da memória LGBTQIAPN+, além de colaborar para a construção de exposições como aquela intitulada *Recorte, pedaço, trecho, relato: navegando por memórias LGBT+*, disponibilizada na plataforma virtual *Google*

4 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e intersexos foi fundada em 1995 e congrega diferentes grupos ativistas relacionados à diversidade sexual e de gênero.

Art & Culure[5].

Ainda nessa década, em 2012, foi inaugurado o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, na cidade de *São Paulo*, certamente um marco importante dentro das iniciativas de musealização da memória LGBTQIAPN+. De acordo com Vieira (2023), o Centro surgiu a partir de um conjunto de reinvindicações de ativistas e lideranças dos movimentos LGBTQIAPN+ preocupadas com a preservação da memória das pessoas que perderam suas vidas no contexto da epidemia de HIV/aids no decorrer da década de 1980. Por meio do Decreto 63.375, de 4 maio de 2018, o Centro foi instituído como Museu da Diversidade Sexual.

A ampliação da preocupação com a memória tem gerado uma crítica importante *à* produção dos arquivos. Trouillot (2016) afirma que uma das formas pelas quais os silêncios se imiscuírem ao processo de produção histórica é por meio da elaboração dos arquivos. A "vontade de memória" mobilizada pelos ativismos memoriais LGBTQIAPN+ tem interpelado os arquivos, revelando esses silêncios produzidos pelas hierarquias de poder que se impõe à produção histórica. O Arquivo Lésbico Brasileiro, criado em 2020 a partir da mobilização de um coletivo de pesquisadoras cujas pesquisas versam sobre as experiências e as histórias de mulheres lésbicas, *é um caso que elucida bem esse process*o. A necessidade de criar um arquivo voltado exclusivamente para hospedar acervos que testemunhem as trajetórias, espaços de sociabilidade, estratégias de resistência e formas de violência vivenciadas por mulheres lésbicas se deu em função do acesso restrito a esses materiais, conforme relatos de uma de suas fundadoras (Soliva; Menezes Neto, 2022).

Alguns desses arquivos têm se institucionalizado via agendas de interesses de pesquisadoras e pesquisadores, por meio de projetos de extensão e pesquisa realizados em universidades públicas. Duas iniciativas se sobressaem: o Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, projeto interinstitucional que busca articular grupos de pesquisa com a organização da sociedade civil. A coordenação do projeto é assumida pelo POC'S – Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FAE/UFPel), pelo GEPSs – Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT; e o Acervo LGBT+ Cintura Fina, vinculado ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Na esteira dessa ampliação, algumas iniciativas de museus virtuais se destacam[6]: o Museu

5 Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/iQURZdWsiQ2_-g?hl=pt-BR. Acesso em: 22 out. 2025.

6 Recentemente, o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+, do Rio de Janeiro, por meio de parceria com o Grupo de Pesquisa em Museologia Experimental e Imagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Centro de Memórias do Ativismo João Antônio Mascarenhas da UFPel constituíram o Museu em Movimento

Transgênero de História e Arte (MUTHA), fundado em 2018, o Museu Bajubá, constituído juridicamente em 2022, e o Museu da Memória e Diversidade Sexual do Cariri[7], criado em 2023. Soliva e Menezes Neto (2023) têm chamado atenção em diferentes trabalhos para a importância desses "lugares de memória" como estratégias de reparação histórica assumidas como forma de acesso à cidadania em uma sociedade que ostenta elevados números de assassinatos por LGBTfobia. Para os autores:

> Os museus virtuais encampam um processo didático de relocalizar historicamente esse grupo remontando um passado de luta política, de criatividade artística e de feitos históricos e culturais. Esse movimento, por sua vez, é ancorado na afirmação da existência de um conjunto imenso de registros, materiais e imateriais, com potencial para se tornarem museálias. De fato, o trabalho dos museus LGBTQIAPN+ é sobretudo o de defender a musealidade dos rastros históricos LGBTQIAPN+, informando que eventos, prédios, territórios, personagens, documentos e outros marcos que envolvem tal população devem ser objetos/coisas do interesse museal e museológico (Menezes Neto; Soliva, 2023, p. 60).

Essas iniciativas de museu têm se constituído como importante mecanismo de ação política entre coletivos LGBTQIAPN+, implicando mudanças importantes na dinâmica de narrar a história das dissidências sexuais e de gênero. Suas pesquisas e exposições têm colaborado para a construção de outras perspectivas históricas sobre os processos de construção da nação, bem como de personalidades históricas cujas trajetórias foram marcadas por apagamentos de suas experiências afetivo-sexuais. Concomitantemente, os museus virtuais LGBTQIAPN+ têm oportunizado reivindicar narrativas contra hegemônicas e insurgentes comprometidas com a descolonização da ideia de "museu universal", como diria Françoise Vergès (2023).

REDES E TEIAS DA MEMÓRIA LGBTQIA+

O ativismo memorial LGBTQIAPN+ tem agenciado um conjunto de ações patrimoniais importantes, como os museus e arquivos virtuais dedicados a memória LGBTQIAPN+ (Menezes Neto; Soliva, 2023). Esse ativismo tem ganhado ressonâncias dentro da academia por meio da construção de uma agenda de pesquisas sobre a memória LGBTQIAPN+ mobilizada por pessoas pesquisadoras. Essa agenda tem se articulado por meio de duas redes: Rede Brasileira

LGBTI+ (MuMo LGBTI+).

7 Esse museu foi criado em 31 de março de 2023 por meio da Associação Cearense de Diversidade e Inclusão (ACEDI). Atualmente, além de suas atividades virtuais, a organização possui uma sede com uma biblioteca cujo acervo é dedicado à memória LGBTQIAPN+ localizada na Rua Coronel Luiz Teixeira, Crato, Ceará.

de Historiadorxs LGBTQIA+ e Rede de Museologia e Memória LGBT. Nessa parte do trabalho, dedicarei minha atenção à atuação dessas duas redes e suas iniciativas de construção de um campo intelectual marcado pela preocupação com esse tipo de memória. Não é nossa intenção mapear as produções intelectuais dessas duas redes[8].

A Rede Brasileira de Historiadores/as LGBTQIA+ foi constituída a partir de uma crítica à invisibilidade das experiências não cisheteronormativas na historiografia brasileira. Um marco importante dessa articulação foi a construção de um Simpósio Temático no contexto do 30º Simpósio Nacional de História, realizado em 2019, intitulado "Clio 'sai do armário': historiografia LGBTQIA+" organizado por Elias Veras e Rita Colaço Rodrigues, com colaboração de Benito Bisso Schmidt (Schmidt; Veras; Rodrigues, 2021). Conforme os autores, iniciativas importantes de pesquisa sobre sexualidades dissidentes no campo historiográfico brasileiro já existiam[9], mas era a primeira vez que um grupo formado por "bichas, sapatonas e bissexuais", diriam, se reunia para refletir sobre o "passado LGBTQIA+" dentro do evento mais importante do campo historiográfico. Schmidt, Veras e Rodrigues (2021) chamam atenção para ausência ainda flagrante dentro desse grupo inicial de pessoas trans historiadoras.

Os debates e reflexões produzidos naquele evento foram materializados no livro *Clio 'sai do armário': historiografia LGBTQIA+*, organizado pelas mesmas pessoas autoras do simpósio. Schmidt, Veras e Rodrigues (2021) chamam atenção para aquilo que definem como "marco-marca" do livro. Marco no sentido de imprimir uma renovação conceitual à historiografia, e marca definida como:

> "Sinais que se imprimem" no corpo e na subjetividade de pessoas LGBTQI+. Marcas estigmatizantes de uma sexualidade e gênero "anormais", "abjetos", "desviantes", "sujos", "perigosos", que não deixam de ser questionadas, recusadas e ressignificadas como marcas de orgulho e resistência (Schmidt; Veras; Rodrigues, 2021, p. 9).

A urgência em debater essas questões se associa a um conjunto de preocupações resultantes do período sombrio que se abateu sobre a sociedade brasileira a partir da entrada da extrema direita na condução do cargo mais importante do poder executivo. Nesse contexto, era imperativa a necessidade de debater a diversidade sexual e de gênero em meio a uma retração das estruturas governamentais e políticas públicas relacionadas a população LGBTQIAPN+.

Essa retração logo se manifestou por meio do encerramento das atividades da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, eventos que produziram retrocesso na condução de

8 Para um panorama amplo das produções do campo historiográfico relacionadas a dissidência sexual e de gênero, consultar o trabalho de Ronald Canabarro (2024).

9 Muitas dessas iniciativas de pesquisa são do campo da antropologia.

negociações relacionadas ao avanço dos direitos de populações historicamente vulnerabilizadas. Mais do que isso, a gestão de Jair Bolsonaro se estruturou em torno do apagamento e da falsificação do passado como estratégia política. O enaltecimento de notórios ditadores — como o Coronel Brilhante Ustra, considerado por ele e seus aliados como "herói nacional" — e a tentativa deliberada de esquecimento do passado de luta de militantes e coletivos ligados à causa LGBTQIAPN+ são alguns dos exemplos da tentativa dos ultraconservadores em produzir discursos e representações sobre o passado da nação.

Ao contexto político nebuloso se somou uma crise sanitária deflagrada pela pandemia de Covid-19, em 2020, que acentuaria ainda mais as desigualdades e opressões relacionadas a essas populações. Diante dessa ambiência perversa, a Rede Brasileira de Historiadores/as LGBTQIA+ tratou de mobilizar suas fileiras por meio da construção de espaços de diálogo virtuais como a *live* Historiografia LGBTQI+, realizada no dia 17 de maio de 2020, data em que também foi formalizado o lançamento da rede dentro das programações da Associação Nacional de História (ANPUH). Em junho de 2020, como forma de marcar o mês do Orgulho LGBTQIA+, ocorreu a I Jornada da rede, que reuniu um conjunto de historiadoras e historiadores com pesquisas sobre dissidências sexuais e de gênero no curso da história brasileira. A iniciativa tratou de ampliar as interlocuções iniciadas em 2019, em Recife. Temas considerados clássicos para a historiografia brasileira como Ditadura, Redemocratização, Brasil Colonial e República Velha foram submetidos a uma leitura à contrapelo, a qual implica uma mudança de perspectiva que se expressa a partir de uma "outra historiografia" na qual as pessoas gênero e sexo dissidentes da cisheteronormatividade constituem um categoria de análise útil para compreender processos históricos, conforme Simões na *live* "A militância homossexual e a resposta à epidemia de HIV/aids no Brasil".

Ainda em 2020, entre os dias 1 e 5 de dezembro de 2020 a rede realizou a II Jornada Virtual da Rede de Historiadores/as LGBTQIA+ em formato remoto com o tema "História do HIV/AIDS no Brasil". A memória traumática da aids e o ativismo nascido da necessidade premente de sobrevivência foram debatidos por pessoas pesquisadoras engajadas nesse evento. A III Jornada Virtual da Rede de Historiadores/as LGBTQIA+ foi realizada no mês de junho de 2021, tendo como tema "Histórias, Memórias, Sujeitas e Resistências".

As ressonâncias dessa rede não têm se circunscrito ao ambiente virtual, tendo se expressado por meio da perenidade de sua presença nos dois últimos Encontros da ANPUH. Em 2021, dando continuidade ao movimento iniciado em 2019, a rede participou do 31º Simpósio Nacional de História, no Rio de Janeiro, por meio do Simpósio Temático intitulado "Clio saiu do armário: historiografia e lutas LGBTQIA+ no Brasil", coordenado por Benito Bisso Schmidt, Rita Colaço Rodrigues e Elias Veras. Já em 2023, o Simpósio Temático "Clio no cio: o que desejam as/os/es historiadores/as LGBTQIA+" marcou presença do 32º Simpósio

Nacional de História, realizado em São Luiz, no Maranhão. A integração desses simpósios temáticos à programação desses encontros vem ajudando a consolidar esses temas de pesquisa junto ao *mainstream* historiográfico. Além disso, vem se constituindo em importante espaço de interação, sociabilidade e interlocução entre essas pessoas historiadoras ou que possuam pesquisas vinculadas à memória e história LGBTQIA+.

Em relação à produção científica, é possível observar que essa rede vem tecendo teias que envolvem pesquisadoras e pesquisadores que têm se reunido em núcleos de pesquisa como o Close – Centro de Referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul, coordenado por Benito Bisso Schmidt no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o LabQueer – Laboratório de Estudos das Relações de Gênero, Masculinidade e Transgêneros, coordenado por Fábio Henrique Lopes na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), coordenado por Elias Veras na Universidade Federal do Alagoas (UFAL), em Maceió.

A produção desses núcleos tem se voltado para a pesquisa sobre espaços de sociabilidade, estratégias de resistência e trajetórias exemplares de sujeitas e sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. A partir de uma concepção de "história pública" e adotando diferentes fontes de pesquisa como jornais, fotografias e relatos orais, a "historiografia LGBTQIA+" tem marcado posição central nas lutas interpretativas que modulam sentidos sobre a memória LGBTQIAPN+, ampliando a crítica contra a existência de uma "história única" (Adichie, 2019), ou, no caso da rede aqui estudada, de uma "história cisheteronormativa".

A incidência política da rede tem promovido importante engajamento institucional de órgãos relacionados à construção de políticas de memória, como os arquivos públicos. Um exemplo importante desse movimento foi o lançamento, em 2023, do Arquivo LGBTQIAPN+, um catálogo seletivo de fontes no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1942 a 1964. O catálogo constitui ferramenta importante de pesquisa histórica, posto que reúne documentos do acervo do judiciário, sobretudo processos-crime, que ajudam a compreender histórias e eventos negligenciados pela história oficial (Weimer, 2023).

Outra rede de pessoas pesquisadoras que tem contribuído significativamente para o debate sobre patrimonialização da memória LGBTQIAPN+ é a Rede LGBT de Memória e Museologia Social. As atividades dessa rede se iniciaram em 22 de novembro de 2012, na ocasião do V Fórum Nacional de Museus, sediado em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Em 2023, a rede lançou a *Revista Memória LGBTQIA+*, que se tornou um veículo importante de divulgação das produções sobre memória e museologia relacionada a diversidade sexual e de gênero.

A revista veiculada pela rede não funciona somente como periódico de divulgação científica, se inscrevendo em um esforço político de produzir referências patrimoniais para as pessoas LGBTQIAPN+. Nesse processo, não são os objetos tornados semióforos, conforme

a literatura especializada (Pomian, 1984), que importam. A musealização, para essa rede, "extrapola a materialidade" para alcançar as histórias, os relatos fotográficos e jornalísticos compreendidos como suportes de memória dos rastros deixados por pessoas que burlaram convenções de gênero e sexualidade. Trata-se, de certa forma, de promover uma museologia dos rastros e vestígios de vidas marcadas por concepções de doença, pecado, violências e vergonha.

Jean Baptista e Tony Boita, pessoas museólogas centrais para as articulações dessa rede, têm chamado atenção para a dificuldade de se tencionar a categoria sexualidade em espaços de memória (Baptista; Boita, 2017). Os autores realizam importante mapeamento do campo museal na perspectiva de refletir o lugar da memória LGBT no conjunto de instituições relacionadas aos museus e patrimônios. Para eles, apesar dos avanços relacionados à "inclusão patrimonial" de grupos historicamente excluídos, como indígenas, negros e quilombolas, o que se observa em relação à memória LGBT é uma "oposição severa" a esse debate por parte de diferentes agentes vinculados à maquinaria patrimonial.

Considerando essa "oposição severa", ambos os autores defendem um comprometimento da museologia como uma ação ético-política engajada com à "diversidade museal" (Chagas, 2013). Aqui, é possível perceber uma articulação entre prática profissional e ativismo:

> Articular a relação entre a memória LGBT com museus e o patrimônio é, antes de tudo, uma ação cidadã̃ interessada em colaborar na superação de fobias à diversidade sexual impregnadas na cultura nacional. Os profissionais de museus que assim o fazem, associam a questão do patrimônio, reconhecendo que a presença LGBT é importante e significativa para a construção do país, seja às personalidades históricas, seja ao retrato de lutas comunitárias (Baptista; Boita, 2017, p. 111).

A proposta de uma "museologia LGBT" se vincula diretamente à concepção de uma museologia comunitária. Sobre esse tema, Soares (2012) chama a atenção para as mudanças conceituais e práticas mobilizadas pela transposição de uma "museologia tradicional" para uma "museologia social", processo diretamente relacionado ao movimento da "nova museologia" e a criação dos museus comunitários. Esses novos museus têm ajudado a operar processos de descolonização dos espaços museais mobilizando conceitos como participação, reconhecimento e comunidade em seus processos de musealização. Segundo Soares (2012):

> Nos museus comunitários, são atores todos aqueles que, ao mesmo tempo, vivem e fazem da vida objeto musealizado, ou patrimônio que é vivido e observado ao mesmo tempo, no presente. O museu, como performance, não é apenas palco, a não ser que pensemos o palco socialmente, como a atuação, ou o jogo de atuações por parte dos atores engajados na performance cultural. E as performances são, em si, negociações constantes de sentido que estes atores dão vida no palco. Por isso a atuação é também reflexão – e não apenas reflexo (Soares, 2012, p. 318).

Baptista e Boita (2014) destacam os diferentes pontos de convergência entre a museologia

social e as ações afirmativas articuladas a partir da Conferência de Durbam[10] em 2001. No caso brasileiro, as ações afirmativas vão prosperar em um conjunto diversificado de políticas públicas, como as cotas raciais e a inclusão do ensino de história afro e indígena nas salas de aula. Para os autores, a museologia social será importante aliada das ações afirmativas a partir de experiências museais inovadoras que têm encorajado abordagens afirmativas e processos de ressignificação de acervos. Esse movimento tem provocado a construção de uma consciência crítica acerca dos processos de opressão histórica vivenciados por grupos que possuem suas identidades marginalizadas pela memória oficial. No caso da população LGBTQIAPN+, essa consciência crítica tem estimulado a invenção de "novas museologias" intimamente articuladas às pautas no movimento LGBTQIAPN+.

Percebe-se uma correlação ativa entre violência LGBTfóbica e práticas museológicas na forma como a Rede LGBT de Memória e Museologia Social constrói sua compreensão de uma "museologia LGBT". Aqui, a noção de LGBTfobia – materializada nos dados de violência contra corpos que burlam convenções de gênero e sexualidade –, ganha centralidade na crítica direcionada às práticas museológicas marcadamente invisibilizadoras da existência de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços museais.

É possível perceber que ambas as redes buscam mobilizar seus discursos e práticas em torno da denúncia de certa LGBTfobia institucional, ou, diria, uma "heterossexualidade compulsória" presente nas práticas e epistemologias dos campos historiográfico e museológico. Essa estratégia discursiva tem promovido novas experimentações nos campos da história e, sobretudo, da museologia, que tem vivenciado uma diversificação sem precedentes de suas práticas combinada ao reconhecimento de identidades coletivas que se expressam em termo como "museologias sapatão" (Lobo Fernandes, 2022), "museologias transicionais" e "museologias trans", como tem definido Ian Habib, idealizador do MUTHA, em diferentes eventos da museologia.

GRUPO DE TRABALHO MEMÓRIA E VERDADE LGBTQIA+

O início da gestão do presidente Lula, em 2023, se estruturou em torno de uma promessa de retomada democrática, a qual se materializou na reinstalação de um conjunto de instituições descontinuadas durante a gestão Bolsonaro. Um marco importante nesse processo foi a recriação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), pasta que absorveu, por meio

10 Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

da criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, a tarefa de promover políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+. Essa secretaria tem orientado suas estratégias de ação a partir de dois eixos: "Trabalho Digno, educação e geração de renda" e "Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+". Além da criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o MDHC substituiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, esvaziado politicamente do foco nos direitos LGBTQIAPN+, pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+), marcando uma ruptura importante com o governo anterior, que apagou qualquer iniciativa que se dedicasse a essa agenda.

Junto a essas iniciativas diretamente vinculadas à população LGBTQIAPN+, o plano de ação do MDHC passa a mobilizar certa concepção de memória e verdade como categoria central para a defesa da democracia e da justiça. Nesse contexto, se estruturou uma agenda política em torno do debate sobre reparação histórica. Ações estratégicas, como a retomada da "Comissão de Anistia" e a criação da "Coordenação Geral de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico", têm visado a operar "ajustes de contas", diria Yerushalmi (1996 *apud* Santos, 2021), por meio do reconhecimento dos crimes perpetrados pelo estado contra populações específicas ao longo do processo histórico brasileiro.

Esse conjunto de mudanças foi favorável à construção de uma agenda política relacionada à memória LGBTQIAPN+ junto ao Governo Federal, que ganhou inteligibilidade institucional por meio da Portaria n. 289, de 16 de maio de 2023, que instituiu o GT Memória e Verdade LGBTQIA+, e da Portaria n. 366, de 22 de junho de 2023, que regulamentou o mandato e a composição do GT Memória e Verdade LGBTQIA+[11]. O GT presidido por Renan Honório Quinalha, professor do curso de direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), reconhecido por trabalhos sobre a relação entre ditadura e homossexualidade, envolveu pessoas pesquisadoras da memória LGBTQIAPN+ e ativistas históricas/os, como algumas lideranças longevas do movimento trans. Coube ao GT as seguintes tarefas, inscritas no art. 2º da Portaria n. 289, de 16 de maio de 2023:

> I – assessorar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania nas questões referentes às violações de Direitos Humanos cometidas contra as pessoas LGBTQIA+;
> II – recuperar e dar continuidade, no que couber, as recomendações finais do relatório final elaborado pela Comissão da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528/2011;
> III – realizar estudos e discutir estratégias para o resgate da memória e esclarecimento da verdade histórica sobre crimes e perseguições contra as pessoas LGBTQIA+;

11 Compõem o GT as seguintes pessoas: Renan Honório Quinalha (presidente), Alexandre Bogas Braga Gastaldi, Benito Bisso, Bruna Andrade Irineu, Caia Maria de Araújo Coelho, Carlos Magno Silva Fonseca, Clovis Arantes, Eloy Iglesias, Elaine Gonzaga, Ernani Pinheiro Chaves, Heliana Neves Hemetério dos Santos, James Naylor Green, Jovana Cardoso da Silva, Keila Simpson, Michele Pires Lima, Rita Cerqueira Quadros e Sara Wagner York.

> IV – propor políticas públicas de direitos humanos voltadas para a promoção e efetivação dos direitos à memória e à verdade das pessoas LGBTQIA+, como elaboração e manutenção de novos e dos já existentes projetos de museus e acervos públicos de documentação histórica, bibliotecas e centros culturais sobre as histórias das pessoas LGBTQIA+, de seus movimentos sociais e populares organizados, e das violências institucionalizadas de que essas pessoas foram vítimas desde o Brasil Colônia; e
> V – propor relatório documental que sistematize fatos e acontecimentos históricos relativos à memória e à verdade LGBTQIA+, em suas interseccionalidades.

Considerando a empreitada de realizar estudos dedicados a recuperar a memória e a história LGBTQIAPN+, foi criado um grupo técnico de pesquisa a partir do Núcleo Trans da Unifesp e com recursos de emenda parlamentar da Deputada Federal Luiza Erundina. O Núcleo Trans da Unifesp abriu seleção pública para contratação de cinco pessoas pesquisadoras por um período de doze meses, as quais seriam encarregadas de produzir dados que ajudassem a subsidiar as ações do Grupo de Trabalho Memória e Verdade LGBTQIA+. Tive a oportunidade de participar da pesquisa como pesquisador responsável pela Região Nordeste a partir de maio de 2024. Trago um pouco dessa experiência de pesquisa, bem como a participação nas audiências públicas para analisar as diferentes lutas interpretativas que atravessaram a pesquisa e as reuniões do GT.

Uma das principais questões que mobilizou o grupo era pensar em quais estratégias de pesquisa poderiam ser adotadas diante do desafio de contemplar um período tão expressivo (desde o Brasil Colônia) da história nacional com o recorte nas existências de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. A esse desafio se somaram outros, como a necessidade de contemplar as diferenças regionais e a diversidade de gênero e sexualidade. Diante desse conjunto de questões, optou-se por realizar um mapeamento que foi dividido em quatro eixos: 1) produções bibliográficas referidas a temática da memória e violência; 2) grupos de pesquisa registrados no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com pesquisas na temática; 3) entidades públicas com atuação voltada a promoção de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+; e 4) entidades do movimento social com atuação voltada a promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Focalizarei na pesquisa bibliográfica, pois ela apontou questões importantes para pensar direcionamentos para políticas públicas relacionadas a memória LGBTQIAPN+. O mapeamento se debruçou sobre uma ampla variedade de produções que envolviam teses, dissertações e publicações em periódicos científicos. O período escolhido também foi extenso, envolvendo trabalhos publicados entre 2000 até a atualidade. As pesquisas foram conduzidas a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), adotando expressões booleanas que cruzavam categorias como violência, preconceito,

discriminação, repressão e censura com categorias referidas à diversidade sexual e de gênero. Considerando os critérios adotados para a pesquisa, foi possível chegar a um total de 1.104 trabalhos no período investigado. Grande parte desses trabalhos se dedicavam à compreensão da violência no tempo atual, percorrendo uma variedade de formas de violência e violações perpetradas contra pessoas LGBTQIAPN+ em diferentes contextos de interação.

No que se relaciona ao debate sobre direito à memória e o esclarecimento da verdade histórica sobre crimes e violências protagonizadas pelo Estado, é possível fazer alguns comentários situando o material encontrado: 1) persiste uma invisibilidade das experiências das mulheres lésbicas nos trabalhos coletados; 2) ausência de trabalhos sobre pessoas bissexuais; e 3) poucos trabalhos que se dediquem a uma abordagem histórica das violências sofridas pelas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade (trabalhos sobre a inquisição, formas de sociabilidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no período anterior ao surgimento do movimento homossexual, as perseguições às travestis e demais pessoas que burlam convenções de gênero em diferentes contextos brasileiros).

Esses dados impuseram um desafio ao GT sobre Memória e Verdade LGBTQIA+: como criar uma tipologia de violência que desse conta de compreender as violações de direitos humanos vivenciadas ao longo da história por pessoas LGBTQIAPN+? Essa questão foi amplamente tematizada em diferentes momentos nas reuniões do GT. Havia certa dificuldade em criar tipologias, uma vez que sempre crescia a lista de violações cada vez que ativistas e pessoas pesquisadoras interagiam nas reuniões. O GT acabou assumindo esse lugar catártico de elaboração de emoções difíceis e memórias sensíveis.

Essas memórias sensíveis também ganharam centralidade nas Audiências Públicas[12] realizadas nas diferentes regiões brasileiras. Nelas, observava-se claramente a evocação de um sofrimento coletivo a partir de diferentes estratégias discursivas. Enquanto ativistas revisitavam suas trajetórias para narrar experiências que testemunharam violências, perdas e resistências, as pessoas pesquisadoras enfatizavam dados de jornais, inquéritos e outros documentos que conferiam legitimidade às denúncias de violações ao longo da história. Casos de assassinatos que ganharam ampla repercussão nacional eram relembrados, assim como os dados alarmantes de violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

As memórias traumáticas narradas nas audiências reivindicam as mortes de pessoas que tiveram suas vidas ceifadas em razão da LGBTfobia. Efrem (2016) tem chamado atenção, em

12 Ocorreram cinco Audiências Públicas do GT Memória e Verdade LGBTQIA+. A primeira, dedicada à Região Centro-Oeste, foi realizada em Brasília no dia 17 de maio de 2024. A segunda, dirigida à Região Sudeste, foi realizada entre os dias 22 e 23 de julho de 2014, em Belo Horizonte. A terceira, dedicada à Região Sul, ocorreu em Florianópolis, no dia 30 de agosto. A audiência pública da Região Nordeste, ocorreu em Fortaleza, entre os dias 30 de outubro e 1 de novembro. A última audiência, da Região Norte, ocorreu em Belém, entre os dias 15, 16 e 17 de janeiro de 2025.

trabalhos sobre o movimento LGBTQIAPN+, a como as explicitações das mortes de pessoas LGBTQIAPN+ constituem estratégia política adotada pelo ativismo. Para ele, as mortes e as violências integram esse movimento. O recurso da lembrança das mortes e a ênfase em sua brutalidade ajudam a produzir uma "reciprocidade dolorosa", diria Efrem (2016), entre os diferentes integrantes do movimento.

Essa estratégia tem sido adotada por ativistas convidadas/os a participar dessas audiências públicas. A brutalidade das mortes tem sido acionada junto a histórias que falam sobre omissões, exclusão e discriminação. A dor ganha materialidade em corpos que falam de experiências pretéritas e atuais. Passado e presente parecem se combinar em uma temporalidade na qual a violência é uma constante.

Contudo, não somente as mortes e a violência parecem mobilizar estratégias de ação. A "vontade de memória" tem dilatado o repertório político do movimento. As narrativas sobre mortes têm convivido com histórias de pessoas que sobreviveram, apesar das diversas precariedades, combinando diferentes estratégias de resistência. Traviarcas, sobreviventes, pioneiras constituem novos/as sujeitos/as políticos que emergem das recentes lutas interpretativas travadas nas trincheiras da memória[13]. As estratégias políticas dessas/os sujeitas/os têm girado em torno da reinvindicação de existência histórica a partir da crítica a a-historicidade atribuída às vivências não cisheternormativas e a amnésia da memória oficial. Trata-se de reconhecer como os processos de construção da nação foram caracterizados pela "heterossexualidade compulsória".

É cedo para avaliar os efeitos práticos do GT Memória e Verdade LGBTQIA+. A construção do relatório final contendo recomendações para a construção de políticas públicas foi previsto para ocorrer no início de 2025. Contudo, as ações do GT têm produzido efeitos simbólicos importantes entre ativistas LGBTQIAPN+, engajadas/os ou não nos debates sobre a memória. Muitas dessas pessoas têm vasculhado seus baús e armários, lembrado de suas perdas e das/os amigas/as que se foram em um grande esforço de rememoração coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se ocupou de alguns movimentos relacionados à politização do debate sobre a

13 Em 20 de outubro de 2025, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) protocolou junto à Deputada Federal Erika Hilton um projeto de lei cuja proposta é reconhecer o Pajubá (ou Bajubá), uma variação linguística falada nos circuitos travestis e nos espaços de sociabilidade homossexual, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN.

memória LGBTQIAPN+ no Brasil. Considerada uma forma de contramemória ou antimemória da nação, a memória LGBTQIAPN+ tem sido operada nos últimos anos como importante estratégia de mobilização política pelo "ativismo memorial" referido a diversidade sexual e de gênero. Esse ativismo tem se organizado por meio de redes e teias que articulam agentes individuais e coletivos, além de tensionar uma nova agenda de lutas dentro do movimento LGBTQIAPN+. Museus, arquivos e acervos relacionados a esse tipo de memória têm refletido os anseios dessas pessoas em narrar suas próprias histórias, refutando a a-historicidade atribuída às vivências não cisheternormativas.

Concebidas como fora da nação, as existências não cisheternormativas foram marcadas por concepções de pecado, doença e desvio, portanto não dignas de caber nos "lugares de memória" que consagram o Estado-nação, como os museus nacionais (Gontijo, 2024a). Como analisa Abreu (1996), para a construção do "homem público" – modelo de herói nacional que habita a memória do Estado-nação, portanto, digno de ser imortalizado – é necessário retirar-lhe qualquer resquício de sua vida privada. No caso das trajetórias LGBTQIAPN+, estas já estavam fadadas ao desaparecimento, posto que denunciavam formas de existir assimiladas à indecorosa vida privada. Formas de vida marcadas pelo segredo e pela vergonha, antagônicas aos valores perpetuados na concepção canônica de patrimônio.

Nesse sentido, ao buscar reconhecimento como patrimônios, as memórias e histórias LGBTQIAPN+ promovem agenciamentos importantes na maquinaria patrimonial, provocando fissuras que revelam os limites dos processos de patrimonialização e musealização da memória de coletivos historicamente apagados da história oficial, ao mesmo tempo em que promovem possibilidades de deslocamento das concepções canônicas de patrimônio e museu.

No ativismo LGBTQIAPN+, as disputas patrimoniais têm tensionado novas agendas de luta, complexificando o campo discursivo de ação desse movimento. Se outrora o campo da saúde constituía um dos pontos privilegiados de inserção da agenda LGBTQIAPN+ no Estado, a politização da memória LGBTQIAPN+ tem aberto novas possibilidades de ação política no campo da cultura e do debate patrimonial. Essas novas disputas têm se revelado importante caminho de compreensão do processo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero no contexto brasileiro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Regina; MONTALVO, Antonio José Aguilera. O tombamento da Casa de Chico Mendes: movimentos sociais e novos processos de patrimonialização das chamadas "Casas Históricas" no Brasil. *In:* MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG,

Estélio (org.). **Patrimônio, memória e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 9-35.

2. ABREU, Regina. A emergência do "outro" no campo do patrimônio cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, 2008.

3. ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

4. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

5. ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, jan.-jun., p. 13-56, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 out. 2024.

6. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

7. BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero e orientação sexual. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, Unochapecó, v. 41, n. 27, p. 175-192, 2014. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602. Acesso em: 5 jun. 2025.

8. BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, São Paulo, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

9. CANABARRO, Ronaldo. **Historiatransviada.com**: dar a ver uma historiografia pública digital. 2024. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.

10. CHAGAS, Mário. Museus, memória e movimentos sociais. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, n. 41, p. 5-16, 2011. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654. Acesso em: 18 out. 2024.

11. CHANTRAINE, Renaud; SOARES, Bruno Brulon. Introduction. **Museum International**, LGBTQI+ Museums, [*s. l.*], v. 72, n. 3-4, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13500775.2021.1873489. Acesso em: 19 out. 2025.

12. CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 213-333, 2003.

13. CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, IPHAN, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-

nocao-de-patrimonio-cultural.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

14. DE L'ESTOILE, Benoît. Trinta anos de patrimônios e museus no Brasil: fragmentos de memórias subjetivas. *In:* CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (org.). **Patrimônios e museus**: inventando futuros. Brasília: ABA Publicações; Natal: EDUFRN, 2022. p. 11-33.

15. EFREM FILHO, Roberto, Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, jan.-abr., p. 311-340, 2016.

16. FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

17. FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta dos museus pelos índios. *In:* ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 217-253.

18. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. *In*: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 59-74.

19. GONTIJO, Fabiano. Nacionalismo, musealização e (de)colonialidade em Barbados: algumas considerações preliminares sobre a diversidade sexual e de gênero entre legados indigestos e falsos paradoxos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 67, e213947, 2024a. Disponível em: https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.213947. Acesso em: 4 jan. 2025.

20. GONTIJO, Fabiano. Museus nacionais, práticas patrimoniais decoloniais e violência epistêmica persistente nas Filipinas e no Brasil: o (não-)lugar da diversidade sexual e de gênero. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 40, e22301, 2024b. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2024.40.e22301.a.pt. Acesso em: 4 jan. 2025.

21. HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos Pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

22. LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania patrimonial. **Anthropológicas**, Recife, v. 26, n. 2, p. 134-155. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/23972/19475. Acesso em: 20 out. 2024.

23. LOBO FERNANDES, Victoria. Museologia Sapatão: uma proposta comunitária expositiva. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 220–230, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.26512/museologia.v11i21.41710. Acesso em: 20 fev. 2025.

24. MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Musealizando a diferença: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 24, n. 65,

p. 34–65, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/133619/89962. Acesso em: 12 set. 2024.

25. MOTT, Luiz; CERQUEIRA. Marcelo. O pioneiro Museu do Sexo da Bahia. *In:* VIEIRA, Leandro (org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023. p. 45-73.

26. OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Introdução. *In:* OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo (org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas**: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 7-25.

27. POMIAN, Krzystof. Colecção. *In*: Le GOFF, Jacques (org.). **Enciclopédia Einaudi. Memória / História**. Porto: Imprensa Nacional, 1984. p. 51-86.

28. SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira; RODRIGUES, Rita Colaço. **Clio sai do armário**: Historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

29. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. *In:* ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 115-135.

30. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.177990. Acesso em: 4 fev. 2025.

31. SOARES, Bruno Brulon. **Máscaras guardadas**: musealização e descolonização. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

32. SOARES, Bruno Brulon. Arquivos do indizível: notas para um mapeamento de acervos da memória LGBTI+ no Brasil. *In*: Simpósio Nacional de História, 31., Rio de Janeiro, 2021. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-07/1721811600_045b147ce287eb2fbb102a847922e1a6.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

33. SODARO, Amy. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207-231, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019207. Acesso em: 9 set. 2024.

34. SOLIVA, Thiago Barcelos; MENEZES NETO, Hugo. Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 9, n. 19, p. 17- 32, 2022. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/13620. Acesso em: 12 set. 2024.

35. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

36. VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *In:* LIMA FILHO, Manuel; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-261.

37. VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

38. VIEIRA, LEONARDO. O Museu da Diversidade Sexual e a preservação dos patrimônios e memórias LGBTQIAP+. *In*: VIEIRA, Leonardo (org.). **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023. p. 14-21.

39. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Arquivo LGBTQIAPN+**: Levantando documentos para outras histórias: Catálogo seletivo de fontes documentais para a história LGBTQIAPN+ do Rio Grande do Sul (1942-1964). Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2023.

40. WONDER, Claudia. **Olhares de Claudia Wonder**: crônicas e outras histórias. São Paulo: Edições GLS, 2008.

Thiago Barcelos Soliva
Professor Adjunto III da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Programa de Pós-graduação em Turismo e Territórios Protegidos. Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3355-6569. E-mail: thiago.soliva@ufvjm.edu.br

Como pegar caranguejo-uçá: ecologia de práticas em paisagens de manguezais

How to catch burrow crabs: ecology of practices in mangrove landscapes

Pedro Castelo Branco Silveira
Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Lucas Coelho Pereira
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil

RESUMO

O artigo discute a relação entre técnica e ecologia de práticas, a partir da atividade de pesca artesanal do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que habita a lama dos manguezais no Nordeste brasileiro. A pesquisa foi realizada nos manguezais da Resex Delta do Parnaíba, Resex Acaú Goiana, Resex Canavieiras e do Recôncavo Baiano. Acompanhamos caranguejeiros em seus engajamentos nos manguezais e seguimos também os debates públicos sobre a regulamentação da atividade. Apresentamos uma etnografia das técnicas de captura utilizadas (*braço* sem ferramentas, *braço* com *tapagem*, *braço* com *cambito* e *redinha*) e suas transformações nos últimos anos, ligadas ao fenômeno do *afundamento* dos caranguejos. Discutimos, então, as lógicas de regramento da atividade, que se centram na relação entre a taxa de extração e a de reprodução, em uma perspectiva populacional que não leva em conta outras relações que constituem as paisagens e importam para a abundância de caranguejos. Assim, pouco consideram a coocorrência de histórias específicas de relações socioecológicas em diferentes manguezais, em especial aquelas de exploração, destruição e contaminação das paisagens, típicas do antropoceno. A argumentação que apresentamos chama atenção para a situacionalidade do uso de recursos técnicos e ferramentas e seus desdobramentos políticos numa ecologia de práticas em que se encontram, com especificidades locais, modos de fazer mundo estatais escaláveis e modos pesqueiros de habitar.

Palavras-chave: Antropologia da paisagem, Pesca artesanal, Etnografia multiespécie, Manguezal, *Ucides cordatus*.

Recebido em 13 de dezembro de 2024.
Avaliador A: 17 de abril de 2025.
Avaliador B: 28 de maio de 2025.
Aceito em 1 de setembro de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This article discusses the relationship between technique and ecology of practices, based on the small-scale fishing activity of the mangrove crab (Ucides cordatus), which dwells in the mud of mangroves in the Brazilian Northeast. The research was conducted in the mangroves of Delta do Parnaíba Extractive Reserve, Acaú-Goiana Extractive Reserve, Canavieiras Extractive Reserve and the Recôncavo Baiano area. We accompanied crab catchers in their engagements in the mangroves and also followed public debates on the regulation of the activity. We present an ethnography of the capture techniques used and their transformations in recent years, linked to the phenomenon of crab sinking. We then discuss the logic of regulating the activity, which focuses on the relationship between the extraction rate and the reproduction rate, from a population perspective that does not take into account other relationships that constitute the landscapes and are important for the abundance of crabs. We then discuss the logic of legal regulating the activity, which focuses on the relationship between the extraction rate and the reproduction rate, from a population perspective that does not take into account other relationships that constitute the landscapes and are important for the abundance of crabs. Thus, little consideration is given to the co-occurrence of specific histories of social-ecological relationships in different mangroves, especially those of exploitation, destruction and contamination of the landscapes, typical of the Anthropocene. The argument we present draws attention to the situationality of the use of technical resources and tools and their political consequences in an ecology of practices in which, with local specificities, scalable state world making and small-scale fishing world making get into friction.

Keywords: Landscape anthropology, Small scale fisheries, Multispecies ethnography, Mangrove, *Ucides cordatus*.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte da intenção dos autores de se imaginar uma ecologia política a partir do engajamento antropológico nas práticas humanas entrelaçadas com outros seres. Seu objetivo é discutir a relação entre técnica e ecologia de práticas, a partir da atividade de pesca artesanal do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que habita a lama dos manguezais no Nordeste brasileiro. Abordaremos as relações empíricas de captura de caranguejos por caranguejeiros em diferentes manguezais no Nordeste, e as controvérsias a partir do momento em que esta atividade se torna objeto de tentativas estatais de regulamentar a atividade. Ao longo dos anos de 2017 a 2020, estivemos imersos em paisagens de manguezais, em diferentes estados do Nordeste brasileiro,

acompanhando as práticas relacionais de caranguejeiros e caranguejos[1]. Nos diferentes manguezais em que realizamos nossas pesquisas, acompanhamos pessoas que têm a captura de caranguejos como atividade profissional, nos engajando em malhas de relações, movimentos e temporalidades, com diferentes composições, ritmos e narrativas (Ingold, 2000; Tsing, 2015).

Os manguezais têm por característica processos de intensa produtividade orgânica e diversificação da vida (Lacerda, 2002). Os manguezais que visitamos tem, simultaneamente, como condição, sofrer a ação de forças de simplificação, contaminação e destruição características dos tempos em que vivemos, chamados por alguns de antropoceno (Danowski; Viveiros de Castro; Saldanha , 2022). Compondo as paisagens dos manguezais e se relacionando com diferentes processos de vida e morte, nossos companheiros caranguejeiros procuram manter seus modos de existir.

Nesse texto, exploramos as controvérsias sobre técnicas de captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) a partir da perspectiva de uma antropologia relacional das paisagens (Ingold, 2000; Tsing, 2019; Silveira; Cardoso; Godoi, 2021). Nos perguntamos o que emerge das relações empíricas de captura de caranguejos por caranguejeiros espalhados por todo o Brasil quando inicia-se um debate público sobre as regulamentações estatais para a atividade?

POLÍTICA DOS REGRAMENTOS

No final de outubro de 2017 estávamos em Brasília, em um auditório na sede do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para acompanhar a última reunião de "revisão participativa do Marco Regulatório do caranguejo-uçá". O encontro, que durou dois dias, tinha o objetivo de finalizar uma proposta de revisão da legislação sobre as regras para captura e comercialização do caranguejo-uçá em todo o Brasil. Para isso, o ICMBio, órgão responsável pelas unidades de conservação ambiental e centros de pesquisa do Ministério

1 Este artigo é resultante do projeto de pesquisa "Ecologia política da pesca de crustáceos em manguezais do Nordeste brasileiro", sob coordenação de Pedro Silveira, na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). O projeto foi financiado pela Fundaj, com recursos do Ministério da Educação. Lucas Coelho Pereira era, no período, doutorando em Antropologia Social na Universidade de Brasília, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa foi realizada em cinco áreas de manguezal ao longo do litoral nordestino, por 4 diferentes pesquisadores, em colaboração com as organizações dos pescadores e pescadoras artesanais e em diálogo com agentes públicos da área ambiental. Parte considerável do processo de pesquisa consistiu em acompanhar repetidas vezes os pescadores e pescadoras em incursões ao manguezal em suas atividades de captura de caranguejos-uçá, tema do presente artigo, além de guaiamuns e aratus. Entrevistas foram um recurso complementar às demais atividades etnográficas. Acompanhamos também os debates públicos sobre a "gestão" das áreas de manguezais, principalmente nos conselhos deliberativos das reservas extrativistas.

do Meio Ambiente, fizera um convênio com a ONG Conservation International-Brasil (CI-Brasil)[2]. Essa revisão do Marco Regulatório compunha um projeto maior do Ministério chamado "Manguezais do Brasil". Nos dois anos anteriores haviam sido realizadas 10 outras reuniões para levantamento de informações e definição de diretrizes. Duas delas haviam sido em Brasília e oito foram regionais, duas em cada região (Norte, Nordeste Ocidental, Bahia/Espírito Santo, Sul/Sudeste).

A reunião que acompanhamos foi realizada um ano após a última reunião regional. Estava sendo mediada por uma empresa terceirizada especializada em *processos participativos*. Estavam na reunião alguns caranguejeiros que participaram das fases anteriores do processo. Havia também representantes de organizações dos pescadores artesanais, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Comissão Nacional para Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Marinhos (CONFREM). Estavam presentes, por fim, técnicos do ICMBio lotados em unidades de conservação com manguezais. Alguns pesquisadores participaram das etapas anteriores, mas na presente etapa havia apenas os dois autores desse artigo.

Os regramentos vigentes que deviam ser revistos passavam por quatro pontos principais: o tamanho mínimo dos caranguejos que podem ser capturados; a legalidade da captura de fêmeas; os regramentos para a proibição da captura no período reprodutivo, a chamada andada; e, por fim, o tema "apetrechos e técnicas de captura".

Tomávamos parte, assim, em uma ação estatal que procurava intervir nas paisagens para *ordenar* a atividade dos pescadores, em termos de como e quando se pode pegar caranguejos.

Os representantes dos pescadores, de forma geral, pareciam motivados a finalizar a revisão desse documento após uma pausa de um ano da etapa anterior. Havia, ainda, uma série de controvérsias sobre que regramentos seriam aprovados, com posições diferentes dentre os pescadores representantes das diferentes regiões e também uma certa tensão em torno do que seria "aprovável" pelo Ministério, da proposta resultante.

A reunião teve um período para o fechamento das propostas do marco regulatório, abordando os quatro aspectos mencionados acima. Essas propostas dariam origem a uma portaria do ICMBio tornando legalmente válidas as regras que saíssem do seminário. Porém, a situação não era tão simples assim. Como era o ICMBio que levava este debate, a portaria resultante, a princípio, só valeria para as áreas administradas pelo ICMBio, ou seja, as unidades de conservação ambiental. Para que se tornasse uma regra geral, precisaria ainda ser encaminhada para análise de outros ministérios, entre eles o Ministério da Pesca. Nos chamou

2 A CI-Brasil foi responsável pela coordenação das atividades. A iniciativa teve recursos internacionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

a atenção, ainda, que as propostas resultantes ainda deveriam passar, antes da construção da minuta da portaria, por especialistas indicados pelo Ministério, para avaliar sua pertinência e legalidade. Assim, fugia ao controle dos participantes se de fato as questões pactuadas estariam presentes na portaria, e se anunciava um período longo entre aquele debate e o momento em que as regras passassem a valer.

Um outro problema era justamente que a regra fosse geral. Era evidente que havia práticas diferentes em cada local, ligadas a contextos específicos, que informavam que representantes de diferentes locais defendessem normatizações diferentes. Alguns pontos pareciam consensuais: era importante que os caranguejos fossem capturados a partir de um certo tamanho, de modo que os menores pudessem crescer e se reproduzir. Que tamanho seria esse, era um ponto de divergência. Era importante que a captura fosse proibida nos dias de reprodução do caranguejo, momento denominado como andada, brincadeira ou vadiação, a depender da região do nordeste. De que forma os dias da andada seriam definidos, ou poderiam ser previstos, era mais um ponto de debate.

A possibilidade da captura de fêmeas era um ponto menos polêmico, porém havia locais em que essa era uma prática comum ao longo de todo o ano, e que se achava razoável que só não se pudesse capturar fêmeas ovadas, enquanto em outros lugares a prática era de apenas se capturar os caranguejos machos. Por fim, o último ponto debatido, as técnicas de captura, que são o tema deste artigo, eram de longe o tema mais polêmico.

Na lógica dos técnicos do ICMBio, os parâmetros para avaliar a razoabilidade das propostas eram o conhecimento científico disponível e as possibilidades fornecidas pelo arcabouço legal existente. Na prática, o "conhecimento científico disponível" é bastante fragmentado, e suas supostas determinações se confundem muito com a cosmopolítica dos cientistas biológicos. As possibilidades fornecidas pelo arcabouço legal, por sua vez, partiam de uma abordagem derivada da ecologia de populações[3], que entende os caranguejos-uçá como uma *espécie* a ser *protegida* e como um *recurso natural* a ser *regulado*, em ambos os casos significando uma *população* a ser manejada por uma lógica de taxas de extração e reprodução (ver Almeida, 2013; Murphy, 2018).

De qualquer forma, e apesar das assimetrias que se evidenciaram no processo, os representantes dos pescadores pareciam bastante satisfeitos com o fato de terem sido chamados a construir a política. Interpretamos que era um momento importante de os pescadores se

3 Nas ciências biológicas, uma população é considerada um dos níveis de organização ecológico e pode ser definida como "um grupo de indivíduos da mesma espécie que ocupa uma determinada área em um determinado momento do tempo e que apresentam uma alta probabilidade de cruzamentos entre si". A ecologia de populações tem, grosso modo, uma abordagem demográfica, preocupada com questões como abundância, distribuição e fatores reguladores da sobrevivência e da reprodução (Peroni; Hernández, 2011).

encontrarem entre si e com o governo para tratar da resolução de um tema importante para suas vidas. Ao longo dos anos seguintes, ao encontrar caranguejeiros e lideranças que estavam nessa reunião, sempre ouvimos comentários positivos sobre sua realização. Nos parece que o que para os agentes governamentais consistia na pactuação de um arcabouço legal único a partir de um processo de democracia participativa, para os representantes dos pescadores era mais um momento de uma luta contínua pelos seus modos de existir. Acrescentamos que esta luta se apresenta como plena de equivocações (Viveiros de Castro, 2018) e consensos pragmáticos (Almeida, 2013), em que mundos diferentes se emaranham e se excedem em suas práticas relacionais (de la Cadena, 2015).

Saímos curiosos com os desdobramentos dessa revisão do marco regulatório do caranguejo-uçá. Qual seria o conteúdo da portaria resultante do processo, após tanto dissenso nas discussões e tantos filtros a que passariam? Como os participantes avaliariam seus resultados práticos, nos seus lugares, face às suas expectativas que criaram?

Este artigo foi escrito sete anos depois da realização da referida reunião. Ela aconteceu em um período turbulento da política institucional brasileira[4]. No mês subsequente, foi disponibilizada aos participantes uma cartilha com a sistematização dos principais pontos da oficina, não tivemos notícias de novos desdobramentos. Não conseguimos apurar exatamente o motivo, mas o fato é que até o momento de conclusão desse artigo, não havia sido publicada, nem estava em preparação, a portaria do novo marco regulatório do caranguejo-uçá.

Independentemente de sua eventual publicação futura, nosso objetivo com essa narrativa é indicar a existência de uma ecologia de práticas sobre a captura do caranguejo-uçá, e uma série de controvérsias a esse respeito, que implicam na sua situação de legalidade ou ilegalidade, bem como sobre debates sobre o futuro dos caranguejos, dos caranguejeiros e dos manguezais.

Sem dúvida, o ponto mais polêmico de todos os debates travados naquele momento, e em outras discussões de que participamos, seja no interior dos manguezais, seja em salas de reunião comunitária, seja em escritórios e auditórios com ar-condicionado, diz respeito a como se pega caranguejo, ou na linguagem institucional, "técnicas e petrechos de pesca". Em especial o uso da chamada *redinha*, que abordaremos a seguir, deslocando nosso foco de um auditório em Brasília para a lama dos manguezais e as ruas e casas das comunidades pesqueiras da região Nordeste.

4 As oficinas de discussão do marco regulatório iniciaram-se no segundo governo de Dilma Rousseff e foram concluídas já após sua deposição, durante o Governo Michel Temer. No ano seguinte, seria eleito Jair Bolsonaro e o Ministério do Meio Ambiente se tornou um ambiente alheio a qualquer processo democrático, incluindo a ação de desmonte do arcabouço legal e infralegal ambiental e a perseguição sistemática aos técnicos comprometidos com os objetivos do Ministério (Taborda; Tierno, 2020).

BRAÇO, TAPAGEM, CAMBITO E REDINHA

A captura do caranguejo-uçá é uma atividade predominantemente masculina. Implica caminhar através da lama e das raízes do manguezal no período em que este está descoberto pela maré; localizar, dentre os buracos dos caranguejos, aqueles que podem abrigar animais com as características desejadas e então, por métodos que variam, retirar o caranguejo do buraco. Os caranguejos são amarrados pelos caranguejeiros e posteriormente vendidos vivos.

O que parece uma atividade simples, até mesmo trivial, para quem nunca a experimentou, se mostra empiricamente uma prática complexa que requer um sofisticado conhecimento das relações vitais do manguezal, e múltiplas habilidades corporais e perceptivas, além de implicar inúmeros perigos (Souto, 2004; Silveira, 2020; Coelho Pereira, 2021).

A maneira predominante de se pegar caranguejo em toda a costa brasileira, até aproximadamente 30 anos atrás, era o que os caranguejeiros costumam chamar de pegar *no braço*[5]. Consiste em uma técnica corporal de ajoelhar-se ou deitar-se na lama por entre as raízes de mangue, deslizando-se a mão por dentro do buraco do caranguejo até a altura dos ombros, reconhecendo sua arquitetura. Ao tatear o caranguejo imóvel no fundo da toca, é preciso pegá-lo de maneira a imobilizar suas pinças e puxá-lo para fora do buraco. Esse procedimento demanda grande esforço físico ao ser realizado repetidamente, intercalando deitar-se para pegar os caranguejos com caminhadas pela lama, por entre ou sobre as raízes.

A técnica corporal de tirar apenas *no braço,* isto é, sem qualquer auxílio além do próprio corpo, nos fala de um tempo em que havia caranguejos mais abundantemente nos manguezais e que a demanda pelo seu comércio era em pequenas distâncias e em menor escala. Fala também de um tempo em que os caranguejos eram mais *bestas*, termo usado por um caranguejeiro do Delta do Parnaíba (Coelho Pereira; Silveira, 2021), ou *menos medrosos*, como afirmou outro caranguejeiro do Recôncavo Baiano.

Em todos os manguezais em que andamos, ao perguntar sobre porque não se pegava mais caranguejos unicamente *com o braço*, as respostas infalivelmente eram as mesmas duas: a primeira, de que é uma atividade muito desgastante e causadora de problemas de saúde. A segunda resposta é a de que hoje em dia o caranguejo *afundou*, ou seja, que atualmente os caranguejos cavam seus buracos a uma profundidade maior do que faziam antes, de modo que, ao se inserir o braço, é muito mais difícil alcançar o animal do que o era no passado.

5 Havia (e há) também uma outra técnica para o caranguejo-uçá, que consiste no uso de uma armadilha chamada ratoeira, que é mais frequentemente utilizada para captura de um outro caranguejo, o guaiamum (Silveira; Buti, 2020). Entretanto, no caso da captura do caranguejo-uçá, tem um uso muito restrito, em áreas de manguezal de solo mais firme e menos lamacento.

Podemos tratar esse afundamento como um processo crítico nas transformações sobre como se pega caranguejo. Voltaremos, à frente, a discutir seus possíveis motivos. Agora trataremos de suas consequências. Como parte do arcabouço de recursos auxiliares da captura de caranguejos *no braço*, há dois que são amplamente conhecidos ao longo do litoral nordestino[6], mesmo quando não utilizados. Ambos se prestam a dar conta de situações em que o braço do caranguejeiro não dá conta de alcançar o animal no buraco.

Um deles é conhecido como *tapamento* ou *tapagem*, que implica a obstrução do buraco do caranguejo com folhas e talos cortados de árvores de mangue próximas ao buraco. O material vegetal é enfiado até certo ponto do buraco, com a ajuda dos pés do caranguejeiro. Como o caranguejo-uçá respira o ar atmosférico, ele precisa, de tempos em tempos, subir até próximo à superfície. Assim, ao desobstruir o buraco após 15 a 20 minutos, o caranguejeiro encontra facilmente o animal procurando por ar, seja na entrada da toca, ou em uma profundidade acessível ao braço.

O segundo recurso é o uso de um instrumento metálico, geralmente um vergalhão de construção civil, com a ponta envergada, de aproximadamente 50 a 70 cm, dependendo do comprimento do braço do caranguejeiro. Este instrumento pode ser chamado de *cambito*, entre outros nomes[7]. Ao enfiar o braço no buraco e perceber que não é possível chegar ao caranguejo, o cambito é acionado como uma extensão do braço, permitindo alcançá-lo. O caranguejeiro precisa então proceder uma delicada operação de manuseio do instrumento, de modo que puxe o animal para cima, ou o faça subir por conta própria pelo túnel, sem machucá-lo (furar seu casco ou arrancar um ou mais de seus membros, por exemplo). Após conseguir que o caranguejo suba até um ponto que possibilite capturá-lo, o caranguejeiro retira o braço do buraco, solta o cambito e desliza novamente as mãos, agora livres, através da lama, terminando a operação.

Com o afundamento dos caranguejos, o uso do cambito e da tapagem, práticas que parecem ter surgido como recursos auxiliares esporádicos da captura *no braço*, tornaram-se regras, dado que o afundamento dificultava, ou mesmo impedia, a captura somente no braço, sem qualquer técnica ou ferramenta auxiliar. Em certos locais, como o Delta do Parnaíba, o uso do cambito se popularizou, ao passo que em outros, como no Recôncavo Baiano, o mesmo ocorreu com a prática da tapagem [8].

6 Nossa pesquisa abrangeu o litoral nordestino, portanto não temos informações suficientes para discutir sobre as questões abordadas no restante do Litoral do Brasil.

7 Um instrumento semelhante ao cambito, conhecido como *gancho,* foi registrado nos manguezais de Caravelas-BA por Schmidt (2006). Diferente do cambito do Delta do Parnaíba, é mais comprido, e usado em posição de pé. Não encontramos o uso deste instrumento nos manguezais onde pesquisamos.

8 Não é possível, nem é nosso objetivo, fazer aqui uma conjectura sobre o processo difusão dessas práticas ao longo do litoral.

É interessante destacar as particularidades de cada um desses recursos auxiliares. Ambos implicam, ao longo do processo, a inserção do braço no buraco do caranguejo, utilizando-se as técnicas corporais da captura apenas *no braço*. Com o uso do cambito, mantém-se uma relação intersubjetiva com o animal, em que caranguejo e caranguejeiro medem forças e esperteza no processo de captura. Porém, o uso inábil de cambito é capaz de machucar ou matar o caranguejo e assim inutilizá-lo para o comércio. Com a tapagem, por sua vez, o recurso do sufocamento do caranguejo parece reduzir suas possibilidades de vitória no embate. Além disso, o uso pouco cuidadoso da tapagem, com um cálculo incorreto do tempo de retorno aos buracos tapados, também pode provocar a morte dos animais no ato da captura.

Um terceiro recurso auxiliar à captura no braço, que pode ser usado tanto com a tapagem como com o cambito, é o cavador, ferramenta comum na jardinagem e agricultura. A ferramenta auxilia no que os catadores denominam como *ajeitar o buraco*, processo que consiste no alargamento da entrada da toca e/ou retirada das raízes de mangue adjacentes para a posterior introdução do braço. O cavador facilita o acesso e diminui o esforço físico do caranguejeiro durante a captura, que, em vez de ajeitar o buraco utilizando apenas a força do próprio punho cerrado, vale-se da ferramenta para cortar pedaços de raízes e madeira encontrados no trajeto entre o caranguejo e sua mão. O uso do cavador é mais comum por catadores idosos ou com alguma deficiência física, pessoas que, sem o auxílio da ferramenta, possivelmente não conseguiriam pegar caranguejos a contento. No debate público sobre a captura de caranguejo-uçá, o uso do cavador é criticado como uma técnica que machuca as raízes das árvores de mangue.

Acima vimos que pegar caranguejo envolve mais do que o processo, não trivial, de retirá-lo da lama. Além disso, é preciso também procurar e reconhecer a geografia de sua distribuição. O engajamento do caranguejeiro em sua atividade implica, assim, que ele percorra um trajeto pela área do manguezal escolhida. Ao fazê-lo, vai localizando os buracos dos caranguejos. A partir de sua experiência, avalia o tempo aproximado em que eles foram escavados, identifica os sinais de presença do caranguejo e faz uma estimativa de seu tamanho. As fezes, frequentemente encontradas na entrada da toca, assim como as marcas das patas impressas na lama, ajudam nessa identificação, bem como na inferência do sexo do animal.

No método de tirar apenas *no braço,* bem como no uso do cambito como extensão do alcance do braço, o trajeto é percorrido apenas uma vez e os caranguejos são capturados a cada investida em um buraco. Já quando se usa a tapagem, é preciso realizar um circuito identificando os buracos que foram tapados e sincronizar o tempo de retorno a eles em um intervalo de tempo não muito longo (até 20 minutos), pois caso contrário os caranguejos podem morrer sufocados e não poderão ser capturados vivos.

Construímos aqui a hipótese de que recursos técnicos auxiliares à captura *no braço* - o

cambito, a *tapagem* e o cavador - desenvolvidos a partir dos conhecimentos eto-ecológicos e corporais envolvidos na atividade, passaram a ser utilizados de maneira frequente como modo de captura, em resposta ao misterioso processo do *afundamento* dos caranguejos. Estimamos que esse fenômeno ocorreu em todo o litoral nordestino entre a década de 1980 e a de 1990. Não conseguimos precisar se foi simultâneo em todos os manguezais, ou em tempos ligeiramente diferentes. O afundamento não nos foi narrado como um evento repentino, mas como um processo que foi acontecendo ao longo do tempo (Coelho Pereira; Silveira, 2021).

No mesmo período em que a captura *no braço* tornava-se mais difícil, emergiu nos manguezais uma nova forma de pegar caranguejo-uçá, a controversa *redinha.* O diminutivo no nome sugere que se trata de um tipo de armadilha que segue, em miniatura, a lógica das redes de *camboa* utilizadas para peixes nos manguezais, que fecham as entradas dos rios afluentes à subida da maré e emalham os peixes quando estes tentam retornar para a calha principal.

A redinha é um emaranhado de fios plásticos, geralmente extraídos de sacos de ráfia ou de outras embalagens plásticas disponíveis, tais como sacos trançados para laranjas, ou mesmo sacolas de supermercado comuns. Sabendo-se que os caranguejos têm o costume de subir às proximidades da boca do buraco constantemente enquanto a maré não cobre a lama, a redinha é afixada com a ajuda de dois gravetos, na entrada de um buraco escolhido, posicionado onde se entende que é o caminho de sua saída. Assim, o caranguejo-uçá, ao tentar emergir, se prende no emaranhado de fios plásticos, e lá permanece, sem conseguir retornar ao túnel. O caranguejeiro então percorre um trajeto escolhendo buracos e armando as redinhas, retornando posteriormente, pelo mesmo percurso, a recolher os caranguejos emalhados.

Nos manguezais do Delta do Parnaíba, onde o uso da redinha não acontece e os caranguejos são capturados no braço, geralmente com cambito, os caranguejeiros que por ventura sabiam da existência da redinha evitavam, inclusive, pronunciar seu nome em voz alta. Temiam que a palavra "se espalhasse no vento" e mais dia menos dia caranguejeiros começassem a utilizá-la na região. Nossos interlocutores do Delta, que pegavam caranguejos apenas no braço, a viam com maus olhos.

O uso da redinha, contudo, proporcionou aos caranguejeiros de outros locais uma nova solução para a captura de caranguejos-uçá no contexto de seu *afundamento*, que tem a vantagem de, assim como com o uso do cavador, ser menos desgastante fisicamente do que a captura apenas no braço, e mesmo do que a captura no braço usando os recursos da tapagem ou do cambito. *C.*, caranguejeiro de Canavieiras (BA)[9], assim explica a relação entre esforço físico e o uso da redinha:

9 Neste artigo, optamos por guardar o anonimato de nossos interlocutores.

> Se ele trabalhar direto no caranguejo, quando chegar com 60 anos ele já está bem desgastado, porque é um trabalho muito forçado. Requer muita força mesmo, mente, tudo! Na verdade, ele mexe com o corpo todo. Eu digo o trabalho tradicional, que é o braço, tapando, que eu estou lhe falando. Aí quando veio hoje a redinha, aí já facilitou um pouco. [...] A redinha não pede mais esse esforço. Então eu creio que essa foi também uma forma do pessoal migrar para o lado da redinha (C., Canavieiras, 2019).

Não se sabe ao certo onde surgiu a redinha. André Alves Nunes, em sua pesquisa de mestrado, realizada em Vitória (ES) entre 1995 e 1998 (Nunes; Samain, 2004), sugere que ela tenha sido criada nos manguezais fluminenses, na década de 1980. Naquele momento a redinha aparecia como novidade nos manguezais capixabas.

Entre as décadas de 1990 e 2000, o uso da redinha como principal forma de capturar os caranguejos-uçá se espalhou rapidamente ao longo dos manguezais e comunidades pesqueiras do Nordeste e Sudeste do Brasil. No estuário do Rio Mamanguape, na Paraíba, um estudo realizado em 2002 (Alves; Nishida, 2003) estimou que 44% dos caranguejeiros usavam a redinha, enquanto 43% usavam a tapagem e 3% a técnica apenas o braço. Nove anos depois, outro estudo (Nascimento; Mourão; Alves, 2011), na mesma região, com um número semelhante de entrevistas, estimou que 91% dos caranguejeiros usavam a redinha e 9% a tapagem.

Em alguns dos manguezais que pesquisamos, a captura com redinha era a prática predominante. O sr. *J.*, pescador da comunidade de Tejucopapo, em Goiana (PE), contou, em entrevista, sua versão sobre como ela chegou à sua comunidade.

> Essa redinha, foi na feira de Abreu e Lima[10]. [Por meio de] um colega meu que trabalhava lá, hoje ele trabalha em Ponta de Pedras. Isso veio da Paraíba! [Uma pessoa da Paraíba perguntou]"Ô fulano, vocês pegam caranguejo de que?" Ele disse, "ou tapado, ou de ratoeira". E ele disse: "oxe, na Paraíba está acontecendo assim, assim, assim". Ele disse, "como é?" Ele disse, "eu posso te ensinar no fim da feira". Tá bom. Aí no final da feira ele fez uma redinha e mostrou a ele. "Assim, aí, ó". Tá bom. Aí ele chegou em casa, "Olha, mulher, agora a gente vai ganhar dinheiro!" [Ela perguntou] "Como?" Aí ele mostrou a ela. [Ela disse] "Tu não vai nada!" Aí comprou um bocado de saco, fez um bocado de redinha, juntou um monte de gente e levou um bocado de gente para a maré (J., Goiana, 2019).

J. continua a história contando que o colega e as pessoas levadas por ele ao manguezal armaram, nessa ocasião, por volta de 500 redinhas, mas só conseguiram capturar o número irrisório de 9 caranguejos. Na semana seguinte, ele voltou à feira e o vendedor de caranguejo da Paraíba explicou a forma correta de posicionar a redinha, de acordo com a arquitetura do buraco. Daí em diante, segundo *J.*, essa forma de captura passou a ser conhecida e seu uso se difundir na localidade.

10 Cidade da Região Metropolitana de Recife.

A entrevista com *J.* explicita algumas questões relativas ao uso da redinha. Lembremos que, ao contrário da tapagem, em que é necessário retornar rapidamente ao primeiro buraco para que o animal não morra asfixiado, é possível armar grande número de redinhas, sendo o horário de avanço da maré, sobre o local de trabalho, considerado o tempo limite da captura. A ideia do colega de que "agora a gente vai ganhar dinheiro" se conecta a uma crítica comumente feita sobre a redinha nos debates públicos que presenciamos, de que muitas pessoas, com o propósito de capturar o máximo possível de caranguejos, procuram espalhar no manguezal uma quantidade maior de redinhas do que conseguem recolher antes da subida da maré. A implicação ecológica do abandono das redinhas armadas na *boca* dos buracos é que elas capturam caranguejos que ninguém recolherá, que morrem à subida maré.

Esse tipo de prática é malvisto nas comunidades pesqueiras, tido como resultado de *ganância*. A partir do lugar social de onde nos situamos como pesquisadores, é difícil interpretar esta prática não cuidadosa como ganância, no seu sentido comum de vontade exagerada de possuir um bem material. No caso, a disposição de caranguejeiros *gananciosos* de capturar o máximo de caranguejos possível situa-se em um contexto de baixo valor de venda dos caranguejos e de precariedade econômica dos caranguejeiros. Ainda assim, essa acusação indica que a prática de tentar capturar mais caranguejos do que se consegue, deixando à morte os caranguejos enredados em redinhas abandonadas, cruza os limites do que é considerado justo, numa perspectiva de justiça na qual não é aceitável matar caranguejos em vão.

Além disso, não matar os animais é uma habilidade tão necessária quanto capturá-los, e requer um conjunto de aprendizados. No caso dos caranguejeiros do Delta do Parnaíba, onde se usa o cambito como extensão do braço, um caranguejeiro experiente é reconhecido por sua habilidade em não insistir em pegar um animal bastante relutante em ser retirado de sua toca ou localizado em galerias parcialmente obstruídas por barrancos de terra. Tal insistência implicaria um grande esforço tanto do caranguejeiro quanto do caranguejo, podendo levar o segundo à morte. Uma vez capturados, caranguejos devem ser cuidados para não serem devorados por outros predadores ou machucarem uns aos outros quando amarrados. Deste modo, perder caranguejos já capturados, além das questões envolvendo percepções locais de justiça e moralidade, também é uma falha no conjunto de habilidades técnicas agenciadas na captura.

Em duas ocasiões em que um dos autores acompanhou um dia de trabalho de caranguejeiros que utilizavam a prática da redinha, os anfitriões fizeram questão de explicar como eles se utilizavam da redinha de maneira que consideravam adequada[11]. Em ambos os casos, em locais distintos (Goiana e Canavieiras), o pesquisador foi conduzido pelo manguezal

11 Nesse caso, eram ambos pescadores com participação ativa nas associações e colônias de pescadores e nos debates sobre organização dos pescadores.

em um trajeto para captura de caranguejos em que procuravam identificar o sexo e o tamanho do caranguejo antes de *armar* cada redinha. Fizeram também questão de indicar que recolhiam todas as redinhas que instalavam, em número que consideravam razoável. Por fim, mostraram o grande grau de acerto da previsão do sexo e classe de tamanho dos caranguejos que seriam capturados.

Identificamos, nessas duas situações, a intenção dos anfitriões de mostrarem ao pesquisador, na prática, que é possível o uso cuidadoso da redinha, no sentido de não *ofender* o manguezal e nem prejudicar os demais pescadores. C., caranguejeiro e liderança em Canavieiras, assim explica a situação:

> eu trabalho normal, eu trabalho braçal, eu gosto do meu trabalho é rápido, é tirar o caranguejo no braço logo, tapar e vir logo com ele. Ficar botando redinha e ter que ficar esperando a hora que o caranguejo quiser cair, não! Eu gosto de trabalhar no meu trabalho ligeiro. Mas eu não vou dizer aquilo que não é verdade, esse mito dizendo que a redinha acaba. Não. As mesmas 20 ou 30 cordas que eu pego no dia, no braço, o cara da redinha vai pegar até menos, ou pegar as mesmas 20. […] A única diferença é que se ele botar 200 redinhas, [...] ele tem que retirar as 200 redinhas. Se ele botou 200 redinhas e ele pegou 150 [caranguejos], ele tem que arrancar as 50 [que não capturaram] de lá, arrancar as 50 e trazer, e não largar no mangue. […] O erro da redinha está aí, em largar a redinha. Só isso. [...] Tirador de redinha não vai acabar [com] nada, não vai esbagaçar mangue nenhum! É só educar ele. Se veio enganchado uma fêmea, é ele chegar lá, cortar e largar. Não é largar enganchado, é cortar e largar. Se veio um pequenininho demais, um caranguejinho fora de tamanho, cortar e largar. E recolher a redinha que está velha. Não pegou, não? Bota dentro do saco e traz para casa. […] Porque o erro de quem trabalha na redinha só é esse. […] porque todos eles sabem que é proibido, não sabe? Então, vamos educar. Vamos trabalhar legalizado, agora trabalhar assim, dessa forma. Nós temos condições, como Resex, de botar ordem e fazer isso aí. Nós temos condições de organizar. Enquanto isso o pessoal está trabalhando ilegal, corrido, fugido (C., Canavieiras, 2019).

O pescador J., de Goiana, faz coro com C. Ao mesmo tempo em que condena um mau uso corrente da redinha, afirma a viabilidade, por sua própria experiência, de um uso responsável.

> É o que eu digo, a redinha não acaba o mangue, o que acaba o mangue é a ignorância (…) por quê? Eu só botava 100 redinhas, por mais que eu tentasse era 100 redinhas, porque minhas pernas não aguentavam. Aí pronto. Eu não perdia, porque eu rapava os pauzinhos e, quando eu passava, eu via tudinho, parecia uma picada, assim como se fosse botar poste, eu via tudinho. A que falhava, eu tirava, lavava e botava na bolsa. Mas a maioria, que bota 300 redinhas, sai chamando aqueles apelido brabo, aí deixa lá. Aí malha, o guaxelo come, os predador, os baiacu, né? Aí pronto, esses tipos de gente é que acaba o mangue. Mas se fosse para trabalhar que nem eu trabalhava, a redinha não ofendia o mangue, não (J., Goiana, 2019).

Em adição à ideia depreciativa de *ganância* mencionada por alguns caranguejeiros, *J.* apresenta acima mais um adjetivo, a *ignorância*. Devemos ter também cuidado ao traduzir imediatamente ignorância por seu sentido dicionarizado, relacionado à falta de conhecimento.

A ignorância a que se refere o sr. *J.* é aquela de gente que, além de "botar 300 redinhas", "sai chamando aqueles apelido brabo". Numa possível tradução, seriam pessoas que supostamente não se mostram interessadas em discutir os problemas relacionados aos efeitos da captura do caranguejo com aqueles pescadores que o fazem. Assim, a *ignorância* e a *ganância* parecem ser adjetivos para explicar a ação de indivíduos que usam a redinha de forma pouco cuidadosa.

Muitos caranguejeiros com quem tivemos contato tanto em Pernambuco e Paraíba, como no Recôncavo Baiano e no Delta do Parnaíba , contaram que alternaram sua vida profissional entre a lida com o caranguejo e trabalhos precários e temporários, em geral em empresas de terceirização, como vigias, na construção civil ou outros trabalhos que exigem pouca escolaridade, como a própria atividade temporária nas usinas de cana-de-açúcar. No caso do sr. *J*., conta que trabalhou por alguns anos numa indústria de tintas que se instalou nos arredores do manguezal de sua comunidade. Neste trabalho, teve sua saúde arruinada ao respirar continuamente o ar saturado de ácido sulfúrico, como lhe informou o médico. Segundo conta, deixou a empresa sem qualquer indenização e voltou a pegar caranguejo-uçá e guaiamum[12], utilizando, no caso do uçá, a redinha. Conta que tinha como companheiro de trabalho um colega que tinha uma deficiência física. Devido às suas limitações físicas, para ambos seria muito difícil capturar caranguejos com outros métodos.

Um dos autores acompanhou ainda um outro pescador em Goiana, no ano de 2019. *B.* Era um jovem caranguejeiro, casado e com filhos pequenos. Morava em um conjunto habitacional próximo ao rio Goiana. Encontrava-se desempregado e havia entrado recentemente na atividade, que tinha como única fonte de renda. Usava uma canoa e um motor de rabeta emprestados, que, naquele período, aprendia a manejar. Tirava caranguejos com uso da redinha, o único método que aprendeu. Ele trabalhava numa área também frequentada por outros caranguejeiros. Cada qual escolhia uma área contígua aos outros, mas exclusiva. Na hora do almoço, nos reunimos com os demais no local onde aportamos, para almoçar e conversar.

No caso de *J.* e seu colega com deficiência, tirar caranguejo de redinha era o que possibilitava sua permanência na atividade, apesar de saberem tirar de outras formas. No caso de *B*., sua inserção na atividade já foi por meio do uso da redinha, em anos recentes.

Na etnografia de André Alves Nunes (Nunes; Samain, 2004), em Vitória (ES), antigos caranguejeiros, que utilizavam principalmente a tapagem como recurso auxiliar ao braço, justificavam-se contrários ao uso da redinha pelo fato de que ela, ao facilitar o trabalho de captura do caranguejo, atraía mais pessoas para a atividade. Comentaremos mais à frente o processo de aumento da atividade caranguejeira nos manguezais pesquisados. Vale comentar

12 O guaiamum é outra espécie de caranguejo que habita a vegetação que circunda os manguezais. É capturado com uma armadilha chamada ratoeira (Silveira; Buti, 2020).

aqui que casos como o de *B.* e de *J.* indicam que a maior facilidade relatada para o uso da redinha, em relação às demais formas de captura, permite incluir pessoas com a saúde abalada e neófitos na atividade.

Na Resex Acaú-Goiana (PE-PB), onde vivem *B.*, *E.*, e *J.*, a atividade de caranguejeiros é exclusivamente masculina. Na Resex Canavieiras (BA), entretanto, há mulheres caranguejeiras. *M.* era uma exceção como mulher que *trabalhava no caranguejo* em tempos antigos, e capturava os animais somente *no braço*. Hoje há outras mulheres, que em geral vão à atividade junto com seus maridos, como prática familiar[13]. Segundo o pescador C., de Canavieiras:

> Minha mãe é da época do braço, minha mãe não é do tempo de redinha, embora que hoje é mais na redinha, essas mulheres. Mas não deixa de estar trabalhando no mangue, tirando caranguejo. A redinha requer menos força física (C., Canavieiras, 2019).

O que expusemos acima, associado à nossa própria experiência corporal nos manguezais durante a pesquisa, nos indica que, se a redinha proporciona uma facilitação da captura em relação às outras estratégias, isso não significa que não é necessário desenvolver habilidades e modos de percepção finos para capturar com redinha. Nem significa que o trabalho deixa de exigir fisicamente do caranguejeiro ou caranguejeira.

Durante nossa pesquisa, ficou evidente o quanto a atividade caranguejeira, com a intensidade em que precisa ser praticada para gerar ganhos minimamente adequados, é extremamente desgastante fisicamente. Praticamente todos os caranguejeiros que acompanhamos falam de problemas crônicos de joelho, ombros ou coluna. Coelho Pereira (2021) caracteriza o uso frequente de analgésicos e cachaça como recursos utilizados, no Delta do Parnaíba, para lidar com os incômodos físicos. Estendemos esta observação para os demais estuários onde trabalhamos.

Nas últimas três décadas, foram produzidos alguns trabalhos no campo da ecologia humana e etnobiologia tratando das mudanças nas técnicas de captura do caranguejo-uçá no Nordeste brasileiro (Botelho; Santos; Pontes, 2000; Nascimento; Mourão; Alves, 2011, Nascimento *et al.*, 2016, Nordi; Nishida; Alves,, 2009; Santa Fé; Araújo, 2013). Tais trabalhos, de forma geral, acompanharam o período de expansão do uso da redinha no litoral nordestino e refletem preocupações de gestão ambiental sobre os possíveis impactos negativos dessas mudanças técnicas. Um grande problema destes modelos de análise está no fato de que procuram caracterizar a ecologia humana a partir de determinações ecológicas e

13 Apesar da atividade da pesca do caranguejo ser predominantemente masculina e a introdução da redinha ter facilitado a participação de mulheres na atividade, o lugar das mulheres na captura do caranguejo-uçá ainda precisa ser melhor explorado do ponto de vista antropológico.

socioeconômicas simplistas, entendidas como forças gerais e externas ao conjunto de relações empiricamente estabelecidos na paisagem. Neste enquadramento, as implicações práticas das técnicas utilizadas são universalizadas.

Podemos contribuir com alguns apontamentos, no sentido de tentar enquadrar tal debate em outros termos. Abordagens contemporâneas da antropologia da técnica procuram entendê-la do ponto de vista das relações que estão nelas implicadas. Assim, não faz muito sentido pensar a ideia de técnica, ou de tecnologia, como sistema autônomo e preexistente às práticas (Ingold, 1997; Sautchuk, 2017). Seguindo essa lógica, "a técnica não deve ser considerada como algo em si, nem meramente como a ação de um sujeito sobre um objeto, ou do humano sobre o ambiente, mas sim enquanto formas (variadas) de mediação" (Sautchuk, 2017, p. 16). Além disso, as transformações técnicas apresentam-se de forma mais complexa do que resultado de progresso, em sentido de avanço linear, movido pela necessidade (ou pela eficiência) (Pfaffenberger, 1992; Sautchuk, 2017). Assim, vale a pena nos perguntarmos que conjunto de relações, nas paisagens dos manguezais, acompanham o processo de disseminação da redinha no litoral nordestino: o que mais acontece nessas paisagens, além da popularização de uma técnica?

Em segundo lugar, do início de nossa pesquisa até a redação desse artigo (2017-24), ao contrário do que seria esperado pelas hipóteses de pesquisas anteriores, não identificamos a adoção uniforme e viral da redinha em todos os manguezais estudados. No litoral paraibano e pernambucano o uso da redinha é de fato dominante; na Resex Canavieiras parece haver uma predominância da redinha, mas há ainda uso considerável da tapagem; Em São Francisco do Conde e Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, a tapagem se mostra muito mais presente do que a redinha. E no Delta do Parnaíba a captura é feita exclusivamente com o braço, predominantemente com auxílio do cambito. Não nos foi relatado, durante a pesquisa de campo, que naquele momento estaria havendo uma mudança nas técnicas de captura, em nenhum dos manguezais. Nos parece que, durante a pesquisa, a redinha já havia se estabelecido, em certos locais, nas décadas anteriores, e não em outros.

Essas diferenças no uso das técnicas nos saltaram aos olhos durante a oficina para "revisão participativa do Marco Regulatório do caranguejo-uçá", que mencionamos no início desse artigo. Para os pescadores de locais em que a redinha se tornou a forma principal de captura, a preocupação era tirar os caranguejeiros da clandestinidade, ponderando formas de legalizar a redinha. Nos lugares onde seu uso não era uma realidade, por outro lado os caranguejeiros temiam que a legalização da redinha seria um incentivo a que ela fosse adotada em seus manguezais. Além disso, ouvimos críticas de pescadores de tapagem ao uso do cambito (que machucaria os caranguejos) e críticas de pescadores de cambito à tapagem (que implicaria destruição de raízes das árvores e sufocamento dos animais).

Se a técnica é vista apenas como uma variável da relação de predação, e todas as outras

relações são pensadas como condições dadas, então produz-se uma política estatal do controle da taxa de predação, que em última instância, coloca sobre os caranguejeiros o ônus de problemas com a existência futura dos caranguejos. Em contraste, Isabelle Stengers (2021) defende que o gesto de usar uma ferramenta produz e é produzido pela "situação de relevância" em que o uso acontece. Para a filósofa, não há uma justificativa da relevância da ferramenta, prévia à situação que se apresenta.

Se, inspirados em Stengers, abrimos nosso olhar para abarcar a técnica de captura como uma das práticas envolvidas em um conjunto de relações socioecológicas complexas e dinâmicas, uma outra política pode emergir. Isso significa abrirmos nosso olhar para abordar as paisagens dos manguezais como entrelaçamentos de forças relacionais entre humanos e outros entes, num contexto de simplificação e contaminação característico de nossos tempos (Tsing, 2019).

UMA HISTÓRIA RECENTE DOS MANGUEZAIS

Ao longo da pesquisa, ouvimos muitas histórias de transformações nas paisagens dos manguezais ao longo do litoral nordestino. Essas histórias falam, de forma geral, de tempos anteriores ao *afundamento*, em que a captura de caranguejos era uma atividade ao mesmo tempo pouco valorizada e voltada para um comércio local, seja uma circulação comunitária ou familiar, seja por venda em feiras livres ou por vendedores ambulantes. Falam também de tempos em que os manguezais eram extensos e abundantes, que tinham continuidade com florestas e restingas, e que eram menos afetados por cargas de poluentes e processos industriais.

Mas essas narrativas não tratam de um passado idílico de manguezais prístinos. São manguezais sempre habitados por pescadores que com eles estabelecem as mais diversas formas de relação. Falam também de um tempo em que os manguezais eram vistos pelos donos das terras e pelos governantes como tão dispensáveis quanto seus habitantes, sem haver qualquer preocupação com sua existência. Nos centros urbanos os manguezais eram aterrados como medidas para expansão urbana e de higiene, incluindo aí o higienismo social (Andrade, 2019; Silveira, 2020). Fora dos centros urbanos os manguezais eram utilizados, no processo de expansão capitalista, para extração extensiva de madeira e seus limites eram desmatados para serem ocupados por monoculturas agrícolas, que muitas vezes utilizavam os canais estuarinos para transportar a produção da plantation até o mar. Percebemos, ao longo dessas trajetórias socioecológicas, uma grande capacidade dos manguezais e seus habitantes em resistirem e se recuperarem de tais ações, o que não significa que se tornam imunes à simplificações ecológicas e contaminações duradouras.

Os processos contínuos de forças do antropoceno nos manguezais estudados ficaram evidentes durante a pesquisa. Os manguezais do estuário do Rio Goiana, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, fazem parte do contexto de destruição centenária da plantation de cana-de açúcar, que ganhou novo fôlego destrutivo no final das décadas de 1970 e 1980 com o Programa Proálcool (Aragão; Pakman, 1991). Mesmo os pescadores e suas redes de mobilização tendo conseguido que, em 2007, fosse criada a Resex Acaú-Goiana, até hoje as comunidades pesqueiras convivem com a paulatina substituição dos canaviais por empreendimentos industriais. Nos 15 anos de existência da reserva, os pescadores têm denunciado repetidamente situações de contaminação das águas por resíduos agroindustriais, industriais, queimadas e especulação imobiliária (Silveira, 2020, 2023).

No Delta do Parnaíba, encontramos uma situação de maior segurança territorial proporcionada pela criação da Resex, em 2000, o que permite a manutenção de uma pluriatividade da qual as atividades pesqueiras fazem parte. Essa região passou por um período de corte raso de trechos do manguezal para o plantio de arroz, sendo os caranguejos vistos como pragas da lavoura a serem eliminados (Coelho Pereira; Silveira, 2021). Em seguida os caranguejos da região passaram a ter um alto valor no mercado praieiro de Fortaleza, levado por um grande atravessador (Coelho Pereira, 2021). Talvez esse mercado aberto aos caranguejos do Delta se deva a um aumento na demanda por caranguejos, no circuito turístico; talvez se deva à devastação dos manguezais cearenses, ou talvez ainda a uma combinação desses elementos com o pioneirismo desse atravessador, e as características atraentes dos grandes caranguejos-uçá do Delta. A região, entretanto, é muito visada para a exploração de um turismo de pesca esportiva relativamente agressivo, e nos últimos anos alguns moradores da região têm perdido lugar para agentes externos, mesmo no contexto da Resex. Além disso, toda uma extensa região do Delta do Parnaíba tem sido destinada, nos planos governamentais, ao estabelecimento de parques de energia eólica.

No Recôncavo Baiano onde, junto com o antropólogo Rafael Buti (Silveira; Buti, 2020; Buti, 2023), tivemos contato com caranguejeiros dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, encontramos o forte impacto das atividades petroleiras e de mineração. Em São Francisco, a indústria do petróleo se instala em um território historicamente dominado pela plantation escravista com base no cacau e na cana-de-açúcar, e caranguejeiros e caranguejos resistem habitando áreas de manguezais atravessadas por dutos de petróleo, enquanto em Santo Amaro os pescadores noticiam a contaminação generalizada dos manguezais do município por resíduos de uma mineração de chumbo que atuou na região (Andrade; Moraes, 2013). No Recôncavo, assim como em Pernambuco, a concentração fundiária histórica se reproduz nas lutas territoriais das comunidades, que nesse caso procuram o reconhecimento enquanto quilombolas.

Por fim, visitamos durante a pesquisa os municípios de Canavieiras e Belmonte, que tem forte organização comunitária associada à criação, em 2006, da Resex Canavieiras, compreendendo grandes áreas de manguezal, mas também incluindo áreas de terra onde vivem e trabalham os pescadores. Apesar de produzirem caranguejos considerados de grande tamanho e ótima qualidade, a região de Canavieiras foi profundamente impactada por dois eventos drásticos nas últimas décadas: em 2005, a chamada doença do caranguejo letárgico, reconhecida por pesquisadores como de natureza viral (Boeger *et al.*, 2005), dizimou praticamente toda a população de caranguejos dos manguezais de Canavieiras e de outras regiões (Schmidt, 2006). A população de caranguejos se recuperou nos anos subsequentes e a pesca foi retomada, ao mesmo tempo em que a Resex era criada. Posteriormente, em 2019, a costa de Canavieiras foi uma das regiões mais afetadas pelo chamado *crime do petróleo*, quando toneladas de petróleo contaminaram grande parte do litoral nordestino. Nesta ocasião, os pescadores de Canavieiras produziram uma importante mobilização para lidar com a redução dos danos da contaminação (Machado; Rêgo; Mafra, 2024).

A capacidade dos manguezais de se regenerarem a grandes violências é talvez só comparável a sua capacidade de produzir vida marinha abundante, que se dá a partir da circulação de matéria orgânica produzida por sua vegetação (Alongi, 2015). Nesses contextos, podemos compreender os manguezais no Nordeste brasileiro e sua diversidade ecológica como refúgios de grupos, principalmente de origem afro-indígena, que se constituíram como comunidades pesqueiras como forma possível de busca de autonomia (Silveira, 2020, 2023).

A partir desse quadro, percebemos um flagrante contraste entre os entrelaçamentos ecológicos de pescadores com manguezais e os projetos estatais e corporativos que produzem as paisagens como superfícies e recursos a serem explorados de forma escalável, típicos do Antropoceno, como define Anna Tsing (2019). Entretanto, como a própria autora discute, o capitalismo global faz sua existência em lugares (Tsing, 2015). É nas paisagens que as formas de apropriação capitalista da terra encontram-se com outras formas, humanas e não-humanas de existir, dando origem a conflitos, alianças, empréstimos, fusões, traduções e acomodações, que produzem situações específicas em cada lugar, processo que Tsing (2005) chama de fricção.

No caso dos manguezais por onde pesquisamos, como vimos, os modos estatais de fazer mundo, para além dos projetos de *exploração e destruição escalável*, também passaram a compor paisagens a partir de projetos de *conservação ambiental escalável*, pautados na criação de unidades de conservação, no regramento e fiscalização ambiental e, em alguns casos, em processos participativos de decisão, da forma como são procedidos na gramática estatal. Não há espaço aqui para proceder uma genealogia deste ambientalismo no estado brasileiro (ver Barretto Filho, 2001; Almeida, 2004). Por agora, é importante destacar que a destruição escalável e a conservação escalável são modos modernos de fazer mundo, ao mesmo tempo

conflitantes e complementares, que se encontram, nas paisagens, com os habitares pesqueiros. Em outras palavras, as paisagens que acontecem empiricamente são derivadas dessas tensões e alianças cosmopolíticas, em uma ecologia de práticas (Stengers, 2021) com arranjos relacionais além do humano, cujo sentido político emerge localmente.

Nesse sentido, entendemos que, em cada paisagem de manguezal estudada, que constitui um território pesqueiro em fricção com práticas de expansão capitalista e de conservação dos manguezais, as técnicas usadas para capturar caranguejos se inserem em diferentes ecologias e em diferentes debates sobre o cuidado nas práticas.

Nas histórias específicas das paisagens estudadas, as transformações nas formas de pegar caranguejo adquirem cores locais. No Delta do Parnaíba, o uso do cambito, como recurso comum à captura no braço. Em São Francisco do Conde e Santo Amaro, o recurso da tapagem, mobilizado para complementar o uso do braço, permanecia como forma predominante, mesmo convivendo com o uso, em menor escala, da redinha. Nos estuários de Pernambuco e Paraíba a redinha substituiu quase completamente o uso do braço com tapagem, enquanto em Canavieiras a redinha e a tapagem convivem com alternativas técnicas. Em cada um desses contextos, há debates públicos específicos sobre a razoabilidade de cada recurso técnico.

PRÁTICAS SITUADAS E TECNOLOGIAS DA COEXISTÊNCIA

Lembremos então da declaração unânime dos caranguejeiros, nos diversos locais em que pesquisamos, de que a diversificação das técnicas de captura de caranguejos-uçá se deu como consequência do fenômeno do *afundamento* dos caranguejos. Ao especular sobre as possíveis causas do afundamento com caranguejeiros, em diferentes locais, ouvimos explicações parecidas, relacionadas a uma possível reação dos caranguejos ao aumento do número de caranguejeiros em atividade. Ouvimos em diferentes lugares a mesma comparação: se sua casa for roubada, você vai colocar trancas e cadeados para evitar que aconteça novamente. Da mesma forma, os caranguejos afundariam como uma espécie de aprendizado coletivo ao aumento da predação. Ou seja, seria um comportamento aprendido e derivado de medo ou precaução.

Ao conversarmos com um pesquisador da área de oceanografia, que trabalhou com os caranguejeiros, ouvimos uma hipótese diferente, mas que se conecta com tal explicação: a captura constante dos caranguejos à altura do braço havia selecionado aqueles que instintivamente cavavam buracos mais rasos, permanecendo na população aqueles que cavam buracos fundos. Apresentamos a esse pesquisador a hipótese que ouvimos dos caranguejeiros, que foi prontamente rechaçada. O pesquisador não acreditava na capacidade dos caranguejos

de aprenderem coletivamente, pois atribuía características necessariamente instintivas, de base genética, a seu comportamento. O que as duas explicações têm em comum é que ambas atribuem o fenômeno do afundamento ao aumento da pressão de predação, apesar de discordarem quanto à maneira como os caranguejos produzem seus mundos.

Não pretendemos aqui explicar as causas do *afundamento*, que eventualmente podem ser especuladas e pesquisadas tanto por meios científicos como por protocolos dos conhecimentos dos caranguejeiros. O que nos parece curioso, nesse caso, é que o afundamento aconteceu em todos os manguezais por onde andamos. No que queremos insistir é que o fenômeno do afundamento, seja ele relacionado à pressão de predação, seja à subida do nível do mar ou a qualquer outra hipótese que se formule, está imerso em uma malha de coocorrências, e se conecta, de modo não-causal, às especificidades socioecológicas de cada manguezal. Essa malha, por sua vez, traduz-se em diferentes implicações, do ponto de vista da técnica de captura em cada local e das transformações técnicas na configuração da paisagem.

Assim, a controvérsia sobre as técnicas de captura do caranguejo é apenas um aspecto da história das relações entre pessoas e caranguejos nos manguezais, e as decisões políticas sobre como se deve ou não pegar caranguejo excedem uma contabilidade populacional entre esforço de captura e taxa de reprodução, pois o resultado de tal contabilidade é efeito de relações muito mais complexas do que a de "predador-presa", enquanto categorias independentes.

Podemos entender esse ponto ao colocarmos lado a lado a Resex do Delta do Parnaíba e a Resex de Canavieiras: no Delta se usa o braço com cambito, em Canavieiras, a redinha e o braço com tapagem. O que ambos os lugares têm em comum, para além de terem caranguejos de tamanho grande e saudáveis, é que em ambos os casos é possível garantir minimamente a conservação de grandes áreas de manguezais e restringir a contaminação da paisagem do entorno, bem como garantir a segurança territorial dos caranguejeiros. Contrastando esses dois locais com a Resex Acaú-Goiana e com o Recôncavo, onde se usa predominantemente tapagem e redinha, respectivamente, temos situações graves de contaminação dos manguezais, problemas de segurança territorial para as comunidades pesqueiras e ocupação da área do entorno com monoculturas e indústrias. Em todos esses lugares sentimos os efeitos da destruição dos manguezais, em todos percebemos processos de organização dos pescadores artesanais e também a presença de políticas públicas do tipo ambiental.

Para além dessas comparações, é preciso lembrar que cada manguezal é único, como não cansam de nos lembrarem nossos amigos caranguejeiros, e que cada comunidade pesqueira tem suas próprias trajetórias, relações e perspectivas de futuro.

A fricção produzida entre as práticas escaláveis do paisagear estatal e corporativo, seja ele do tipo exploratório/destruidor ou conservacionista, e as práticas dos habitares pesqueiros, tem efeitos heterogêneos no que diz respeito ao quanto as paisagens específicas são simplificadas

e contaminadas, e no quanto estão assegurados os modos de existência de caranguejos e caranguejeiros. Nesse sentido, quando os pescadores são chamados pelo governo para discutir a pesca do caranguejo, parece pragmaticamente mais fácil ao conservacionismo escalável de estado legislar sobre a relação de predação (sobre qual técnica pode ou não ser usada, além do tamanho e o período de captura), colocando o resto, aquilo que é difícil de ser transformado pela força política do paisagear explorador, como pano de fundo.

Fica evidente que a regulamentação de uso de técnicas, como por exemplo, se a redinha deve ou não ser permitida, e de que forma, exige respostas bem diversas nos diferentes manguezais que percorremos nesse artigo. A decisão sobre o que fazer implica *situações*, no duplo sentido de "acontecimentos" e de "fenômenos localizados". No fundo era isso que os pescadores diziam na reunião sobre o Marco Regulatório do Caranguejo-uçá, ponto de partida desse artigo. Os caranguejeiros do Delta do Parnaíba queriam garantir que a redinha não fosse usada na região, enquanto os de Canavieiras e de Pernambuco preocupavam-se em não criminalizar os caranguejeiros que usam redinha, e os de Santo Amaro insistiam em assegurar que fossem minimizados os impactos dos empreendimentos poluidores.

Desfocar as coocorrências, na prática, é pôr em primeiro plano o (frágil) controle estatal dos modos pesqueiros de habitar e evitar olhar para os efeitos das formas de fazer mundo que produzem o antropoceno, bem como as potências regenerativas que eventualmente se apresentam. É, de certa forma, reproduzir a lógica da *dupla fratura colonial e ambiental* postulada por Ferdinand (2022), no sentido de que, visando a manutenção da vida animal nos manguezais, o controle dos corpos de coletividades subalternizadas é posto primeiro em evidência, enquanto a lógica racista e ecocida da plantation, e sua superação, não entram em pauta.

Em sentido oposto, defendemos, em suma, a partir da mobilização da ideia de ecologia de práticas, que as formas de captura de caranguejos fazem parte de situações, e o debate situado, com base em "tecnologias sociais de pertencimento" (Stengers, 2021, p. 18) é aquele capaz de produzir soluções criativas, inclusive sobre transformações técnicas, sobre formas de coabitar paisagens.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004.
2. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista De Antropologia Da UFSCar**, São Carlos, v. 5, n. 1, 7–28, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.52426/rau.v5i1.85. Acesso em: 23 out. 2025.
3. ALONGI, Daniel. The Impact of Climate Change on Mangrove Forests. **Curr Clim**

Change Rep, [*s. l.*], n. 1, p. 30–39, 2015. Disponível em: doi.org/10.1007/s40641-015-0002-x. Acesso em: 23 out. 2025.

4. ALVES, Rômulo ; NISHIDA, Alberto. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá (Ucides cordatus cordatus (L.1763) (Decapoda, Brachyura do Estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. **Interciência**, [*s. l.*], v. 28, p. 36-43, 2003.

5. ANDRADE, Isabella Puente de. **Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos:** as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

6. ANDRADE, Maiza Ferreira; MORAES, Luiz Roberto Santos. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e a morosidade do poder público. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000200005. Acesso em: 23 out. 2025.

7. ARAGÃO, Paulo; PAKMAN, Elbio. O Proálcool e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 55, n. 1, p. 113-134, 1991.

8. BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Da Nação ao Planeta através da Natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

9. BOEGER, Walter; PIE, Márcio; OSTRENSKY, Antônio; PATELLA, Luciana. Lethargic crab disease: multidisciplinary evidence supports a mycotic etiology. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 100, p. 161e-167, 2005.

10. BOTELHO, Emanuel; SANTOS, Maria do Carmo; PONTES, Antonio. Algumas considerações sobre o uso da redinha na captura do caranguejo-uçá, Ucides cordatus (Linnaeus, 1763), no litoral sul de Pernambuco – Brasil. **Boletim Técnico-Científico do CEPENE**, [*s. l.*], v. 8, p. 55–71, 2000.

11. BUTI, Rafael Palermo. Histórias contaminadas: alianças ambientais das comunidades pesqueiras e quilombolas contra a violência lenta do petróleo na Baía de Todos os Santos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 66, 2023. Disponível em: doi.org/10.1590/1806-9983e660405. Acesso em: 23 out. 2025.

12. COELHO PEREIRA, Lucas. **Maré de lua**: capitalismo, práticas e ecologias na lida com o caranguejo-uçá no Delta do Parnaíba (PI/MA). 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

13. COELHO PEREIRA, Lucas; SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Humanos e caranguejos nos manguezais do Delta do Parnaíba: histórias da paisagem. **ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, ano 25, v. 35, n. 1, p. 1-36, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/248380. Acesso em: 23 out. 2025.

14. DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (org.). **Os Mil Nomes de Gaia**: do Antropoceno à Idade da Terra: v. 1 e 2. São Gonçalo: Ed. Machado, 2022.

15. DE LA CADENA, Marisol. **Earth beings**: Ecologies of practice across Andean worlds. Durham: Duke University Press, 2015.

16. FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

17. INGOLD, Tim. Eight themes in the Anthropology of Technology. **Social Analysis**, [*s. l.*], v. 41, n. 1, p. 106-138, 1997.

18. INGOLD, Tim. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.

19. LACERDA, Luiz Drude de (ed.) **Mangrove Ecosystems**: function and management. Berlim: Springer, 2002.

20. MACHADO, Louise; RÊGO, Rita de Cássia; MAFRA, Eduardo. **Maré Bruta**: um panorama do derramamento de petróleo na costa do Brasil em 2019. São Paulo: Ed. Científica Digital, 2024.

21. MURPHY, Michelle. Against Population, Towards Afterlife. *In*: CLARKE, Adele; HARAWAY, Donna (ed.). **Making Kin Not Population**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2018. p. 101–124.

22. NASCIMENTO, Douglas Macêdo; MOURÃO, José da Silva; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. A substituição das técnicas tradicionais de captura do caranguejo-uçá (Ucides cordatus) pela técnica "redinha" no estuário do rio Mamanguape, Paraíba. **Sitientibus série Ciências Biológicas**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 113-119, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.13102/scb68. Acesso em: 23 out. 2025.

23. NASCIMENTO, Douglas; FERREIRA, Emmanoela; BEZERRA, Dandara; ROCHA, Pollyana; ALVES, Rômulo; MOURÃO, José . Capture techniques' use of Caranguejo-uçá crabs (Ucides cordatus) in Paraíba state (northeastern Brazil) and its socio-environmental implications. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 84, p. 1051-1064, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0001-37652012005000066. Acesso em: 23 out. 2025.

24. NASCIMENTO, Douglas Macêdo; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega; BARBOZA, Raynner Rilke Duarte; DIELE, Karen; MOURÃO, José Silva. An examination of the techniques used to capture mangrove crabs, Ucides cordatus, in the Mamanguape River estuary, northeastern Brazil, with implications for management. **Ocean & Coastal Management**, [*s. l.*], v. 130, p. 50-57, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2016.05.010. Acesso em: 23 out. 2025.

25. NORDI, Nivaldo; NISHIDA Alberto.; ALVES, Rômulo. Effectiveness of two gathering tecniques for Ucides cordatus in Norheast Brazil: implications for the sustainability of mangrove ecosystems. **Hum Ecol**, [*s. l.*], v. 37, p. 121-127, 2009.

26. NUNES, André; SAMAIN, Etienne**. Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re) visitado**. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

27. PERONI, Nivaldo; HERNÁNDEZ, Malva. **Ecologia de populações e comunidades**. Florianópolis: CCB/UFSC, 2011.

28. PFAFFENBERGER, Bryan. Social Anthropology of Technology. **Annual Review of Anthropology**, [*s. l.*], v. 21, n. 1, p. 491-516, 1992.

29. SANTA FÉ, Úrsula Morgana Gomes; ARAÚJO, Ana Rosa da Rocha. Seletividade e eficiência das artes de pesca utilizadas na captura de Ucides cordatus (Linnaeus, 1763), Sergipe, Brasil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, Sergipe, v. 1, n. 1, p. 29-44, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.2312/Actafish.2013.1.1.29-44. Acesso em: 23 out. 2025.

30. SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Introdução: Técnica e/em/como transformação. *In*: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (ed.). **Técnica e transformação**: perspectivas antropológicas. Brasília, DF: ABA Publicações, 2017. p. 11-36.

31. SCHIMIDT, Anders Jensen. **Estudo da dinâmica populacional do caranguejo-uçá, Ucides cordatus cordatus (LINNAEUS, 1763) (CRUSTACEA-DECAPODA-BRACHYURA), e dos efeitos de uma mortalidade em massa desta espécie em manguezais do Sul da Bahia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

32. SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Caminhando pelos manguezais do fim do mundo. **Clima Com**, Campinas, ano 7, n. 11, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/caminhando-pelos-manguezais-do-fim-do-mundo-pedro-castelo-branco-silveira. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

33. SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Conversando com Josué de Castro e os povos do manguezal sobre vida, fome e luta. **Revista Coletiva**, Recife, p. 1-24, 2023. Disponível em: https://www.coletiva.org/dossie-a-fome-e-inseguranca-alimentar-n33-conversando-com-josue-de-castro-e-os-povos-do-mangue. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

34. SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; BUTI, Rafael Palermo. A vida e a morte dos guaiamuns: antropologia nos limites dos manguezais. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 117-148, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4000/aa.4945. Acesso em: 23 out. 2025.

35. SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; CARDOSO, Thiago Mota; GODOI, Emília Pietrafesa de. Antropologias da paisagem: uma apresentação. **Ruris**, Campinas, v. 13, n. 2. p. 7-17, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.53000/rr.v13i2.17036. Acesso em: 23 out. 2025.

36. SOUTO, Francisco José Bezerra. **A ciência que veio da lama**: uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA. 2004. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

37. STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. *In*: MATTOS, Wladimir (org.). **Artecompostagem'21**. São Paulo: UNESP, 2021. p. 9-27.

38. TABORDA, Elaine; TIERNO, Rosane de Almeida. O desmonte da política ambiental do Brasil: da boiada à desregulação dos mangues e restingas. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 149-185, 2020. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/54202. Acesso em: 23 out. 2025.

39. TSING, Anna. **Friction**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

40. TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World**: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015. (Trad. Bras. Jorge Menna Barreto, Yudi Rafael, São Paulo, N-1 edições, 2022).

41. TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

42. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada. **Aceno-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 5, n. 10, p. 247-264, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.48074/aceno.v5i10.8341. Acesso em: 23 out. 2025.

Pedro Castelo Branco Silveira
Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1507-0047. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa de campo, Redação e Revisão. E-mail: pedro.silveira@fundaj.gov.br

Lucas Coelho Pereira
Professor da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8634-045X. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa de campo, Redação e Revisão. E-mail: lucascoelhopereira@gmail.com

Entre presenças e ausências: repensando as relações entre hipertensão, raça e cuidado[1]

Between presences and absences: rethinking the relations among hypertension, race, and care

William Rosa
Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste artigo, reflito sobre como a raça se apresenta e produz efeitos nas práticas elaboradas para o cuidado da hipertensão. A pressão alta é uma condição crônica de saúde prevalente entre pessoas negras, e proponho mostrar como diferenças e desigualdades afetam o seu cuidado. Desse modo, argumento que, mesmo quando não objetivamente acionados, a raça e o racismo se fazem presentes, em certa medida, justamente por meio de suas supostas ausências. Os dados apresentados são provenientes de trabalho de campo etnográfico realizado entre 2023 e 2024, em um serviço de atenção primária à saúde e em um grupo de pesquisa sobre saúde da população negra. A análise se concentra nas distintas formas de diagnosticar e tratar a pressão alta e em como domínios ontológicos distintos entrelaçam-se, produzindo efeitos em sua manifestação no corpo. Em vista disso, descrevo como a raça se constitui em uma presença ausente nas práticas de cuidado da hipertensão. Ao fazer esse movimento analítico, busco desnaturalizar explicações exclusivamente biológicas e revelar os efeitos concretos de processos de diferenciação e desigualdade nos modos de adoecer. Assim, argumento que o surgimento dessa condição de saúde está além de justificativas unicamente fisiopatológicas, tornando evidente que a raça, ainda que muitas vezes silenciada nas práticas de saúde, produz efeitos concretos no diagnóstico e no cuidado. Ao caminhar entre presenças e ausências ao longo do artigo, minha proposta é levar a sério não apenas objetos e práticas visíveis, mas também aqueles

1 Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado que vem sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em um primeiro momento, a pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e atualmente é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), nº do processo 2022/14611-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Agradeço aos pareceristas anônimos deste artigo pelas relevantes contribuições e pelos instigantes comentários. Certamente, foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver e analisar de forma mais densa o material aqui apresentado.

Recebido em 18 de dezembro de 2024.
Avaliador A: 11 de março de 2025.
Avaliador B: 20 de abril de 2025.
Aceito em 27 de junho de 2025.

CC BY

que não estão, de modo a descrever etnograficamente os efeitos da raça na manifestação, no diagnóstico e no cuidado da hipertensão.

Palavras-chave: Hipertensão, Raça, Racismo, Cuidado, Saúde.

ABSTRACT

In this article, I reflect on how race emerges and produces effects in the practices developed for hypertension care. High blood pressure is a chronic health condition prevalent among Black people, and I propose to show how differences and inequalities shape its care. I argue that, even when not objectively invoked, race and racism are nonetheless present, to some extent, precisely through their supposed absences. The data presented here stem from ethnographic fieldwork conducted between 2023 and 2024 in a primary health care service and a research group focused on Black population health. The analysis centers on the different ways hypertension is diagnosed and treated, and on how distinct ontological domains become entangled, producing effects on how the condition manifests in the body. In light of this, I describe how race constitutes an absent presence in hypertension care practices. By making this analytical move, I aim to denaturalize purely biological explanations and to expose the concrete effects of processes of differentiation and inequality on ways of falling ill. I argue that the emergence of this health condition goes beyond purely pathophysiological explanations, making it evident that race, although often silenced in health care practices, produces tangible effects in both diagnosis and care. By navigating presences and absences throughout the article, my aim is to take seriously not only visible objects and practices, but also those that are not, in order to ethnographically describe the effects of race on the manifestation, diagnosis, and care of hypertension.

Keywords: Hypertension, Race, Racism, Care, Health.

INTRODUÇÃO

Era uma tarde de segunda-feira, dia de agenda de Marina, umas das médicas de família e comunidade do Centro de Saúde Maria Odília Teixeira[2]. Entre consultas, conversávamos sobre os atendimentos e eu aproveitava para lhe fazer eventuais perguntas. Depois de dois atendimentos naquela tarde, Marina comentou sobre o caso da próxima paciente, Ester. Uma

2 Os dados etnográficos provenientes do trabalho de campo realizado no Centro de Saúde são sensíveis. Em vista disso, seu nome, os dos profissionais e usuários são fictícios.

mulher hipertensa que havia sido atendida há poucos dias, relatou. Pelo que constava em seu prontuário, no campo que dizia respeito a sua autodeclaração, tratava-se de uma mulher negra. Além do medo de sua pressão continuar a subir, a paciente estava preocupada com os rumos de sua vida, pois havia perdido tudo em uma enchente. Marina contou, na sequência, que a paciente havia ido com sua filha na última consulta, e ela esperava que nesta sua filha viesse também, pois é ela quem organiza seu cuidado. A médica, então, foi até a sala de espera para chamá-la. No caminho de volta, como de praxe, falou de minha presença, de modo a pedir o consentimento da paciente, que concordou com minha continuidade no consultório.

Mãe e filha chegaram à sala e eu migrei meu assento para a maca, pois nas salas do centro de saúde há apenas três cadeiras. Fiquei de frente para elas, que não me encararam, seguiam olhando e respondendo apenas à médica. A queixa da senhora era sobre sua pressão, mas também sobre um desconforto que estava sentindo em um dos lados do rosto, deixando-o ligeiramente dormente. Sua filha relatou que elas estavam com medo de que sua mãe tivesse um acidente vascular cerebral (AVC), pois sua avó havia morrido em decorrência de um desses episódios. Marina olhou complacente para as duas e relatou entender a preocupação, anotando tudo o que a paciente e sua filha diziam, de modo a compor mais um pedaço de sua história que permaneceria gravada no prontuário. A médica questionou, "quantos remédios você tem tomado diariamente?", e a paciente, após refletir por alguns instantes, respondeu "três para pressão… fora os outros". Marina tentava entender como ela os administrava, e a senhora contou, a fazendo entender que, talvez, ela não estaria fazendo o uso da medicação da maneira adequada, uma vez que não havia decorado todos os remédios que precisava ingerir. A médica, que já havia preparado seu medidor de pressão antes que a paciente entrasse, disse que iria medi-la naquele momento. Ester tirou uma das mangas de seu casaco para permitir que a braçadeira fosse passada ao redor de seu braço. Marina ligou o aparelho, pois estava usando um digital e não o aparelho clássico. Minutos depois, o visor marcou 180 mmHg x 90 mmHg, ou seja, "18 por 9". Sua pressão estava alta.

Após esse procedimento, a médica pactuou com a paciente e sua filha a organização de seu cuidado, uma vez que era "preciso controlar a pressão e, nesse momento, nenhum tipo de intervenção poderia ser realizada caso fosse necessária, porque a pressão não estava controlada". A paciente fez um movimento com a cabeça demonstrando que compreendia. Marina declarou que gostaria de tentar outras medicações para tentar controlar a pressão de Ester, mas para reorganizar os remédios precisaria checar seus exames de sangue antes. Essa medida era importante porque a interação medicamentosa poderia produzir alterações que precisavam ser devidamente previstas. Assim, recomendou o aumento de dose de um dos comprimidos que a paciente já tomava, a losartana. A médica solicitou alguns exames de sangue, e na sequência enfatizou que queria vê-la com brevidade, agendando sua consulta para a semana seguinte.

Paciente e filha saíram, Marina e eu começamos a comentar sobre o caso.

Enquanto a médica preenchia suas burocracias, como gostava de dizer, ela me mostrou o prontuário da paciente para que eu entendesse mais de seu histórico. O registro mais antigo que encontrei foi de 2013. Lá, naquela consulta, a sua pressão marcava "20 por 10". Já outro registro, este em 2016, marcava "22 por 10". A paciente possuía um histórico de pressão descontrolada que poderia ser justificado por inúmeros fatores, desde uma não adesão adequada ao tratamento ou até mesmo uma questão com as medicações que vinha tomando. Ainda, as condições em que vivia e suas complexas relações familiares, que também constavam registradas no prontuário, pareciam fatores potencialmente estressores, de acordo com os registros.

Essa descrição diz respeito aos processos de organização do cuidado da hipertensão arterial sistêmica (HAS) que acompanhei ao longo do trabalho de campo. Em vista disso, o objetivo deste artigo é explorar os impasses presentes nas práticas elaboradas para o tratamento da hipertensão, focalizando como a raça e os processos de racialização, a partir de suas presenças e ausências, produz efeitos nesse processo. O trabalho de campo de minha pesquisa de doutorado, que foi conduzido entre os anos de 2023 e 2024, consiste na realização de observação participante no Centro de Atenção Primária à Saúde (APS) Maria Odília Teixeira, no qual acompanhei, majoritariamente, consultas médicas e de enfermagem e as visitas domiciliares (VD). Paralelo a isso, acompanhei também as atividades do Race.ID, grupo de pesquisa sobre saúde da população negra vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), do qual também faço parte como pesquisador.

A hipertensão é uma condição de saúde crônica multifatorial, não estando associada a uma única causa. Seu diagnóstico ocorre por meio da aferição sistemática do nível pressórico, e só pode ser concluído a partir da produção de medidas sustentadas que precisam estar em pressão arterial sistólica ≥ 140 mmHg e pressão arterial diastólica ≥ 90 mmHg, ou, em termos leigos, "14 por 9" (Brasil, 2014, 2014; Barroso *et al*., 2021). Em 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou o *Global report on hypertension: the race against a silent killer*. A primeira frase lida em seu prefácio anunciava que, mesmo silenciosa e, às vezes, assintomática, a "pressão arterial alta mata" (2023, p. 5), e doenças cardiovasculares são a maior causa de mortes ao redor do globo. Entre os anos de 1990 e 2019, o número de pessoas que conviviam com a hipertensão arterial dobrou para 1,3 bilhão, indica o relatório da OMS. Não é por acaso que essa condição tem sido alvo de instigantes investigações antropológicas (cf. Calvo-González, 2011; Canesqui, 2007, 2015; Fleischer, 2013, 2018; Maciel, 1988; Souza; Garnelo, 2008;). No início de 2024, o Ministério da Saúde mostrou que a HAS[3], no país, atinge cerca de 27,9% da

3 Ao longo do artigo, usarei distintas categorias para aludir à mesma condição de saúde, como hipertensão, HAS, pressão alta e hipertensão arterial sistêmica.

população, sendo mais comum em mulheres (29,3%) do que em homens (26,4%). Em ambas as publicações, nada se fala acerca de como a prevalência da hipertensão também é racializada (Brasil, 2017). Dito de outro modo, é uma condição crônica com maior prevalência e de difícil controle nas populações negras.

A pressão alta é a principal causa para a ocorrência de AVCs, aneurismas, infartos e insuficiência renal crônica (Póvoa, 2020; Sousa *et al*., 2022). Contudo, a despeito dos riscos de sua elevação para a vida, ela pode ser controlada de modo eficiente e com remédios de baixo custo. Mas apenas uma em cada cinco pessoas com a condição consegue controlá-la de modo eficiente (WHO, 2023). Além de seu franco crescimento entre a população mundial, a hipertensão apresenta riscos distintos, a depender dos sujeitos que são acometidos por ela. Em suma, trata-se de hipertensões, no plural. Além disso, diferenças e desigualdades contribuem diretamente para a sua manifestação e diagnóstico, mas também para o seu tratamento e para o cuidado com as lesões que podem afetar os órgãos-alvo[4] (Brasil, 2017). Não é por acaso que, quando vamos às práticas, controvérsias que dizem respeito aos efeitos da raça na manifestação, diagnóstico e cuidado da hipertensão emergem. Ainda que se reconheça sua relevância, aspectos fisiopatológicos acabam por operar como protagonistas nessas práticas, deixando de lado elementos que dizem respeito aos outros domínios ontológicos que não o da Biologia.

O impasse que busco explorar neste artigo diz respeito, precisamente, a como a raça se faz presente a partir de suas ausências nas práticas direcionadas ao cuidado da pressão alta (M'Charek; Schramm; Skinner, 2014). Inspirada por Donna Haraway e Annemarie Mol, M'Charek (2013) advoga por uma relacionalidade radical da raça e a descreve como um objeto material semiótico que não pode ser reduzido a uma única coisa. Assim, a raça emerge apenas a partir da conexão que estabelece entre múltiplas relações e coisas. Atentar-se às práticas e aos modos como elas produzem a raça retira o foco do corpo somático, oferecendo-nos "uma maneira eficaz de desnaturalizar as diferenças raciais" (M'Charek, 2013, p. 434, tradução nossa), uma vez que ela é um objeto difuso (M'Charek, 2013; Mol, 2002; Mol, 2008; Mol; Law, 1994; Muniz, 2021).

Diante disso, proponho mostrar como a etnografia permite tornar visível coisas que estão, supostamente, invisíveis. Para tanto, em um primeiro momento, descrevo como encontrei a hipertensão apenas após o início do trabalho de campo e como ela passou a ser o objeto que tem me permitido refletir sobre a intrincadas relações entre raça, cuidado e saúde. A partir disso, exploro como as práticas de cuidado produzem múltiplas hipertensões. Por fim, as diferentes formas de produzir, diagnosticar e cuidar de uma condição de saúde crônica como a pressão alta levam-me a refletir sobre como sua manifestação está além de aspectos estritamente

4 Termo que diz respeito aos órgãos comumente afetados por determinada condição ou doença.

fisiopatológicos, de modo a promover o engajamento entre domínios ontológicos distintos.

ARTES DE NOTAR: HIPERTENSÕES, ÉTICAS E CUIDADOS

Meu contato com a hipertensão não foi prévio, somente após o início do trabalho de campo me deparei com os problemas relacionados à pressão arterial e suas complexas conexões com a raça e os processos de racialização. Tsing (2022) escreveu uma instigante etnografia acerca do *matsutake*, cogumelo que brota apenas em paisagens perturbadas e suas relações de escalabilidade com o sistema econômico mundial vigente. A antropóloga desvelou como, ainda que se tenha tentado assiduamente cultivá-lo de modo artificial, jamais conseguiram reproduzir sua paisagem "natural" – para o *matsutake*, o seu natural é um hábitat extremamente perturbado pela ação de distintos agentes, tornando-o singular em muitos sentidos e impossível de ser reproduzido. Talvez você deva estar se perguntando sobre as motivações que me levam a falar do *matsutake* aqui, quando meu trabalho está, ao que parece, em um raio diametralmente oposto ao que Tsing realizou. Contudo, valendo-me da possibilidade de estabelecer conexões parciais (Strathern, 2004), irei mostrar sua relevância, sobretudo, para a realização do trabalho de campo desta pesquisa, e que diz respeito, em certa medida, aos impasses que proponho explorar neste trabalho. Tsing (2022, p. 42) mostrou que coletar essas "iguarias gourmets valiosas" do solo exigia treinamento e sensibilidade. Assim, há um processo de educação dos sentidos que contribui para que seus coletores as encontrem em lugares em que se vê apenas terra e árvores.

Assim, para coletá-los em suas paisagens perturbadas é preciso revitalizar as artes de notar, propôs Tsing (2022). O verbo notar aqui faz alusão, segundo os tradutores de seu livro para a língua portuguesa, à espontaneidade do encontro, "um fruto do acaso que efetivamente depende de um envolvimento e uma investigação curiosa das linhas da vida" (Barreto; Rafael, 2022, p. 23). Apenas desse modo é possível, então, coletar cogumelos. Exploro brevemente as artes de notar propostas por Tsing, pois, lançando mão delas, foi possível encontrar o objeto que atualmente entremeia toda minha pesquisa. A partir de meu envolvimento em uma investigação curiosa, atento às linhas da vida e levando a sério as artes de notar, me deparei com a hipertensão e fiz dela o objeto que me permitiria elaborar uma etnografia sobre os efeitos da raça e processos de racialização nas práticas de cuidado da pressão arterial.

Em um primeiro momento, a hipertensão e os modos como raça incide sobre as práticas elaboradas para seu cuidado não era um objeto de meu interesse. Mas notei posteriormente que, desde o início do campo, etnograficamente, eu já convivia com essa condição – assim como muitos dos sujeitos que a têm. Sem me dar conta em um primeiro momento, escrevia sobre ela em meus diários e ela já produzia efeitos em minha pesquisa. Mas encontrá-la e diagnosticá-

la ou, dito de outro modo, notar a sua relevância e centralidade para minha etnografia só foi possível após decidir reler meus diários. Ao reler as centenas de páginas, deparei-me com ela. Mais especificamente, com as práticas cotidianas elaboradas para o seu cuidado. Ela, como gosta de referir Fleischer (2018), a hipertensão, estava constantemente presente em meu campo, e não me restou outra alternativa senão levá-la a sério de maneira ética e cuidadosa.

Pesquisas que envolvem estudantes e profissionais da saúde, bem como a condução de trabalho de campo em serviços de saúde, seja na Atenção Primária ou na alta complexidade, não constituem empreitadas simples, mesmo quando viabilizadas e aprovadas pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) (Ferreira; Fleischer, 2014), sobretudo quando se propõe descrever e refletir etnograficamente sobre as práticas cotidianas dos profissionais. Assim, tais etnografias demandam éticas e cuidados contingenciais. Em outras palavras, a depender do campo, negociações específicas precisarão ser elaboradas, e essas, por sua vez, estão além daquilo que um CEP pode ou não regular. No caso de minha pesquisa, tais acordos eram estabelecidos em cada um dos espaços em que ela ocorreu. Desse modo, precisei pensar sobre ética, mas também foi necessário refletir sobre como estabelecer relações cuidadosas (de la Bellacasa, 2017), uma vez que estaria acompanhando discussões e eventos sensíveis, que envolviam processos de adoecimento.

Diante das diferentes negociações envolvidas, é importante lembrar que todo conhecimento produzido pode gerar consequências e implicações inesperadas, tanto para quem o produz quanto para aqueles que contribuem para sua construção (Haraway, 1995). Não por acaso, para Haraway, a dimensão da responsabilidade é central na produção científica. Essa ideia é uma das bases do que ela chamou de "saberes localizados", pois apenas perspectivas parciais e objetividades corporificadas podem assumir responsabilidade. Inspirando-se em Haraway, de la Bellacasa (2017) propõe unir responsabilidade e cuidado. Segundo essa visão, produzir conhecimento é um processo polifônico de viver e pensar com cuidado (de la Bellacasa, 2012). Assim, os modos de fazer pesquisa, os sujeitos envolvidos, as experiências que permeiam o processo e a forma como escrevemos sobre o vivido exigem éticas e cuidados específicos.

Diante disso, refleti eticamente não apenas sobre minha inserção em campo, mas também sobre as implicações da minha presença nos espaços que frequentei. No caso das consultas médicas, era necessário ter cuidado, pois tratava-se de ambientes íntimos, nos quais diferentes emoções podiam emergir. Por essa razão, minha presença nos consultórios nunca foi previamente garantida; a autorização para observar cada consulta precisava ser negociada a cada novo paciente que entrava na sala. Dessa forma, a pesquisa se desenvolve em meio as artes de notar, negociações constantes e uma ética cuidadosa, sempre atenta às complexidades das relações e às dinâmicas que envolvem as práticas de cuidado da hipertensão.

“A PRESSÃO ALTA TEM A VER COM A VIDA”: PRODUZINDO DOENÇAS E DIAGNÓSTICOS

Certa vez, em uma consulta, enquanto a paciente falava sobre sua pressão alta e as causas que identificava como estressoras, Célia, a médica que a atendia, reflexiva enquanto escutava, respondeu: “é… a pressão alta tem a ver com a vida mesmo”. Na sequência, pediu à paciente que trouxesse, na próxima consulta, seu aparelho de aferição de pressão, pois assim seria possível compará-lo com o do Centro de Saúde. Em certa medida, há distinções entre os aparelhos e os parâmetros apresentados, sobretudo se o medidor não está devidamente calibrado ou se se trata de um inadequado à circunferência do braço (Brasil, 2014). Para quem convive com a hipertensão, é importante que o aparelho esteja operando apropriadamente, pois é a partir dele que é possível acompanhar se a pressão está controlada.

A fala da médica está diretamente relacionada ao processo que Frankenberg (1980) denominou de construção social da doença, justamente porque ela sublinhou que a hipertensão está profundamente vinculada ao que acontece na vida cotidiana. Tal perspectiva contrasta com uma expectativa médica dominante, que tende a considerar a doença como resultado exclusivo de uma desordem biológica. Ainda, o que foi dito pela médica auxilia-me a refletir sobre as controvérsias que dizem respeito às possíveis causas da pressão alta, os processos de elaboração de seu diagnóstico, mas também sobre a produção de conhecimento sobre o assunto. Dito de outro modo, controvérsias que dizem respeito às práticas que são articuladas para o seu cuidado. Ao esmiuçar a frase dita por Célia, percebo que ela insinuou que as causas da pressão alta não se restringem apenas aos aspectos fisiopatológicos (Frankenberg, 1980), e fatores ambientais e sociais também parecem influenciar o surgimento dessa condição. No entanto, considerar elementos que extrapolam o domínio da Biologia para compreender a manifestação das doenças provoca tensionamentos nas práticas cotidianas de cuidado (Frankenberg, 1980; Calvo-González, 2011; Fleischer, 2018; Singer, 2004; Sousa *et al*., 2020).

Viver em condições sociais precarizadas, ter que, diariamente, estar mais tempo em transportes públicos do que em sua própria casa, conviver com o medo de ser vítima do braço armado do Estado, dar conta de outros processos de adoecimento e a falta de recursos financeiros para manter uma vida digna podem ser considerados fatores estressores. Atrelado a isso, ter acesso deficitário a uma alimentação balanceada, enfrentar dificuldades de acesso aos serviços de saúde, não ter a possibilidade de realizar atividades físicas regulares, ter que viver em áreas com risco de desastres naturais também são fatores que contribuem diretamente para o aumento do nível pressórico (Calvo-González, 2011; Fleischer, 2018). Não à toa, “a pressão alta tem a ver com a vida” e não está dissociada dela e de tudo o que a envolve. Isso quer dizer

que aspectos biológicos, mas também ambientais e sociais, contribuem para produzir índices pressóricos acima da normotensão, favorecendo o aumento da pressão de maneira crônica e demandando a necessidade de seu controle, que só pode ocorrer a partir de mudanças no estilo de vida e com a ingestão diária de medicamentos.

Os parâmetros que estabelecem a normotensão, ou seja, a pressão arterial considerada normal, têm mudado historicamente ao longo das diretrizes elaboradas pelas distintas associações médicas existentes (Fleischer, 2018; Luna, 1999). Luna (1999 *apud* Pickering, 1939) descreveu distintos consensos acerca dos parâmetros ao longo da história. Em 1934, Ayman considerava que o limite para o normotenso seria 14 por 8, já Robinson e Baucer, em 1939, indicavam que seria 12 por 8. Em 1946, Bechgaard propõe outro parâmetro, dessa vez 16 por 10. Brown, em 1947, defendia que o mais adequado seria 13 por 7, Perera propõe 14 por 9 – como já conhecemos hoje. E, por fim, Burgess indica que o índice mais adequado seria 18 por 10.

O que temos hoje, pactuado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) — e por outras internacionais (Mancia *et al*., 2023; Unger *et al*., 2020) —, é considerar: "PA sistólica (PAS) maior ou igual a 140 mmHg e/ou PA diastólica (PAD) maior ou igual a 90 mmHg, medida com a técnica correta, em pelo menos duas ocasiões diferentes, na ausência de medicação anti-hipertensiva" (Barroso *et al*., 2021, p. 528). Dito de outro modo, para que a pressão seja considerada alta, ela deve ser igual ou maior a "14 por 9" em distintas aferições. Tais mudanças dizem respeito ao caráter transitório de seu diagnóstico, uma vez que precisa responder às demandas de suas respectivas épocas, bem como às de cientistas, médicos, pacientes, e dialogar com os dados epidemiológicos.

Diante disso, ao refletir sobre a produção de evidências, Latour (2017) descreveu como cientistas tentavam estabilizá-las e conferir-lhes certo ordenamento e pureza, a fim de apresentar sua fatualidade. Para alcançar esse objetivo, era necessário estabelecer uma distinção clara entre fato e ficção, já que "se algo foi fabricado, é falso; se foi construído deve ser desconstrutível" (Latour, 2017, p. 137). Sob essa lógica, a ciência não deveria estar baseada em fabricações. Contudo, assim como as mudanças das taxas de normotensão, o autor mostrou como fatos são elaborados a partir de processos de fabricação. Eles são construídos relacionalmente a partir das conexões estabelecidas entre diversos atores em uma vasta rede sociotécnica em dado momento e lugar e em certas condições específicas que podem e, provavelmente, irão mudar. Diante disso, as práticas elaboradas para o cuidado da hipertensão transformam-se de acordo com as mudanças das diretrizes, mas também são influenciadas pela própria vida e suas dinâmicas. Isso também tem ocorrido nos modos como a raça é articulada ou não para justificar a sua causa e organizar o tratamento de sujeitos hipertensos.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) apresenta um relevante panorama da saúde da população negra, mostrando dados que mostram desigualdades

na mortalidade materna, acesso aos serviços de saúde, bem como aos medicamentos e internações. Chama a atenção para as assimetrias no tratamento do HIV/AIDS e hepatites virais. Ainda, dedica uma seção para tratar das doenças genéticas ou hereditárias mais comuns da população negra. Este último item indica que há alguns processos de adoecimento que incidem, de modo particular, sobre a população preta e parda brasileira, a saber: anemia falciforme, diabetes mellitus (Tipo 2), hipertensão arterial e deficiência de glicose -6-fosfato desidrogenase. Se tais doenças são prevalentes nessa parcela da população, é relevante formular práticas específicas e que profissionais de saúde estejam atentos aos seus sinais, para que o diagnóstico possa ser elaborado o mais cedo possível, de modo a tentar mitigar possíveis agravos.

Refletir sobre saúde da população negra no Brasil não se trata de algo recente (Batista, 2012). Ainda assim, quando o assunto é levar a sério a raça no cuidado à saúde, há impasses e interdições que dizem respeito a articulá-la à produção de práticas que subsidiam o cuidado da pressão alta, por exemplo (Calvo-González, 2011). Nas principais diretrizes para seu manejo, é possível ler os seguintes trechos:

> Na população negra, a prevalência e a gravidade da hipertensão são maiores, o que pode estar relacionado a fatores étnicos e/ou socioeconômicos. Em nosso País, predomina a população miscigenada, que pode diferir da população negra quanto às características da hipertensão (Brasil, 2014, p. 60).
>
> A etnia é um fator de risco importante para a HA, mas condições socioeconômicas e de hábitos de vida parecem ser fatores mais relevantes para as diferenças na prevalência da HA do que a implicação étnica propriamente dita (Barroso *et al*., 2021, p. 528).
>
> A prevalência, o tratamento e as taxas de controle da hipertensão variam significativamente de acordo com a etnia. Tais diferenças são atribuídas principalmente a fatores genéticos, mas o estilo de vida e o status socioeconômico possivelmente influenciam os comportamentos de saúde, como a dieta – que parecem ser grandes contribuintes (Unger *et al*., 2020 p. 1350, tradução nossa).
>
> Dado o grau de migração africana e asiática para a Europa, é imprescindível dar atenção aos fatores e diferenças no manejo da hipertensão relacionados à etnia. […] A busca intensiva por ligações genéticas ao excesso de hipertensão 'africana' teve menos sucesso do que o esperado, mas, ainda assim, surgiram vários traços novos patofisiológicos específicos (Mancia *et al*., 2023, p. 1969, tradução nossa).

O primeiro excerto foi extraído dos *Cadernos de Atenção Básica* do Ministério da Saúde. Os trechos seguintes estão, respectivamente, presentes nas *Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020*, *2020 International Society of Hypertension: Global Hypertension Practice Guidelines* e *2023 ESH Guidelines for the management of arterial hypertension: The Task Force for the management of arterial hypertension of the European Society of Hypertension*. Os excertos indicam que a hipertensão é mais comum em negros e não está atrelada apenas a componentes genéticos e biológicos, ainda que esses sejam elementos relevantes para

compreender a prevalência. No entanto, nas diretrizes, quando se mobiliza a noção de raça ou mesmo etnia, há um movimento de aproximá-las à Biologia. Isso se torna evidente quando se explicam as possíveis causas da hipertensão, dividindo-as em aspectos biológicos e sociais. Por um lado, componentes étnicos e raciais contribuem para sua manifestação. Por outro lado, elementos relacionados a aspectos sociais, econômicos, hábitos e condições de vida também são igualmente relevantes para seu surgimento. Raça, nesse sentido, não figura entre os elementos presentes no segundo grupo causal.

Há uma preocupação crescente em destacar que fatores sociais devem ser considerados no diagnóstico e no controle da pressão arterial. No entanto, a raça não parece ser incluída como parte desses fatores. Ela permanece, em certa medida, vinculada à genética (Brasil, 2004, 2014; Barroso *et al*., 2021). Em outras palavras, os documentos em questão tendem a relegar, em certa medida, a raça ao domínio da Biologia.

Em relação ao remédio mais comum receitado para o controle da pressão, a losartana (Sousa *et al*., 2021), outras controvérsias, relacionadas à sua eficácia, fazem-se presentes. Em sua bula é possível encontrar a seguinte informação:

> Uso em Pacientes de Raça Negra com Pressão Alta e Hipertrofia do Ventrículo Esquerdo: em um estudo que envolveu pacientes com pressão alta e hipertrofia do ventrículo esquerdo, losartana potássica diminuiu o risco de derrame e ataque cardíaco e ajudou os pacientes a viverem mais. No entanto, esse estudo também mostrou que esses benefícios, quando comparados aos benefícios de outro medicamento para hipertensão denominado atenolol, não se aplicam aos pacientes de raça negra. (Losartana Potássica, 1999, p. 5).

Isso quer dizer que esse medicamento, em dadas circunstâncias, é, supostamente, menos eficiente para pacientes negros com pressão alta. Em diálogos que tive com Luzia nas ocasiões em que acompanhei as consultas de Helena, uma paciente negra que ela atende há mais de dez anos, discutíamos sobre raça e medicamentos. Sobre esse assunto, ela afirmou que havia alguns remédios menos indicados à população negra. Compartilhei com ela que li na bula da losartana algo nesse sentido. Ela afirmou já ter visto tal informação também, mas não me disse claramente se concordava ou não. Em uma das duas consultas em que estive naquela tarde, Luzia aumentou justamente a dose de losartana de Helena. Na consulta em questão, a pressão de Helena estava 17 por 7. Ela já lidava com outras doenças crônicas além da hipertensão, mas havia uma novidade: ela estava enfrentando alguns episódios de *esquecimento*. Após o atendimento, peguei-me refletindo sobre como poderia questionar Luzia acerca das motivações que a levaram a aumentar a dose daquela medicação, sem parecer que estava questionando sua conduta. Primeiro, perguntei sobre os possíveis sintomas que aquele nível pressórico provocaria. Luzia disse que "nenhum, necessariamente. A hipertensão tende a ser assintomática, e é mais uma condição que facilita outras doenças, por isso precisamos ficar atentos aos órgãos-alvo".

Aproveitei o ensejo e questionei, “bom, para hipertensão ela está tomando três remédios, certo?”. E continuei, de modo a trazer a discussão sobre raça e medicamentos novamente, “por que ela segue tomando losartana e você aumentou a dose?”. Luzia olhou para mim, sorriu e explicou: “bom, é o que tem para ser dispensado pelo sistema, é a tecnologia que temos. Mas também é preciso levar em consideração a atuação do medicamento e sua eficácia, pois a losartana estava sendo eficiente no caso de Helena”. Era preciso, então, olhar para a doença, mas também para a pessoa doente e como o medicamento agia, pois determinado remédio poderia funcionar ou não em algumas pessoas e isso não teria a ver com diferença racial. Dito de outro modo, ao que parecia, Luzia estava indo na direção oposta ao que indicava a bula do medicamento.

Laguardia (2005) mostrou como o entrelaçamento entre raça e suscetibilidade genética pode levar à racialização das doenças em termos biológicos, de maneira “a priorizar os genes em detrimento dos sintomas, a desconsiderar explicações alternativas e, finalmente, a influenciar a disponibilidade e o acesso aos cuidados médicos” (Laguardia, 2005, p. 386). Desse modo, mostra como diferenças e desigualdades não se instauram nos genes, e que “as relações sociais não apenas se inscrevem nos corpos, mas influenciam até mesmo a nossa compreensão da biologia” (Laguardia, 2005, p. 390).

Em pesquisa acerca de como as diferenças raciais impactam o controle da pressão, é possível notar que a hipertensão, além de ser prevalente, é de difícil controle na população negra e, “*aparentemente*, a pior resposta a algumas classes de anti-hipertensivos explicaria, pelo menos parcialmente, o pior controle da hipertensão entre esses indivíduos” (Sousa *et al*., 2022 p. 615, grifo nosso). O “aparentemente” é importante na construção do argumento dos autores, pois indica certa discordância com o que é orientado pela bula da losartana e das diretrizes que apresentei anteriormente. A utilização de medicamentos da classe da losartana não explica um pior controle do nível pressórico de pacientes negros, uma vez que outras classes de anti-hipertensivos apresentam resultados semelhantes. O que importa aqui, ao fim e ao cabo, é sublinhar que o pior controle e mesmo a prevalência de pressão alta nesse grupo de indivíduos podem estar mais relacionadas aos “determinantes sociais que à classe de anti-hipertensivos utilizada” (Sousa *et al*., 2022 p. 621). Ou seja, estão relacionados aos aspectos que estão além dos fisiopatológicos e dizem respeito a como diferenças e desigualdades materializam-se nos processos de adoecimento, produzindo efeitos concretos no corpo.

Os interlocutores de minha pesquisa contaram-me sobre como falar sobre raça no cuidado em saúde seguia como uma espécie de interdição. Mas tal interdição não significava “a supressão da raça das práticas nem das narrativas biomédicas cotidianas ou das publicações do campo” (Muniz, 2021, p. 332-333), como podemos ver nas diretrizes anteriormente mencionadas e na bula do medicamento. No entanto, ao eleger corpos brancos como modelos

universais, os saberes e práticas em saúde "operacionalizam a raça o tempo todo, mas de modo que as intervenções são aparentemente desracializadas" (Muniz, 2021, p. 351), favorecendo a manutenção de desigualdades e tornando "refratários à intervenção tecnológica" (Muniz, 2021, p. 351) sujeitos não brancos.

Até aqui, parece não haver consenso sobre as justificativas para a prevalência da pressão alta em negros, ou mesmo se devem ou não existir prescrições de medicamentos baseadas em diferenças raciais. No entanto, as mesmas publicações que estão povoadas por controvérsias talvez deem pistas para compreender que, talvez, a prevalência da hipertensão e a dificuldade de seu controle nessa parcela da população não tenha a ver com predisposição genética ou com outra explicação estritamente biológica (Calvo-González, 2011; M'Charek, 2013; Muniz, 2021). Em suma, se trata de compreender que a pressão alta talvez seja produzida justamente pelo entrelaçamento de distintos domínios ontológicos, ou como elementos extracorpóreos materializam-se produzindo efeitos no próprio corpo.

ALÉM DO FISIOPATOLÓGICO: DINÂMICAS COTIDIANAS E SEUS EFEITOS NA PRESSÃO

Comumente encontrado nos serviços de saúde, o esfigmomanômetro é o aparelho responsável por aferir a pressão arterial. O modelo tradicional é composto por um manguito com câmara inflável que, no momento da medição, é passado ao redor do braço do paciente. Acoplado a ele há um manômetro, instrumento circular com números e ponteiros, semelhante a um relógio. Há, ainda, ligado ao manguito, uma válvula responsável por inflá-lo. Quando isso ocorre, os ponteiros passam a se movimentar. No momento da deflação, os ponteiros param nos números que indicam o valor da pressão arterial.

Tais aparelhos, ordinariamente chamados de medidores de pressão, produzem parâmetros distintos e inconclusivos quando não usados adequadamente ou quando descalibrados (Brasil, 2004, 2014). Além disso, o uso de manguitos inadequados ao biotipo do paciente também irá apresentar índices pressóricos pouco confiáveis. De acordo com Luzia, para um diagnóstico fiel, é preciso usar a braçadeira do esfigmomanômetro adequada ao biotipo do paciente. Isso significa que, caso se trate de uma pessoa obesa, é necessária uma braçadeira maior. Isso vale também, por exemplo, para crianças (Brasil, 2014). No entanto, mesmo quando tudo parece estar em conformidade com as diretrizes, os números são sempre interpretados pelos profissionais responsáveis pela aferição da pressão em determinado contexto e podem assumir distintos significados.

Quando no consultório, além de utilizar o aparato tecnológico adequado, a recomendação

é a de que, quando há suspeita de um possível diagnóstico de pressão alta, é preciso esperar o paciente tranquilizar-se ao entrar na sala. A partir disso, mede-se a pressão a partir de um braço e, na sequência, do outro braço, de modo a parametrizar os índices aferidos (Brasil, 2014). Há ainda de se levar em consideração se o paciente passou por algum episódio de estresse logo antes da consulta ou se está com dor, pois eventos como estes aumentam a pressão. Além disso, aferi-la logo após a ingestão de café ou outras bebidas estimulantes também podem contribuir para sua elevação. De acordo com Mateus, um dos médicos e pesquisadores do Race.ID com o qual dialoguei sobre os problemas de pressão, é possível também citar a bexiga cheia e as pernas cruzadas como *confundidores*. Em suas palavras, "o ideal é já ter urinado e estar com os dois pés apoiados no chão, braço na altura do coração". Outro elemento a ser levado em conta na elaboração de um possível diagnóstico é a "hipertensão do jaleco branco" (Brasil, 2014, p. 33), que diz respeito a como a presença de um profissional de saúde pode provocar tensão em alguns sujeitos, contribuindo para a elevação de sua pressão e produzindo um quadro clínico reversível.

Há, ainda, diagnósticos equivocados – ou precipitados. Acerca disso, Eduardo confessou já ter atendido pacientes que chegaram do pronto atendimento com diagnóstico de hipertensão apenas em razão de uma medição realizada quando estiveram no hospital, sendo orientados a iniciar o tratamento com o uso de medicamentos. Tais pacientes eram, posteriormente, referidos à sua Unidade Básica de Saúde (UBS) para acompanhamento e renovação de receita médica. Eram nesses momentos que, ao investigar melhor, Eduardo revertia diagnósticos como esse. Ou melhor, desestabilizava-os, revelando que eles também estavam passíveis de contestação (Latour, 2017).

Eduardo checava no consultório a pressão arterial, agendava um retorno o mais breve possível, e pedia ao paciente que realizasse a medida de sua pressão em casa. No retorno, constatava que não havia hipertensão alguma, e orientava o paciente a deixar de tomar as medicações. A pressão arterial, como o próprio Eduardo exemplificou, pode ser alterada por múltiplos fatores. Talvez, na ocasião em que esses pacientes foram ao hospital, sua pressão estivesse alta em razão de um evento traumático ou estressante vividos, ou mesmo em função de uma forte dor, já que esses fatores contribuem para o seu aumento momentâneo. Em suma, como parametrizar os índices da pressão arterial diante de tantos elementos *confundidores*? Nesse sentido, parece mais adequado falar em múltiplas hipertensões, já que essa condição não pode ser compreendida de forma singular (Mol, 2002).

Nesse sentido, Mol (2002) analisa a aterosclerose não como uma doença única, mas como múltipla, pois ela se manifesta de maneiras distintas conforme o contexto prático em que é abordada. No hospital em que realizou sua etnografia, a aterosclerose é feita de modos diversos na clínica, na patologia, na cirurgia e nos exames laboratoriais. Cada uma dessas

práticas mobiliza objetos, instrumentos e formas de conhecimento específicos. Em vez de uma entidade única e universal, o que existe são múltiplas versões coexistentes da doença, o que também parece se aplicar ao caso da hipertensão.

A despeito de todas as recomendações e diretrizes, quando vamos às práticas as coisas insistem em ser diferentes. Todos os aspectos que mencionei até aqui dizem respeito ao processo de elaboração de diagnósticos de hipertensão e os modos como tecnologias e medicamentos contribuem para a performance da doença. No entanto, além de se levar em conta os aspectos técnicos, é preciso, também, levar em conta outros fatores que podem estar contribuindo para o quadro hipertensivo. Não que a descoberta de outros fatores, necessariamente, reverterá o quadro, mas poderá contribuir para a organização do cuidado e o possível controle da pressão arterial.

A hipertensão é um grave problema de saúde pública, tendo alta incidência e baixas taxas de controle (Brasil, 2014). Ela pode ser vista como uma das principais causas de redução do tempo e qualidade de vida das pessoas que a possuem. Nesse ponto, compreendo melhor o que Eduardo relatou certa vez em relação ao diagnóstico e cuidado da hipertensão: "metade da população não sabe que tem, metade dos que tem não cuidam, e apenas metade dos que cuidam tem resultados satisfatórios". A isso ele denominou "regra do meio". Isso porque ela é popularmente conhecida como uma doença silenciosa, além dos inúmeros caminhos possíveis para controlá-la. Em alguns casos, os médicos afirmavam que os medicamentos prescritos, por si só, provavelmente não seriam suficientes para o controle da pressão arterial. Era necessário, além do uso regular da medicação, promover mudanças nos hábitos alimentares e iniciar a prática de atividades físicas. Segundo eles, tratava-se de uma mudança radical no estilo de vida. Assim, o controle da pressão exigia dos profissionais sensibilidade para identificar e compreender que, além dos medicamentos e dos hábitos de vida, outros elementos poderiam ser fundamentais para o sucesso do tratamento.

Nesse ponto, parece relevante retomar os casos de Ester e Helena, já apresentados anteriormente. Ambas atravessavam momentos de instabilidade em suas vidas: Ester havia perdido tudo em uma enchente, enquanto Helena apresentava episódios recorrentes de *esquecimento*, que a faziam se perder em trajetos simples do cotidiano. Duas senhoras negras, conforme registrado em seus prontuários, que expressavam, cada uma a seu modo, como "a hipertensão tem a ver com a vida" e com tudo o que a compõe, não podendo ser dissociada dela. Seus casos sugerem que a conexão entre raça e hipertensão talvez não resida em uma suposta suscetibilidade genética (Laguardia, 2005), mas nos efeitos concretos que processos históricos de desigualdade e diferenciação vão produzindo nos corpos de determinados indivíduos, tornando a hipertensão uma condição crônica prevalente em algumas populações.

Em conversa com uma profissional do Centro de Saúde, ela relatou que a formação na

área da saúde, especialmente na Medicina, era fortemente baseada na Biologia e marcada por um viés tecnicista. Segundo ela, a Medicina tomava como principal referência a fisiopatologia e, como afirmou, "todo esse conhecimento dá ao médico uma capacidade de intervenção no corpo muito grande". Para muitos profissionais, portanto, não fazia sentido discutir questões sociais e seus impactos sobre a saúde, como se estivessem dissociadas da Biologia. No limite, como argumentou àquela profissional, "um fígado é apenas um fígado" – não era branco, negro ou indígena, e tais marcadores não interfeririam em seu funcionamento. Levar em consideração o "social" era visto como "uma traição" à racionalidade biomédica, contou a profissional. Além disso, havia uma defesa recorrente de que a promoção da saúde deveria ocorrer de forma igualitária, e que falar sobre raça seria, segundo essa lógica, insistir em divisões que comprometeriam esse ideal de universalidade.

Contudo, afirmar que todas as pessoas devem ser tratadas da mesma forma não elimina a ocorrência de situações em que profissionais de saúde negligenciam o exame adequado de pacientes negros, prescrevem medicamentos menos potentes sob a suposição de que suportariam mais dor ou teriam maior propensão ao vício, ou ainda oferecem menos orientações e explicações sobre o tratamento a ser seguido (Batista; Barros, 2017; Benjamin, 2013). Nesse sentido, Virginia, técnica de enfermagem do Centro de Saúde, revelou que a máxima "é preciso tratar todo mundo igual" é frequentemente mobilizada para justificar negligências no cuidado, especialmente quando uma conduta médica é questionada. Embora a raça esteja presente nessa afirmação por meio de suas ausências, seus efeitos continuam a se manifestar, mesmo quando não invocados de forma intencional.

Por fim, procuro evidenciar como a racionalidade médica permanece fortemente centrada no corpo, em seu funcionamento e nas possíveis anormalidades que o acometem (Camargo Júnior, 1992; Frankenberg, 1980; Singer, 2004). Tal racionalidade tende a desconsiderar aspectos que extrapolam o domínio fisiopatológico e que podem estar implicados na produção da hipertensão. Além disso, como já discutido, uma mesma doença pode se manifestar de formas distintas, tornando-se múltipla (Law; Mol, 1994; Mol, 2002). Não por acaso, Eduardo observou que "é muito diferente ser hipertenso no Jardins, bairro nobre de São Paulo, e na periferia da mesma cidade".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui, procurei tornar visíveis os impasses que dizem respeito a como diferenças e desigualdades materializam-se e estão presentes nas práticas elaboradas para o cuidado da

hipertensão, mas também aqueles impasses implicados na própria constituição do campo de pesquisa. Para tanto, iniciei com a descrição da consulta de Ester, cujo caso revelou como a hipertensão é produzida a partir do entrelaçamento de distintos domínios ontológicos. Nesse processo, desigualdades sociais e processos de diferenciação não apenas se manifestam, mas produzem efeitos concretos na experiência corporal da doença. Em seguida, inspirei-me na proposta de Tsing (2022) sobre as "artes de notar", uma estratégia etnográfica que me permitiu perceber o que, à primeira vista, se apresentava como ausente no campo. Ao tornar visível o que muitas vezes é silenciado ou invisibilizado nas práticas de cuidado, pude também notar a própria hipertensão em sua multiplicidade.

Ao longo do trabalho, explorei as diferentes maneiras pelas quais a hipertensão é feita, e como processos de racialização atravessam esse processo. A partir de relatos etnográficos, como a consulta de Helena e os diálogos cotidianos no Centro de Saúde, procurei evidenciar as controvérsias em torno do diagnóstico dessa condição crônica. Mostrei como a noção de "fato" é sempre provisória e disputada, e argumentei que a raça se inscreve nesse processo mesmo quando negada, diluída ou tornada secundária no discurso clínico. A instabilidade própria da vida cotidiana, perdas, esquecimentos, desastres, repercute diretamente nos corpos, alterando a pressão arterial de modo que não pode ser explicado apenas por parâmetros fisiopatológicos. Torna-se necessário, portanto, que profissionais de saúde levem a sério os elementos que escapam à racionalidade biomédica.

Nesse percurso, procurei mostrar como estar atento às práticas e objetos mobilizados no diagnóstico e no tratamento da hipertensão permite desnaturalizar as diferenças raciais. A raça, longe de ser um dado inscrito no corpo somático, emerge como um objeto relacional, produzido nas interações cotidianas, nas decisões clínicas, nas ausências e nos silêncios. Nesse sentido, argumentei que cuidar da pressão alta exige reconhecer que sua manifestação e controle ultrapassam o domínio do biológico.

Os caminhos que percorri, as escolhas feitas em campo e os desafios enfrentados não foram lineares, mas atravessados por tensões e dilemas que só puderam ser elaborados na prática. Ao escrever, busquei tornar visível aquilo que, muitas vezes, escapa ao olhar. Assim, pude elaborar possíveis respostas à pergunta que orientou este trabalho: como a raça se faz presente, ainda que por suas ausências, no diagnóstico e no cuidado da hipertensão?

Na prática clínica, a raça é frequentemente borrada, o que não equivale à sua ausência. Em prontuários médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), a autodeclaração racial já está inscrita como dado obrigatório, mesmo que não seja mobilizada ativamente na escuta, na conduta ou na interpretação dos sintomas. Para muitos interlocutores, a raça não era considerada um fator determinante. Ainda assim, não eram raras as afirmações de que certas pessoas, "naturalmente", apresentariam níveis pressóricos mais elevados. A raça é mobilizada, e, em certo sentido,

produzida, quando se interpreta como "normal" que determinados corpos apresentem índices pressóricos acima do ideal, ou quando se pressupõe uma maior resistência à dor ou à doença em certos grupos de pessoas.

A presença da raça também se revela nas desigualdades de acesso e qualidade do cuidado: pessoas negras enfrentam mais barreiras para serem atendidas e frequentemente convivem com sintomas da hipertensão por anos antes de receberem um diagnóstico. Talvez a questão não seja uma suposta propensão natural à hipertensão, mas sim os efeitos crônicos das próprias desigualdades, de processos de diferenciação, da violência cotidiana, do estresse e da precarização da vida. Esses elementos, pouco a pouco, se inscrevem nos corpos e podem contribuir para a manifestação da hipertensão.

REFERÊNCIAS

1. BARRETO, Jorgge; RAFAEL, Yudi. Nota dos tradutores. *In*: TSING, Anna. **O cogumelo no fim do mundo***:* Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

2. BARROSO, Weimar; RODRIGUES, Cibele Isaac Saad; BORTOLOTTO, Luiz Aparecido; MOTA-GOMES, Marco Antônio; BRANDÃO, Andréa Araujo; FEITOSA, Audes Diógenes de Magalhães; MACHADO, Carlos Alberto; POLI-DE-FIGUEIREDO, Carlos Eduardo; AMODEO, Celso; MION JÚNIOR, Décio; BARBOSA, Eduardo Costa Duarte; NOBRE, Fernando; GUIMARÃES, Isabel Cristina Britto; VILELA-MARTIN, José Fernando; YUGAR-TOLEDO, Juan Carlos; MAGALHÃES, Maria Eliane Campos; NEVES, Mário Fritsch Toros; JARDIM, Paulo César Brandão Veiga; MIRANDA, Roberto Dischinger; PÓVOA, Rui Manuel dos Santos; FUCHS, Sandra; ALESSI, Alexandre; LUCENA, Alexandre Jorge Gomes de; AVEZUM, Alvaro; SOUSA, Ana Luiza Lima; PIO-ABREU, Andrea; SPOSITO, Andrei Carvalho; PIERIN, Angela Maria Geraldo; PAIVA, Annelise Machado Gomes de; SPINELLI, Antonio Carlos de Souza; NOGUEIRA, Armando da Rocha; DINAMARCO, Nelson; EIBEL, Bruna; FORJAZ, Cláudia Lúcia de Moraes; ZANINI, Claudia Regina de Oliveira; SOUZA, Cristiane Bueno de; SOUZA, Dilma do Socorro Moraes de; NILSON, Eduardo Augusto Fernandes; COSTA, Elisa Franco de Assis; FREITAS, Elizabete Viana de; DUARTE, Elizabeth da Rosa; MUXFELDT, Elizabeth Silaid; LIMA JÚNIOR, Emilton; CAMPANA, Erika Maria Gonçalves; CESARINO, Evandro José; MARQUES, Fabiana; ARGENTA, Fábio; CONSOLIM-COLOMBO, Fernanda Marciano; BAPTISTA, Fernanda Spadotto; ALMEIDA, Fernando Antonio de; BORELLI, Flávio Antonio de Oliveira; FUCHS, Flávio Danni; PLAVNIK, Frida Liane; SALLES, Gil Fernando; FEITOSA, Gilson Soares; SILVA, Giovanio Vieira da; GUERRA, Grazia Maria; MORENO JÚNIOR, Heitor; FINIMUNDI, Helius Carlos; BACK, Isabela de Carlos; OLIVEIRA FILHO, João Bosco de; GEMELLI, João Roberto; MILL, José Geraldo; RIBEIRO, José Marcio;

LOTAIF, Leda Daud; COSTA, Lilian Soares da; MAGALHÃES, Lucélia Batista Neves Cunha; DRAGER, Luciano Ferreira; MARTIN, Luis Cuadrado; SCALA, Luiz César Nazário; ALMEIDA, Madson; GOWDAK, Marcia Maria Godoy; KLEIN, Marcia Regina Simas Torres; MALACHIAS, Marcus Vinícius Bolívar; KUSCHNIR, Maria Cristina Caetano; PINHEIRO, Maria Eliete; BORBA, Mario Henrique Elesbão de; MOREIRA FILHO, Osni; PASSARELLI JÚNIOR, Oswaldo; COELHO, Otavio Rizzi; VITORINO, Priscila Valverde de Oliveira; RIBEIRO JUNIOR, Renault Mattos; ESPORCATTE, Roberto; FRANCO, Roberto; PEDROSA, Rodrigo; MULINARI, Rogerio Andrade; PAULA, Rogério Baumgratz de; OKAWA, Rogério Toshiro Passos; ROSA, Ronaldo Fernandes; AMARAL, Sandra Lia do; FERREIRA-FILHO, Sebastião; KAISER, Sergio Emanuel; JARDIM, Thiago de Souza Veiga; GUIMARÃES, Vanildo; KOCH, Vera; OIGMAN, Wille; NADRUZ, Wilson. Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial – 2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 116, p. 516-658, 2021. Disponível em: https://abccardiol.org/article/diretrizes-brasileiras-de-hipertensao-arterial-2020/. Acesso em: 10 nov. 2024.

3. BATISTA, Luís Eduardo. Apresentação da Primeira Edição. *In:* BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (org.). **Saúde da População Negra**. 2. ed. Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. p. 12-20.

4. BATISTA, Luís Eduardo; BARROS, Sônia. Enfrentando o racismo nos serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, p. e00090516, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/8QtV5qv9LSRPCWytv45yspS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 nov. 2024.

5. BENJAMIN, Ruha. **People's science**: Bodies and rights on the stem cell frontier. Stanford University Press, 2013.

6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: hipertensão arterial sistêmica. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde: Departamento de Atenção Básica, 2014. (Cadernos de atenção básica).

7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

8. CALVO-GONZALEZ, Elena. Construindo corpos nas consultas médicas: uma etnografia sobre hipertensão arterial em Salvador, Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 81-96, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/bNZTq4rH5jCndFPgkhkpvLK/. Acesso em: 5 nov. 2024.

9. CAMARGO JÚNIOR., Kenneth. (Ir) racionalidade médica: os paradoxos da clínica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 203-230, 1992.

10. CANESQUI, Ana Maria. A hipertensão do ponto de vista dos adoecidos. *In:* CANESQUI, Ana Maria (org.). **Olhares Socioantropológicos Sobre os Adoecidos Crônicos**. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 87-110.

11. CANESQUI, Ana Maria. **"Pressão Alta" no cotidiano**: representações e experiências.

Rio de Janeiro: SciELO: Editora FIOCRUZ, 2015.

12. DE LA BELLACASA, María Puig. 'Nothing Comes Without Its World': Thinking with Care. **The Sociological Review**, [*s. l.*], v. 60, n. 2, p. 197–216, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x. Acesso em: 22 out. 2025.

13. DE LA BELLACASA, María Puig. **Matters of care**: speculative ethics in more than human worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

14. FERREIRA, Jaqueline; FLEISCHER, Soraya. **Etnografias em serviços de saúde**. Garamond, 2014.

15. FLEISCHER, Soraya. O "grupo da pressão": notas sobre as lógicas do "controle" de doenças crônicas na Guariroba, Ceilândia/DF. **Amazônica Rev. de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 452-477, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1502. Acesso em: 5 set. 2024.

16. FLEISCHER, Soraya. **Descontrolada**: uma Etnografia dos Problemas de Pressão. Brasília, DF: EdUFSCar, 2018.

17. FRANKENBERG, Ronald. Medical anthropology and development: a theoretical perspective. **Social Science & Medicine**, [*s. l.*], v. 14, n. 4, p. 197-207, 1980.

18. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 1 dez. 2025.

19. LAGUARDIA, Josué. Raça, genética & hipertensão: nova genética ou velha eugenia? **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 371–393, 2005.

20. LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Editora UNESP, 2017.

21. LOSARTANA POTÁSSICA: comprimidos. Responsável técnico Dra. Telma Elaine Spina. Hortolândia: EMS, 1999.

22. LUNA, Rafael. Aspectos históricos da hipertensão. **HiperAtivo**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, 1999.

23. M'CHAREK, Amade. Beyond fact or fiction: On the materiality of race in practice. **Cultural Anthropology**, [*s. l.*], v. 28, n. 3, p. 420-442, 2013. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/cuan.12012. Acesso em: 12 ago. 2024.

24. M'CHAREK, Amade; SCHRAMM, Katharina; SKINNER, David. Technologies of belonging: The Absent Presence of Race in Europe. **Science, Technology, & Human Values**, [*s. l.*], v. 39, n. 4, p. 459-467, 2014. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43671180. Acesso em: 23 out. 2025.

25. MACIEL, Carmen. **Hipertensão essencial**: emoção, doença e cultura. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

26. MANCIA, Giuseppe; KREUTZ, Reinhold; BRUNSTRÖM, Mattias; BURNIER, Michel; GRASSI, Guido; JANUSZEWICZ, Andrzej; MUIESAN, Maria Lorenza; TSIOUFIS, Konstantinos; AGABITI-ROSEI, Enrico; ALGHARABLY, Engi Abd Elhady; AZIZI, Michel; BENETOS, Athanase; BORGHI, Claudio; BRGULJAN HITIJ, Jana; CIFKOVA, Renata; COCA, Antonio; CORNELISSEN, Veronique; CRUICKSHANK, Kennedy; CUNHA, Pedro; DANSER, Jan; DE PINHO, Rosa Maria; DELLES, Christian; DOMINICZAK, Anna; DOROBANTU, Maria; DOUMAS, Michalis; FERNÁNDEZ-ALFONSO, María; HALIMI, Jean-Michel; JÁRAI, Zoltán; JELAKOVIĆ, Bojan; JORDAN, Jens; KUZNETSOVA, Tatiana; LAURENT, Stephane; LOVIC, Dragan; LURBE, Empar; MAHFOUD, Felix; MANOLIS, Athanasios; MIGLINAS, Marius; NARKIEWICZ, Krzystof; NIIRANEN, Teemu; PALATINI, Paolo; PARATI, Gianfranco; PATHAK, Atul; PERSU, Alexandre; POLONIA, Jorge; REDON, Josep; SARAFIDIS, Pantelis; SCHMIEDER, Roland; SPRONCK, Bart; STABOULI, Stella; STERGIOU, George; TADDEI, Stefano; THOMOPOULOS, Costas; TOMASZEWSKI, Maciej; VAN DE BORNE, Philippe; WANNER, Christoph; WEBER, Thomas; WILLIAMS, Bryan; ZHANG, Zhen-Yu; KJELDSEN, Sverre. ESH Guidelines for the management of arterial hypertension The Task Force for the management of arterial hypertension of the European Society of Hypertension: Endorsed by the International Society of Hypertension (ISH) and the European Renal Association (ERA). **Journal of Hypertension**, [*s. l.*], v. 41, n. 12, p. 1874–2071, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1097/hjh.0000000000003480. Acesso em: 22 out. 2025.

27. MOL, Annemarie. **The body multiple**: ontology in medical practice. Durham: Duke University Press, 2002.

28. MOL, Annemarie. **The logic of care:** Health and the problem of patient choice. Routledge, 2008.

29. MOL, Annemarie; LAW, John. Regions, networks and fluids: anaemia and social topology**. Social Studies of Science**, [*s. l.*], v. 24, n. 4, p. 641-671, 1994.

30. MUNIZ, Tatiane. De corpos universais a corpos refratários: branquitude e efeitos raciais das tecnologias biomédicas. *In:* ROHDEN, Fabíola; PUSSETTI, Chiara; ROCA, Alejandra (org.). **Biotecnologias, transformações corporais e subjetivas**: saberes, práticas e desigualdades. Brasília, DF: ABA Publicações, 2021. p. 331-356.

31. PÓVOA, Rui. Mini editorial. Características clínicas da hipertensão arterial resistente versus refratária em uma população de hipertensos afrodescendentes. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 115, n. 1, p. 40–41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/qDshQm7xVcMrh6wgLQMSTNL/. Acesso em: 13 nov. 2024.

32. SINGER, Merrill. The social origins and expressions of illness. **British Medical Bulletin**, [*s. l.*], v. 69, n. 1, p. 9-16, 2004.

33. SOUSA, Camila; RIBEIRO, Antonio; BARRETO, Sandhi Maria; GIATTI, Luana; BRANT, Luisa; LOTUGFO, Paulo; CHOR, Dora; LOPES, Antônio Alberto; MENGUE, Sotero Serrat; BALDONI, André Oliveira; FIGUEIREDO, Roberta Carvalho. Diferenças Raciais no Controle da Pressão Arterial em Usuários de Anti-Hipertensivos em Monoterapia: Resultados do Estudo ELSA-Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 118, n. 3, p. 614-622, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/nSgThK6fJ3QK6SDZgL95pSF/. Acesso em: 5 de nov. 2024.

34. SOUZA, Maximiliano; GARNELO, Luíza. "É muito dificultoso!": etnografia dos cuidados a pacientes com hipertensão e/ou diabetes na atenção básica, em Manaus, Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. s91-s99, 2008.

35. STRATHERN, Marilyn. **Partial connections**. Bloomsbury Publishing PLC, 2004.

36. TSING, Anna. **O cogumelo no fim do mundo***:* Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

37. UNGER, Thomas; BORGHI, Claudio; CHARCHAR, Fadi; KHAN, Nadia; POULTER, Neil; PRABHAKARAN, Dorairaj; RAMIREZ, Agustin; SCHLAICH, Markus; STERGIOU, George; TOMASZEWSKI, Maciej; WAINFORD, Richard; WILLIAMS, Bryan; SCHUTTE, Aletta. . International Society of Hypertension Global Hypertension Practice Guidelines. **Hypertension**, [*s. l.*], v. 75, n. 6, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1161/HYPERTENSIONAHA.120.15026. Acesso em: 23 out. 2025.

38. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global report on hypertension**: the race against a silent killer. Geneva: World Health Organization, 2023.

William Rosa
Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. Visiting PhD na University of Amsterdam, Anthropology Department. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3134-9614. E-mail: william.p.rosa@gmail.com

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

Saúde como acontecimento: afetos, corpos e coletividades na filosofia de Espinosa

Health as an event: affects, bodies, and collectivities in Spinoza's philosophy

Pedro Paulo Gomes Pereira
Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Este ensaio explora um encontro especulativo entre a filosofia de Baruch de Espinosa e o campo multifacetado da saúde. A saúde, no pensamento espinosano, é compreendida como um acontecimento — uma dinâmica relacional em que corpos, afetos e ideias interagem para ampliar a potência de existir. Longe de ser um estado fixo, a saúde emerge como uma prática coletiva enraizada no *conatus*, o esforço de perseverar na existência, e na composição de encontros que expandem ou restringem as potências vitais. Mais do que uma categoria biomédica ou um conceito meramente técnico, a saúde se apresenta como um processo dinâmico de atravessamentos entre forças humanas e não humanas, entrelaçando subjetividades, materialidades e ecologias afetivas. Enriquecida pela crítica de Isabelle Stengers à hegemonia da medicina moderna, que frequentemente silencia saberes e outras práticas de cura e cuidado, essa perspectiva reimagina a saúde para além da redução técnica. Essa abordagem desafia o monopólio epistêmico da biomedicina e sua tendência a universalizar definições de doença e normalidade, propondo uma ecologia do cuidado na qual diferentes saberes e experiências se entrelaçam em um horizonte de composição e experimentação. Ao acolher a imaginação como força criadora, Espinosa e Stengers inspiram a redefinição da saúde como um processo ético e cosmopolítico, em que o cuidado se torna a arte de compor mundos mais habitáveis e alegres. Nesse sentido, o ato de cuidar não se reduz à aplicação de protocolos técnicos, mas se manifesta como um gesto político e existencial que afirma modos de vida mais potentes e plurais.

Palavras-chave: Saúde, Imaginação, Medicina, Corpo, Saberes.

ABSTRACT

This essay explores a speculative encounter between the philosophy of Baruch de Spinoza and the multifaceted field of health. In Spinoza's thinking, health is understood as an event—a relational dynamic in which bodies, affects, and ideas interact to expand the power to exist. Far from being a fixed state, health emerges as a collective practice rooted in conatus, the innate inclination to persevere in existence, and in the composition

Recebido em 17 de fevereiro de 2025.
Aceito em 10 de outubro de 2025.

CC BY

of encounters that expand or restrict vital powers. More than a biomedical category or merely technical concept, health is presented as a dynamic process of intersections between human and non-human forces, intertwining subjectivities, materialities, and affective ecologies. Enriched by Isabelle Stengers' critique of the hegemony of modern medicine, which often silences other practices of healing and care, this perspective reimagines health beyond technical reductionism. It challenges the epistemic monopoly of biomedicine and its tendency to universalize definitions of illness and normality, proposing an ecology of care in which different knowledge and experiences intertwine in a horizon of composition and experimentation. By embracing imagination as a creative force, Spinoza and Stengers inspire a redefinition of health as an ethical and cosmopolitical process, in which care becomes the art of composing more habitable and joyful worlds. In this sense, the act of caring is not reduced to the application of technical protocols, but manifests as a political and existential gesture that affirms more powerful and plural ways of life.

Keywords: Health, Imagination, Medicine, Body, Knowledge.

Para Otávio Velho, cuja paixão por Espinosa enredou-me a tal ponto e de tal maneira que ousei propor um encontro especulativo, um sonho de reinvenção do viver tecido nos afetos partilhados.

ATRAVESSAMENTOS

Este ensaio busca tecer um encontro especulativo entre os pensamentos de Baruch de Espinosa e o campo multifacetado da saúde. Saúde, aqui, é tomada menos como um estado do que como um agenciamento, uma constelação de relações em fluxo, uma trama de atravessamentos coletivos, materiais e imateriais, que se cristalizam e se dissolvem nos regimes do adoecer e do curar. Espinosa não é convocado como um autor de soluções, mas como um coinquiridor: sua filosofia é um corpo que pensamos juntos, uma máquina de conceitos que nos permite mapear os diagramas de potência que habitam as dinâmicas do viver e do sofrer. Não desejo aplicar Espinosa ao campo da saúde, mas deixar que algo da saúde respire na filosofia espinosista, e vice-versa.

Por meio dos conceitos espinosanos de *conatus*, afetos, razão e imaginação, busco explorar a potência dessa abordagem para a compreensão da saúde como um acontecimento (no sentido espinosano) — não um estado — que se constitui em fluxo, na circulação e transformação incessante de corpos, ideias e afetos (Espinosa, 2007). Ao convocar Espinosa, procuro deslocar as fronteiras habituais que separam corpo e mente, ciência e ética, cura e conhecimento, propondo uma cartografia na qual a saúde se torna indissociável de sua ecologia afetiva. O que está em

jogo é menos a cura de um corpo isolado e mais a afirmação das condições que possibilitam a expansão de potências vitais no coletivo. Isso porque o corpo não é uma entidade estática, mas um campo de forças atravessado por encontros, redes de alianças e fricções (Deleuze, 1981).

Na esteira dessa perspectiva, o *conatus* emerge como o impulso primeiro, a insistência de cada ser em perseverar na existência, ampliando sua potência de afetar e ser afetado (Espinosa, 2007). Tal dinâmica, longe de se restringir à órbita individual, desdobra-se em um plano coletivo, no qual os afetos — como paixões e potências — criam redes de interdependência e compartilhamento. Nessa trama, a razão não é soberana, mas uma ferramenta de composição que, ao lado da imaginação, desenha formas de habitar e cuidar do mundo (Velho, 2015).

Espinosa oferece, assim, um mapa para pensar a saúde como atravessamento, como um processo que entrelaça ética e corporeidade, conhecimento e afeto. A cura (e o cuidado), nesse contexto, é um gesto coletivo de criação de mundos, uma prática de resistência àquilo que diminui as potências da vida e um convite à construção de ecologias nas quais corpos, ideias e afetos possam se expandir em liberdade (Stengers, 2018). Em suma, trata-se de saúde como um vir-a-ser compartilhado.

Em determinado momento do texto, abordarei o surgimento da medicina moderna, esse dispositivo que se fez centro do campo da saúde e instaurou-se como prática e saber hegemônico no trato das doenças nas sociedades contemporâneas. Compreender a medicina é habitar o nervo exposto das sociedades contemporâneas. Não é apenas sobre corpos e doenças, mas sobre regimes de verdade que traduzem mundos e ordenam vidas. A medicina moderna, essa máquina de universalizar o particular, opera como um campo técnico e, sobretudo, como uma máquina que define o que conta como vida, saúde e cuidado, enquanto silencia outras formas de saber e fazer. Como toda máquina, a medicina carrega suas contradições. Ela cura, mas regula; promete autonomia, mas administra corpos e populações; às vezes, salva, mas subjuga. Escutá-la não é só escutar o que diz, mas também o que cala, os mundos que apaga. Desse modo, a medicina é o espelho no qual nossas sociedades contemporâneas projetam suas esperanças, medos e desigualdades.

O texto que se segue traça um percurso que se desenvolve em diversos momentos. Primeiro, para me aproximar do tema, começarei delineando algumas dimensões do diálogo entre o campo de saúde e as ciências sociais, com destaque para a antropologia. Em seguida, buscarei inspiração no pensamento de Isabelle Stengers para aprofundar essa conexão. Posteriormente, explorarei outras formas de imaginação, relacionando-as à concepção de Espinosa, que entende a imaginação não como uma ilusão, mas como uma potência capaz de constituir mundos. Por fim, apontarei como o pensamento espinosano nos convida a repensar a saúde, deslocando-a da mera funcionalidade e aproximando-a da potência de existir.

DIÁLOGOS ENTRE SAÚDE E CIÊNCIAS SOCIAIS

O campo da saúde é composto por corpos, tecnologias e saberes, que se entrelaçam em relações que desbordam e reconfiguram fronteiras disciplinares. A saúde surge, nesse plano de encontros e traduções recíprocas, como uma construção situada, atravessada por práticas locais, forças políticas e dinâmicas históricas. É nessa teia de relações que ciência, tecnologia e sociedade se coproduzem, instituindo modos de cuidado e tratamento, bem como formas de conceber a vida, doença e bem-estar. Longe de um campo estável, trata-se de sítio de disputas e invenções, composto por negociações, desigualdades e potências, no qual o humano e o não humano coexistem em relações sempre provisórias.

O diálogo entre o campo da saúde e as ciências sociais, especialmente a antropologia, tem se consolidado como essencial para compreender a complexidade que caracteriza as práticas e os saberes relacionados à saúde e ao bem-estar. A antropologia da saúde apresenta-se como um exercício (teórico e reflexivo, mas sem perder o vínculo com a prática) que se volta ao corpo, às enfermidades e ao sofrimento, evidenciando-os imersos em redes sociopolíticas, históricas e culturais. No Brasil, a antropologia da saúde destaca-se por uma articulação inovadora entre etnografia, teoria e práticas locais, demonstrando que saúde e doença são modos de existência plurais, marcados por regimes de cuidado, práticas de poder e desigualdades, entre outros.

Para ser mais preciso, a antropologia da saúde não se limita a estudar "o que" as sociedades dizem ou fazem sobre saúde e doença, mas, sobretudo, mergulha em ontologias que sustentam tais práticas. Os corpos são múltiplos, como são múltiplas as maneiras de habitá-lo, percebê-lo e tratá-lo. Desse modo, a doença surge não como objeto fixo e universal, mas como feixe de relações — humanas, não humanas, materiais e imateriais. Seguindo esse raciocínio, para a antropologia da saúde, não se trata apenas de compreender os sistemas médicos ou os rituais de cura como fenômenos culturais, mas de perceber que, do ponto de vista da saúde, cada sociedade redesenha o mapa do possível e do real. Afinal, a biomedicina e as medicinas ditas "tradicionais" não são polos opostos, mas modos de existência que coexistem e, muitas vezes, se transformam mutuamente. Na saúde, como na vida, as fronteiras entre o "dentro" e o "fora", o "real" e o "simbólico", são sempre permeáveis — linhas de fuga em um campo em constante devir. Dentro dessa lógica, a antropologia da saúde coemerge com a antropologia da ciência e da tecnologia, formando uma zona de interseção que ilumina os modos como práticas de saúde são constituídas, negociadas e apropriadas em diferentes contextos.

Nesse panorama, Espinosa pode atuar como um contraponto necessário às dicotomias que ainda estruturam grande parte do pensamento biomédico e social. Em sua recusa à transcendência e sua afirmação de uma ontologia imanente, Espinosa dissolve as oposições

entre corpo e mente, natureza e cultura, razão e imaginação, propondo que os corpos não são objetos, mas potências em relação. Isso ressoa profundamente na antropologia da saúde, que se ocupa da multiplicidade de modos pelos quais as comunidades constroem doença e cura.

Assim como Espinosa entende os afetos como o motor da existência, a antropologia da saúde revela que práticas terapêuticas, medicalização e saberes tradicionais são expressões de relações de poder e de cuidado. O pensamento espinosano oferece, portanto, uma gramática conceitual que permite superar dualismos — biomedicina *versus* medicina tradicional, biológico *versus* cultural — e apreender a saúde como um campo de intensidades e conexões, em que cada prática expressa um modo singular de existir. Não se trata de aplicar Espinosa, vale insistir, mas de uma transformação ontológica: a antropologia da saúde, inspirada por Espinosa, não buscaria apenas compreender a pluralidade de práticas de saúde, mas se conectar com os modos de existência que essas práticas expressam, recusando a hierarquização de saberes e reconhecendo na imanência a potência de imaginar outros mundos possíveis.

A MEDICINA MODERNA E AS IMAGINAÇÕES SILENCIADAS

É preciso, antes de qualquer coisa, interrogar o advento da medicina moderna como um evento de implicações cosmopolíticas (Stengers, 2018). A medicina, em sua forma moderna, desloca-se ao centro da reflexão sobre saúde, assumindo-se como matriz hegemônica de produção de saberes e intervenções sobre o corpo. Tal deslocamento, longe de ser neutro, institui regimes específicos de relação entre corpo, doença e conhecimento, apagando ou subordinando outros modos de conceber e cuidar da saúde (Stengers, 1995).

Mas que outras imaginações, outros mundos possíveis, foram silenciados por essa hegemonia? É nesse ponto que a filosofia de Espinosa pode ser convocada como interlocutora. Espinosa nos convida a entender a imaginação como um campo fundamental de produção de realidade (Espinosa, 2007). A imaginação, para Espinosa, é potência de composição de mundos que articula afetos, corpos e ideias. Quais outras imaginações sobre a saúde, então, poderiam emergir, caso se suspendesse o monopólio moderno da medicina sobre os corpos e as doenças? Quanto a esse ponto, Isabelle Stengers teria algo a ressoar — ou, melhor, a fazer proliferar — como seu movimento de desafiar a medicina a se pensar em sua articulação com outras modalidades de imaginação, outras práticas de fabulação.

Em sua abordagem sobre o advento da medicina moderna, Stengers conduz uma reflexão que não se limita à mera crítica histórica. Seu gesto evidencia os processos pelos quais certos saberes e práticas são legitimados como "racionais" enquanto outros são relegados à categoria

de superstição ou charlatanismo (Stengers, 1995). Seu pensamento se ocupa do movimento que instituiu a medicina como ciência hegemônica, e o faz sem cair na narrativa progressista de ruptura linear com o passado. Pelo contrário, Stengers sublinha o híbrido, os entre-lugares, o tensionado: uma genealogia da racionalidade que é também um campo de batalha.

A medicina moderna não nasce *ex nihilo*. Já no período medieval, sua posição era ambígua. Professada em universidades, regulamentada por diplomas, a medicina acadêmica coexistia com saberes populares, com práticas de curandeiros e terapeutas que, apesar de marginalizados, não deixavam de disputar os territórios do corpo e do cuidado. Nesse campo de forças, o caso de Franz Anton Mesmer emerge como um ponto de inflexão: um episódio em que a medicina nascente precisou, para afirmar-se, combater aquilo que lhe escapava[1].

Mesmer e seu magnetismo animal afirmava haver um fluido invisível, universal e vibrátil que seria capaz de restaurar equilíbrios corporais por meio de técnicas que mobilizavam tanto o simbólico quanto o social. Os passes magnéticos e as sessões coletivas mesmerianas geravam efeitos tangíveis: crises, alívios, transformações. Foi precisamente essa eficácia, no entanto, não enquadrada pelas categorias emergentes da medicina, que exigiu sua condenação.

A comissão nomeada por Luís XVI, presidida por Benjamin Franklin, sentenciou o magnetismo animal ao domínio da "imaginação". Mas o que significa a palavra? Stengers destaca que a deslegitimação do mesmerismo não se deu apenas por insuficiência empírica; tratou-se de uma operação de exclusão. Nomear o mesmerismo como pseudociência foi também uma estratégia de circunscrição da medicina moderna, uma marcação de território na qual o que foge ao controle é expurgado.

A história do mesmerismo, contudo, não é apenas a história de uma exclusão. É também a história de uma potência marginalizada. Mesmer expõe o que a medicina moderna tenta suprimir: a dimensão simbólica e relacional da cura, a multiplicidade de forças que intervêm na cura. Stengers não lê o mesmerismo como uma nostalgia do irracional, mas como um lembrete de que a racionalidade médica é ela mesma incompleta, uma construção que escolhe o que incluir e o que excluir.

A tensão que Stengers ilumina é epistemológica e também política. Ao rejeitar o mesmerismo, a medicina moderna não estava apenas se defendendo de uma prática concorrente, mas estabelecendo os alicerces de seu monopólio epistêmico. Para consolidar-se como "racional", precisou banir o que revelava sua própria instabilidade: a impossibilidade de reduzir a cura a uma pura técnica, a exclusão do corpo como relação, da cura como atravessamento.

1 A partir de uma análise detalhada e fundamentada em trabalhos prévios (Chertok; Stengers, 1990, 1999; Stengers, 2002b), Stengers demonstra como a definição de "charlatão" configura Mesmer como um protagonista moderno e, ao recorrer às curas como demonstrações, invoca um modelo de verdade científica, e não uma tradição enraizada no sobrenatural.

No gesto de Stengers, o caso Mesmer não surge como um capítulo encerrado, mas como uma arena de potência. O caso aponta para o que permanece pulsando nos interstícios da medicina moderna: a força da imaginação, o poder do simbólico, a insistência do relacional. Em sua leitura, não há retorno ao passado, mas uma provocação ao presente. Se a medicina moderna foi constituída por exclusões, talvez seja hora de abrir novamente o campo, de acolher as multiplicidades que foram suprimidas. E assim, a análise de Stengers se coloca como um convite. Não apenas a uma revisão da história da medicina, mas a uma imaginação política que restitua à cura (e ao cuidar) o que lhe foi retirado: o encontro, o simbólico, o plural. Desse modo, imaginação insinua a capacidade de um ímpeto criador que abre trilhas emancipatórias.

Stengers transita num campo de forças em que a ciência moderna é interrogada e celebrada. Por um lado, dedica-se à análise das formas dominantes de conhecimento. O exercício é o de explorar as condições em que estas produzem suas próprias verdades e enfatizar a peculiar vitalidade da ciência — uma prática que, embora se arrogue autoridade, é também capaz de transformar-se, e é precisamente neste poder de autotransformação que reside sua singularidade e força. Por outro lado, Stengers abre-se às potências inventivas de outros regimes de conhecimento: os das culturas tradicionais, os saberes marginalizados pela hegemonia científica, ou, ainda, as práticas e demandas emergentes de coletivos cidadãos. O movimento de Stengers, então, não se limita a uma crítica externa, mas imerge no interior mesmo das linguagens científicas, desdobrando-se num duplo encantamento: primeiro, pelas aberturas que a imaginação científica ainda permite; segundo, pela recusa em aceitar a desqualificação de formas de saber que resistem, sobrevivem ou excedem o enquadramento disciplinar. Trata-se de um gesto que conjuga radicalmente a afirmação da ciência como prática histórica com o reconhecimento de mundos que ela não abarca, mas que poderiam, com ela, reconfigurar o horizonte comum.

Tal potência, como adiantei, conduz ao pensamento de Espinosa, para quem a imaginação ocupa um lugar estratégico, sendo ao mesmo tempo fonte de ilusões que nos acorrentam às paixões tristes e força propulsora para a composição de novos modos de existir. Nesse jogo paradoxal, a imaginação é um terreno fértil no qual se gestam as potências de transformação, quando atravessada pelo entendimento e orientada para a afirmação da vida em sua plenitude.

A IMAGINAÇÃO EM ESPINOSA

A imaginação, no pensamento de Espinosa, não é um estágio a ser superado, mas uma potência inaugural, um campo de forças em que corpos e mentes se coafetam, abrindo o mundo

ao pensamento. É nesse espaço — simultaneamente material e simbólico — que a realidade se configura, não como algo dado, mas como algo feito e refazível. A ontologia espinosana dissolve dicotomias entre subjetivo e objetivo, imaginativo e racional, apresentando a imaginação como uma política dos encontros: um regime de relações que captura intensidades e fabrica o real[2].

Espinosa descreve, em sua *Ética*, a imaginação como o processo de formação de imagens e ideias a partir das afecções do corpo. Essas imagens, ainda que inadequadas, não são descartáveis. Antes, são o ponto de partida necessário para o conhecimento e para a práxis. "As afecções do corpo humano, cujas ideias representam corpos externos como se estivessem presentes, chamaremos imagens das coisas" (Espinosa, 1973, p. 87)[3]. Essas imagens são campos de potência, ao mesmo tempo registros do passado e dispositivos criativos para o futuro. Nesse excerto, podemos entrever a articulação espinosista entre corpo e mente naquilo que se manifesta como "imagens das coisas", expressão pela qual Espinosa designa a natureza das ideias humanas. Tais imagens não são meras representações estáticas do que já foi, mas modos de afecção do corpo e, concomitantemente, modos de apreensão mental dos corpos externos como se estivessem em ato.

Essas imagens-ideias, longe de uma fixação no passado, são potências em operação, trampolins para a invenção de futuros. Há, nesse pensamento, uma ecologia do presente na qual corpo e mente se enredam numa dinâmica de afecções que não cessa de atualizar-se. Essa relação entre a potência do *conatus* — o esforço incessante do ser em perseverar e afirmar-se — e a produção de futuros coloca o tempo espinosista como um fluxo no qual o presente é rizomaticamente atravessado por virtualidades que se desdobram em porvir. É a vida pensada como uma potência sempre já em expansão, tecida no entrecruzar dos modos de existir.

A imaginação é, assim, uma forma de conhecimento inaugural que revela o mundo, e os modos como corpo e mente se afetam mutuamente. A imaginação não é, vale insistir, um degrau a ser superado, mas um campo no qual se constroem experiências e se configuram potências — na ontologia de Espinosa, ela é uma arte de capturar as intensidades que atravessam corpos e ideias, uma política dos encontros que desenha a realidade.

Na leitura de Gilles Deleuze (2008), essa força imaginativa ganha contornos de um

2 Para uma aproximação mais incisiva da obra de Espinosa, destacam-se Mignini (1999), pela precisão analítica; Nadler (2008), ao situar o filósofo em seu contexto histórico e intelectual; Pollock (2005), pela articulação entre rigor histórico e amplitude filosófica; Chaui (1995), que reinterpreta política e imanência; Ramond (2010), ao explorar o vocabulário de Espinosa; e Garver (2018), que investiga o papel ambíguo e transformador da imaginação no sistema espinosano, articulando os desafios éticos e epistemológicos que decorrem dessa dimensão.

3 Para uma discussão instigante sobre afecções e afetos em Espinosa, Deleuze (2002, 2003, 2008) propõe uma leitura que os articula como forças de variação e intensificação, motores de individuação e potência. Mais que relações entre corpos, os afetos tornam-se, em sua interpretação, vetores éticos e ontológicos, afirmando a imanência como força criadora que redefine o ser e o existir.

dispositivo criador: uma dinâmica que não apenas reflete o real, mas o fabrica, multiplicando as diferenças e atravessando a imanência com novas possibilidades. A imaginação, na leitura de Gilles Deleuze, é mais que um espelho do mundo; é uma máquina de diferenciação. É nela que o real é produzido, não como reflexo, mas como multiplicidade em expansão. "A mente é capaz de formar concepções claras e distintas de si mesma, de suas afecções e de sua potência" (Espinosa, 1973, p. 95). Nesse movimento, a imaginação torna-se um campo de composição: lugar em que se negociam os afetos e onde o humano se reinventa em aliança com o mundo[4].

Deleuze (2003, 2008) transforma a imaginação em uma máquina de experimentação, um plano no qual as afecções corporais e as ideias coexistem em um jogo de diferenças e intensidades. A imaginação não é apenas um saber parcial ou fragmentado; é uma força que convoca o sujeito à transformação, atravessando dicotomias como mente e corpo, razão e emoção. A imaginação é menos uma simples percepção do mundo e mais um campo de insurgência, em que o novo pode emergir e o sujeito pode se refazer em seus encontros. No coração desse processo está a política dos afetos, na qual paixões tristes e alegres configuram, respectivamente, limites e potências de agir e existir. A imaginação é vulnerável à paralisia, mas também capaz de produzir caminhos emancipatórios.

Seria interessante lembrar que, no *Tratado Teológico-Político*, Espinosa projeta a imaginação para além da interioridade individual, inscrevendo-a no plano coletivo como força social constitutiva. A imaginação, nesse registro, deixa de ser um mero mecanismo cognitivo e assume o papel de um vetor de composição coletiva, um campo no qual as paixões, os afetos e as representações se tramam e se territorializam no corpo político. É pela imaginação que as multidões se articulam, que os mitos se consolidam e as comunidades encontram sua forma inicial de organização. Ela é uma máquina política fundamental — capaz de produzir tanto o servilismo quanto a potência de novos modos de existência compartilhada. Os profetas, diz Espinosa (2003), mobilizavam imagens e alegorias para traduzir verdades éticas e políticas, ajustando-se à imaginação popular. A imaginação é um dispositivo de comunicação e controle, mas também de emancipação, dependendo das relações que estabelece. Essa ambivalência é fundamental: a mesma potência que sustenta narrativas coletivas pode engendrar dominação

4 Afecção, para Espinosa, designa as alterações que um corpo sofre ao ser atravessado por outro, funcionando como o vestígio de uma interação que modifica sua condição de ser (Espinosa, 2007). Já os afetos modulam a variação da potência de existir e agir, ora expandindo, ora retraindo essa potência, sempre acompanhados pela ideia da causa que os origina (Espinosa, 2007). Deleuze, ao redesenhar esses conceitos sob o prisma de uma filosofia das forças, destaca o caráter passivo das afecções, limitadas ao campo das interações entre corpos conforme suas capacidades de afetar e serem afetados. Os afetos, contudo, desdobram-se como o dinamismo da potência em transformação, expressando a singularidade do corpo na tessitura de suas relações com o fora (Deleuze, 1981). Desse modo, os afetos tornam-se centrais para a ética espinosana, que propõe uma transfiguração das paixões tristes em alegrias ativas, articulando razão e potência em um exercício de liberdade entendida como a apropriação consciente e afirmativa das forças que atravessam e constituem o corpo e o mundo (Deleuze, 1981).

ou liberdade.

É nesse espaço de invenção que Otávio Velho inscreve sua interpretação da imaginação em Espinosa. Velho desdobra essa dinâmica para o plano coletivo, ao afirmar que a imaginação não apenas molda a experiência individual, mas também configura os imaginários sociais e políticos que sustentam modos de organização e resistência (Velho, 2015). Em sua perspectiva, a imaginação é uma força que tece narrativas coletivas, dando forma a horizontes comuns. Contudo, Velho também alerta para as armadilhas dessa potência, como a produção de desinformação e polarização, que podem desagregar em vez de potencializar (Velho, 2020). Mesmo assim, ele enfatiza que a imaginação é essencial para pensar alternativas éticas e solidárias, sobretudo em tempos de crise (Velho, 2015).

Neste ponto, impõe-se uma ressalva. Entre os intérpretes de Espinosa, é inevitável que surjam divergências, pois nenhuma abordagem pode, em última análise, dar conta de todas as perspectivas. Desse modo, a ênfase no coletivo, promovida por certos comentadores, suscita contendas intensas, com acusações de uma suposta negligência – ou mesmo subordinação – da dimensão individual. Porém, como Deleuze salienta, a força do pensamento espinosano reside precisamente em sua recusa das dicotomias clássicas que ancoram o pensamento ocidental, como a oposição entre indivíduo e sociedade, ao propor uma ontologia das relações e afecções como categorias fundamentais (Deleuze, 1997).

Ainda assim, essa interpretação está longe de ser consenso. Críticos, como Matheron (1969), alertam para o que consideram uma carência de atenção à subjetividade nos desdobramentos dessa leitura. Tal controvérsia, no entanto, não é acidental: ela reitera um traço axial da filosofia espinosana, qual seja, sua insistência em integrar razão e natureza, pensamento e corpo, sem hierarquias artificiais. Como observa Velho (2015), a racionalidade em Espinosa não pode ser dissociada dos afetos, frequentemente relegados a um segundo plano por seus opositores. Sob esse ponto de vista, é talvez mais justo considerar que Espinosa, ao romper com os dualismos, desafia tanto os intérpretes quanto os críticos a repensarem as categorias com as quais buscam enquadrá-lo.

Seja como for, ao lançar-se nas potências vertiginosas da imaginação, Deleuze e Velho desdobram caminhos que entrelaçam o singular e o coletivo, não como polos opostos, mas como modos distintos de um mesmo devir. Para Deleuze, a imaginação é o espaço no qual o sujeito se encontra com a diferença e produz novas formas de existir. Para Velho, ela é também o lugar em que se constroem laços sociais e narrativas compartilhadas, essenciais à resistência e à emancipação coletiva. Ambos se movem entre dimensões sensíveis, racionais e políticas, mostrando que a imaginação não se limita ao que é, mas sempre aponta para o que pode vir a ser.

Pensar a imaginação em Espinosa é pensar um campo de atravessamentos: a zona na

qual a pessoa e o coletivo se encontram, e o real e o possível se confundem. Não se trata apenas de registrar o mundo como é, mas de expandi-lo, multiplicando suas diferenças. É nesse terreno que se desenham os desafios contemporâneos: enfrentar as paixões tristes, resistir à opressão e forjar imaginários mais éticos e potentes. A imaginação, em sua essência espinosana, é uma práxis de transformação: uma verdadeira máquina de fabricar mundos, orientada pela potência de criar e recriar realidades compartilhadas.

A imaginação, em Espinosa, é o espaço no qual corpos e ideias colidem, criando intensidades que transformam o real. E é nesse processo que ela se revela essencial para os desafios contemporâneos: seja na produção de novas formas de vida, na resistência às paixões tristes, ou na fabricação de imaginários mais alegres e éticos. Assim, a imaginação não é apenas o que vemos, mas o que nos permite criar e recriar, continuamente, os mundos que habitamos.

REVISITANDO A IMAGINAÇÃO EM ESPINOSA E STENGERS

A imaginação, como vimos, ocupa uma posição axial no pensamento de Espinosa e de Isabelle Stengers. Essas trajetórias são, a um só tempo, distintas e complementares, para compreender seu papel na fabricação do conhecimento e na interlocução com o real. Neste texto, proponho um mergulho nas zonas de convergência e divergência entre essas perspectivas, evidenciando como ambos os autores mobilizam a imaginação para redesenhar e desafiar as fronteiras do pensamento filosófico e científico.

Para Espinosa, a imaginação constitui a pedra de toque de sua epistemologia. É o primeiro tipo de conhecimento, gerado pela experiência sensorial e pelas afecções que atravessam o corpo (Espinosa, 2007). Apesar de sua insuficiência para acessar uma compreensão exata da realidade, Espinosa não a descarta como mero erro ou ilusão; antes, reconhece seu papel essencial na organização inicial da experiência humana. Por meio dela, a pessoa é introduzida em uma trama de relações que, quando examinadas pela razão e pela intuição, podem levar ao conhecimento das noções comuns e ao entendimento da substância como totalidade. A imaginação, assim, funciona como um dispositivo transitório e paradoxal: coetaneamente, pode aprisionar o sujeito em paixões tristes e ideias inadequadas, e fornecer a matéria-prima para a emancipação pelo pensamento.

Isabelle Stengers, por sua vez, aborda a imaginação de um ponto de vista que poderíamos chamar de "cosmopolítico", inserindo-a na complexa malha das práticas científicas e sociais[5].

5 Cosmopolítica é um conceito de Stengers (2016), que propõe uma forma de pensar a política e o conhecimento

Stengers conduz-nos a um campo de batalha na qual as ciências modernas não emergem como um milagre espontâneo ou inevitável, mas como o resultado de encontros, disputas e alianças, nas quais os saberes travam lutas para se afirmar como o regime dominante da verdade (Stengers, 1990, 2002a, 2018). Longe de um triunfalismo iluminista que celebra a razão como um progresso linear e universal, Stengers nos mostra que a ciência moderna se constitui por meio de exclusões: um gesto de corte que separa o que é reconhecido como racional do que é descartado como irracional, supersticioso ou exótico.

Esse movimento, que é simultaneamente um gesto de incorporação e aniquilação, implica a marginalização de formas de conhecimento locais, tradicionais, ou comunitárias, que são deslegitimadas em nome de uma "razão científica" que se pretende universal (Stengers, 2002a). Stengers coloca em xeque o ato fundante da ciência moderna: a separação entre o sujeito cognoscente e o objeto estudado, uma divisão que elimina contextos, apaga subjetividades e transforma o mundo em um campo de experimentação desimpedido. Esse mundo, no entanto, não é neutro; é um mundo cuja inteligibilidade foi conquistada à custa de uma pluralidade obliterada.

Para Stengers, essa história é uma escolha histórica que pode e deve ser repensada. A autora propõe desacelerar as ciências, um gesto que não implica abandonar o conhecimento, mas abrir espaços para escutar outras vozes, outros mundos, outras cosmopolíticas (Stengers, 2018). Trata-se de conceber uma ciência que não se pretenda fora do mundo, mas que assume seu lugar dentro de uma multiplicidade de relações e responsabilidades. Essa ideia de "cosmopolítica" nos convoca a abandonar a separação cartesiana entre natureza e cultura. Não há natureza como um "em-si" alheio ao humano; tampouco cultura como um "para-nós" separado do mundo material. Há relações, redes, agências que nos enredam em mundos múltiplos, nos quais a ciência é um ator – poderoso, sim, mas não absoluto (Stengers, 2009).

Assim, a reflexão de Stengers se torna uma convocação política: um chamado para que a ciência deixe de ser instrumento de dominação e se torne parceira em um projeto de convivência (Stengers, 1995). Conviver não significa apenas coexistir, mas imaginar futuros partilhados, nos quais as relações sejam mediadas por cuidado e responsabilidade, e não pela exploração ou pelo apagamento (Stengers, 1995). O futuro que Stengers vislumbra não é um futuro de controle, mas de composição: um mundo em que muitos mundos possam caber (Stengers, 1995).

Particularmente em seus estudos sobre medicina, como em *O Médico e o Charlatão*, Stengers (1995) denuncia a redução da imaginação à condição de apêndice epistemológico,

em termos de pluralidade e coexistência. Em vez de adotar uma visão universalista que privilegia um único tipo de racionalidade, a cosmopolítica busca incluir diferentes perspectivas e modos de existência, sejam eles humanos ou não humanos. Essa abordagem reconhece que os saberes e práticas não são neutros e que as decisões políticas e científicas precisam levar em conta a multiplicidade de vozes, incluindo aquelas tradicionalmente silenciadas.

subordinado à razão e à objetividade. Para a autora, a imaginação é uma força transgressora que desafia as hierarquias disciplinares e epistemológicas, abrindo caminho para práticas alternativas que se recusam a ser domesticadas pelas normas da racionalidade moderna. No contexto da relação entre médicos e pacientes, a imaginação emerge como uma potência transformadora, capaz de introduzir nuances à experiência clínica e de deslocar os paradigmas hegemônicos da ciência. Stengers reabilita, assim, a imaginação não como oposição à razão, mas como um vetor de multiplicidade e criatividade.

Espinosa e Stengers encontram-se na recusa de uma dicotomia estanque entre imaginação e razão. Ambos reconhecem que a imaginação é uma instância complementar e constitutiva do saber. Para Espinosa, ela é o ponto de partida de uma escalada epistemológica, que culmina na intuição e na compreensão do mundo *sub specie aeternitatis*. Para Stengers, ela é uma linha de fuga, um convite a desorganizar as rigidezes das epistemologias modernas e a cultivar encontros mais fecundos entre humanos, não humanos e práticas diversas. Se Espinosa encara a imaginação como algo a ser transcendido no movimento para uma compreensão mais plena, Stengers a celebra como uma dimensão ineliminável do fazer e do pensar, uma potência criadora em si mesma.

A análise dessas duas perspectivas revela uma riqueza que não se deixa capturar por uma única narrativa. Mais do que complementar-se de maneira linear, Espinosa e Stengers dialogam de forma rizomática, cruzando-se e divergindo em pontos nos quais suas concepções espelham diferentes regimes de pensamento e intervenção no mundo (Deleuze, 1997). A imaginação, como elemento central nesse diálogo, revela-se multifacetada e transformadora: ela desafia as convenções, reconfigura as relações entre filosofia e ciência e reconecta o pensamento às experiências vividas. Longe de ser um elemento passivo ou marginal, a imaginação emerge como uma ponte dinâmica e porosa entre o racional e o sensível, o universal e o particular, abrindo novos horizontes para a compreensão das práticas humanas e suas articulações com a realidade.

POTÊNCIAS DA SAÚDE

O pensamento de Espinosa, ao afirmar uma ontologia da imanência[6], abre um horizonte

6 Imanência é um conceito central na filosofia de Baruch de Espinosa (2007) e amplamente explorado por Gilles Deleuze (1981, 1997, 2002, 2003, 2008), que se refere à ideia de que tudo o que existe está contido no mesmo plano da realidade, sem necessidade de algo transcendente ou superior que o explique. Na perspectiva imanente, o mundo não é regido por forças externas, mas por relações internas, dinâmicas e autossuficientes.

filosófico que pode iluminar e desestabilizar as estruturas ontológicas da biomedicina dominante no campo da saúde (Stengers, 1995; Velho, 2020). Em realidade, o que estou propondo trata-se menos de uma interpretação doutrinária e mais de um encontro especulativo, entre o pensamento de Espinosa e os desafios contemporâneos de cuidar da vida (Howie, 2002). A natureza, nesse contexto, não é um objeto a ser dissecado; é, antes, um campo de relações, um tecido pulsante que busca transcender o mecanicismo cartesiano para propor uma nova ontologia do viver (ver Camargo Júnior, 2012; Mol; Berg, 1998).

Saúde, se pensarmos pela filosofia de Espinosa, não é a ausência de doença, mas a potência de existir — um modo de ser que afirma a capacidade dos corpos de se afetarem e de agirem (Deleuze, 1997; Espinosa, 2007). Essa ideia subverte a concepção biomédica hegemônica, baseada em categorias fixas de normalidade, deslocando a saúde para um plano de relações dinâmicas e experimentais (Camargo Júnior, 2012). A vida não é algo que se encerra nos limites de um corpo; ela transborda, contaminada por encontros, atravessada por afetos que ora expandem, ora contraem a potência de existir (Deleuze, 2002).

O jogo entre paixões tristes e alegres é central. Espinosa nos adverte que as paixões tristes, perpetuadas por estruturas de poder, domesticam os corpos, reduzindo sua capacidade de agir. Por outro lado, é ao transformar essas paixões em compreensão que os corpos alcançam uma potência maior (Deleuze, 1997). Nesse campo de afecções, a saúde não é um estado, mas um processo: o corpo é um acontecimento (aqui, no sentido praxiográfico de Mol) que se constitui nas interações com outros corpos, atravessado por forças sociais, políticas e históricas (ver Mol; Berg, 1998).

O adoecimento, nessa perspectiva, surge menos como uma condição biológica isolada e mais como um sintoma de relações dissonantes entre corpos e mundos. Espinosa nos convida a compreender as causas dos afetos, desvelando as forças que atravessam os corpos e perpetuam desigualdades. Ao fazer isso, abre-se o caminho para uma concepção de saúde mais emancipadora: uma saúde que não se deixa capturar pelas categorizações excludentes da imaginação naturalizada, mas que emerge do conhecimento das relações comuns que conectam corpos e contextos.

Nesse ponto, o pensamento de Stengers encontra afinidade com o de Espinosa. Sua crítica à ciência contemporânea ecoa princípios espinosanos, como a atenção às afecções e à potência coletiva. A ciência, segundo Stengers (2018), precisa recusar o produtivismo e o ritmo ditado pelas demandas do mercado para reencontrar sua potência criativa. Este gesto de desaceleração se configura em uma aposta: um espaço para experimentar, errar e imaginar — não como fantasia, mas como motor de transformação.

Como dizia, Stengers propõe uma ciência que reconheça a pluralidade dos saberes — tradicionais, espirituais, comunitários — em diálogo, sem hierarquias preestabelecidas

(Stengers, 2002a). Nesse modelo, a imaginação torna-se uma ferramenta para a criação de futuros habitáveis, nos quais a ciência não se reduz à descrição do mundo, mas participa ativamente na sua recriação. Nesse quadro, saúde emerge como o espaço de articulação entre saberes técnicos e experiências locais, uma prática que amplia a potência de corpos e comunidades.

Ao criticar o alinhamento da biomedicina aos interesses corporativos, Stengers (2009) sublinha que a eficiência não pode ser definida pelo lucro, mas pelo impacto real na vida das pessoas. Nesse sentido, desacelerar é resistir: abrir um campo em que a saúde deixe de ser vista como a supressão de sintomas e passe a ser concebida como a expansão da potência comum de existir. Stengers e Espinosa, nesse encontro especulativo que estou propondo neste ensaio, nos convocam a imaginar uma outra saúde e uma outra ciência, baseadas não na exclusão, mas no cuidado, na criação e na coexistência.

No final, entendemos a saúde como dinâmica entre afecções que expandem e restringem ou como espaço em que ciência e cura (e o cuidado) se encontram. Um campo no qual corpos e mundos, epistemologias e ontologias, se reinventam mutuamente. Uma saúde cosmopolítica, como um devir constante, um campo de potências em relação, uma prática de criar mundos mais habitáveis.

PARA FINALIZAR: SAÚDE COMO ARTE DE COMPOR MUNDOS

Espinosa nos ensina que todo corpo é atravessado por uma infinidade de encontros, sendo a existência o efeito contingente e ininterrupto dessas composições. A partir dessa acepção, a saúde não pode mais ser reduzida à ausência de doença, nem confinada ao âmbito do indivíduo isolado. Saúde, como acontecimento, no sentido espinosano, se inscreve no campo de forças no qual corpos, ideias e afetos estão em constante metamorfose, compondo modos de existir mais ou menos potentes. O *conatus*, essa insistência do ser em perseverar na existência, não é solitário; é relacional, e encontra nos afetos — tristes ou alegres — as linhas de sua expansão ou retração.

As reflexões de Espinosa nos inspiram a imaginar e a sonhar com possibilidades inéditas de existência coletiva, nas quais a saúde pode se apresentar como um espaço vivo de criação, transformação e potencialização da vida. Sendo assim, o campo da saúde pode surgir como prática coletiva de resistência e criação, à medida que capacidades vitais são amplificados por meio de alianças e composições.

É nesse contexto que a hegemonia da medicina moderna — com seu aparato técnico-

científico e sua tendência a homogeneizar a cura e o cuidado — pode ser problematizada. Sob a influência de Stengers, reconhece-se que a medicina ocidental, ao impor seu regime de verdade, exclui outras maneiras de imaginar a própria experiência de adoecer e de curar. Tal exclusão implica o apagamento das dimensões simbólicas e relacionais que configuram o mundo das curas e dos cuidados — mundos sempre plurais e localizados.

Se a imaginação, em Espinosa, é a fonte das paixões tristes, ela também é o campo em que se esboçam outros modos de existir. Entendida como potência criativa, a imaginação permite a invenção de formas de vida que intensifiquem a alegria e a potência de agir. É nesse gesto de reimaginar que se encontram as condições para uma prática de cuidado que articule saberes técnicos com os saberes locais, conjugando experiência e racionalidade em um movimento de emancipação.

Assim, esse encontro especulativo pode nos levar a imaginar uma possibilidade. Nela, a saúde surgiria como potência de existir em sua máxima expressão; e o adoecimento, longe de ser um desvio individual, seria compreendido como o efeito de relações dissonantes — dinâmicas que despotencializam. O cuidado emergiria como um gesto radicalmente coletivo, que não separaria a técnica do afeto, o local do global, o humano do mais-que-humano.

Espinosa se encontra com Stengers para sugerir uma saúde cosmopolítica: uma prática que desafia estruturas hegemônicas, abrindo espaço para a criação de mundos mais habitáveis, nos quais a diferença é acolhida e a potência de agir é compartilhada. Em tal horizonte, a saúde deixaria de ser um estado e se tornaria uma prática, um devir, uma invenção coletiva de existências mais plenas.

Ao longo deste texto, busquei desdobrar as ressonâncias do pensamento espinosano no que tange à compreensão da saúde como um acontecimento que excede os limites da pessoa, afirmando-se como um processo dinâmico, relacional e coletivo. Como salientei, Espinosa, ao propor uma ontologia da imanência e ao privilegiar as relações entre corpos e afetos, desloca radicalmente as categorias tradicionais de saúde, frequentemente circunscritas à ausência de doença ou à funcionalidade orgânica isolada. No lugar dessas delimitações, emergem redes de conexões, intensidades e potências que configuram a saúde como prática e experiência aberta, constantemente reconfigurada pelo fluxo dos encontros.

A saúde não se apresenta, como também já adiantei, como um estado fixo ou uma meta estática, mas como um movimento incessante de transformação: um devir no qual o *conatus* manifesta a força criativa das relações. Trata-se de uma ecologia de afetos que não apenas resiste às paixões tristes que obstruem a vida, mas também afirma as condições para imaginar e instaurar modos de existência mais livres e potentes. As fronteiras entre razão e imaginação, ciência e ética, deixam de ser estanques, transformando-se em campos de transição e reinvenção. A cura, assim concebida, não é meramente uma técnica curativa, mas uma prática de criação de

mundos possíveis, nos quais a saúde se realiza como invenção coletiva.

Essa perspectiva nos convida a deslocar as dicotomias que, ao longo da história, capturaram e empobreceram nossa compreensão das relações entre corpo, mente e coletividade. Sob a inspiração espinosista, poderíamos conceber a saúde como um devir compartilhado, constituído pelas condições materiais, afetivas e relacionais que nos atravessam e nos fazem ser. Repensar a cura (e o cuidado), assim, implica uma ética imanente e relacional, uma espécie de cosmopolítica da saúde, que reconhece a interdependência entre corpos e mundos, e valoriza a produção de alegria como expressão máxima da potência de existir.

Habitar a saúde é habitar um campo de multiplicidades: um espaço aberto à invenção e à transformação contínua das formas de vida. Assim, a saúde transcende a noção de estado fixo, objetivo ou universal, configurando-se como devir — um processo dinâmico de transformação que emerge das interações entre corpos, humanos e não humanos, em suas condições de existência. A saúde se manifesta, então, como uma experiência coletiva e processual, na qual a potência de existir se enraíza na criação de modos de vida mais livres, mais alegres e mais abertos ao devir. Neste horizonte, a saúde não é reduzida à ausência de doença; ela se afirma como uma prática incessante de produção de formas de vida que celebram a multiplicidade, a imanência e a força criativa do encontro. Uma política vital que recusa a clausura e aposta no porvir, no imprevisível e no comum.

REFERÊNCIAS

1. CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. A razão inconstante: ciência, saber e legitimação social. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (org.). **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 1-24.
2. CHAUI, Marilena. **Espinosa**: uma filosofia da liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.
3. CHERTOK, Léon; STENGERS, Isabelle. **O coração e a razão**: a hipnose de Lavoisier a Lacan. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
4. CHERTOK, Léon; STENGERS, Isabelle. **L'hypnose**: blessure narcissique. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 1999.
5. DELEUZE, Gilles. **Spinoza e o problema da expressão**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
6. DELEUZE, Gilles. **Spinoza**: Practical Philosophy. San Francisco: City Lights Books, 1997.
7. DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

8. DELEUZE, Gilles. **Spinoza**: Philosophie Pratique. Paris: Minuit, 2003.

9. DELEUZE, Gilles. **En medio de Spinoza**. 2. ed. Buenos Aires: Cactus, 2008.

10. ESPINOSA, Baruch de. Ética. *In*: ESPINOSA, Baruch de. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 79-312.

11. ESPINOSA, Baruch de. **Tratado teológico-político**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

12. ESPINOSA, Baruch de. Ética: edição bilíngue. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

13. GARVER, Eugene. **Spinoza and the cunning of imagination**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

14. HOWIE, Gillian. **Deleuze and Spinoza**: aura of expressionism. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002.

15. MATHERON, Alexandre. **Individu et communauté chez Spinoza**. Paris: Minuit, 1969.

16. MIGNINI, Filippo. **Introduzione a Spinoza**. Bari: Laterza, 1999.

17. MOL, Annemarie; BERG, Marc. **Differences in Medicine**: Unraveling Practices, Techniques, and Bodies. Durham: Duke University Press, 1998.

18. NADLER, Steven. Spinoza and Consciousness. **Mind**, [*s. l.*], v. 117, n. 467, p. 575-601, 2008.

19. POLLOCK, Frederick. **Spinoza**: his life and philosophy. London: Adamant, 2005.

20. RAMOND, Charles. **Vocabulário de Espinosa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

21. STENGERS, Isabelle. **Quem tem medo da ciência**? São Paulo: Siciliano, 1990.

22. STENGERS, Isabelle. Le médecin et le charlatan. *In*: NATHAN, Tobie; STENGERS, Isabelle (ed.). **Médecins et sorciers**. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond, 1995. p. 156-158.

23. STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. Tradução de Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002a.

24. STENGERS, Isabelle. **L'hypnose entre magie et science**. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2002b.

25. STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes**: résister à la barbarie qui vient. Paris: La Découverte, 2009.

26. STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 207-230, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/

issn.2316-901X.v0i69p442-464. Acesso em: 16 dez. 2025.

27. STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. São Paulo: Ubu, 2018.

28. VELHO, Otávio. Espinosa e a antropologia: sugestões para um diálogo. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 42, n. 132, p. 5-13, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.20911/21769389v42n132p5-13/2015. Acesso em: 16 dez. 2025.

29. VELHO, Otávio. Razão e imaginação para todos os tempos. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 32, p. 17-46, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v16i32.4144. Acesso em: 16 dez. 2025.

Pedro Paulo Gomes Pereira
Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal de São Paulo. Livre-Docente pela Universidade Federal de São Paulo e docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0298-2138. E-mail: pedro.paulo@unifesp.br

RESENHAS

AGIER, Michel. *Ilê Aiyê*: a fábrica do mundo afro (Carnaval da Bahia, 1974-2024). São Paulo: Editora 34, 2024.

O Ilê Aiyê e o mundo africano na Bahia

Ilê Aiyê and the African world in Bahia

Heitor Frúgoli Junior
Universidade de São Paulo, São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

RESUMO

Esta resenha aborda o último livro em português do antropólogo Michel Agier, *Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro*, publicado em 2024, uma versão condensada, revista e atualizada de *Anthropologie du carnaval: la ville, la fête et l'Afrique à Bahia*, publicado em 2000, com posfácio de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e fotografias de Milton Guran. O livro combina abordagens etnográficas sobre práticas de integrantes do Ilê Aiyê com reconstituições históricas voltadas à compreensão de suas mudanças estruturais ao longo de cinquenta anos de existência. São tratados temas como o evento de fundação do bloco, no carnaval de 1975 em Salvador, com a participação apenas de negros; a historicidade urbana e sociológica de Salvador, assinalada pela forte presença inicial de negros escravizados, que posteriormente buscaram se inserir na difícil estrutura empregatícia local, numa sociedade separada entre uma elite branca e uma enorme classe de negros e mestiços imersos na pobreza; as origens do Ilê Aiyê no bairro popular e negro da Liberdade, o papel de seus fundadores nas articulações entre família, vizinhança e práticas religiosas e culturais; a importância dos rituais ligados ao carnaval e as diversas dimensões africanas de tal evento; e o sistema cultural no qual blocos como o Ilê Aiyê realizam um conjunto plural e abrangente de práticas. Tal publicação propicia novos debates sobre lutas antirracistas que se expandem significativamente no Brasil.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira, Bahia, Carnaval.

Recebido em 20 de março de 2025.
Aceito em 4 de julho de 2025.

CC BY

ABSTRACT

This review addresses the latest book in Portuguese by anthropologist Michel Agier, *Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro*, published in 2024, a condensed, revised and updated version of *Anthropologie du carnaval: la ville, la fête et l'Afrique à Bahia*, published in 2000, with an afterword by Antonio Sérgio Alfredo Guimarães and photographs by Milton Guran. The book combines ethnographic approaches to the practices of Ilê Aiyê members with historical reconstructions aimed at understanding its structural changes over its fifty years of existence. The topics discussed include the founding event of the group during the 1975 carnival in Salvador, with the participation of only black people; the urban and sociological history of Salvador, marked by the strong initial presence of enslaved black people, who later sought to enter the difficult local employment structure, in a society divided between a white elite and a large class of black and mixed-race people immersed in poverty; the origins of Ilê Aiyê in the popular and black neighborhood of Liberdade, the role of its founders in the articulations between family, neighborhood and religious and cultural practices; the importance of rituals linked to carnival and the diverse African dimensions of such an event; the cultural system in which groups such as Ilê Aiyê carry out a plural and comprehensive set of practices. This publication provides new debates on anti-racist struggles that are expanding significantly in Brazil.

Keywords: Afro-Brazilian culture, Bahia, Carnival.

O itinerário de pesquisas de Michel Agier voltadas a uma antropologia da cidade, iniciado em Lomé (Togo) e Douala (Camarões), teve Salvador como lugar de etnografias aprofundadas, antes de investigações posteriores na Colômbia (Cordeiro; Frúgoli Junior, 2011). Seus estudos realizados na América do Sul também podem ser compreendidos como abordagens sobre mudanças sociais, relações raciais e dinâmicas culturais do mundo afro.

A pesquisa com integrantes do Ilê Aiyê foi realizada entre 1989 e 1996, retomada nos anos 2000 e atualizada em 2023 (Agier, 2024, p. 173). Após contatos nas ruas, vielas e "avenidas" (nome local de ruas estreitas formadas pelas casas, para uso pedestre) do bairro da Liberdade em Salvador, capital baiana, o autor se aproximou de tais agentes, com certo cuidado e mediações; tal bloco de carnaval, criado no local, não queria brancos, embora a etnografia tenha mostrado que "o que eles não queriam eram os brancos da Bahia" (Damasceno *et al.*, 2010, p. 816-817).

O livro traça um panorama histórico e sociocultural de seus cinquenta anos de existência, que, de bloco de carnaval inovador e arrojado, tornou-se uma "verdadeira empresa de promoção da cultura afro" (Agier, 2024, p. 8), e que veio a se constituir num movimento com repercussões no universo do carnaval brasileiro e inserção no marco mais abrangente das lutas antirracistas no país.

O prólogo, *Os africanos na Bahia*, reconstitui aspectos anteriores à etnografia, com enfoque na fundação de um pequeno bloco de percussão, em novembro de 1974, chamado, em iorubá, *Ilê Aiyê*, que para eles significava "Mundo Negro". Houve certa repercussão quando, na noite de 8 de fevereiro de 1975, em plena ditadura militar, por volta de uma centena de participantes, exclusivamente negros, cantaram no desfile: "branco, se você soubesse o valor que preto tem, tu tomava banho de piche e ficava preto também". Essa música, composta por Paulinho Camafeu, seria depois incluída no álbum *Refavela* (1977), de Gilberto Gil. O gesto coletivo, identificado por alguns jornais como "racista" (em nome então de uma nacionalidade singular mestiça, como bem aponta Antonio Sérgio Guimarães no posfácio *Raça e modernidade*), passou, todavia, a aglutinar, crescentemente, muitos jovens negros de diversos bairros populares de Salvador (Agier, 2024, p. 7) em lutas contra o racismo.

Já o primeiro capítulo, *Cenário: Salvador, a Liberdade e o carnaval*, traça um breve histórico de Salvador, capital do Brasil colonial, cujo porto absorveu a maior parte dos "5 milhões de africanos escravizados [que] entraram no Brasil entre meados do século XVI e meados do século XIX" (Agier, 2024, p. 17), populações principalmente sudanesas e bantus, que supriram a mão de obra sobretudo em plantações e usinas no entorno da cidade, além de pequenos ofícios urbanos. Após o declínio da economia açucareira e da perda da condição de capital da colônia para o Rio de Janeiro (1763), houve basicamente a formação de uma elite soteropolitana, branca e rica, com grupos intermediários mais ou menos mestiços e uma classe abrangente designada pela pobreza, com pretos e mulatos que abarcavam mais da metade da população (Azevedo, 1959; Pierson, 1971). O notável crescimento demográfico posterior e os diversos movimentos culturais que ali nasceram foram permeados por certo imaginário persistente na cidade, assinalado por oposições peculiares entre brancos e negros, com mestiçagens e paternalismos, além de fatores mágico-religiosos, lúdicos e artísticos. Todavia, no período do surgimento do Ilê Aiyê, havia basicamente três características que então definiam o clima social local: "uma mudança de escala na cidade", "um grande *boom* industrial" e uma "mudança de ideologias raciais", o que no conjunto levaria a uma "redefinição da imagem dos negros e das relações entre raça, cultura e política" (Agier, 2024, p. 20-21).

O capítulo 2, *História: da fundação do Ilê Aiyê até hoje*, traça uma historicidade urbana local, com foco na Liberdade, dada a relação de blocos carnavalescos com iniciativas de grupos de bairro, num intercruzamento entre sociabilidades masculina e feminina. Seus fundadores estavam ligados por laços de parentesco, amizade e vizinhança, numa espécie de núcleo que modularia as relações posteriores do Ilê Aiyê enquanto uma rede de redes. Cabe destacar o papel de Antonio Carlos dos Santos ("Vovô"), hoje com 72 anos, cofundador, presidente do bloco e filho de Mãe Hilda (1923-2009) — mãe de santo do terreiro de candomblé Ilê Axé Jitolu, por ela fundado em 1952 —, que se tornou conselheira dos dirigentes e, depois, "madrinha" do

bloco. Isso revela "as funções simultaneamente familiares, religiosas e culturais da casa onde nasceu a rede que deu origem ao Ilê Aiyê" (Agier, 2024, p. 38). Ainda no mesmo capítulo, são periodizadas permanências e mudanças substanciais ao longo do tempo — bloco carnavalesco (1975-1981), movimento cultural (1982-1988), de associação a empresa (1989-2002) e, por fim, consolidação local, transmissão e globalização (2003 em diante), com a complexificação de sua estrutura.

No capítulo seguinte, *Comunidade: a família Ilê Aiyê*, é tecido um quadro sociológico detalhado da estrutura empregatícia urbana baiana nos anos 1970 e 1980, centrada sobretudo no polo petroquímico, na qual integrantes de famílias negras e mestiças soteropolitanas buscavam, com dificuldades, se inserir. Fundadores e integrantes da primeira geração do Ilê Aiyê tentaram obter posições em tal mercado de trabalho, todavia sem lograr ascensão significativa. Com o decréscimo posterior das atividades industriais, houve certa migração para trabalhos em comércio de rua, feiras, artesanato, como taxistas etc., com repercussões na composição socioprofissional do próprio Ilê Aiyê. Mais à frente, o autor ressalta que "a imagem da elite negra não é o reflexo exato da situação socioeconômica real dos membros do Ilê Aiyê" (Agier, 2024, p. 154).

Na abertura do capítulo 4, *Ritual: a África da Bahia*, o autor assinala: "Não haveria Ilê Aiyê como grupo — seja na forma de 'família', de movimento ou de empreitada –, e como referência cultural na vida social da Bahia, sem o vasto ritual autorizado pelo próprio carnaval" (Agier, 2024, p. 93). Após uma detalhada reconstituição, no capítulo anterior, de funções, categorias e identidades carnavalescas – com foco na bateria, na ala dos compositores, na diretoria, nos fundadores, nas senhoras do Ilê e nas identidades de gênero —, o autor passa a analisar, com detalhes etnográficos, dimensões constitutivas rituais do carnaval de Salvador, sob o prisma do Ilê Aiyê. A começar pelo calendário (Agier, 2024, p. 96-99), que abarca, a partir do final de setembro, seis eventos antes do carnaval propriamente dito:

- o "Dia da Mãe Preta" (comemorativo da Lei do Ventre Livre, em 1871);
- a "Missa do 1º de novembro", uma autocelebração da criação do bloco, com rito inspirado no catolicismo popular;
- o "Novembro Azeviche", em que são lembrados diversos acontecimentos, como a Independência de Angola, o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, a Revolta da Chibata (em 1910, liderada por um marinheiro negro) e, desde 2011, o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro);
- o "Festival de Música Negra", em que basicamente são selecionadas as melhores canções do bloco para o carnaval;
- a "Festa da Beleza Negra", em que é escolhida a Rainha da Beleza Negra (ou Deusa do Ébano), no bojo de outras atividades;

- os “Cortejos da Juventude”, com desfiles da bateria do bloco por ocasião de festas em homenagem ao Senhor do Bonfim, a Oxalá e a Iemanjá; e
- por fim, o “Carnaval”, com três saídas (no sábado à noite, na segunda e na terça-feira), além de um desfile adicional que envolve um bloco de crianças (no domingo à tarde).

O próprio carnaval é também assinalado por uma série de ritos, vários deles demarcados ou interseccionados por referências do candomblé, o que tornaria o Ilê Aiyê, na visão de seus integrantes, o mais africano dos blocos afro. São basicamente enfocadas cerimônias iniciais, como “lavagens” e “abertura do caminho”, além de aspectos centrais dos desfiles, com duas a três mil pessoas, caminhadas lentas e danças cadenciadas, indumentárias africanas, cores emblemáticas, o ritmo do samba inspirado no ijexá (uma das vertentes do candomblé de nação ritual nagô), além de aspectos centrais das músicas — sublinhadas por distinções entre sons graves, masculinos, que remeteriam à tradição carnavalesca brasileira e sons agudos, femininos, ligados à tradição religiosa africana — e das letras — que embora abranjam tipologias diversas, reforçam, sob distintos ângulos, um forte africanismo (Agier, 2024, p. 116-143).

No capítulo final, *Política: cultura e raça da “elite negra*”, o autor reconstitui aspectos centrais do ativismo negro surgido nos anos 1970, que passou a assumir uma posição mais explícita de enfrentamento da discriminação social e da violência policial contra os negros, seguido por outros movimentos que, já na década de 1990, buscavam “delimitar uma territorialidade negra na sociedade brasileira” (Agier, 2024, p. 145), e que vieram a abarcar espaços e terrenos urbanos, bem como rurais. Em Salvador, consolidou-se assim uma síntese particular entre o âmbito tradicional “afro-brasileiro” e as interpretações de caráter “negro” e “afro”, com reciprocidades aprofundadas entre movimentos culturais e prática militante negra. Isso fundamentaria uma espécie de sistema cultural do mundo afro na Bahia, no qual blocos — como o Ilê Aiyê, o Olodum (1980) e o Muzenza (1981), sem falar dos Filhos de Ghandi (1949) — constituiriam, de forma plural, suas atividades, projetos, relações de sociabilidade, produção de eventos, manifestações, inserções religiosas, práticas de capoeira, entre outras realizações. Outra ideia central do autor é a de que o carnaval africanizado da Bahia propiciaria aos negros, inspirado em Victor Turner (1974), uma espécie de “‘retificação de status’, isto é, uma correção ascendente de sua posição estrutural na sociedade” (Agier, 2024, p. 156), não propriamente uma inversão (modo pelo qual Roberto DaMatta (1979) pensou o carnaval brasileiro, à luz de Turner), numa modalidade de posicionamento social, no campo afirmativo da consciência negra. Na breve conclusão do livro, o antropólogo assinala que o trabalho criativo do Ilê Aiyê pode ser considerado “um ato de reparação e de cuidado diante de todas as discriminações raciais vividas e de todas as ancestralidades desaparecidas” (Agier, 2024, p. 166).

A inclusão de 35 imagens do fotógrafo e antropólogo Milton Guran acrescenta documentos visuais que enriquecem a publicação, incluindo a bela capa, com duas jovens

negras, ou performances rituais de Mãe Hilda, o que assinala, no conjunto das imagens, "a marcante presença feminina nos desfiles do bloco" (Agier, 2024, p. 125).

O livro traz, portanto, uma densa etnografia e reconstituições históricas que propiciam reflexões aprofundadas sobre a fábrica do mundo afro, a política de raça, as identidades de cor e os múltiplos significados da África na Bahia, produzidos continuamente pelas variadas práticas de blocos como o Ilê Aiyê, agora com meio século de duração. Os recentes lançamentos do livro em Salvador e São Paulo, com participação significativa de integrantes de comunidades negras e pesquisadoras/es negras/os, têm também permitido que tal movimento e o sistema cultural do qual faz parte inspirem novos debates, à luz das múltiplas lutas antirracistas que crescem exponencialmente no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

1. AGIER, Michel. **Ilê Aiyê**: a fábrica do mundo afro (Carnaval da Bahia, 1974-2024). São Paulo: Editora 34, 2024.
2. AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. *In*: AZEVEDO, Thales de. **Ensaios de antropologia social.** Salvador: UFBA, 1959. p. 103-120.
3. CORDEIRO, Graça Índias; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. Prefácio (à edição brasileira). *In*: AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. p. 9-29.
4. DAMASCENO, Janaína; SILVA, Isabela Oliveira Pereira da; FAZZIONI, Natália Helou; ADERALDO, Guilhermo André; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. As cidades da antropologia: entrevista com Michel Agier. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 811-842, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/article/view/37397/40426. Acesso em: 12 mar. 2023.
5. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
6. PIERSON, Donald. **Brancos e pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
7. TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

Heitor Frúgoli Junior
Professor titular do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com doutorado-sanduíche na University of California, San Diego. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9075-891X. E-mail: hfrugoli@usp.br.